

SÁ FILHO, Francisco

*dep. fed. BA 1924-1930.

Francisco Sá Filho nasceu em Ouro Preto (MG) no dia 4 de abril de 1891, filho de Francisco Sá e de Olga Acióli de Sá. Seu avô materno, Antônio Pinto Nogueira Acióli, foi duas vezes presidente do Ceará (1896-1900 e 1904-1912), além de deputado (1900-1902) e senador (1903-1904). Seu pai foi engenheiro e político; além de deputado (1889 e 1897-1905) e senador pelo Ceará (1906-1909, 1911-1915 e 1927-1930), foi duas vezes ministro da Viação (1909-1910 e 1922-1926).

Iniciou seus estudos superiores na Escola de Minas de Ouro Preto, mas bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio Janeiro, então Distrito Federal, em 1914. Iniciou sua vida profissional como escriturário da Caixa de Conversão. Também exerceu as funções de oficial de gabinete do ministro da Agricultura em 1914, do ministro da Fazenda em 1915 e do ministro da Viação em 1922. No intervalo entre esses dois últimos cargos, em 1917, foi nomeado oficial, e depois adjunto, da Procuradoria Geral da Fazenda Pública.

Foi eleito deputado federal pelo estado da Bahia para a legislatura 1924-1926 e reeleito para o período 1927-1929. Mais uma vez eleito em março de 1930, exerceu o mandato até outubro seguinte, quando, com a vitória da revolução liderada por Getúlio Vargas, foram extintos todos os órgãos legislativos do país.

Em 1931 foi nomeado representante da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes. Em 1939, durante o Estado Novo (1937-1945), foi membro da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Fazenda. Em 1945 foi nomeado juiz do Tribunal Superior Eleitoral. Efetivado em 1946, nele permaneceu até setembro de 1950.

Publicou as seguintes obras: *O estado de sítio e sua regulamentação*; *Uma forma do direito de sucessão*; *Pareceres da Procuradoria da Fazenda* (2 vol.) e *Estudos de direito fiscal*.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: *Imparcial* (3/11/1926, p.2). Modificações no Ministério da República?;
Imparcial (12/07/1931, p.6). Dr. João dos Reis de Souza Dantas; *Imparcial*
(24/4/1936).A morte do Ex-Ministro Francisco Sá ; *Revista do Histórico e*
Geográfico Brasileiro (263 , p. 81-82, 1964).

SÁ, ALFREDO

*magistrado; interv. AM 1924-1926; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1951.

Alfredo Prates de Sá nasceu em Teófilo Otoni (MG) em 11 de dezembro de 1878, filho do coronel Carlos de Oliveira Sá, senador estadual em Minas Gerais entre 1895 e 1898 e chefe situacionista em Teófilo Otoni, e de Deolinda Arabela Prates de Sá.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1901, foi promotor público e juiz de direito, e consultor jurídico da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais entre 1919 e 1922. Nesse último ano ingressou no Senado Estadual, preenchendo a vaga deixada por Manuel Tomás de Carvalho Brito. Renunciou ao mandato de senador no mesmo ano para ocupar a chefia de polícia do estado, até 1924.

Em dezembro desse ano, assumiu o cargo de interventor federal no Amazonas, onde permaneceu até janeiro de 1926. De volta a Minas, foi eleito vice-presidente do estado em março, na chapa de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que governou de 1926 a 1930. Voltou a ocupar também uma cadeira no Senado Estadual, sendo reeleito em 1927 com mandato até 1934.

Era membro da comissão executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1929, e participou, portanto, das deliberações do partido sobre a sucessão estadual. Partidário da candidatura de Fernando de Melo Viana, afastou-se do partido juntamente com este e com alguns deputados quando a comissão indicou os nomes de Olegário Maciel para a presidência do estado e de Pedro Marques de Almeida para a vice-presidência. Desligando-se do PRM e do movimento da Aliança Liberal, no qual o PRM estava engajado, os dissidentes passaram a participar da campanha de Melo Viana para a presidência do estado e de Júlio Prestes para a presidência da República, ambas as candidaturas apoiadas pelo presidente Washington Luís.

Em 1930 foi nomeado ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM), mas não chegou a tomar posse, pois, com a vitória da Revolução e a deposição de Washington Luís, o decreto de sua nomeação foi tornado sem efeito. Durante o governo de Olegário Maciel em Minas (1930-1933), ocupou a secretaria do Instituto Mineiro do Café. Em 1934, promulgada a nova Constituição, iniciou uma ação contra o governo federal visando à reparação dos danos decorrentes de sua exoneração do cargo vitalício de ministro

do STM. Entretanto, desistiu da ação ao ser nomeado serventuário de justiça no Distrito Federal.

Em 1940 assumiu a prefeitura de Teófilo Otoni, permanecendo no cargo até 1945. Em dezembro desse ano foi eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Social Democrático. Em 1946 ocupou por um mês a Secretaria do Interior de Minas Gerais. Exerceu o mandato de deputado federal até dezembro de 1950.

Morreu em Teófilo Otoni no dia 12 de julho de 1960.

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; CÂM. DEP. *Anais* (6/5/1912); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário do Congresso Nacional*; GALVÃO, F. *Fechamento*; HORTA, C. *Famílias*; MORAIS, A. *Minas*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); TORRES, J. *História de Minas*.

SÁ, Artur Ambrosino Herédia de

*dep. fed. DF 1897-1905.

Artur Ambrosino Herédia de Sá nasceu em Campos (RJ) no dia 20 de novembro de 1864, filho do médico e fazendeiro José Herédia de Sá. Seu pai, após a proclamação da República, foi deputado estadual.

Iniciou seus estudos em Campos, mas depois mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e fez três anos de curso preparatório no Seminário Episcopal de São José. Em 1881 ingressou na Escola Militar do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha, onde foi contemporâneo, entre outros, de Serzedelo Correia, Lauro Sodré, Clodoaldo da Fonseca, Moraes Rego e Barbosa Lima. Deu baixa do serviço do Exército em 1886 e fez concurso para a antiga Secretaria do Império. Apesar de aprovado, não conseguiu ser nomeado e passou a dedicar-se ao comércio. Participou ativamente do movimento republicano, ao lado de seus antigos companheiros da Escola Militar.

Logo após a proclamação da República, foi nomeado delegado da Candelária, no Rio de Janeiro. Posteriormente, foi primeiro e quinto delegado de polícia. Em 1891, foi nomeado segundo oficial da Diretoria Geral de Estatística, então reorganizada por Aristides Lobo, e em seguida foi promovido a primeiro oficial por merecimento. Foi convidado a ser oficial de gabinete de José Higino Duarte Pereira quando este assumiu interinamente o Ministério da Justiça durante a presidência do marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Opositor de Floriano, cujo governo foi marcado pelo autoritarismo, por fortes tensões políticas e por uma perseguição implacável aos opositores, acabou sendo exonerado, juntamente com muitos outros colegas, quando ocupava interinamente o lugar de chefe de seção.

De 1895 a 1897, foi intendente no Conselho Municipal do Distrito Federal. Em 1897 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal e tomou posse em maio, com mandato até dezembro de 1899. Presenciou o rompimento do Partido Republicano Federal com o então presidente da República, Prudente de Moraes (1894-1898), e participou da fundação de uma nova facção, como representante dos diretórios políticos do Distrito Federal. Reeleito para

as legislaturas 1900-1902 e 1903-1905, fez parte da Comissão de Petições e Poderes da Câmara dos Deputados e ocupou sucessivamente, por três anos, os cargos de quarto, terceiro e segundo-secretário da casa.

Foi também comandante de brigada da Guarda Nacional.

Izabel Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. RJ. *Inventário analítico*. Disponível em:

<http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_cons_munic_link5.htm>. CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CASTRO, J. *Milícia*; SOUSA, J. *Índice* .

SÁ, Auto

*dep. fed. MG 1928-1929.

Auto Sá nasceu em Minas Gerais.

Foi eleito deputado federal por seu estado natal em 1928. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em dezembro desse mesmo ano, permaneceu no Legislativo até dezembro do ano seguinte, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*.

SÁ, Francisco Teixeira de

*pres. PB 1872-1873; pres. CE 1873-1874; dep. fed. PE 1897-1911.

Francisco Teixeira de Sá nasceu em Recife em 1835.

Durante o Império, foi presidente da província da Paraíba de 1872 a 1873 e da província do Ceará de 1873 a 1874.

Já na República, foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1897. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, foi reeleito sucessivamente em 1900, 1903, 1906 e 1909 para as quatro legislaturas seguintes. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1911, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu em Recife em 1920.

Marcos Paulo Torres

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CAM. LEGISL. FED. ; FUND. JOAQUIM NABUCO (FUNDAJ).

SÁ, Francisco

*dep. geral CE 1889; dep. fed. CE 1897-1905; sen. CE 1906-1909; min. Viação e Obras Públ. 1909-1910; sen. CE 1911-1915 e 1922; min. Viação e Obras Públ. 1922-1926; sen. CE 1927-1930.

Francisco Sá nasceu na fazenda Brejo de Santo André, em Grão-Mogol (MG), no dia 14 de setembro de 1862, filho de Francisco José de Sá Filho e de Augustinha Machado dos Santos Sá. Seu avô materno, Josefino Vieira Machado, o barão do Guaicuí, participou da Revolução de 1842 em Minas Gerais, destacando-se como chefe político em Diamantina (MG) e um dos precursores da exploração comercial da navegação nos rios das Velhas e São Francisco. Seu primo pelo lado materno Antônio Olinto foi governador provisório de Minas Gerais em 1889, constituinte de 1891, deputado federal de 1891 a 1894, e ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1894 a 1896. Outro primo, Alfredo Sá, foi interventor no Amazonas de 1924 a 1926.

Estudou no Seminário Episcopal de Diamantina e, junto com o primo Aurélio dos Santos Pires e outros colegas simpatizantes da ideia republicana, lançou o jornal estudantil *A Ideia Nova*. Em 1880 iniciou o curso de engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas no ano seguinte transferiu-se para a Escola de Minas de Ouro Preto. Formou-se em 1884 e assumiu o cargo de secretário do Governo Provincial do Ceará, a convite do desembargador e político mineiro Carlos Honório Benedito Otoni, nomeado presidente da província em maio daquele ano. A ida para o Ceará seria determinante em sua futura trajetória política, em virtude de seu casamento com Olga Nogueira Acióli, filha do comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli, um dos principais dirigentes regionais do Partido Liberal no final do Império e figura dominante da política cearense durante longo período no regime republicano, a partir de sua primeira eleição, em 1896, para presidente do estado.

Em 1885, já casado com Olga Acióli, deixou a Secretaria do Governo Provincial, em decorrência da exoneração de Carlos Otoni, e foi nomeado engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Baturité. Trabalhou depois em obras municipais em Fortaleza, dedicando-se também

à prospecção de jazidas de cobre na serra do Ibiapaba, na divisa com o Piauí. Em 1888, estando ainda no Ceará, foi eleito deputado provincial em Minas Gerais. Nas últimas eleições do Império, em agosto de 1889, foi eleito deputado geral pelo Ceará, e já se achava reconhecido quando foi proclamada a República.

No início do novo regime afastou-se temporariamente da política, retomando a atividade de engenheiro. Seguiu para o interior da Bahia, a fim de estudar a exploração de salitre nas terras de concessão da Companhia Brasileira de Salitres. De volta a Minas Gerais, trabalhou como engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Mogiana e, depois, sendo Afonso Pena presidente estadual (1892-1894), como inspetor de terras e colonização do governo.

Em setembro de 1894, com a posse de Crispim Jacques Bias Fortes na presidência de Minas Gerais (1894-1898), assumiu o cargo de secretário estadual de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Nesse posto, foi responsável pela execução dos programas de imigração subvencionada e fundação de núcleos coloniais, expansão e melhoria de serviços da rede ferroviária estadual. Vários contratos foram firmados pelo governo estadual com agenciadores e companhias de navegação para a vinda de imigrantes europeus, em especial italianos. Quanto às estradas de ferro, foram concedidos empréstimos para empresas privadas, notadamente a Companhia Viação Férrea Sapucaí e a Estrada de Ferro Muzambinho, que serviam à região sul de Minas.

Em maio de 1897, renunciou a seu cargo no governo mineiro para assumir o mandato de deputado federal pelo Ceará. O ex-deputado cearense Manuel Solon Rodrigues Pinheiro protestou contra sua eleição e dos demais candidatos da chapa situacionista, organizada pelo então presidente do estado Nogueira Acióli, mas os protestos foram inúteis. Francisco Sá fez seu primeiro discurso na Câmara em julho seguinte. Falou como membro da oposição parlamentar ao governo Prudente de Moraes (1894-1898), apoiando o requerimento do deputado Francisco Glicério em favor da criação de uma comissão para inquir o Poder Executivo sobre o fracasso das expedições de combate à revolta de Canudos, no interior da Bahia. Permaneceu solidário com Francisco Glicério, rejeitando a concessão da licença para a abertura de processo contra o deputado paulista e outros parlamentares

suspeitos de envolvimento no atentado de novembro de 1897 contra o presidente da República.

Iniciado o governo Campos Sales (1898-1902), integrou a maioria parlamentar que apoiou o governo, e em 1900 conquistou o segundo mandato de deputado federal pelo Ceará. No segundo semestre desse ano, participou ativamente dos debates sobre a concessão de verbas federais para auxílio às populações atingidas pela seca no Ceará e em outros estados nordestinos. A disputa pelas verbas provocou embates acirrados na Câmara e no Senado, sendo finalmente aprovado um crédito de dez mil contos de réis, destinado exclusivamente ao Ceará.

Defensor da política de encampação de estradas de ferro iniciada por Campos Sales, apoiou o acordo celebrado em 1901 pelo governo federal com a empresa inglesa The Great Western of Brazil Railway Company para arrendamento de ferrovias deficitárias nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em 1902, foi escolhido relator do orçamento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas para o exercício seguinte, correspondente ao primeiro ano do governo Rodrigues Alves (1902-1906).

Reeleito deputado federal em 1903, cumpriu mais um mandato na Câmara e, com o apoio do sogro Nogueira Acióli, concorreu às eleições de janeiro de 1906 para a renovação do terço do Senado. Segundo o resultado reconhecido pela Comissão de Poderes, teve 20.700 votos, suplantando por larga diferença o médico Francisco de Paula Rodrigues.

MINISTRO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS – PRIMEIRA GESTÃO

Em junho de 1909, Francisco Sá foi chamado a compor a nova equipe de governo formada pelo até então vice-presidente Nilo Peçanha, conduzido ao poder em decorrência do falecimento do presidente Afonso Pena (1906-1909). Foi o primeiro titular do Ministério da Viação e Obras Públicas, responsável a partir de 1909 pela gestão e fiscalização da infraestrutura de transportes e comunicações do país, até então a cargo do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. A mudança de denominação ocorreu em consequência da transferência de diversas atribuições da antiga pasta, então extinta, para o Ministério da

Agricultura, Indústria e Comércio, criado por Nilo Peçanha.

Um dos principais marcos de sua gestão, que se estenderia até a posse do presidente Hermes da Fonseca em novembro de 1910, foi a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em outubro de 1909. Sucessora da Comissão de Açudagem e Irrigação, a Inspetoria foi encarregada de planejar, dirigir e fiscalizar as ações de combate às secas no Nordeste e no norte de Minas Gerais. Chefiada pelo engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, promoveu novos estudos técnicos e científicos sobre a região semiárida nordestina, com apoio de consultores estrangeiros e de profissionais do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, repartição subordinada ao Ministério da Agricultura.

Dispondo de maiores recursos que a Comissão de Açudagem e Irrigação, a IOCS iniciou o que o professor Maurício Joppert da Silva denominou “fase científica” das obras contra as secas no Nordeste, não obstante as injunções políticas e demandas das oligarquias dominantes na região. No relatório anual do ministério de 1910, Francisco Sá destacou a conclusão do levantamento de locais favoráveis à açudagem nos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, bem como o início da construção do açude de Acarape do Meio (CE). Destinado ao abastecimento d’água de Fortaleza, o açude seria inaugurado somente em 1924, quando Francisco Sá estava novamente à frente do ministério. Nessa altura, a IOCS já funcionava com a denominação de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) .

Também merece citação a criação da Comissão de Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, em dezembro de 1909, encarregada do estudo e da contratação de obras de recuperação de vasta extensão de terrenos semialagadiços em Nova Iguaçu, Magé e outros municípios do estado do Rio de Janeiro, infestados pela malária endêmica.

No setor de transportes, Francisco Sá promoveu a formação de três redes ferroviárias (Rede Sul Mineira, Rede de Viação Cearense, Rede de Viação Férrea Federal da Bahia), consolidando uma série de linhas federais deficitárias. Além disso, aprovou a transferência dos contratos de arrendamento de várias ferrovias da Região Sul para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, controlada pelo empresário norte-americano Percival

Farquhar.

Foi responsável pela renovação do contrato do governo federal com a Société Anonyme du Gaz (SAG), concessionária do serviço de iluminação do Rio de Janeiro, controlada pelo grupo canadense Light. O novo contrato estabeleceu as condições para a expansão da iluminação elétrica no Rio de Janeiro, mantendo a “cláusula-ouro” mediante a qual a tarifa podia ser reajustada conforme as variações cambiais.

Destaca-se ainda o entendimento com o grupo inglês Brazilian Hematite Syndicate sobre a revisão do contrato da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), tendo em vista o desenvolvimento da exportação de minério de ferro da região de Itabira (MG). Revisto em dezembro de 1909, o contrato alterou o traçado original da ferrovia, assegurando à EFVM o acesso às jazidas de ferro da Itabira e concedendo-lhe o “privilégio de zona”, isto é, a garantia de que outras ferrovias concorrentes não poderiam ser construídas numa faixa paralela de 20 km para cada lado de suas linhas. Em contrapartida, o grupo inglês assumiu o compromisso de eletrificar a EFVM e de instalar uma usina siderúrgica com capacidade de produção mínima de mil toneladas por mês. A Itabira Iron Ore Company, organizada pelo grupo inglês em 1910, conseguiria posteriormente o fim da obrigatoriedade da construção da siderúrgica.

DE VOLTA AO SENADO

Em fevereiro de 1911, Francisco Sá foi reeleito senador pelo Ceará em pleito convocado para o preenchimento da vaga aberta pela renúncia do desembargador José Domingues Carneiro. Em maio, sua vitória foi reconhecida pela Comissão de Poderes do Senado, sob protesto do general Vicente Osório de Paiva, candidato opositor.

Encontrava-se em Fortaleza em janeiro de 1912, por ocasião das manifestações populares que acabaram por provocar a renúncia de seu sogro Nogueira Acióli à presidência do estado. Chefe de uma das oligarquias mais coercitivas do Nordeste, Acióli contava eleger o octogenário desembargador Domingues Carneiro como sucessor, mas foi surpreendido pela mobilização popular em favor da candidatura do tenente-coronel Marcos Franco Rabelo e

pela maré montante da “política de salvação” do governo Hermes da Fonseca (1910-1914). A renúncia de Acióli, após várias manifestações duramente reprimidas pela polícia, foi o primeiro ato da política salvacionista no Ceará.

Franco Rabelo conseguiu o cargo de governador em julho de 1912, mas logo entrou em conflito com os principais líderes estaduais anti-Acióli. Em novembro, a Assembleia Legislativa tentou derrubá-lo e a capital cearense foi palco de novas manifestações e conflitos armados. Várias propriedades e residências da família Acióli em Fortaleza foram atacadas e incendiadas, inclusive a casa de Francisco Sá. O velho oligarca foi obrigado a deixar a cidade, embarcando para o Rio de Janeiro na companhia do genro.

A experiência “reformista” de Franco Rabelo foi posta em cheque no final de 1913 pela revolta sertaneja do Cariri, que mobilizou milhares de seguidores do carismático padre Cícero Romão Batista. Em março de 1914, o presidente Hermes da Fonseca decretou a intervenção federal no Ceará. Nas eleições seguintes, os Acióli foram obrigados a compartilhar o poder, outrora incontestável, com novas forças emergentes no estado.

Francisco Sá não esteve alheio ao desenrolar da crise política cearense. Além de enviar cartas ao padre Cícero, participou dos entendimentos entre Nogueira Acióli e o senador gaúcho Pinheiro Machado para a articulação do movimento contra Franco Rabelo. Em abril de 1914, quando se encontrava em Paris, escreveu ao general Setembrino de Carvalho, interventor federal no Ceará, manifestando apoio à política de pacificação do estado.

Em janeiro de 1915, concorreu a um novo mandato de senador, tendo como principal adversário o coronel Tomás Cavalcanti de Albuquerque. Foi declarado vencedor em junho do mesmo ano. Posteriormente foi eleito membro da Comissão de Finanças do Senado. Em novembro de 1920, o Congresso aprovou sua proposta de criação da Carteira de Redesconto e Emissão do Banco do Brasil.

MINISTRO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS – SEGUNDA GESTÃO

Francisco Sá participou da campanha de Rui Barbosa às eleições presidenciais de 1919, vencidas por Epitácio Pessoa, candidato apoiado pelas forças políticas dominantes

em todos os estados, incluindo o Ceará, governado na época pelo engenheiro João Tomé Saboia e Silva. Fez a opção inversa na sucessão presidencial de 1922, quando se colocou ao lado de Artur Bernardes e contra a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha, de quem tinha sido ministro. Em julho do mesmo ano, votou a favor da decretação do estado de sítio no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso, proposta pelo presidente Epitácio Pessoa e aprovada pela ampla maioria do Congresso, em consequência da revolta de jovens oficiais do Exército descontentes com a eleição de Bernardes. Deflagrada no dia 5 de julho e imediatamente sufocada pelo governo, a revolta foi a primeira do ciclo de insurreições tenentistas dos anos 1920.

Em novembro de 1922, iniciado o governo Bernardes (1922-1926), assumiu pela segunda vez a pasta da Viação e Obras Públicas, sucedendo ao engenheiro José Pires do Rio. Foi encarregado pelo presidente de renegociar o polêmico contrato firmado pelo governo anterior com a Itabira Iron Ore Company. Em junho de 1920, a companhia mineradora, já então sob o controle do empresário Percival Farquhar, obtivera diversas vantagens e privilégios, conquistando o virtual monopólio do transporte do minério de ferro no vale do Rio Doce. O contrato provocou uma escalada da oposição nacionalista e foi condenado por Bernardes, na época presidente de Minas Gerais.

Consta que Francisco Sá reuniu-se com Farquhar em 1923, propondo-lhe o acréscimo de uma cláusula que resguardasse os interesses das empresas de navegação nacional, temerosas de que o empresário norte-americano ameaçasse o lucrativo transporte de carvão para o país. Segundo a encomiástica biografia de Farquhar escrita por Charles Gauld, a reunião foi um fracasso. O empresário teria considerado a proposta “tola e supérflua”, irritando o ministro. A renegociação foi encerrada ali mesmo, sendo retomada apenas no governo Washington Luís.

Francisco Sá também participou da negociação com a missão financeira inglesa, chefiada por Edwin Samuel Montagu, que analisou a concessão de vultoso empréstimo para a consolidação da dívida externa brasileira. Montagu chegou ao Rio de Janeiro em dezembro de 1923 e teve vários encontros com o ministro. Propôs a venda de ativos públicos,

notadamente a Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e o Lóide Brasileiro, e a criação de um Tribunal Ferroviário “independente”, com representação inglesa, para estruturar e controlar a política ferroviária do país. Em contrapartida, acenou com a possibilidade de concessão de um empréstimo especial de cinco milhões de libras para a recuperação e construção das estradas de ferro. Nenhuma dessas propostas foi levada adiante: em meados de 1924, o governo inglês embargou o lançamento de títulos de governos estrangeiros em Londres, bloqueando o refinanciamento da dívida externa brasileira.

Já no ano seguinte, Francisco Sá criou um fundo especial para financiamento de obras de melhoramento e expansão da rede ferroviária da União, mediante a cobrança de uma taxa adicional de 10% sobre as tarifas. Graças a esse fundo, algumas obras importantes foram contratadas, principalmente em Minas Gerais. Em 1926, o ministro inaugurou o novo ramal da linha de centro da EFCB que estabeleceu a ligação entre Curralinho e Montes Claros, e assinou o contrato para as obras de eletrificação do trecho da Estrada de Ferro Oeste de Minas entre Augusto Pestana (MG) e Barra Mansa (RJ). De todo modo, o ritmo da construção ferroviária no país permaneceu reduzido ao longo do governo Bernardes, registrando-se um crescimento médio anual de 500 km de novas linhas.

A maioria das obras contra as secas no Nordeste foi suspensa, em decorrência não apenas da política de contenção orçamentária do governo federal, mas também em virtude das sérias desavenças entre Bernardes e o ex-presidente Epitácio Pessoa. Por outro lado, a gestão de Francisco Sá também foi marcada por algumas iniciativas pioneiras, entre as quais a elaboração dos primeiros regulamentos de navegação aérea e de radiodifusão no Brasil.

Em novembro de 1926, com a posse de Washington Luís na presidência da República, Francisco Sá transmitiu seu cargo ao advogado Vítor Konder Reis. Reeleito senador em 1927, participou discretamente da campanha sucessória presidencial de 1930, apoiando a chapa situacionista encabeçada por Júlio Prestes. Foi eleito membro da comissão de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas do Senado em maio de 1930, viajando em seguida para o exterior. Encontrava-se na Europa por ocasião da vitória do movimento movimento

revolucionário que conduziu Getúlio Vargas ao poder. Em virtude da dissolução dos órgãos legislativos do país, teve seu mandato de senador interrompido e não voltou a exercer atividade política.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 23 de abril de 1936. Dois anos depois, o município de Brejo das Almas, em Minas Gerais, ganhou a denominação Francisco Sá em sua homenagem

Seu filho Francisco Sá Filho foi deputado federal pela Bahia no período 1924-1930 e ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entre 1945 e 1950.

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Anais* (18/4 – 30/5/1897, v.1, p. 136-144, 1 – 31/7/1897, v. 3, p. 680-681, 27/4 – 30/7/1898, v.1, 29/7/1898, p. 591, 1- 31/8/1901, .v. 4, 10/8/1901, p. 179-193); CARONE, E. *República*; CARVALHO, J. *Escola*; *Diário do Congresso Nacional* (n.1, 22/4/1906, p. 3, n.1, 4/5/1911, p. 28, 30, 19/5/1911, p. 110, nº 54, 6/7/1922, p. 1869-1870, 7/5/1936, nº 311, p. 11.428); FAUSTO, B. *História*; FRITSCH, W. 1924; GAULD. C. *Farquhar*; GOMES, A.; DIAS, J.; MOTTA, M. *Engenheiros*; *Governo presidencial*; HORTA, C. *Famílias*; LIMA, P. *Máquina*; LOPEZ, A.; MOTA, C. *História*; MCCANN, F. *Soldados*; *Mineração*; MIN. IND., VIACÃO, OBRAS PUB. *Relatório* (1910, 1923, 1926); MONTEIRO, N. *Dicionário*; MOTOYAMA, S. *Prelúdio*; PINHEIRO, I. *Efemérides*; PIRES, A. *Homens*; SOUZA , M. *Processo*; SOUZA, J. *Política*; TELLES, P. *História*; VILLELA, A.; SUZIGAN W. *Política*; WIRTH, J. *Fiel*.

SÁ, Meira e

*magistrado; sen. RN 1907-1910.

Francisco de Sales Meira e Sá nasceu em Sousa (PB) no dia 29 de janeiro de 1856, filho de Olinto José Meira de Vasconcelose de Maria Joaquina de Albuquerque e Sá. Seu pai foi presidente da província do Rio Grande do Norte de 1863 a 1866.

Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife em 1878, no ano seguinte foi nomeado promotor público em Ceará-Mirim (RN), cargo que exerceu até 1884. Chefiou a campanha abolicionista naquela cidade, dirigindo a Sociedade Libertadora de Ceará-Mirim e fundando o jornal *A Libertadora*. Em 1888, assumiu o cargo de juiz municipal e de órfãos nessa cidade, no qual permaneceria até 1892.

Após a proclamação da República (15/11/1889), elegeu-se deputado ao Congresso Constituinte estadual de 1891, integrando a chapa de oposição à liderança de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, principal chefe político do Rio Grande do Norte. Reconciliado com Pedro Velho, saiu candidato na legenda do Partido Republicano ao Congresso Constituinte estadual de 1892. Também nesse ano foi nomeado chefe de Polícia do estado e juiz de direito de Ceará-Mirim, posto que ocuparia até 1898. Vice-governador do Rio Grande do Norte no governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho (1896-1900), em 1898, depois de o governador ter aposentado por decreto cinco desembargadores identificados com a oposição ao “pedrovelhismo”, foi nomeado desembargador do Superior Tribunal de Justiça e em seguida eleito seu presidente.

Em 1907 foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano, ocupando a vaga de José Bernardo de Medeiros, falecido naquele ano. Foi reeleito em 1909. No Senado, foi presidente da Comissão de Justiça e Legislação e defendeu a construção da estrada de ferro Mossoró- São Francisco. Renunciou ao mandato em 1910 para que Augusto Tavares de Lira, que havia deixado o Ministério da Justiça e Negócios Interiores após a posse de Nilo Peçanha na presidência da República (1909-1910), pudesse ocupar seu lugar. Ainda em 1910 foi nomeado juiz federal no Rio Grande do Norte pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914).

Presidiu o Popular Instituto Literário de Ceará-Mirim, o Instituto de Proteção à Infância de Natal e a Liga de Ensino, criadora e mantenedora da Escola Doméstica de Natal. Foi

fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Faleceu em Natal em 16 de dezembro de 1920.

Era casado com Maria Pacheco Meira Sá, com quem teve uma filha.

Publicou as seguintes obras: *Instrução popular* (1883); *A escola e as conquistas do século* (versos) (1886); *Conferência feita no dia 5 de agosto de 1900 sobre Augusto Teixeira de Freitas* (1900); *Simples notas do laudo do Conselheiro Lafayette na questão de limites entre o Estado do Rio Grande do Norte e o do Ceará* (1902); *Recurso extraordinário – missiva ao exmo Dr. Amaro Cavalcanti* (1911); *Ecos do sertão: Estrada de Ferro Mossoró-S. Francisco* (1912); *Unidade do Direito Privado* (1912); *Estudos econômicos – sobre as tarifas da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte* (1913); *O direito invertido: sobre a proposição da Câmara dos Deputados referente à aposentadoria dos funcionários públicos – missiva ao senador Travares de Lira* (1914); *Hora literária* (1916); *Culto cívico – conferências* (1917).

Renato Amado Peixoto

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CASCUDO, L. *Governo*; MAIA, A. *Parlamentares*; MEDEIROS, J. *Rio Grande do Norte*; SOUZA, I. *República*.

SÁ, Mem de

*jornalista; rev. 1922; rev. 1923; sen. RS 1956-1966; min. Just. 1966; sen. RS 1966-1971; min. TCU 1971-1973.

Mem de Sá nasceu em Porto Alegre no dia 10 de maio de 1905, filho de Augusto da Silva Sá e de Amélia Azambuja Sá. Seu pai era engenheiro civil e militar, tendo chegado ao posto de major do Exército.

Fez seus estudos primários no Grupo Escolar Fernando Gomes e os secundários nos ginásios Anchieta e Júlio de Castilhos, sempre em sua cidade natal. Transferiu-se em 1922 para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde prestou exames em junho do mesmo ano para a Escola Militar do Realengo. Logo após ter conhecimento de sua aprovação, tomou parte na revolta que irrompeu naquela escola em 5 de julho seguinte em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa aos militares, como o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. Esse movimento, que eclodiu simultaneamente no Rio de Janeiro e em Mato Grosso, apesar de ter sido debelado no mesmo dia, deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920.

Em consequência de sua participação no levante de 1922, Mem de Sá não chegou a cursar a Escola Militar do Realengo, retornando a Porto Alegre, onde lutou na revolta de 1923 ao lado dos federalistas liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, contra os republicanos de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Os federalistas, alegando fraude eleitoral, rebelaram-se contra a quinta eleição de Borges de Medeiros ao governo do estado. A luta, que se estendeu de janeiro a novembro de 1923, encerrou-se com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, que manteve Borges de Medeiros no governo, mas vedou nova reeleição.

Em março de 1924 ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, tornando-se ali presidente do Centro dos Acadêmicos de Porto Alegre e da Federação Acadêmica de seu estado. Bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais em 1928, participou, nesse mesmo ano, do Congresso de Bajé (RS), no qual foi fundado o Partido Libertador (PL). Alinhou-se à facção liderada por Raul Pilla, que propugnava o federalismo e a defesa intransigente do regime parlamentarista. Pilla organizou o seu partido juntamente com dissidentes republicanos presidencialistas, dirigidos por Assis Brasil. No ano seguinte, Mem de Sá

tornou-se secretário do diretório central do PL e passou a ocupar o cargo de secretário de redação do jornal *Estado do Rio Grande*, órgão do partido, vindo posteriormente a ser seu redator, redator-chefe e diretor. No período de 1929 a 1930 tomou parte na campanha da Aliança Liberal e, através do jornal do PL, apoiou a Revolução de 1930.

A partir de 1931, rompido com o Governo Provisório de Getúlio Vargas, que assumira o poder após a vitória da Revolução de 1930, conspirou com libertadores e republicanos para a articulação da Revolução Constitucionalista que viria a eclodir em São Paulo em julho de 1932. Em consequência, foi preso três vezes, sendo enviado finalmente para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro em agosto de 1932. Aí permaneceu em regime de confinamento até dezembro seguinte, quando, libertado, retornou à capital gaúcha.

Em 1933 tornou-se redator-chefe do *Diário de Notícias* de Porto Alegre, jornal pertencente à cadeia dos Diários Associados de Assis Chateaubriand. Devido aos seus editoriais contra o interventor federal no estado, José Antônio Flores da Cunha, passou a sofrer pressões da direção do jornal, o que o levou a se demitir. A partir de 1934 passou a lecionar economia política na Faculdade de Ciências Econômicas de Porto Alegre, sendo nomeado em 1936 chefe de gabinete de Raul Pilla, quando este assumiu por nove meses a Secretaria de Agricultura do estado, ainda no governo de Flores da Cunha.

Descontente com a sustentação que seu partido tinha dado ao golpe de novembro de 1937, que instaurou o Estado Novo, seguindo o exemplo de Raul Pilla, rompeu com o PL, deixando depois a direção do *Estado do Rio Grande*. Em dezembro ainda desse ano foram extintos todos os partidos políticos, já que haviam sido fechados no mês anterior todos os órgãos legislativos existentes no país. Em vista disso, Mem de Sá voltou ao magistério, lecionando economia política na Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde desenvolveu, ainda durante o Estado Novo, a tese intitulada *Corporativismo no campo da economia*. Nesse trabalho combateu essa doutrina como forma de solução dos problemas econômicos, associando-a aos princípios do fascismo.

Nesse mesmo período foi diretor-geral do Departamento Estadual de Estatística e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) de seu estado, na gestão do interventor federal coronel Osvaldo Cordeiro de Farias (1938-1943). Em 1944, já na interventoria do tenente-coronel Ernesto Dornelles (1943-1945), visitou os Estados Unidos em missão oficial do governo do Rio Grande do Sul, para estudar o sistema de

administração de pessoal de vários estados daquele país.

Em outubro de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas pelos comandos militares e a reorganização do PL, voltou à política, elegendo-se em janeiro de 1947 deputado à Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul. Assumindo o seu mandato, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Constituição estadual, em julho desse ano, passou a exercer seu mandato na legislatura ordinária. Nesse período foi ainda inspetor regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e tornou-se em 1950 catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lecionando também na Faculdade de Direito da Universidade Católica de seu estado.

Em outubro desse ano ainda voltou a se eleger deputado estadual, na legenda do PL, tornando-se, após assumir seu mandato, líder de seu partido na Assembléia Legislativa e membro da sua Comissão de Finanças e Orçamento.

No Senado Federal

Em outubro de 1954 elegeu-se suplente do senador Armando Câmara, na legenda da Frente Democrática, coligação eleitoral organizada em seu estado pelo Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o PL. Assumindo uma cadeira no Senado em junho de 1956, fez oposição ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e participou de diversas viagens internacionais como representante do Senado, comparecendo inclusive, nessa condição, a diversas assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com a crise político-militar desencadeada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, participou ativamente das negociações que resultaram na Emenda Constitucional nº 4, que instaurou o regime parlamentarista, em setembro seguinte, tornando possível a posse, no dia 7 desse mesmo mês, do vice-presidente João Goulart na chefia do governo.

Em outubro de 1962 reelegeu-se senador, na legenda da Ação Democrática Popular, constituída pelo PSD, a UDN, o PL, o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Nesse pleito, tendo como suplente o udenista Daniel Krieger, obteve 572.334 votos, derrotando os candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Antônio Brochado da Rocha e José Mariano de Freitas Beck. Assumindo seu mandato em fevereiro de 1963, foi eleito no mês seguinte líder da bancada do PL no Senado e um dos

vice-líderes da minoria.

Opositor do governo de João Goulart, desenvolveu uma campanha permanente contra o presidente da República, tendo mantido ligações com os generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Odílio Denis, apoiando as articulações que culminaram no movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs João Goulart. Depois da posse do general Humberto Castelo Branco na presidência da República, em 15 de abril desse mesmo ano, Mem de Sá foi escolhido para exercer uma das vice-lideranças do novo governo no Senado, tendo substituído o líder Daniel Krieger durante as suas ausências.

No Ministério da Justiça

Em janeiro de 1966 foi nomeado por Castelo Branco ministro da Justiça, sucedendo a Juraci Magalhães, que passara a ocupar a pasta das Relações Exteriores. O presidente da República o escolheu por considerá-lo um político capaz de contribuir para a organização do partido governista, após a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e de colaborar na escolha dos nomes a serem indicados para os governos estaduais. Em abril de 1966 seria criado o novo partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que congregaria a maioria dos políticos pertencentes aos quadros do ex-PSD e da ex-UDN, entre os quais Mem de Sá.

Ainda em janeiro, o governador de São Paulo, Ademar de Barros, declarou-se contrário às eleições indiretas para a presidência da República, que o governo acabara de impor através do AI-2, e à “camisa-de-força do bipartidarismo”. Dois dias depois, a liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição recém-criado, ainda em processo de organização, declarou que iria recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a eleição indireta para os governos estaduais, que vinha sendo cogitada. Em fins de janeiro, Mem de Sá reiterou no Senado a decisão do governo de tornar indiretas as eleições para os governos estaduais. Essa decisão foi confirmada pela assinatura, em fevereiro do mesmo ano, do Ato Institucional nº 3, que determinou ainda a nomeação dos prefeitos das capitais estaduais pelos governadores e fixou a data de 3 de outubro de 1966 para a eleição pelo Congresso Nacional do presidente e do vice-presidente da República.

Em março ainda de 1966, com o fortalecimento nos meios militares e em alguns setores políticos da candidatura do general Artur da Costa e Silva, ministro da Guerra, Castelo Branco convocou uma reunião com os generais Ernesto Geisel, chefe do Gabinete

Militar da Presidência da República, Golberi do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), os ministros Cordeiro de Farias, da Coordenação dos Órgãos Regionais, Luís Viana Filho, chefe do Gabinete Civil, Juraci Magalhães e Mem de Sá para discutir o assunto. Mem de Sá, juntamente com o general Cordeiro de Farias, manifestou-se contrário ao nome de Costa e Silva. Tornada ostensiva, essa posição posteriormente conquistou vários adeptos. Pressentindo uma grave crise, o presidente da República deu instruções a Mem de Sá, em maio seguinte, no sentido de que fosse sustada qualquer tentativa de mantê-lo no exercício da presidência, visto que seu mandato fora já prorrogado em julho de 1964. No dia 11 de maio, Castelo Branco assinou o Ato Complementar nº 9, que regulamentou o processo de registro e eleição dos candidatos aos pleitos indiretos para a presidência e para os governos estaduais.

Após a homologação da candidatura de Costa e Silva pela Arena em maio ainda de 1966, Cordeiro de Farias demitiu-se do ministério em 15 de junho. Mem de Sá pediu a Castelo Branco que procurasse um substituto para ele, afirmando que aguardaria com paciência, embora fosse “frontalmente contrário à política adotada pelo governo”, o que significava ocupar uma posição ambígua e contraditória. Os acontecimentos posteriores viriam precipitar sua saída do Ministério da Justiça.

Com a definição do processo eleitoral indireto, foi lançada no Rio Grande do Sul, por 27 deputados estaduais do MDB e quatro da Arena, a candidatura do professor Rui Cirne Lima ao governo estadual. Diante da possibilidade de sua vitória, o governo federal decidiu cassar o mandato de alguns deputados emedebistas da Assembléia Legislativa gaúcha, para garantir matematicamente a vitória de seu candidato, Válder Peracchi Barcelos. Mem de Sá pediu o adiamento das cassações, por não concordar com as mesmas, mas o presidente da República, alegando razões de Estado, mostrou-se irredutível. Mem de Sá, afirmando não poder “assumir compromissos antecipados com o governo por vir”, declarou-se demissionário. Ainda em junho de 1966 seu pedido de demissão foi aceito e, no mesmo dia, o governo anunciou sua decisão de não permitir a vitória de Cirne Lima. Mem de Sá foi interinamente substituído por Luís Viana Filho e, em julho seguinte, foi nomeado para o cargo Carlos Medeiros Silva, ministro do STF.

Em julho de 1966 reassumiu seu mandato de senador e até o final da legislatura, em janeiro de 1971, integrou as comissões de Educação e Cultura, de Projetos do Executivo, de

Finanças, de Redação, de Indústria e Comércio, de Economia, de Transportes e de Reforma de Tarifas Alfandegárias. Participou também, nesse período, de diversas missões parlamentares no exterior como representante do Senado.

Em abril de 1971, o presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), o nomeou ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), do qual se tornou presidente a partir do ano seguinte, aposentando-se em outubro de 1973.

Ao longo de sua vida, foi ainda membro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Sociedade de Estatística, do Clube do Comércio, do Conselho Consultivo da Sousa Cruz Indústria e Comércio, do Conselho Diretor da Light e do Conselho Consultivo da Docas S.A.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 14 de março de 1989.

Era casado com Elza Tschiedel Sá, com quem teve três filhos.

Publicou *A politização do Rio Grande* (1973) e *Tempo de lembrar* (memórias, 1981).

FONTES: CACHAPUZ, P. *Cronologia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputado e embaixador*; CARONE, E. *Estado*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COUTINHO, A. *Brasil*; *Encic. Mirador*; CURRIC. BIOG.; *Estado de S. Paulo* (17/7/1981, 16/3, 18/3/1989); *Folha de S. Paulo* (23/7/1981); *Globo* (3/4/1977, 20/9/1981, 15, 20/3/1989); *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (28/8/1977, 15/3/1989); MACEDO, N. *Aspectos*; MONTEIRO, F. *Discurso*; *Movimento de 5*; *Perfil* (1972); *Relação dos ministros*; SÁ, M. *Politização*; SENADO *Dados biográficos dos senadores*; SENADO. *Relação dos líderes*; SILVA, R. *Notas*; SOUSA, J. *Índice*; VIANA FILHO, L. *Governo*.

SÁ, RAUL DE NORONHA

*dep. fed. MG 1919-1930; const. 1934.

Raul de Noronha Sá nasceu em Baependi (MG) no dia 22 de dezembro de 1879, filho de Evaristo Augusto Nogueira de Sá e de Amália Noronha Nogueira de Sá.

Fez os primeiros estudos no Ginásio Baependiano e transferiu-se depois para a capital paulista, onde fez o preparatório no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo. Aprovado nos exames, ingressou naquela faculdade e se formou em dezembro de 1903.

Iniciou sua vida pública como membro do conselho deliberativo do município de Caxambu (MG), atuando em seguida como subprocurador dos Feitos da Saúde Pública, no governo de Júlio Bueno Brandão (1908-1909) em Minas Gerais. Tornou-se depois consultor jurídico do estado para assuntos relacionados com as estâncias hidrominerais.

Durante o governo estadual de Venceslau Brás (1909-1910), exerceu simultaneamente as prefeituras das estâncias hidrominerais de Cambuquira e Lambari. Com a ascensão de Venceslau à presidência da República em novembro de 1914, tornou-se oficial do seu gabinete, função que exerceu até novembro de 1918, ao findar o mandato presidencial. Passou então a exercer o cargo de primeiro promotor dos Feitos da Fazenda municipal em seu estado, mas pouco depois exonerou-se em decorrência de sua nomeação para um tabelionato no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Em 1918 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais, na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM), assumindo uma cadeira na Câmara em maio do ano seguinte. Reeleito sucessivamente em 1921, 1924, 1927 e 1930, exerceu regularmente o mandato até outubro de 1930, quando da vitória da Revolução que depôs Washington Luís. Durante esse período de sua vida parlamentar, exerceu durante quatro anos a função de primeiro-secretário da Câmara.

Em maio de 1933 elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte por Minas Gerais, na legenda do Partido Progressista (PP), formado por elementos egressos do PRM. Assumindo o mandato em novembro seguinte, participou dos trabalhos constituintes e, por delegação de sua bancada, atuou em defesa dos interesses de seu estado no tocante às minas e jazidas minerais. Nessa época teve seu nome incluído entre os possíveis candidatos à sucessão do interventor em Minas Gerais Olegário Maciel, falecido em setembro de 1933. O escolhido, no entanto, foi Benedito Valadares, indicado pessoalmente por Getúlio Vargas

e empossado no cargo em dezembro do mesmo ano.

Após a promulgação da nova Constituição, em 16 de julho de 1934, e a eleição, no dia seguinte, de Getúlio Vargas para a presidência da República, teve seu mandato prorrogado até maio do ano seguinte. Em outubro de 1934 elegeu-se suplente de deputado federal por Minas Gerais na legenda do PP. Convidado por Benedito Valadares para a Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, deixou a Câmara em abril de 1935, não chegando a concluir o mandato. Permaneceu à frente daquela secretaria até 29 de novembro de 1937, pouco depois da instauração do Estado Novo.

Faleceu no dia 30 de dezembro de 1953.

Foi casado com Alexina Leitão Sá.

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); ARQ. GETÚLIO VARGAS; BOMENY, H. *Estratégia*; CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CONSULT. RAMOS, P.; HEILBORN, M. *Oligarquia*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); NABUCO, C. *Vida*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976).

SÁ, Reginaldo Nemésio de

*militar; junta gov. PI 1889.

Reginaldo Nemésio de Sá foi militar e ativista político no Piauí.

No dia seguinte à proclamação da República (15/11/1889), integrou, com a patente de capitão, a junta provisória de governo – composta ainda pelo capitão Nelson Pereira do Nascimento e pelo alferes João de Deus Moreira de Carvalho – que depôs o último presidente da província do Piauí, Lourenço Valente de Figueiredo. No dia 18, a junta foi acrescida de mais quatro membros: João da Cruz Santos (barão de Uruçuí), o cônego Tomás de Moraes Rego, Teodoro Alves Pacheco e o tenente-coronel Joaquim Dias de Santana. A junta governou até 26 de novembro de 1889, quando foi afastada do poder por Gregório Taumaturgo de Azevedo, designado pelo presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, para assumir o governo piauiense.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

SABOIA, Eduardo Tomé

*dep. fed. CE 1908-1917.

Eduardo Tomé Saboia nasceu em Fortaleza em 1876, filho de José Tomé da Silva e de Ana Figueira de Saboia e Silva.

Fez os estudos preparatórios no Liceu do Ceará, dali seguindo para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Politécnica. Kursou porém apenas o primeiro ano e abandonou a escola para se dedicar ao jornalismo. Foi redator da revista literária *A Semana* e logo depois foi auxiliar de José do Patrocínio no periódico *Cidade do Rio*. Foi também redator do *Debate* e secretário e diretor de *O Comércio*, que fundou com os amigos Domingos Olímpio, Frota Pessoa e Antônio Sales ainda no Rio de Janeiro. Ingressou em 1892 na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, mas tampouco completou o curso. Mudando-se para Salvador, e tendo como companheiro o polemista Odalberto Pereira, passou a escrever a coluna política do *Diário da Bahia*. Afinal concluiu o curso de direito em 1902 e logo depois foi nomeado oficial de gabinete do então governador do Bahia Severino Vieira (1900-1904).

Em 1905 retornou ao Ceará, onde fora designado catedrático de direito criminal da Faculdade de Direito. Em 1906 foi nomeado secretário da Fazenda pelo então governador do estado, Nogueira Acióli, e por um breve período, por motivo de moléstia do titular, secretário interino da Justiça. Com a ida de Tomás Acióli para o Senado Federal, em 1908 assumiu a vaga deixada por este na Câmara dos Deputados. Reeleito para mais três legislaturas, exerceu o mandato até de dezembro de 1917.

De sua autoria foram publicados, entre outros, os seguintes trabalhos: *Contos do Ceará* (1894); *Nova Lei de Falência* (1902); *Relatório da Secretaria da Fazenda apresentado ao presidente do estado do Ceará* (1906).

Kleiton de Souza Moraes

FONTES: STUART, G. *Dicionário* (v.1, p. 237-238).

SALDANHA, JOSÉ JOAQUIM

*dep. fed. BA 1903 e 1906-1908.

José Joaquim Rodrigues Saldanha nasceu na cidade de Paramirim (BA) no dia 16 de dezembro de 1857, filho de José Joaquim Rodrigues Saldanha e de Maria Clara Saldanha.

Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1880, e ocupou importantes cargos na área: foi engenheiro ajudante (1881-1885) e chefe de tráfego (1885-1889) da Estrada de Ferro de Caruaru, em Pernambuco, engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Pelotas a São Lourenço do Sul, no Rio Grande do Sul (1889-1890), auxiliar de gabinete da Secretaria da Agricultura, no Rio de Janeiro (1890), chefe de seção da Alagoas Railway (1890), chefe de locomoção e prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia (1891) e engenheiro chefe da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco (1892-1894), chefe das Obras Públicas da cidade de Recife (1894-1896), chefe de contabilidade da Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana (1896-1897) e chefe da Comissão de Águas e Esgotos de Porto Alegre (1898-1899).

No governo de Severino Vieira (1900-1904), foi secretário de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas da Bahia (1900-1902). Em 1903 foi eleito deputado federal por esse estado e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Não chegou a concluir o mandato, pois renunciou em dezembro do mesmo ano para assumir um cargo no Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, durante o governo Rodrigues Alves (1902-1904). Voltou a ser eleito deputado federal pela Bahia em 1906 e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de maio desse ano até dezembro de 1908, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de abril de 1921.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p.135, 136); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* (n.263, p. 65-68); Secretários de Estado de 1896 a 1971. Disponível em: <<http://www.bahia3000.hpg.ig.com.br/historia/historia.htm>>. Acesso em: 31/7/2009.

SALES FILHO, FRANCISCO ANTÔNIO RODRIGUES DE

*militar; dep. fed. DF 1912-1914, 1918-1923, 1927-1929 e 1935-1937.

Francisco Antônio Rodrigues de Sales Filho nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 12 de outubro de 1879, filho do marechal Francisco Antônio Rodrigues de Sales.

Formou-se em farmácia e medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e assentou praça em abril de 1905, tornando-se médico do Exército. Foi um dos principais articuladores da campanha que levou à criação da Cruz Vermelha Brasileira em dezembro de 1908. Em janeiro de 1910 foi promovido a capitão.

Iniciou-se na política como intendente municipal no Distrito Federal. Em 1912, elegeu-se deputado federal pelo Distrito Federal, assumindo o mandato em maio. Deixando a Câmara dos deputados em dezembro de 1914, reelegeu-se em 1918 — ano em que, no mês de junho, foi promovido a major — e, de novo em 1921. Em setembro de 1923 foi promovido a tenente-coronel. Na Câmara, integrou as comissões da Marinha e Guerra, de Saúde Pública e de Polícia, na qual atuou como terceiro-secretário. Nessa época, foi delegado brasileiro às conferências da Cruz Vermelha Internacional realizadas em Londres e Washington. Derrotado em suas pretensões à reeleição no pleito de 1924, deixou a Câmara em dezembro de 1923 e retornou ao exercício da medicina no Exército. Voltou à Câmara dos Deputados em 1927, lá permanecendo até dezembro de 1929.

Atuando também como jornalista, tornou-se, após a Revolução de 1930, diretor da Imprensa Nacional. Em maio do ano seguinte, foi promovido a coronel. No pleito de maio de 1933 elegeu-se segundo suplente de deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Autonomista do Distrito Federal, mas não participou dos trabalhos constituintes. Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República, elegeu-se, em outubro de 1934, deputado federal pelo Distrito Federal na legenda do Partido Autonomista. Empossado em maio de 1935, compareceu, em maio de 1937, na condição de delegado da ala dissidente do seu partido, à convenção de lançamento da candidatura, apoiada pelo governo federal, de José Américo de Almeida à sucessão do presidente Getúlio Vargas no pleito previsto para o ano seguinte. O processo sucessório foi, contudo, interrompido pela implantação do regime do Estado Novo em novembro de 1937,

que resultou também na interrupção dos mandatos parlamentares e na dissolução dos órgãos legislativos do país.

Com o recesso das atividades parlamentares sob o Estado Novo, foi nomeado ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Faleceu no exercício desse cargo. Na carreira militar, atingiu o posto de general. Como jornalista, foi redator-chefe do *Diário Carioca*.

Era casado com Julieta Lemos Bastos, com quem teve dois filhos.

Publicou *Tratamento da arteriosclerose* (tese) e *Os primeiros socorros em campanha*, além de artigos sobre medicina na revista *Brasil Medicina*.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governo*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Grande encic. Delta*; *Ilustração Brasileira*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); *Personalidades*.

SALES JÚNIOR, Antônio Carlos de

*dep. fed. SP 1916-1927.

Antônio Carlos de Sales Júnior nasceu em Campinas (SP) no dia 22 de janeiro de 1884, filho do coronel Antônio Carlos de Sales e de Ana Coutinho Sales. Seu tio, Manuel Ferraz de Campos Sales, foi presidente do estado de São Paulo de 1896 a 1897 e presidente da República de 1898 a 1902.

Filho de família de cafeicultores de Campinas e Ribeirão Preto, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1901, diplomando-se em 1905. No ano seguinte, começou a advogar na capital paulista. Iniciou a carreira política como candidato do Partido Republicano Paulista (PRP) a deputado estadual, sendo eleito para a legislatura 1910-1912 pelo 10º distrito com 7.633 votos. Foi reeleito para as legislaturas 1913-1915 e 1916-1918, sempre pelo 10º distrito, com, respectivamente, 4.855 e 6.472 votos. Integrou na Câmara estadual as comissões de Higiene Pública, em 1910, e de Instrução Pública, de 1912 a 1915. Em 1916, deixou o Legislativo paulista ao ser eleito deputado federal no dia 2 de julho, na vaga aberta por Cândido Nanzianzeno Nogueira da Mota, que renunciou à sua cadeira na Câmara dos Deputados para assumir a Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo. Várias vezes reeleito pelo 1º distrito de São Paulo, em 1927 também renunciou para assumir o cargo de secretário da Justiça e da Segurança Pública. Respondeu por essa secretaria de 1927 a 1930, e concomitantemente pela da Fazenda, entre 1929 e 1930. Voltou à Secretaria da Fazenda no biênio 1938-1939 e presidiu o Instituto de Previdência do Estado no período 1939-1940, e ainda o Instituto do Café. Também na década de 1930 auxiliou na reorganização do Partido Republicano Paulista (PRP), ocupando sua presidência na fase de comissão de emergência.

Faleceu em 19 de outubro de 1955.

Casou-se com Bartira de Pádua Sales, com quem teve três filhos. Antônio Carlos de Sales Filho foi deputado estadual pelo Partido Republicano de 1947 a 1955, além de ter sido

secretário da Justiça de São Paulo de 1953 a 1954.

Escreveu *O idealismo republicano de Campos Sales*, publicado em 1944.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AZEVEDO, A.; FONSECA, A. *Câmara*; CHAVES, M. *Trajetória*.

SALES, Antônio de Pádua

*dep. fed. SP 1894-1896.

Antônio de Pádua Sales nasceu em Campinas (SP) em 2 de novembro de 1860, filho de Estanislau de Campos Sales e de Maria Perpétua de Oliveira.

Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1884, retornou à cidade natal para iniciar a carreira de advogado. Foi então eleito primeiro juiz de paz da paróquia de Santa Cruz, em Campinas.

Já após a proclamação da República, foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1894-1896. Concluído o mandato na Câmara dos Deputados, foi deputado estadual em duas legislaturas e senador estadual quatro. Foi ainda secretário da Agricultura no governo Manuel Joaquim Albuquerque Lins (1908-1912) em São Paulo, e ministro da Agricultura na presidência de Delfim Moreira (1918-1919). Além de importante lavrador de café, desempenhou função de destaque na direção do Partido Republicano Paulista (PRP).

Correligionário de Washington Luís, presidente deposto pela Revolução de 1930, compôs o poder civil da Revolução Constitucionalista de 1932. Sob a chefia de Pedro de Toledo, e ao lado de Francisco Morato e dos generais Bertoldo Klinger e Isidoro Dias Lopes, formou a junta revolucionária que assumiu o comando do estado de São Paulo.

Foi ainda presidente do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Faleceu a 29 de março de 1957.

Dirceu Franco

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FONSECA, A.; FONTES JR., A. *Senado*.

SALES, Campos

*dep. geral 1885; min. Just. 1889-1891; const. 1891; sen. SP 1891-1896; pres. SP 1896-1897; pres. Rep. 1898-1902; sen. SP 1909-1912; emb. Bras. Argentina 1912; sem. SP 1913.

Manuel Ferraz de Campos Sales nasceu em Campinas (SP) em 13 de fevereiro de 1841, filho de Francisco de Paula Sales e de Ana Cândida Ferraz, ambos descendentes de famílias tradicionais da região ligadas à lavoura. Sua irmã Maria do Carmo Sales casou-se com José Alves de Cerqueira César, republicano histórico, que seria vice-presidente de São Paulo e como tal assumiria o governo do estado de 1891 a 1892. Seu irmão José Alberto Sales foi deputado federal por São Paulo de 1892 a 1893.

Fez os estudos preliminares em sua cidade natal, no internato de Quirino de Amaral Campos, e aos 15 anos transferiu-se para a capital da província para fazer os preparatórios. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1859, e durante os tempos de estudante tornou-se militante do Partido Liberal do Império, chegando a atuar como publicista em órgãos de divulgação do partido. Formado em 1863, fixou-se dois anos depois em Campinas, passando a exercer a advocacia.

Paralelamente à atuação profissional e à atividade no jornalismo, deu início à carreira política, elegendo-se em 1867 para uma cadeira na Assembleia Provincial de São Paulo. Nos anos seguintes, formou com grupos dissidentes do Partido Liberal, que vieram a constituir o Partido Republicano em 1870. Na ocasião do lançamento da nova agremiação, foi lançado o *Manifesto Republicano*, do qual foi um dos signatários. Foi também membro da direção provisória do Partido Republicano Paulista (PRP) em 1872, tendo sido eleito várias vezes para sua comissão permanente nas décadas seguintes.

Ainda na década de 1870, além de firmar sua liderança política em Campinas, elegendo-se vereador por duas vezes com o apoio dos republicanos, teve importante papel na organização e na definição doutrinária do PRP. Para ele, o partido, em sua pregação antimonárquica, não deveria recair em atitudes radicais ou mesmo destrutivas. Longe disso, deveria conduzir sua luta pela transformação do regime de forma prudente e moderada, dado o cunho manifestamente conservador de suas tendências.

Nos anos 1880, teve movimentada vida político-parlamentar, elegendo-se por duas vezes para a Assembleia Provincial (1882-1883 e 1888-1889) e uma para a Assembleia Geral

(1885). Como deputado geral, participou ativamente dos debates parlamentares em torno do projeto do gabinete Sousa Dantas relativo à abolição dos escravos com mais de 60 anos, tendo sido defensor enérgico de uma solução gradual para a chamada “questão servil”, já que via com preocupação os possíveis problemas para a agricultura decorrentes de uma solução imediata. Dois anos depois, dada a intensificação da luta abolicionista em São Paulo e no resto do país, em discurso proferido na entidade dos lavradores paulistas, a Associação Libertadora e Organizadora do Trabalho, veio a defender a libertação imediata e incondicional dos escravos.

Em fins de 1889, à frente da comissão central do PRP, teve importante papel na articulação de forças civis e militares paulistas que deram apoio à derrubada do regime monárquico, ao lado de outros líderes do partido como Francisco Glicério, Bernardino de Campos, Rangel Pestana e Prudente de Moraes. Coube-lhe especificamente estabelecer o contato entre os correligionários paulistas e as lideranças civis que estiveram à testa do movimento republicano na capital do Império.

MINISTRO DA JUSTIÇA

Instalado o governo provisório da República em 15 de novembro de 1889 sob a chefia do marechal Deodoro da Fonseca, Campos Sales foi nomeado ministro da Justiça e assumiu o cargo em 18 de novembro sucedendo a Rui Barbosa, que durante três dias acumulou essa pasta com o Ministério da Fazenda.

Em um primeiro momento, voltou-se para dar consequência a um conjunto de medidas relativas ao estabelecimento do Estado laico no país, seja no tocante ao novo perfil fixado para o casamento civil, seja no tocante à secularização dos cemitérios. Além disso, uma das suas principais iniciativas à frente do Ministério da Justiça foi instituir um conjunto de normas que deu nova feição ao Poder Judiciário brasileiro, o que possibilitou o estabelecimento de um sistema dual de Justiça, composto por órgãos federais e estaduais e coerente com o princípio federalista que moldou a primeira experiência republicana do país.

Com vistas à institucionalização do regime, o governo provisório nomeou uma comissão constituída por cinco próceres republicanos que ficou encarregada de redigir um projeto constitucional para o país. Findo o trabalho, coube a Deodoro e seus ministros promover os

ajustes vistos como necessários. Restava a dúvida no interior do governo acerca da maneira pela qual aquele novo conjunto legal deveria entrar em vigor. Para alguns ministros, era mister que fosse convocada uma Assembleia Constituinte, eleita pela população, com o intuito de discutir o projeto governamental, como também de dar maior sustentação e legitimidade ao regime que então se instalava. Já para Campos Sales, o governo, coerente com sua índole revolucionária e ditatorial, deveria precaver-se de eventuais problemas políticos e promover via decreto a outorga do novo texto constitucional. Em sucessivos artigos de jornal, nos quais assinava como *Hamilton*, em referência direta ao estadista norte-americano, Sales desenvolveu a tese de que a responsabilidade pelo fim do regime de exceção deveria caber ao próprio governo ditatorial. Segundo ele, um governo que se originara da força podia e devia apoiar-se na força para apressar o advento da legalidade. A campanha de Sales não encontrou eco, e a Assembleia Nacional Constituinte foi finalmente convocada pelo governo.

Em 15 de setembro de 1890, como os demais membros do ministério, Campos Sales foi assim eleito senador para a Constituinte que seria instalada em 15 de novembro. Já em 22 de janeiro de 1891, porém, acompanhando a decisão coletiva de seus colegas de ministério, demitiu-se da pasta da Justiça. Ainda que a razão alegada para a demissão tenha sido um problema específico – a concessão pelo governo de créditos para a construção do porto de Torres, no Rio Grande do Sul –, o fato é que já se havia criado um clima de desconfiança mútua entre Deodoro e amplos setores das elites políticas republicanas que até então haviam composto o governo, decorrente, entre outros motivos, da aproximação de Deodoro com figuras do regime decaído, entre elas o barão de Lucena – que aliás substituiu interinamente Campos Sales na Justiça. Apesar disso, e mesmo diante de manobras levadas a efeito por grupos de diferentes bancadas com o intuito de lançar o nome do paulista Prudente de Moraes para a presidência da República, coube a Deodoro a vitória na eleição indireta que, em 25 de fevereiro de 1891, um dia após a promulgação da primeira Constituição republicana, escolheu o primeiro presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

SENADOR

Após deixar o ministério, iniciada a legislatura ordinária no Congresso Nacional, Campos Sales passou a ocupar uma cadeira no Senado Federal. Durante o breve governo constitucional de Deodoro – de fevereiro a novembro de 1891 –, deu-se o rompimento político definitivo do presidente da República com o grupo dos republicanos históricos formado por Campos Sales e muitos dos signatários do *Manifesto Republicano*. Em razão disso, Sales tornou-se líder da oposição ao governo no Senado e passou também a combater o governador de São Paulo nomeado por Deodoro, seu ex-correligionário Américo Brasiliense.

Em 3 de novembro de 1891, Deodoro da Fonseca desfechou um golpe contra o Poder Legislativo, suspendendo suas atividades. Diante da reação negativa de amplos setores militares e civis, veio a renunciar 20 dias depois, fato esse que teve como desdobramento imediato a posse na presidência do vice-presidente Floriano Peixoto. Para Campos Sales e para os “históricos”, a saída de Deodoro criou condições políticas favoráveis para que fossem recuperadas posições nos governos federal e estadual. Em razão disso, trataram de cerrar fileiras em torno da posse e da manutenção no poder de Floriano Peixoto.

Enfrentada e debelada a primeira grave crise do novo regime, o presidente Floriano Peixoto tomou decisões no sentido de promover a normalização da situação político-militar, tais como a suspensão do estado de sítio e a reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional. Logo em seguida, porém, adviriam novas crises decorrentes de polêmicas que se colocavam nos meios políticos a respeito da legitimidade do mandato presidencial de Floriano. Campos Sales, na condição de líder da maioria no Senado, seguiu à risca a orientação do PRP de dar respaldo e sustentação a Floriano. Daí sua defesa da suspensão temporária dos trabalhos parlamentares para que o governo pudesse atuar com maior liberdade e desenvoltura na repressão aos que se rebelavam contra o poder. Em pronunciamento no Senado Federal no dia 21 de janeiro de 1892, Sales justificou sua posição: “Estamos tão intimamente ligados um com o outro, que a força do governo seria a nossa própria força e sua fraqueza seria nossa condenação.”

Naquele mesmo ano, diante de novos levantes e graves ameaças ao governo, entrou em pauta nas casas legislativas o debate em torno da regulamentação dos dispositivos constitucionais que previam a decretação do estado de sítio. No Senado, o projeto de lei ficou a cargo de uma comissão chefiada por Campos Sales. Aprovado o texto de Sales na

Câmara Alta, a medida terminou sendo obstada pela maioria governista na Câmara dos Deputados, uma vez que foi vista como insuficiente para assegurar ao governo federal os instrumentos políticos necessários para dar solução à crise. Derrotado pelo próprio governo, Sales afastou-se da liderança da maioria e partiu para uma viagem ao exterior que se prolongaria por todo o ano de 1893.

Em 1894, de volta ao Brasil, participou das articulações políticas levadas a efeito para a composição do governo do presidente Prudente de Moraes – eleito em março e com posse prevista para 15 de novembro –, defendendo com sucesso a presença do paulista Rodrigues Alves no Ministério da Fazenda. Ainda naquele ano, foi eleito uma vez mais para a comissão central do PRP.

PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Em dezembro de 1895, Campos Sales foi lançado pelo PRP candidato a presidente do estado de São Paulo na sucessão de Bernardino de Campos, fixando sua campanha na defesa de um governo forte que promovesse o incremento à agricultura, à imigração e à instrução pública. Em fevereiro de 1896, concorreu sem adversários e venceu o pleito com um total de 43.898 votos, sendo empossado em 1º de maio.

No quadriênio de Prudente de Moraes, deu-se uma importante cisão política entre o presidente da República e Francisco Glicério, um dos próceres do republicanismo paulista e líder-mor do Partido Republicano Federalista (PRF). Criado em 1893 para dar sustentação política à candidatura de um civil à presidência da República, o PRF dominava amplamente as duas casas do Legislativo, reunindo bancadas republicanas de todo país. Na origem da disputa entre os dois republicanos históricos estiveram, entre outras razões, duas visões antagônicas acerca dos rumos da República brasileira. Enquanto, para Glicério e várias facções do PRF, era mister acompanhar o espírito do governo anterior com vistas a dispor de instrumentos que combatessem os inimigos da República, para Prudente de Moraes e os legalistas, o mais importante era atuar no sentido de debelar a crise pela via da ordem e da moderação, sem os arroubos e o radicalismo dos tempos florianistas.

Nessa quadra crítica, Campos Sales, na presidência de São Paulo, foi instado pelos seus correligionários do PRP a atuar na mediação entre os dois grupos em disputa. Sem obter êxito na empreitada, terminou por formar com o presidente da República e com os

legalistas, posição essa que veio a ser reforçada depois do fracassado atentado contra a vida de Prudente de Moraes em 5 de novembro de 1897, levado a efeito por um partidário do republicanismo radical. O episódio serviu de senha para a vitória dos legalistas contra os florianistas capitaneados por Glicério.

Àquela altura, o nome de Campos Sales já se firmara nos meios políticos governistas como candidato oficial à sucessão de Prudente de Moraes na presidência da República. Prova disso é que, em 31 de outubro do mesmo ano de 1897, transmitiu o governo de São Paulo ao vice-presidente estadual Peixoto Gomide e teve seu nome referendado em ato político realizado em São Paulo que reuniu os grupos republicanos situacionistas. Na ocasião, Sales fez divulgar um manifesto no qual estabelecia as linhas mestras do seu futuro governo.

Quanto aos aspectos econômico-financeiros, foi peremptório: “O problema financeiro é, no geral consenso, o grande problema nacional. A restauração das finanças é obra ingente que se impõe às preocupações patrióticas do governo da República. Não há, portanto, lugar para os vastos programas da administração, que aliás se incompatibilizam com a situação do Tesouro, tal como ela se desenha. ... Muito terá feito pela República o governo que não fizer outra coisa senão cuidar das suas finanças.”

Também no que concerne às questões de natureza política, explicitou alguns pontos. Em primeiro lugar, ao tratar do tema das relações do chefe do governo com o partido que lhe dava sustentação política, o recado também foi claro: colocar-se-ia, por princípio, na posição de chefe de Estado e não na de líder partidário. Com isso, não apenas buscava afirmar sua condição de candidato independente do oficialismo, como também emitia sinais à oposição de que estaria aberto ao diálogo, desde que esta estivesse devidamente “arrancada do espírito revolucionário”. Em seguida, fez profissão de fé na defesa do federalismo e do presidencialismo, este último visto por ele como um regime cujo traço essencial era o da responsabilidade direta e pessoal do chefe de governo. Segundo Sales, o presidente era “o centro e unidade da ação governativa, por isso mesmo que é o depositário único da suprema responsabilidade”. A seu ver, no regime presidencialista, não cabia ao Legislativo exercer influência sobre o governo; o Poder Legislativo não era nem constituía o governo, devendo tão somente exercer o seu papel de colaboração à ação do Executivo, ao qual, pela natureza de suas prerrogativas, cabia o exercício do governo e o comando da administração. E concluía: “No regime presidencial, porém, o Executivo desenvolve a sua

ação em uma esfera de completa independência, de tal sorte que o Legislativo, igualmente soberano no exercício de suas funções, não governa e não administra”.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nas eleições de 1º de março de 1898, Campos Sales obteve um total de 174.325 votos, contra 16.534 de seu opositor, o florianista Lauro Sodré. Em abril, definido o resultado eleitoral, partiu para Europa com vistas a dar encaminhamento ao grave problema das contas externas do país. Por cerca de dois meses, ao lado de Bernardino de Campos, então ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, entabulou negociações com representantes da Casa Rothschild, principal credor da dívida brasileira, para dar um paradeiro às finanças externas brasileiras por meio da aprovação de um empréstimo de consolidação (*funding loan*). Dessa negociação, saiu o acordo final que assegurou um novo empréstimo de dez milhões de libras ao país. Em troca, o governo brasileiro deu como garantia aos credores as rendas das alfândegas do Rio de Janeiro, e se comprometeu a não recorrer a novos empréstimos externos. Prevvia-se ainda que as autoridades brasileiras deveriam incinerar uma quantidade de papel moeda equivalente ao empréstimo. No âmbito dessas tratativas, a Casa Rothschild exigiu que o futuro presidente assinasse de próprio punho um compromisso com o cumprimento do contrato. Campos Sales assim o fez.

Em 15 de novembro de 1898, Campos Sales assumiu a presidência da República. Durante o seu quadriênio, orientou o seu governo para o enfrentamento de duas questões fundamentais: a garantia da estabilização financeira do país, com a qual firmara compromisso político e pessoal, e a conformação de um acordo político que pudesse conter o jogo de facções e fazer frente e isolar os grupos republicanos radicais, civis e militares, que haviam colocado em xeque o governo do seu antecessor.

Para a primeira questão, a receita já estava definida. Ainda no manifesto de outubro de 1897, Campos Sales já havia exposto de forma cabal o programa que iria seguir: “Direi em síntese que – promover o resgate gradual do papel-moeda, fiscalizar com severidade a arrecadação, discriminar os serviços públicos, de tal modo que não pesem sobre o Tesouro da União senão os de natureza estritamente federal, proscrever das tarifas o princípio do inoportuno protecionismo, eliminar o déficit dos serviços a cargo da Nação e outras

medidas que devem ser prudentemente aplicadas no sentido de reduzir a despesa, desenvolver a receita, valorizar o meio circulante, expandir o crédito, criar a confiança, estimular a imigração do capital, são os meios que me parecem adequados para criar uma situação financeira bastante sólida, a fim de que sobre ela se possa levantar a prosperidade da Pátria e a glória da República.”

Para tanto, por intermédio do ministro da Fazenda Joaquim Murinho, Campos Sales levou adiante um duro programa de saneamento financeiro que consistiu no aumento de impostos, no corte de investimentos, no controle dos salários do funcionalismo, na redução de despesas do governo, entre outras medidas. Em seu livro testamento, *Da propaganda à presidência*, relata em detalhes as inúmeras pressões que sofreu por parte de diferentes setores das chamadas “classes conservadoras” para alterar os rumos do seu programa econômico. Na obra, jacta-se de ter resistido a essas e outras pressões políticas,

Já para o enfrentamento do desafio político, Campos Sales operou no sentido de reunir em torno de si um conjunto significativo de líderes, seja em nível nacional, seja em nível regional, que fosse capaz não apenas de dar suporte às suas políticas econômico-financeiras, como também de reduzir o espaço de manobra das dissidências políticas e do radicalismo. Para isso, levou a cabo o que chamou de “política dos estados”, cujo principal mecanismo consistiu em dar o aval político do governo federal ao situacionismo estadual. Não por acaso, essa operação seria designada nos meios políticos, para seu desconforto, “política dos governadores”.

Em 1901, Campos Sales iniciou os movimentos políticos para escolher o seu sucessor. Desde então fixou-se no nome de Rodrigues Alves, ex-ministro da Fazenda de Prudente de Moraes e então presidente de São Paulo. Para Sales, chegara o momento de a República contar com a ponderação e o equilíbrio de um ex-servidor do regime monárquico. Diz em suas memórias: “Será um belo espetáculo ser elevado ao supremo posto, pelos republicanos de nascimento, um ex-servidor da monarquia, convertido e ganho para o serviço da República. ‘A idade heróica, a idade cavalheiresca já passou’. Agora, o verdadeiro patriotismo é o que consiste em designar os que forem capazes e dignos.”

Para Campos Sales, o “adesista” Rodrigues Alves possuía também outro atributo por demais importante: o compromisso de dar continuidade ao seu programa de estabilização econômico-financeira, no qual havia concentrado grande parte dos seus esforços. Por meio

de consultas aos governantes estaduais e aos principais líderes políticos do Congresso Nacional, Sales reuniu condições para concluir seu mandato com uma importante vitória política: a eleição para a presidência da República da chapa oficial formada pelo paulista Rodrigues Alves (presidente) e pelo mineiro Silviano Brandão (vice-presidente) – este último faleceria antes de tomar posse, e para seu lugar seria eleito o também mineiro Afonso Pena.

Campos Sales entregou o cargo em 15 de novembro de 1902 e dias depois deixou a capital federal rumo a São Paulo. Na memorialística sobre o seu regresso à terra natal, vários são os autores que registram as hostilidades que sofreu do povo suburbano carioca. Célio Debes, por exemplo, assim descreve o episódio: “O ex-presidente se demora no Rio até a noite de 18 [de novembro], quando embarca em trem especial. É, então, alvo de manifestações hostis do populacho. Os jornais que lhe eram adversários relatam em pormenores o que foram as vaias, os apupos de que fora alvo, à partida da composição da Central do Brasil. A imprensa que o apoiou silencia.”

Durante os anos seguintes, dedicou-se aos negócios da lavoura em sua fazenda em Baranhão, no interior de São Paulo. Ao lado das atividades privadas, manteve intensa atividade política, tendo seu nome sido lembrado em duas ocasiões para concorrer à presidência da república: quando da sucessão de Rodrigues Alves, em 1906, e quando da sucessão do marechal Hermes da Fonseca, em 1914. Em nenhuma delas alcançou as condições necessárias para formar a chapa oficial.

Em 1907, sofreu importante derrota política quando se viu preterido pelo PRP para concorrer ao governo do estado de São Paulo. Na ocasião, os “históricos” já davam lugar a uma nova geração republicana. Em compensação, dois anos depois, recebeu o apoio político necessário para concorrer e vencer o pleito para o Senado. Em 1912, desempenhou sua última função pública: foi ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina.

Morreu em Guarujá, São Paulo, em 28 de junho de 1913, com 72 anos.

Foi casado com Ana Gabriela de Campos Sales, com quem teve oito filhos.

Campos Sales produziu importante obra política. Como jornalista, colaborou em diversos jornais do seu estado. Publicou, entre outros livros ou opúsculos, *Atos do governo provisório* (1891), *Cartas da Europa* (1894), *Manifestos e mensagens (1898-1902)* (1902, republicado em 2007), *Da propaganda à presidência* (1908, republicado em 1983). Sobre

sua vida e trajetória política foram publicados, entre outros, *O Sr. Campos Sales na Europa. Notas de um jornalista* de Tobias Monteiro (1900), *A presidência Campos Sales* de Alcindo Guanabara (1902), *O idealismo republicano de Campos Sales* (1944), *Vida e obra de Campos Sales* de Raimundo de Menezes (1974), *Campos Sales: perfil de um estadista* de Célio Debes (Rio de Janeiro, 1978, vols. 1 e 2); *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira* de Renato Lessa (1988), *Fundamentos da ordem política republicana: repensando o pacto de Campos Sales* de Ana Luiza Backes (2006), e “Campos Sales: a arquitetura da Primeira República” de Júlio Pimentel Pinto (apresentação da reedição de *Manifestos e mensagens*, 2007).

Américo Freire

FONTES: ABRANCHES, J. *Como*; BELLO, J. *História*; CARDOSO, F. *Dos governos*; CASTRO, S. *República*; FREIRE, A. *Por um presidencialismo*; LESSA, R. *Invenção*; PENNA, L. *Progresso*; PENNA, L. *República*.

SALES, Efigênio Ferreira

*dep. fed. AM 1915-1925; gov. AM 1926-1929; sen. AM 1930.

Efigênio Ferreira Sales nasceu em Serro do Frio (MG) no dia 16 de agosto de 1877.

Completoou os estudos primários no Colégio do Caraça, em Catas Altas (MG), e fez o curso secundário na Escola São Vicente de Paulo, em Belo Horizonte. Antes de completar a maioridade chegou ao Amazonas, onde trabalhou como aprendiz de tipógrafo no *Diário Oficial* do estado. Foi depois para o Rio de Janeiro e alistou-se no Exército. Em 1897 integrou a coluna do coronel Artur Oscar na Guerra de Canudos (1896-1897). Depois disso regressou a Manaus e começou a trabalhar como repórter no jornal *O Amazonas*, dirigido por Antônio Bittencourt e Raimundo Salgado dos Santos. Em 1899 participou do conflito com os bolivianos provocado pela disputa pelo território do Acre. Contudo, foi acometido de uma doença que o forçou a voltar para Manaus, onde se curou em pouco tempo. Em 1907 matriculou-se na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, e durante o período universitário dividiu-se entre a capital da República e Manaus. Em 1910 foi nomeado distribuidor e contador geral do Foro de Manaus. Bacharelou-se em 1911, e no ano seguinte assumiu a direção do jornal *Diário do Amazonas*.

Em 1915 foi eleito deputado federal pelo Amazonas. Assumindo em maio do mesmo ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, foi reeleito para as três legislaturas seguintes e exerceu o mandato até 1925, quando se licenciou ao ser eleito governador do Amazonas. Tomou posse no governo amazonense no dia 1º de janeiro de 1926, em substituição ao interventor Alfredo Sá, e permaneceu no cargo até 29 de março de 1929.

Em março de 1930 foi eleito senador da República. Empossado em maio, exerceu o mandato por breve período, posto que, com a vitória da Revolução de outubro de 1930, em dezembro foram extintos todos os órgãos legislativos do país. Perseguido pelas forças revolucionárias de 1930, tomou parte, em São Paulo, na Revolução Constitucionalista de 1932.

Foi um dos fundadores e diretor da Associação Brasileira de Imprensa.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 12 de outubro de 1939.

Era casado com Alice Tavares Ferreira de Sales, com quem teve seis filhos.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 19/8/2010; *Diário Oficial do Amazonas*. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.am.gov.br>>. Acesso em: 19/9/2010; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 19/9/2010.

SALES, Francisco

*dep. fed. MG 1900-1902; pres. MG 1902-1906; sen. MG 1906-1910; min. Faz. 1910-1913; sen. MG 1915-1923.

Francisco Antônio de Sales nasceu na vila de Lavras do Funil, atual município de Lavras (MG), no dia 29 de janeiro de 1864, filho de Firmino Antônio de Sales e de Ana Cândida de Sales. Seu pai, fazendeiro, foi agente executivo municipal e tenente-coronel da Guarda Nacional. Seu irmão Pedro Sales foi presidente do diretório do Partido Republicano Mineiro (PRM) em Lavras, vereador e intendente do município.

Após ter sido alfabetizado pelo padre Américo Brasileiro, cursou o secundário em sua cidade natal, em seguida no Seminário de Mariana (MG), e concluiu essa fase dos estudos em Ouro Preto (MG), em 1881. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886.

Logo após a formatura, retornou a Lavras do Funil, onde advogou e se engajou na propaganda republicana. Fez conferências em várias cidades mineiras e incentivou a criação de clubes que mais tarde se uniram ao PRM. Com a proclamação da República foi nomeado juiz municipal em Lima Duarte (MG), mas não permaneceu por muito tempo no cargo, deixando a magistratura para voltar-se para a atividade política. Foi filiado ao PRM e militante partidário até os últimos anos de sua vida pública.

Eleito deputado estadual constituinte em 1891, logo após assumir o mandato foi escolhido presidente da Assembleia estadual. Participou também de diversas comissões, como a de Orçamento, de Justiça Civil e Criminal. Em 1894 foi convidado pelo presidente do estado Crispim Jacques Bias Fortes para assumir a Secretaria de Finanças. Permaneceu no cargo durante todo o governo Bias Fortes, de 7 de setembro de 1894 a 6 de setembro de 1898. Acumulou também a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, substituindo Francisco Sá, de 25 de maio de 1897 a 6 de setembro de 1898. Mesmo após a posse de Silviano Brandão no governo mineiro em 7 de setembro de 1898, permaneceu à frente da Secretaria de Finanças até 20 de outubro seguinte. Entre suas realizações, destacam-se os

esforços de sistematização nos serviços de arrecadação estadual, de maior rigidez no planejamento do orçamento público, e de reorganização da Imprensa Oficial, de modo a dotá-la de regulamentação própria. Seu prestígio como político e gestor foi reconhecido na convenção do PRM de 1898, na qual foi eleito membro da comissão executiva do partido. Nesse posto, assegurou a força das lideranças municipais.

Em 1899 foi eleito senador estadual, mas não chegou a tomar posse, por ter sido nomeado por Silviano Brandão prefeito de Belo Horizonte. Esteve à frente da prefeitura de 1º de fevereiro a 2 de setembro de 1899, quando se afastou para se integrar ao corpo docente da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Contudo, no ano seguinte João Luís Alves foi nomeado para a cátedra que ocupava, o que o levou a deixar a faculdade. Foi novamente eleito para o Senado mineiro, mas não assumiu o mandato por decisão da comissão executiva do PRM, liderada por Crispim Jacques Bias Fortes, que julgou mais conveniente naquele momento indicá-lo para a Câmara dos Deputados. Foi então eleito deputado federal para a legislatura 1900-1902. Empossado em 15 de novembro de 1900, integrou a Comissão de Reconhecimento de Poderes e a Comissão de Orçamento da Câmara.

A proximidade da sucessão de Silviano Brandão no governo mineiro gerou tensão no interior do PRM em torno da indicação do sucessor. Além do nome de Francisco Sales, foi também citado com fervor o do político Bernardo Pinto Monteiro. Em 1º de março de 1902 realizaram-se as eleições, e Sales saiu vitorioso. Logo após assumir o cargo em 7 de setembro seguinte, compôs seu secretariado com personagens mais novos na cena política: Delfim Moreira da Costa Ribeiro na Secretaria do Interior, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada na Secretaria de Finanças, e o coronel Francisco Bressane de Araújo na prefeitura de Belo Horizonte. Além de ter buscado reforçar o PRM, organizou, em maio de 1903, o I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, que discutiu medidas emergenciais para o desenvolvimento da produtividade agrícola e o fomento à industrialização e à livre circulação de produtos. As discussões travadas no evento influíram na orientação da política econômica mineira e do Brasil, com destaque para o protecionismo, a legislação de águas, a valorização do café e estabilização da moeda. O governo também promoveu

mudanças na Brigada Policial, com a transferência do comando da corporação para o chefe de polícia (Decreto nº 1.573, de 24/1/1903). Conferiu especial atenção aos aspectos educacionais, principalmente na instrução primária, e investiu na estabilização econômica, com o estímulo às atividades produtivas, e a redução e fixação de tributos.

Ao completar seu mandato como presidente de Minas em 7 de setembro de 1906, Francisco Sales passou o governo a João Pinheiro e foi eleito senador. Renunciou porém em 1910, num momento em que a política nacional vivenciava a Campanha Civilista, movimento que polarizou a disputa presidencial entre o baiano Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca. Com a vitória de Hermes da Fonseca e sua posse em 15 de novembro daquele ano, assumiu o Ministério da Fazenda e permaneceu no posto até 1913. Em linha semelhante à adotada no governo mineiro, buscou aumentar a arrecadação pública, reorganizar a concessão e a obtenção de créditos, estimular o comércio e proteger a atividade industrial. Reorganizou a Caixa de Conversão, a Delegacia do Tesouro Nacional em Londres, a realização de operações de crédito no exterior e a emissão de papel-moeda e apólices para compromissos do tesouro público.

Em 1915 retornou ao Senado Federal e renovou seu mandato até 1923. Participou da Comissão de Redação de Leis, da Comissão de Saúde Pública e da Comissão de Estatística e Colonização.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de janeiro de 1933.

Era casado com Ana Adalgisa de Aquino Sales.

Vanessa Lana

FONTES: GOV. MG. Disponível em:
<<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/galeria-de-governadores/francisco-antonio-de-salles/5794>>. Acesso em: 10/5/2010;
MONTEIRO, N. *Dicionário*.

SALES, Henrique de Magalhães

*pres. MG 1882-1883; pres. AL 1883-1884; dep. geral MG 1886-1889; dep. fed. MG 1900-1911.

Henrique de Magalhães Sales nasceu no Arraial do Cágado (MG) no dia 21 de agosto de 1848, filho de Francisco José de Sales e de Maria Genuína de Magalhães Sales.

Iniciou o curso de humanidades no município fluminense de Nova Friburgo e concluiu-o em Recife. Nessa cidade, diplomou-se pela Faculdade de Direito em 1867. Logo após retornou a Minas Gerais, foi promotor público em Ubá e exerceu a advocacia em Ouro Preto.

Membro do Partido Liberal, iniciou a carreira política em 1878, quando foi eleito deputado provincial em Minas. Em 1879 conseguiu se reeleger e em 1881 foi nomeado inspetor geral da Instrução Pública. No ano seguinte tornou-se vice-presidente da província e, a partir de dezembro, esteve à frente do governo por quatro meses. Em agosto de 1883 foi nomeado presidente da província de Alagoas, a qual administrou até setembro de 1884. Em 1886 candidatou-se a deputado geral por Minas Gerais e foi eleito, com mandato até 1889.

Com a instauração da República em 15 de novembro de 1889, afastou-se temporariamente da política e retomou suas atividades de advogado. Em 1892 participou ativamente da criação da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, instituição na qual faria longa carreira docente, lecionando a disciplina de direito comercial, e da qual foi vice-diretor de 1895 a 1901.

No início de 1900 foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Empossado na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, foi reeleito para as três legislaturas seguintes. Deixou a Câmara em novembro de 1911.

Faleceu em Juiz de Fora em 24 de outubro de 1913.

Era casado com Cornélia Monteiro de Magalhães Sales.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 109); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 608).

SALES, João Alberto

*jornalista; dep. fed. SP 1892-1893.

João Alberto Sales nasceu em Campinas (SP) em 14 de outubro de 1855, filho de Francisco de Paula Sales e de Ana Cândida Ferraz. Seu irmão Manuel Ferraz de Campos Sales foi presidente da República de 15 de novembro de 1898 a 15 de novembro de 1902.

Fez os cursos preparatórios em sua cidade natal e em 1875 viajou para os Estados Unidos, onde se matriculou na Rensselaer Polytechnic Institute de Troy, no estado de Nova Iorque. Aí fez apenas o primeiro ano do curso de engenharia, mas aprofundou seus estudos sobre o regime republicano e o sistema federalista norte-americano. Enviou cinco textos que foram publicados pelo jornal *A Província de São Paulo*, marcando o início de sua atividade jornalística. De volta a São Paulo em 1876, ingressou na Faculdade de Direito e colou grau em 15 de novembro de 1882. Em 1883, morou por um breve período em Pirassununga, onde abriu escritório de advocacia. A partir de então, movimentou-se entre São Paulo e Campinas.

Destacado como um dos intelectuais que contribuíram para a renovação das mentalidades no chamado modernismo da década de 1870, movimento que anunciou o final do Império e articulou a chegada da República, já em seu tempo Alberto Sales era citado como um dos principais ideólogos e articuladores republicanos, característica ressaltada por seu biógrafo Luís Washington Vita. Assim, ainda estudante fez parte do grupo de republicanos de Campinas, cidade considerada um importante centro da propaganda republicana em São Paulo, e com Alcides Lima e Pedro Lessa lançou em 1880 *O Federalista*, jornal de duração efêmera dedicado a divulgar a república e o federalismo no meio estudantil. Em 1881 tornou-se redator-chefe de *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico que seria editado até 1886. Em 1882 escreveu *Política republicana*, trabalho que foi publicado com recursos arrecadados pelo Partido Republicano Paulista (PRP) junto a seus militantes e simpatizantes. Segundo o necrológico do jornal *O Estado de São Paulo*, a obra foi uma das três que maior repercussão tiveram no ânimo da geração acadêmica de seu tempo.

Em 1883, lançou *Ensaio sobre a moderna concepção do direito*. Buscava com isso renovar o pensamento da Faculdade de Direito de São Paulo, incorporando as ideias da Escola Histórica de Direito, surgida no início do século XIX na Alemanha com os juristas Gustav von Hugo e Friedrich Carl von Savigny. A nova corrente jurídico-filosófica fora construída em oposição ao raciocínio abstrato defendido pela Escola Jusnaturalista, que considerava o direito como um fenômeno independente do tempo e do espaço, e postulava que o homem, pelo exercício da razão e valendo-se de ideias inatas, seria capaz de deduzir princípios e normas de validade universal, o direito natural. Já para a Escola Histórica, a moral, a arte, a linguagem e o direito eram produtos do “espírito do povo” (*Volksgeist*). Nessa nova concepção, as normas jurídicas seriam o resultado da evolução histórica de cada povo, e a essência das leis seria encontrada nos costumes e nas crenças dos grupos sociais. A prática e a teoria do direito não poderiam estar divorciadas sem que houvesse prejuízo para ambas. Liberal convicto, Alberto Sales registrou também suas divergências em relação ao autoritarismo comteano, particularmente na defesa da soberania popular, conforme propunha Stuart Mill.

Em 1884, tornou-se sócio e diretor-gerente do jornal *A Província de São Paulo*, do qual, no ano seguinte, Júlio Mesquita se tornaria redator político. No jornal, envolveu-se em diversas polêmicas, entre as quais ganharia notoriedade aquela com Júlio Ribeiro, outro integrante da “geração de 1870”. Os artigos de Alberto Sales, assinados com os pseudônimos *Demócrito* ou *Diderot*, foram reunidos no livro *Cartas a Júlio Ribeiro*, de 1885. Jornalista combativo, abolicionista e anticlerical, gramático respeitado e ardoroso representante do naturalismo, movimento fundado pelo francês Émile Zola, Júlio Ribeiro publicou *Padre Belchior de Pontes* (1867-1868), *Cartas sertanejas* (1885) e, mais tarde, *A carne* (1888), e recebeu muitas críticas por suas ideias radicais e vanguardistas.

Ainda em 1885 Alberto Sales publicou *O catecismo republicano*, com tiragem de dez mil exemplares, distribuída gratuitamente pelo PRP. O livro foi dividido em 12 lições que apresentavam uma síntese da visão e do programa dos republicanos: Noção e objeto da política; Do poder governamental; Lei evolutiva do Estado; Do Estado; Da Constituição;

Da forma de governo; Ainda a questão da forma; Unitarismo e Federação; Vantagens da Federação; Organização e aplicação; Do sufrágio; Extensão do sufrágio; Condições de exercício. Os capítulos foram desenvolvidos através de perguntas e respostas, levando o leitor ao regime republicano e à Federação. Também em 1885, lançou *A vitória republicana*, com artigos publicados acerca das eleições do ano anterior, quando os republicanos elegeram três representantes para a Câmara dos Deputados.

Em 1886, Alberto Sales tornou-se professor do célebre Colégio Culto à Ciência de Campinas. Criado em 1869, o colégio foi uma iniciativa pioneira, baseada no ideário liberal maçônico e republicano segundo o qual só através da educação seria possível transformar o indivíduo em um cidadão produtivo e consciente de seus direitos e deveres cívicos, capaz de exercer a liberdade propiciada pela cidadania. Os republicanos empreenderam grande campanha pela instrução popular e também pela educação das futuras elites dirigentes com objetivos políticos precisos: o alargamento das bases de participação política no país e a conformação da cidadania. Criada pela Associação Culto à Ciência, ligada à maçonaria republicana, a escola era uma entidade benemérita e sem fins lucrativos, voltada para promover a educação, e não aceitava a intromissão religiosa no ensino, conduzido sob o ponto de vista leigo, positivo e científico. Em sua concepção a escola já projetava a organização de novas modalidades de ensino secundário, com o ginásio e cursos técnicos e profissionalizantes, voltados para os trabalhadores. Seu corpo de diretores e professores era composto por republicanos convictos.

No Colégio Culto à Ciência Alberto Sales proferiu duas palestras que ganharam destaque: “Noção geral de governo e sua fundação no meio da sociedade”, onde defendia que o governo é o resultado supremo das condições de vida do povo, o produto natural de sua evolução social, o desdobramento espontâneo de todo o seu passado histórico, e “O que é e para que serve uma Constituição”, em que apresentava os Estados Unidos como o grande exemplo a ser seguido.

Em 1887 publicou *A pátria paulista*, retomando as questões do separatismo e do nacionalismo, que deram origens aos terríveis conflitos que marcaram a história do país nas

décadas de 1830 e 1840. Apoiado nas proposições de Comte, defendeu o federalismo contra “o terrível minotauro do governo central”, que sufocava as províncias presas ao Império pelos fortes anéis da centralização. Na primeira parte da obra, denominada “O separatismo em face da ciência”, após destacar a “Lei do progresso em biologia”, fazia uma analogia com a sociedade e a “Lei do progresso em sociologia”, e concluía apresentando as consequências políticas estabelecidas pela lei, comprovadas historicamente. A seguir, vinham outros dois capítulos: “Vantagens práticas do separatismo”, em que analisava a autonomia política e sua consequência no movimento migratório, na indústria, no comércio, nas finanças, nas vias férreas e no transporte marítimo; e o “Confronto do separatismo com a nacionalidade”, em que analisava as vantagens da autonomia federativa sob outros aspectos: administrativo, do ensino, da economia e da agricultura. Finalizando analisava o sistema federal e apresentava considerações sobre “os chefes do partido republicano”.

Em 1888 publicou em Campinas o *Estudo científico sobre disciplina e organização partidária*.

Já na República, em 23 de novembro de 1892, no final da legislatura 1891-1893, foi eleito deputado federal para completar o mandato de Bernardino de Campos, que renunciara para assumir o governo de São Paulo. Foi reeleito para a legislatura 1894-1896, mas deixou a Câmara ainda em 1894. Rompeu com o PRP, por discordar da orientação do partido, justamente no momento em que os setores oligárquicos republicanos, em confronto com os militares, passaram a controlar o Estado e estabeleceram sua hegemonia.

Em 1898 foi nomeado pelo presidente de São Paulo, Fernando Prestes de Albuquerque (1898-1900), diretor da Escola Normal. Continuou no cargo no início do governo seguinte, de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1900-1902). Em 30 de novembro de 1901 proferiu palestra sobre “O ensino público”. Antes do final do ano, mais uma vez afastou-se do cargo que ocupava por discordar das posições do PRP e da política do secretário do Interior, e passou a se dedicar à sua fazenda em Monte Alto.

Em 17 de julho de 1901 *O Estado de São Paulo* publicou na primeira página seu famoso

“Balanço político”, artigo em que criticava severamente o regime republicano brasileiro nos seus pouco mais de dez anos de existência. O documento marcou a cisão do PRP, liderada por Júlio Mesquita, àquela altura dono do jornal *O Estado*. Em pleno governo Campos Sales, o artigo causou polêmica especialmente por se opor à chamada “política dos governadores”, articulada pelo presidente da República com base na chamada “degola” dos opositores através de uma nova sistemática estabelecida na formação da Comissão de Verificação do Congresso. A manobra política, apontada como um dos mais sérios golpes tramados para controlar o sistema representativo, viabilizaria nos anos seguintes a aliança entre São Paulo e Minas Gerais, que tinham as maiores bancadas, dando origem à “política do café com leite”, que garantiu a hegemonia dos dois estados até o fim da Primeira República. O artigo foi amplamente reproduzido em jornais, até no exterior, sempre destacando o parentesco de Alberto e Campos Sales.

Sociólogo, filósofo, historiador, ensaísta e publicista, Alberto Sales tinha fama de possuir um conhecimento enciclopédico. Faleceu no dia 12 de março de 1904, aos 46 anos de idade, em sua fazenda Guararema, em Monte Alto, São Paulo.

Casado com Joana de Moraes Sales, filha de rico fazendeiro de Campinas, teve seis filhos. Sua vasta obra foi arrolada pelo Centro de Pesquisa do Pensamento Brasileiro (CDPB).

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; BLAKE, A. *Diccionario* (v.3, p. 314); CABRAL, R. *Currículo*; CARDIM, C. *Alberto Sales*; CENT. DOC. PENSAMENTO. BRAS. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_sales%20joao.html>; GUIMARÃES, J. *Pensamento*; Jstor. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/3512860>>; LEITE, A. *Alberto Sales*; LEITE, A. *Pervivência*; LEITE, A. *Raízes* (v. 31, 2/6/1971); MELO, L. *Dicionário*; OLIVEIRA, G. *Alberto Sales*; RIBEIRO JUNIOR, J. *Alberto Sales*; VITA, L. *Alberto Sales*; VITA, L. *Ensaio*.

SALES, Joaquim Ferreira de

*dep. fed. MG 1915-1930.

Joaquim Ferreira de Sales nasceu no município de Serro Frio (MG) em 12 de julho de 1879.

Ingressou em 28 de junho de 1892 no Colégio do Caraça, localizado na serra do Espinhaço (MG), e lá concluiu seus estudos.

Sua vida política teve início ao ser eleito agente executivo do município de Pederguia (SP) em 1901. Reeleito, permaneceu no cargo até 1909. Em 1915 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e foi reeleito para as cinco legislaturas seguintes. Permaneceu no Legislativo federal até 23 de outubro de 1930, quando teve o mandato interrompido pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Foi também jornalista.

Faleceu no Rio de Janeiro em 2 de dezembro de 1962.

Era casado com Ruth Gonçalves Ferreira.

Escreveu o livro *Se não me falha a memória*, no qual, além de traçar sua trajetória política, contava sobre o fazer política em seu tempo.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; Literatura Brasileira. *Bio. Joaquim Ferreira de Salles*. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/Consulta/Autor_nav.php?autor=9763>.

Acesso em: 15/9/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COL. CARAÇA. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraça.com.br>>. Acesso em: 19/4/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; Pederguia. *Prefeitos*. Disponível em: <<http://www.pederguia.com.br/>>. Acesso em: 15/9/2010; SALLES, Joaquim. Disponível em: <<http://www.skoob.com.br/livro/71264>>. Acesso em 15 set 2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

SALES, Landri

*militar; rev. 1930; interv. PI 1931-1935.

Landri Sales Gonçalves nasceu em Acaraú (CE) no dia 19 de julho de 1904, filho de Francisco Losada Gonçalves e de Efigênia Sales Gonçalves.

Iniciou seus estudos em Camocim (CE), prosseguindo-os no Ginásio São Joaquim, em Lorena (SP), e no Liceu do Ceará.

Assentou praça em junho de 1922, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, da qual saiu como aspirante-a-oficial em janeiro de 1927.

Classificado no 23º Batalhão de Caçadores, em Fortaleza, foi promovido a segundo-tenente em julho do mesmo ano. Motivado pelos ideais revolucionários, reuniu-se a seu colega de Escola Militar, o também tenente Júlio Veras, para formar um grupo de conspiradores no 23º BC.

Pouco depois, porém, os dois tenentes foram transferidos para o Colégio Militar de Fortaleza, onde logo retomariam a conspiração, reunindo-se aos tenentes Ari Hugo, Brígido Correia e Antônio Martins de Albuquerque. O problema dos tenentes era a ausência de oficiais revolucionários no 23º BC, situação que se modificou com a incorporação à unidade, no final do primeiro semestre de 1929, do também tenente Carlos Cordeiro de Almeida. Instruído por Landri Sales e Júlio Veras, o tenente Cordeiro retomou a organização do movimento no 23º BC.

Em julho de 1929, Landri Sales foi promovido a primeiro-tenente. Até a eclosão da Revolução de 1930, foi ele o chefe da conspiração em toda a guarnição de Fortaleza, ao mesmo tempo em que consolidava o foco de conspiradores do Colégio Militar. Recebia cópias de todos os telegramas cifrados dirigidos ao comandante do 23º BC, bem como dos despachos oficiais relacionados com o movimento revolucionário. Todas as diretrizes para a preparação e a execução do levante no Ceará vinham diretamente de Juarez Távora, chefe militar da revolução no Norte e no Nordeste, para o tenente Landri.

Entretanto, a única unidade combatente sediada em Fortaleza, o 23º BC, teve o grosso de suas tropas (inclusive o tenente Cordeiro) deslocado para Sousa, na Paraíba, em consequência da crise que se verificava nesse estado desde o início de 1930 e que se intensificou com a Revolta de Princesa (junho) e o assassinato de João Pessoa (julho).

A partir de então, a eclosão da revolução foi transferida para Sousa, e o comando das operações passou ao tenente Cordeiro. Alguns dos tenentes e sargentos revolucionários que haviam permanecido em Fortaleza partiram para Sousa no dia 3 de outubro, indo juntar-se aos militares do 23º BC partidários da revolução. Ficando na capital cearense, o tenente Landri pouco pôde fazer. Apenas uma pequena parte da guarnição do 23º BC ficara na cidade; o Colégio Militar não contava com praças; a tentativa de levante da Força Pública fracassou. Ao mesmo tempo, o governo do estado já tomara conhecimento do que ocorria e assumira medidas preventivas, pondo de prontidão os batalhões policiais. Diante dessa situação, Landri Sales também partiu para Sousa, na madrugada do dia 4 de outubro, liderando os conspiradores do Colégio Militar que ainda se encontravam em Fortaleza.

O levante do 23º BC foi bem-sucedido e, ao chegar a Sousa no início da tarde do dia 5 de outubro, após fazer todo o percurso de automóvel, o tenente Landri e seus companheiros encontraram a situação controlada pelos revolucionários desde a véspera. Conforme o plano traçado por Juarez Távora, o 23º BC desmembrou-se em três batalhões ligeiros. Comissionado no posto de tenente-coronel, Landri Sales assumiu o comando de um dos batalhões e iniciou a marcha sobre Fortaleza na manhã do dia 6. A meio caminho, recebeu ordens para dirigir-se para Mossoró (RN), onde deveria reunir forças para constituir uma coluna que participaria do ataque a Fortaleza. No entanto, o governo cearense capitulou no dia 8, ficando suspensa a operação.

De Mossoró Landri viajou para Fortaleza com o objetivo de formar e comandar uma coluna expedicionária destinada a ajudar o 24º BC, sediado em São Luís, em sua luta contra o governo maranhense. Entretanto, com a deposição do presidente do Maranhão, José Pires Sexto, no dia 9 de outubro, recebeu novas ordens de Juarez Távora, que o intimavam a dirigir-se a Belém e prestar socorro ao 26º BC, que se levantara naquela capital.

Constituiu-se então a Coluna Landri, formada por um dos batalhões originados do desmembramento do 23º BC, por tropas da polícia cearense e por centenas de voluntários, totalizando um efetivo de cerca de dois mil homens e recebendo a denominação de Brigada Norte.

No dia 18 de outubro, a Brigada Norte zarpuu de Fortaleza a bordo dos navios Afonso Pena, Tutóia e Itapena, aprisionados pelas forças revolucionárias. Em São Luís, a brigada teve seu efetivo reforçado, partindo para a última etapa da única operação

naval-terrestre da Revolução de 1930.

Chegando a Belém no dia 24 de outubro, a brigada preparava-se para atacar a cidade quando Landri Sales recebeu a notícia da deposição de Washington Luís no Rio de Janeiro. Reuniu-se então com outros chefes revolucionários e resolveu enviar um telegrama ao presidente do estado, Eurico Vale, intimando-o a transferir o cargo ao tenente Ismaelino Castro, que se encontrava detido na penitenciária do estado. A transferência do governo ocorreu no mesmo dia.

A Brigada Norte atuou principalmente na manutenção da ordem no Pará, estendendo sua ação até o Amazonas, para cuja capital foi enviada parte de seu contingente. Landri Sales só retornou ao Ceará depois da chegada a Belém de Juarez Távora (12/11/1930), que foi à capital paraense empossar o tenente Joaquim Magalhães Barata no cargo de interventor federal.

Em janeiro de 1931, eclodiu no Piauí um levante que resultou na deposição do interventor federal no estado, o comandante Humberto de Areia Leão. Ao mesmo tempo em que o comandante do 25º BC, capitão Joaquim de Lemos Cunha, era nomeado interinamente interventor militar no Piauí, Juarez Távora designava o tenente Landri Sales para conduzir um inquérito policial-militar destinado a apurar as responsabilidades. O resultado deste inquérito nunca foi revelado ao público.

De todo modo, no dia 7 de maio de 1931, o tenente Landri Sales foi nomeado por Getúlio Vargas interventor federal no Piauí. Logo no início de seu governo, nos dias 3 e 4 de junho, ocorreu em Teresina um levante militar comandado por cabos do 25º BC. Há divergências quanto à origem do levante. O Inquérito Policial-Militar (IPM) sobre os acontecimentos afirma que o movimento tinha “fundo comunista”, ligando-o à atividade da Liga de Ação Revolucionária no Nordeste. O comandante do 25º BC, major Sebastião Rabelo Leite, e Juarez Távora endossaram esta versão. Contudo, o jornalista piauiense Higino Cunha, citado por Moisés Castelo Branco Filho em Depoimento para a história da revolução no Piauí, afirma que o responsável pela sedição foi o desembargador Joaquim Vaz da Costa, líder revolucionário no estado que já participara ativamente da crise de janeiro.

Os revoltosos prenderam os oficiais do 25º BC na madrugada de 3 de junho, tomando em seguida o quartel da polícia e capturando depois Landri Sales e seus principais

auxiliares. Mais tarde, entretanto, os oficiais foram soltos por descuido das tropas rebeladas, e no dia 4 o interventor Landri Sales e o delegado de Juarez Távora no Piauí, o capitão Delso Mendes da Fonseca, comandaram a repressão ao movimento, dominado sem muita dificuldade. Em consequência do levante, mais de cem soldados tiveram baixa por indisciplina, e 60 militares, inclusive sargentos, foram presos e remetidos para a guarnição de Recife.

Em 1933, foi fundado no Piauí o Partido Nacional Socialista, a fim de congregar as forças políticas locais que apoiaram a Revolução de 1930. Landri Sales foi escolhido para presidente de honra do partido, juntamente com Hugo Napoleão do Rego.

Em novembro de 1933 foi promovido a capitão. Permaneceu no cargo de interventor até 3 de maio de 1935, quando foi substituído por Leônidas Castro Melo, eleito governador constitucional pela Assembléia Legislativa do estado. Embora tenha sido convidado, Landri Sales não consentiu com o lançamento de sua candidatura ao governo do Piauí ou ao Senado Federal.

Ainda em maio de 1935, retornou ao serviço ativo, realizando curso de aperfeiçoamento até 1936 e servindo depois no estado-maior da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, e no 14º Regimento de Infantaria, em Niterói. Em julho de 1939, foi nomeado diretor do Departamento de Correios e Telégrafos, e em 1941 alcançou o posto de major. Em março de 1945, foi promovido a tenente-coronel.

Em setembro de 1945, quase no fim do Estado Novo, participou de uma reunião de oficiais na casa de João Alberto Lins de Barros, então chefe de polícia do Distrito Federal, na qual se discutiu a situação do país diante do processo de redemocratização. Participaram dessa reunião Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Odílio Denis, Newton Estillac Leal, Osvaldo Cordeiro de Farias, Juarez Távora e outros. Os militares preocupavam-se com o movimento “queremista”, que defendia a convocação de uma assembléia constituinte com a permanência de Vargas na chefia do Estado. De reuniões desse tipo resultou a deposição de Getúlio no dia 29 de outubro de 1945.

Landri Sales deixou a diretoria dos Correios e Telégrafos em novembro de 1945, retornando ao mesmo cargo em julho de 1949 e nele permanecendo até fevereiro de 1951.

Em maio desse ano, foi promovido a coronel. De setembro de 1952 a outubro de 1954, chefiou o gabinete da Escola Superior de Guerra. Comandou o 1º Batalhão de

Caçadores, sediado no Rio de Janeiro, de outubro de 1954 a janeiro de 1955, e comandou o 2º Regimento de Infantaria, ainda no Rio de Janeiro, de janeiro a fevereiro de 1955.

Promovido a general-de-brigada em abril de 1957, passou imediatamente para a reserva no posto de general-de-divisão. Exerceu ainda vários cargos de direção na Companhia Telefônica Brasileira até 1966, quando foi eleito presidente da empresa.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de abril de 1978.

Foi casado com Zilma Cavalcanti Gonçalves, com quem teve três filhos,

A respeito de sua administração no Piauí, Hugo Napoleão publicou A interventoria Landri Sales (1934).

Robert Pechman

FONTES: ALBUQUERQUE, J. *Cearenses no Rio e em SP*; ANSELMO, O. *Revolução*; ARQ. MIN. EXÉRC.; ARQ. OSVALDO ARANHA; BRAGA, R. *Dicionário*; CASTELO BRANCO FILHO, M. *Depoimento*; COUTINHO, A. *Brasil*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia*; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; GIRÃO, R. *Ceará*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (1/5/1978); MIN. GUERRA. *Almanaque*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; REGO NETO, H. *Fatos*; SILVA, H. 1945; TÁVORA, J. *Vida*.

SAMPAIO, Carlos

* pref. DF 1920-1922.

Carlos César de Oliveira Sampaio nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 13 de setembro de 1861, filho do negociante Joaquim José de Oliveira Sampaio e de Rosa Júlia Moreira Sampaio. Foi batizado em Lisboa em 1º de março de 1862.

Iniciou os estudos em casa, tendo como professora a irmã mais velha, com quem aprendeu noções de língua portuguesa, inglesa e francesa. Aos dez anos de idade foi matriculado pela primeira vez em uma escola, ambiente ao qual não se acostumou de imediato, mas a que foi obrigado a se adaptar por exigência do pai. Destacou-se depois pelo desempenho positivo em seus preparatórios, nos quais foi aprovado com distinção na maioria dos casos. Antes de completar 14 anos matriculou-se na Escola Politécnica, onde recebeu os títulos de engenheiro civil, engenheiro geógrafo e bacharel em ciências físicas e matemáticas antes dos 19 anos.

Aprovado em concurso, tomou posse como professor catedrático da Politécnica em 23 de janeiro de 1882. Fez também concurso para a Escola de Marinha (depois chamada Escola Naval), passando por uma série de exames que envolviam conhecimentos de matemática, navegação, balística e artilharia, entre outros assuntos, e foi aprovado e classificado em primeiro lugar. Tornou-se assim, aos 21 anos, professor de duas instituições de ensino superior. Nessa fase, escreveu dois livros: *Geometria aplicada* e *Mecânica aplicada às máquinas*, de que apareceria apenas o primeiro volume em 1918.

Em 1889 participou da operação “Água em Seis Dias”, cuja meta era construir em prazo curtíssimo um aqueduto com capacidade para transportar, ao longo de quatro mil quilômetros, 16 milhões de litros diários para solucionar o problema de falta de água no Rio de Janeiro, metrópole em rápido crescimento que então sofria os efeitos de prolongada estiagem agravada por tórrido verão. O engenheiro Paulo de Frontin foi o principal realizador da operação e contou com a importante colaboração dos engenheiros Carlos Sampaio e Júlio Paranaguá, que finalizaram o projeto depois de superar as difíceis condições impostas pela natureza: violentos temporais que atingiram a cidade e dificultaram desde a locomoção dos operários da obra até o transporte do material que seria

utilizado para a construção do aqueduto.

Após a proclamação da República, Carlos Sampaio atuou em algumas das várias companhias então criadas. Dirigiu a Companhia Telefônica e participou da Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil, que mais tarde recebeu a concessão para a construção o porto do Rio de Janeiro, para a qual ficou incumbido de conseguir – e obteve – recursos. Foi também convidado para representar os interesses financeiros dos grupos europeus membros do Sindicato Farquhar, do qual várias companhias faziam parte, entre elas a Madeira-Mamoré, a Estrada de Ferro Sorocaba, a Brazilian Cattle, a Port of Pará e a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, conjunto usualmente chamado de Brasil Railway. Despertou sua atenção o fato de o índice de mortalidade entre os trabalhadores da Madeira-Mamoré ser muito alto, e então pediu que o cientista e sanitarista Oswaldo Cruz investigasse as causas do problema e oferecesse a solução. Esta consistiu em uma série de recomendações que mais tarde seriam utilizadas por outros sanitaristas.

A primeira vez que participou de uma grande empreitada foi a convite do engenheiro Luís Rafael Vieira Souto, em 1891, quando juntos realizaram o arrasamento do morro do Senado, cujas sobras seriam utilizadas para aterrar o antigo saco de São Diogo, as praias Formosa, das Palmeiras e dos Lázaros, que poderiam representar risco à saúde pública devido ao lixo depositado no local. O transporte da terra oriunda do morro foi facilitado pelo então prefeito Barata Ribeiro, médico e ciente dos benefícios que o aterro da área traria para a higiene e saúde da cidade.

Em janeiro de 1920 foi nomeado para representar o Brasil na Conferência de Trabalho em Washington, com mais dois delegados. Logo depois foi escolhido para ser presidente da delegação brasileira à II Conferência Financeira Pan-Americana.

Convidado pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) para assumir a prefeitura do Distrito Federal em substituição ao prefeito Sá Freire, tomou posse em 7 de junho de 1920 com a missão de preparar a cidade para os eventos comemorativos do I Centenário de Independência do Brasil. Deparou-se a princípio com o pouco tempo disponível e com as condições precárias das finanças da prefeitura, e sofreu oposições, muito mais de cunho político do que resultantes de divergências a respeito da administração da cidade. Embora possuísse densos conhecimentos nos diferentes ramos da engenharia, convidou seu amigo Vieira Souto para ser seu conselheiro técnico.

Executou obras de grande relevância para a cidade, tais como o arrasamento do morro do Castelo, que foi considerada a mais importante realizada em sua gestão. Na área resultante do desmonte do morro deveria ser montada a Exposição Internacional do I Centenário da Independência do Brasil, que deveria ser inaugurada em 7 de setembro de 1922. Os fatores adversos eram muitos, pois além do pouco tempo havia interesses contrários e o receio de suprimir um local de valor histórico. Por outro lado, o morro do Castelo era considerado por muitos um empecilho à ventilação e ao saneamento da cidade, e seu desmonte era recomendado desde 1816 por Azeredo Coutinho.

Para o prefeito, que já havia participado do desmonte do morro do Senado, o desmonte não apresentava problemas técnicos. A princípio a obra teve um progresso lento devido à escassez de recursos técnicos e financeiros, ao processo de desapropriação dos prédios e à necessidade de alojamento da população afetada. Porém houve um fator favorável: a curta distância do trajeto a ser percorrido para levar o material oriundo do morro arrasado até a praia de Santa Luzia e a enseada da Glória, onde seria depositado no mar. Com a aplicação posterior de novas técnicas, a introdução do desmonte hidráulico e o uso de bombas potentes, a obra alcançou o rendimento máximo. No ano do centenário a maior parte da área já estava pronta para receber a exposição.

As obras da avenida de contorno do morro da Viúva foram complementares ao arrasamento do morro do Castelo. Tendo sido sua construção aprovada pelo projeto nº 1.373, de 16 de outubro de 1920, a via foi inaugurada na época em que se comemorava o I Centenário de Independência e foi denominada avenida Rui Barbosa, pelo Decreto nº 1.757, de 12 de setembro de 1922, uma homenagem do prefeito ao jurista ainda vivo na época.

As obras de calçamento, reposição, reparos e conservação foram uma constante no governo de Carlos Sampaio e se estenderam a diversas partes da cidade. Entre elas, figuram a reconstrução e reposição da pavimentação da avenida Atlântica, destruída em partes pela ressaca; a construção da avenida Presidente Wilson, resultante do arrasamento do morro do Castelo e da Exposição do I Centenário; o início da construção da avenida Eptácio Pessoa, parte do plano, aprovado em 26 de fevereiro de 1922, de embelezamento e saneamento da lagoa Rodrigo de Freitas, cujas margens eram tidas como não habitáveis por possuírem focos de doenças; a construção da avenida Maracanã, considerada obra relevante para o saneamento e urbanização da região, evitando que as inundações frequentes do rio

Maracanã dificultassem o tráfego para alguns bairros da Zona Norte. Outras importantes intervenções foram a desobstrução dos rios Trapicheiro, Joana e Maracanã; a construção da avenida do Exército em São Cristóvão, destinada às paradas militares do 7 de setembro; a construção do Hotel 7 de Setembro na avenida Rui Barbosa, e do Pronto Socorro do Lido, em Copacabana. Carlos Sampaio ainda construiu, remodelou ou ampliou 20 edifícios que abrigavam escolas, concluiu as instalações de dez agências da prefeitura e adquiriu e remodelou o Teatro São Pedro, atualmente Teatro João Caetano.

Ao deixar a prefeitura em 15 de novembro de 1922, ao final do governo Eptácio Pessoa, teve como sucessor Alair Prata. No período seguinte escreveu o livro *Memória histórica e obras da prefeitura do Rio de Janeiro de 8 de junho de 1920 a 15 de novembro de 1922*, no qual fica evidente um prolongado exame dos problemas urbanos de sua cidade natal.

Faleceu em Paris em 18 de setembro de 1930.

Cláudia Mesquita

FONTES: REIS. J. *Administrações; Revista Clube de Engenharia* (v.4, p.91-96, 9/1961). Centenário de Carlos Sampaio.

SAMPAIO, Filinto César

*militar; dep. fed. BA 1912-1914.

Filinto César Sampaio nasceu no município do Conde (BA) em 10 de outubro de 1878, filho de Bráulio César Sampaio e de Mariana de Sousa Brito.

Cursou a Escola Militar e formou-se em engenharia militar, matemática e ciências físicas em 1906. Foi o primeiro tenente de arma de engenharia. Serviu na Comissão do Ministério da Guerra na Estrada de Ferro Timbó a Propriá, no estado da Bahia, de 12 de março a 2 de outubro de 1907. Em 1909, chefiou o Serviço de Estatística Militar nas estradas de ferro da Bahia. De janeiro a agosto de 1908 participou da Comissão Construtora da Vila Militar Deodoro da Fonseca, no Rio de Janeiro, e de 12 de setembro de 1908 a 29 de maio de 1909 foi encarregado de obras militares na cidade de Aracaju. Em janeiro de 1910 elegeu-se deputado estadual na Bahia, mas não chegou a exercer o mandato por ter sido nomeado engenheiro chefe da Viação Férrea Federal da Bahia, cargo que exerceu de 12 de abril a 3 novembro de 1911.

Em 30 de janeiro de 1912 foi eleito deputado federal pelo 2º distrito da Bahia. Empossado em maio seguinte, exerceu o mandato até o fim da legislatura em dezembro de 1914.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 11 de setembro de 1955.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 388); Eleições Pós-1945. Disponível em: <http://www.eleicoespos1945.com/1945-1965/bahia_1947_senador.html>. Acesso em: 27/8/2009; *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (n. 263 p. 73-74, 1964).

SAMPAIO, Teodoro

*dep. fed. BA 1927-1929.

Teodoro Fernandes Sampaio nasceu em Santo Amaro da Purificação (BA) no dia 7 de janeiro de 1855, filho, não reconhecido, de Francisco Antônio da Costa Pinto, e de Domingas da Paixão do Carmo. Quando do seu nascimento, não era permitido pelo regime escravocrata então vigente no Brasil que o filho de uma escrava fosse registrado, ou mesmo tomasse o sobrenome dos senhores de sua mãe. Por essa razão, recebeu o nome do capelão do engenho Canabrava, padre Manuel Fernandes Sampaio, que, embora não tenha assumido sua paternidade, passou a se responsabilizar por sua criação.

Iniciou os estudos primários em sua cidade natal. Em 1865 foi levado pelo padre Manuel Sampaio para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde concluiu as primeiras letras, fez o curso de humanidades e os preparatórios no Colégio São Salvador, dirigido por monsenhor Joaquim da Fonseca Lima. Ingressou na Escola Central em dezembro de 1871, pouco antes de completar 17 anos, e aí diplomou-se engenheiro civil em 1876, na primeira turma graduada após a reforma que dividiu a escola em Escola Militar e Escola Politécnica.

Ainda estudante secundário, em 1871 começou a lecionar no próprio Colégio São Salvador e depois em outras escolas, entre as quais o colégio do professor Abílio César Borges, depois barão de Macaúbas, onde ministrava aulas de matemática, geografia, português, história, latim e filosofia. Em 1875, antes mesmo de concluir o curso de engenharia, começou a trabalhar como desenhista no Museu Nacional. Sem desconhecer o quão perversa era a escravidão, embora tivesse nascido livre, estabeleceu como meta prioritária a obtenção da liberdade de seus irmãos. Deu início a tal ação em 1878, com a compra da carta de alforria de Martinho, seguindo-se a de Ezequiel (1882) e depois, a de Matias (1884).

Em 1879, quando o visconde de Sinimbu criou a Comissão Hidráulica, que tinha como objetivo o estudo dos portos e da navegação interior dos rios do Brasil sob o comando do

engenheiro norte americano William Milnor Roberts, foi indicado pelo senador Viriato de Medeiros para fazer parte dela, ao lado de um grande número de técnicos e engenheiros a que posteriormente se uniria Orville Derby, na condição de adido. Nessa ocasião experimentou um dos episódios mais humilhantes de sua vida, quando um oficial de gabinete do ministério suprimiu seu nome da lista de membros da comissão publicada no *Diário Oficial*, por ter constatado que era o único negro do grupo. A enérgica intervenção do senador Viriato de Medeiros garantiu contudo sua nomeação como engenheiro de segunda classe da comissão, onde atuaria por dois anos.

Os trabalhos da Comissão Hidráulica se iniciaram no dia 31 de julho de 1879, quando seus membros partiram da cidade do Rio de Janeiro rumo a Maceió. Daí, depois de ultimar todos os preparativos, começaram a subir o rio São Francisco a 12 de agosto, alcançando a cidade de Pirapora (MG) a 13 de dezembro, após percorrer cerca de 2.100 quilômetros desde a foz do rio. Por ordem de William Milnor Roberts, Teodoro Sampaio fez o caminho de volta, descendo o rio até a cidade de Carinhanha (BA), de onde seguiu para cruzar a região da Chapada Diamantina a fim de estudar sua geografia física e humana e sua capacidade produtiva. No desempenho desses trabalhos, demorou-se de 25 de dezembro de 1879 a 30 de janeiro de 1880, quando rumou para Salvador, onde chegou a 3 de fevereiro e se encontrou com os outros membros da comissão.

No relatório que apresentou ao chefe da comissão, não se limitou apenas a descrever a paisagem, os acidentes geográficos, a flora e os tipos humanos com que se deparou. Retratou-os em desenhos, além de organizar mapas dos caminhos e trilhas que teve oportunidade de percorrer entre Rio de Contas e Mucugê. Em sua jornada testemunhou o início da decadência do garimpo diamantífero, que teve como marco temporal o ano de 1871, quando a descoberta de enormes jazidas na África do Sul fez mudar para o outro lado do Atlântico a febre dos diamantes, além de derrubar seu preço no mercado internacional. No mês de junho foram entregues os relatórios finais da expedição, e neles Teodoro Sampaio foi considerado por Rudolf Wiezer, assistente de William Milnor Roberts, "*the best Brazilian engineer in mister Roberts's staff*".

A partir da experiência adquirida na Comissão Hidráulica, passou a exercer sua profissão. Em 1881 voltou à Bahia para trabalhar no escritório técnico do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, sendo encarregado de projetar e fazer os cálculos das pontes metálicas da estrada. A seguir, em 1883, foi nomeado primeiro engenheiro da Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco, por indicação do engenheiro Antônio Plácido Peixoto Amarante, que também havia participado da Comissão Hidráulica e então era o chefe da Comissão de Desobstrução do Rio São Francisco. Em 1886, foi convidado por Orville Derby, então diretor da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, para ser o primeiro engenheiro da comissão, encarregada de levantar a carta geológica da província.

Desde então radicou-se em São Paulo, onde permaneceu por quase 20 anos e consolidou sua carreira e seu prestígio como grande engenheiro e geólogo. Integrou a comissão, em conjunto com o coronel Jardim e Sales Oliveira, responsável pelo regulamento de fundação da Escola Politécnica de São Paulo. Em 1892, a convite do secretário de Estado dos Negócios do Interior, Vicente de Carvalho, foi nomeado engenheiro sanitário responsável pela realização das obras de saneamento. De 1898 a 1903, ano em que pediu exoneração, foi chefe do Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo.

Em 1904 retornou a Salvador e passou a realizar estudos para obras de saneamento e de melhoramento dos serviços de água e esgoto, cuja execução não lhe coube, contudo, comandar. Dos muitos projetos que realizou na capital está o de construção da cidade satélite que chamou de Cidade da Luz, hoje Parque Nossa Senhora da Luz, no bairro da Pituba. Projetou também a represa de Pituaçu e os prédios da Maternidade Climério de Oliveira e da Faculdade de Medicina.

Por estudos como *O tupi na geografia nacional* e *São Paulo nos tempos de Anchieta*, recebeu da Academia de História Internacional da França, em 1911, a Medalha de Prata. Quando da publicação da primeira edição do jornal baiano *A Tarde*, em 15 de outubro de 1912, colaborou com um artigo de história da Bahia a respeito da demolição da Igreja da Ajuda. Nesse mesmo ano presidiu o V Congresso Brasileiro de Geografia. Quando Arlindo

Fragoso fundou a Academia de Letras da Bahia, em março de 1917, destinou-lhe a cadeira de nº 32. Como membro fundador, escolheu para patrono o também engenheiro André Pinto Rebouças.

Teve uma curta carreira política, que iniciou ao se eleger deputado federal pela Bahia para a legislatura 1921-1923. Cumprido o mandato, não pleiteou a reeleição.

Foi considerado pelos de sua época um sábio brasileiro, cientista emérito, um dos maiores engenheiros do país, além de eminente historiador e notável tupinólogo. Foi sócio efetivo de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; sócio efetivo fundador do Instituto Histórico de São Paulo e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tendo presidido este último de 1923 a 1937. Foi ainda sócio correspondente dos institutos históricos de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Ceará; correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco; sócio do Instituto Histórico de Sergipe, do clube de Engenharia do Rio de Janeiro e do Instituto Politécnico da Bahia; e sócio fundador da Sociedade Capistrano de Abreu.

Faleceu na ilha de Paquetá, Rio de Janeiro, no dia 15 de outubro de 1937.

Casou-se em primeiras núpcias com Capitulina Maia Sampaio e, em segundas núpcias, com Amália Barreto Sampaio. Teve seis filhos.

Entre outros trabalhos, publicou *O tupi na geografia nacional* (1901); *O rio São Francisco e a chapada Diamantina* (1906); *Atlas dos Estados Unidos do Brasil* (1908); *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil* (1922); *História da fundação da cidade do Salvador* (obra póstuma).

Em sua homenagem foram batizados dois municípios brasileiros, um na Bahia e outro no estado de São Paulo, e também uma importante rua da cidade de São Paulo. No ano de 2007, o Museu Afro Brasil realizou, com curadoria do artista plástico Emanuel Araújo, a exposição *Teodoro Sampaio - o sábio negro entre os brancos*.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (n.263, p.55-86); CASTRO, R. *Fundadores; Diário da Bahia*, Teodoro Sampaio. O seu brusco desaparecimento na Capital Federal (17/10/1937); LIMA SOBRINHO, A. *Teodoro Sampaio*; SANTANA, J. *Teodoro Sampaio*; SOUZA, A. *Baianos*; SOUZA, E. *Desvenda-se o mistério; Tarde*. Dr. Teodoro Sampaio, a morte do ilustre baiano. (16/10/1937).

SANTANA, Joaquim Dias de

*junta gov. PI 1889.

Joaquim Dias de Santana foi militar e ativista político no Piauí.

Em 18 de novembro de 1889, três dias após a proclamação da República, com a patente de tenente-coronel, passou a integrar a junta governamental que assumira o poder no Piauí no dia 16, formada pelo capitães Reginaldo Nemésio de Sá e Nelson Pereira do Nascimento e pelo alferes João de Deus Moreira de Carvalho. A nova formação da junta incluiu ainda mais três membros: o cônego Tomás de Moraes Rego, Teodoro Alves Pacheco e João da Cruz e Santos, o barão de Uruçuí. A junta governou até 26 de novembro de 1889, quando foi afastada por Gregório Taumaturgo de Azevedo, designado pelo presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, para assumir o governo piauiense.

Ligado ao Partido Republicano do Piauí, deu prosseguimento à sua trajetória política elegendo-se deputado estadual de 1892. Deixou a Assembleia Legislativa piauiense em 1896, e nesse mesmo ano foi eleito vice-governador do estado, em chapa encabeçada por Raimundo Artur de Vasconcelos. Deixou o cargo em 1900, ao final do mandato.

Foi também conselheiro da Caixa Econômica Federal no Piauí.

Faleceu em julho de 1901.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

SANTIAGO, TEODOMIRO

*dep. fed. MG 1921-1930 e 1935-1936.

Teodomiro Carneiro Santiago nasceu em Itajubá (MG) no dia 30 de novembro de 1883, filho do coronel da Guarda Nacional João Carneiro Santiago Júnior e de Lucinda Pereira Santiago. Seu cunhado, Venceslau Brás Pereira Gomes, foi deputado federal por Minas Gerais (1903-1908), presidente do estado (1909-1910), vice-presidente (1910-1914) e presidente da República (1914-1918). Seu sobrinho, José Brás Pereira Gomes, filho de Venceslau Brás, foi deputado federal por Minas Gerais entre 1933 e 1937 e constituinte em 1934.

Fez seus estudos iniciais em Barbacena (MG) e em Belo Horizonte. Transferindo-se para São Paulo, bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito em 1906. De volta a Minas, tornou-se industrial e exerceu o magistério e a advocacia, ingressando na carreira política como vereador e presidente da Câmara Municipal de sua cidade.

Entre 1909 e 1910, foi secretário particular de Venceslau Brás na presidência de Minas. Em 1913, ajudou a fundar o ginásio, a escola normal e o Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá, posteriormente transformado na Escola de Engenharia Federal do município. Foi secretário de Finanças no governo de Delfim Moreira em Minas (1914-1918) e, no pleito de 1921, elegeu-se deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Sucessivamente reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara de maio de 1921 a outubro de 1930, quando o movimento revolucionário vitorioso nesse mês fechou o Congresso Nacional. Durante sua passagem pelo PRM, foi membro da comissão executiva da agremiação.

Membro da Legião Liberal Mineira, por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932 viajou para São Paulo, levando a garantia de que 70% dos políticos mineiros eram favoráveis àquele movimento, inclusive Artur Bernardes, presidente da República de 1922 a 1926. Com a derrota da insurreição paulista, foi deportado para Lisboa pelo presidente Getúlio Vargas em novembro de 1932, juntamente com outros revolucionários. Voltou ao Brasil graças a negociações de Fidélis Reis e de Valdomiro Magalhães junto ao então ministro da Guerra, general Augusto Espírito Santo Cardoso (1932-1933).

Em março de 1934, assumiu temporariamente a presidência do Banco Mineiro do Café. Nas eleições de outubro seguinte, foi eleito deputado federal por seu estado na legenda do Partido Progressista (PP). Assumiu sua cadeira em maio de 1935 e nesse mesmo ano candidatou-se ao governo de Minas, ainda na legenda do PP, mas foi derrotado por Benedito Valadares, interventor no estado desde 1933.

Faleceu no Rio de Janeiro, em pleno exercício do mandato, no dia 25 de outubro de 1936.

Era casado com Mary Guatmosim Santiago.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. RAMOS, P.; *Ilustração Brasileira*; LEITE, A. *História*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; REIS, F. *Homens*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro*.

SANTOS, Agapito dos

*dep. fed. CE 1900-1902 e 1912-1914.

Agapito Jorge dos Santos nasceu em Santo Antônio (PE) em 24 de março de 1853, filho de Joaquim Jorge dos Santos, comendador da Ordem da Rosa e magistrado baiano, e de Luzia Maria Crespo dos Santos.

Iniciou seus estudos no Ateneu Cearense, sendo logo depois matriculado no Seminário Diocesano de Fortaleza, onde concluiu os estudos preparatórios em 1866. Dali, aconselhado pelo reitor do Ateneu, o padre Pedro Chevalier, foi enviado para Roma, onde concluiu o curso de humanidades no Colégio Pio Latino-Americano e fez mais dois anos de filosofia no Colégio Romano. Em Roma recebeu diversos prêmios, além do título de bacharel e licenciado em ciências filosóficas pela Universidade Gregoriana.

Com a morte do pai, retornou ao Ceará em 1872 e casou-se com Maria Josina de Castro, sua primeira esposa. Dedicou-se ao magistério, prestando concurso em 1873 e sendo nomeado para a cadeira de latim da vila de Granja, no sertão do Ceará, criada naquele momento. De Granja mudou-se para Maranguape (CE) em 1875, por conta da transferência da cadeira para este último município. Em Maranguape teve papel central na luta pela abolição da escravidão.

Com a República filiou-se ao Centro Republicano e, por ato assinado em julho de 1890 pelo então governador do Ceará, coronel Luís Antônio Ferraz (1889-1891), foi nomeado professor de matemática da Escola Normal. Em 1891 foi eleito para o Congresso Constituinte Estadual e a partir de então renovaria o mandato até 1899. Em 1893 foi nomeado diretor do Liceu do Ceará e, posteriormente, lente da cadeira de latim e grego, por decreto do então presidente do estado tenente-coronel Bezerril Fontenelle (1892-1896).

Em 1899 foi eleito deputado federal pelo Ceará para a legislatura 1900-1902. No período seguinte discordou da política oficial do estado e passou a fazer parte da oposição ao governo do oligarca Nogueira Acióli, manifestando seu desacordo nas páginas do *Jornal do Ceará*, fundado em 1904 e no qual escreveria por muitos anos, chegando a dirigir a seção política. Voltou a ser eleito deputado federal para os períodos 1906-1908 e 1909-1911, mas

das duas vezes foi degolado pela Comissão Verificadora de Poderes da Câmara. Afinal foi eleito e reconhecido na legislatura 1912-1914.

Faleceu em Fortaleza em 23 de novembro de 1916.

Depois de seu primeiro casamento, casou-se mais três vezes: com Raimunda Cavalcante dos Santos, com Raimunda Barbosa dos Santos e com Francisca Prata dos Santos. Desses casamentos teve o total de 19 filhos.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.139-141).

SANTOS, Armindo Coriolano Tavares dos

*dep. fed. PE 1894-1896.

Armindo Coriolano Tavares dos Santos nasceu em Pernambuco.

Formou-se em direito e exerceu a profissão ainda durante o Império. Nesse período, integrou as fileiras do Partido Liberal. Depois da proclamação da República (15/11/1889), aderiu ao novo regime e passou a exercer o cargo de procurador geral do estado de Pernambuco. Logo depois, foi eleito senador estadual.

Em 1894 foi eleito deputado federal. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e exerceu o mandato até dezembro de 1896, quando se encerrou a legislatura.

No campo jornalístico, colaborou com o jornal pernambucano *A Província*.

Faleceu em Recife no dia 7 de maio de 1898.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.2).

SANTOS, BENEDITO AUGUSTO CARVALHO DOS

*dep. fed. CE 1930; interv. CE 1945-1946; const. 1946; dep. fed. CE 1946-1951.

Benedito Augusto Carvalho dos Santos, também conhecido como *Bené Carvalho*, nasceu em Aracati (CE) no dia 3 de janeiro de 1886, filho de Benedito Augusto dos Santos e de Maria Ermelinda Carvalho dos Santos.

Fez os estudos primários em sua cidade natal e transferiu-se em 1903 para Fortaleza, onde cursou o secundário no Liceu do Ceará e no Colégio Colombo. Em 1907 ingressou na Faculdade de Direito do Ceará, que frequentou até a quarta série, e em seguida transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1911. No ano seguinte passou a lecionar legislação comparada na Faculdade de Direito do Ceará, ao mesmo tempo em que se dedicava à advocacia e ao jornalismo em sua cidade natal. Em 1917 foi aprovado no concurso para professor catedrático de direito geral da Faculdade de Direito, e em 1921 foi admitido como professor do Colégio Militar do Ceará.

Em março de 1930 elegeu-se vice-presidente do Ceará e, ao mesmo tempo, deputado federal por esse estado. Assumiu sua cadeira na Câmara em maio do mesmo ano, mas, após a vitória do movimento revolucionário de outubro de 1930, ao qual se opôs, teve o mandato interrompido. Retomou então suas atividades no magistério. Em 1936 foi nomeado pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, membro do Conselho Nacional de Educação, com sede no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e no ano seguinte foi transferido para o Colégio Militar, na mesma cidade.

Após a extinção do Estado Novo, em outubro de 1945, foi nomeado pelo presidente José Linhares interventor federal no Ceará, em substituição a Francisco Meneses Pimentel (1937-1945). Durante sua gestão criou a Secretaria de Educação e Saúde do estado. Em dezembro de 1945 elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Ceará na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Em janeiro de 1946 transmitiu o cargo de interventor a Acrísio Moreira da Rocha e no mês seguinte assumiu uma cadeira na Constituinte. Após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Durante a legislatura, encerrada em janeiro de 1951, foi membro da Comissão Permanente de Educação e Cultura da Câmara. No pleito de outubro de 1950 tentou sem sucesso a reeleição, sempre pela legenda da UDN. Em outubro de 1954 obteve mais uma

vez uma suplência de deputado federal na legenda da UDN, não retornando à Câmara.

Ao longo de sua vida, pertenceu à Academia Cearense de Letras, tendo sido seu representante no Rio de Janeiro junto à Federação das Academias de Letras do Brasil. Foi ainda membro do Instituto do Ceará, da Academia Brasileira de Filologia e do Instituto Brasileiro de Cultura, do qual foi também vice-presidente.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 22 de janeiro de 1959.

Era casado com Branca de Figueiredo Carvalho, com quem teve três filhos. Sua filha Helena casou-se com Célio Borja, deputado federal pela Guanabara (1971-1975) e pelo estado do Rio de Janeiro (1975-1983), ministro do Supremo Tribunal Federal (1986-1992) e ministro da Justiça (1992).

Publicou *Causas dirimentes e flagrante delito* (tese, 1917), *Morfologia e sintaxe do substantivo* (1920), *Droit et la sociologie* (1920), *Na casa de Tiradentes* (1931), *De florete e luvas* (1935), *Sexualidade anômala no direito nacional* (1937), *Chama extinta* (poesias, 1937), *Appel à l'esprit* (1939), *Crimes contra a religião, os costumes e a família* (1943) e *Ação parlamentar* (1950).

FONTES: ALBUQUERQUE, J. *Cearenses no Rio*; ALBUQUERQUE, J. *Cearenses no Rio e em São Paulo*; BRAGA, R. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Anais* (2); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1946-1967); COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário do Congresso Nacional*; GIRÃO, R. *Ceará*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Brasil* (14/9/1981); MENESES, R. *Dicionário*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, G. *Constituinte*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1 e 2).

SANTOS, Brasília dos
* dep. fed. SP 1892-1893.

Brasílio Rodrigues dos Santos nasceu na cidade de São Paulo em 6 de março de 1854, filho de Gabriel José Rodrigues dos Santos. Seu pai foi lente da Faculdade de Direito de São Paulo, deputado geral e provincial durante o Império.

Após fazer os estudos primários e de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1873, diplomando-se em 1877. Fez parte, em 1876, da redação do jornal *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico fundado por um grupo de estudantes integrado entre outros por Assis Brasil, Pinheiro Machado e Adolfo Gordo. Logo depois de formado foi trabalhar no Rio de Janeiro, então sede da Corte, no escritório de advocacia do jurista Ubaldino do Amaral. Posteriormente foi para a cidade de Bragança Paulista como juiz municipal. Na capital de São Paulo, inscreveu-se em dois concursos para professor substituto na Faculdade de Direito, tendo sido classificado no segundo concurso em primeiro lugar. Nomeado por decreto de 22 de setembro de 1883, tomou posse em 1º de outubro e recebeu o grau de doutor.

Um dos mais entusiastas propagandistas da República, já sob o novo regime, com a reforma promovida no ensino jurídico por Benjamim Constant, ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos do governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, foi nomeado catedrático da segunda cadeira do quarto ano, para a matéria de direito comercial, por decreto de 30 de dezembro de 1890, tomando posse a 19 de janeiro de 1891. Em 30 de abril do mesmo ano foi eleito pelo Partido Republicano Paulista (PRP) senador ao Congresso Constituinte estadual de São Paulo. Empossado em 6 de junho, participou ativamente da elaboração da Carta Magna paulista, que foi promulgada em 14 de julho de 1891.

No plano nacional, a crise política entre os poderes Executivo e Legislativo culminou com um golpe do presidente da República Deodoro da Fonseca, que em 3 de novembro de 1891 fechou o Congresso Nacional e decretou o estado de sítio no Distrito Federal e em Niterói.

Os parlamentares, principalmente da bancada paulista, foram ameaçados de prisão e obrigados a se esconder, ou mesmo, com dificuldade, a fugir para São Paulo. Os congressistas contrários à atitude de Deodoro divulgaram um manifesto à nação repudiando o ato arbitrário praticado, e acabaram conquistando a adesão do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Deodoro renunciou então à presidência da República, em 23 de novembro de 1891, sendo substituído pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto, que reabriu as casas legislativas e revogou o estado de sítio.

Em São Paulo, o presidente estadual Américo Brasiliense apoiou Deodoro, e no dia 24 de novembro mandou um contingente da polícia cercar o prédio do Congresso estadual, no centro da capital. Vários parlamentares se pronunciaram contra a atitude de Brasiliense. A facção que defendia o governo tentou rebater as acusações, mas o senador Brasília dos Santos e seus colegas Martim Francisco, Ricardo Batista e Ezequiel Ramos retiraram-se em protesto do edifício e fizeram publicar pela imprensa a seguinte nota: “Impedidos hoje pela Força Pública de deliberar com liberdade no Senado, retiramo-nos do recinto e interrompemos o exercício do nosso mandato político até que as sessões comecem a ser efetuadas de acordo com a lei.”

Para agir contra Brasiliense, uma junta revolucionária foi formada por Bernardino de Campos, Júlio Mesquita e Campos Sales, e uma verdadeira revolução foi marcada para o dia 13 de dezembro, com o objetivo de destituir através das armas o presidente do Estado e colocar no poder o vice José Alves de Cerqueira César. A rebelião estourou por todo o interior paulista, sendo os intendentess que apoiavam o governo sumariamente destituídos. Na capital, em 14 de dezembro, a polícia entrou em confronto com manifestantes, e as redações dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Correio Paulistano* foram atacadas a tiros, sendo este último posteriormente invadido e depredado, em ação que resultou em mortos e feridos nas ruas centrais da cidade.

Américo Brasiliense, para não ser deposto, resolveu passar o governo para o marechal Carlos Machado Bittencourt, comandante do Exército em São Paulo, que no entanto alegou

não poder comparecer ao palácio do governo. Na manhã de 15 de dezembro, Brasiliense passou assim a presidência do estado para o major Sérgio Tertuliano Castelo Branco, inspetor geral dos corpos de polícia. Após ouvir os argumentos do coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, Castelo Branco dirigiu-se ao Hotel de França, onde estava reunida a junta com o vice-presidente Cerqueira César, e declarou “que, em obediência à Constituição do estado e a soberania do povo paulista, entregava o governo ao vice, unanimemente aclamado pela população da capital e do interior do estado”. Foi solicitado que fosse lavrado um termo narrando os acontecimentos, e o documento foi subscrito pelos presentes, entre eles o senador Brasília dos Santos, que, por discordar da atitude de Américo Brasiliense, desde o início apoiara a posse de Cerqueira César. No dia seguinte, os senadores e deputados estaduais que haviam sido contra a chamada ditadura foram ao palácio do governo para cumprimentar Cerqueira César, cabendo a Brasília dos Santos, em nome de todos, discursar saudando o novo chefe do governo paulista.

Indicado pelo PRP para concorrer à vaga de Francisco de Paula Rodrigues Alves, que havia renunciado à sua cadeira na Câmara dos Deputados por ter sido nomeado ministro da Fazenda do governo do marechal Floriano Peixoto, Brasília dos Santos foi eleito em 27 de abril de 1892 e assumiu o mandato em 4 de junho seguinte. Ao término da legislatura, em dezembro de 1893, retornou a São Paulo, passando a dedicar-se exclusivamente ao magistério e à advocacia.

Faleceu em São Paulo em 30 de março de 1901. Era solteiro.

Além de atuar como jornalista, publicou numerosos trabalhos notadamente na área do direito: *Que normas regulam os conflitos internacionais sobre a propriedade?* (tese, 1883); *Faculdade de Direito de S. Paulo: memória histórica-acadêmica dos anos 1883-84* (1887); *Memorial. Execução* (1892); *Parecer sobre o projeto da reforma da organização judiciária do Estado de S. Paulo* (1897); *Lições de direito marítimo* (1900).

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano*. SP. (31/3/1901); *Estado de S. Paulo* (25/11/1891, 17/12/1891); NOGUEIRA, A. *Academia*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; RIBEIRO, A. *Poder*; VAMPRÉ, S. *Memórias*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

SANTOS, Custódio Alves dos

*const. 1891.

Custódio Alves dos Santos nasceu na cidade de Caxias (MA).

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, exerceu a advocacia, foi um dos diretores da Industrial Caxiense, fundada em 16 de março de 1884, e um dos fundadores da União Caxiense. Iniciou-se na política ainda no Império, quando ingressou nas fileiras do Partido Liberal. Foi eleito deputado geral pelo quinto distrito do Maranhão nas eleições realizadas em setembro de 1889, sob o gabinete de Ouro Preto, mas não pode assumir o mandato devido à proclamação da República em 15 de novembro daquele ano.

Em setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte pelo Maranhão, mas faleceu antes de ser reconhecido. Em seu lugar, assumiu a cadeira de deputado Luís Antônio Domingues da Silva.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MARQUES, C. *Dicionário*.

SANTOS, Francisco Alves dos

*dep. fed. SP 1914-1918.

Francisco Alves dos Santos nasceu em Mogi-Mirim (SP) em 26 de maio de 1870, filho de Francisco Alves dos Santos e de Maria Januária da Cunha Santos. Seu pai foi deputado provincial em São Paulo.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e tornou-se delegado de polícia. Abriu escritório de advocacia em Mogi Mirim e iniciou-se na política sendo eleito vereador e presidente da Câmara Municipal, o que o levou a responder também pela administração da cidade durante nove anos.

Em 1º de março de 1914 foi eleito deputado federal por São Paulo na vaga de Adolfo Afonso da Silva Gordo. Foi reeleito para a legislatura 1915-1917, sempre pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

Morreu em Campinas (SP) em 2 de setembro de 1954.

Foi casado em primeiras núpcias com Maria Rocha dos Santos e, depois, com Julina da Rocha Santos. Teve quatro filhos.

Seu nome foi dado à praça Dr. Francisco Alves dos Santos em sua cidade natal.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); *Folha da Manhã* (3/9/1954); LEME, L. *Genealogia*.

SANTOS, Gabriel Ribeiro dos

*dep. fed. SP 1924.

Gabriel Ribeiro dos Santos nasceu em Pirassununga (SP) no dia 3 de agosto de 1873, filho de Antônio Ribeiro dos Santos e de Gabriela dos Santos. Seu avô Gabriel José Rodrigues dos Santos foi lente da Faculdade de Direito de São Paulo, participou da Revolução Liberal de 1842, foi deputado provincial e deputado geral de 1845 a 1848, de 1850 a 1852 e de 1857 a 1860. Seu tio Brasília Rodrigues dos Santos foi catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo e deputado federal de 1892 a 1893. Seu pai foi chefe do Partido Liberal no 7º distrito da província de São Paulo.

Em 1891 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e em 1895 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais. Depois de formado foi trabalhar no escritório de advocacia do pai, do qual faziam parte o tio Brasília dos Santos e Estevam de Almeida, também lente da Faculdade de Direito. Logo depois decidiu ir para a Europa, e em Paris fez um curso na Universidade da Sorbonne. De regresso ao Brasil, voltou a exercer a advocacia e tornou-se agricultor no município de Cravinhos, em São Paulo, onde era proprietário de uma grande fazenda de café.

Membro do conselho deliberativo da Sociedade Paulista de Agricultura, diretor-secretário e presidente da Liga Agrícola Brasileira, foi nas duas entidades um dos maiores defensores do café. No governo Artur Bernardes (1922-1926) foi colaborador do ministro da Fazenda Rafael de Abreu Sampaio Vidal. Atuou também no Instituto da Defesa Permanente do Café, tendo sido nomeado membro da Comissão Fiscalizadora dos Embarques de Café. Além disso, foi um grande estudioso do idioma, tendo escrito vários trabalhos originais sobre pseudo-brasileirismos, que foram publicados nas páginas da *Revista de Língua Brasileira*, dirigida pelo acadêmico Laudelino Freire, e inseridos no livro *O que é correto*, do escritor e historiador Francisco de Assis Cintra.

Em 1923 foi eleito presidente da Sociedade Rural Brasileira, sucedendo a Paulo de Moraes Barros, mas renunciou ao ser eleito, 17 de fevereiro de 1924, pelo Partido Republicano Paulista (PRP), deputado federal para a legislatura 1924-1926. Quando da abertura dos trabalhos legislativos, em maio, recebeu o convite do presidente eleito do estado de São Paulo, Carlos de Campos, para ocupar o cargo de secretário da Agricultura, Comércio e

Obras Públicas, e mais uma vez renunciou, sendo sua vaga na Câmara dos Deputados ocupada por Heitor Teixeira Penteado.

Em 5 de julho seguinte, ao eclodir a revolta tenentista comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, dirigiu-se ao palácio dos Campos Elíseos, residência oficial do presidente do estado, prestou-lhe solidariedade e colocou-se à disposição para a defesa do prédio, que nas primeiras horas do dia havia sofrido um ataque armado, rechaçado pela diminuta tropa legalista que lá se encontrava. Carlos de Campos permaneceu no palácio por quase quatro dias, resistindo a ataques de metralhadoras, bombas e canhões, até receber, através dos generais que estavam combatendo os insurgentes, ordem do governo federal para abandonar o prédio. Gabriel dos Santos acompanhou o presidente do estado até sede da Secretaria da Justiça, no centro da cidade, mas, como o local também não oferecia segurança, dirigiram-se à estação da estrada de ferro Central do Brasil de Guaiará, no bairro paulistano da Penha, onde um vagão ferroviário foi transformado em sede do governo estadual e quartel-general das forças legalistas. Permaneceram no local até o dia 28 de julho, quando os rebelados abandonaram a cidade em direção ao interior do estado. Com a fuga de Isidoro e seus soldados, a administração estadual pôde seguir seu curso.

Em 22 de abril de 1927 Carlos de Campos sofreu um derrame cerebral, vindo a falecer cinco dias depois. O vice-presidente, coronel Fernando Prestes de Albuquerque, que se encontrava na cidade de Itapetininga, no interior do estado deveria substituí-lo, mas, alegando motivos de saúde, recusou-se a fazê-lo, passando a incumbência ao substituto constitucional, o presidente do Senado estadual, Antônio Dino da Costa Bueno. Gabriel dos Santos continuou a exercer suas funções de secretário durante todo o período da interinidade de Dino Bueno, e em 14 de julho, quando da posse do novo presidente do estado, Júlio Prestes de Albuquerque, foi substituído por Fernando de Sousa Costa.

Entre suas realizações na Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, destacaram-se: o lançamento das bases da organização científica do serviço agrônomo de São Paulo; a campanha contra a broca do café; o desenvolvimento da fruticultura, principalmente da citricultura; a construção do Instituto Biológico, para a proteção e defesa das riquezas vegetais e animais; a captação de água para o abastecimento da capital de São Paulo; o amparo à produção algodoeira; a importação de vários tipos de gado para a melhoria dos nossos rebanhos; a duplicação das linhas da Estrada de Ferro Sorocabana, e a

construção do edifício da nova estação, que hoje leva o nome de Júlio Prestes; a reforma da Estrada de Ferro Araraquarense; a construção do parque da Água Branca, para exposições de animais e concursos de gado; a pavimentação de concreto da Estrada do Mar, que liga São Paulo ao litoral santista; o barateamento de fretes e a redução de impostos e taxas, de forma a aumentar o desenvolvimento do estado; a instituição do Código de Política Sanitária Animal, e a participação na expansão da indústria pastoril paulista. Autorizou também a instalação do transmissor da primeira emissora de rádio do estado de São Paulo, a Educadora Paulista, no Palácio das Indústrias, localizado no parque Dom Pedro II, participando juntamente com Carlos de Campos da solenidade de sua inauguração.

Ao deixar o governo voltou a se dedicar à agricultura, especialmente à cafeicultura, em uma propriedade adquirida no norte do Paraná. Foi sócio da Estrada de Ferro São Paulo-Goiás, inaugurada em 1910 e adquirida pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1950. Exerceu também a presidência da Sociedade de Cultura Artística de São Paulo, foi membro do Instituto dos Advogados de São Paulo, sócio perpétuo da Sociedade Protetora dos Animais, e sócio efetivo da Cruz Azul de São Paulo. Recebeu do governo da Áustria a ordem do mérito, e a comenda de primeira classe concedida pelo rei Alberto da Bélgica, pelos serviços prestados à agricultura.

Faleceu em São Paulo em 18 de abril de 1938.

Casado com Gabriela Procópio Ribeiro dos Santos, teve sete filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: *Correio Paulistano* (1/5/1924, 19, 20/4/1938).

SANTOS, Gabriel Salgado dos

* militar; dep. fed. AM 1893-1896 e 1900-1902; sen. AM 1911-1912.

Gabriel Salgado dos Santos nasceu no povoado de Juriti (AM) no dia 26 de novembro de 1855, filho de Ezequiel Nunes Salgado e de Mônica Nunes Salgado.

Ainda menino transferiu-se para Manaus e iniciou seus estudos no Educandos, estabelecimento de ensino técnico onde recebeu, com 18 anos, o diploma de mestre marceneiro. Logo depois, passou a estudar no Liceu de Manaus. Veio então para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha. Em 1881 concluiu o curso de artilharia e de cavalaria do Exército e em 1883 o de engenharia militar, formando-se bacharel em ciências físicas, matemáticas e naturais.

Em 1886 foi designado para servir no Pará, onde viria a fundar o Partido Republicano do Pará. Em 1889 foi promovido a tenente, e em junho foi nomeado diretor de Obras Militares do Pará. Em 1890 beneficiou-se de um decreto de promoção geral e passou de tenente a coronel. No ano seguinte foi nomeado diretor de Obras Militares do Maranhão.

Estando em curso a legislatura 1891-1893, foi eleito em eleição suplementar deputado federal pelo Amazonas e tomou posse em maio desse último ano. No ano seguinte foi reeleito para a legislatura 1894-1896. Em novembro de 1900 foi promovido a major foi eleito pela terceira vez deputado federal, com mandato de maio desse ano a dezembro de 1902. Em 1903 foi promovido a tenente-coronel e, em 1909, a coronel. Em 1910, em virtude da renúncia do senador Jorge de Moraes, foi indicado por maioria para substituí-lo. Ocupou assim uma cadeira no Senado de 1911 a 11 de junho de 1915, quando faleceu.

Era casado com Viridiana Viçosa de Oliveira e teve dois filhos.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário; Diário oficial da união* (18/12/1900. p. 2, s.1, 4/5/1894, p. 4, s. 1); SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 19/10/2010.

SANTOS, Generoso Marques dos

* dep. geral PR 1881-1884; const. 1891; pres. PR 1891; sen. PR 1891-1893 e 1909-1926.

Generoso Marques dos Santos nasceu em Curitiba no dia 13 de janeiro de 1844, filho de Miguel Marques dos Santos e de Generosa Chaves Marques.

Fez o curso secundário no Liceu Paranaense. Transferindo-se para São Paulo, ingressou na Faculdade de Direito da capital paulista em 1861 e obteve o diploma de bacharel quatro anos mais tarde.

Membro do Partido Liberal, em 1866 elegeu-se deputado provincial no Paraná. Reeito para sucessivas legislaturas, foi presidente do Legislativo paranaense e segundo vice-presidente da província em 1878. De 1881 a 1884 exerceu o mandato de deputado geral, destacando-se na defesa da abolição da escravidão, e de 1884 a 1889 voltou a ocupar uma cadeira de deputado provincial.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 foi eleito senador pelo Paraná. Tomou posse em 15 de novembro, foi signatário da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em abril seguinte foi escolhido presidente do Paraná, através de eleição indireta realizada pela Assembleia Legislativa. Governou o estado de 3 de junho de 1891, quando substituiu José Cerqueira de Aguiar Lima, até 29 novembro do mesmo ano, quando foi destituído pelo recém-empossado presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894) e substituído pela junta governativa formada por Roberto Ferreira, Bento José Lamenha Lins e Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Após ter deixado o governo paranaense retomou seu mandato de senador, que cumpriu até o fim da legislatura em dezembro de 1893.

Em 1894, quando a Revolução Federalista desencadeada no ano anterior no Rio Grande do Sul alcançou o Paraná, colocou-se ao lado do general revolucionário Gumerindo Saraiva, que foi derrotado. Em decorrência de seu apoio a Saraiva, precisou exilar-se e passou a residir em Buenos Aires e em Montevideu até a obtenção de habeas corpus que garantiu seu retorno ao Brasil.

Eleito deputado estadual em 1897, ocupou uma cadeira na Assembleia do Paraná até 1899. Em 1906 retornou à Assembleia com mandato de um biênio. Em 1908, ano em que

participou ativamente da fundação do Partido Republicano Paranaense, foi escolhido primeiro vice-presidente de seu estado natal. Em 1909 conquistou novamente uma cadeira no Senado Federal. Foi reeleito senador por sucessivas legislaturas, encerrando seu último mandato em 1926.

Ao lado da carreira política, foi promotor da Fazenda Nacional, articulista e redator dos periódicos *O Paraná*, *A Federação*, *Dezenove de Dezembro* e *Reforma*, e professor do Instituto Paranaense, onde lecionou as disciplinas Noções de direito público e Geografia e história do Brasil. Além disso, foi inspetor fiscal geral da Instrução Publica.

Faleceu em Curitiba em 8 de março de 1928.

Foi casado com Ana Joaquina de Paula Santos e, em segundas núpcias, com Rosalina Eneias Santos.

Luciana Pinheiro

Fontes: ARQ. PUB. PR. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 18/10/2010; CASA CIVIL DO PR. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 18/10/2010; Museu Maçônico Paranaense. Disponível em: <<http://www.museumaconicoparanaense.com/>>. Acesso em: 18/10/2010; PREF. CAMBARÁ. Disponível em: <<http://cambara.prefeituramunicipal.net/>>. Acesso em: 18/10/2010; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 18/10/2010.

SANTOS, João Aureliano Correia dos

*religioso; dep. fed. RJ 1900-1902.

João Aureliano Correia dos Santos nasceu em Aracati (CE) no dia 6 de maio de 1850, filho de José Correia dos Santos e de Teresa de Jesus Correia dos Santos. Seu tio e cunhado Antônio Ferreira dos Santos Caminha foi deputado geral pela província do Ceará.

Estudou no Seminário de Fortaleza e a partir de 1873 foi pároco de diversas freguesias cearenses. Em 1877 transferiu-se para Niterói, capital da província do Rio de Janeiro, e em março de 1879 recebeu as honras de cônego da Capela Imperial. Em 1883 tornou-se vigário da igreja matriz de São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro. Em fevereiro de 1894 foi nomeado governador do Bispado de Niterói, durante a ausência do bispo dom Francisco do Rego Maia, mantendo-se nessa função até julho de 1896. Em abril de 1899, no contexto do Concílio Latino-Americano, reassumiu essa incumbência. Pelo fato de ter desempenhado com destreza a missão que lhe foi confiada, por recomendação do bispo Rego Maia recebeu o título de monsenhor e as honras de prelado doméstico do papa Leão XIII.

Mesmo sem nunca ter exercido cargo político, em dezembro de 1899 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro para a legislatura 1900-1902. Um mês antes de sua posse declinou do convite para dirigir o Bispado de Petrópolis, optando pelo cumprimento de seu mandato eletivo. Tomou posse na Câmara dos Deputados em 16 junho de 1900 e exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1902.

Foi também um dos fundadores do Colégio das Doroteias, em Niterói.

Faleceu no Rio de Janeiro em 31 de julho de 1904.

Publicou *Discursos proferidos pelo monsenhor João Aureliano Correia dos Santos, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro nas sessões de 18 de agosto e 16 de novembro de 1900*.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 55-56); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.121); História do Ceará. Disponível em: <<http://www.ceara.pro.br/>>. Acesso em: 20/12/2010.

SANTOS, João Batista Pereira dos

* dep. fed. RJ 1902-1911.

João Batista Pereira dos Santos nasceu em Rio Bonito (RJ).

Iniciou a carreira política como vereador em sua cidade natal, onde foi presidente da Câmara Municipal. Elegeu-se deputado estadual no Rio de Janeiro em 26 de dezembro de 1897 para a legislatura 1898-1901.

Foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em eleição suplementar realizada na legislatura 1900-1902 e tomou posse na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de maio desse último ano. Reeleito para as legislaturas 1903-1905, 1906-1908 e 1909-1911, exerceu o mandato até 31 de dezembro desse último ano.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p. 55); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 122).

SANTOS, João da Cruz e

*junta gov. PI 1889; gov. PI 1890.

João da Cruz e Santos, futuro *barão de Uruçuí*, nasceu no Piauí em 1841, filho de Joaquim Antônio dos Santos e de Cândida Vieira.

Um dos fundadores da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba em 1858, tornar-se-ia comerciante, industrial e banqueiro de grande destaque na província do Piauí, recebendo em 1872 o título de barão de Uruçuí. Ao lado dos irmãos, fundou em 1880 a Casa Cruz, primeira casa bancária do Piauí. Em 1888 foi um dos fundadores da Fábrica de Fiação e Tecidos Piauí. Também foi coronel da Guarda Nacional e um dos líderes do Partido Liberal da província.

Com a Proclamação da República (15/11/1889), participou da junta que governou o Piauí de 16 de novembro a 26 de dezembro de 1889, também formada pelo capitão Reginaldo Nemésio de Sá, Nelson Pereira do Nascimento, alferes João de Deus Moreira de Carvalho, Teodoro Alves Pacheco, tenente-coronel Joaquim Dias de Santana e cônego Tomás de Moraes Rego. A junta foi substituída por Gregório Taumaturgo de Azevedo, militar ligado ao presidente Deodoro da Fonseca, e em 1890 João da Cruz e Santos foi nomeado conselheiro municipal de Teresina. Em 4 de junho desse ano Taumaturgo de Azevedo deixou o poder, sendo substituído pelo vice-governador Joaquim Nogueira Paranaguá, até 23 de agosto, e por Gabino Besouro, até 19 de outubro. João da Cruz e Santos voltou então ao governo do Piauí até 27 de dezembro, quando foi substituído por Álvaro Moreira de Barros Oliveira Lima.

Em 1891, reunida a Assembleia Constituinte que elaborou e aprovou a primeira Constituição do Piauí, Gabriel Luís Ferreira foi eleito governador do estado, e João da Cruz e Santos, vice-governador. Gabriel Luís Ferreira tomou posse em 28 de maio de 1891, mas seu governo durou poucos meses. Após a renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República e a posse de Floriano Peixoto, foi deposto do cargo em 21 de dezembro de 1891, e João da Cruz e Santos recusou-se a assumir o governo. Uma junta composta pelo tenente-coronel João Domingos Ramos, Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes assumiu então o poder. No dia 29 seguinte João Domingos Ramos assumiu sozinho o governo do estado até

11 de fevereiro de 1892, data em que Coriolano de Carvalho e Silva foi nomeado governador do estado.

João da Cruz e Santos faleceu na cidade de Teresina em 1896.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

SANTOS, João Pedro dos

*dep. fed. BA 1906-1908 e 1924-1930.

João Pedro dos Santos nasceu em Salvador no dia 15 de outubro de 1871, filho de Pedro Joaquim dos Santos e de Emília de Sousa Lessa Santos. Seu irmão Pedro Joaquim dos Santos foi ministro do Supremo Tribunal Federal de 1919 a 1931.

Bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife em 1894, logo após sua formatura foi nomeado promotor público da comarca de Nazaré das Farinhas (BA). Afastou-se da área jurídica para exercer as funções de oficial de gabinete do governador Rodrigues Lima (1892-1896). Em setembro de 1902 foi nomeado secretário de polícia, após ter sido diretor da mesma secretaria, pelo então governador Severino Vieira (1900-1904), permanecendo no cargo até o final do governo. Com a eleição para governador de seu amigo José Marcelino (1904-1908), assumiu a Secretaria da Fazenda, exercendo essas funções de maio de 1904 a outubro de 1905.

Nas eleições para a legislatura 1906-1908 candidatou-se a deputado federal e obteve expressiva votação, o que garantiu o imediato reconhecimento de seu diploma. Ao fim desse período afastou-se da política, passando a se dedicar a atividades bancárias, como diretor do Banco da Lavoura, que posteriormente foi transformado no Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola.

No governo de Góis Calmon (1924-1928) retornou à política, conquistando novo mandato na Câmara dos Deputados para a legislatura 1924-1926; ao final desse período, conseguiu a renovação de seu mandato para as legislaturas 1927-1929 e 1930-1932. Presidiu a Comissão de Justiça de 1924 a 1930, mas não completou o último mandato devido à dissolução do Congresso Nacional em 24 de outubro de 1930, em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Integrou o grupo de 34 deputados que se fizeram presentes à última sessão da Câmara dos Deputados, ao lado dos também baianos Aurélio Viana, Celso Spínola, Brás do Amaral e Alfredo Rui Barbosa.

Em agosto de 1934, foi nomeado pelo então interventor Juraci Magalhães (1931-1937) para

a Secretaria do Interior e Justiça, a mais importante das secretarias da estrutura governamental da época. Nesse mesmo ano, quando da convocação da Assembleia Constituinte Estadual, recebeu a incumbência de preparar o anteprojeto que serviu de base para o trabalho dos deputados. Permaneceu à frente da secretaria até 27 de agosto de 1935, quando foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Permaneceu no tribunal até dezembro de 1937, quando se aposentou.

Faleceu em Salvador no dia 28 de janeiro de 1946.

Casado com Amélia Rego dos Santos, teve cinco filhos. Um deles, Edgar Rego dos Santos, foi professor catedrático e diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, organizador e primeiro reitor da Universidade Federal da Bahia (1945-1952), ministro da Educação e Cultura (julho a setembro de 1954) e presidente do Conselho Federal de Educação (1961-1962). Seu neto Roberto Figueira Santos foi também professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (1949-1994), membro (1964), vice-presidente (1969) e presidente (1970) do Conselho Federal de Educação, secretário da Saúde da Bahia no governo de Luís Viana Filho (1967-1971) e reitor da Universidade Federal da Bahia (1967-1971); foi ainda governador da Bahia (1975-1979), ministro da Saúde (1986-1987) e deputado federal (1995-1999).

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ABREU, A. *Dicionário* (p. 5260/5271/5273-7275); BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (n.263, p. 55-86); MATTOS, W. *História*; MELLO, A. *Cartilha*; NASCIMENTO, W.; FONSECA, J. *Baianos*; SAMPAIO, C. *Memória*; SANTOS, R. *Vidas*; *Tarde* (31/12/1932). Coronel Frederico Costa; *Tarde, Imparcial* (28, 29/1/1946). Faleceu o Conselheiro João Santos, Foi secretário de estado em três governos, Grande perda para a Bahia.

SANTOS, Júlio César de Noronha

*militar; comte.-em-ch. Esquadra 1930.

Júlio César de Noronha Santos nasceu no dia 1º de março de 1873 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império.

Ingressando na Escola Naval em novembro de 1888, chegou ao posto de segundo-tenente em novembro de 1891. Dois anos depois foi promovido a primeiro-tenente, alcançando a patente de capitão-tenente em abril de 1894. Capitão-de-corveta em julho de 1907, foi promovido a capitão-de-fragata em maio de 1913 e a capitão-de-mar-e-guerra em agosto de 1918. Em janeiro de 1923 alcançou o posto de contra-almirante, assumindo no dia 27 de março de 1930 o cargo de comandante-em-chefe da Esquadra.

No dia 21 de outubro desse mesmo ano, 18 dias depois da eclosão da revolução, que nesse momento já dominava grande parte do território nacional, compareceu a uma reunião a convite do general João de Deus Mena Barreto, comandante do 1º Grupo de Regiões Militares. Nessa reunião, onde estavam ainda presentes o tenente Valdemar Mena Barreto e o capitão-tenente Carlos Frederico Noronha Filho, ficou decidido que a Esquadra, sob seu comando, não defenderia o presidente Washington Luís nem se oporia ao Exército em sua intenção de depor o presidente.

Três dias mais tarde, a 24 de outubro de 1930, o presidente foi substituído por uma junta composta pelos generais Mena Barreto e Augusto Tasso Fragoso e pelo almirante José Isaías de Noronha. No dia 3 de novembro essa junta transferiu o governo a Getúlio Vargas, chefe da revolução vitoriosa.

Permaneceu no comando-em-chefe da Esquadra apenas até o dia 18 de dezembro de 1930.

FONTES: CORRESP. SERV. DOC. GER. MAR.; MIN. MAR. *Almanaque*; SILVA, H. 1930.

SANTOS, Júlio Veríssimo da Silva

* dep. fed. RJ 1895-1905 e 1924-1929; sen. RJ 1930.

Júlio Veríssimo da Silva Santos nasceu em Cantagalo (RJ) no dia 17 de setembro de 1845.

Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1865, mas teve de interromper o curso por problemas de saúde, só podendo concluí-lo em 1883, quando se formou bacharel. Durante o Império, militou no Partido Conservador.

Já na República, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Cantagalo. Eleito deputado federal pelo 3º distrito do estado do Rio de Janeiro na vaga aberta após a morte de Ferreira da Luz, tomou posse em 10 de junho de 1895 com mandato até dezembro de 1896. Reeleito para as três legislaturas subsequentes, permaneceu na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1905. Voltou então a presidir a Câmara Municipal de Cantagalo de 1905 a 1906, de 1910 a 1917, em 1923 (em caráter provisório), e ainda em 1926, quando perdeu o mandato por decisão do Tribunal da Relação do Estado, tendo sido substituído por Antônio da Silva Pinto. A essa altura, já havia sido eleito deputado federal e tomado assento na Câmara dos Deputados em 12 de agosto de 1924. Renovou o mandato ao fim da legislatura, em 31 de dezembro de 1926, e permaneceu na Câmara até 31 de dezembro de 1929.

Em 1930 foi eleito senador. Tomou posse em maio, mas teve o mandato interrompido em 23 de outubro pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu os órgãos legislativos do país.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. MUN. CANTAGALO. *Galeria de Ex-Presidentes*. Disponível em: <<http://www.cmcantagalo.rj.gov.br/ex-presidentes.htm>>. Acesso em: 12/1/2011;

LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

SANTOS, Luís Delfino dos

* sen. SC 1891-1893.

Luís Delfino dos Santos nasceu na cidade de Desterro, atual Florianópolis, em 25 de agosto de 1834, filho de Tomás dos Santos e de Delfina Vitória dos Santos.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, tendo concluído o curso de humanidades no Rio de Janeiro. Formou-se pela Faculdade de Medicina da mesma cidade. Em setembro de 1890, foi eleito senador por Santa Catarina à Assembleia Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro e, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou a exercer o mandato ordinário até dezembro de 1893.

Poeta, publicou suas poesias em vários jornais da cidade do Rio de Janeiro, tendo deixado vasta produção inédita ao morrer. Faleceu no Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 1910.

Casou-se com Carolina Garcia dos Santos, com quem teve filhos, entre os quais Tomás Delfino dos Santos, deputado federal de 1894 a 1896 e de 1912 a 1917 e senador de 1896 a 1906.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BLAKE, A. *Diccionario*; PIAZZA, W. *Diccionario*.

SANTOS, Pedro Joaquim dos

* magistrado; min. STF 1919-1931.

Pedro Joaquim dos Santos nasceu em Salvador no dia 16 de julho de 1866, filho de Pedro Joaquim dos Santos e de Emília de Sousa Lessa Santos. Seu irmão João Pedro dos Santos foi deputado federal de 1906 a 1908 e de 1924 a 1930.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1887, iniciou a carreira na magistratura ao ser nomeado promotor público de Canavieiras, em sua província natal. Em março de 1889 foi promovido a juiz municipal dos termos reunidos de Canavieiras e Belmonte. Em de 1893 foi promovido a juiz de direito dessas mesmas comarcas e em 1896 foi transferido para a comarca de Feira de Santana. Teve passagem pelo Tribunal de Conflitos, Administrativo e de Contas do Estado da Bahia, corte surgida em função da autonomia federativa, que possibilitou a cada estado organizar sua Justiça de acordo com as peculiaridades locais. Foi promovido a desembargador do Tribunal Superior de Justiça do mesmo estado em 1899.

Exercia essa função, quando, em outubro de 1919, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Eptácio Pessoa (1919-1922), na vaga surgida em decorrência do falecimento do ministro Coelho e Campos. Em 1923, foi relator do recurso criminal impetrado pelo então ex-presidente Eptácio Pessoa contra o despacho de um juiz federal que não recebeu a queixa que oferecia contra o *Correio da Manhã*, por crimes de injúria e calúnia. O jornal, então um dos mais prestigiados da capital federal, acusava Eptácio Pessoa de valer-se do cargo para obter vantagens pessoais, o que, segundo o ex-presidente, configurava caso de abuso do direito de liberdade de imprensa e expressão. Em despacho, Pedro dos Santos foi favorável à demanda de Pessoa e determinou ao juízo que recebesse a queixa contra o periódico.

Estava no exercício de suas funções no STF quando o movimento revoltoso de outubro de 1930 alcançou a vitória. Foi aposentado por decreto em fevereiro de 1931, ocasião em que a composição da corte foi reduzida de 15 para 11 ministros. Depois do ato que determinou

sua passagem à inatividade, retirou-se da vida pública. Foi ainda professor da Faculdade de Direito da Bahia, regendo a cadeira de teoria e prática do processo criminal.

Faleceu em 14 de dezembro de 1942, na cidade do Rio de Janeiro.

Foi autor de vasta obra doutrinária, sobre quase todos os domínios do direito, dispersa em revistas e publicações especializadas em forma de artigos e pareceres.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>

SANTOS, Pereira dos

* dep. fed. RJ 1897-1901.

Joaquim Pereira dos Santos nasceu em Itaboraí (RJ) em 23 de outubro de 1843.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1871 e em seguida viajou para a Europa com o intuito de aperfeiçoar-se, tendo clinicado em hospitais de Paris. Regressou em 1873 ao município natal, onde se dedicou ao exercício de sua profissão, em especial, à cirurgia. Além disso era proprietário de uma fazenda em Tanguá, localidade então pertencente ao município de Itaboraí.

Estimado pelos habitantes da região, tornou-se influente no Partido Liberal (PL) do Império, e, depois, chefe político em Itaboraí e municípios circunvizinhos. Proclamada a República, foi eleito deputado federal para a legislatura de 1897 a 1899 e reeleito para o período de 1900 a 1902. Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Fazenda e Indústrias. Era amigo particular e correligionário político de Alberto Torres, presidente do estado do Rio de Janeiro de 1897 a 1900.

Faleceu em Niterói a 25 de novembro de 1901, no exercício do mandato.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Anais* (1897-1901); *Fluminense* (26/11/1901, p. 2.); *Jornal do Brasil* (26/11/1901, p. 1, 27/11/1901, p. 1); *Jornal do Comércio* (26/11/1901, p. 2, 27/11/1901, p. 3).

SANTOS, Salvador Felício dos

*dep. fed. MG 1902.

Salvador Felício dos Santos nasceu no município de Diamantina (MG) em 1867.

Bacharelou-se em direito e foi juiz interino de Diamantina. Ingressou na política ao ser eleito deputado federal por seu estado natal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 5 de maio de 1902, e ocupou-a até 31 de dezembro do mesmo ano, quando se encerrou a legislatura.

Faleceu em Minas Gerais em 1926.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); SILVA, M. *Artífice*; VASCONCELOS, D. *História*.

SANTOS, Soares dos

*militar; dep. fed. RS 1900-1916; sen. RS 1916-1929.

Luís Soares dos Santos nasceu em Porto Alegre no dia 20 de novembro de 1866, filho de João Soares dos Santos e de Ana Gomes Ferreira dos Santos.

Ingressou na Escola Militar de Porto Alegre, na qual concluiu os estudos secundários em 1883, e logo seguiu para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde continuou os estudos na Escola Militar da Praia Vermelha. Em 1891 bacharelou-se em engenharia militar.

No pleito de 1898 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR). No mesmo ano tomou posse na Assembleia Legislativa gaúcha, na qual permaneceu até 1900, quando foi eleito deputado federal. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi reeleito em 1903. Voltou a ser reeleito nos pleitos de 1906, 1909, 1912 e 1915, sempre na legenda do PRR. Permaneceu na Câmara até 1916, quando renunciou ao mandato para assumir uma cadeira no Senado Federal. Foi reeleito em 1921 e permaneceu no Senado até 1929, tendo integrado as comissões de Marinha e Guerra, Obras Públicas e Empresas Privilegiadas e de Finanças. Foi ainda professor da Escola Militar do Rio Grande do Sul e atingiu a patente de general de brigada.

Era casado com Maria José Monteiro de Barros.

Mirna Aragão

FONTES: AITA, C.; AXT, G.. *Parlamentares*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v. 3, p.1875/6); SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/legisAnt.shtm>>. Acesso em: 8/6/2011.

SANTOS, Teófilo Fernandes dos

*pres. SE 1879; dep. geral AL 1881-1884 e 1886-1889; pres. PI 1889; const. 1891; dep. fed. AL 1891-1897.

Teófilo Fernandes dos Santos nasceu em Penedo (AL) em 1847.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. De volta a Alagoas, filiou-se ao Partido Liberal do Império foi eleito deputado provincial para as legislaturas de 1864 a 1869 e de 1878 a 1879, sempre pelo 2º distrito. Presidiu a província de Sergipe em 1879 e depois foi eleito deputado geral por Alagoas. Exerceu seu mandato de 1881 a 1884 e de 1886 a 1889. Nesse último ano foi presidente da província do Piauí.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito deputado constituinte por Alagoas. Assumiu sua cadeira no Congresso Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1890, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho seguinte, ao ter início a legislatura ordinária, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados. Foi reeleito para as legislaturas de 1894 a 1896 e 1897 a 1899.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 8 de junho de 1897, em pleno exercício do mandato.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

SANTOS, Tomás Delfino dos

*const. 1891; dep. fed. DF 1891-1896; sen. DF 1896-1906; dep. fed. DF 1912-1916.

Tomás Delfino dos Santos nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 24 de setembro de 1860, filho de Luís Delfino dos Santos e de Maria Carolina Garcia dos Santos. Seu pai era poeta parnasiano e também foi constituinte de 1891 e senador pelo estado de Santa Catarina de 1891 a 1893.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1882, apresentando a tese *Que melhoramentos materiais devem ser introduzidos na cidade do Rio de Janeiro*. Como orador da turma, deixou seu *Discurso pronunciado no ato solene da colação de grau aos doutorandos de 1882 na augusta presença de SS. MM. e A.A. Imperiais em resposta ao diretor da Faculdade*.

Nos anos finais do Império, abraçou a causa republicana e militou ao lado do grupo político liderado por Silva Jardim, célebre advogado, jornalista e ativista político que teve grande atuação nos movimentos abolicionista e republicano, particularmente no Rio de Janeiro. No final da década de 1880, foi fundador da *Gazeta Sul Mineira*, órgão do Partido Republicano, em São Gonçalo de Sapucaia (MG).

Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado pelo Distrito Federal ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, a partir de junho, com o início da legislatura ordinária, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1893. Reeleito para a legislatura seguinte, voltou à Câmara entre maio de 1894 e julho de 1896, quando renunciou por ter sido eleito para preencher a vaga aberta no Senado Federal após a morte de Aristides Lobo. Reeleito em 1897, permaneceu no Senado até outubro de 1906 e participou das comissões de Saúde Pública, Estatística e Colonização e Justiça e Legislação.

Nas eleições de 30 de janeiro de 1912, foi mais uma vez eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Exerceu seu mandato de 9 de maio de 1912 a 31 de dezembro de 1914 e

foi ainda uma vez reeleito. Tomou posse em maio de 1915 e, com morte do senador Augusto de Vasconcelos em 10 de dezembro seguinte, tentou preencher sua vaga no Senado. Contudo, a vaga foi ocupada por seu opositor Irineu Machado. Desgostoso com o ocorrido, renunciou ao mandato de deputado federal em 7 de julho de 1916 e afastou-se da vida pública.

Foi também diretor da Escola Normal do Distrito Federal. Além disso, foi um dos diretores da *Universal: Revista das revistas. Resenha da vida nacional e estrangeira*, criada em 1901, no Rio de Janeiro, juntamente com Rivadávia Correia e Manuel Bonfim.

Faleceu no Rio de Janeiro em 9 de junho de 1947.

Era casado com Emília Botelho Delfino.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BLAKE, A. *Diccionario* (v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); FERREIRA, J; DELGADO, L.. *Tempo*; GIFFONI, O. C. *Dicionário; Índice.*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

SANTOS, Urbano

*dep. fed. MA 1897-1905; sen. MA 1906-1914; vice-pres. Rep. 1914-1918; pres. MA 1918; min. Just. Neg. Int. 1918-1919; pres. MA 1919-1922; vice-pres. Rep. 1922.

Urbano Santos da Costa Araújo nasceu na comarca dos Guimarães (MA) no dia 3 de fevereiro de 1859, filho de Antônio Brício de Araújo. Seu irmão, homônimo do pai, foi vice-presidente do Maranhão de 1914 a 1917, presidente de 1917 a 1918, e senador de 1929 a 1930.

Cursou a Faculdade de Direito do Recife, foi redator da *Gazeta Acadêmica de Ciências e Letras* e bacharelou-se em 1882. De volta ao Maranhão, foi promotor público em Baixo Mearim (atual Vitória de Mearim), Mirador e Rosário, e juiz municipal em Coroatá, São Vicente Ferrer e São Bento. Foi ainda juiz de casamentos e do comércio na capital do estado, além de juiz de direito de Campos Novos (SC).

Em 1897 foi eleito deputado federal pelo Maranhão para a legislatura 1897-1899. Reeleito para as duas legislaturas seguintes, exerceu o mandato até dezembro de 1905. Na Câmara dos Deputados foi primeiro-vice-presidente da casa e membro da Comissão de Finanças. Em seguida foi eleito senador e permaneceu no Senado de 1906 a 1914. No Congresso Nacional destacou-se por seus pareceres e discursos parlamentares.

Em março de 1914 foi eleito vice-presidente da República ao lado de Venceslau Brás (1914-1918), e nessa condição foi também presidente do Senado Federal. Exerceu interinamente a presidência da República no período de 8 de setembro a 9 de outubro de 1917, quando o titular esteve afastado para tratamento de saúde. Já no governo de Delfim Moreira – que fora eleito vice-presidente ao lado de Rodrigues Alves, e em 15 de novembro de 1918 tomou posse devido à doença do presidente eleito, que viria a falecer –, foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores. Ocupou o cargo de 21 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919, e durante sua gestão dinamizou todos os departamentos do ministério, principalmente o de saúde pública. Promoveu o serviço de profilaxia urbana e rural, instalou o Instituto Oswaldo Cruz em São Luís e firmou contrato com a Fundação Rockefeller para o combate à malária.

Embora tenha sido eleito por três vezes presidente do Maranhão (em 1898, 1913 e 1918), só aceitou assumir o cargo da última vez, no quadriênio que seguiu ao de Herculano Nina

Parga, o qual, por sua vez, foi completado por seu próprio irmão Antônio Brício de Araújo. Ainda assim, não tomou posse de imediato. No início do quadriênio, em 1º de março de 1918, foi substituído pelo primeiro vice-presidente, José Joaquim Marques, que faleceu no dia 9 de outubro seguinte. Assumiu então o governo o segundo vice Raul da Cunha Machado, até 21 de outubro. Só então Urbano Santos assumiu a presidência do estado, para um mês depois se licenciar e tomar posse no Ministério da Justiça. Ao deixar o ministério em 28 de julho de 1919, retornou o Maranhão e reassumiu o governo. Nesse período, desenvolveu o setor de transportes, com a inauguração em 1921 da Estrada de Ferro São Luís–Teresina. Firmou também contrato com a Cia. Nacional de Navegação Costeira para a operação de uma linha de cabotagem entre os pequenos portos do estado. No setor de obras públicas, garantiu a regularidade do abastecimento de água da capital maranhense, construiu a Escola Modelo Benedito Leite, reformou a penitenciária, adquiriu o prédio do Convento dos Mercedários (Convento das Mercês) para a ampliação do quartel da Polícia Militar, e construiu o cais do porto do Guarapiranga e o Aprendizado Agrícola Cristino Cruz, que daria origem à Escola Agrícola Federal do Maranhão. Construiu também o teatro que passou a se chamar Artur Azevedo, o mais importante do estado. Em 25 de fevereiro de 1922 transferiu mais uma vez o governo a Raul da Cunha Machado.

Eleito vice-presidente da República em março de 1922 ao lado de Artur Bernardes, faleceu a bordo do navio *Minas Gerais*, do Lloyd Brasileiro, no dia 7 de maio seguinte, quando se dirigia para o Rio de Janeiro, então capital federal, a fim de tomar posse.

Publicou “Impostos sobre a transmissão de apólices e embarcações: direitos da União aos terrenos de marinhas”, na *Revista de Legislação, Doutrina e Jurisprudência*, (1905). No Maranhão há um município, e em sua cidade natal, uma rua e uma escola que levam seu nome, o mesmo ocorrendo em outras cidades do estado. Seu busto encontra-se na praça do Panteão, em São Luís, em frente à Biblioteca Pública.

Alan Carneiro

FONTES: FUND. BIB. NAC. Disponível em:

http://catalogos.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=periodicosraros_pr&db=peri

odicosraros&ss=new&disp=card&use=pn&arg=araujo,%20urbano%20santos%20da%20costa>. Acesso em: 30/9/2008; MIN. PUB. MA. Disponível em:
<http://www2.mp.ma.gov.br/memorial/indememorialgaleriapromotpublicoimperio_urbano.asp>. Acesso em: 2/9/2008; SENADO. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/presidentes/p_rep_Urbano_Santos.asp>. Acesso em: 28/7/2008,
<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2261&li=27&lcab=1906-1908&lf=27>. Acesso em: 2/9/2008,
<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1416&li=34&lcab=1927-1929&lf=34>. Acesso em: 23/9/2008; Vimarense. Disponível em:
<http://vimarense.zip.net/arch2006-09-01_2006-09-30.html>. Acesso em: 2/9/2008.

SARAIVA, Canuto

*magistrado; min. STF 1908-1919.

Canuto José Saraiva nasceu em Areias, na província de São Paulo, no dia 23 de setembro de 1854, filho de Joaquim José Saraiva e de Leopoldina Maria Saraiva.

Em 1875 formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou a carreira ao ser nomeado promotor público em sua cidade natal. Exerceu a função até ser nomeado juiz municipal de órfãos de Piracicaba, também na província de São Paulo, em outubro de 1877. Em 1878 foi eleito vereador e vice-presidente da Câmara Municipal da cidade.

Em dezembro de 1886 voltou à magistratura ao ser nomeado juiz de direito da comarca de Araraquara. Em 1890 foi removido para a de Sorocaba, e em 1892 foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Em maio de 1908 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga aberta em decorrência do falecimento de Piza e Almeida, também nome ligado ao estado de São Paulo. Tomou posse em junho do mesmo ano, em clara indicação de que o preenchimento de vagas no STF obedecia, agora, a critérios ditados pela região de onde provinha o novo membro da corte. Em 1909, no STF, foi relator do recurso impetrado pela União em face da concessão de *habeas corpus* a um grupo de intendentos impedidos de tomar posse no Conselho Municipal do Distrito Federal por decreto do presidente Afonso Pena, ao qual foi negado provimento.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 25 de maio de 1919, no exercício de suas funções.

Foi casado com Engrácia de Matos Saraiva.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

SARAIVA, Gumercindo

*rev. 1893.

Gumercindo da Rosa Saraiva nasceu em Arroio Grande (RS) no dia 13 de janeiro de 1853, filho de Francisco Saraiva e de Propícia da Rosa. Seu pai, também conhecido como don Chico, era proprietário de terras no Uruguai e no Rio Grande do Sul e lutou na Revolução Farroupilha (1835-1845) como voluntário. Seu irmão Aparício Saraiva foi líder do Partido Blanco no Uruguai e também atuou com grande destaque na Revolução Federalista (1893-1895).

Estudou em Montevideú, e ainda no Uruguai participou da Revolução das Lanças, contra o governo do presidente Lorenzo Batlle, entre os anos de 1870 e 1872. Com seu irmão Aparício Saraiva também participou no Uruguai na Revolução Tricolor. De volta ao Brasil, em 1880 comprou a estância Curral dos Arroios no município de Santa Vitória do Palmar (RS), onde passou a viver. Ainda durante o Império foi ligado ao Partido Liberal. Em 1888, quando assumiu o posto de tenente-coronel da Guarda Nacional, foi nomeado delegado de polícia em Santa Vitória do Palmar. Por sua ligação com os liberais, recusou-se a entrar no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, onde os filiados ao Partido Conservador de seu município se haviam abrigado.

Após a proclamação da República (15/11/1889), suas divergências com os membros do PRR aumentaram. Sua recusa a ingressar no partido não foi bem recebida pelos líderes republicanos, que passaram a persegui-lo, provocando sua prisão no final de 1889, sob a acusação de assassinato na cidade de Santa Vitória (RS). Meses depois, fugiu da prisão e refugiou-se na estância do irmão Aparício no Uruguai. Só retornou ao Rio Grande do Sul em novembro de 1891, depois de Júlio de Castilho ter renunciado ao governo gaúcho, com a chegada à presidência da República do marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Castilhos, ao ser retirado do poder estadual, foi substituído por junta governativa, mas logo começou a articular seu retorno ao governo. Com a reorganização do PRR visando ao retorno ao poder gaúcho, Gumercindo Saraiva mudou-se novamente para o

Uruguai e ligou-se a Gaspar Silveira Martins – antigo líder do Partido Liberal no Império, ex-deputado geral, senador, ministro da Fazenda e presidente da província –, iniciando a preparação para uma revolução. Silveira Martins, exilado na Europa desde a queda da monarquia, e agora defensor de uma República parlamentarista, regressou a Porto Alegre no início de 1892 e, em 31 de março desse ano, no encontro que ficou conhecido como Convenção de Bajé, foi aclamado chefe do Partido Federalista ou Partido Republicano Federal, então criado para fazer frente ao PRR de Júlio de Castilhos.

A instabilidade no Rio Grande do Sul prosseguiu durante todo o ano de 1892. Em 8 de junho Barros Cassal foi substituído no governo por José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas, que por sua vez foi derrubado nove dias depois por um movimento articulado por Júlio de Castilhos, o qual entregou o poder a Carneiro Monteiro. Em 27 de setembro este foi substituído por Fernando Abbott, que deixou a Câmara dos Deputados para exercer interinamente o governo gaúcho e conduzir as eleições que mais uma vez levariam Júlio de Castilhos ao poder. Em 25 de janeiro de 1893 Abbott transmitiu o governo a Castilhos. Contra a situação, ergueram-se não só os federalistas de Silveira Martins, mas também monarquistas descontentes e mesmo republicanos. Os federalistas exigiam a saída de Castilhos por considerar que sua eleição fora manipulada. Pediam um plebiscito em que o povo pudesse escolher a forma de governo.

Uma semana depois da posse, em 2 de fevereiro, Gumercindo Saraiva entrou no Rio Grande do Sul vindo do Uruguai, à frente de um grupo de cavaleiros, e juntou-se aos homens do general João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares, o barão de Itaqui. Era o início da Revolução Federalista, guerra civil entre os partidários de Silveira Martins, os chamados “maragatos”, e os republicanos partidários de Júlio de Castilhos, também chamados de “pica-paus”, que conflagrou o Rio Grande do Sul e se estendeu para os estados de Santa Catarina e Paraná, só cessando em agosto de 1895.

Durante o conflito, Gumercindo Saraiva aliou-se aos combatentes da Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto que se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do

almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, envolvendo a Esquadra fundeada na baía de Guanabara. Os revoltosos rumaram para Santa Catarina, e Gumerindo seguiu para Santa Catarina e Paraná, chegando a Curitiba. Com a derrota do marechal Saldanha da Gama, retornou ao Rio Grande do Sul e foi morto no combate de Carovi, no município de Passo Fundo (RS), em 10 de agosto de 1894. Dois dias depois seu cadáver foi desenterrado pelos republicanos e colocado em exibição pública, e sua cabeça foi levada a Júlio de Castilhos. Foi casado com Amélia Rodrigues Correia, parenta de José Francisco Diana, político liberal e ministro das Relações Exteriores (1889) durante o Império.

A seu respeito, Castilho Goicochea escreveu *Gumerindo Saraiva na guerra dos maragatos* (1943) e Manuel Fonseca publicou *Gumerindo Saraiva: el general de la libertad* (1957).

Raimundo Helio Lopes

Fontes: CHASTEEN, J. *Aparício* (p. 8-21); FRANCO, S. *Guerra*; LOPEZ, R. *Coração*; LOVE, J. *Regionalismo*; MEMORIAL RS. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/maragatos.pdf>>. Acesso em: 14/6/2011; RUAS, T.; BONES, E. *Cabeça*.

SARMENTO, Alberto

*dep. fed. SP 1906-1917.

Alberto Sarmiento nasceu em Mogi Mirim (SP) no dia 10 de abril de 1864, filho de José Joaquim de Moraes Sarmiento e de Ana Teresa Duarte.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1892. Depois de formado passou a advogar em Campinas (SP) e tornou-se delegado de polícia, em 1895, e promotor público interino, em 1889. Nesse mesmo ano, quando da epidemia de febre amarela, fundou a Associação Protetora dos Pobres de Campinas. Ainda durante o Império defendeu a causa republicana, militando nas fileiras do Partido Republicano Paulista (PRP) e escrevendo em vários jornais paulistas e fluminenses.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), participou do combate à Revolução Federalista, guerra civil que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895, opondo os federalistas ligados a Gaspar Silveira Martins aos republicanos ligados a Júlio de Castilhos, este apoiado pelo presidente Floriano Peixoto (1891-1894). O conflito envolveu amplas forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada, aliados aos federalistas, e encerrou-se com a vitória dos republicanos. Durante os combates, foi ao Paraná em um dos batalhões que defendiam o governo de Floriano e combateu as tropas de Gumercindo Saraiva, líder federalista. Após esse conflito, foi agraciado com as honras de major honorário do Exército, entre outras condecorações militares.

Em 1896 foi eleito deputado estadual em São Paulo na legenda do PRP, para preencher a vaga aberta com a renúncia de um dos deputados. Durante o mandato propôs a criação da Sociedade de Agricultores Paulistas, entidade que favoreceria os cafeicultores. Ficou no parlamento estadual menos de um ano, e ao final da legislatura, em 1897, voltou a residir em Campinas. Nessa cidade, em 1904, foi eleito vereador.

Em 1906, elegeu-se deputado federal por São Paulo na legenda do PRF. Foi sucessivamente reeleito e permaneceu na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então

Distrito Federal, até o ano de 1917. Ao longo dos mandatos presidiu a Comissão de Diplomacia e de Tratados da Câmara, na qual se notabilizou por proferir pareceres sobre diversos temas jurídicos e de relações internacionais. Em 1919 foi convidado pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) para a pasta das Relações Exteriores, mas não pôde assumir por estar enfermo.

Fez parte do corpo editorial do *Diário de Campinas* e colaborou em diversos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo. Foi também sócio correspondente da Associação de Jornalistas do Porto, de Portugal, e fundador do Asilo dos Órfãos, Asilo dos Inválidos e da Liga Operária, todos de Campinas. Foi condecorado com as insígnias da Legião de Honra, da França, da ordem da Coroa, da Itália, e da ordem de São Leopoldo, da Bélgica.

Faleceu em Correias (RJ) no dia 13 de abril de 1927.

Foi casado com Francisca Tibau Sarmiento.

Publicou *Os crimes célebres de São Paulo – histórico e julgamento dos crimes mais importantes ocorridos nesta província, acompanhado de considerações jurídicas* (1886), *Nova pátria, Separação da Igreja e do Estado, Organização municipal, Os partidos políticos, No parlamento – discursos e pareceres, Caixa de conversão, Tráfico de brancas, A questão florestal, Discursos, O Brasil na guerra, Os navios alemães, O black-out, A guerra européia e O armistício.*

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; CASALECHI, J. *Partido*; MELO, L. *Dicionário*.

SARMENTO, Joaquim José Paes da Silva

*pres. AM 1884; const. 1891; sen. AM 1891-1902.

Joaquim José Paes da Silva Sarmento nasceu em Manaus no dia 7 de outubro de 1845, filho de Joaquim José Paes da Silva Sarmento.

Ainda muito jovem começou a trabalhar na Fazenda Pública da província do Amazonas, na qual assumiu diversas funções até ocupar o posto de inspetor de Ensino, no qual se aposentaria. Chegaria também a tenente-coronel da Guarda Nacional.

Segundo vice-presidente da província, assumiu o governo do Amazonas como presidente interino entre 12 de julho e 11 de outubro de 1884. Durante esse período, enfrentou uma grave epidemia de varíola em toda a província.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito senador pelo Amazonas em 15 de setembro de 1890 e tomou posse em 15 de novembro seguinte. Participou dos trabalhos constituintes, foi um signatários da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho passou a exercer o mandato ordinário no Senado, até dezembro de 1893. Reeleito senador em março de 1894, com 3.122 votos, para um mandato de nove anos, deixou o Senado em dezembro de 1902. Em 1912 foi superintendente municipal (prefeito) de Manaus.

Foi também diretor do Instituto Benjamin Constant, internato para meninas órfãs, e colaborador do jornal *Amazonas*.

Faleceu no dia 10 de março de 1914.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; PLANALTO. *Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29/10/2010; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 29/10/2010; *Diário oficial da união* (2/5/1894. p. 4, seção 1).

SARMENTO, José Paulino de Albuquerque

*dep. fed. AL 1915-1917; gov. AL 1919; dep. fed. AL 1929-1930.

José Paulino de Albuquerque Sarmento nasceu no engenho Várzea de Sousa, em São Luís do Quitunde (AL), no dia 17 de junho de 1863, filho de José Paulino de Albuquerque Sarmento e de Rita Eugênia Sarmento.

Frequentou a escola pública de Camaragibe e, depois, fez o curso secundário em Maceió. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1886 e começou a vida profissional como promotor público. Já na República, foi morar no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi nomeado pelo presidente Floriano Peixoto (1891-1894) pretor da ilha do Governador. Regressando a Alagoas, foi nomeado professor do Ginásio Alagoano, abriu escritório de advocacia e dedicou-se à agroindústria.

Eleito deputado federal por seu estado, exerceu o mandato de maio de 1915 a dezembro de 1917. Em 12 de junho de 1918 tomou posse como vice-governador de Alagoas, ao lado do governador José Fernandes de Barros Lima. Na ausência deste, assumiu o governo de 12 de março a 2 de maio de 1919. Foi procurador geral do estado, cargo no qual se aposentou em 1929. Nesse ano, estando em curso a legislatura 1927-1929, foi mais uma vez eleito deputado federal. Tomou posse em junho, encerrou o mandato em dezembro, e foi reeleito de março de 1930. Permaneceu na Câmara até 23 de outubro de 1930, quando, com a vitória da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, teve o mandato interrompido.

Foi membro da comissão diretora do Partido Economista Democrático de Alagoas e um dos líderes da oposição, reunida no *Correio de Maceió*.

Em 1934 foi eleito deputado estadual, exercendo seu mandato até 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram extintos os órgãos legislativos do país.

Faleceu em Maceió no dia 10 de março de 1957.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

SÁTIRO, Manuel

*dep. fed. CE 1924-1929.

Manuel Sátiro nasceu em Jaguaribe (CE) no dia 3 de maio de 1880.

Iniciou a vida como guarda-livros da firma Marques Dias & Porto, em Fortaleza. Depois de ter cursado o Seminário, ingressou no jornalismo. Seguiu para Recife como funcionário dos Correios e logo ingressou na Faculdade de Direito, de onde saiu bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1912. De volta ao Ceará, trabalhou no setor administrativo dos Correios como contador e logo depois – com a fusão dos serviços postais e telegráficos – passou a chefe da Seção Econômica, assumindo algumas vezes a função de diretor interino dos Correios e Telégrafos.

Filiando-se ao Partido Republicano Conservador, foi eleito deputado estadual e exerceu o mandato entre 1915 e 1924. A seguir foi eleito deputado federal, para as legislaturas 1924-1926 e 1927-1929.

Casado desde 1909 com Algezinda dos Santos, teve oito filhos. Aposentado como funcionário público, passou a manter uma empresa junto com os filhos para a venda de terrenos a prestação.

Faleceu em Fortaleza em 20 de fevereiro de 1945.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.437-438).

SAVAGET, Cláudio do Amaral

*militar; junta gov. PB 1891-1892.

Cláudio do Amaral Savaget seguiu a carreira militar. Era coronel do Exército e comandante do 27º Batalhão de Infantaria, sediado na Paraíba, quando fez parte da junta governativa que assumiu o poder na Paraíba com a destituição do presidente do estado Venâncio Neiva, no contexto de crise política que marcou o final do governo do presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891) e o início do governo Floriano Peixoto (1891-1894).

Em 3 de novembro de 1891, diante das dificuldades políticas que então enfrentava, o presidente Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional. A Marinha, apoiada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iniciou uma revolta na baía de Guanabara. Diante da ameaça de uma guerra civil, Deodoro renunciou no dia 23 do mesmo mês, assumindo o vice-presidente Floriano Peixoto. Este, ao chegar ao poder, destituiu os governantes que apoiavam Deodoro, como era o caso de Venâncio Neiva, que deixou o governo paraibano em 27 de dezembro de 1891. Em seu lugar, assumiu uma junta governativa composta pelo coronel Cláudio do Amaral Savaget, Joaquim Fernandes de Carvalho e Eugênio Toscano de Brito. A junta presidiu o estado até 18 de fevereiro de 1892, quando foi substituída por Álvaro Lopes Machado, nomeado presidente do estado por Floriano Peixoto.

Depois dessa curta experiência no governo, continuou sua vida militar e participou da Guerra de Canudos, rebelião popular de cunho messiânico liderada por Antônio Conselheiro, iniciada no sertão baiano em novembro de 1896. O governo enviou sucessivas expedições militares para debelar o movimento, até esmagá-lo em outubro de 1897. Foi um dos líderes de uma dessas expedições e, durante a luta, foi ferido em combate. Segundo Euclides da Cunha, suas tropas eram compostas por 2.350 soldados, além de guarnições de canhões. Partiram de Aracaju e marcharam 70 léguas.

Encerrou a carreira no Exército como general de brigada.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CUNHA, E. *Sertões*; MCCCANN, F. *Soldados*; MARIZ, C. *Apanhados*.

SEABRA FILHO, J. J.

*dep. fed. BA 1918-1923.

José Joaquim Seabra Filho nasceu em Salvador no dia 21 de janeiro de 1882, filho de José Joaquim Seabra e de Amélia de Freitas. Seu pai, conhecido como J. J. Seabra, foi constituinte de 1891, deputado federal em várias legislaturas a partir de então, ministro do Interior e Justiça (1902-1906), ministro da Viação (1910-1912), duas vezes governador da Bahia (1912-1915 e 1920-1924), senador (1917-1920) e constituinte de 1934. Seu tio-avô, Manuel José Alves Barbosa, foi ministro da Marinha (1896-1898) e deputado federal pela Bahia (1900-1905).

Diplomou-se em 1906 pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro.

Por influência da liderança política do pai, foi eleito deputado federal para a legislatura 1918-1920. Quando da reestruturação do Partido Republicano Democrata da Bahia, em 17 de junho de 1919, foi indicado para integrar o conselho geral do partido. Nas eleições para a legislatura 1921-1923 obteve a renovação do mandato. Por não sentir uma verdadeira vocação, ao final da legislatura afastou-se da política e dedicou-se à carreira jurídica, passando a exercer a função de escrivão no Cartório de Registro de Títulos e Documentos na capital federal.

Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1959.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (n.263. p. 55-86); CASTRO, R. *Fundadores* (p. 50/51); SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 142-143); *Tarde* (29/1/1959). Morreu o Sr. Seabra Filho (29/1/1959); TEIXEIRA, C. *Oligarquias*.

SEABRA, J. J.

*const. 1891; dep. fed. BA 1891-1893 e 1897-1902; min. Interior e Just. 1902-1906; dep. fed. BA 1909-1910; min. Viação 1910-1912; gov. BA 1912-1915; dep. fed. BA 1916-1917; sen. BA 1917-1920; gov. BA 1920-1924; const. 1934; dep. fed. BA 1935-1937.

José Joaquim Seabra nasceu em Salvador no dia 21 de agosto de 1855, filho de José Joaquim Seabra e de Leopoldina Alves Seabra.

Concluindo os preparatórios em Salvador e ingressando na Faculdade de Direito do Recife, colaborou na *Revista Acadêmica de Ciências e Letras*. Bacharelou-se em 1877, ocasião em que recebeu o prêmio destinado ao melhor aluno do estabelecimento. Depois da formatura, de volta à Bahia, foi nomeado primeiro promotor público de Salvador pelo então presidente da província, Henrique Pereira de Lucena, barão de Lucena. Retornou em seguida a Recife para doutorar-se em direito. Aprovado em concurso para lente substituto da faculdade onde estudara, recebeu a nomeação em março de 1880.

Tido como notável orador, participou da campanha abolicionista e, em 1889, elegeu-se deputado geral pela Bahia, inscrevendo em seu programa a tese da federação das províncias. Devido à proclamação da República (15/11/1889), não chegou a assumir o mandato. Após a mudança do regime, foi nomeado lente catedrático de economia política e diretor da Faculdade de Direito do Recife.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Em setembro de 1890 J. J. Seabra foi eleito deputado pela Bahia ao Congresso Nacional Constituinte. Participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, da eleição do marechal Deodoro da Fonseca para presidente constitucional da República no dia seguinte, e, com o início em junho da legislatura ordinária, continuou na Câmara dos Deputados, com mandato até dezembro de 1893. Adepto da política do marechal Deodoro da Fonseca, e do ministro barão de Lucena, apoiou o golpe de Deodoro em 3 de novembro de 1891, que dissolveu o Congresso Nacional. Com a renúncia de Deodoro 20 dias depois, passou a mover cerrada oposição ao sucessor deste, o vice-presidente marechal Floriano Peixoto (1891-1894), participando em 1892 das manifestações públicas que visavam à sua deposição e à retomada do cargo

presidencial por Deodoro. Fracassada a rebelião, foi um dos deportados para Cucuí, no alto Amazonas, e perdeu o cargo de diretor da Faculdade de Direito do Recife.

Anistiado logo depois, voltou aos trabalhos na Câmara e continuou em firme campanha contra o governo. Quando, a 6 de setembro de 1893, eclodiu a Revolta da Armada, sob o comando do almirante Custódio de Melo, juntou-se aos rebeldes a bordo do navio *Aquidabã*. Em seguida, acometido de malária, teve que se exilar em Montevideú. Na capital uruguaia, escreveu violentos artigos de denúncia contra Floriano Peixoto nos jornais *El Siglo* e *La Razón*. Também publicou artigos em *El Diario*, de Buenos Aires.

Decretada a anistia no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), voltou ao Brasil em outubro de 1895 e obteve reintegração em suas funções na Faculdade de Direito do Recife em 1897, tendo sido recebido com festas pelos estudantes e pela congregação.

Ainda em 1897, elegeu-se deputado federal pela Bahia para a legislatura 1897-1899. Logo após tomar posse, no dia 28 de maio, apresentou na Câmara uma moção de solidariedade a Prudente de Moraes por sua firmeza em sufocar uma rebelião da Escola Militar desencadeada dois dias antes. A moção, proposta em um momento de forte crise, em meio à campanha de Canudos, demandava principalmente uma definição do Partido Republicano Federal (PRF), o qual, embora aliado do governo, não lhe prestava apoio incondicional. Apesar de derrotada no Congresso, a iniciativa de Seabra enfraqueceu a unidade do PRF e desencadeou o processo que iria conduzir à sua cisão e ao fortalecimento da posição do presidente da República.

Reeleito deputado federal para a legislatura 1900-1902, foi líder da maioria na Câmara no último ano da presidência de Campos Sales (1898-1902). Em 15 de novembro de 1902, renunciou ao mandato para assumir o Ministério do Interior e Justiça do governo Rodrigues Alves (1902-1906). Nesse cargo, em novembro de 1904 esteve ao lado do presidente durante a revolta da Escola Militar contra a Lei da Vacinação Obrigatória. Deixou o ministério em maio de 1906 e elegeu-se senador por Alagoas. Sua eleição, entretanto, não foi reconhecida.

Em 1909, foi novamente eleito deputado federal pela Bahia e voltou a exercer a liderança da maioria na Câmara. Renunciou porém mais uma vez ao mandato para assumir em 1910 a pasta da Viação no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Enquanto ministro, promoveu a duplicação da estrada da serra do Mar.

Candidato ao governo da Bahia nas eleições de janeiro de 1912, enfrentou acirrada oposição, numa situação de crise estadual em que a cidade de Salvador chegou até mesmo a ser bombardeada por suas próprias fortalezas, por ordem do comandante da região militar. Apesar do clima tenso, Seabra foi eleito no dia 28 de janeiro, tendo renunciado ao ministério na véspera, e tomou posse no dia 29 de março. Seu governo foi relativamente tranquilo. Para executar o vasto programa de obras que elaborou, pediu a banqueiros ingleses um empréstimo de três milhões de libras, conseguindo apenas um milhão. A quantia foi empregada na remodelação da cidade de Salvador e no desenvolvimento de vias de comunicação. Além disso, criou a Imprensa Oficial e o Tribunal de Contas do estado.

Em agosto de 1915, Seabra passou o governo a seu substituto constitucional, coronel Augusto Rodrigues da Costa, e reelegeu-se deputado federal. Em 29 de março de 1916 tomou posse no governo baiano seu aliado Antônio Muniz, enquanto ele próprio voltava, em maio, à Câmara dos Deputados. No exercício de mais esse mandato, foi membro das comissões de Justiça e de Finanças da Câmara e presidente da Comissão Especial do Código Civil. Em 1917, foi eleito para o Senado Federal em substituição a José Marcelino de Sousa, que havia falecido.

Durante o governo de Antônio Muniz (1916-1920), seu amigo pessoal, fundou na Bahia o Partido Republicano Democrático (PRD), ao qual Muniz também se filiou. Em 1919, cogitou-se de seu nome para candidato à presidência da República, em pleito resultante do falecimento do mandatário eleito, Rodrigues Alves. A escolha, entretanto, recaiu sobre Epitácio Pessoa.

Em 1920, ao mesmo tempo em que forças federais intervinham na Bahia para esmagar o movimento dos “coronéis” do interior contra o governo de Antônio Muniz, Seabra foi mais uma vez eleito governador da Bahia, embora já se pudesse sentir seu enfraquecimento político, e sua candidatura tivesse de enfrentar a oposição, entre outros, de Rui Barbosa, que comandou pessoalmente a campanha de seu adversário. Nesse segundo governo, construiu vias férreas e estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior, tendo ainda desenvolvido obras no porto da capital. Na verdade, a ação de J. J. Seabra à frente do governo da Bahia se estendeu de 1912 a 1924, levando-se em conta a perfeita identificação de Antônio Muniz com as diretrizes de seu chefe político.

Em 1922, Seabra foi candidato à vice-presidência da República na chapa da Reação

Republicana, encabeçada por Nilo Peçanha. Participou assim da intensa campanha eleitoral em que se procurou indispor com as forças armadas o outro candidato à presidência, Artur Bernardes, atribuindo-lhe a autoria das chamadas “cartas falsas”, nas quais teria insultado os militares. Publicados no *Correio da Manhã*, os documentos foram objeto de sindicância que concluiu mais tarde por sua inautenticidade. O episódio suscitou a formação de uma comissão de inquérito no Clube Militar e acirrou a oposição das forças armadas a Bernardes.

Tendo perdido as eleições, Seabra tentou ainda assim conquistar o cargo por ocasião da morte, antes da posse, do vice-presidente eleito Urbano Santos. Afirmando ter sido Seabra o segundo candidato mais votado, o juiz federal o apoiou, mas o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu-se por Estácio Coimbra, que foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, como candidato único.

Considerado um dos inspiradores da Revolta de 5 de Julho de 1922, e sem contar com o apoio da presidência da República e dos “coronéis” locais, Seabra perdeu sua força política. Em março de 1924 foi eleito para substituí-lo no governo baiano um candidato de oposição ao PRD. Pela primeira vez em 12 anos Seabra deixava de ganhar um pleito na Bahia. O novo governador, Francisco Marques de Góis Calmon, tomou posse sob estado de sítio, dado o tenso ambiente político no estado. Com isso, Seabra exilou-se na Europa, de onde retornou somente em 1927. Nesse ano, foi eleito intendente do Conselho Municipal do Distrito Federal, sendo mais tarde escolhido para presidir o mesmo conselho.

Empolgado pela plataforma da Aliança Liberal, a ela aderiu e, em 20 de setembro de 1929, participou, como representante da Bahia, da convenção nacional destinada a indicar os candidatos liberais à presidência e à vice-presidência da República, respectivamente Getúlio Vargas e João Pessoa. Foi também escolhido presidente honorário da comissão executiva da Aliança Liberal, tendo ainda participado na Bahia da caravana liberal que percorreu diversos estados no Nordeste, discursando nos comícios realizados em Salvador e Ilhéus.

NO PÓS-1930

Em 1930, após a derrota dos candidatos liberais nas eleições de março, esteve inicialmente ao lado do movimento revolucionário que depôs Washington Luís e impediu a

posse de Júlio Prestes. Com a mudança de regime, foi nomeado juiz do Tribunal Especial pelo governo provisório chefiado por Getúlio Vargas. Em 1932, no entanto, já em desacordo com os rumos tomados pela revolução, apoiou a Revolução Constitucionalista desencadeada em São Paulo no mês de julho. Na Bahia, colocou-se em franca oposição ao interventor Juraci Magalhães, que, para pacificar o estado, estabeleceu uma aliança com a força antirrevolucionária do coronelismo local, enquanto desencadeava uma forte campanha contra aqueles que denominou “bacharéis personalistas do passado”.

Eleito para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933 na legenda A Bahia Ainda é a Bahia, J. J. Seabra atuou em oposição a Vargas, o que o colocava em minoria dentro da bancada baiana, liderada por Antônio Garcia de Medeiros Neto. Discordou publicamente da realização de eleições presidenciais antes de ser aprovada a nova Carta Constitucional. De igual modo, criticou a prorrogação dos mandatos dos deputados constituintes no período compreendido entre julho de 1934, quando se promulgou a Constituição, e outubro do mesmo ano, quando se realizaram novas eleições para a Câmara dos Deputados.

Nesse pleito, em que também foram escolhidos representantes para as assembleias estaduais, o Partido Social Democrático da Bahia, de Juraci Magalhães, elegeu 18 dos 24 deputados. Para a Câmara dos Deputados, Seabra foi o único oposicionista vitorioso, eleito na legenda Governador Otávio Mangabeira, que reunia a Liga de Ação Social e Política (LASP) e o partido que chefiava, o PRD. Em novembro de 1937, com a implantação do Estado Novo, encerrou sua vida pública, mantendo-se porém em intransigente oposição a Vargas.

Morreu no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1942. Pouco depois, no dia 16, seu corpo foi trasladado para Salvador. Em sua homenagem, a cidade baiana de Campestre foi rebatizada como Doutor Seabra, atualmente Seabra.

Casado com Amélia de Freitas Seabra, teve quatro filhos.

Deixou escritos textos de crítica ao governo baiano posterior à Revolução de 1930: Humilhação e devastação da Bahia: análise documentada da administração do sr. Juraci Magalhães, reunida e anotada por Nélson de Sousa Carneiro (1933), Esfola de um mentiroso: estudo documentado da ação política e administrativa do interventor Juraci Magalhães na Bahia, contendo um esclarecimento completo em torno do assassinato do

general Lavenère Wanderley na Paraíba em outubro de 1930 (1936). A seu respeito, A. Borges Barros escreveu *Dr. J. J. Seabra: sua vida na República* (1931).

Amélia Coutinho

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BELEZA, N. *Evolução*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CARNEIRO, G. *História*; *Cronologia da Assembléia*; *Diário de Notícias*, Rio; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Comércio*, Rio; LEITE, A. *História*; LIRA, A. *Senado*; MORAIS, A. *Minas*; MOREIRA, J. *Dicionário*; PANG, Eul-Soo. *Coronelismo*; PEREIRA, N. *Faculdade*; SOUSA, A. *Baianos*.

SEDIÇÃO DE JUAZEIRO

Confronto ocorrido em 1914 entre o governo federal e as oligarquias cearenses, envolvendo o Padre Cícero Romão Batista.

A NOVA JERUSALÉM

O vale do Cariri, no Ceará, sempre fora pródigo em garantir os votos necessários à manutenção da política dos governadores adotada pelo governo do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914). Municípios como Barbalha, Missão Velha, Milagres e Aurora e, principalmente, Crato, eram polos importantes do coronelismo consolidado após o pacto oligárquico. Além disso, sob iniciativa de Padre Cícero Romão Batista, a região conheceu grande desenvolvimento econômico com a produção de algodão e de maniçoba destinada ao mercado internacional.

Desde o final do século XIX, Juazeiro, a Nova Jerusalém, despontava como uma cidade sagrada para onde se dirigiam milhares de fiéis, em busca de melhores condições de vida e do conselho do Padre Cícero. Para lá confluíam pessoas das mais diversas classes e com interesses diferenciados: comerciantes, bandidos, desabrigados e miseráveis assolados pela fome e pela violência, provenientes de diversos estados, em sua maioria do Nordeste. A todos, Cícero abrigava, dava conselhos e, muitas vezes, garantia lar e comida. Ao trabalho na lavoura também eram encaminhados muitos fiéis, embora com mão de obra subvalorizada.

O crescimento populacional e comercial de Juazeiro, além da ambição religiosa do Padre Cícero, fez com que a cidade reivindicasse sua autonomia política do município ao qual estava ligada: o Crato. As negociações para uma separação pacífica não foram bem-sucedidas e o tema dividiu os coronéis dos municípios vizinhos. No entanto, articulações políticas de Floro Bartolomeu, médico baiano e antigo jornalista que se instalou na região e conquistou a confiança de Padre Cícero, conferiu a Juazeiro o reconhecimento político almejado. Em outubro de 1911, Bartolomeu conseguiu articular uma aliança entre os

políticos do vale do Cariri, o chamado Pacto dos Coronéis. Entre as cláusulas constava: a) a decisão dos integrantes de não apoiar deposições na região; b) o desejo de fortalecer laços pessoais e políticos entre os participantes; e c) manter a lealdade incondicional a Antônio Nogueira Acióli, presidente do estado e líder da família que dominava a política no Ceará desde o final do século XIX. Graças a essa iniciativa, Juazeiro foi elevado à categoria de vila, sede de município.

De dezembro de 1911 a janeiro de 1912, houve intensa campanha contrária aos planos de Acióli manter-se na liderança da política cearense. O movimento que levou mais de 20 mil pessoas às ruas de Fortaleza contou com a adesão de comerciantes da capital do Ceará, de profissionais liberais e de soldados e oficiais do Exército. A reação violenta de Acióli, ao colocar soldados e jagunços contra os manifestantes contrários à sua política, aumentou a oposição a seu governo. Em 24 de janeiro de 1912, o oligarca foi obrigado a deixar Fortaleza e exilar-se na capital federal, de onde passou a conspirar para reassumir a liderança da política cearense. O fato beneficiou o candidato de oposição ao governo, coronel Franco Rabelo. Em sintonia com a política das salvação capitaneada pelo general Dantas Barreto, mais uma oligarquia era derrubada no Nordeste, a exemplo do que ocorrera com Rosa e Silva em Pernambuco em 1911.

A eleição do coronel Franco Rabelo para presidente do Ceará em meados do ano de 1912 fez ruir as bases do pacto de 1911 firmado no Cariri. Ciente dos laços que ligavam os coronéis da região ao antigo líder da oligarquia Acióli, Rabelo iniciou uma campanha de desestabilização da política oposicionista no Ceará. Com o pretexto de acabar com o banditismo representado pelo fenômeno do cangaceirismo no Nordeste, enviou para o Crato 200 homens da Polícia Estadual.

Seguindo ordens do presidente eleito, os policiais estacionados no Crato prenderam alguns jagunços acusados de banditismo, todos ligados a coronéis de oposição ao político de farda. Além disso, Franco Rabelo entrou em confronto direto com Padre Cícero ao destituir homens de sua confiança de cargos públicos e acusá-lo de abrigar bandidos em Juazeiro.

Para piorar a relação de Rabelo com o líder religioso, uma viagem feita por Floro

Bartolomeu ao Rio de Janeiro (agosto de 1913) para se encontrar com Antônio Nogueira Acióli e com o senador Pinheiro Machado foi pressentida como sinal de uma conspiração contra seu governo sob as bênçãos de Padre Cícero. Diante disso, Rabelo não hesitou em intensificar as ações contra Juazeiro. De fato, ao retornar a Nova Jerusalém, em novembro de 1913, Bartolomeu tinha um plano com o aval do senador gaúcho para destituir o coronel do poder.

O CONFRONTO

No dia 12 dezembro de 1913 reuniu-se em Juazeiro uma assembleia dissidente composta por deputados oposicionistas, e declarou-se a ilegalidade do governo de Franco Rabelo. Nomeou-se nessa ocasião um governo paralelo, tendo Floro Bartolomeu como presidente provisório.

A resposta de Rabelo foi rápida. No dia 15 de dezembro, as tropas estaduais estacionadas no Crato, sob o comando do coronel Ladislau Lourenço, deram início às operações de invasão a Juazeiro. No dia 20, a cidade santa foi ocupada pelas tropas do governo, tendo à frente o coronel Alípio Lopes, escolhido pessoalmente por Rabelo para dar fim à sedição.

Embora as investidas oficiais tenham provocado muita tensão em Juazeiro, a resistência dos fiéis de Padre Cícero, aliada ao ataque dos cangaceiros reunidos por Floro Bartolomeu, conseguiu vencer as forças oficiais. Cercada por tropas rabelistas, a cidade santa enfrentou a fome e a falta de munição. Apesar das dificuldades, o moral da tropa que entoava cânticos em louvor de Padre Cícero conseguiu resistir e contra-atacar. Graças a essa ofensiva, no dia 24 de janeiro de 1914 Crato foi ocupada por homens comandados por Bartolomeu. Seguiu-se a tomada de Barbalha. As cidades foram pilhadas, e com o espólio Juazeiro pôde se recompor da escassez de víveres e de munição em que se encontrava desde os ataques das forças rabelistas. Em marcha a pé e via estrada de ferro, os sediciosos de Juazeiro, tal como eram denominados, ocuparam Miguel Calmon, Senador Pompeu, Quixeramobim até marchar sobre Fortaleza, a 19 de março de 1914.

Conforme plano firmado pelo governo sob a liderança do senador Pinheiro Machado,

seguiu para a capital cearense uma tropa federal para apoiar os revoltosos. Foi decretado o estado de sítio no Ceará, e o general Fernando Setembrino de Carvalho foi nomeado interventor no estado. Franco Rabelo deixou o governo e rumou para o Rio de Janeiro no dia 24 de março de 1914.

Estava concluída a revolução de Juazeiro. Como troféu, a Nova Jerusalém foi elevada à categoria de cidade a 23 de julho do mesmo ano, e Padre Cícero Romão Batista foi consagrado como um dos mais proeminentes coronéis da política republicana do país.

Rogério Rosa

FONTES: CAMURÇA, M. *Marretas*; CARONE, E. *Republica*; CARVALHO, F. *Memórias*; DELLA CAVA, R. *Milagre*; FACÓ, R. *Cangaceiros*.

SEGUNDO CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO

Congresso realizado entre 8 e 13 de abril de setembro de 1913 na sede da Confederação Operária Brasileira (COB), situada à rua dos Andradas, número 87, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ao se chamar o congresso de “segundo”, frisava-se o não reconhecimento como operário do congresso realizado no ano anterior, em virtude da liderança de políticos alheios à classe.

Para a preparação do Segundo Congresso Operário Brasileiro, de 1913, a comissão organizadora expediu circulares a todas as associações operárias do Brasil de que se tinha conhecimento. O intenso desejo de realizar o congresso, que fez renascer a COB, devia-se à necessidade sentida de estudar os meios de levar adiante mais intensamente as resoluções do congresso anterior, realizado sete anos antes. Podiam aderir ao congresso só associações exclusivamente operárias, que fossem compostas de um mínimo de 25 sócios. Com a intenção de fazer um balanço geral das forças e das aspirações do proletariado brasileiro, foram convidados também representantes de todos os jornais considerados defensores sérios da causa operária. Fizeram-se representar os jornais *A Voz do Trabalhador*, porta-voz da COB, do Rio de Janeiro, *A Lanterna* e *Germinal*, de São Paulo e *O Trabalho*, de Bagé, sendo seus delegados, respectivamente Myer Feldman, Edgard Leuenroth, Antônio Esperidião e Astrojildo Pereira.

Participaram desse congresso 59 associações de trabalhadores: da cidade do Rio de Janeiro, a Federação Operária do Rio de Janeiro (com os delegados José Elias da Silva e Joaquim dos Santos Barbosa), o Centro dos Operários Marmoristas (Joaquim Nogueira e Alberto Marques), o Sindicato dos Sapateiros (José Ramos e José Caiazzo), o Sindicato dos Carpinteiros (Francisco Reis e Antônio Monteiro), o Sindicato dos Operários das Pedreiras (Joaquim da Silva Santos e José Ferreira Ribeiro), o Sindicato dos Estucadores (Manuel Ferreira Garrido e Antônio Soares), o Sindicato dos Trabalhadores em Ladrilhos e Mosaicos (Demétrio Minana e José da Silva Meira), o Sindicato dos Trabalhadores em Fábricas de Tecidos (Pedro Vila e Albino Moreira), o Sindicato Operário de Ofícios Vários (José Alves Diniz e Abílio dos Santos), o Sindicato dos Operários na Indústria Elétrica (Hermogênio Silva e Albino Hensel), a União dos Alfaiates (Antônio Moreira e Joaquim Pinto Leal Júnior), a União Geral dos Pintores (João Coelho de Abreu e José M. Martins), a

Fenix Caixeiral (Artur José de Sampaio e A. Eustáquio da Silva), o Centro Cosmopolita (Bento Alonso e José da Costa Pimenta), a Associação dos Empregados Barbeiros e Cabeleireiros (Manuel Fernandes e Domingos Ribeiro Cabral), a Liga Federal dos Empregados em Padaria (Antônio Ferreira Lório de Resende e Luís Antônio Lourenço), a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café (José Arias de Castro e Francisco Guilherme das Chagas), a Sociedade Fraternidade e Progresso (Caralampio Trillas e Miguel Guarnido); do estado do Rio de Janeiro, o Círculo Operário Fluminense de Niterói (Ernesto Justino e Álvaro Gonzaga), o Sindicato Operário de Ofícios Vários de Niterói (Antônio Devillard e Antônio Laje), o Sindicato dos Estucadores e Pedreiros de Niterói (Antônio Augusto de Azevedo e Deoclécio Augusto de Azevedo), o Sindicato dos Tecelões e Artes Correlativas de Niterói (Alcides José Soares e Lindolfo Cardoso), o Centro Operário Primeiro de Maio de Petrópolis (Manuel Borges e Carmine Antonio Nastaci); de Minas Gerais, o Centro Operário Sindicalista de Belo Horizonte (Ferreira Minhocal e Antônio Rodrigues Maças), o Sindicato dos Pedreiros de Belo Horizonte (Alessandro Zanella e José Nunes dos Santos), o Sindicato dos Carpinteiros de Belo Horizonte (José Martins e Valentim Fernandes), a Associação Beneficente Irmãos Artistas de Juiz de Fora (João Leuenroth e Alberto Jerônimo da Conceição), a União Operária de Juiz de Fora (Valdomiro Padilha e Jovelino Juvêncio de Oliveira), a Liga Operária Machadense, de Machado (Cândido Costa); da cidade de São Paulo, o Sindicato Operário de Ofícios Vários (José Romero e João Gonçalves da Silva), a União dos Canteiros (Antônio Gonçalves Nina e Antônio Rodrigues da Silva Júnior), a União Gráfica (Paulo Cruz e Tiberio Fratini), a União dos Chapeleiros em Geral (Rafael Cicchiatti e Júlio Battistella), a Lega fra Pastai e Affini (Alfredo Frateschi e Manuel Gonçalves de Oliveira); do estado de São Paulo, Federação Operária de Santos (João Crispim e Rafael Serrato Munoz), o Sindicato dos Pedreiros e Serventes de Santos (Maneul Perdigão e Augusto Marreiros), Sindicato dos Carpinteiros e Artes Correlativas de Santos (Antônio Venosa e Manuel Rios), o Sindicato dos Operários em Pedra e Granito de Santos (Francisco Garcia e Antônio Moutinho), o Sindicato dos Carroceiros e Chauffeurs de Santos (Manuel Campos e Antônio Diogo), União Operária de Cravinhos (José Alves e Paulino Rodrigues), a União Operária Beneficente de Franca (Joaquim Teixeira e Valdemar Teixeira), o Centro Operário Beneficente e Instrutivo de Jaú (Vitório Girardi e Faustino Garaldi), a Liga Operária de

Batatais (Adolfo Busse e Cirilo Ojeda), a Liga Operária de Campinas (Luís Deulefens e Pascoal Gravina), o Sindicato dos Canteiros de Ribeirão Pires (Artur Conde e Bernardo Reis); do Rio Grande do Sul, a Federação Operária do Rio Grande do Sul (Luís Derivi, Lucídio Marinho Prestes e Francisco Cardoso), a União Tipográfica de Porto Alegre (Oscar Closs e Jesuíno Martins), o Centro dos Trabalhadores de Passo Fundo (Antônio Cardoso e Adolfo Garcia Varela), a Federação Operária de Pelotas (Carlos Simões Dias), a Sociedade Beneficente dos Alfaiates de Bagé (Manuel Coutinho e Carlos Alberto Sapia); do Amazonas, a Associação das Artes Gráficas de Manaus (Rozendo dos Santos); do Pará, a União dos Operários Sapateiros de Belém (Angelo Sperduto e Cédio de Brito); de Alagoas, a Federação Operária de Alagoas (Virgínio de Campos e Cecílio Vilar), o Sindicato dos Sapateiros de Maceió (Natale Muratori e Zenon de Almeida), o Sindicato dos Alfaiates (Tomás de Aquino), o Sindicato dos Marceneiros de Maceió (Manuel Ferreira dos Santos e Jaime de Oliveira), o Sindicato dos Estivadores de Maceió (Luís Gonzaga), e o Sindicato dos Gráficos de Maceió (Honoré Cémeli, que não pôde comparecer). Outras oito federações e sindicatos não puderam enviar delegados mas declararam adesão ao congresso. Trabalhadores da Argentina e do Uruguai enviaram também um delegado, atendendo aos apelos da comissão organizadora. O representante das Federaciones Obreras propôs uma ação comum por parte do operariado sul-americano, o que foi acolhido com enorme entusiasmo pelos participantes.

Assim como nas resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, no Segundo Congresso aconselhou-se os trabalhadores organizados em sindicatos a se manterem inteiramente no terreno da ação direta de pressão e resistência ao capitalismo, sem adesão a uma ideia política específica, para evitar conflitos, considerando as diferenças de opiniões políticas e religiosas entre os trabalhadores. Em relação aos meios de ação dos quais o operariado deveria se utilizar, foram também reafirmadas as decisões do Primeiro Congresso, quais sejam a greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, as manifestações públicas, entre outras, de acordo com as circunstâncias e sempre respeitando o princípio da ação direta. Reafirmou-se a luta contra o trabalho por obra ou por empreitada. Decidiu-se por evitar ao máximo a burocratização dos sindicatos, recusando a elaboração de estatutos e regulamentos muito rígidos. Defendeu-se a conveniência da criação de seções de sindicatos em cidades grandes. Enfatizou-se a necessidade de realizar campanhas e excursões para

estimular os trabalhadores rurais a se organizarem e para denunciar as condições de exploração do trabalho no campo. Defendeu-se a conveniência da organização federativa dos trabalhadores. Decidiu-se que todos os sindicatos confederados deveriam adotar o uso de um sinete de forma redonda com os dizeres Confederação Operária Brasileira – Bem-estar e Liberdade. Indicou-se como meios de luta mais adequados a serem empregados para a propaganda do sindicalismo as conferências e palestras, excursões pelos subúrbios, distribuição de jornais, folhetos e manifestos, excursões pelos estados, ajudando na organização dos operários. Aconselhou-se que a defesa do salário mínimo e da limitação da jornada de trabalho se fizesse pela ação direta. A imprensa foi defendida como o meio mais eficaz de educação dos trabalhadores, e para isso insistiu-se na necessidade de criação de novos jornais de propaganda sindicalista e da mais ampla divulgação do jornal da COB. Aconselhou-se aos sindicatos a criação e divulgação de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, além da edição de livros e folhetos. Manifestou-se oposição ao cooperativismo, considerado contrário ao princípio da resistência. Aconselhou-se com veemência a recusa e o afastamento de modo absoluto do sindicalismo católico, entendido como engano e convite à passividade. Defendeu-se uma extensa e ininterrupta campanha contra o alcoolismo. Decidiu-se que a COB e as associações operárias deveriam fornecer informações sobre as condições de vida e de trabalho no Brasil aos trabalhadores dos países que enviavam emigrantes para cá. Defendeu-se a necessidade de uma constante propaganda antimilitarista e o internacionalismo, considerando a identidade de interesses entre todos os proletários do mundo.

A sessão encerramento dos trabalhos terminou ao som do *Hino da Internacional*. Entretanto, o encerramento definitivo do congresso se deu no Teatro Lucinda, no dia 22 de setembro, com a presença de muitos trabalhadores. O congresso repercutiu em todo o país, e suas discussões acaloradas, com grande presença de ouvintes, deu novo ânimo ao movimento sindical, traduzido no surgimento e fortalecimento de muitas organizações operárias.

Edilene Toledo

FONTES: BATALHA, C. *Movimento*; FAUSTO, B. *Trabalho*; HARDMAN, F.;
LEONARDI, V. *História*; MARAM, S. *Anarquistas*; PINHEIRO, P.; HALL, M. *Classe*.

SEMANA DE ARTE MODERNA

Evento realizado por artistas e intelectuais no Teatro Municipal de São Paulo entre 13 e 17 de fevereiro de 1922. O objetivo era romper com o academicismo, valorizar a cultura popular e introduzir no Brasil os movimentos político-artísticos surgidos na Europa após a Primeira Guerra Mundial. Foi liderado por escritores como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Menotti del Picchia e Graça Aranha, artistas plásticos como Di Cavalcanti e Anita Malfatti, e músicos como Villa-Lobos e Guiomar Novaes. Seus resultados se estenderam a outras áreas, como a arquitetura e o cinema, e às décadas seguintes, tornando o evento um marco na história cultural brasileira.

CONTEXTO E PREPARAÇÃO

A Semana de Arte Moderna se insere nos movimentos políticos e sociais da década de 1920 no Brasil, como o tenentismo e a organização dos trabalhadores. Seus antecedentes estão nas duas décadas anteriores, quando artistas e intelectuais brasileiros egressos da burguesia ou ligados à elite paulista passaram temporadas na Europa e aí travaram contato com as ideias resultantes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Sob a designação de modernismo, tendências vanguardistas como dadaísmo, futurismo, cubismo, expressionismo e outras pretendiam romper com a arte tradicional e introduzir padrões mais livres para a criação artística.

Nas duas primeiras décadas do século XX, as migrações trouxeram levas de estrangeiros para o Brasil, as populações rurais começaram a vir para as cidades em busca dos empregos trazidos pelo início da industrialização, e o café trouxe riqueza para a região Sudeste. Nas aglomerações urbanas, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, a cultura popular começou a chamar a atenção das elites. Para os jovens vindos da Europa, a arte acadêmica não refletia esse contexto, e era preciso haver uma mudança radical para expressar a nova realidade. Parte deles tinha ligações com os movimentos políticos da época.

Embora houvesse artistas já antenados com essas ideias, atribui-se à pintora Anita Malfatti

a primeira manifestação modernista. Em 12 de dezembro de 1917, ela inaugurou uma exposição nas lojas Mappin, em São Paulo. Vendeu boa parte dos quadros e foi elogiada pelos críticos e outros pintores, como Emiliano Di Cavalcanti, mas recebeu violenta crítica do escritor Monteiro Lobato no jornal *O Estado de S. Paulo*. Lobato já iniciara uma escrita mais livre em seus livros, mas queria atingir os modernistas, com os quais não se alinhava. Os modernistas foram à imprensa defender Anita, mas o resultado prático só veio em 1922. Nesse ínterim, Menotti del Picchia publicou os poemas *Moisés* e *Juca Mulato* (1917), Manuel Bandeira lançou os livros *A cinza das horas* (1917) e *Carnaval* (1921) e Di Cavalcanti realizou a mostra de gravuras *Fantoches da meia-noite* (1921), enquanto Mário de Andrade e Oswald de Andrade publicaram artigos em jornais sobre o futurismo, referência ao movimento criado pelo italiano Filippo Marinetti. O termo apareceu num artigo de Oswald sobre os poemas de Mário intitulado *O meu poeta futurista*, em contraposição à poesia tradicional que considerava passadista.

A ideia da Semana de Arte Moderna tem paternidade discutida. Mário de Andrade deixou claro não ter partido dele ou de qualquer pessoa em particular. Di Cavalcanti, em seu livro de memórias *Viagem da minha vida – testamento da alvorada*, conta ter sugerido sua realização ao empresário Paulo Prado, um mecenas da época. O pintor queria promover “uma semana de escândalos literários e artísticos de meter estribos na burguesiazinha paulistana”, tendo como modelo a Semana de Deauville, na França.

A SEMANA

Em 13 de fevereiro de 1922, uma segunda-feira, aconteceu o primeiro evento da Semana de Arte Moderna. O saguão do Teatro Municipal de São Paulo foi decorado com pinturas e esculturas que causaram estranheza ao público. O auditório lotado assistiu à palestra intitulada “A emoção estética da arte moderna”, proferida por José Pereira da Graça Aranha, escritor, diplomata e fundador da Academia Brasileira de Letras – dois anos depois, Graça Aranha se desligaria da Academia, alegando ser incoerente estar na instituição e manter-se modernista.

O espetáculo seguinte, em 15 de fevereiro, teve como principal atração a pianista Guiomar Novais, que misturou peças modernas a clássicos consagrados pelo público, que aplaudiu a iniciativa. A palestra seguinte, proferida por Menotti del Picchia, sobre os escritores dos novos tempos, aconteceu sob vaias e imitações de animais. A noite terminou em algazarra quando o poeta Ronald de Carvalho tentou ler o poema *Os sapos*, de Manuel Bandeira, em que o poeta pernambucano criticava o parnasianismo.

No dia 17 de fevereiro, Villa-Lobos foi a atração principal entre os músicos previstos. A platéia, menor que nos dias anteriores, recebeu bem aquela música fora dos cânones tradicionais. Mas quando o maestro e compositor subiu ao palco de casaca e calçando um sapato e um chinelo, o público entendeu seu figurino como futurista e desrespeitoso e o vaiou impiedosamente. Apesar disso, o concerto foi até o fim.

Tal como Bandeira anunciara em *Os sapos*, os modernistas queriam aproximar a arte do cidadão comum. Os poemas não teriam mais métrica e rima rígida, e a prosa imitaria a fala da rua, sem corrigir-lhe a sintaxe. Na música, os temas folclóricos e populares entrariam nas composições eruditas, e nas artes plásticas, trabalhadores e pessoas comuns e seriam tema e inspiração, ainda que a obra não fosse figurativa. Era o contrário do ideal da arte acadêmica, já praticado por escritores como Lima Barreto, considerado um precursor do modernismo.

A repercussão imediata dos três espetáculos da Semana não foi grande, mas os modernistas não desistiram de romper com a arte acadêmica e de trazer para o centro do palco a arte que consideravam brasileira e em sintonia com os acontecimentos políticos que tumultuavam os anos 1920. Ainda em 1922, Oswald de Andrade publicou *Paulicéia desvairada*, cujo *Prefácio Interessantíssimo* apresentava teorias sobre as novas tendências, mas anunciava ser difícil saber “onde termina a blague, onde principia a seriedade”.

No ano seguinte, o modernismo recebeu a adesão da pintora paulista Tarsila do Amaral. Herdeira de fazendas de café no interior de São Paulo, ela estava na Europa por ocasião da Semana de Arte Moderna, mas ligou-se a Oswald de Andrade e incluiu cores e temas brasileiros em seus quadros, num estilo que chamou de Pau Brasil. No ano seguinte,

Oswald publicou, no *Correio da Manhã*, o *Manifesto Pau Brasil*, cuja primeira frase, “a poesia existe nos fatos”, declarava sua intenção. Oswald fora influenciado pelo carnaval que passara no Rio de Janeiro e pela viagem que fizera às cidades históricas mineiras, na Caravana Modernista, em que estavam também Mário de Andrade e o poeta suíço Blaise Cendrars. Em Minas, tiveram como guias o poeta Carlos Drummond de Andrade e os escritores Aníbal de Mendonça e Pedro Nava.

A partir daí, as manifestações modernistas se multiplicaram. Mário de Andrade lançou *A escrava que não era Isaura* em 1925 (paródia do romance *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, sucesso da literatura tradicional) e *Macunaíma* em 1928 (com o subtítulo *O herói sem nenhum caráter*). Iniciou farta correspondência com intelectuais de idades e origens diversas, num total de cinco mil cartas, que influenciaram toda aquela geração. Viajou também pelo Nordeste, recolhendo a música e as manifestações folclóricas, iniciativa inédita até então. Também em 1928, Tarsila do Amaral pintou *Abaporu* (homem que come, em tupi-guarani), quadro síntese do movimento e, influenciado pela obra, Oswald de Andrade lançou o *Manifesto antropofágico*, que abria com a frase “só a antropofagia nos une” e pregava que, tal como os índios comiam os europeus para ganhar-lhes as qualidades, a cultura brasileira deveria absorver os estrangeirismos e devolvê-los abasileirados.

Os outros modernistas também produziam sem parar. Cassiano Ricardo escreveu *Martin Cererê* (1928), Manuel Bandeira lançou *O ritmo dissoluto* (1924) e *Libertinagem* (1930) e Raul Bopp publicou *Cobra Norato* (1931). Di Cavalcanti, que passou a década de 1920 entre o Rio e Paris, deu cunho político à sua obra, em acordo com sua filiação ao Partido Comunista em 1926. Villa-Lobos lançou seus *Choros*, influenciado pelos músicos populares do Rio de Janeiro. Além disso, os modernistas debatiam idéias nos jornais diários e em publicações especializadas como *Klaxon* e *Revista de Antropofagia*. Ambas tiveram vida curta, mas fizeram surgir outras.

Além de mudar as artes, os modernistas queriam revolucionar o Brasil e muitos, como Oswald e Mário de Andrade, Menotti del Picchia e Di Cavalcanti, aderiram aos

movimentos políticos dos anos 1920. Del Picchia considerava a Semana de Arte Moderna precursora da Revolução de 1930. “As forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do modernismo na literatura brasileira, que se iniciou com a Semana de Arte Moderna em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram no campo social e político a Revolução vitoriosa de 1930”, disse ele num discurso em 1962, nos 40 anos da Semana. O quadro *Operários* (1933), de Tarsila do Amaral, é um exemplo dessa arte engajada.

Após os anos 1930, os modernistas tornaram-se a principal influência cultural do Brasil. Em 1931, o arquiteto Lúcio Costa assumiu a direção da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro e abriu-lhes as portas. Villa-Lobos introduziu o canto orfeônico nas escolas públicas do Rio e acentuou, em sua obra, a mistura de elementos folclóricos e indígenas com a estrutura européia da música erudita. O pintor Cândido Portinari, que a princípio não aderira ao Modernismo, passou a comungar suas idéias, enquanto escritores vindos do interior e influenciados pelo movimento chegaram ao Rio e produziram incessantemente. Entre eles, Jorge Amado e Carlos Drummond de Andrade, considerados da segunda geração de modernistas.

O do arquiteto franco-suíço Le Corbusier, que veio ao Brasil a convite do presidente Getúlio Vargas para projetar a sede do recém-criado Ministério da Educação e da Saúde, apresentou a jovens estudantes como Oscar Niemeyer e Afonso Reidy as diretrizes e os materiais com os quais eles criariam a moderna arquitetura brasileira nas décadas seguintes. Em 1937, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, hoje Instituto, IPHAN) também foi consequência da Semana de Arte Moderna. Idealizado por Mário de Andrade, deveria cuidar da preservação da arquitetura e das obras de arte brasileiras do período colonial. Para os modernistas, a arte do século XIX, por acadêmica, era de qualidade inferior. Na implantação do SPHAN, liderada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, trabalharam Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade (chefe de gabinete ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, ao qual o órgão estava subordinado).

Ao longo do Estado Novo (1937-1945), os modernistas iniciais afastaram-se ou romperam

uns com os outros por questões políticas ou outras, mas a semente da Semana estendeu-se a outras áreas, como o cinema (com Humberto Mauro e Mário Peixoto) e o teatro (*A morta* e *O Rei da Vela*, de Oswald, peças encenadas pela companhia de Álvaro Moreira), e pelo interior do Brasil, com movimentos regionais como o Verde, de Cataguases, cidade de Minas Gerais. O rádio foi o veículo ideal para a música popular brasileira, criando estrelas como os cantores Carmem Miranda, Francisco Alves e Mário Reis e os compositores Noel Rosa e Ary Barroso. Os ideais modernistas já não causavam impacto, tinham sido absorvidos.

Nos anos 1960, o Tropicalismo e o Cinema Novo retomaram o modernismo. O romance *Macunaíma*, adaptado para o cinema por Joaquim Pedro de Andrade, foi sucesso de bilheteria e de crítica, e artistas como Hélio Oiticica e Lúcia Clark declararam sua adesão àqueles ideais. *O Rei da Vela* foi remontado por José Celso Martinez Correia, e os compositores Caetano Veloso e Gilberto Gil, ao mesclar rock aos ritmos brasileiros, disseram-se herdeiros da Semana de Arte Moderna. Talvez porque os anos 1960 tenham semelhança social e política com os anos 1920, o já citado discurso de Menotti del Picchia pode explicar as duas épocas: “A evolução econômica do mundo, o progresso técnico e industrial, a ascensão de fatos políticos estavam a exigir nova estruturação da sociedade e novas leis, capazes de atender com eficiência essas necessidades.”

Beatriz Coelho Silva

FONTES: ACAD. BRAS. LET. Disponível em: <<http://www.academia.org.br>>. 27/5/2009; GARCEZ, L.; OLIVEIRA, J. *Explicando*; Mundo Cultural. Disponível em: <<http://www.mundocultural.com.br>>. 27/5/2009; Tarsila do Amaral. Disponível em: <<http://www.tarsiladoamaral.com.br>>. 27/5/2009; VELOSO, C. *Verdade*.

SENA, Agenor de

*magistrado; dep. fed. MG 1930.

Agenor de Sena nasceu no povoado de São Sebastião dos Pintos, atual distrito de Nelson de Sena, no município de Peçanha (MG), em 27 de março de 1886, filho do advogado Policarpo de Sena Normanha e de Joaquina de Sena Normanha.

Completo o curso secundário no Ginásio Mineiro de Belo Horizonte, e em 1909 bacharelou-se pela Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Antes disso, foi escolhido chefe da delegação mineira ao I Congresso Brasileiro de Estudantes, realizado em São Paulo em julho de 1909. Também enquanto estudante foi um dos líderes da Campanha Civilista de Rui Barbosa no meio estudantil, quando o candidato baiano disputou a presidência da República com o gaúcho e marechal Hermes da Fonseca, em 1910, na sucessão de Afonso Pena (1906-1909). Foi ainda redator do *Manifesto da Mocidade Acadêmica de Belo Horizonte*, no qual defendia e explicitava as principais idéias do movimento.

Depois de formado, foi delegado de polícia em Rio Branco, atual Visconde do Rio Branco (MG). Em seguida ingressou na magistratura como juiz municipal do termo de Piranga (MG). Nessa cidade também advogou e iniciou a atividade política como vereador, presidente da Câmara Municipal e agente executivo municipal (1919-1920). Foi ainda juiz de direito da comarca de Bom Sucesso (MG) e, quando indicado na promoção para a cidade de Cataguases (MG), abandonou em definitivo a judicatura, passando a atuar na advocacia em Itaúna (MG) e, logo em seguida, em Belo Horizonte.

Nas eleições de março de 1930 aderiu à Concentração Conservadora, que apoiou a candidatura vitoriosa do paulista Júlio Prestes à presidência da República, contra o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas. Na mesma ocasião foi eleito deputado federal por Minas. Assumiu sua cadeira em maio seguinte, mas, com a vitória da Revolução de outubro de 1930, perdeu o mandato. Abandonou então a militância política e voltou-se exclusivamente para o direito, até aposentar-se em 1960. Foi advogado geral do estado de Minas Gerais; presidente da seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. e juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Faleceu em Belo Horizonte em 19 de maio de 1962.

Foi casado com Helena Eléto de Sena.

Publicou trabalhos jurídicos e organizou o catálogo da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais.

Vanessa Lana

FONTE: MONTEIRO, N. *Dicionário*.

SENA, Joaquim Cândido da Costa

*pres. MG 1902.

Joaquim Cândido da Costa Sena nasceu em 13 de agosto de 1852 na cidade de Conceição do Serro, atual Conceição do Mato Dentro (MG). Seu irmão José Cândido da Costa Sena foi deputado federal por Minas Gerais de 1891 a 1893.

Em sua terra natal, completou os estudos humanísticos no Colégio do Caraça. Iniciou o curso superior na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e conclui-o em Ouro Preto (MG), graduando-se em engenharia de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1880. Na mesma escola foi aprovado em concurso para repetidor-preparador de mineralogia e geologia e foi professor interino de física e química a partir de 1885, sendo efetivado em 1890. Em 1893 assumiu a cátedra de mineralogia e geologia, na qual permaneceu até ser nomeado diretor em 1900. Permaneceu na direção da Escola por 19 anos, até falecer.

Em 1895 foi designado delegado do governo de Minas à Exposição de Minerais em Santiago do Chile. Por ocasião do evento, organizou um mostruário e um catálogo enumerando e descrevendo os recursos minerais do estado. Anos depois, em 1909, voltaria ao Chile como representante brasileiro no Congresso Científico Pan-Americano.

Ingressou na atividade política filiado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), sendo eleito senador estadual em 1891. Em 1898 foi eleito vice-presidente de Minas, ao lado do presidente Silviano Brandão. Renovou paralelamente o mandato no Senado estadual até 1902, mas renunciou quando se tornou diretor da Escola da Minas de Ouro Preto, em 1900. Assumiu interinamente a presidência de Minas em 21 de fevereiro de 1902, devido ao afastamento de Silviano Brandão, permanecendo no cargo até 7 de setembro de 1902, quando tomou posse o sucessor Francisco Sales.

Foi membro efetivo da Sociedade de Mineralogia de Paris, da Sociedade Imperial de Mineralogia de São Petersburgo, da Sociedade Geológica de Paris, da Sociedade de Geologia de Berlim, da Geological Society of America (EUA) e do Instituto de Engenheiros do Chile. Recebeu várias honrarias nacionais e internacionais, como a de

Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa e a de Oficial da Academia Francesa.

Faleceu em 20 de junho de 1919 na capital mineira.

Foi casado com Virgínia Wellerson de Sena.

Publicou trabalhos e memórias sobre temas científicos em anais e revistas do Museu Nacional, da Escola de Minas de Ouro Preto e de instituições francesas e norte-americanas.

Destaca-se o livro *Apontamentos de mineralogia e apontamentos de geologia*, obra resultante de seu trabalho à frente da cátedra homônima na Escola de Minas.

Vanessa Lana

FONTES: GOV. MG. Disponível em:

<<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/galeria-de-governadores/joaquim-candido-da-costa-senna/5794>>. Acesso em: 10/5/2010;

MONTEIRO, N. *Dicionário*.

SENA, José Cândido da Costa

*const. 1891; dep. fed. MG 1891-1893.

José Cândido da Costa Sena nasceu em Conceição do Serro (MG) no dia 23 de agosto de 1847. Seu irmão Joaquim Cândido da Costa Sena foi senador constituinte estadual por Minas Gerais, vice-presidente do estado entre 1898 e 1902, além de presidente interino por alguns meses nesse último ano.

Fez seus primeiros estudos no Seminário de Mariana e no Colégio do Caraça, prestigiada instituição educacional mineira àquela época. Transferindo-se para o Rio de Janeiro, formou-se pela Faculdade de Medicina em 1875. Em 1880 elegeu-se deputado provincial em Minas Gerais e exerceu o mandato até 1883. Em 1888 foi novamente eleito deputado e retornou à Assembleia provincial mineira, na última legislatura do Império.

Reconhecido por ser um entusiasta da República, em junho de 1889 assumiu a presidência do Partido Republicano de seu município natal. Instaurado o novo regime, tornou-se intendente municipal em Conceição do Serro. Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado por Minas ao Congresso Nacional Constituinte. Empossado em 15 de novembro, foi signatário da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e em maio passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893.

Fora da esfera política, também atuou como médico e produziu poemas que foram publicados em periódicos da época. Foi membro da Academia Mineira de Letras, tornando-se patrono de uma das cadeiras.

Faleceu em Conceição do Serro em 23 de junho de 1901.

Era casado com Rosa Sena.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 146); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 1, p. 627-628).

SENA, Nelson Coelho de

*dep. fed. MG 1922-1929.

Nelson Coelho de Sena nasceu em Serro (MG) no dia 11 de outubro de 1876, filho de Cândido José de Sena e de Maria Brasilina Coelho de Sena. Seu pai era político em sua cidade natal.

Cursou humanidades na Escola Normal de Diamantina (MG), ocasião em que participou da fundação do periódico *O Aprendiz*, em 1893. Fez o preparatório no Colégio Mineiro de Ouro Preto (MG) e em seguida matriculou-se na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais. Em 1895 foi eleito presidente da Sociedade Beneficente Mineira dos Estudantes e ingressou na carreira docente atuando no ensino secundário. Nesse mesmo ano passou a integrar o quadro de funcionários da Secretaria de Polícia de Minas Gerais e, posteriormente, da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, na qual foi chefe de gabinete. Em 1896, ano em que editou o jornal estudantil *A Academia*, tornou-se professor catedrático de história do Brasil no Ginásio Mineiro. No ano seguinte bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais.

Em 1906 iniciou a série de publicações do *Anuário de Minas Gerais*. No ano seguinte participou ativamente da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, do qual foi membro. Também em 1907 foi eleito deputado estadual. Seria reeleito para outras três legislaturas consecutivas. Enquanto cumpria o mandato, em 1910 foi eleito para a Academia Mineira de Letras. Dois anos depois assumiu as funções de lente de economia política, direito administrativo e legislação de terras na Escola Livre de Engenharia de Minas Gerais, instituição posteriormente integrada à Universidade Federal de Minas Gerais, da qual se tornaria professor catedrático. Em 1914 apresentou na Assembleia mineira projeto de lei visando à doação de terras devolutas aos trabalhadores, o que causou intensos debates entre seus pares.

Em 1922, no decorrer da legislatura 1921-1923, foi eleito deputado federal por seu estado natal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Deixando a Assembleia Legislativa, assumiu em março sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e exerceu o mandato até dezembro de 1923. Reeleito em 1924 e 1927, integrou a Comissão de Marinha e Guerra, bem como a Comissão de Diplomacia e

Tratados. Novamente eleito para a legislatura iniciada em maio de 1930, teve seu nome incluído na lista de não reconhecidos produzida pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara, que incluiu os integrantes da Aliança Liberal.

Fora da esfera política, manteve as atividades de jornalista, literato e professor. Em outubro de 1943, quando da publicação do “Manifesto dos Mineiros”, foi um dos 92 signatários do documento que defendia o fim da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a redemocratização do país.

Ao longo de sua trajetória profissional, foi ainda presidente do Conselho Superior de Instrução Pública de Minas Gerais e colaborador dos jornais *Estado de Minas*, *O Belo Horizonte*, *A Província* e *Diário de Minas*. Membro de reconhecidas instituições políticas e culturais no Brasil, foi sócio efetivo e benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), integrou os quadros do Instituto Arqueológico de Recife, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e da Academia de Letras de Pernambuco. No exterior, participou da Academia Colombiana de Jurisprudência, do Centro de Periodistas de Santiago do Chile e da Academia Nacional de História, na Venezuela.

Entre as diversas condecorações que recebeu, destacam-se os títulos de professor honoris causa, concedidos pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro e pelo Instituto Americanista da Universidade de Vurzburg, na Alemanha.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 2 de junho de 1952.

Era casado com Emília Gentil Horta Gomes Cândido de Sena, com quem teve sete filhos. Um deles, Caio Nelson de Sena, foi deputado estadual em Minas Gerais de 1927 a 1930 e presidente do Conselho Administrativo do Estado durante a gestão do governador Milton Campos (1947-1951). Seu neto, Raul Bernardo Nelson de Sena, foi deputado federal por Minas Gerais de 1975 a 1987.

Em sua vasta obra publicada, destacam-se *Páginas tímidas* (1896), *Contos sertanejos* (1902), *Notas e crônicas* (1907), *Os índios no Brasil* (1908), *Contribuições para um futuro mapa do estado de Minas Gerais* (1910), *Contribuição etnográfica dos padres da Companhia de Jesus e dos cronistas leigos dos primeiros séculos da história da pátria* (1914), *Geografia do Brasil* (1922), *Alguns estudos brasileiros* (1927) e *Africanos no Brasil* (1938). Assinava seus trabalhos como Nelson de Sena, e ainda com os pseudônimos Annes Selnon, Ennius de Hesse, Nessuno, Paulo de Cotegipe e Pelayo Serrano.

Luciana Pinheiro

FONTES: ARQ. PUB. MINEIRO. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 20/9/2010; Biblioteca Digital de Literatura. Disponível em: <<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/>>. Acesso em: 20/9/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 196); CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 21/9/2010; INST. HIST. GEO. MG. Disponível em: <<http://www.ihgmg.art.br/links.htm>>. Acesso em: 20/9/2010; INST. HIST. GEO. PARAIBANO. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/>>. Acesso em: 20/9/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 626-629); PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 21/9/2010.

SÊNIOR, Antônio da Cruz Cordeiro

*junta gov. PB 1889.

Antônio da Cruz Cordeiro Sênior nasceu na cidade de Paraíba do Norte, posteriormente chamada João Pessoa, no dia 29 de novembro de 1831.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1856. Depois de formado, retornou à província da Paraíba e combateu a epidemia de cólera que assolou a região entre os anos de 1856 e 1862. Por designação do governo provincial, coordenou os trabalhos de ajuda aos doentes, reforma sanitária e profilaxia. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), serviu como voluntário no corpo médico das tropas brasileiras. Ainda durante o Império foi eleito deputado provincial na Paraíba.

A notícia da proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, só chegou à Paraíba dois dias depois. No mesmo dia 17 de novembro, Eugênio Toscano de Brito, um dos líderes republicanos locais, fundou um clube cívico para montar um governo provisório republicano. Nesse momento, o coronel Honorato Cândido Ferreira Caldas, comandante do 27º Batalhão de Infantaria, sediado na Paraíba, organizou os militares em torno da causa republicana e passou a debater com o até então presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa, sua deposição. Durante as negociações, foi sugerida a formação de uma junta governativa liderada pelo antigo líder monarquista e ex-presidente da província Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o barão de Abiaí, e composta também por Artur José dos Reis Lisboa, Francisco de Lima Filho, Eugênio Toscano de Brito e Honorato Cândido Ferreira Caldas. Líder das forças militares paraibanas, o coronel Honorato Caldas recusou a interferência do barão ligado ao Império e não reconheceu a autoridade da junta. Por intermédio de alguns líderes republicanos estaduais que procuraram evitar o conflito, formou-se então uma junta governativa liderada pelo próprio coronel Honorato Caldas e composta também pelos capitães João Claudino de Oliveira Cruz, Manuel de Alcântara de Sousa Cousseiro e Tomás de Aquino Mindelo, e por Antônio da Cruz Cordeiro Sênior, Artur José dos Reis Lisboa, e Manuel Carlos de Gouveia.

Essa junta ficou no poder de 17 de novembro a 2 de dezembro de 1889, quando o coronel Honorato Caldas foi deposto por se recusar a passar o poder a Venâncio Neiva, nomeado presidente do estado pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Em seu lugar, assumiu o capitão João Claudino de Oliveira Cruz, que em 6 de dezembro seguinte passou o governo a Venâncio Neiva.

Antônio da Cruz Cordeiro Sênior foi também médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, coordenador do tratamento dos pobres do 1º distrito da capital, segundo-tenente cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, chefe da Enfermaria Militar, cirurgião-mor, inspetor de Saúde e um dos patronos da Academia Paraibana de Letras.

No campo jornalístico, colaborou com *O Publicador* (PB).

Faleceu em Recife em 1895.

Publicou *Instruções sanitárias populares*, *Impressões da epidemia*, *Estudos biográficos*, *Prólogo da guerra* (ensaio dramático, em verso), *Estudos literários* e *Passagem do Humaitá* (poesia épica).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ACAD. PARAIBANA. LET. Disponível em: <<http://www.aplpb.com.br>>.

Acesso em: 10/1/2011; MARIZ, C. *Apanhados*; PINTO, L. *Síntese*.

SEREJO, Joaquim de Albuquerque

*militar; dep. fed. AM 1897-1902.

Joaquim de Albuquerque Serejo nasceu no Maranhão em 31 de julho de 1864.

Ingressou na carreira das armas, sendo declarado praça em 7 de março de 1882 e guarda-marinha em 25 de novembro de 1884. Em 24 de dezembro de 1886 foi promovido a segundo-tenente. Já na República, em 8 de maio de 1890 passou a primeiro-tenente e em 9 de agosto de 1894 a capitão de corveta.

Também em 1894 elegeu-se deputado estadual pelo Amazonas. No ano seguinte foi escolhido presidente da Assembleia Legislativa em substituição ao deputado Emílio José Moreira. Ocupou tal posição até o ano seguinte, quando foi substituído pelo deputado Eduardo Gonçalves Ribeiro. Em 1897 foi eleito deputado federal. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi reeleito para a legislatura seguinte. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1902, quando se encerrou a legislatura.

Fora da política, em 5 de fevereiro de 1904 assumiu o comando da Capitania dos Portos do Ceará e, em 8 de dezembro do mesmo ano, o comando da Escola de Aprendizes Marinheiros do mesmo estado. Deixou o comando da Capitania em 12 de junho de 1906 e o da escola em 27 de dezembro seguinte. Em 15 de maio de 1909 foi promovido a capitão de fragata graduado e em 25 de janeiro de 1911, a capitão de fragata efetivo. Dois anos depois, em 8 de janeiro de 1913, alcançou a patente de capitão de mar e guerra.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. AM. Disponível em: <http://www.aleam.gov.br/Institucional/AIGaleria_Presidentes.asp>. Acesso em: 21/3/2011; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Jus Brasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1718711/dou-secao-1-20-11-1906-pg-3>>.

Acesso em: 21/3/2011; MAR. BRAS> Disponível em:
<<http://www.mar.mil.br/eamce/sub-paginas/comandantes.html>>. Acesso em:
21/3/2011.

SERPA, Justiniano de

*jornalista; const. 1891; dep. fed. CE 1891-1893; dep. fed. PA 1906-1911 e 1915-1920; pres. CE 1920-1923.

Justiniano de Serpa nasceu na vila de Aquiraz (CE) a 6 de janeiro de 1852, filho de Manuel da Costa Marçal.

De origem humilde, trabalhou como caixeiro em uma loja de sua cidade, aproveitando o tempo de folga para ler e estudar. Conseguiu ingressar na política cearense ainda no Império, quando foi deputado provincial entre 1884 e 1889. Também nesse período cursou a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em novembro de 1888. Foi um dos mais fervorosos adeptos da abolição da escravidão no Ceará, seja como político, seja como jornalista. Nessa atividade, chegou a redator do jornal *A Constituição*, órgão do Partido Conservador Cearense.

Após a proclamação da República, foi eleito deputado pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte. Empossado em 15 de novembro de 1890 e promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, a partir de junho passou exercer o mandato ordinário até dezembro de 1893. Continuou, durante todo o período, sua atividade jornalística: em 1889 colaborava no jornal *O Norte*, juntamente com Martinho Rodrigues, Gonçalo de Lagos, Alves Lima e Drummond da Costa, e de 1891 a 1893 colaborou no *Diário do Ceará*. Foi também redator, juntamente com Barbosa Lima, do periódico *A Pátria*, e colaborou, ao lado de Guilherme Studart e Rodrigues Carvalho, na redação de *Iracema*, jornal do Centro Literário de Fortaleza.

Desligando-se da política após a conclusão do mandato, seguiu em 1896 para Manaus, onde trabalhou como redator-chefe de *Federação* e *Rio Negro*, periódicos importantes da cidade. Ainda em Manaus foi superintendente do governo do município, professor do Liceu Amazonense, diretor da Biblioteca do Estado, delegado da Intendência, procurador seccional da República e delegado do governo federal junto ao Ginásio Amazonense. De Manaus foi para Belém em 1898, onde foi professor e vice-diretor da Faculdade de Direito

e advogado de nota. Permaneceu no Pará até 1919, e foi várias vezes eleito deputado federal por esse estado, tendo exercido o mandato de 1906 a 1911 e de 1915 a 1920.

De volta ao Ceará, foi eleito presidente do estado em 1920, na sucessão de João Tomé de Saboia e Silva, e tomou posse em 12 de julho do mesmo ano. O ato mais importante de sua administração foi a reforma da Constituição estadual em 1921, revogando o artigo que permitia a reeleição do presidente do estado. Foi também revogado o artigo que permitia a alteração da Constituição pelas leis ordinárias. Além disso, proibiu a demissão de funcionários sem prévio processo administrativo, vedou acumulações remuneradas e extinguiu os cargos de segundo e terceiro vice-presidentes do estado.

Doente, afastou-se do governo em 12 de julho de 1923, sendo substituído pelo vice Ildefonso Albano, que um ano depois passaria o cargo a José Moreira da Rocha. Seguiu então para o Rio de Janeiro, onde veio a falecer em 1º de agosto na Casa de Saúde do Dr. Poggi

Foi membro do Instituto Histórico do Ceará e da Academia Cearense de Letras, em cuja revista encontram-se alguns de seus escritos. Deixou os seguintes trabalhos: *O poeta e a virgem* (s/d); *Oscilações* (poesias, 1883); *Três liras* (poesias de Antônio Bezerra, Serpa e Antônio Martins, os três poetas do abolicionismo, 1883); *Sombras e clarões* (versos, 1885); *Sob os ciprestes* (1887); *A educação brasileira, seus efeitos sobre o nosso meio literário* (1896); *Reforma da legislação cambial* (1907) e *Questões de direito e legislação* (1920).

Kleiton de Moraes

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.395-396); NOBRE, F. *1001* (p.351-352); STUART, G. *Dicionário* (v.I, p.225-226).

SERRA, Lindolfo

*militar; dep. fed. MT 1900-1905.

Lindolfo Libânio Moreira Serra nasceu em Cuiabá no dia 30 de junho de 1859, filho do major João Capistrano Moreira Serra e de Umbelina dos Prazeres de Sousa Osório.

Sentou praça no exército em dezembro de 1874. Ingressou na política no início da República, quando foi eleito deputado federal por Mato Grosso em 1900. Assumindo em maio do mesmo ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1903. Exerceu seu mandato até dezembro de 1905, quando se encerrou a legislatura.

Atingiu a patente de coronel em 1911.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros.*

SERRANO, Frederico Guilherme de Sousa

*militar; const. 1891; sen. PE 1891.

Frederico Guilherme de Sousa Serrano nasceu em 20 de julho de 1842.

Ingressou na Marinha em 3 de outubro de 1860 e lutou na Guerra do Paraguai (1865-1870). Durante o conflito alcançou novos postos na hierarquia militar: em junho de 1867 foi promovido a segundo-tenente e em dezembro de 1869, a primeiro-tenente. Em 1885 passou a capitão-tenente e de 1888 a 1889 foi capitão do porto da província de São Paulo. Em 17 de novembro de 1889, dois dias depois da proclamação da República, comandou a corveta *Parnaíba*, que conduziu o imperador Pedro II para a ilha Grande (RJ). Na madrugada do dia 18 a família real partiu para a Europa.

Com o novo regime, candidatou-se e foi eleito senador constituinte pelo estado de Pernambuco, sendo empossado em 15 de novembro de 1890, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em maio seguinte passou a cumprir o mandato ordinário. Faleceu no dia 31 de julho do mesmo ano, no exercício do mandato de senador.

Por seus serviços militares, recebeu as condecorações de Aviz e da Rosa, e as medalhas da tomada de Uruguaiana e da campanha do Paraguai, atribuídas por Brasil e Argentina.

Seu filho, Jônatas Serrano, foi professor e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SCHMIDT, M. *História*.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS (SPI)

Instituição criada pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 com o nome de Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Tinha por tarefa a pacificação e proteção dos grupos indígenas, bem como o estabelecimento de núcleos de colonização com base na mão de obra sertaneja. As duas instituições foram separadas em 6 de janeiro de 1918 pelo decreto Lei nº 3 454, e a instituição passou a ser denominada SPI.

O SPI foi extinto em 1967 quando da criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

ORIGENS

A catequese missionária não conseguia converter os índios, impedir as invasões de seus territórios, nem impedir o extermínio de inúmeras tribos. Muitas desapareceram pelo contágio de doenças transmitidas pelos invasores, ou pela matança promovida por matadores profissionais, os chamados bugreiros, que eram contratados pelos especuladores de terras.

A situação se agravou quando da abertura da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que atravessava o território dos índios Kaingang, no estado de São Paulo, desencadeando uma disputa armada entre esses índios e os trabalhadores da estrada de ferro. O mesmo ocorreu em Minas Gerais e no Espírito Santo, quando os índios Botocudos reagiram à invasão de suas terras por colonos. Também no sul do Brasil, em Santa Catarina e Paraná houve lutas entre índios e colonos.

Em 1908, durante o XVI Congresso de Americanistas, em Viena, Áustria, houve denúncias de que o Brasil estava massacrando os índios. Essa denúncia levou o governo federal a buscar uma ação de proteção leiga e privativa do Estado às populações indígenas.

Por outro lado, a atuação do positivista, então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon à frente da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Matogrosso ao Amazonas (1907-1915), onde teve contato pacífico com vários povos indígenas, o levou a formulação de propostas para que o governo federal assumisse as tarefa de evitar o extermínio dos povos indígenas e instituir uma ação de assistência e proteção a essa população.

ATUAÇÃO

O então tenente-coronel Cândido Rondon foi convidado a dirigir o novo órgão criado. Ele imprimiu ideias positivistas a orientação e as atividades da instituição. Estabeleceu a chamada política de integração, em que o índio era reconhecido como sujeito transitório, ou seja, enquanto estivesse sendo preparado para ingressar na “civilização”. Tal política indicava o fim da diversidade étnica e cultural, pois reconhecia, essa diversidade apenas como um estágio de desenvolvimento que se concluiria com a incorporação do índio à sociedade brasileira.

Os índios foram incluídos dentre aqueles que têm uma redução da capacidade participativa, os “relativamente incapazes”, foram colocados junto a maiores de 16/menores de 21 anos, de acordo com o Código Civil Brasileiro de 1917. Os povos nativos necessitavam de proteção e caberia ao aparelho de Estado o papel de mediador, de tutelar os índios.

De 1910 a 1930, o SPI fez parte do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; de 1930 a 1934, esteve ligado ao Ministério do Trabalho; de 1934 a 1939, foi integrado ao Ministério da Guerra, como parte da Inspetoria de Fronteiras; em 1940 voltou ao Ministério da Agricultura e, mais tarde, passou para o Ministério do Interior. Em 1939, foi criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) com o objetivo de atuar como órgão formulador e consultor da política indigenista brasileira. A ideia seria a de que o SPI daí por diante teria somente atribuições executivas, o que não ocorreu.

A atuação do SPI se concentrou na pacificação de grupos indígenas em áreas de colonização recente. Em São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Mato Grosso e outras regiões foram instalados postos indígenas. Após a consolidação da pacificação eram feitas negociações com os governos estaduais para a criação de reservas de terras para a sobrevivência física dos índios. Progressivamente eram introduzidas atividades educacionais voltadas para a produção econômica e ações destinadas a atender as condições sanitárias dos índios.

O SPI buscou garantir a posse de terras aos índios através da concessão de terras devolutas. Inúmeras propostas foram feitas pelo SPI de criação de terras indígenas e que foram negadas pelos governos estaduais.

Nos postos indígenas eram instalados oficinas mecânicas, engenhos de cana de açúcar e casas de farinha, e os índios treinados em diversos ofícios. As crianças eram enviadas às escolas dos postos, sendo que estas também recebiam filhos de colonos de

empregados dos postos e crianças da população vizinha, o que permitia um processo de integração da população.

O SPI enfrentou durante toda a sua existência problemas de carência de recursos e dificuldades de qualificação de seu pessoal. A atuação do órgão acabou por gerar resultados opostos a sua proposta. Eram frequentes as denúncias de casos de fome, doenças, assassinatos e escravização. No início da década de 1960, sob a acusação de genocídio, corrupção e ineficiência o SPI foi investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O processo levou à demissão ou suspensão de mais de cem funcionários de todos os escalões. Em 1967, durante o regime militar, o SPI e o CNI foram extintos e substituídos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Alzira Alves de Abreu

FONTES:

FREIRE, C. Serviço; LIMA, A. Fundação; LIMA, A. Grande; Serviço de Proteção aos Índios.

SEVERO, Augusto

*inventor; dep. fed. RN 1893-1902.

Augusto Severo de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba (RN) no dia 11 de janeiro de 1864, sétimo dos 14 filhos do pernambucano Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão (1827-1896) e da paraibana Feliciano Maria da Silva Pedrosa de Albuquerque Maranhão (1832-1893). Seu avô materno, o comerciante e senhor de engenho Fabrício Gomes Pedrosa, foi o fundador da cidade de Macaíba e era uma das maiores fortunas do Rio Grande do Norte. Alguns de seus irmãos se destacaram na política: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, o mais importante chefe político do Rio Grande do Norte no início da República, foi governador em 1889 e 1890, constituinte de 1891, deputado federal de 1891 a 1892, novamente governador de 1892 a 1896, mais uma vez deputado em 1896 e senador de 1897 a 1907; Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão foi também governador de 1900 a 1904, deputado federal de 1904 a 1908, novamente governador de 1908 a 1914 e novamente deputado federal de 1915 a 1929; Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão foi presidente da intendência de Canguaretama (RN) de 1893 a 1913 e deputado estadual de 1894 a 1912.

Augusto Severo fez os estudos primários na sua cidade natal, Macaíba, seguindo posteriormente para Natal. Algum tempo depois estudou no Colégio Abílio César Borges, em Salvador. Em 1880, viajou para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e iniciou seus estudos de engenharia na Escola Politécnica. Em 1882, devido ou a problemas de saúde, ou a um romance não aceito por sua família, retornou a Natal e passou a lecionar matemática no Ginásio Norte-Rio-Grandense, de propriedade de seu irmão Pedro Velho, acumulando a função de vice-diretor. No ano seguinte, quando o ginásio fechou, passou a se dedicar ao comércio, primeiro como guarda-livros da empresa Guararapes e mais tarde, seguindo os conselhos de seu irmão Adelino, como sócio da firma A. Maranhão & Cia. Importadora e Exportadora.

Motivado pelos trabalhos em aerostação do inventor paraense Júlio César Ribeiro de Sousa

(1843-1887), que apresentou um projeto de dirigível ao Instituto Politécnico Brasileiro em 1882, passou a se interessar pelo voo, realizando observação de aves planadoras e construindo pequenos modelos de pipas. Fez também experiências com um pequeno balão cativo em Recife e projetou um dirigível que incorporava ideias revolucionárias, o *Potyguarânea*, que, porém, nunca chegou a ser construído.

Em 1888 casou-se com a pernambucana Maria Amélia Teixeira de Araújo, com quem teria cinco filhos. A partir de então iniciou sua participação política escrevendo artigos no jornal de Pedro Velho, *A República*, em defesa da causa abolicionista e da campanha republicana. Em 1892 encerrou suas atividades comerciais e passou a se dedicar, de um lado, à política, tendo sido eleito deputado ao Congresso Constituinte estadual no Rio Grande do Norte, e de outro, à aerostação. Em 1893 passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, na vaga aberta quando seu irmão Pedro Velho assumiu o governo do Rio Grande do Norte. Sua atuação como congressista foi discreta. Defendeu projetos relativos a saneamento público, assistência à infância, proteção aos operários dos arsenais, e foi membro da Comissão de Orçamento. Projetou também um dirigível que incorporava as ideias que havia desenvolvido anteriormente.

Em 6 de setembro de 1893 teve início a Revolta da Armada, sob o comando do almirante Custódio José de Melo (1840-1902) e, mais tarde, do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama (1846-1895), com o objetivo de derrubar o governo do marechal Floriano Peixoto (1839-1895). A capital federal foi bombardeada pelos navios revoltosos, e no início de 1894 parte deles se dirigiu para o Sul do país, onde estava em curso a Revolução Federalista, alcançando a cidade de Desterro, hoje Florianópolis. Houve a ameaça de os revoltosos da Marinha se juntarem ao movimento federalista gaúcho. Diante desse quadro, Severo apresentou a ideia de construir seu dirigível para ser usado no conflito como observador aéreo. O projeto foi submetido para análise ao Clube de Engenharia, que deu parecer favorável. Com o apoio do governo, teve início a construção do dirigível *Bartolomeu de Gusmão*, nome dado pelo autor em homenagem ao inventor brasileiro Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-1724), que em 1709 apresentou diante da corte

portuguesa um pequeno balão de ar quente.

O dirigível *Bartolomeu de Gusmão* introduzia um conceito novo. Era um aparelho semirrígido, em que o grupo propulsor estava integrado ao invólucro através de uma complexa estrutura trapezoidal em treliça. O invólucro foi encomendado ao Atelier Lachambre, a principal firma de Paris especializada na construção de balões. Com recursos federais, o balão, de cerca de dois mil metros cúbicos, medindo 60 metros de comprimento, chegou ao Brasil no início de 1894. A estrutura em treliça, inicialmente projetada para ser executada em alumínio, foi construída no campo de tiro de Realengo, no Rio de Janeiro, e foi também montada uma usina para a produção de hidrogênio. A falta do material previsto para construção da estrutura fez com que Severo alterasse o projeto, construindo a parte rígida do aparelho em bambu. Tratava-se de uma estrutura complexa que deveria suportar o motor elétrico com as baterias e os tripulantes e, além disso, apresentar resistência suficiente para aguentar os esforços durante o voo.

Em 14 de fevereiro de 1894 o *Bartolomeu de Gusmão* realizou as primeiras ascensões ainda como balão cativo e mostrou-se estável e equilibrado, demonstrando que a concepção proposta por Severo era adequada para o voo. A introdução de uma estrutura rígida integrada ao balão permitia que a hélice propulsora ficasse alinhada ao eixo do invólucro, evitando assim que o aparelho apresentasse uma tendência de levantar a frente quando o motor fosse acionado. Este problema, que tem o nome técnico de cabragem, já havia sido experimentado em outros inventos e se constituía numa grande limitação de equilíbrio, além de reduzir substancialmente a velocidade. A dirigibilidade de balões ainda não tinha sido resolvida, e a proposta de Severo se apresentou como inovadora e altamente promissora. Mas, no único voo do dirigível livre das amarras, a estrutura em bambu não aguentou os esforços e partiu-se. Sua recuperação não teve o apoio do governo de Floriano Peixoto, uma vez que o governo federal havia comprado uma frota de navios novos, e a Revolta da Armada já estava perdendo a força. O dirigível *Bartolomeu de Gusmão* simplesmente se deteriorou.

Severo voltou a eleger-se deputado estadual para a legislatura 1894-1896. Em 1896 sua

mulher faleceu e ele iniciou uma relação com Natália, de origem italiana, que aguardava o divórcio para que se realizasse o casamento. Com ela Severo teria dois filhos. Foi reeleito para as legislaturas 1897-1899 e 1900-1902. Nesse período apresentou o pedido de patente de outros inventos: um mecanismo de direção de balões, uma máquina rotativa para impressão e um turbo-motor. Seu interesse pela aerostação continuou, apesar do insucesso do *Bartolomeu de Gusmão*.

A partir de 1898 começaram a surgir as primeiras notícias das experiências realizadas em Paris por Alberto Santos Dumont (1873-1932). Severo seguia as notícias com interesse e fez uma avaliação crítica e bem fundamentada. Quando Santos Dumont realizou um voo em torno da torre Eiffel, em 13 de julho de 1901, a notícia se espalhou pelo mundo. O voo, porém, teve que ser abortado, e o dirigível caiu entre as árvores do parque da residência do barão Edmond de Rotschild. Santos Dumont não havia conseguido provar que sua aeronave, o *Dirigível N-5*, era capaz de ganhar o grande prêmio da aerostação, instituído pelo magnata do petróleo Henri Deutsch de la Meurthe, mas havia realizado um voo de impressionante precisão e controle.

Na sessão da Câmara do dia 17 de julho de 1901, o deputado mineiro Francisco Álvaro Bueno de Paiva (1861-1928) propôs um voto de louvor e uma declaração em que “o Parlamento dava por ter sido encontrada a solução secular do problema da dirigibilidade”. Severo pediu a palavra e pronunciou um longo discurso em que apresentou considerações técnicas sobre os trabalhos de Santos Dumont. Iniciou seu discurso dizendo: “O preço deste discurso pode ser mesmo a impopularidade, que não temo, porque estou cumprindo o meu dever”. Em sua exposição, mostrou os pontos fracos dos dirigíveis de Santos Dumont, demonstrando profundo conhecimento não só dos trabalhos realizados pelo inventor como da ciência aeronáutica. Sua crítica baseava-se no fato de os dirigíveis de Santos Dumont não integrarem o balão à quilha, de forma que a força produzida pela hélice, localizada bem abaixo do balão, produzia um torque que fazia com que a aeronave tivesse a tendência de levantar o “nariz” quando o motor era acionado. Seu discurso não foi bem interpretado por muitos de seus colegas deputados, que viram nele uma crítica e, como manifestou o

deputado Viriato Mascarenhas, um “certo travo de injustiça”. Embora pondo em dúvida os feitos de Santos Dumont, Severo apresentou um projeto que foi aprovado e elogiado pelos deputados: “Art. 1º: Fica o Governo autorizado a abrir o crédito de 100:000\$000 ao Ministério de Viação com o fim de ser esta quantia entregue ao Sr. Alberto Santos Dumont, como prêmio, pelo resultado de sua experiência de um balão dirigível, feita em Paris a 13 do corrente. Sala das sessões, 17 de julho de 1901. Ass. Augusto Severo e Carlos Cavalcanti.” O discurso, bem como a proposta apresentada por Severo, teve grande repercussão mundial.

Em fins de 1901, Severo licenciou-se da Câmara para se dedicar à construção de um novo dirigível de sua invenção, o *Pax*. Esse novo dirigível era um desenvolvimento do seu anterior, o *Bartolomeu de Gusmão*, e Severo introduziu uma grande quantidade de inovações. Manteve a ideia de fazer uma aeronave integrando a quilha que levava os tripulantes e o grupo motor ao balão. Abandonou o leme de direção e introduziu três pequenas hélices que teriam a função de dar direção ao aparelho e controlar sua inclinação. Para o deslocamento o *Pax* tinha duas hélices, uma à frente e outra na popa, com os eixos centrados ao eixo de simetria do balão, evitando assim a cabragem. Sem ter conseguido qualquer auxílio externo, Severo teve que assumir toda a despesa para a construção. Pretendia usar motores elétricos, mas a falta de recursos e de tempo fez com que optasse por dois motores a petróleo tipo *Buchet*, um com 24 CV e o outro com 16 CV. O invólucro tinha a capacidade de 2.500 metros cúbicos de hidrogênio, com 30 metros de comprimento e 12 metros no maior diâmetro. O aparelho pesava cerca de duas toneladas.

Os ensaios foram realizados nos dias 4 e 7 de maio de 1902 com sucesso. No dia 12 de maio, tendo como mecânico de bordo o francês Georges Sachet, o *Pax* iniciou seu voo às 5:30h saindo da estação de Vaugirard, em Paris. Elevou-se rapidamente, atingindo cerca de 400 metros. Realizou diversas evoluções que mostraram aos inúmeros espectadores que as idéias de Severo estavam corretas. Cerca de 10 minutos após o início do voo, contudo, o *Pax* explodiu violentamente, projetando os dois tripulantes para o solo. Severo e Sachet morreram na queda. Os restos do dirigível caíram na avenida du Maine, diante de uma

grande multidão que seguia com interesse a demonstração.

A catástrofe do *Pax* teve um impacto enorme. Natália, que assistiu à queda, não se recuperou e, após retornar ao Brasil, suicidou-se. A configuração proposta por Severo, de um dirigível semirrígido, foi revolucionária e influenciou o desenvolvimento dos dirigíveis nas décadas seguintes.

Henrique Lins de Barros

FONTES: BARROS, H. *Desafio*; FERNANDES, A. *Pioneiro*; *História Geral da Aeronáutica*; RESERVAER. Disponível em: <<http://www.reservaer.com.br/biblioteca/e-book/augusto-severo/>>. Acesso em: 25/1/.2010; TEFFÉ, A. *Brasil*; VIÉGAS, J. *Vencendo* (p. 221).

SILVA JÚNIOR, Antônio Augusto da

* min. Ind. Viação e Obras Públicas 1902.

Antônio Augusto da Silva Júnior nasceu no dia 23 de agosto de 1847 em Salvador, filho de Antônio Augusto da Silva e de Maria Adelaide Martins e Silva. Seu avô, também chamado Antônio Augusto da Silva, foi conselheiro do Império e ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) de 1841 a 1846. Seu pai foi deputado provincial na Bahia em 1846 e 1847 e iniciou carreira na magistratura em 1850. Foi juiz municipal, chefe de polícia no Rio Grande do Norte, Alagoas e Maranhão, desembargador em Belém e no Rio de Janeiro, conselheiro do Império e ministro do STJ de 1889 a 1891, quando foi aposentado por decreto do primeiro governo republicano.

Antônio Augusto terminou os estudos preparatórios no Rio de Janeiro e ingressou em 1864 na Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudou três anos. Em 1868, completou o curso superior e recebeu o grau de bacharel na Faculdade de Direito do Recife. Depois de formado mudou-se para o Maranhão, onde iniciou a carreira profissional. Exerceu o cargo de promotor público em Alcântara até 1871, quando foi nomeado juiz substituto na capital maranhense.

Em 1878 transferiu-se para o Rio de Janeiro e no ano seguinte passou a trabalhar como funcionário graduado do Ministério do Império, pasta à qual estavam ligados o Conselho de Estado e os presidentes das províncias, responsável por várias atribuições, entre as quais o controle dos negócios eclesiásticos, a elaboração de estatísticas, a administração do ensino superior e serviços de saúde no país e a instrução primária e secundária na Corte. De 1884 à queda do regime monárquico, chefiou uma das diretorias do Ministério do Império. Com a proclamação da República e a criação do Ministério do Interior, no lugar do Ministério do Império, foi nomeado diretor-geral da nova pasta, exercendo o cargo até fevereiro de 1891. Em março de 1902, no último ano do governo Campos Sales (1898-1902), assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em substituição ao engenheiro Alfredo Maia. Sua nomeação contou com o apoio do advogado e líder político baiano Severino

Vieira, que deixara o comando do ministério em 1900 para assumir o governo da Bahia. Exerceu o cargo de ministro durante oito meses. Em novembro de 1902, no início do quadriênio Rodrigues Alves, o engenheiro Lauro Müller assumiu seu lugar. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 1929. Foi casado com Ingrácia Bernardes.

Paulo Brandi Cachapuz

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*; CARVALHO, J. *Construção*; GARNER, L. *Justiça* (p. 159-188); LAEMMERT, E. *Almanak* (1851, p.241); NASCIMENTO, W.; FONSECA, J. *Baianos*; QUADROS, J.; ARINOS, A. *História*.

SILVA NETO, Ângelo José da

*dep. fed. AL 1897-1899 e 1901-1906.

Ângelo José da Silva Neto nasceu em Maceió no dia 16 de abril de 1872, filho de José Ângelo da Silva e de Eulália Ângela Meneses da Silva.

De 1894 a março de 1897 trabalhou nos Correios. Nesse último ano elegeu-se deputado federal para a legislatura 1897-1899, na legenda do Partido Republicano de Alagoas. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1897, encerrou o mandato em dezembro de 1899. No curso da legislatura 1900-1902 voltou à Câmara, em 1901, e foi reconduzido nas legislaturas 1903-1905 e 1906-1908.

Foi ainda redator-chefe do jornal *A Tribuna*.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de dezembro de 1906, no pleno exercício do mandato.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

SILVA, Antonino Freire da

*gov. PI 1910-1912; dep. fed. PI 1913-1916; sen. PI 1919-1926 e 1930.

Antonino Freire da Silva nasceu na cidade de Amarante (PI) em 1876, filho de Francisco Rodrigues da Silva e de Carolina Freire da Silva.

Ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1894 e concluiu o curso em 1899. Depois de formado voltou ao estado natal e durante o governo de Álvaro de Assis Osório Mendes foi diretor de obras públicas. Sua gestão caracterizou-se pela construção e reforma de vários prédios públicos. Além dessa atividade, foi professor do Liceu Piauiense e de outras escolas do estado. Também escreveu para vários jornais e revistas como *A Imprensa*, *Habeas Corpus* e *O Nortista*, e fundou o jornal *A Pátria*, ao lado de Miguel Rosa e Abdias da Costa Neves.

Em 1908, quando Anísio Auto de Abreu foi eleito governador do Piauí, foi escolhido vice-governador do estado e acumulou o cargo de diretor de obras públicas. Como a morte do governador em 1909, assumiu o governo do estado Manuel Raimundo da Paz. Em 15 de março de 1910 foi sua vez de assumir o governo, o que fez até ser substituído pelo novo governador Miguel de Paiva Rosa em 1º de julho de 1912. Durante esses dois anos, realizou diversas obras: iniciou o serviço de iluminação de Teresina e a construção do cemitério municipal, criou a Escola Normal, a biblioteca pública, a imprensa oficial, a escola de aprendizes artífices e ampliou o serviço de abastecimento de água da capital.

Em 1913 elegeu-se deputado federal na vaga aberta com a morte do deputado federal João Gayoso. Exerceu o mandato até 1916. Em 1919 foi eleito pela primeira vez senador pelo estado do Piauí, até o ano de 1926. Voltou a ocupar um lugar no Senado em abril de 1930, mas no mesmo ano teve o mandato interrompido com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. No Senado, foi membro da Comissão de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas. Durante seu mandato, também trabalhou, ao lado dos senadores Pires Rebelo, Eurípedes Clementino de Aguiar, Aristides Rocha e Mendes Tavares, na revisão do contrato entre a União e a Companhia de Melhoramentos do Maranhão para a incorporação em suas obras do trecho da estrada de ferro entre as cidades de Petrolina (PE) e Teresina e seus ramais situados em território piauiense.

Faleceu em Teresina em 15 de setembro de 1934.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; GONÇALVES, W. *Grande*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; REGO NETO, H. *Fatos*.

SILVA, Antônio Augusto da

*magistrado; min. STJ 1889-1890; min. STF 1891.

Antônio Augusto da Silva nasceu em Salvador, filho de Antônio Augusto da Silva. Seu pai, bacharel pela Universidade de Coimbra, foi ministro do Superior Tribunal de Justiça do Império.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Olinda em 1844. Iniciou a carreira na magistratura como juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Estância e Santa Luzia, na província de Sergipe, até 1854, quando se transferiu para Narazé. Nomeado juiz de direito em 1857, assumiu suas funções na comarca da Graça, província de Santa Catarina, sendo a seguir designado para a comarca alagoana de Porto Calvo. Entre 1864 e 1866 foi chefe de polícia das províncias do Rio Grande do Norte, Alagoas e Maranhão. De volta às funções judicantes em dezembro de 1869, teve nova designação para a 2ª vara do crime, na capital do Maranhão. Em fevereiro de 1871 foi nomeado juiz de direito da vara da provedoria de capelas e resíduos da mesma capital.

Em novembro de 1875, foi nomeado desembargador da Relação de Belém do Pará. Removido ainda no mesmo ano para a de São Luís do Maranhão, transferiu-se para a Relação da Corte em 1886. Em julho de 1889, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, na vaga decorrente da aposentadoria de José Antônio de Magalhães Castro. Nesse mesmo mês foi agraciado por dom Pedro II com o foro de fidalgo cavaleiro e o título do Conselho.

Após a República, seguiu para o Supremo Tribunal Federal (STF), tribunal constitucional criado em outubro de 1890 nos moldes da Suprema Corte norte-americana. Instalado o novo órgão em fevereiro do ano seguinte, praticamente não atuou, pois foi aposentado em março.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 3 de outubro de 1892.

Seu filho Antônio Augusto da Silva Júnior foi ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas em 1902, último ano do governo de Campos Sales (1898-1902).

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal* ; MELLO FILHO, J. *Notas*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>

SILVA, Antônio Esperidião Gomes da

*dep. fed. MG 1900-1902.

Antônio Esperidião Gomes da Silva nasceu no município de Antanho (MG) por volta da década de 1840.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1868. Sua vida política teve início com a eleição para deputado federal por Minas Gerais. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 24 de maio de 1900 e nela permaneceu até 31 de dezembro de 1902.

Faleceu em Minas Gerais.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); MESQUITA, J. *Gente*; NOGUEIRA, G. *Genealogias Mineiras*. Disponível em: <http://static.icmc.org.br/files/newsletters/Livro_formatado.pdf>. Acesso em: 10/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*.

SILVA, Antônio Martins Ferreira da

* dep.fed. MG 1915-1919.

Antônio Martins Ferreira da Silva nasceu no município do Carmo (MG) no dia 10 de setembro de 1847, filho de Francisco Martins Ferreira da Silva, médico e agricultor, e de Maria Regina Alves da Conceição.

Ingressou em 1863 no Colégio do Caraça, localizado na serra do Espinhaço (MG), no qual ficou até abril de 1864. Foi vereador em Ponte Nova (MG) e deputado provincial nas legislaturas 1886-1887 e 1888-1889. Logo após a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil, em 24 de fevereiro de 1891, participou, como senador estadual, da Assembleia Constituinte de Minas Gerais, tendo sido signatário da Constituição estadual. Exerceu o mandato no Legislativo estadual de 1891 até 1895.

Em 1915 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e foi reeleito para a legislatura 1918-1920. Contudo, permaneceu na Câmara até 1919, quando faleceu em Ponte Nova no dia 15 de abril, no exercício do mandato.

Era casado com Maria Genoveva Martins.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; Árvore net. *Bio. Antônio Martins Ferreira da Silva*. Disponível em: <<http://www.arvore.net.br/trindade/TitMartins.htm>>. Acesso em: 11/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COL. CARAÇA. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraça.com.br>>. Acesso em: 19/4/2010; Familiana. *Genealogias da Zona do Carmo*. Disponível em: <www.familialana.com/GenealogiaLana.doc>. Acesso em: 7/5/2010; Pontenet. *Os tempos do major soares*. Disponível em: <<http://www.pontenet.com.br/pontenova/major.html>>. Acesso em: 6/5/2010; Pontenet. *Período Custódio Silva*. Disponível em: <<http://www.pontenet.com.br/pontenova/politica1.html>>. Acesso em: 9/5/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

SILVA, Antônio Moreira da

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1899 e 1901-1905.

Antônio Moreira da Silva nasceu em Sorocaba (SP) no dia 9 de novembro de 1851, filho de Inácio Moreira da Silva, um dos primeiros hoteleiros da cidade, e de Rosa Maria de Oliveira.

Em 1866, auxiliou no estabelecimento do Gabinete de Leitura Sorocabano, onde foi secretário e bibliotecário. Também em sua cidade natal, fundou no final da década de 1860 o Clube Palestra, associação filantrópica e literária. Maçom, foi fundador e primeiro presidente da Associação do Livre Pensamento e participou das sessões do Recreio Instrutivo de Sorocaba, associação em que se discutiam teses de história, filosofia e política.

Durante parte de sua vida trabalhou como jornalista. Começou a escrever no jornal *Sorocabano*, além de ter sido redator do *Araçoiaba* e do *Ipanema*. Após se estabelecer em Itapetininga, fundou o *Município*, primeiro jornal da cidade, lançado em 15 de junho de 1873, e o *Partido Municipal*, em 1875, ambos de tendência republicana e abolicionista, e ainda *O Corisco*, periódico humorístico. Já em Tatuí, para onde se mudou em 1878, fundou o *Progresso de Tatuí*, primeiro periódico local. Atou também na área da advocacia, mediante aprovação no exame jurídico do Tribunal da Relação de São Paulo e Paraná, o que lhe valeu a habilitação para se tornar advogado prático. Em Tatuí, exerceu as funções de delegado de polícia e de presidente da Intendência Municipal, correspondentes, estas, às do atual prefeito. Participou também de obras filantrópicas ao ajudar na criação do Asilo da Caridade, primeiro estabelecimento hospitalar da Tatuí, em 1885, para o amparo dos portadores do mal de Hansen, e ao estabelecer, junto com outros intelectuais, na cidade de Itapetininga, a Escola do Povo, lecionando gratuitamente para homens livres e escravos.

Após a proclamação da República, foi eleito deputado constituinte por São Paulo em 15 de setembro de 1890. Empossado em 15 de novembro seguinte, com mandato até dezembro de 1893, foi reeleito para a legislatura 1894-1896 pelo 4º distrito. Pelo 1º distrito, foi eleito

para a legislatura 1897-1899, na vaga aberta pela renúncia de Firmiano Moraes Pinto. Em 1901 voltou a ser eleito, agora na vaga de Alfredo Pujol, o mesmo ocorrendo na legislatura 1903-1905.

Faleceu em Curitiba no dia 3 de março de 1920.

Era casado com Maria Leopoldina Moreira da Silva, filha do coronel Antônio Joaquim da Silveira, descendente dos fundadores da cidade de Itapetininga (SP). Teve uma filha.

Publicou discursos, defesas e pareceres.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; Dicionário de ruas. Disponível em: <[http://www.dicionarioderuas.com.br/LOGRA.PHP?TxtNome=RUA ANTONIO MOREIRA DA SILVA&dist=81&txtusuario=&TxtQuery=1](http://www.dicionarioderuas.com.br/LOGRA.PHP?TxtNome=RUA_ANTONIO_MOREIRA_DA_SILVA&dist=81&txtusuario=&TxtQuery=1)>; INST. HIST. GEO. GENAL. SOROCABA. Disponível em: <<http://www.ihggs.org.br/index.php?option=content&task=view&id=260&Itemid=119>>, <<http://www.ihggi.org/genealogia-ana-nunes-vieira-historia.php>>; NOGUEIRA, O. *Contribuição*.

SILVA, Antônio Zacarias Álvares da

* dep. fed. MG 1897-1901.

Antônio Zacarias Álvares da Silva, futuro *barão de Indaiá*, nasceu em Marmelada, hoje Abaeté (MG), em 1821, filho de Joaquim Antônio e de Ana Jacinta.

Formou-se em medicina e foi coronel da Guarda Nacional. Recebeu o título de barão em 19 de julho de 1879. Exerceu o mandato de deputado provincial de 1880 a 1883. Foi presidente da Câmara Municipal de Patos de Minas (MG) entre os anos de 1887 e 1890 e exerceu o mesmo cargo em Dolores de Indaiá (MG) no período de 1891 a 1901. Concomitantemente, foi deputado federal representando Minas Gerais nas legislaturas 1897-1899, 1900-1902 e 1903-1905. Este último mandato não foi concluído em virtude de seu falecimento.

Faleceu em Dolores do Indaiá em 1901. Neste município foram construídas em sua homenagem uma escola e a Santa Casa de Misericórdia.

Era casado com Isabel Ordonez, com quem teve dois filhos.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: BARATA, C.; CUNHA, A. *Dicionário* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CASTRO, J. *Milícia*; Cepesle News. *Delegados dos municípios de Minas Gerais*. Disponível em: < <http://cepesle-news.blogspot.com/2008/04/delegados-de-minas-1893.html>>. Acesso em: 16/5/2010; COL. CARAÇA. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraça.com.br>>. Acesso em: 19/4/2010; PREF. DORES DO INDÁIA. *História*. Disponível em: < <http://www.doresdoindaia.mg.gov.br/web/pagina.php?id=7>>. Acesso em: 16/5/2010; SOROMENHO, C. *Guarda*; VEIGA, J. *Revista*.

SILVA, Artur Napoleão Gomes Pereira da

***dep. fed. GO 1921-1923.**

Artur Napoleão Gomes Pereira da Silva foi eleito deputado federal pelo estado de Goiás em 1921. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse mesmo ano e nela permaneceu até dezembro de 1923, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros.*

SILVA, Artur

*dep. fed. RS 1924-1926.

Artur Caetano da Silva nasceu em Dom Pedrito (RS) no dia 28 de janeiro de 1886.

Bacharelou-se em Direito.

Em 1921 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul na legenda do Partido Federalista, agremiação, fundada em 31 de março de 1892 em Bajé (RS), de oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) liderado por Júlio de Castilhos. Assumiu nesse mesmo ano sua cadeira na Assembleia Legislativa gaúcha, na qual permaneceria até 1924.

Participou da Revolução de 1923, guerra civil que opôs no Rio Grande do Sul os republicanos liderados pelo então presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros (1916-1928) aos federalistas liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, os quais, denunciando fraude, rebelaram-se contra mais uma reeleição de Borges de Medeiros para o quinto mandato como presidente do estado. A luta se estendeu de janeiro a novembro de 1923 e foi encerrada com o Pacto de Pedras Altas, assinado por Assis Brasil e Borges de Medeiros, que determinou a permanência de Borges no governo, mas vedou nova reeleição.

Durante o conflito, foi um dos expoentes do Partido Federalista e liderou as forças de oposição de Passo Fundo (RS) e Carazinho (RS), tendo solicitado ao presidente Artur Bernardes (1922-1926) a intervenção no Rio Grande do Sul, oferecendo um exército de 4 mil revolucionários para a deposição de Borges de Medeiros.

Após o conflito, no ano seguinte foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Federalista. Assumiu, em 1º de julho de 1924, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na qual permaneceu até o final da legislatura, em dezembro de 1926. Durante o mandato, aderiu à Aliança Libertadora (AL), movimento iniciado em 15 de janeiro de 1924, que reuniu as oposições gaúchas – representadas por federalistas, democráticos e republicanos dissidentes – sob a liderança de Assis Brasil que continuaram contrárias a Borges de Medeiros e ao PRR. Formada ao mesmo tempo por presidencialistas e parlamentaristas, a AL tinha por fim “propugnar os princípios de liberdade política, baseados no sistema representativo e, especialmente, combater nas eleições federais, estaduais e municipais a situação imperante neste estado”.

Após a Revolução de 1930, Artur Silva aderiu ao Partido Republicano Liberal Rio-Grandense (PRL), partido político gaúcho fundado em 15 de novembro de 1932 pelo interventor José Antônio Flores da Cunha (1930-1934), com o apoio de Getúlio Vargas e de Osvaldo Aranha. Na legenda do PRL candidatou-se a deputado federal no processo de reconstitucionalização de 1933, mas não foi eleito.

No campo jornalístico, foi redator do *Correio Paulistano*.
Faleceu no Rio de Janeiro.

Publicou *O convênio de Montevideú: debates no Congresso* (1925) e *O povo contra a tirania – discurso parlamentar* (1925).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MARTINS, A. *Escritores*; MELO, L. *Subsídios*.

SILVA, Augusto Carlos de Sousa e

* dep. fed. RJ 1915-1917.

Augusto Carlos de Sousa e Silva nasceu no Rio de Janeiro.

Sua vida política teve início com sua eleição para deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1915. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em 8 de junho e exerceu o mandato até o fim da legislatura, em 31 de dezembro de 1917.

Também foi um dos fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do estado do Rio de Janeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro.

Publicou o livro intitulado *O almirante Saldanha e a Revolta da Armada* (1936).

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Fundadores do IGHM. Disponível em:

<http://www.ighmb.org/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=75>. Acesso em: 22/12/ 2010.

SILVA, Augusto César da

*militar; pres. SE 1890.

Augusto César da Silva nasceu na cidade de São Cristóvão, então capital de Sergipe, em 17 de dezembro de 1833, filho de Manuel da Silva Rosa e de Constância Cândida da Silva Rosa.

Ingressou na Armada em 1855, como piloto do patacho *Teresa*. Promovido a segundo-tenente em 1863, serviu em 1864 na Divisão Naval do Rio da Prata. Em 1867 tornou-se primeiro-tenente, e nos anos seguintes respondeu por diversas funções comissionadas. Serviu como comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe (1871-1875), ajudante do capitão do porto de Pernambuco (1876), comandante da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio Grande do Norte (1877) e ajudante da capitania do porto do Pará (1878). Promovido a capitão-tenente em 1879 e a capitão de fragata em 1890, foi capitão interino (1879-1880) e depois capitão do porto de Sergipe (1882-1887), inspetor interino do Arsenal de Marinha do Pará (1887-1888), ajudante de inspeção do Arsenal de Marinha da Bahia (1888) e capitão do porto do Espírito Santo (1888-1889).

Novamente responsável pela capitania do porto de Aracaju em 1890, em 21 de maio desse ano foi nomeado pelo governo provisório da República vice-presidente de Sergipe, na gestão de Felisbello Freire. Com a saída deste último, demitido pelo presidente Deodoro da Fonseca, assumiu o governo estadual entre 17 de agosto e 4 de novembro de 1890. Seu sucessor foi Lourenço Freire de Mesquita Dantas.

Após a passagem pelo governo de Sergipe, retomou suas atividades na Marinha. Foi vice-inspetor do Arsenal de Marinha da Bahia e, posteriormente, diretor-gerente da Companhia Baiana de Navegação Costeira. Promovido a capitão de mar e guerra em 1894, foi reformado um ano depois.

Recebeu a condecoração de cavaleiro da Ordem da Rosa, a medalha de bronze da Campanha do Paraguai e a medalha de prata da República Argentina, relativa à mesma campanha.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 18 de outubro de 1918.

Sérgio Montalvão

FONTE: GUARANÁ, M. *Dicionário*.

SILVA, Augusto César da

*militar; pres. SE 1890.

Augusto César da Silva nasceu em São Cristóvão (SE) no dia 17 de dezembro de 1833, filho de Manuel da Silva Rosa e de Constância Cândida da Silva Rosa. Seu irmão, Manuel da Silva Rosa Júnior, foi senador pelo estado de Sergipe de 1890 a 1900.

Ingressou na Marinha, como piloto da Armada, em 1855 e foi promovido ao posto de segundo tenente em 1863. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), combateu no rio da Prata, foi promovido a primeiro tenente e condecorado com a Ordem da Rosa, com a medalha de bronze da campanha e com a medalha de prata oferecida pela Argentina. Após o conflito, comandou a companhia de aprendizes marinheiros de Sergipe de 1871 a 1875, serviu como ajudante do capitão no porto de Pernambuco em 1876, foi comandante da companhia de aprendizes marinheiros do Rio Grande do Norte em 1877, ajudante da companhia dos portos do Pará em 1878 e capitão do porto de Sergipe de 1879 a 1887, onde chegou ao posto de capitão. Ainda em 1887 tornou-se inspetor do Arsenal de Marinha do Pará e em 1888 assumiu o mesmo cargo na Bahia, mas foi exonerado por ter sido nomeado capitão do porto do Espírito Santo.

Após a proclamação da República (15/11/1889), assumiu, em dezembro de 1889, a capitania do porto de Sergipe, onde chegou a capitão de fragata em janeiro de 1890. Logo depois, reformou-se da Marinha e foi nomeado, em maio desse mesmo ano, vice-presidente de Sergipe, por decreto do presidente marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Assumiu a presidência do estado em 17 de agosto de 1890, em substituição a Felisbelo Freire (1889-1890). Chegou ao poder ajudado por seu irmão, Manuel da Silva Rosa Júnior. Depois se desentendeu com Felisbelo Freire, diante da recusa deste de apoiá-lo para uma vaga ao Senado na chapa governista na eleição federal. Rosa Júnior, assim, pleiteou junto a Deodoro a demissão de Felisbelo Freire e a nomeação de Augusto César da Silva. Permaneceu à frente do Executivo sergipano até 4 de novembro de 1890, quando foi substituído pelo terceiro vice-governador, Lourenço Freire de Mesquita Dantas.

Após seu curto governo, tornou-se vice-inspetor do Arsenal da Bahia e ainda ocupou o posto de diretor-gerente da Companhia Baiana de Navegação Costeira.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 18 de outubro de 1918.

Publicou: *Relatório com que o governador deste estado passou, no dia 4 de novembro de 1890, a administração do mesmo estado ao Exmo. Sr. Dr. Lourenço Freire de Mesquita.* (1890).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; SOUZA, T. *Impasses*.

SILVA, Augusto Clementino da

* dep. fed. MG 1897-1899.

Augusto Clementino da Silva nasceu na cidade do Serro (MG) no dia 18 de julho de 1861, filho de Dario Clementino da Silva e de Augusta Ferreira.

Ingressou em 1872 no Colégio do Caraça, localizado na serra do Espinhaço (MG), e lá permaneceu até 1875. Coursou depois a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, graduando-se em 12 de dezembro de 1884 com a tese intitulada “Sangue de plasma lactescente nas urinas”, que versava sobre a possibilidade de se diagnosticar e tratar paralisias de origem bulbar.

Foi deputado estadual em Minas Gerais entre os anos de 1891 e 1897, e participou assim da Constituinte mineira, na qual foi um dos líderes da campanha pela transferência da capital do estado, até então sediada em Ouro Preto. A polêmica envolvia a disputa entre Juiz de Fora e Ouro Preto. A imprensa juizforana e seus representantes políticos alegavam ser sua região a mais desenvolvida de Minas Gerais, econômica e culturalmente. Ouro Preto se defendia e ao mesmo tempo ameaçava uma luta armada contra Juiz de Fora, que, por sua vez, declarava que se tal fato ocorresse se separaria de Minas Gerais e se juntaria ao Rio de Janeiro ou ao Espírito Santo. Tentando mediar o conflito, um grupo sugeriu a criação de uma nova cidade: Belo Horizonte. Augusto Clementino deu o voto que desempatou o pleito e concedeu o título de capital a Belo Horizonte.

Em 1897 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Exerceu o mandato na legislatura 1897-1899 e em seguida passou a clinicar na sua cidade natal.

Foi também fazendeiro, intendente do Serro e membro do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais.

Faleceu na cidade do Serro (MG) no dia 19 de setembro de 1952.

O antigo povoado de Mato Grosso (MG), após sua elevação à categoria de distrito, por meio de um acordo entre as prefeituras de Alvorada (MG) e Serro (MG), passou a ser chamado de vila Deputado Augusto Clementino em homenagem ao médico serrano.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; ARQ. PUB. MINEIRO. *Tese*. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo>> Acesso em: 4/6/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COL. CARAÇA. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraça.com.br>>. Acesso em: 19/4/2010; Eleições Pós 1945. Disponível em: <http://www.eleicoespos1945.com/presidenciais_1894.html>. Acesso em: 4/6/2010; Family Tree Maker's. Disponível em: <<http://familytreemaker.genealogy.com/users/f/e/r/Roberta-R-Ferreira-da-silva-1/COLMA4-0004.html>>. Acesso em: 4/6/2010; Flogão. *Augusto Clementino da Silva*. Disponível em: <<http://flogao.com.br/serromg/106258133>>. Acesso em: 8/6/2010; Geneaminas. *Genealogia mineira*. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?codPessoa=12403>>. Acesso em: 4/6/2010; IGLESIAS, F. *Constituinte*; PREF. MUN. SERRO. Vila Deputado Augusto Clementino. Disponível em: <<http://www.serro.tur.br/distritos.php>>. Acesso em: 4/6/2010; RESENDE, M. *Uma interpretação*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista* (p.48-53); VISCARDI, C. *Capital*; Wikipédia. Distrito Deputado Augusto Clementino. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Distrito_Deputado_Augusto_Clementino>. Acesso em: 4/6/2010.

SILVA, Augusto Frutuoso Monteiro da
*militar; junta gov. MA 1889.

Augusto Frutuoso Monteiro da Silva era tenente do Exército quando integrou a junta governativa que assumiu o poder no Maranhão logo após a proclamação da República pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889. A junta governou o estado de 18 de novembro a 17 de dezembro seguinte. Era composta ainda pelo tenente-coronel João Luís Tavares, que a presidiu, pelo capitão-tenente Cândido Floriano da Costa Barreto, pelo capitão João Lourenço da Silva Milanez, pelo tenente-coronel Francisco Xavier de Carvalho, e pelos civis José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte. Foi substituída pelo governador nomeado Pedro Augusto Tavares Júnior.

Alan Carneiro

FONTE: Culturatura. Disponível em:
<<http://www.culturatura.com.br/estados/ma/governos.htm>>. Acesso em: 3/10/2008.

SILVA, Bartolomeu Sousa e

*jornalista; dep. PR 1918-1920.

Luís Bartolomeu de Sousa e Silva nasceu em Rio Preto (MG) no dia 3 de outubro de 1864.

Cursou a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e participou do Batalhão de Jovens Republicanos, sendo promovido a alferes e transferido para o Paraná logo após a proclamação da República. Nos primeiros anos de 1900 afastou-se das forças armadas e retornou ao Rio de Janeiro. Na então capital federal desenvolveu intensa atividade na imprensa, trabalhando na redação do jornal *O País* e atuando como diretor de *O Malho*, *Ilustração Brasileira* e *O Tempo*. Em outubro de 1905 lançou a revista *Tico Tico*, primeiro periódico brasileiro em quadrinhos dedicado ao público infanto-juvenil. No ano seguinte fundou o *Almanaque do Tico Tico*.

Exerceu um único mandato político, como deputado federal pelo Paraná, entre os anos de 1918 e 1920. Durante sua gestão, promoveu campanha pela jornada de oito horas de trabalho para os comerciários e propôs a criação de uma ponte que ligasse as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, a construção de um Mercado Modelo no Rio e a instalação de armazéns frigoríficos no Cais do Porto carioca.

Durante sua trajetória profissional atuou também como secretário de Governo do Estado do Paraná.

Faleceu em 25 de julho de 1932.

Era casado com Maria Eugênia Sanchez Dias. Sua filha Hermínia Bartolomeu de Sousa e Silva casou-se com Lindolfo Collor, que posteriormente assumiu a direção do jornal *A Tribuna*, pertencente ao sogro, e foi ministro do Trabalho de 1930 a 1932, no primeiro governo de Getúlio Vargas.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 24-25); CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 13/6/2010; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 13/6/2010.

SILVA, Carlos Marcelino da

*dep. fed. AM 1897-1902.

Carlos Marcelino da Silva nasceu em Manaus no dia 4 de abril de 1859, filho de Mariano Sabino da Silva e de Marcolina Batista da Silva. Seu pai foi comandante de um presídio militar no Império.

Após fazer seus primeiros estudos em Manaus, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e se matriculou na Escola Militar da Praia Vermelha, da qual foi posteriormente desligado, obtendo baixa do serviço militar. De volta ao Norte do país, foi aprovado em concurso para a Repartição dos Correios e Telégrafos de Belém do Pará, lá chegando a contador. Exerceu depois o cargo de guarda-mor da Alfândega daquela cidade. Em 1883 casou-se em Belém com Heliodora Ferreira da Silva, com quem teria dez filhos. Após a proclamação da República (15/11/1889), ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Federal (PRF), cujo chefe no Amazonas era Eduardo Ribeiro, que havia sido seu colega na Escola Militar. Em 1890 foi eleito deputado estadual no Amazonas e participou da Assembleia Constituinte do estado em 1891. Seis anos depois foi eleito deputado federal pelo Amazonas. Em maio de 1897 assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi reeleito para a legislatura seguinte. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1902, quando se encerrou o seu mandato. No ano seguinte voltou a se candidatar a deputado federal, mas não foi eleito. Sua derrota é creditada à divergência que teve com Silvério Nery, então governador do Amazonas (1900-1903), quanto à condução do processo eleitoral no estado, fato que o levou a contestar o resultado.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 2 de junho de 1904.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CASA CIVIL AM. Disponível em: <http://www.casacivil.am.gov.br/imp_gov.php>. Acesso em: 19/11/2010, 7/12/2010.

SILVA, Coriolano de Carvalho e

*militar; gov. PI 1892-1896.

José Coriolano de Carvalho e Silva nasceu em Barras (PI) em 23 de maio de 1857, filho de Francisco Luís Pereira de Carvalho e Silva e de Maria Leopoldina de Moraes Carvalho e Silva.

Ingressou no Exército em 1874 como praça e logo depois seguiu para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde ingressou na Escola Militar. Em 1883 tornou-se alferes-aluno, em 1886 segundo-tenente, em 1889 primeiro-tenente e em 1890 capitão.

Em 15 de novembro de 1889, quando da proclamação da República, fez parte da tropa que ocupou o largo da Aclamação, no Rio de Janeiro. Apoiou e foi aliado do marechal Floriano Peixoto, eleito vice-presidente da República pela Assembleia Nacional Constituinte em 25 de fevereiro de 1891. Com a chegada de Floriano à presidência da República em 23 de novembro seguinte, Gabriel Luís Ferreira, então governador do Piauí, foi deposto do cargo em 21 de dezembro e substituído por uma junta composta pelo tenente-coronel João Domingos Ramos, Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes. Essa junta ficou no poder até o dia 29 do mesmo mês, quando João Domingos Ramos assumiu sozinho o governo até que fosse nomeado um novo governador.

Nomeado por Floriano governador do Piauí, Coriolano de Carvalho e Silva tomou posse em 11 de fevereiro de 1892 e logo sofreu fortes ataques da imprensa local. Suas primeiras medidas foram o fechamento da Assembleia Legislativa e a substituição dos detentores de cargos administrativos. Em seu governo foi elaborada a segunda Constituição estadual piauiense, promulgada em 13 de junho de 1892. A mesma Assembleia Constituinte o confirmou no posto de governador para o período de 1892 a 1896. Em sua administração reformou o Liceu Piauiense, que passou a lecionar alemão, ciências físicas e naturais e história natural, construiu estradas ligando as cidades de Valença, Picos e Jaicós, e reformou outras na cidade de São Raimundo Nonato. Também se destacaram durante sua gestão a conclusão da construção do Teatro 4 de Setembro e a criação da junta comercial do estado.

Após transmitir o governo, em 1º de julho de 1896, a Raimundo Artur de Vasconcelos,

voltou à vida política em 1902 como intendente de Manaus. Em 1911 concorreu ao governo do Piauí e não foi eleito.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 9 de março de 1926, no posto de coronel.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CHAVES, J. *Apontamentos*; REGO NETO, H. *Fatos*.

SILVA, Costa e

*militar; rev. 1922; rev. 1930; comte. IV Ex. 1961-1962; ch. Depto. Ger. Pess. Ex. 1962-1963; ch. Depto. Prod. Obras Ex. 1963-1964; min. Guerra 1964-1966; pres. Rep. 1967-1969.

Artur da Costa e Silva nasceu em Taquari (RS) no dia 3 de outubro de 1899, filho de Aleixo Rocha da Silva — comerciante e um dos fundadores, em 1886, do Clube Republicano de sua cidade — e de Almerinda Mesquita da Costa e Silva, ambos portugueses. Ao ingressar no Exército, Costa e Silva declarou ter nascido em 1902, ano que adotou a partir de então como de seu nascimento. Seu tio, Adroaldo Mesquita da Costa, foi constituinte em 1934 e em 1946, ministro da Justiça de 1947 a 1950 e deputado federal de 1950 a 1955.

Fez seus primeiros estudos na própria casa e, depois, na escola da professora Ana Silva Job, em sua cidade natal. Matriculou-se em 1912 no Colégio Militar de Porto Alegre, fundado nesse ano, e em 1917 concluiu o curso secundário como primeiro da turma, comandando o batalhão escolar na condição de capitão-aluno. Sentou praça em março de 1918 na 1ª Companhia de Estabelecimento, ingressando a seguir na Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Declarado aspirante-a-oficial da arma de infantaria em janeiro de 1921, foi designado para o 1º Regimento de Infantaria (1º RI) na Vila Militar do Rio de Janeiro e promovido dois meses depois a segundo-tenente.

Em 1922 envolveu-se no levante deflagrado no dia 5 de julho, simultaneamente no Rio de Janeiro e em Mato Grosso, em protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. Por ter-se recusado a acompanhar seu regimento na repressão aos insurretos da Escola Militar, foi detido e transferido para o navio-presídio Alfenas, onde permaneceria por três meses. Durante esse período ficou noivo de Iolanda Barbosa, filha do general Severo Barbosa, seu professor na Escola Militar, e com quem se casaria em 1925. O movimento rebelde, que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, foi debelado no mesmo dia, tendo envolvido no Rio, além da Escola Militar, efetivos da Vila Militar e o forte de Copacabana, e, em Mato Grosso, o contingente local do Exército.

Promovido a primeiro-tenente em outubro de 1922, Costa e Silva servia no 7º RI,

em Santa Maria (RS), quando foi convocado a comparecer ao Rio de Janeiro para responder ao inquérito por envolvimento no levante da Vila Militar. Enquanto aguardava, em liberdade mas desligado do Exército, o resultado do processo, residiu numa pensão no Rio de Janeiro com o então tenente Juarez Távora e, para sobreviver, escreveu nessa época, sob o pseudônimo de Raul D'Alva, para o jornal O Imparcial. Manteve também no Taquariense uma coluna intitulada “Coisas do Rio”, ministrando além disso aulas particulares para alunos da Escola Militar.

Imprunciado pela Justiça Militar, Costa e Silva retornou ao 7º RI. Servia ainda nessa unidade quando, em 5 de julho de 1924, foi deflagrado novo movimento tenentista, dessa vez em São Paulo, sob o comando do general Isidoro Dias Lopes. O levante encontrou simpatizantes no Rio Grande do Sul e Costa e Silva, juntamente com o então tenente Osvaldo Cordeiro de Farias, tentou convencer os soldados do 8º RI, de Cruz Alta (RS), a não aceitar a missão de reforçar os contingentes legalistas que cercavam os revolucionários na cidade de São Paulo. Assim, quando o comboio passou por Santa Maria, os dois tenentes improvisaram um comício, concitando os soldados à rebelião, mas foram dominados e detidos. Em São Paulo, depois que os revolucionários controlaram a capital durante três semanas, foram obrigados a abandoná-la. Rumaram então para o oeste do Paraná, onde planejavam fazer a junção com os insurretos gaúchos que, afinal, se levantaram em outubro. Segundo Nélson Dimas Filho, Costa e Silva pretendia se incorporar em dezembro de 1924 às forças rebeldes estacionadas em São Luís Gonzaga (RS), sob a liderança de Luís Carlos Prestes, mas foi acometido de grave crise de apendicite que se prolongaria até ser operado, em abril de 1925. Nesse mesmo mês, os contingentes paulistas e gaúchos uniram-se em Foz do Iguaçu (PR) formando a Coluna Prestes.

Em 1924 e 1925 Costa e Silva serviu como inspetor do Tiro de Guerra na 3ª Região Militar (3ª RM), em Porto Alegre, sendo depois transferido para o 10º RI, em Juiz de Fora (MG), onde permaneceu até 1926. Em dezembro desse ano, foi incorporado ao 8º Batalhão de Caçadores (8º BC), localizado em São Leopoldo (RS), atuando em operações de guerra até janeiro de 1927, pois o 8º BC fora mobilizado para deter os exilados no Uruguai e na Argentina, alguns deles remanescentes da Coluna Prestes, que vinham tentando se rearticular e reiniciar as hostilidades através da fronteira do Rio Grande do Sul.

Retornando ao Rio de Janeiro, serviu na 1ª Circunscrição de Recrutamento de 1929

a 1930. Em abril deste último ano iniciou o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), que concluiu no dia 1º de outubro. Dois dias depois, foi deflagrado o movimento revolucionário desencadeado pela Aliança Liberal no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Na noite de 2 de outubro, informado da iminência da eclosão do levante, Costa e Silva buscou contato com o 3º RI, na praia Vermelha, onde tanto o comandante, coronel Alfredo Soares dos Santos, como a imensa maioria da oficialidade estavam comprometidos com a causa da revolução. A unidade, entretanto, só viria a tomar uma posição no dia 24, quando os generais Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto, juntamente com o almirante Isaías de Noronha, decidiram afastar o presidente Washington Luís e constituir uma junta militar. Nesse dia Costa e Silva, conduzindo a bandeira nacional, seguiu com o 3º RI em missão de ocupação do palácio Guanabara, onde se encontravam o presidente deposto e alguns de seus ministros.

Esses acontecimentos impediram que na época Costa e Silva usufruísse do prêmio a que fizera jus — uma viagem a França para complementar os estudos — por ter-se classificado em primeiro lugar no curso da EsAO. Instalado o novo governo, recusou convites para cargos públicos, inclusive um para assumir a interventoria federal no Maranhão, que, segundo Nélson Dimas Filho, lhe foi oferecida por Osvaldo Aranha, ministro da Justiça.

Promovido a capitão em agosto de 1931, foi destacado para a Vila Militar, servindo numa companhia de metralhadoras do 1º RI. Em julho de 1932, deflagrada a Revolução Constitucionalista de São Paulo, sua unidade foi enviada para Pinheiro, no vale do Paraíba onde se concentrava, sob o comando do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, o grosso dos contingentes mobilizados pelo governo federal. Costa e Silva esteve em Itatiaia (RJ), Engenheiro Passos (RJ), Queluz (SP), Cruzeiro (SP), e Lorena (SP), e foi quem construiu a base de fogo da fazenda das Palmeiras, que serviu de apoio à ofensiva governista contra os redutos paulistas na área, abrindo caminho para a tomada de Campinas (SP). Terminando o conflito em outubro de 1932, voltou à Vila Militar do Rio de Janeiro, servindo na Escola de Infantaria até março de 1935, quando foi transferido para o 11º RI, em São João del Rei (MG). Em 1936, iniciou o curso da Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, que concluiria em 1938. Nesse ínterim foi promovido a major, por merecimento, em maio de 1937. Em 1938, já sob o regime do Estado Novo, instaurado em 10 de novembro do ano

anterior, serviu no gabinete do chefe do Estado-Maior do Exército (EME), general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, e novamente no 7º RI.

De volta ao Distrito Federal em junho de 1940, Costa e Silva exerceu a função de instrutor-adjunto de tática geral na Escola do Estado-Maior do Exército, assumindo em fevereiro de 1941 a direção da Escola de Motomecanização. Em abril do ano seguinte, passou a integrar, como representante dessa instituição, a comissão constituída para elaborar o Plano de Motomecanização do Exército e, em maio, foi promovido por merecimento, a tenente-coronel. Quando o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo em agosto de 1942, coube-lhe a tarefa de organizar a unidade blindada que iria combater na Europa, e para atualizar-se em suas técnicas, viajou aos Estados Unidos, onde estagiou de janeiro a junho de 1944 em Fort Knox. Em dezembro desse mesmo ano foi elevado à patente de coronel, por merecimento. Depois da deposição de Vargas (29/10/1945), Costa e Silva foi nomeado em fevereiro de 1946, ao início do governo Dutra, comandante do 9º RI, em Pelotas (RS). Exerceu esse cargo até dezembro de 1948, quando foi designado chefe do estado-maior da 3ª RM sediada em Porto Alegre. Aí permaneceu até dezembro de 1949 e, de janeiro do ano seguinte a maio de 1952, serviu como adido militar junto à embaixada do Brasil na Argentina. Foi promovido a general-de-brigada em agosto de 1952, assumindo no mês seguinte o comando do Núcleo da Divisão Blindada, no Rio de Janeiro. Exerceu essa função até abril de 1954, quando foi designado para comandar a 2ª Brigada de Infantaria em Caçapava (SP).

Encontrava-se ainda no comando dessa unidade quando o ministro da Guerra demissionário, general Henrique Teixeira Lott, deflagrou em 11 de novembro de 1955 um movimento destinado a assegurar a posse na presidência e vice-presidência da República de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos em 3 de outubro daquele ano. Interpelado sobre sua posição diante dos acontecimentos pelo general Olímpio Falconière da Cunha, que estava a caminho da capital paulista para assumir, por ordem de Lott, o comando da Zona Militar Centro, Costa e Silva manifestou-se a favor da resolução de Lott, pela posse dos eleitos e pela sustentação das normas disciplinares. Foram suas tropas que, cumprindo ordens de Falconière, desmontaram em Cumbica (SP) uma tentativa de resistência por parte de um contingente da Força Aérea Brasileira (FAB), sob o comando do brigadeiro Antônio Guedes Muniz, solidário com o governo de Carlos Luz, deposto por Lott.

Ainda em novembro de 1955, assumiu interinamente o comando da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI), exercendo-o durante dois meses. Foi então nomeado diretor de Motomecanização do Exército, cargo que ocupou até janeiro de 1957. Designado comandante da 3ª RM em março desse ano, foi promovido a general-de-divisão em abril de 1958 e, em fevereiro do ano seguinte, reassumiu o comando da 2ª DI, que exerceu até julho de 1961. Um mês depois foi nomeado comandante do IV Exército, sediado em Recife, e em novembro foi promovido a general-de-exército. Na jurisdição do seu comando enfrentou um período de intensa crise política e social, onde os estudantes se destacavam em campanhas de oposição ao presidente Jânio Quadros, que cumpria os últimos dias de seu efêmero governo. Costa e Silva reprimiu essas manifestações com rigor, chegando, para impedir a realização de uma passeata dos alunos da Faculdade de Direito, a armar um dispositivo com base em tanques de guerra distribuídos em torno do local previsto para o ato público, que acabou não se realizando. Renunciando em 25 de agosto de 1961, Jânio foi substituído no governo pelo vice-presidente João Goulart. Em abril de 1962 Costa e Silva proibiu também uma manifestação na Paraíba em repúdio ao assassinato do presidente da Liga Camponesa de Sapé, João Pedro Teixeira. Alguns dias depois viajou ao Rio de Janeiro, especialmente para entregar ao ministro da Guerra, general Amauri Kruel, um relatório denunciando a agitação política que, no seu entender, as forças de esquerda promoviam no Nordeste.

Em outubro de 1962, foi transferido para a chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército, no Rio de Janeiro, retornando os contatos com antigos companheiros, como os generais Olímpio Mourão Filho, Osvaldo Cordeiro de Farias, Néelson de Melo, Odílio Denis e Humberto Castelo Branco, que vinham-se articulando para depor o presidente Goulart. Quando, em maio de 1963, o general Antônio Carlos da Silva Murici foi criticado publicamente pelo deputado federal Leonel Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e cunhado do presidente da República, Costa e Silva enviou a Murici um telegrama de solidariedade. Essa atitude, considerada hostil ao chefe do Executivo, resultou na sua transferência para a chefia do Departamento de Produção e Obras em agosto de 1963.

A animosidade militar contra Goulart, acusado de conivência com guerras e agitações sociais, que os quartéis viam como resultado de infiltração comunista, aumentou com as manifestações políticas que os suboficiais e sargentos começaram a realizar. Boa

parte da oficialidade considerava que elas eram inspiradas pelo próprio governo, que teria o intuito de subverter a hierarquia militar.

No antigo Ministério da Guerra, no Rio, onde funcionava o seu departamento, Costa e Silva pôde manter contatos diários com o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército (EME), juntamente com outros oficiais de alta patente, a fim de formar um pólo conspirativo no então estado da Guanabara. Embora sem uma coordenação mais precisa, amadureciam em outros estados articulações semelhantes, unindo militares e civis. Em fevereiro de 1964, estando em férias, Costa e Silva viajou a São Paulo, incumbido de aproximar o governador Ademar de Barros, também envolvido na conspiração, do novo comandante do II Exército, general Amauri Kruel, o que garantiria a adesão de expressivas forças políticas e da guarnição militar paulista ao plano de deposição de João Goulart.

Na segunda quinzena de março, Costa e Silva reuniu-se no Rio de Janeiro com os generais Castelo Branco e Cordeiro de Farias, quando foi feito um balanço da situação nos quartéis de todo o país, foram revistos os códigos que seriam utilizados pelos insurretos e divididas as tarefas. A Cordeiro de Farias coube a coordenação, a partir de São Paulo, da região Sul do país, a Castelo Branco, as articulações com o governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, e a Costa e Silva, a coordenação da região em torno do Rio de Janeiro.

Na madrugada do dia 31 de março o general Mourão Filho, comandante da 4ª RM, sediada em Juiz de Fora (MG), iniciou a movimentação de tropas em direção ao Rio de Janeiro. Informado de que a sublevação se iniciara, Costa e Silva passou a emitir ordens para os oficiais de ligação junto às unidades do estado da Guanabara e, ainda no dia 31, assinou, juntamente com os generais Castelo Branco e Décio Palmeiro Escobar, um manifesto conclamando todos os militares das diversas forças a se unirem na luta contra o governo. Alguns comandantes do Exército ensaiaram atitudes de resistência, mas a maioria da oficialidade era favorável ao movimento rebelde.

Enquanto a situação militar não se definia no Rio, Costa e Silva transferiu seu quartel-general da sede do antigo Ministério da Guerra para uma residência particular em Botafogo. De lá comunicou-se por telefone com o general Emílio Garrastazu Médici, comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, dando conta de que por ali deveriam passar as tropas do general Amauri Kruel, comandante do II Exército, que aderira ao

movimento. Médici respondeu-lhe que a academia estava pronta para marchar ao lado dos revoltosos e que já havia obtido a adesão do Batalhão de Infantaria Blindada, sediado em Barra Mansa (RJ).

Às 14 horas do dia 1º de abril, Costa e Silva telefonou para o general Armando de Moraes Âncora, então no comando do I Exército e no exercício interino do Ministério da Guerra, fazendo um relato da situação e insistindo para que ele desistisse de qualquer tentativa de resistência. Na noite desse mesmo dia, depois de uma reunião entre os dois generais efetuada na sede do I Exército, Costa e Silva expediu uma notificação a todos os comandos militares informando-os que “dada a situação de fato criada com os últimos acontecimentos..., em virtude de ser o membro do Alto Comando mais antigo”, assumia o comando do Exército. Âncora deixou então o cargo de ministro interino da Guerra, dando por encerrada a ação do sistema defensivo do governo. Também na noite do dia 1º, Goulart deixou Brasília com destino a Porto Alegre. Na madrugada do dia 2 o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a presidência da República, mas o poder de fato ficou nas mãos do Comando Supremo da Revolução, formado pelos três ministros militares: Costa e Silva, o almirante Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco Correia de Melo.

Iniciaram-se então uma série de reuniões no Rio de Janeiro, onde os líderes civis do movimento — entre eles os governadores Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Carlos Lacerda (este da Guanabara) — tiveram importante participação. Durante as discussões, Costa e Silva defendeu o adiamento da eleição do novo presidente e manifestou-se favorável à manutenção por mais algum tempo do Comando Supremo da Revolução. Ainda que o nome de Costa e Silva fosse apontado por alguns como alternativa para a presidência, no Alto Comando o general Castelo Branco, apoiado também pelos clubes Militar e Naval, surgia como a opção mais provável. Costa e Silva não desejava a candidatura de Castelo, mas apresentava suas objeções apoiadas no argumento de que a indicação de qualquer militar só serviria para comprometer a unidade das forças armadas. Como era também contra qualquer tipo de eleição naquele momento, preferia a continuação de Mazzilli. Ao final, entretanto, cedeu, acatando o nome de Castelo. No dia 4 de abril, foi empossado oficialmente no Ministério da Guerra.

No dia 9 Costa e Silva presidiu uma reunião do Comando Supremo da Revolução da

qual resultou um ato institucional — que, mais tarde, com a edição de outros similares, ficaria conhecido como AI-1. Esse ato determinava a eleição por via indireta do presidente e do vice-presidente da República dois dias depois e outorgava ao chefe do Executivo, entre outras atribuições, a competência para decretar o estado de sítio, cassar mandatos eletivos e suspender por dez anos direitos políticos, e ainda obter aprovação para seus projetos por decurso de prazo na hipótese de não serem apreciadas pelo Poder Legislativo no prazo de 60 dias.

Com base no AI-1, no dia 11 de abril, o Congresso elegeu Castelo Branco e o deputado José Maria Alkmin, respectivamente, presidente e vice-presidente da República, com mandato até 31 de janeiro de 1966. Reorganizado o ministério, apenas Costa e Silva foi mantido em sua pasta, passando a chefia do Departamento de Produção e Obras para o general Raul de Albuquerque.

No Ministério da Guerra

Costa e Silva respondeu pelo Ministério da Guerra numa conjuntura em que o cargo, por força da situação excepcional criada com a deposição de um presidente constitucionalmente empossado, assumiu dimensões particularmente políticas. Os novos dirigentes do país se empenharam, desde logo, em apurar as responsabilidades por atos considerados de subversão e corrupção e, com esse fim, instauraram em todo o país inquéritos policial-militares (IPMs), entregues, na sua maioria, a coronéis caracterizados como integrantes da chamada “linha dura” do novo regime. As investigações resultaram na cassação de mandatos parlamentares e de direitos políticos, bem como na prisão de muitos dos indiciados.

Nesse clima político reforçara-se o controle sobre as antigas lideranças, como Juscelino Kubitschek. De acordo com Jaime Portela, Costa e Silva teve um papel decisivo na cassação dos direitos políticos do ex-presidente e então senador, que desfrutava de grande popularidade. Como Castelo Branco teria vacilado em incluí-lo na primeira lista de cassações, em função do apoio que Kubitschek teria prestado à sua eleição, Costa e Silva ordenou ao seu gabinete um levantamento completo da vida de Juscelino, que acabou servindo de base para a decisão de cassar o seu mandato em 10 de junho de 1964.

No entanto, as lideranças do movimento vitorioso não estavam irrestritamente

unidas em torno de um mesmo projeto político. Os líderes civis logo começaram a se sentir alijados dos processos decisórios, aproximando-se muitos deles — como Carlos Lacerda — da oposição. Segundo Jaime Portela, Costa e Silva encontrava-se entre os que defendiam a prorrogação do mandato de Castelo, argumentando que a revolução teria que prosseguir com ele no governo ou então estaria perdida e as reformas que pretendia efetuar não seriam realizadas. Além disso, Costa e Silva participava das preocupações acerca de uma possível candidatura de Lacerda à presidência da República, caso houvesse eleições. Assim, em conversas com diversos parlamentares, como os senadores Daniel Krieger, líder do governo no Senado, e Filinto Müller, líder do Partido Social Democrático (PSD), e com governadores, como Magalhães Pinto e Ademar de Barros, já defendia a suspensão das eleições presidenciais marcadas para 1965. Afinal, no dia 22 de junho de 1964, apesar das violentas críticas de Lacerda, foi aprovada pelo Congresso a Emenda Constitucional nº 9, que prorrogava por um ano o mandato presidencial, transferindo a data de transmissão do cargo de 31 de janeiro de 1966 para 15 de março de 1967.

Entre os militares, um importante setor considerava Castelo Branco liberal em excesso, exigindo um “combate sem tréguas contra o comunismo e a corrupção”. Essa ala, identificada como a “linha dura” tinha organizações próprias, como a Liga Democrática Radical (Líder). Sensível às pressões vindas desse setor, Costa e Silva declarou em 1º de abril de 1965: “O Exército é o partido forte do governo e não deixará, com o marechal Castelo Branco ou sem ele, que o país mergulhe novamente na desordem.”

Com a aproximação das eleições para os governos estaduais, marcadas para outubro de 1965, oficiais identificados com a “linha dura” manifestaram-se contra algumas candidaturas, especialmente as de Hélio de Almeida, ex-ministro de João Goulart, e de Sebastião Pais de Almeida, postulantes, respectivamente, aos governos da Guanabara e de Minas Gerais. Em 13 de julho de 1965, Costa e Silva recomendou expressamente a todos os comandantes de unidades militares e auxiliares diretos que evitassem declarações públicas sobre temas políticos. Dois dias depois, o presidente Castelo Branco sancionou a Lei das Inelegibilidades, aprovada na semana anterior pelo Congresso, declarando inelegíveis até 31 de dezembro de 1965 todos os ministros de Estado da fase presidencialista da gestão de João Goulart, com exceção dos titulares das pastas militares e parlamentares em atuação. Com essa medida, as pressões da “linha dura” amainaram, já que ficava impossibilitada a

candidatura de Hélio de Almeida.

Nos primeiros dias de agosto, no entanto, o marechal Henrique Teixeira Lott anunciou que disputaria na convenção do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) a indicação do seu nome à sucessão na Guanabara em substituição a Hélio de Almeida. No dia 5 Costa e Silva caracterizou a candidatura de Lott como “aglutinadora das forças anti-revolucionárias e subversivas”. Alguns dias depois, entretanto, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Guanabara, culminando um processo jurídico, negou o registro da candidatura de Lott, sob a alegação de falta de domicílio eleitoral do candidato na Guanabara. Diante dessa decisão, o PTB apoiou o nome de Francisco Negrão de Lima, lançado pelo PSD, que tinha como principal adversário o candidato da União Democrática Nacional (UDN), Carlos Otávio Flexa Ribeiro, apoiado pelo ex-governador Carlos Lacerda. Em Minas Gerais foi também impugnada a candidatura de Sebastião Pais de Almeida ao governo. Segundo Luís Viana Filho, não influíram para isso apenas os gastos que o ex-ministro da Fazenda de Goulart efetuara na sua eleição para deputado federal por Minas, em outubro de 1962. Pesavam contra ele também, segundo os grupos militares mais radicais, suas afinidades políticas e pessoais com o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Afastada a candidatura Pais de Almeida, seu nome foi substituído pelo de Israel Pinheiro.

As facções mais radicais no interior das forças armadas permaneciam inquietas frente às eleições, temendo que assumissem os governos estaduais políticos vinculados ao regime anterior. Em setembro de 1965, foi detectada uma articulação destinada a depor Castelo Branco, cujo líder seria o chefe do estado-maior do I Exército, general Afonso Augusto de Albuquerque Lima, o qual teria o apoio de vários coronéis do Exército e oficiais da Marinha como os almirantes Sílvio Heck e Augusto Rademaker. Na ocasião, Costa e Silva precisou ir pessoalmente à Vila Militar do Rio de Janeiro discutir com os líderes da conspiração. Defendendo o governo, afirmou que o Exército não era um corpo político, “mas um organismo de apoio e que, como tal, se submeteria às decisões do presidente com respeito à posse dos novos governadores”. Frisou, também, que a volta do antigo regime estava para sempre afastada. Com essa intervenção e a transferência do general Albuquerque Lima para o comando da 2ª Divisão de Cavalaria, no Paraná, o movimento foi neutralizado.

Diante das pressões concentradas na Vila Militar, alarmada pelas vitórias eleitorais

de Israel Pinheiro em Minas e de Negrão de Lima na Guanabara, Castelo tentou, através do Congresso, propor uma emenda constitucional que limitava enormemente as prerrogativas dos estados. Assim, além da instituição do pleito indireto para presidente da República e governadores, Castelo pretendia que os casos em que a intervenção federal era possível fossem ampliados e que os secretários de Segurança, juntamente com os comandantes das polícias militares, fossem escolhidos de comum acordo com o ministro da Guerra. Segundo Luís Viana Filho, não havia condições dentro do Congresso para a aceitação dessas medidas. Juraci Magalhães, que substituíra Mílton Campos na pasta da Justiça, fez diversas tentativas juntamente com o general Cordeiro de Farias, no sentido de obter a concordância dos deputados e senadores. Diante da evidência de que a proposta seria rejeitada, a 27 de outubro de 1965, Castelo editou o AI-2, que estabeleceu a dissolução dos partidos políticos existentes, a reabertura do processo de cassações de mandatos parlamentares e suspensões de direitos políticos e a transferência para a competência da Justiça Militar da apreciação dos chamados delitos contra a segurança nacional, além da adoção daquelas providências que Juraci, sem êxito, havia procurado negociar junto ao Congresso.

Mesmo após a edição do AI-2, não cessaram as pressões contra os dois governadores recém-eleitos. Em novembro, Costa e Silva recusou-se a aprovar o pedido de suspensão dos direitos políticos de Negrão de Lima, acusado pelo encarregado do IPM do Partido Comunista Brasileiro (PCB), coronel Ferdinando de Carvalho, de ter ligações políticas com o partido proscrito.

Ainda em dezembro de 1965, uma reportagem do jornalista Oiamá Teles, do Correio da Manhã, e uma declaração do deputado Anísio Rocha, do PSD de Goiás, revelaram que a maioria da oficialidade radical, da qual faziam parte os coronéis encarregados dos IPMS, havia tomado posição inarredável ao lado da candidatura Costa e Silva à sucessão de Castelo. A 6 de janeiro de 1966 Costa e Silva, deixando em seu lugar, na qualidade de ministro interino, o chefe do EME, general Décio Escobar, embarcou com destino a vários países da Europa, Ásia e África, afirmando que iria negociar a compra de material bélico para o Exército e inspecionar a tropa brasileira que integrava o contingente das Nações Unidas no canal de Suez. Na véspera da viagem avistou-se com Castelo, que o interpelou a respeito de sua candidatura, imediatamente confirmada pelo ministro da Guerra. Castelo observou-lhe que o governo tinha outros nomes em cogitação, indicando os

de Nei Braga, Osvaldo Cordeiro de Farias, Juraci Magalhães e Olavo Bilac Pinto. Costa e Silva retrucou, dizendo que aceitara sua candidatura e estava disposto a lutar por ela. Indagado pelos jornalistas se a sua viagem seria uma desincompatibilização, Costa e Silva respondeu: “Vou e volto ministro.” Nesse dia, cerca de três mil oficiais da área do I Exército compareceram ao seu embarque, em expressiva manifestação de apoio ao seu nome. Durante a viagem, Costa e Silva declarou, em entrevista concedida em Paris, que preferia se candidatar à presidência pelo partido governista, mas admitia também ser indicado pela oposição.

Outros oficiais surgiram como candidatos, entre eles o general Cordeiro de Farias, titular do Ministério Extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais, que parecia contar com o apoio majoritário do Congresso. O próprio Castelo Branco manifestou, em diversas ocasiões, desgosto pela maneira “intempestiva” com que fora lançada a candidatura do seu ministro da Guerra. Em maio, a convenção da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido situacionista recém-organizado, homologou os nomes de Costa e Silva e Pedro Aleixo como candidatos a presidente e vice-presidente da República. Em fins de junho, Costa e Silva deixou o ministério, desincompatibilizando-se para se candidatar às eleições indiretas. Na cerimônia de posse do seu substituto, marechal Ademar de Queirós, declarou que levaria o país à liberdade.

Durante os três meses que precederam o pleito, Costa e Silva orientou-se como se estivesse em campanha com vistas a eleições diretas. Acompanhado pela esposa, percorreu municípios, presidiu inaugurações e participou de banquetes. Sua propaganda eleitoral o apresentava como o “seu Artur”, bonachão que iria desconstrair o país. Em Recife, no dia 25 de julho, em plena campanha, sofreu um atentado a bomba no aeroporto de Guararapes, quando morreram o almirante Nélson Fernandes, diretor da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, e Edson Régis, chefe do Gabinete Civil do governador Paulo Guerra. Na ocasião, duas outras bombas explodiram, simultaneamente, na sede da United States Agency for International Development (USAID) e no prédio da União dos Estudantes de Pernambuco. Ainda nesse mês, foi promovido a marechal e, em homenagem que líderes empresariais lhe ofereceram em setembro, afirmou que o seu ideal era estabelecer uma nova filosofia nas relações entre patrões e empregados, “abrindo caminho para se atingirem no Brasil as igualdades humanas que permitam aos ricos serem mais ricos e, graças a eles,

os pobres se tornarem menos pobres”.

No dia 3 de outubro de 1966, com a abstenção de toda a bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido oposicionista, que se retirou do plenário, Costa e Silva e Pedro Aleixo foram eleitos pelo Congresso Nacional. Na ocasião, alguns parlamentares da Arena, como os senadores Afonso Arinos de Melo Franco e Mem de Sá, ex-ministro da Justiça de Castelo Branco, se abstiveram.

Alguns dias após a eleição de Costa e Silva, foi lançado o manifesto de criação da Frente Ampla, movimento organizado para “lutar pela pacificação política do Brasil, através da plena restauração do regime democrático”. Embora o documento fosse de responsabilidade exclusiva do ex-governador Carlos Lacerda, a iniciativa contava com o apoio dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. Inicialmente, o movimento não suscitou represálias do governo, e Costa e Silva declarou que não tomaria qualquer medida contra ele, desde que a ordem pública não fosse perturbada.

Em janeiro de 1967 foi promulgada pelo Congresso a nova Constituição que conferia ao presidente da República uma soma de poderes muito mais ampla do que o fazia a Carta de 1946.

Na presidência da República

No dia 15 de março de 1967 Costa e Silva e Pedro Aleixo foram empossados. Na ocasião o presidente prometeu “governar para o povo”, “respeitar o Legislativo”, “multiplicar as oportunidades de educação” e “reatar os entendimentos com a classe trabalhadora”.

Logo após a posse, Costa e Silva anunciou o seu ministério, composto por oito oficiais da ativa, dois da reserva, seis técnicos civis e três políticos. Segundo o cientista social suíço Georges-André Fiechter, os auxiliares do novo presidente poderiam ser caracterizados como um representante da direita (o almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha), um membro da “Sorbonne”, nome com que ficou conhecida a Escola Superior de Guerra ESG (o general Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército), quatro pilares da “linha dura” (o general Emílio Garrastazu Médici, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o marechal-do-ar Márcio de Sousa e Melo, ministro da Aeronáutica, o coronel José Costa Cavalcanti, ministro das Minas e Energia e o general Jaime Portela,

chefe do Gabinete Militar), um ambivalente (o general Afonso de Albuquerque Lima, ministro do Interior), um técnico e hábil político (o general Edmundo de Macedo Soares, ministro da Indústria e do Comércio) e um “protótipo do gerente fardado” (o coronel Mário Andreazza, ministro dos Transportes). Dentre os civis, o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva foi caracterizado pelo estudioso como um “militar à paisana”. Para o Ministério das Relações Exteriores foi nomeado Magalhães Pinto, para o da Agricultura, Ivo Arzua, para o da Educação e Cultura, Tarso Dutra, para o do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho, para o da Saúde, Leonel Miranda, para o das Comunicações, Carlos Simas e para o Gabinete Civil da Presidência da República, Rondon Pacheco.

Para a condução da política econômica foram nomeados Antônio Delfim Neto, ministro da Fazenda, e Hélio Beltrão, do Planejamento. No ato de sua posse, o novo ministro da Fazenda anunciou como meta estratégica a aceleração do desenvolvimento econômico do país, em combinação com o combate ao processo inflacionário. Três meses depois, em junho, o ministro do Planejamento anunciou oficialmente o programa de desenvolvimento do governo Costa e Silva — Programa Estratégico do Desenvolvimento —, que se propunha, entre outras metas, a solucionar os problemas relacionados com a estrutura e o financiamento da comercialização de alimentos e a eliminar os principais pontos de estrangulamento da infra-estrutura, da produção industrial e do mercado interno.

No setor educacional, o projeto de transformação progressiva do ensino público em pago, renunciado pela introdução da taxa de matrícula nas universidades, acirrou conflitos já existentes com a área acadêmica. Além disso, a reivindicação de ampliação das verbas e vagas nas universidades mobilizava os estudantes, ocasionando conflitos de rua com as forças policiais. O clima de insatisfação tendeu a se generalizar no segundo ano do governo de Costa e Silva, quando os protestos públicos passaram a abranger setores cada vez mais amplos da sociedade. Enquanto intelectuais, estudantes e clérigos lideravam passeatas contra as restrições, às liberdades públicas e à política salarial, algumas greves operárias começaram a eclodir.

Também nas forças armadas registrava-se a instabilidade política, refletindo antigas divergências não superadas. Um artigo do marechal Mário Poppe de Figueiredo — “Revolução e desenvolvimento” — publicado no Jornal do Brasil levou o presidente a reforçar a disciplina militar para impedir manifestações públicas de oficiais da reserva. Por

outro lado, denúncias sobre violências contra presos políticos, cometidas em órgãos policiais e militares, ganhavam corpo e eram veiculadas na imprensa nacional e internacional, o que levou o ministro do Interior, general Albuquerque Lima, a emitir nota oficial acusando-a de “sensacionalismo na divulgação das notícias”.

Uma ponderável parcela dos estudantes universitários do país se mobilizava exigindo uma efetiva reforma do ensino. Seu movimento chegaria ao auge em março de 1968, quando estudantes cariocas promoveram uma passeata contra o aumento do preço das refeições do restaurante do Calabouço e a intervenção da Polícia Militar resultou na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto. Em resposta, foi decretada uma greve estudantil nacional, enquanto no Rio de Janeiro as forças policiais eram postas de prontidão. O corpo do estudante foi velado na Assembléia Legislativa da Guanabara, de onde partiu o cortejo fúnebre acompanhado por cerca de 50 mil pessoas.

O cerrado ataque desferido desde o início do ano pelo ex-governador Carlos Lacerda contra a política salarial do governo, o militarismo e o suposto envolvimento de militares em atos de corrupção fizeram com que, em abril de 1968, o ministro da Justiça proibisse as atividades da Frente Ampla. No mês seguinte, em nova intervenção de Gama e Silva, agora motivada por violentos conflitos ocorridos em São Paulo, foram proibidas quaisquer manifestações de rua no país.

O projeto governamental de transformar as universidades em fundações provocou, em junho, novas greves na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), levando o I Exército a entrar em rigorosa prontidão e a determinar a prisão de vários estudantes. Em fins de junho, estudantes e professores lideraram uma passeata gigantesca realizada com a permissão do governador Negrão de Lima, que ficaria conhecida como a Passeata dos Cem Mil. Alguns dias depois, Costa e Silva recebeu uma comissão de representantes escolhidos na passeata, que reivindicou a reabertura do restaurante do Calabouço — fechado desde a morte de Edson Luís —, o fim da repressão policial e da censura às artes. O presidente, contudo, não atendeu às reivindicações. Na sequência dessa crise, a Universidade de Brasília foi invadida em agosto, sendo presos estudantes e professores.

Nos primeiros dias de setembro, a situação política do país se agravou. Discursando na Câmara Federal, o deputado Márcio Moreira Alves (MDB-GB) denunciou as violências praticadas contra os estudantes, responsabilizando os militares pelas ocorrências. Como

forma de protesto, o parlamentar conclamou a população a não comparecer às comemorações do Dia da Independência. Esse pronunciamento desencadeou reações entre os militares, que o consideraram ofensivo às forças armadas. Alguns dias depois, o procurador-geral da República, Décio Miranda, enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de cassação dos direitos políticos de Moreira Alves, instruído pelo parecer do ministro da Justiça, que pedia o enquadramento do deputado opositor no artigo 151 da Constituição, por ter feito “uso abusivo do direito de livre manifestação e pensamento” e por “injúria e difamação das forças armadas com intenção de combater o regime vigente e a ordem democrática instituída pela atual Constituição”.

Reunido como Alto Comando militar nesse mesmo mês, Costa e Silva declarou em seguida que acataria as decisões dos poderes Legislativo e Judiciário no caso do processo de Moreira Alves. A Câmara dos Deputados, porém, apresentava sérias resistências em conceder às autoridades militares a licença necessária para processá-lo, considerada por Costa e Silva, em encontros com líderes da Arena, como de vital importância para a manutenção do regime e das instituições.

Após tramitar pela comissão competente, o pedido foi rejeitado na Câmara dos Deputados no dia 13 de dezembro de 1968, por uma diferença de 75 votos, conseguindo a posição governamental vitórias apenas nas bancadas baiana e capixaba. Imediatamente, Costa e Silva reuniu-se com os ministros militares e comandantes de exércitos, colocando em prontidão as forças armadas e a Polícia Federal. Através do Conselho Nacional de Telecomunicações, as emissoras de rádio e televisão foram proibidas de divulgar informações do processo de Moreira Alves e, ainda nesse dia, Costa e Silva baixou o AI-5 decretando, entre outras medidas, a suspensão das garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade da magistratura, a suspensão do habeas-corpus e a atribuição do presidente do poder de intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos, confiscar bens adquiridos ilicitamente no exercício de função pública, decretar o estado de sítio sem anuência do Congresso, promulgar decretos-leis e atos complementares e demitir ou reformar oficiais das forças armadas e das polícias militares. Pelo Ato Complementar nº 38, foi decretado também o recesso do Congresso por tempo indeterminado.

Por força do AI-5 foram cassados os mandatos e suspensos os direitos políticos do

deputado Márcio Moreira Alves e de diversos outros parlamentares, como o senador Mário Martins e os deputados Hermano Alves, Celso Passos, Edgar da Mata Machado e José Martins Rodrigues. Foram ainda suspensos por dez anos os direitos políticos do ex-governador Carlos Lacerda e de Niomar Muniz Sodré Bittencourt, proprietária do Correio da Manhã. Até mesmo o STF foi atingido, com a aposentadoria dos ministros Evandro Lins e Silva, Hermes Lima e Vítor Nunes Leal.

Em entrevista concedida em março de 1969, Costa e Silva justificaria a edição do AI-5, com base em críticas à Constituição de 1967: “Após pouco mais de um ano de sua aplicação, ela não se revelou um instrumento capaz de preservar a segurança interna, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país. Daí a necessidade imperiosa em que se viu o presidente da República, no interesse da Nação, do povo e da Revolução, em editar o Ato Institucional nº 5.”

À edição do AI-5, seguiu-se o agravamento do quadro político nacional. Nos primeiros dias de 1969, dois senadores, 28 deputados federais, 38 deputados estaduais e um vereador tiveram cassados seus mandatos e suspensos os seus direitos políticos. Durante dois meses que se seguiram, cerca de 30 parlamentares tiveram cassados os seus mandatos e mais de cem pessoas tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos, enquanto centenas de pessoas eram presas por motivos políticos. Foi, também nesse período, decretado o recesso nas assembleias legislativas dos estados da Guanabara, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Sergipe. Até julho foram adotadas novas medidas de fortalecimento do Poder Executivo e de controle da oposição, como a alteração nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional, que passou a estabelecer como delito a divulgação truncada de notícias e permitiu ao ministro da Justiça intervir nas empresas jornalísticas de radiodifusão e televisão. Por outro lado, organizações guerrilheiras de orientação esquerdista começaram a tentar deflagrar um processo de luta armada contra o regime praticando assaltos a bancos e atentados contra unidades militares.

No dia 26 de agosto de 1969, Costa e Silva anunciou à imprensa a conclusão da reforma constitucional elaborada pelo seu governo. O texto final, em fase de redação, deveria ser aprovado pelo Congresso, que para isso seria reaberto no mês seguinte. De acordo com o jornalista Carlos Chagas, assessor de imprensa da Presidência da República, Costa e Silva tentara, em vão, incluir na reforma o retorno às eleições diretas para os

governos estaduais e a escolha do seu sucessor pelo Congresso. Ainda na tarde do dia 26 de agosto, Costa e Silva recebeu em audiência os ministros militares que lhe transmitiram as apreensões detectadas em suas áreas diante da hipótese de reabertura do Congresso. Segundo Carlos Chagas, o presidente encaminhou aos gabinetes Civil e Militar o texto final da reforma constitucional que lhe fora apresentado por Pedro Aleixo, mas o coronel encarregado da coordenação das sugestões do Conselho de Segurança Nacional teria comunicado ao general Jaime Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência, que o documento continha 37 omissões, devendo, portanto, ser revisto.

Antes, no entanto, que se chegasse a um acordo definitivo em relação ao texto constitucional, Costa e Silva apresentou sinais de doença. No dia 27, ao receber o governador de Goiás, Otávio Laje, o presidente teve dificuldades para acompanhar a conversa. No dia seguinte suas audiências foram canceladas e a imprensa noticiou que Costa e Silva fora acometido de forte gripe. Os médicos, contudo, já suspeitavam tratar-se de trombose. De acordo com Carlos Chagas, o estado real do presidente foi comunicado aos ministros militares, mas não ao vice-presidente Pedro Aleixo.

Caracterizada a doença de Costa e Silva como trombose, os ministros militares assumiram o governo em caráter temporário, como junta militar, alijando Pedro Aleixo do processo sucessório legal. Através da edição do AI-12, no dia 31 de agosto os ministros militares legitimaram sua atitude, invocando a vigência do AI-5 e a necessidade de dar continuidade à administração de Costa e Silva durante o seu impedimento. Alguns dias depois, o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick foi seqüestrado por organizações esquerdistas, levando a junta militar a baixar no dia 9 de setembro o AI-14, instituindo as penas de morte e de prisão perpétua para os casos de “guerra psicológica adversa” e de “guerra revolucionária ou subversiva”, definidos pela Lei de Segurança Nacional.

No dia 8 de outubro, a junta militar anunciou a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a sucessão de Costa e Silva e, segundo Carlos Chagas, o presidente enfermo aprovou essa decisão. Pelo AI-16, editado seis dias depois, a junta militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, alegando que Costa e Silva poderia ter o estado de saúde agravado caso retornasse às funções presidenciais e que era seu desejo ser substituído. A eleição do novo presidente foi marcada para o dia 25 de

outubro e, reaberto, o Congresso ratificou a indicação da junta militar, tornando-se o general Emílio Médici e o almirante Augusto Rademaker, respectivamente, presidente e vice-presidente da República.

Economia e administração

Entre 21 de novembro de 1966 e 14 de março de 1967, véspera da entrada em vigor da Constituição de 1967, Castelo Branco baixou 253 decretos-leis. Alguns entraram imediatamente em vigor, mas muitos deles só teriam vigência a partir de 15 de março de 1967. Entre estes últimos estava o Decreto-Lei nº 200 de fevereiro de 1967, que instituía a reforma administrativa, a unificação dos institutos de previdência, a implantação da reforma tributária e a aplicação, pela primeira vez, do orçamento plurianual, que era uma forma de garantia prévia de investimentos para programas setoriais do governo. Outras importantes medidas tomadas nessa área, ainda no primeiro trimestre de 1967, seriam a regulamentação do Decreto-Lei nº 157, destinado a incrementar a capitalização das empresas privadas mediante investimentos dedutíveis do imposto de renda; a redução das taxas de juros de 36% para 24% ao ano e a determinação às instituições financeiras para que destinassem no mínimo 50% de suas operações de crédito a pessoas e firmas com sede no país e cujo capital majoritário estivesse em mãos de brasileiros.

Em dezembro de 1967 o governo Costa e Silva criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e converteu em Fundação Nacional do Índio (Funai) o antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) do Ministério da Agricultura. Em agosto de 1968 foi criada a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), com a finalidade de desenvolver no país a indústria de material aeronáutico, incluindo a fabricação de unidades de vôo e instrumentos sofisticados de controle e segurança das aeronaves. Ainda de acordo com as diretrizes do Programa Estratégico para o Desenvolvimento no sentido de melhorar o funcionamento dos canais burocráticos federais, o governo transformou o antigo Departamento de Correios e Telégrafos em órgão de administração indireta, criando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, vinculada ao Ministério das Comunicações. Finalmente, em agosto de 1969, foi criada a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), inserida na estrutura do Ministério das Minas e Energia, para, mediante encomenda do setor privado ou por iniciativa do próprio governo, explorar as riquezas no

subsolo nacional.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o quadro inflacionário brasileiro ao início do governo Costa e Silva, tomando como base o ano de 1966, apresentava um índice de 38,8%. No ano seguinte, a inflação baixou para 24,3%, elevando-se a 25,4% em 1968, para declinar novamente em 1969, quando chegou a 20,2%.

A política salarial do governo Costa e Silva preservou seu caráter contencionista — ou de “arrocho”, como acusava a oposição — impresso já na gestão de Castelo Branco. A aplicação da política salarial ocasionou três movimentos grevistas importantes durante o ano de 1968: o primeiro em abril, envolvendo os metalúrgicos do município de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte; o segundo em julho, em Osasco (SP), e o terceiro na área rural da cidade do Cabo (PE), durante o mês de outubro. Ainda no campo da política salarial, duas medidas merecem registro: em dezembro de 1968 foram estabelecidas sanções para os empresários que sem motivo justo retivessem salários depois dos prazos previstos em lei e, em junho do ano seguinte, foi criado um abono de emergência com o objetivo de atenuar os efeitos do achatamento salarial.

Depois de deixar o governo e sem ter se recuperado da enfermidade que o acometeu, Costa e Silva morreu no Rio de Janeiro, no dia 17 de dezembro de 1969.

Foi casado com Iolanda da Costa e Silva, com quem teve um filho, o coronel Alcio Barbosa da Costa e Silva.

Entre as obras que tratam da vida e do governo de Costa e Silva, destacam-se as publicadas por Nélson Dimas Filho, *Costa e Silva, o homem e o líder* (1966), Carlos Chagas, *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente* (1970, 2ª ed. 1979) e Jaime Portela, *A revolução e o governo Costa e Silva* (1979).

O arquivo de Costa e Silva encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da FGV.

Renato Lemos

FONTES: *Almanaque Abril* (1975, 1976); ALMEIDA, A. *Dicionário.*; ARQ. MIN. EXÉRC.; CACHAPUZ, P. *Cronologia*; CHAGAS, C. *113*; CONSULT. MAGALHÃES,

B.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; DIMAS FILHO, N. *Costa*; *Encic. Mirador*; ENTREV. ANDRADE, H.; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; FIECHTER, G. *Regime*; *Grande encic. Delta*; IANNI, O. *Estado e planejamento*; *Jornal do Brasil* (7/1, 4/10/1966, 21/12/1972); *Jornal do Comércio*, Rio (20/7/1962, 20/12/1969); KLEIN, L. *Cronologia*; MAGALHÃES, I. *Segundo*; MELO, J. *Revolução*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. GUERRA. *Subsídios*; *Novo dic. de história*; OLIVEIRA, C. *Biografias*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1964; *Súmulas*; VIANA FILHO, L. *Governo*; *Visão* (11/3/1974); VÍTOR, M. *Cinco*; *Who's who in Brazil*.

SILVA, Domingos Sérgio Saboia e

*dep. fed. CE 1900-1911.

Domingos Sérgio Saboia e Silva nasceu em Sobral (CE), filho do coronel Domingos José de Saboia e Silva e de Maria Clara de Saboia e Silva.

Formou-se em engenharia e teve papel de destaque nas obras de construção dos portos de Santos (SP) e de Belém e na reforma do porto do Ceará. Foi também, em 1902, um dos idealizadores da ponte metálica que se tornaria ponto turístico da cidade de Fortaleza.

Ingressando na política, foi eleito deputado federal pelo Ceará para a legislatura 1900-1902. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1900 e foi reeleito para as três legislaturas seguintes. Exerceu o mandato até dezembro de 1911.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: NOBRE, F. *1001* (p. 358); STUDART, G. *Geographia* (p.230-231).

SILVA, DUARTE LEOPOLDO E

*religioso; arceb. São Paulo 1908-1938.

Duarte Leopoldo e Silva nasceu em Taubaté (SP) no dia 4 de abril de 1867, filho de Bernardo Leopoldo e Silva e de Ana Leopoldo e Silva.

Estudou humanidades no Colégio Doutor Quirino, em Taubaté. Em 1884, concluiu os estudos preparatórios no curso anexo à Faculdade de Direito de São Paulo e partiu para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde se matriculou na Faculdade de Medicina. Entretanto, interrompeu o curso no segundo ano por motivo de saúde e em 1887 ingressou no Seminário Episcopal de São Paulo, cujo reitor, monsenhor João Alves Coelho Guimarães, era seu padrinho. Em junho de 1892 recebeu as ordens de subdiácono, depois as de diácono, sendo ordenado padre em outubro do mesmo ano.

Em 1893, foi designado coadjutor do vigário da paróquia de Jaú (SP). No ano seguinte, foi transferido para a paróquia de Santa Cecília, na capital do estado, passando a exercer, ao mesmo tempo, o cargo de professor no Seminário Episcopal. Durante seu paroquiato, foi construída a matriz de Santa Cecília. Em 1899 foi elevado a cônego catedrático, permanecendo vigário de Santa Cecília até ser sagrado bispo pelo papa Leão XIII, em Roma, em maio de 1904. Em seguida foi nomeado bispo de Curitiba. Tomou posse em outubro, vindo a tornar-se conhecido pelo trabalho que realizou na diocese da capital paranaense. Nesse período, publicou uma carta pastoral aconselhando o casamento civil que teve repercussão na Câmara dos Deputados.

Em dezembro de 1906, foi transferido pelo papa Pio X para a diocese de São Paulo, em substituição ao bispo dom José de Camargo Barros, morto em um naufrágio quatro meses antes, quando retornava de Roma. Em junho de 1908, com a elevação de São Paulo a província eclesiástica independente, foi nomeado, por decreto do papa Pio X, arcebispo da recém-criada arquidiocese de São Paulo. Foi ele, portanto, o último bispo e o primeiro arcebispo de São Paulo.

Ainda em 1908, por proposta sua, foram criadas cinco novas dioceses em São Paulo: Campinas, Taubaté, São Carlos, Botucatu e Ribeirão Preto. Em virtude dessa iniciativa, dom Duarte recebeu da Santa Sé os títulos de conde romano e assistente do Sólido Pontifício. Em 1913, dom Duarte deu início à construção da nova catedral de São Paulo, na

praça da Sé. Em 1915, promoveu e organizou o Congresso Eucarístico de São Paulo, que foi presidido pelo cardeal Arcoverde.

Por ocasião da greve de 1917, teve uma intensa atividade de assistência aos grevistas e a suas famílias. Durante a violenta epidemia de gripe espanhola de outubro de 1918, que matou 528.295 pessoas apenas em São Paulo, comandou a atuação do clero no auxílio à população. Destacaram-se nessa atividade assistencial outras organizações civis e religiosas, principalmente a Liga Nacionalista, fundada em 1917 sob a inspiração de Rui Barbosa e Olavo Bilac e liderada, em São Paulo, por Júlio de Mesquita Filho, Clóvis Ribeiro e Frederico Vergueiro Steider. Ainda em 1918, dom Duarte criou o Arquivo da Cúria Metropolitana e o Museu da Cúria (hoje Museu de Arte Sacra) de São Paulo. Em 1920 inaugurou o edifício da Cúria e em 1922 fundou a Liga das Senhoras Católicas.

Durante a Revolta de 1924 em São Paulo, com a cidade dominada pelos rebeldes e sob incessante bombardeio das forças legalistas, dom Duarte abriu as portas das igrejas e colégios religiosos à população desabrigada. No dia 23 de julho, num automóvel com bandeira branca, o arcebispo e o prefeito Firmiano Pinto atravessaram a linha de fogo e se dirigiram ao presidente do estado e ao comandante das forças governistas, oferecendo-se como mediadores. Novamente associado à Liga Nacionalista, dom Duarte enviou ao presidente da República, Artur Bernardes, carta assinada por ele e pelo presidente da liga, Frederico Vergueiro Steider, solicitando a Bernardes sua intervenção no sentido de suspender os bombardeios à capital paulista. A Liga Nacionalista foi porém fechada por ato do presidente da República, a pedido do governo de São Paulo, ficando o arcebispo dom Duarte sob suspeita de “revolucionário”.

Ainda em 1924 dom Duarte criou a diocese de Santos e, no ano seguinte, a de Bragança Paulista. Em 1928, a arquidiocese organizou em São Paulo o I Congresso da Mocidade Católica. Em 1931, em carta ao interventor João Alberto, dom Duarte denunciou a ocupação militar do estado e o “surto comunista à sombra do tenentismo”.

Dom Duarte apoiou francamente a Revolução de 1932. Sua assinatura figurava em primeiro lugar em um manifesto de apoio aos revolucionários, distribuído no Rio de Janeiro e datado de 13 de julho de 1932. Seguindo-se à assinatura do arcebispo de São Paulo, vinham a do monsenhor Gastão Liberal Pinto, vigário-geral de São Paulo e auxiliar direto de dom Duarte, e as de outras personalidades “alheias às agremiações partidárias” (banqueiros,

industriais e intelectuais). Esse manifesto tentava justificar a luta, afirmando que ela não tinha caráter separatista, mas nacionalista, e que não era obra do partidarismo político, mas expressão do envolvimento das massas populares em geral.

No dia 23 de julho, dom Duarte celebrou missa campal na praça da Sé, com numeroso acompanhamento, “pelo êxito das armas da lei e em intenção dos seus soldados”. A Liga das Senhoras Católicas, a Assistência Evangélica e a Sereníssima Grande Loja de Antigos e Aceitos Franco-Maçons do Estado de São Paulo foram algumas das organizações que doaram roupas e medicamentos à comissão de socorros médicos da Revolução Constitucionalista. Em sua Mensagem ao venerando episcopado brasileiro, dom Duarte descreveu assim o sentido da Revolução de 1932: “São Paulo, entretanto, quer a paz, mas a paz garantida pela Constituição. São Paulo quer a paz, mas a paz que lhe venha, definitivamente consolidada, no gozo pleno de sua dignidade.”

Dom Duarte Leopoldo e Silva morreu em São Paulo no dia 13 de novembro de 1938. Havia sido agraciado pela Santa Sé, além das já referidas, com as honras de prelado doméstico, tendo recebido do papa Pio X o solidéu branco “pelos serviços prestados à Igreja”.

Escreveu inúmeras obras, de caráter histórico ou religioso. Seus dotes de escritor e orador foram muito elogiados em sua época. Era também genealogista e historiador, tendo pertencido ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que chegou a presidir. Além de mensagens e cartas pastorais, publicou *Pela família* (1898), *Concordância dos Santos Evangelhos* (1903), *Regulamento da vida sacerdotal* (1908), *Constituições do Cabido Metropolitano* (1909), *Divisas paroquiais* (1913), *Notas da história eclesiástica* (3v., 1916-1937), *Sermões da paixão* (1917-1918), *No Calvário* (1920), *O clero e a independência do Brasil* (1922, 2ª ed. 1972), *Migalhas* (1924) e *Iluminuras* (1937).

Sobre dom Duarte foram escritas diversas obras, entre as quais as de Júlio Rodrigues, *Dom Duarte Leopoldo e Silva (1894-1929)* (1929), frei Luís de Sant’Ana, *Oração fúnebre de dom Duarte Leopoldo e Silva* (1938), monsenhor Vítor Rodrigues de Assis, *Dom Duarte Leopoldo e Silva* (1967), monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, “Dom Duarte”, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (1968 e 1969) e Arruda Dantas, *Dom Duarte Leopoldo* (1974).

Sônia Dias

FONTES: CONFERÊNCIA NAC. BISPOS DO BRASIL; *Efemérides paulistas*; GARDEL, L. *Armoiries*; *Jornal do Comércio*, Rio (14, 15/11/1938); LEITE, A. *História*; MELO, L. *Dicionário*; MOREIRA, J. *Dicionário*; *Personalidades*.

SILVA, Eliseu Guilherme da

*gov. SC 1893; dep. fed. SC 1903-1908 e 1921-1926

Eliseu Guilherme da Silva nasceu na cidade de São José (SC) a 20 de setembro de 1843, filho de William Guilherme Walker e de Basilícia Rosa da Silva.

Ingressou na Escola Médica de Montevideu e aí concluiu o curso de farmácia. Tendo seu diploma revalidado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, trabalhou como farmacêutico na província natal, nas cidades de Laguna e Desterro, atual Florianópolis. Filiado do Partido Liberal, ainda sob o regime monárquico foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina entre 1878 e 1889. Já no período republicano, junto com Germano Wendhausen e Fernando Hackradt, foi um dos fundadores do Partido Federalista em Santa Catarina, mantendo-se fiel a seus princípios.

Em setembro de 1892, quando a Assembleia estadual elegeu governador do estado o tenente Manuel Joaquim Machado, já empossado como interventor desde março, foi eleito primeiro vice-governador. Assumiu interinamente o governo de 13 a 28 de outubro de 1892 e novamente a partir de 18 de junho de 1893, quando Manuel Joaquim Machado foi afastado do governo. Em função das pressões políticas de seus adversários, como Hercílio Luz, em 24 de setembro entregou o cargo ao segundo vice-governador, Cristóvão Nunes Pires.

Deputado estadual de 1901 a 1903, nesse último ano foi eleito deputado federal por Santa Catarina para a legislatura 1903-1905 e em seguida para a legislatura 1906-1908. Voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados nas legislaturas 1921-1923 e 1924-1926.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 16 de abril de 1928. Foi casado com Raquel Aurélia e Silva, com quem teve filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza>.

SILVA, Francisco Aires da

*dep. fed. GO 1914-1930.

Francisco Aires da Silva era filho de Joaquim Aires da Silva, que foi constituinte em Goiás em 1891.

Foi eleito deputado federal por Goiás em 11 de novembro de 1913, em eleição realizada a fim de preencher a vaga que havia sido deixada pelo deputado Olegário da Silveira Pinto ao eleger-se presidente do estado. Reeleito sucessivas vezes, perdeu o mandato em decorrência do movimento armado de outubro de 1930, que extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi religioso, cronista, orador, conferencista e membro da Academia Tocantinense de Letras.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SILVA, Francisco Augusto de Lima e

*min. TCU 1893-1894.

Francisco Augusto de Lima e Silva nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 16 de outubro de 1832, filho de Francisco Augusto de Lima e de Maria Rita Nóbrega.

Entre 1851 e 1856 foi terceiro escriturário da Contadoria Geral de Guerra. Na mesma Contadoria, foi segundo escriturário de 1856 a 1858 e primeiro escriturário de 1858 a 1865. Nesse ano, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), tornou-se chefe da Repartição Fiscal do Ministério da Guerra. Integrou o 9º e, posteriormente, o 4º Corpo de Voluntários da Pátria, nome dado aos corpos de soldados criados pelo governo brasileiro no início do conflito militar com o Paraguai. Em 1867 e 1868, recebeu duas medalhas como membro da Força Expedicionária Brasileira. Além disso, por conta de sua participação na Guerra do Paraguai, foi condecorado em 1870 com a medalha em forma de cruz e passador de ouro, e em 1873 recebeu honras de coronel do Exército. Foi também conselheiro do Império e recebeu a condecoração de cavaleiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Mesmo após a proclamação da República permaneceu na Contadoria Geral de Guerra, da qual foi diretor até 1893. Ainda nesse ano tornou-se diretor geral da Contabilidade do Tesouro Nacional e tomou posse, em 17 de janeiro, como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A

Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Membro da primeira leva de ministros do TCU, exerceu o cargo durante todo o ano de 1893 e aposentou-se em 5 de maio de 1894.

Faleceu em 9 de agosto de 1905.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: DORATIOTO, F. *Maldita*; TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>> ; TRIB. CONT. UNIÃO. *Ministros do Tribunal*.

SILVA, Francisco Bernardino Rodrigues

*pres. PI 1877; dep. fed. MG 1903-1908.

Francisco Bernardino Rodrigues Silva nasceu em Juiz de Fora (MG) em 10 de outubro de 1853, filho de Firmino Rodrigues Silva e de Elisa Duarte Badaró Silva. Seu pai foi juiz de direito em Ouro Preto (MG) em 1841, chefe de polícia em Minas Gerais por ocasião da Revolução de 1842, deputado geral de 1850 a 1856 e senador de 1861 a 1879.

Formou-se pela Faculdade de Direito São Paulo e ingressou na política ao ser eleito deputado provincial para a legislatura 1874-1875. Foi reeleito para as legislaturas seguintes e exerceu o mandato até 1879. Entre 13 de agosto e 22 de novembro de 1877 exerceu concomitantemente o cargo de presidente da província do Piauí.

Em 1884, elegeu-se vereador em Juiz de Fora (MG) pelo período de dois anos. Retornou à Câmara Vereadores em 1890, sendo então indicado presidente da Casa. No entanto, como consequência da proclamação da República, o governo provisório de Minas dissolveu a Câmara e criou, em substituição, um Conselho de Intendência. Em 30 de junho de 1893 teve seu nome votado para presidente constitucional de Minas Gerais em substituição ao presidente eleito Afonso Augusto Moreira Pena, mas não aceitou tomar posse, pois pleiteava se candidatar a presidente da República no ano seguinte. Nessa empreitada não se saiu bem, pois o candidato eleito foi Prudente de Moraes. Em 1895, tornou a se eleger vereador em Juiz de Fora e exerceu o mandato até 1898.

Em 6 de maio de 1903 foi eleito deputado federal por Minas Gerais para a legislatura 1903-1905. Reeleito para a legislatura seguinte, permaneceu na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1908.

Faleceu em Belmiro Braga (MG) em 14 de abril de 1920.

Foi casado com Maria Perpétua Vidal Laje e Silva.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; CÂM. MUN. JUIZ DE FORA. Disponível em: <http://isal.camarajf.mg.gov.br/index.php?page=vereadores/ver_sec_19_2>. Acesso

em: 9/8/2010; COL. BRAS. GENAL. *Senador Firmino Rodrigues Silva*. Disponível em: < http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_t_02.html>. Acesso em: 9/8/2010; COSTA, J. *Toponímia; Eleições Pós. Primeiro de março de 1894*. Disponível em: < http://www.eleicoespos1945.com/presidenciais_1894.html>. Acesso em: 9/8/2010; Família Monteiro de Barros. *Tronco dos Badaró*. Disponível em: <<http://fammonteirodebarros.com.sapo.pt/badaro.htm>>. Acesso em: 9/8/2010; Geocities. *Brazilian Province of Piauí*. Disponível em: < <http://geociti.es/CapitolHill/Rotunda/2209/Piaui.html>>. Acesso em: 9/8/2010; Piauí Home Page. *Primeiros Governos*. Disponível em: <http://www.piauihp.com.br/primeiros_governos_08.html>. Acesso em: 9/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

SILVA, Francisco Santiago Gonçalves da

*dep. fed. RJ 1894-1895.

Francisco Santiago Gonçalves da Silva nasceu em Pernambuco.

Formado em medicina, clinicou no município fluminense de Itaperuna, tornando-se renomado profissional da área de saúde.

Ingressou na política em 1894 quando, com o apoio do presidente Floriano Peixoto (1891-1894), de quem era amigo, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro para a legislatura 1894-1896. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, mas não cumpriu todo o mandato por ter falecido em 24 de maio de 1895. Sua vaga foi preenchida por José Tomás da Porciúncula.

Era casado com Rita de Moraes Gonçalves da Silva.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, p. 564.); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.96); Família Rodrigues Torres. Disponível em:
<<http://familiarodriguestorres.blogspot.com>>. Acesso em: 10/12/2010.

SILVA, Francisco Vítor da Fonseca e

*militar; pres. RJ 1889; const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893; dep. fed. PE 1902; dep. fed. RN 1903-1905.

Francisco Vítor da Fonseca e Silva nasceu em São Gonçalo (RN) em 15 de março de 1848.

Ingressou na carreira militar sendo incorporado em 1865 ao Batalhão de Engenheiros. Lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870), participando da batalha de Peribebuí, travada em 1869 durante a chamada Campanha da Cordilheira. Em 1874 passou a alferes e em 1880, quando se tornou quartel-mestre do Batalhão de Engenheiros, foi também designado secretário da Sociedade União e Fraternidade, instituição criada com a finalidade de socorrer os associados quando enfermos e impossibilitados de trabalhar. Em 1885, já promovido a tenente, foi nomeado ajudante do comandante do Corpo de Alunos da Escola Militar da Corte. Em 1889 era tenente-coronel.

Quando da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, comandava o Corpo Policial da província do Rio de Janeiro, e foi por isso nomeado o primeiro presidente do estado no regime republicano. Ocupou o posto apenas 24 horas, entre 15 e 16 de novembro de 1889, substituindo o presidente da província Carlos Afonso de Assis Figueiredo e sendo substituído por Francisco Portela. Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 novembro, participou da elaboração da primeira Constituição republicana brasileira, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho iniciou o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, concluindo-o em dezembro de 1893.

Estando em curso a legislatura 1900-1902, foi eleito, em eleição suplementar, deputado federal por Pernambuco. Exerceu o mandato entre outubro e dezembro de 1902 e foi reeleito para a legislatura 1903-1905, agora pelo Rio Grande do Norte.

Recebeu os títulos de oficial da Ordem da Rosa e de membro da Capela da Imperial Irmandade da Santa Cruz dos Militares, no Rio de Janeiro.

Faleceu em 25 de julho de 1905.

Era casado com Elvira das Neves.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, p. 344); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.98); CENTR. DOC. EXERC. Disponível em: <<http://www.cdocex.eb.mil.br/>>. Acesso em: 10/12/2010; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <<http://www.cbg.org.br/>>. Acesso em: 10/12/2010; NÚCLEO MEM. POLÍT. CARIOCA FLUMIN. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia>>. Acesso em: 10/12/2010.

SILVA, Francisco Xavier da

*pres. PR 1892-1893, 1894-1896, 1900-1904 e 1908-1912; sen. PR 1916-1922.

Francisco Xavier da Silva nasceu em Castro (PR) no dia 2 de abril de 1838, filho de Davi Antônio Xavier da Silva e de Generosa de Monte Carmelo Xavier.

Diplomado em 1860 pela Faculdade de Direito de São Paulo, retornou ao Paraná e assumiu o cargo de juiz municipal na comarca de seu município natal. Ingressou na política ainda durante o Império, ao assumir o cargo de intendente municipal de Castro de 1877 a 1881. Após a instauração do regime republicano (15/11/1889), do qual se tornou entusiasta, foi novamente nomeado intendente de Castro e manteve-se no comando da cidade até 1891.

Em 25 de fevereiro de 1892 tomou posse no governo do Paraná em substituição à junta governativa formada por Roberto Ferreira, Bento José Lamenha Lins e Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, que governava o estado desde 29 de novembro de 1891. Em abril de 1893 afastou-se do governo por motivo de doença, sendo substituído, de início, pelo vice Vicente Machado da Silva Lima. Sucederam-se vários presidentes nomeados – Teófilo Soares Gomes, João Meneses Dória, Francisco José Cardoso Júnior, Tertuliano Teixeira de Freitas e Antônio José Ferreira Braga – até que, em meados de 1894, Vicente Machado da Silva Lima reassumiu o governo para logo depois transmiti-lo ao titular. Governou até 25 de fevereiro de 1896, quando tomou posse o sucessor José Pereira dos Santos Andrade.

Voltou a assumir a presidência do Paraná em 25 de fevereiro de 1900, sucedendo agora a José Pereira dos Santos Andrade. Durante seu segundo governo manteve as prioridades do primeiro e investiu em obras públicas, sobretudo na construção de prédios escolares e na ampliação de estradas. Além disso, criou políticas de incentivo à imigração e investiu em atividades agrícolas. Em 25 de fevereiro de 1904 transmitiu o cargo a Vicente Machado da Silva Lima.

Líder carismático no Paraná, em 1908 iniciou sua terceira e última passagem pela presidência do estado. Em 25 de fevereiro assumiu o governo o vice-presidente Manuel de Alencar Guimarães, que lhe transmitiu o poder em 26 de abril. Governou até o fim do quadriênio, em 25 de fevereiro de 1912, quando tomou posse Carlos Cavalcanti de Albuquerque.

Voltou a exercer cargo eletivo em 1916, quando, no curso da legislatura 1915-1917, foi eleito senador pelo Paraná. Ocupou uma cadeira no Senado Federal até a data de sua morte, tornando-se conhecido como um político austero e comedido no tocante ao gasto de dinheiro público.

Faleceu no Rio de Janeiro em 11 de junho de 1922.

Luciana Pinheiro

FONTES: ARQ. PUB. PR. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 12/10/2010; CASA CIVIL PR. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 12/10/2010; PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12/10/2010; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 12/10/2010.

SILVA, Frederico Augusto Álvares da

*gov. MG 1890-1891.

Frederico Augusto Álvares da Silva nasceu em Juiz de Fora (MG) no ano de 1828, filho de Jacinto Ferreira da Silva e de Maria Carolina Álvares da Silva. Seu pai foi major da Guarda Nacional.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1852. De volta a Minas Gerais, foi juiz municipal e juiz de direito em termos e comarcas do interior da província. Foi ainda desembargador das Relações e procurador da Coroa.

Iniciou a carreira política após a proclamação da República, quando ingressou no Partido Republicano Mineiro (PRM) e foi nomeado vice-governador de Minas Gerais. Exerceu interinamente o governo do estado em dois momentos: o primeiro entre 28 de dezembro de 1890 e 6 de janeiro de 1891, no governo de Crispim Jaques Bias Fortes, e o segundo de 12 de fevereiro a 17 de março de 1891, na sucessão de Bias Fortes, até ser substituído por Antônio Augusto de Lima. Eleito senador ao Congresso Constituinte estadual em 1891, foi reeleito em 1895 e em 1899 para o Senado estadual, mas não chegou a assumir o mandato na última legislatura.

Faleceu em Juiz de Fora no dia 10 de junho de 1899.

Era casado com Júlia Emília Viana Barbosa.

Vanessa Lana

FONTES: GOV. MG. Disponível em:
<<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/galeria-de-governadores/frederico-augusto-alvares-da-silva/5794>>. Acesso em: 18/5/2010;
MONTEIRO, N. *Dicionário* .

SILVA, Herculano Cesar Pereira da

*dep. fed. MG 1918-1920.

Herculano César Pereira da Silva nasceu em Diamantina (MG) no dia 21 de julho de 1878, filho de Manuel César Pereira da Silva e de Inês de Castro Pereira da Silva.

Cursou humanidades em seu município natal e fez o curso preparatório no Ginásio Mineiro de Barbacena. Ingressou na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, mas transferiu-se posteriormente para a capital paulista, onde se diplomou pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1902. Recém-formado, retornou a seu estado natal, onde foi promotor público nas cidades de Serra e Diamantina.

Em 1906 elegeu-se deputado estadual Minas. Em dezembro de 1913 assumiu a chefia de Polícia do estado, permanecendo nessa função até setembro do ano seguinte. Voltou a assumir cargo eletivo ao ser eleito deputado federal por Minas Gerais em 1918. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e concluiu o mandato em dezembro de 1920. Em 1928 foi membro do conselho deliberativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Trabalhou também como advogado, e foi um dos fundadores da Companhia Luz e Força Hulha Branca, empresa de energia elétrica.

Faleceu em Belo Horizonte em 5 de setembro de 1935.

Era casado com Andreolina Goulart Pereira da Silva.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 110); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 640).

SILVA, João Benício da

*dep. fed. RS 1912-1917.

João Benício da Silva nasceu em Uruguaiana (RS) no dia 27 de janeiro de 1865, filho de João Benício da Silva e de Josefina Viana da Silva.

Fez os estudos preparatórios no Ginásio São Pedro, em Porto Alegre, concluindo-os em 1884, ano em que ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em 1887. Nesse mesmo ano retornou a sua cidade natal e passou a colaborar com os jornais *A Fronteira* e *A Ordem*, nos quais defendeu a causa republicana.

Logo depois da proclamação da República (15/11/1889) foi nomeado delegado de polícia de Uruguaiana, cargo que exerceu até 1890. Neste ano abriu banca de advogado na cidade e foi membro provisório do Tribunal da Relação do Estado até a promulgação da Constituição republicana gaúcha, em 14 de julho de 1891. Ainda nesse ano foi nomeado promotor público de Alegrete (RS). Nessa função defendeu os governos de Júlio de Castilhos (1893-1898) e do presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894) na Revolução Federalista. Esse movimento foi uma guerra civil entre federalistas (maragatos) e republicanos (chimangos) que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, e envolveu amplas forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada, aliados aos federalistas. Encerrou-se com a vitória dos republicanos. Durante o conflito, João Benício serviu como capitão na brigada que lutou no oeste do estado sob o comando do general Hipólito Ribeiro. Permaneceu na promotoria de Alegrete até 1896, quando deixou o cargo para assumir no ano seguinte a intendência desse município.

Ao deixar a intendência municipal em 1900, foi nomeado subchefe de polícia da 3ª região do Rio Grande do Sul. Exerceu esse cargo até 1901, ano em que foi eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa gaúcha, para a qual foi sucessivamente reeleito até 1912. Em janeiro desse ano foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Assumiu, em maio seguinte, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tendo sido reeleito para mais um mandato em 1915. Permaneceu no Legislativo federal até dezembro de 1917, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura. Em 1º de janeiro

do ano seguinte voltou a assumir a intendência de Alegrete.

Faleceu em Montevideu, Uruguai, no dia 20 de março de 1920.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Wikipédia. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Ben%C3%ADcio_da_Silva>. Acesso em: 17/1/2012

SILVA, João Leite de Paula e

*dep. fed. PB 1903-1908.

João Leite de Paula e Silva nasceu na vila de Piancó (PB) no dia 17 de outubro de 1860.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1883. Depois de formado, foi nomeado promotor público na cidade de Cajazeiras (PB), cargo que ocupou entre 1884 e 1885. Nesse ano mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde foi juiz municipal da cidade de Paratini até 1889. No ano seguinte seguiu para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e aí se tornou fiscal do Banco Central Mineiro. Em 1895 mudou-se para o estado do Paraná, onde foi inspetor literário na cidade de São José da Boa Vista. Ingressou na política nesse estado, quando foi eleito deputado estadual para a legislatura 1896-1898.

Foi eleito deputado federal pela Paraíba em 1903 e reeleito em 1906. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1908.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

SILVA, João Tomé de Saboia e

*pres. CE 1916-1920; sen. CE 1921-1923.

João Tomé de Saboia e Silva nasceu em Sobral (CE) em 4 de agosto de 1870, filho do juiz de direito José Tomé da Silva e de Ana Benvinda Figueira de Saboia e Silva. Estudou no Recife e em 1886 seguiu para o Rio de Janeiro a fim de ingressar na Escola Politécnica, ao mesmo tempo em que servia na Administração Geral dos Correios. Formando-se engenheiro civil na turma de 1891, passou a trabalhar na Estrada de Ferro de São Paulo. Voltou ao Ceará em 1893 e trabalhou como chefe do tráfico na Estrada de Ferro de Sobral, da qual seria arrendatário a partir de 1897, dirigindo-a por 12 anos. Nesse período começou a se interessar por política e entrou para os quadros do Partido Democrata, chegando à liderança do partido na região norte do estado.

Em 1916 foi eleito presidente do estado do Ceará, graças um breve acordo entre o Partido Democrata e o Partido Conservador selado no Rio de Janeiro. Recebeu o governo das mãos de Benjamin Liberato Barroso em 12 de julho, herdando a ressaca política dos governos anteriores, cheios de golpes e intervenções, e um estado em que a seca havia solapado a economia. Tentando assegurar a base política que o levava ao governo, restabeleceu a ordem constitucional no estado, a fim de acalmar os ânimos dos políticos, e procurou investir maciçamente na rede rodoviária e no combate às secas. Preocupou-se também com as questões culturais do estado, remodelando a Biblioteca Pública e criando o Arquivo Público. Entre seus auxiliares na passagem pelo governo do Ceará encontrava-se o intelectual Gustavo Barroso, que foi seu secretário do Interior.

Após transferir o governo para o sucessor Justiniano de Serpa em 12 de julho de 1920, foi eleito senador pelo Ceará e exerceu o mandato de junho de 1921 a 1923. No Senado, foi membro da Comissão de Finanças e da Comissão de Comércio, Agricultura, Indústria e Artes.

Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de julho de 1945.

Casou-se em Camocim (CE) com Agelita Cavalcante e teve seis filhos.

Kleiton de Moraes

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p.85).

SILVA, Joaquim Monteiro de Carvalho e

*pres. PR 1890; junta gov. PR 1891-1892; pres. PR 1907-1908.

Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva nasceu em Campinas (SP) no dia 13 de novembro de 1855, filho de Antônio Monteiro de Carvalho e Silva, comerciante português, e de Teolinda Pires Monteiro.

Por ser membro de uma família que não possuía muitas posses, sua educação formal não se estendeu por longos anos, atingindo um domínio básico no universo das letras. Antes de completar 20 anos dirigiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, para trabalhar no comércio. Aí envolveu-se nas lutas políticas que acendiam a chama republicana e abolicionista, tendo sido companheiro de uma proeminente figura da propaganda republicana, Quintino Bocaiúva. De volta a Campinas em 1870, foi um dos fundadores do Clube Republicano local, tornando-se um dos seus militantes.

De posse de alguns recursos financeiros e casado com uma paranaense, nos estertores do período imperial mudou-se para a província natal de sua esposa, a fim de montar uma serraria. Nessa etapa da vida, travou estreitas relações pessoais com importantes personagens da política local, como Vicente Machado da Silva Lima, então deputado provincial pelo Partido Liberal.

No alvorecer da República, proclamada em 15 de novembro de 1889, a criação de barreiras na divisa do Paraná com Santa Catarina levada a cabo por Américo Lobo Leite Pereira, nomeado presidente estadual em 4 de março de 1890, desagradou aos membros do governo provisório do país, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva foi então convocado a assumir interinamente a presidência do Paraná. Permaneceu no cargo de 28 de julho a 28 de agosto de 1890, quando cedeu o lugar a Serzedelo Correia. Com a saída deste no dia 3 de novembro do mesmo ano, voltou à presidência do estado, na qual permaneceu até 27 de dezembro seguinte, quando assumiu o novo titular José Cerqueira de Aguiar Lima.

Mais adiante, em novembro de 1891, com a deposição de outro presidente estadual, Generoso Marques dos Santos, em consequência da crise política que culminou com a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca da presidência da República e a posse do vice-presidente marechal Floriano Peixoto, integrou a junta governativa nomeada por este

último, composta ainda por [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Ferreira"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Ferreira) \o "Roberto Ferreira" ~~Roberto Ferreira~~ e [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Bento_Jos%C3%A9_Lamenha_Lins"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bento_Jos%C3%A9_Lamenha_Lins) \o "Bento José Lamenha Lins" ~~Bento José Lamenha Lins~~. A junta governou o estado de 29 de novembro de 1891 a 25 de fevereiro de 1892, quando assumiu o novo presidente estadual Francisco Xavier da Silva. Depois disso afastou-se da vida pública por mais de uma década.

Já no século XX, no seio de uma crise estabelecida entre as elites políticas paranaenses, que resultou *a posteriori* na conciliação entre os grupos republicanos e federalistas, foi eleito segundo vice-presidente do estado. Como tal assumiu o governo paranaense em 21 de julho de 1907, em substituição a João Cândido Ferreira. Permaneceu no cargo até 25 de fevereiro de 1908, quando assumiu o novo titular Manuel de Alencar Guimarães. Sem almejar a presidência estadual, a controvérsia política e a fatalidade o colocaram no poder, como ele próprio destacou: “Quis ... a fatalidade roubar ao Paraná seu talentoso filho, meu eminente chefe, o pranteado Dr. Vicente Machado, de modo que, no impedimento do primeiro vice-presidente, Exmo. Dr. João Cândido Ferreira, achei-me inesperadamente investido das responsabilidades do governo.”

Fundador da Junta Comercial do Paraná, da qual foi o primeiro presidente, ao longo de sua trajetória profissional também investiu, sem sucesso, na criação de uma fábrica de chapéus e de uma indústria de vidros na capital paranaense. Responsável pela implantação da agência local do Banco União e Indústria de São Paulo, foi ainda provedor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, deputado estadual e presidente do Congresso Legislativo do Paraná.

Faleceu em [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Curitiba"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Curitiba) \o "Curitiba" ~~Curitiba~~ no dia 7 de dezembro de [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/1917"](http://pt.wikipedia.org/wiki/1917) \o "1917" ~~1917~~.

Era casado com Maria do Belém Bueno Monteiro, com quem teve mais de dez filhos. Um deles, Alberto Monteiro de Carvalho e Silva, foi vereador, prefeito de Curitiba, deputado estadual, duas vezes vice-presidente do Paraná e secretário de Agricultura no governo de Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1912-1916).

Roberto Bitencourt da Silva/Luciana Pinheiro

FONTES: ARQ. PUB. PR. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 11/10/2010; CARNEIRO, D.; VARGAS, T. *História*; CASA CIVIL PR. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 11/10/2010; FAUSTO, B. *História*; FICHER, S. *Arquitetos*; GOULART, M. *Coronelismo*; GOV. PR. Casa Civil. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=23>, <<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>>. Acesso em: 17/2/2009; SILVA, J. *Mensagem*; Wikipédia. *Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Affonso_Camargo>. Acesso em: 17/2/2009.

SILVA, José Antônio Correia da

*gov. PE 1890-1891.

José Antônio Correia da Silva foi desembargador e assumiu o governo do estado de Pernambuco em substituição a Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, em 23 de outubro de 1890. Lucena chegara ao governo pernambucano menos de três meses antes, em 4 de agosto, nomeado pelo chefe do governo provisório da União, o marechal Deodoro da Fonseca, com a missão de apaziguar o estado diante das crises políticas que se sucediam desde a proclamação da República (15/11/1889). Contudo, pouco tempo depois, Lucena foi convocado por Deodoro para compor o Supremo Tribunal Federal (STF), criado pelo decreto de 11 de outubro de 1890, que organizou a Justiça Federal, e transmitiu assim o governo a José Antônio Correia da Silva.

José Antônio conseguiu se manter à frente do governo pernambucano por pouco mais de um ano, mesmo em meio às tensões políticas que agitavam o estado de Pernambuco, onde os republicanos históricos e as antigas lideranças influentes durante o Império disputavam o poder. Contudo, diante da crise política desencadeada na esfera federal com a dissolução do Congresso em 3 de novembro de 1891, a renúncia de Deodoro e a posse de Floriano Peixoto em 23 do mesmo mês, preferiu renunciar. Foi substituído em 27 de novembro pelo presidente da Assembleia Legislativa estadual, José Maria de Albuquerque Melo.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; GUERRA, F. *História*; LEVINE, R. *Velha*.

SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E

*dep. fed. MG 1899-1930; emb. Bras. Portugal 1931-1933; emb. Bras. Argentina 1933-1937.

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Barbacena (MG) no dia 29 de setembro de 1871, filho de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o “segundo Antônio Carlos”, e de Adelaide Duarte de Andrada. Membro da célebre linhagem política dos Andradas, era neto de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e sobrinho-neto de seu homônimo José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência”, bem como do primeiro Antônio Carlos. Seu avô foi ministro da Fazenda em 1822, deputado constituinte por São Paulo em 1823, deputado geral por Minas Gerais de 1830 a 1833 e por São Paulo de 1836 a 1842, e mais uma vez ministro da Fazenda em 1840. Seu pai, fundador do ramo mineiro da família, foi deputado geral por Minas Gerais em 1884 e senador estadual em 1891. Seu irmão Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946) foi várias vezes deputado federal, ministro da Fazenda de 1917 a 1918, senador de 1925 a 1926, presidente de Minas Gerais de 1926 a 1930, revolucionário de 1930 e presidente da Assembleia Nacional Constituinte em 1933-1934. Seu primo Martim Francisco Ribeiro de Andrada Júnior foi presidente do Espírito Santo de 1882 a 1883, deputado geral por São Paulo e 1884 a 1885 e deputado federal pelo mesmo estado de 1912 a 1914. Do lado materno, descendia do inconfidente José Aires Gomes.

Fez os estudos preparatórios no Colégio Abílio, em Barbacena, e em 1889 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se formou em 1892. Retornando a Minas, radicou-se em Barbacena, onde advogou, foi professor da Escola Normal e do Ginásio Mineiro, dirigiu o Liceu, foi colaborador de *A Lavoura e Sericultura* e redator e diretor do *Jornal da Tarde*. Foi várias vezes eleito vereador, não só em Barbacena como em outros municípios mineiros: Senhora dos Remédios, Correia de Almeida, Sítio (hoje Antônio Carlos) e Desterro de Melo. Em 1898, fundou a Liga da Lavoura e da Indústria.

Em 1899, casou-se com Corina Lafayette, filha do estadista do Império Lafayette Rodrigues Pereira, e foi eleito deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Tendo o mandato sucessivamente renovado, permaneceria na Câmara dos

Deputados até 1930. Durante alguns anos foi membro da Comissão de Instrução Pública, da Comissão de Finanças (1918), da Comissão de Justiça (1919-1921), da Comissão de Agricultura e da Comissão de Diplomacia. Foi de sua iniciativa o projeto, apresentado em 1916, de programar comemorações para o centenário da Independência do Brasil.

Em meados de 1929, quando se iniciaram as articulações para a sucessão do presidente Washington Luís, foi autorizado por seu irmão Antônio Carlos, então presidente de Minas, a representá-lo, sem restrições, nos encontros da oposição. Em 17 de junho, reuniu-se no Hotel Glória, no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), com o mineiro Francisco Campos e com o líder da bancada gaúcha na Câmara, João Neves da Fontoura, e propôs ao líder gaúcho um acordo entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No encontro ficou acertado que, se as forças majoritárias de situação não lançassem o nome de um político mineiro para suceder a Washington Luís, o PRM proporia o nome de um gaúcho, o prócer republicano Antônio Augusto Borges de Medeiros ou o presidente do estado, Getúlio Vargas. Estabeleceu-se ainda que as duas partes só tornariam o pacto público quando julgassem oportuno, e que só por mútuo consentimento dele se desvinculariam. Finalmente, resolveram que o pacto só vigoraria em relação ao Rio Grande do Sul caso fosse aceito por Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense. Esse acordo, conhecido como Pacto do Hotel Glória, tornou-se mais tarde a base da Aliança Liberal.

A CAMPANHA LIBERAL

No início de agosto de 1929, em face da decisão tomada por Washington Luís de manter a candidatura do paulista Júlio Prestes, os deputados e senadores oposicionistas se reuniram pela primeira vez para escolher a liderança da campanha de oposição, e também os membros da comissão executiva da frente por eles formada, a Aliança Liberal. José Bonifácio foi escolhido para exercer a liderança da Aliança Liberal na Câmara. Ainda em agosto, José Bonifácio e João Neves, representando os estados de Minas e Rio Grande do Sul, proferiram na Câmara discursos em que marcaram oficialmente o rompimento dos dois estados com Washington Luís e o início da campanha em prol das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, este presidente da Paraíba. A partir desse momento, José Bonifácio manteve uma intensa participação nos debates travados na Câmara entre deputados situacionistas e os membros da Aliança Liberal.

Realizadas as eleições em março de 1930, cabia ao Congresso ratificar o parecer emitido pela comissão da Câmara encarregada do exame dos livros eleitorais. No dia 21 de maio, os congressistas ratificaram o parecer da comissão, que, em meio a graves acusações de fraude, concluiu pelo reconhecimento de 14 deputados eleitos por Minas na legenda da Concentração Conservadora — representante da situação federal no estado — e “depurou” (negou reconhecimento) todos os deputados eleitos pela Paraíba. No mesmo dia, após ter sido empossado, José Bonifácio criticou asperamente o governo federal, principalmente quanto à organização e ao funcionamento das juntas apuradoras e ao mecanismo de reconhecimento dos poderes. Em seguida, criticou também o governo federal por obstinar-se na recusa a fornecer auxílio material e tropas ao governo paraibano no conflito de Princesa, em que um adversário do presidente estadual se recusava a reconhecer sua autoridade. No final de maio, participou da reunião da comissão executiva do PRM, da qual fazia parte, em que ficou assentado que a comissão concordava com os compromissos formais assumidos por Antônio Carlos em nome do partido em relação à articulação de um movimento revolucionário. Pouco antes de eclodir a revolução, perseguido pelo governo de Washington Luís, exilou-se na embaixada da Argentina. Nessa ocasião, foi preso seu filho Luís Bonifácio, então com 20 anos.

Vitorioso o movimento revolucionário, foi nomeado em março de 1931 embaixador do Brasil em Portugal. Tendo já assumido o posto, assinou em 30 de abril de 1931, em nome da Academia Brasileira de Letras, o Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro daquele ano. Em agosto de 1933 deixou Lisboa e foi nomeado, em outubro, embaixador na Argentina. Permaneceria no novo posto até o dia 2 de novembro de 1937. Nesse período, foi vice-presidente da delegação brasileira à Conferência Comercial Pan-Americana realizada em Buenos Aires em 1935 e participou também da Conferência do Chaco. De 1º a 31 de dezembro de 1937, serviu como embaixador junto à Santa Sé.

Como jornalista, colaborou no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Americana de História. Foi ainda presidente da Câmara de Comércio Argentino-Brasileira.

Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de fevereiro de 1954, deixando sete filhos. Entre eles destacaram-se Antônio Carlos Lafayette de Andrada, ministro do Supremo Tribunal Federal de 1945 a 1969, José Bonifácio Lafayette de Andrada, deputado federal de 1946 a

1979, e Martim Francisco Lafayette de Andrada, diplomata.

Além de diversas conferências e artigos, publicou edições anotadas de obras de seu sogro, Lafayette Rodrigues Pereira, e escreveu: *Uma fazenda histórica (Borda do campo): o inconfidente José Aires Gomes* (1910), *Geografia econômica do estado de Minas Gerais* (1916-1918), *José Bonifácio, o Segundo — poeta e orador parlamentar: páginas históricas da Independência do Brasil* (1938), *José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da Independência* (1938, 2ª ed. 1939) e *Apontamentos genealógicos da família Andrada*.

Helena Faria

FONTES: CÂM. DEP. *Deputado e embaixador*; COL. EST. EMB. JOSÉ BONIFÁCIO. *Dr. José*; *Encic. Barsa*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. portuguesa*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); *Jornal do Comércio*, Rio (25/2/1954); MIN. REL. EXT. *Anuário*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1930; *Who's who in Brazil*.

SILVA, José Inácio da

*dep. fed. BA 1894-1896 e 1906-1911.

José Inácio da Silva nasceu em Juazeiro (BA) no dia 20 de setembro de 1855, filho de Luís Inácio da Silva e de Rita Clara dos Anjos.

Estudou na Faculdade de Medicina da Bahia, graduando-se em 1879. Em Salvador montou uma clínica para ajudar a população carente, recebendo o título de “Médico dos Pobres”. Em 1883, na cidade de Juazeiro, criou um curso gratuito noturno de gramática portuguesa. Dois anos depois fundou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, cujo hospital seria aberto ao público em 1897. Foi eleito provedor da instituição de 1885 a 1906.

Elegeu-se deputado à Assembleia Provincial da Bahia pelo Partido Conservador, permanecendo na Casa por duas legislaturas, de 1886 a 1889. Com a proclamação da República, foi eleito em 1891 deputado estadual constituinte e participou da Assembleia que elaborou a primeira Constituição estadual da Bahia. Reeleito para o período 1893-1894, manteve-se fiel ao grupo do ex-governador José Gonçalves da Silva quando este rompeu com Luís Viana. Renunciou ao mandato em 1894 por ter sido eleito deputado federal.

Após o primeiro mandato na Câmara dos Deputados, de 1894 a 1896, elegeu-se senador estadual na Bahia para os períodos 1903-1904 e 1905-1906, obtendo a maior votação entre os candidatos. Nesse período, participou da reforma da lei eleitoral e colaborou na discussão do projeto de revisão constitucional, batendo-se pela autonomia dos municípios e pela independência do Poder Judiciário. Fez parte das comissões de Instrução Pública, de Saúde, Estatística e Colonização e da Força Pública. Durante o ano de 1905 foi segundo-secretário da Mesa diretora do Senado Estadual. Renunciou mais uma vez ao mandato, em dezembro de 1905, por ter sido eleito deputado federal.

Retornando à Câmara dos Deputados nas legislaturas 1906-1908 e 1909-1911, pleiteou reeleição para a legislatura 1912-1914. Julgando-se eleito, disputou sem sucesso perante o Senado o reconhecimento de seu diploma. Candidatou-se mais duas vezes, para as legislaturas 1915-1917 e 1918-1920, e, não conseguindo eleger-se, afastou-se da atividade

político-partidária. Passou os últimos anos exercendo a profissão de médico no interior de Alagoas, onde foi nomeado médico da Profilaxia Rural.

Faleceu no dia 8 de fevereiro de 1924.

Casado com Maria Adelaide Gomes da Silva, teve seis filhos.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: ARQ. PUB. BA. Levantamento Geral dos Núcleos Documentais. Núcleo: Tribunal de Justiça, Série: Testamento Particular; *Cartas de Ontem* (p.52); *Revista do Instituto Genealógico da Bahia* (.11, p.140-142, 1959); *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (n.263, p. 60-61; 67-71); SANTOS, M. *Sinopse* (p.13-16; 141-143); *Tarde*. (16/2/1924). Morreu um grande Juazeirense.

SILVA, José Joaquim Monteiro da

*sen. MG 1888-1889; dep. fed. MG 1891-1893

José Joaquim Monteiro da Silva, futuro *barão de Santa Helena*, nasceu na paróquia de Brumado (MG) no dia 27 de agosto de 1827, filho de Protásio Antônio da Silva e de Ana Helena Monteiro de Castro.

Cursou humanidades em Congonhas do Campo, dedicando-se posteriormente às atividades de fazendeiro e banqueiro. Em 1867 recebeu o título de barão do governo imperial, e em 1881 foi eleito vereador em Juiz de Fora (MG) com mandato de três anos. Foi então escolhido presidente da Câmara e agente executivo municipal. Em 1885 foi nomeado vice-presidente da província de Minas e em 1888 tornou-se senador vitalício, cargo que exerceu por pouco tempo, em decorrência do final do Império.

Após a instauração da República em novembro de 1889, voltou a exercer cargo eletivo em 1891, quando foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano e exerceu o mandato até dezembro de 1893. Após o término de seu mandato, assumiu a presidência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, do qual foi um dos fundadores. Manteve-se na gestão dessa instituição financeira até falecer.

Ao longo de sua trajetória participou ativamente da criação da Estrada de Ferro União Mineira, da qual foi diretor. Entre as condecorações que recebeu destacam-se a comenda da Ordem de Cristo e a patente de coronel da Guarda Nacional.

Faleceu em Juiz de Fora no dia 30 de outubro de 1897.

Casou-se, em primeiras núpcias, com Francisca Monteiro de Barros e, posteriormente, com Maria Teresa Monteiro de Castro.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 154); CÂM. MUN. JUIZ DE FORA. Disponível em: <<http://isal.camarajf.mg.gov.br>>. Acesso em: 25/8/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 652-653).

SILVA, José Lourenço de Moraes e

*gov. PI 1908.

José Lourenço de Moraes e Silva nasceu em Castelo do Piauí (PI) em 1857.

Formou-se em direito na Faculdade de Direito do Recife. Foi juiz municipal em Cachoeiro do Itapemirim (ES), juiz de direito em Corrente (PI) e Teresina, chefe de polícia e procurador geral de justiça. Foi também desembargador de justiça no Piauí entre os anos de 1906 e 1919.

Depois que o governador do Piauí Álvaro de Assis Osório Mendes faleceu, em 5 de dezembro de 1907, assumiu o governo Areolino de Abreu. Este pediu licença em algumas ocasiões, e José Lourenço de Moraes e Silva, por ser presidente do Tribunal de Justiça e terceiro vice-governador, assumiu o governo do estado entre 1º e 6 de janeiro de 1908 e de 31 de março a 1º de julho do mesmo ano, quando tomou posse Anísio Auto de Abreu.

Faleceu na cidade de Teresina em 1925.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GONÇALVES, W. *Grande*.

SILVA, José Marcelino da Rosa e

*pres. RN 1888-1889; sen. PE 1898-1902; dep. fed. PE 1903-1911.

José Marcelino da Rosa e Silva nasceu em Recife no dia 2 junho de 1856, filho de Albino José da Silva e de Joana Francisco da Rosa e Silva. Seu irmão Francisco de Assis Rosa e Silva foi ministro da Justiça em 1889, deputado federal e senador por Pernambuco em várias legislaturas, e vice-presidente da República entre os anos de 1898 e 1902.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1877 e iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando passou a integrar o Partido Conservador. Por influência de seu partido, presidiu a província do Rio Grande do Norte de 14 de outubro de 1888 a 14 de maio de 1889.

Proclamada a República (15/11/1889), foi subprefeito de Recife e logo após foi eleito deputado estadual, sendo reeleito para várias legislaturas. Em uma delas, assumiu a presidência da Assembleia Estadual. Em 1896 foi eleito vice-governador de Pernambuco ao lado de Joaquim Correia de Araújo, então eleito governador. Renunciou ao cargo em 1898 para se eleger senador na vaga aberta com a saída do Senado de seu irmão Francisco de Assis Rosa e Silva, então eleito vice-presidente da República. Ocupou uma cadeira no Senado Federal até 1902. Em 1903 foi eleito deputado federal. Assumiu o mandato em maio e foi reeleito sucessivas vezes, ocupando uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1911.

No campo jornalístico, foi um dos donos do jornal pernambucano *A Luta*, fundado em 1871.

Faleceu em Recife em 1939.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande encic. Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História*.

SILVA, José Moreira Alves da

*pres. RN 1885-1886; pres. AL 1886-1887; pres. MA 1888-1889; dep. fed. PE 1897-1906.

José Moreira Alves da Silva nasceu no município de Escada (PE) no dia 28 de novembro de 1850.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando ingressou no Partido Conservador. Foi deputado provincial em Pernambuco na legislatura 1876-1878 e, nos últimos anos do Império, por influência de seu partido, assumiu a presidência de várias províncias: do Rio Grande do Norte, de 1885 até outubro de 1886, de Alagoas, de 1886 a setembro de 1887, e do Maranhão, de abril de 1888 a junho de 1889.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), aderiu ao movimento republicano e em 1891 foi nomeado notário público na cidade de Recife. Eleito deputado estadual, exerceu o mandato de 1892 a 1893. Em 1897 foi eleito deputado federal e, várias vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até o ano de 1906. Depois disso, foi nomeado desembargador no território do Acre.

Faleceu no Acre no dia 8 de maio de 1909.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

SILVA, Lima e

* militar; junta gov. RN 1891-1892.

Francisco de Lima e Silva nasceu no Rio de Janeiro a 25 de abril de 1836, filho de José Joaquim de Lima e Silva, visconde de Magé, e de Maria Eulália de Lima Fonseca. Era neto do marechal de campo José Joaquim de Lima e Silva, sobrinho do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, barão de Barra Grande e regente do Império, e primo de Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias.

Seguiu a carreira militar, sentando praça na Escola Militar em 1850. Alferes de infantaria em 1854, foi promovido a tenente em 1860 e a capitão em 1866. Lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870) e foi promovido a major por atos de bravura em 1869. Chegou a tenente-coronel em 1876 e a coronel em 1886.

Comandava nesse ano o 34º Batalhão de Caçadores, em Natal, quando o deputado federal Miguel Joaquim de Almeida Castro foi eleito governador do Rio Grande do Norte pelo Congresso Constituinte estadual. Apoiou então o governo Miguel Castro, bem como sua declaração de apoio ao fechamento do Congresso pelo presidente Deodoro da Fonseca em 3 de novembro. Com a renúncia de Deodoro e a posse de Floriano Peixoto 20 dias depois, diante da movimentação de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e José Bernardo de Medeiros, líderes do Partido Republicano do estado, no sentido de derrubar Miguel Castro, inclusive com o apoio de Floriano, deixou de apoiar o governador eleito. Segundo Luís da Câmara Cascudo, tomou essa decisão convencido por Manuel do Nascimento Castro e Silva, antigo governador do estado, e por Joaquim Ferreira Chaves Filho, também partidário de Pedro Velho, com a ajuda de Afonso Moreira de Loiola Barata, médico do batalhão que comandava. Note-se que o incentivo de Floriano Peixoto à deposição de Miguel Castro foi-lhe comunicado diretamente por auxiliares próximos de Floriano, como Amaro Cavalcanti Soares de Brito e Aníbal Falcão.

Com a chegada a Natal de Pedro Velho e José Bernardo, que se encontravam no Rio de Janeiro, o coronel Lima e Silva consentiu que estes guiassem sua tropa até o palácio de governo. Ali os dois líderes prenderam Miguel Castro em 28 de novembro, deportando-o em seguida para o Ceará. Assumiu então o poder uma junta governativa que deveria

governar até que fosse eleito um novo Congresso Constituinte estadual que deveria, por sua vez, eleger o novo governador do estado. A presidência da junta foi atribuída ao coronel Lima e Silva, a quem cabia coordenar os dois outros integrantes, Nascimento Castro e Ferreira Chaves. A junta expeliu do governo todos os partidários de Miguel Castro e declarou o Congresso estadual extinto, por ilegitimidade e ilegalidade, tornando também sem efeito todos os atos da administração anterior. Em 17 de dezembro foi marcada a eleição para um novo Congresso Constituinte estadual, que deveria ser instalado a 20 de fevereiro de 1892. Contudo, Lima e Silva, promovido a general de brigada em dezembro de 1891, foi transferido em 11 de fevereiro para Salvador para comandar o 3º Distrito Militar. Não assistiu assim à passagem do poder para o governador eleito em 23 de fevereiro, Pedro Velho. Foi reformado como marechal em 1897.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 2 de setembro de 1902.

Renato Amado Peixoto

FONTES: BARATA, C. *Presidentes*; BARATA, C. *Súmula*; CASCUDO, L. *Governo*; CASCUDO, L. *História da República*; CASCUDO, L. *História do Rio*; FEITOSA, P. *Quase*; SOUZA, I. *República*.

SILVA, Lindolfo Caetano de Sousa e

*dep. fed. MG 1897-1909.

Lindolfo Caetano de Sousa e Silva nasceu na vila de Januária (MG) no dia 12 de janeiro de 1855, filho de Manuel Caetano de Sousa e de Ana de Sousa e Silva.

Fez o curso de humanidades em Diamantina (MG) e ingressou na política filiando-se ao Partido Liberal. Eleito deputado provincial em Minas Gerais, exerceu o mandato entre 1886 e 1889, nas duas últimas legislaturas do Império. Após a instauração da República (15/11/1889), regime do qual era entusiasta, foi eleito deputado constituinte estadual. Participou da elaboração da primeira Constituição republicana de Minas Gerais e exerceu o mandato de 1891 a 1895.

Em 1897 foi eleito deputado federal por Minas. Tomou posse na Câmara dos Deputados em maio do mesmo ano, com mandato até dezembro de 1899, e foi reeleito para as legislaturas 1900-1902, 1903-1905, 1906-1908 e 1909-1911.

Ao longo de sua trajetória política, foi também vereador e presidente da Câmara Municipal de Januária. Dedicou-se ainda à atividade docente e advogou em sua cidade natal, além de ter sido fazendeiro.

Faleceu em Januária em 11 de março de 1909.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 172); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 654); SOUZA, S. *Desenvolvimento*.

SILVA, LUCIANO PEREIRA DA

*dep. fed. AM 1912-1914; consult.-ger. Rep. 1950-1951.

Luciano Pereira da Silva nasceu no Piauí em 1885.

Bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, elegeu-se posteriormente deputado estadual no Amazonas e deputado federal pelo mesmo estado para a legislatura de 1912 a 1914. Consultor jurídico do Ministério da Agricultura, foi presidente e relator das comissões que elaboraram os anteprojetos dos códigos Florestal, Rural e de Minas, respectivamente em 1923, 1942 e 1944.

Durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), assumiu o cargo de consultor-geral da República em junho de 1950, em substituição a Haroldo Teixeira Valadão. Em março de 1951, no início do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), foi substituído por Carlos Medeiros Silva.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 16 de julho de 1975.

Teve cinco filhos.

FONTES: *Câm. Dep. seus componentes*; CORRESP. CONSULT. GER. REP.; *Jornal do Brasil* (17, 18/7/1975).

SILVA, Luís Antônio Domingues da

*dep. geral MA 1886-1889; dep. fed. MA 1892-1910; pres. MA 1910-1914; dep. fed. MA 1915-1922.

Luís Antônio Domingues da Silva nasceu na cidade de Turiaçu (MA) no dia 11 de junho de 1862, filho de Francisco Domingues da Silva e de Antônia de Oliveira Domingues da Silva. Seu avô paterno, homônimo de seu pai, foi ministro do Supremo Tribunal de Justiça durante o Império. Seu tio foi o barão de Tromaí, e seu irmão José Domingues da Silva foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Fez os estudos iniciais no Internato Pernambucano e logo depois ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou bacharel em 1883. Ainda estudante iniciou-se na política sob a influência do barão de Tromaí, defendendo a causa abolicionista e trabalhando como redator nos periódicos *O Abolicionista* e *Revista Acadêmica*.

Em 1884 candidatou-se pela primeira vez a deputado geral pelo Maranhão. Foi derrotado pelo conselheiro Almeida de Oliveira por uma pequena margem de votos, mas conseguiu se eleger deputado provincial pelo Partido Conservador. Foi afinal eleito deputado geral, e concomitantemente reeleito deputado provincial, com mandato de 1886 a 1889, chegando a presidente da Assembleia Provincial.

Após a proclamação da República, filiou-se ao Partido Católico, que ajudou a fundar ao lado do líder político e religioso João Tolentino Guedelha Mourão – o partido se fundiria depois com os partidos Nacional e Republicano Constitucional. Em 1892 foi eleito deputado federal, juntamente com Benedito Pereira Leite e Cristino Cruz, depois da anulação dos diplomas de Damaso Pereira, do barão do Alto Mearim e do padre Joaquim Sampaio Castelo Branco. Foi reeleito sucessivas vezes até a legislatura 1909-1911, quando renunciou para assumir o governo do estado do Maranhão.

Sua chegada ao governo do estado ocorreu em um conturbado momento da política maranhense no qual atuou significativamente. O vice-presidente estadual Artur Quadros Colares Moreira assumira o governo do Maranhão em 25 de maio de 1908, em virtude do afastamento do titular Benedito Leite para tratamento de saúde. Em 25 de fevereiro de 1909 Colares Moreira viajou para a Paraíba e para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para tratar de assuntos particulares e políticos, visando às próximas eleições estaduais, e foi

substituído pelo presidente da Assembleia Legislativa, Mariano Martins Lisboa Neto. Quando Colares regressou a São Luís, em 12 junho, o presidente em exercício recusou-se a entregar-lhe o governo, afirmando que havia perdido o mandato ao se ausentar do estado sem autorização do Poder Legislativo. A contenda só foi resolvida com a intervenção de políticos importantes no cenário nacional, como Nilo Peçanha e Pinheiro Machado. Ficou decidido então que Mariano Martins Lisboa Neto renunciaria à presidência do Congresso estadual e Artur Quadros Colares Moreira à vice-presidência do estado, passando o governo em 29 de junho de 1909 às mãos do novo chefe do Legislativo estadual, Américo Vespúcio Reis.

Durante toda essa disputa, Luís Antônio Domingues da Silva teve papel relevante, articulando no Rio de Janeiro e no Maranhão o fim das tensões. Assim, nas eleições seguintes, foi eleito presidente do estado como candidato único, e em 1º de março de 1910 recebeu o governo das mãos do interino Frederico de Sá Filgueiras. Fez uma administração marcada por empréstimos importantes para sanar dívidas estaduais, por benefícios à lavoura e por melhorias nas estradas de ferro e na navegação fluvial. No campo educacional, restabeleceu a Escola de Educandos Artífices, reformou o Liceu Maranhense e a Escola Modelo Benedito Leite, e criou a Inspetoria Geral da Instrução Pública. Comprou ainda para o estado a coleção artística de Artur Azevedo, teatrólogo, jornalista e contista maranhense renomado nacionalmente. Encerrou seu governo em 1º de março de 1914, quando teve início o de Herculano Nina Parga.

Depois de ter sido presidente do estado, foi novamente eleito deputado federal pelo Maranhão em 1915, e sucessivamente reeleito até a legislatura 1921-1923. Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão Especial do Código Civil, na qual atuou nos capítulos sobre posse e propriedade. Também representou a Câmara dos Deputados no Congresso Jurídico Americano.

Além da política, exerceu por muitos anos a advocacia e dirigiu negócios da família. No campo jornalístico, escreveu no periódico *A Cruzada*, órgão do Partido Católico do Maranhão. Também foi membro da Academia Maranhense de Letras.

Faleceu na cidade de São Luís no dia 11 de julho de 1922.

Foi casado com Aureliana de Viveiros Coqueiro, filha de João Antônio Coqueiro, diretor Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1901 e 1905.

Publicou os seguintes folhetos: *Ensino agrícola – discurso na Assembleia Provincial do Maranhão* (1885), *Casamento civil e divórcio*, *Aos meus amigos mineiros – discurso no banquete oferecido à bancada mineira*, *Elementos para a resposta da Comissão da Câmara dos Deputados ao senador Rui Barbosa* e *Carta aberta ao general Pinheiro Machado sobre o empréstimo externo do Maranhão*. A seu respeito, Virgílio Domingues Filho publicou *Vida e obra de Luís Domingues* (1982). Elevada a município em 1961, a vila Carutapera recebeu o nome de Luís Domingues em sua homenagem.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; DOMINGUES FILHO, V. *Vida*; MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.

SILVA, Marcelo Francisco da

*dep. fed. GO 1906-1917.

Marcelo Francisco da Silva nasceu na vila de São José do Tocantins, atualmente Niquelândia (GO), no dia 16 de janeiro de 1878, filho de Paulo Francisco da Silva e de Teodolina José Taveira.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais e em maio de 1904 foi nomeado procurador seccional do estado de Goiás. Exerceu o cargo até outubro de 1905, quando pediu exoneração a fim de participar das eleições a serem realizadas em 30 de janeiro de 1906. Nesse pleito foi eleito deputado federal por Goiás. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, reelegeu-se para as três legislaturas seguintes e integrou Câmara dos Deputados integrou as comissões de Redação e Leis, e de Obras Públicas e Viação. Permaneceu no Legislativo federal até dezembro de 1917, quando se encerraram a legislatura e seu último mandato.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SILVA, Pedro Borges da

*dep. fed. PI 1924-1926 e 1927-1929.

Pedro Borges da Silva nasceu em São João do Piauí (PI) no dia 29 de abril de 1890, filho de Raimundo da Silva Borges e de Maria da Conceição Borges da Silva. Seu pai foi intendente da cidade de Floriano (PI) e diversas vezes deputado estadual no Piauí.

Diplomado pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, retornou ao Piauí depois de formado e entre 1916 e 1920, durante o governo Eurípedes Clementino de Aguiar, foi chefe de Polícia, secretário de Governo e secretário da Fazenda. Continuou atuando junto ao governo estadual durante a gestão de João Luís Ferreira (1920-1924).

Elegeram-se deputado federal pelo Piauí em 1924 e exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1926. Em junho do ano seguinte voltou a fazer parte da bancada piauiense na vaga aberta com a morte do deputado Armando César Burlamaqui. Permaneceu na Câmara dos Deputados até o final da legislatura, em 1929.

Foi também juiz de direito federal e ministro do Tribunal de Segurança Nacional no Rio de Janeiro.

Dirigiu a revista *Alvorada* e colaborou nas revistas *Floriano*, *Piauí*, *Revista Acadêmica* e *Revista da Academia Piauiense de Letras*.

Faleceu no Rio de Janeiro, em abril de 1961.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GONÇALVES, W. *Grande*.

SILVA, Pedro Ferreira e

*dep. fed. SC 1897-1899.

Pedro Ferreira e Silva nasceu em Santa Ana do Catu (BA) no dia 19 de maio de 1867, filho de Manuel Ferreira de Sant'Ana e de Ana Procópio Ferreira e Silva.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1884, transferiu-se em 1886 para Itajaí (SC). Alguns anos depois, em 1891, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de Santa Catarina. Reeleito, exerceria o mandato até 1897. Nesse ínterim, em 1895, obteve a patente de coronel-comandante da Brigada de Artilharia da Guarda Nacional da Comarca de Itajaí.

Em 1897 foi eleito deputado federal por Santa Catarina para a legislatura 1897-1899. Mais tarde retornou à Assembleia Estadual, cumprindo o mandato de 1907 a 1912. Também foi prefeito de Itajaí.

Faleceu em Blumenau no dia 31 de maio de 1911.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*.

SILVA, Raimundo Borges da

*gov. PI 1914-1915.

Raimundo Borges da Silva nasceu em São Raimundo Nonato (PI).

Iniciou sua vida política ainda durante o Império, ocupando uma cadeira na Assembleia Provincial piauiense no biênio 1888-1889. Depois da proclamação República (15/11/1889) continuou sua atividade política, elegendo-se deputado estadual constituinte em 1892 e reelegendo-se sucessivamente até 1912. Paralelamente, foi intendente (prefeito) de Floriano (PI) entre 1901 e 1904, entre 1909 e 1912 e entre 1913 e 1916.

Vice-governador do Piauí durante a gestão de Miguel de Paiva Rosa (1912-1916), assumiu o governo estadual entre 12 de julho de 1914 e 8 de fevereiro de 1915 durante impedimento do governador. Foi vice-governador pela segunda vez durante a gestão de João Luis Ferreira (1920-1924). Em seguida, voltou a ocupar a intendência de Floriano, entre 1925 e 1928. Afastou-se da vida pública após a Revolução de 1930, retornando apenas em 1934, quando se elegeu deputado estadual constituinte.

Foi casado com Maria da Conceição Borges da Silva. Um de seus filhos, Pedro Borges da Silva, também seguiu a carreira política, representando o Piauí na Câmara dos Deputados entre 1924 e 1926 e entre 1927 e 1929.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

SILVA, Rosa e

*dep. geral PE 1886-1889; min. Just. 1889; const. 1891; dep. fed. PE 1891-1896; sen. PE 1896-1898; vice-pres. Rep. 1898-1902; sen. PE 1903-1911, 1915-1917 e 1924-1929.

Francisco de Assis Rosa e Silva nasceu em Recife no dia 4 de outubro de 1847, filho de Albino José da Silva e de Joana Francisca da Rosa e Silva.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1878 e obteve o título de doutor, pela mesma faculdade, em 1879. Ainda no Império ingressou na política, filiando-se ao Partido Conservador, e iniciou-se no jornalismo, colaborando no jornal *O Tempo*. Foi deputado provincial por três legislaturas consecutivas, entre 1882 e 1887, e deputado geral por Pernambuco na última legislatura imperial, de 1886 a 1889. Ocupou também a pasta da Justiça entre 4 de janeiro e 7 de junho de 1889, no gabinete conservador presidido pelo conselheiro João Alfredo.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. A partir de então iria tornar-se um político cada vez mais influente, tanto na esfera federal quanto em Pernambuco. Foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, tomou posse em 15 de novembro seguinte e foi signatário da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Iniciada a legislatura ordinária em junho seguinte, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Em 1893 participou da fundação do Partido Republicano Federal (PRF), iniciativa do deputado paulista Francisco Glicério, que desejava fundar uma agremiação de âmbito nacional, coesa e disciplinada, que respeitasse e defendesse a Constituição da República. O PRF defendeu a candidatura presidencial de Prudente de Moraes, que foi eleito em março de 1894. Na mesma ocasião Rosa e Silva foi reeleito deputado federal para a legislatura 1894-1896, e em seguida foi escolhido presidente da Câmara dos Deputados.

Em maio de 1896, ainda antes do fim da legislatura, deixou a Câmara ao ser eleito para o Senado na vaga aberta com a eleição de seu aliado Joaquim Correia de Araújo para o governo de Pernambuco. Seu mandato iria até 1902, mas foi convidado a participar, como candidato a vice-presidente da República, da chapa de Campos Sales nas eleições de março de 1898. Eleito, renunciou à cadeira no Senado e tomou posse em 15 de novembro. Manteve, porém, o vínculo com o Senado, já que, segundo a Constituição, a presidência da

Casa cabia ao vice-presidente da República. Também como vice-presidente assumiu o interinamente o governo por 20 dias, em 1900, em virtude de uma viagem realizada por Campos Sales à Argentina. Em 1901, adquiriu o *Diário de Pernambuco*, tradicional jornal fundado em 1825, e entregou sua direção ao jornalista Artur Orlando. Findo o governo Campos Sales em 15 de novembro de 1902, foi mais uma vez eleito senador, agora para um mandato de nove anos (1903-1911). Foi o autor da nova Lei Eleitoral, de nº 1.269, sancionada pelo presidente Rodrigues Alves em 15 de novembro de 1904, que ficaria conhecida como Lei Rosa e Silva. Ao longo de todo esse período, sempre teve aliados no governo de Pernambuco: além de Correia de Araújo, Segismundo Antônio Gonçalves (duas vezes governador), Antônio Gonçalves Ferreira e Herculano Bandeira de Melo.

Em 1911, na sucessão deste último, Rosa e Silva decidiu disputar ele próprio o governo de Pernambuco com o general Emídio Dantas Barreto, desde 1910 ministro da Guerra do governo Hermes da Fonseca. Num dos momentos mais tensos de sua história política, insultos, brigas, invasão de jornais, manifestações populares e disputas entre seus partidários, os “rosistas”, e, de outro lado, os “dantistas” tornaram-se frequentes, chegando a ser noticiadas nos jornais de Lisboa. Só após a intervenção de Estácio Coimbra, que, como presidente da Assembleia Legislativa, substituiu interinamente Herculano Bandeira de Melo no governo, a realização da eleição em 5 de novembro, e a convocação do Congresso estadual para o reconhecimento do candidato eleito, a situação começou a se definir. Em meio a acusações de fraude, apesar de sua influência e hegemonia política em Pernambuco durante toda a Primeira República, Rosa e Silva foi derrotado, e Dantas Barreto foi legitimado como governador.

Pelo estreito vínculo com a candidatura Rosa e Silva, o *Diário de Pernambuco* teve sua sede apedrejada e invadida e, por isso, não circulou durante 14 dias. Voltou a 25 de novembro para em seguida fechar suas portas até janeiro de 1912. Mas seu período oposicionista durou pouco, pois em fevereiro acabou sendo empastelado em definitivo pelo novo governo e foi fechado. Em janeiro de 1913 foi comprado pelo coronel Carlos Benigno Pereira de Lira. No entanto, a ligação do jornal com Rosa e Silva ainda parecia tão forte aos olhos do povo que, nas eleições para o Senado em 1915, sua sede foi novamente apedrejada por pessoas revoltadas com o fato de o Congresso ter reconhecido a eleição do antigo líder e não a de José Bezerra Cavalcanti.

Rosa e Silva retornou ao cenário político como senador por Pernambuco de 1915 a 1917 e de 1924 a 1929.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 1º de julho de 1929.

Casou-se duas vezes: a primeira, com Maria das Dores Araújo, e a segunda, com Heloísa Graça Aranha.

Juliana Sampaio

FONTES: ASSEMB. LEGISL. PE. Francisco de Assis Rosa e Silva. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/links/FranciscoAssisRosaSilva.html>>; DEP. ENG. CIVIL. *Francisco de Assis Rosa e Silva*. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/PBFARS.html>>; DUARTE, J. *Almanaque*; Pernambuco de A - Z. *Rosa e Silva*. Disponível em: <http://www.peaz.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1242&Itemid=154>; SENADO. Galeria de Presidentes do Período da República Velha (1889-1930). Francisco de Assis Rosa e Silva. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/presidentes/p_rep_Rosa_e_Silva.asp>.

SILVA, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e

*militar; dep. fed. RS 1894-1907; min. Guerra 1912-1914; min. Mar 1913; min. STM 1914.

Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva nasceu em Goiana (PE) no dia 3 de março de 1852.

Assentou praça em 9 de setembro de 1870 e entrou para a Escola Militar, na qual passou a alferes-aluno em 8 de janeiro de 1875. Ao concluir o curso, formou-se engenheiro militar, de acordo com o que previa o Regulamento para as Escolas do Exército, Decreto nº 5.529, de 17 de janeiro de 1874. Foi promovido a segundo-tenente em 31 de janeiro de 1877, a primeiro-tenente em 25 de maio de 1878, e a capitão em 25 de julho de 1880.

Durante o movimento de 15 de novembro de 1889, que culminou com a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, esteve ao lado dos rebeldes, tendo comandado uma companhia formada por 56 alunos da Escola Superior de Guerra (ESG). Sua atuação durante o movimento valeu-lhe, em 29 daquele mês, a promoção a major. Foi promovido a tenente-coronel em 17 de março de 1890, ano em que também foi designado comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul. Sua permanência nesse estado resultou na sua eleição para deputado estadual na legislatura 1891-1893. Contudo, nesse último ano, a crise política e a importância das estradas de ferro como elemento estratégico o levariam à direção da Estrada de Ferro Central do Brasil no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Desde novembro de 1891, diante do fechamento do Congresso Nacional pelo presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891), várias manifestações contrárias haviam estourado em todo o país. Uma delas foi a greve dos trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, no dia 22 daquele mês. Acuado por outras ameaças, no dia seguinte Deodoro renunciou. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto (1891-1894), que logo começou a sofrer pressões para a realização de eleições, como previa a Constituição. Floriano resistia e, diante da intensificação dos protestos, entre outras medidas, em 20 de março de 1893 nomeou Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, oficial de sua

confiança, diretor da Central do Brasil.

Em setembro daquele ano, os opositores de Floriano novamente procuraram atingir o sistema ferroviário da capital do país. No dia 4 daquele mês, liderada pelo tenente Augusto Vinhais, estourou nova greve dos trabalhadores da ferrovia. Em seguida, no dia 6, teve início a Revolta da Armada, quando altos oficiais da Marinha sublevaram navios fundeados na baía da Guanabara. No dia 13 de setembro começaram os bombardeios aos fortes do litoral fluminense em poder do Exército. Com a intensificação do conflito, parte da população do Rio de Janeiro abandonou a cidade. As estações da Estrada de Ferro Central do Brasil ficaram abarrotadas e, em trens especiais, os moradores fugiram em busca de refúgio em locais seguros. Em março do ano seguinte, a rebelião foi finalmente derrotada. Antes, porém, em 31 de janeiro de 1894, por sua atuação como diretor da ferrovia durante a crise política, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva foi promovido a coronel.

Ainda durante sua gestão à frente da Estrada de Ferro Central do Brasil, foi feito o prolongamento da ferrovia pelo estado de Minas Gerais, que então passava por um processo de modernização e iniciava a construção da nova capital, Belo Horizonte.

Ingressou na política e no pleito de 1894 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Assumiu, no dia 7 de maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 30 de novembro de 1894 deixou a direção da Central do Brasil. Foi reeleito deputado federal em 1897, 1900, 1903 e 1906. No dia 4 de janeiro de 1907 renunciou, antes do término do seu último mandato, para retornar à atividade militar. Por decreto desse mesmo mês foi nomeado comandante interino do 7º distrito militar em Mato Grosso, cargo que exerceria até dezembro de 1908, data em que seria nomeado comandante da 2ª brigada de cavalaria. Antes, porém, em 24 de julho desse ano, foi promovido a general de brigada e, de 1909 a 1910, exerceu o cargo de inspetor permanente da 11ª região militar. Em novembro desse último ano foi nomeado comandante da 2ª brigada estratégica.

Em março de 1911 assumiu a função de inspetor especial de guerra, de quartéis e estabelecimentos militares do Rio Grande do Sul. Em abril seguinte foi nomeado inspetor permanente da 12ª região, cargo que exerceu até setembro, quando foi transferido para a 9ª região como inspetor permanente. Em 31 de maio desse mesmo ano foi promovido a

general de divisão. Assumiu o comando do 4º Distrito Militar (hoje 1ª Região Militar) no dia 14 de setembro de 1911, função que exerceria até 8 de março de 1912. Embora institucionalmente fosse responsável pelos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, durante o período final de sua gestão foi chamado a intervir no estado da Bahia para solucionar o conflito político ali ocorrido.

Em fins de 1911, por um acordo político feito com José Joaquim Seabra, cujo objetivo último era retardar ao máximo a realização das eleições estaduais programadas para o dia 28 de janeiro de 1912, o presidente do estado, João Ferreira de Araújo Pinho, renunciou ao cargo. Seu sucessor natural, o presidente do Senado estadual, padre Manuel Leôncio Galvão, recusou-se a substituí-lo. Com isso, assumiu o governo do estado o presidente da Assembleia estadual e adversário de Seabra, Aurélio Viana. Com objetivo de impedir uma intervenção federal e de manter o domínio local para o seu grupo político, o novo presidente decidiu mudar a capital do estado e a Assembleia Legislativa para a cidade de Jequié. Tal ato foi contestado judicialmente e a recusa de Viana em acatar a ordem judicial levou ao bombardeio da cidade de Salvador no dia 12 de janeiro. Em consequência, Aurélio Viana renunciou, mas, no dia 22, foi reconduzido ao cargo. Contudo, uma reação popular culminou com a fuga do presidente do estado, que se refugiou, primeiro, no consulado da Venezuela e, em seguida, no da França. Finalmente, no dia 27, Viana renunciou novamente ao cargo. No dia seguinte, realizaram-se as eleições que resultaram na vitória de J. J. Seabra.

Antes da posse do novo governante, porém, era preciso normalizar a situação política estadual. Foi com o intuito de solucionar a crise que o presidente da República, marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), para lá enviou o general Vespasiano. O objetivo era reconduzir Aurélio Viana ao poder até a posse de Seabra, mas Viana recusou-se a retornar à presidência do estado. Em seguida, Vespasiano tentou que o padre Galvão assumisse o cargo, mas este impôs condições inexecutáveis, o que impediu sua nomeação. Por último, o general recorreu a Bráulio Xavier, presidente do Tribunal e terceiro na linha sucessória, que finalmente aceitou assumir o poder, revogando, de imediato, a transferência da capital para

Jequié e governando o estado até a posse de J. J. Seabra.

O bombardeio sobre a cidade de Salvador teve, porém, outra consequência que envolveu diretamente o general Vespasiano de Albuquerque. Em virtude de uma desavença política, o então ministro da Guerra, general Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, deixou o cargo. Vespasiano de Albuquerque, que já havia substituído Mena Barreto no comando do 4º Distrito Militar, novamente o substituiu. Nomeado em 3 de março de 1912, tomou posse como ministro da Guerra no dia 31 do mesmo mês.

Durante o tempo em que ocupou este ministério, foram expedidos regulamentos para a instrução e serviços gerais nos corpos de tropa, para o tiro de infantaria, para os colégios militares, para a Escola Prática do Exército e para a de Estado-Maior, para as fábricas militares de pólvora e cartuchos e para o tiro de artilharia de campanha. Foi criado, ainda, um Colégio Militar no estado de Minas Gerais.

Também em sua gestão, precisamente em princípios de 1913, ocorreu a primeira tentativa oficial de se criar uma aviação para o Exército. Vespasiano de Albuquerque contratou uma empresa, criada às pressas pelos aviadores italianos Gian San Felice Gino, Vitório Bucelli, Eduino Orione e Arturo Jona, com o objetivo de dar início à escola de aviação. Tal intento, porém, não foi levado adiante. A Escola Brasileira de Aviação (EBA) faliu cinco meses depois de inaugurada, em 18 de junho de 1914.

Vespasiano de Albuquerque acumulou interinamente, junto com a pasta da Guerra, o cargo de ministro da Marinha, entre 12 de julho e 2 de agosto de 1913. Sua administração no Ministério da Guerra prolongou-se até o fim do quadriênio de Hermes da Fonseca, em 15 de novembro de 1914, quando passou a pasta ao general Caetano de Faria.

Antes mesmo de deixar a pasta da Guerra já havia sido nomeado, em 25 de setembro de 1914, ministro do então Supremo (atual Superior) Tribunal Militar (STM). Tomou posse no dia 30 do mesmo mês. No dia 18 de novembro foi reformado, em 24 seguinte afastou-se do cargo e em 26 do mesmo mês foi posto em disponibilidade.

Foi ainda professor e, mais tarde, diretor da antiga Escola de Guerra e chefe do Estado-Maior do Exército.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 9 de julho de 1924.

Teve uma filha.

Cláudio Beserra de Vasconcelos/Mirna Aragão

FONTES: 1.^a REG. MIL. *Galeria*. Disponível em: <<http://www.lrm.eb.mil.br/index.php/galeria.html>>. Acesso em: 30/4/2011; ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. RS. *Parlamentares*; BRASIL. *Coleção das Leis do Império*(1874); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COL. MIL. PORTO ALEGRE. *Ex-alunos*; *Encyc. e Diccionario Internacional* (v. I, p. 1244); FAUSTO, B. *História*; *Jornal do Comércio*, RJ. (10/7/1924, p. 5); LAGO, L. *Conselheiros* (p. 32); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 55); LEMOS, R. *Benjamin*; LOPES, T. ; TORRES, G. *Ministros* (p. 169); MALUF, R. *Governantes*; NASCIMENTO, N. *Revolução*; SALES, M. *Modernização* (p.86-96); SILVEIRA, A. *Enciclopédia*; SUP. TRIB. MIL. DIR. DOC. *Ministros*; TAVARES, L. *História*; TRINDADE, H.; NOLL, M. *Subsídios*.

SILVEIRA, ALARICO DA

*magistrado e jornalista; secr. Pres. Rep. 1926-1930; min. STM 1929-1934.

Alarico da Silveira nasceu em São Paulo no dia 11 de janeiro de 1875.

Iniciou suas atividades jornalísticas em 1895 como redator do periódico *Guanumbi*, em Casa Branca (SP), e formou-se em 1899 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Passou então a advogar em Casa Branca, onde fundou o Grêmio Literário e Recreativo e colaborou nos jornais *Oeste de São Paulo*, *Tribuna Livre* e *Vera Cruz*, até ser nomeado promotor das comarcas de Caconde (SP) e Ituberava (SP).

Em 1905, transferiu-se para a capital paulista, onde trabalhou no jornal *São Paulo*, escrevendo artigos sobre política internacional. Trabalhou também no *Correio Paulistano*, do qual foi secretário e redator-chefe de 1909 a 1910. Durante o governo do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), chefiou em 1914 o Gabinete de Censura à Imprensa, quando da suspensão das garantias constitucionais em virtude da vigência do estado de sítio no país. Em 1920, assumiu a Secretaria do Interior de São Paulo, a convite do presidente estadual Washington Luís, empossado naquele ano. Na época, integrou o movimento literário “Verde-Amarelo”, ao lado de Plínio Salgado, Menotti del Picchia e outros.

Em novembro de 1926, logo após a posse de Washington Luís na presidência da República, foi nomeado secretário da Presidência da República. Em setembro de 1927, tornou-se membro da delegação brasileira à VI Conferência Pan-Americana, realizada em Havana, Cuba, onde participou ativamente da discussão dos problemas relativos à cooperação intelectual no continente. Ainda em 1927, foi convidado pelo Ministério da Guerra para proferir conferências sobre direito internacional nas escolas de Estado-Maior e de Intendência do Exército, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em outubro de 1929, foi nomeado ministro do Supremo, hoje Superior Tribunal Militar (STM), mas pediu licença no mês seguinte para reassumir a Secretaria da Presidência da República. Em janeiro de 1930 voltou ao STM, deixando o tribunal em 1934, ao ser posto em disponibilidade.

Foi também policial de carreira nos municípios paulistas de Iguape, Descalvado, Pindamonhangaba e São Carlos, diretor da Repartição de Salubridade Pública e da Repartição de Limpeza Pública de São Paulo e membro do Tribunal de Contas de São Paulo. Como jornalista, escreveu nas publicações *Novíssima*, onde divulgou suas idéias

nacionalistas e americanísticas, e *Vila Moderna*.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 5 de março de 1943.

Foi casado com Dinorá Ribeiro Silveira, com quem teve uma filha, Diná Silveira de Queirós, escritora e membro da Academia Brasileira de Letras, casada em segundas núpcias com o diplomata Dario de Castro Alves, que chefiou a embaixada brasileira em Lisboa.

Publicou a *Enciclopédia Brasileira* (1º volume, 1958) e *A convenção de Itu*, deixando inédito o livro *Estudos brasileiros* e inacabado o *Dicionário de idiotismos da língua portuguesa*.

FONTES: CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Efemérides Paulistas*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (28/11/1982); LAGO, L. *Conselheiros*; MACEDO, R. *Efemérides*; MELO, L. *Dicionário*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; SILVA, H. 1935.

SILVEIRA, Antônio Luís da

* dep. fed. MG 1900-1902.

Antônio Luís Monteiro da Silveira nasceu no arraial de Madre de Deus do Angu, atual cidade de Angustura (MG), por volta da década de 1840, filho de José Luís da Silveira e de Maria da Conceição Monteiro de Barros. Pelo lado materno descendia de família devotada à política: seu bisavô Lucas Antônio Monteiro de Barros, barão de Santa Alda e visconde de Congonhas do Campo, foi o primeiro presidente da província de São Paulo (1824-1827) e presidente do Superior Tribunal de Justiça entre os anos de 1832 a 1842; seu avô, Antônio Augusto Monteiro de Barros, foi deputado geral e senador entre 1828 e 1841; seu tio Marcos Antônio Monteiro de Barros foi senador de 1826 a 1852; outro tio, Romualdo José de Barros, barão de Paraopeba, foi vice-presidente da província de Minas Gerais em 1850.

Bacharel em direito, foi negociante e detentor de uma casa de prestação de serviços médicos em seu distrito natal entre 1885 e 1889. Em 1900 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, nela permaneceu até dezembro de 1902, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu em Angustura, acredita-se que no início do século XX, já que seu nome consta nas listas de eleitores até 1901.

Casou-se com Filomena Vidal Leite Ribeiro, com quem teve uma filha.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. MG. *Relação de Negociantes da Freguesia de Made de Deos de Angustura (1895-1890)*. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/angustura/index.html>>. Acesso em: 6/5/2010; BARBOSA, W. *História; CÂM. DEP. Deputados brasileiros*; Geneaminas. *Genealogia mineira*. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp>>. Acesso em: 6/5/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); Leopoldinense. *Madre Dios do Angu – Angustura*. Disponível em: <<http://www.leopoldinense.com.br/base.asp.com.br>>. Acesso em: 6/5/2010; TRIB. SUP. ELEIT. *Lei Rosa e Silva*. Disponível em:

<http://www.tse.gov.br/internet/institucional/glossario-eleitoral/termos/lei_rosa.htm>. Acesso em: 6/5/2010; VASCONCELOS, D. *História*; Wikipédia. *Família Monteiro de Barros*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio>>. Acesso: 6/5/2010.

SILVEIRA, Carlos Baltasar da

*militar; ch. EMA 1891; pres. RJ 1891-1892; min. Marinha 1898-1899.

Carlos Baltasar da Silveira nasceu na Bahia no dia 6 de junho de 1843, filho de Augusto Baltasar da Silveira e de Constança Perpétua Pinto Paca.

Ingressando na Marinha em 1858, passou a guarda-marinha 1860 e foi promovido a segundo-tenente em 1862. Lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870) e durante o conflito foi promovido a primeiro-tenente, em 1865, e a capitão-tenente, em 1869, por atos de bravura. Por sua participação na guerra recebeu várias medalhas e condecorações.

Continuando a carreira na Marinha, atingiu os postos de capitão de fragata em 1877 e de capitão de mar e guerra em 1883. Entre junho de 1888 e junho de 1889 foi presidente do Clube Naval. Ainda durante o Império, foi membro do Conselho do Imperador.

Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, proclamou a República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. Foi promovido a contra-almirante em maio de 1890 e nomeado chefe do Estado-Maior da Armada nacional em janeiro de 1891. Em 3 de novembro desse ano, sofrendo contestações no parlamento, o presidente Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional. Vinte dias depois, uma revolta da Esquadra obrigou-o a renunciar e a transferir o governo ao vice-presidente Floriano Peixoto. Diante desse conturbado quadro político, no dia 10 de dezembro de 1891, Francisco Portela, importante aliado de Deodoro da Fonseca, renunciou à presidência do estado do Rio de Janeiro, por não ter mais apoio do poder federal. Nomeado por Floriano Peixoto, Carlos Baltasar da Silveira assumiu então o governo fluminense.

Em sua administração procurou desmontar a rede política criada por seu antecessor, que era baseada no clientelismo e preteria grande parte da corrente republicana fluminense. Dessa forma, fechou o Congresso estadual e revogou a Constituição republicana fluminense de 1891. Convocou eleições para uma nova Assembleia Constituinte estadual, e em 15 de janeiro de 1892 a chapa apoiada por seu governo saiu vitoriosa. Em março, José Tomás da Porciúncula, seu aliado político, foi eleito presidente da Assembleia. Em 9 de abril a nova Constituição do estado do Rio de Janeiro foi promulgada, e Baltasar da Silveira foi eleito presidente provisório do estado, já que novas eleições para o Legislativo e o Executivo

estaduais foram marcadas para o dia 24 do mesmo mês. Nesse pleito José Tomás da Porciúncula foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro, e em 3 de maio Baltasar da Silveira transmitiu-lhe o governo.

Em junho de 1894 Baltasar da Silveira reformou-se da Marinha como almirante. Voltou à atividade política em 15 de novembro de 1898, quando foi nomeado ministro da Marinha pelo recém-empossado presidente Campos Sales (1898-1902), em substituição ao contra-almirante Manuel José Alves Barbosa. Ocupou a pasta até 19 de agosto do ano seguinte, quando renunciou. Seu substituto foi o contra-almirante José Pinto da Luz.

Por suas atividades militares, foi agraciado com a grã-cruz da Ordem de Aviz e com a comenda da Ordem da Rosa. Tornou-se também cavaleiro da Ordem do Cruzeiro e oficial da Ordem de Cristo. Foi sócio das sociedades de geografia de Lisboa e do Rio de Janeiro e do Instituto Politécnico.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 3 de maio de 1913.

Foi casado com Ana de Sousa Ramos, filha dos viscondes de Jaguari, José Ildefonso de Sousa Ramos e Henriqueta Carolina dos Santos, e teve dez filhos.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. Governos; ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/baltazar_silveira.html>. Acesso em: 9/3/2011; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 9/3/2011; FERREIRA, M. República; LACOMBE, L. Chefes.

SILVEIRA, Firmino Gomes da

*const. 1891; sen. PB 1891-1893.

Firmino Gomes da Silveira nasceu na cidade de São João (PB).

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife, ainda durante o Império. Depois de formado, assumiu vários cargos em diversas províncias do país. Foi chefe de polícia na província do Amazonas e, posteriormente, na de Mato Grosso, e ainda juiz municipal na cidade de Sousa (PB). Foi também chefe de polícia em Santa Catarina e juiz municipal no Paraná.

Ingressou na política depois da instalação do regime republicano em 15 de novembro de 1889, quando, em 15 de setembro de 1890, foi eleito senador constituinte pela Paraíba. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a cumprir o mandato ordinário, até o ano de 1893.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 2 de maio de 1896.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

SILVEIRA, Flávio Amaro da

*dep. fed. DF 1915-1917 e 1927-1929.

Flávio Amaro Correia da Silveira foi eleito deputado federal pela primeira vez em 1915. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados como representante do Distrito Federal em maio do mesmo ano e exerceu o mandato até se encerrar a legislatura em 31 de dezembro de 1917. Integrou os quadros da Aliança Republicana, fundada nesse ano por Paulo de Frontin, ao lado de Figueiredo Rocha, Otacílio Camará e outros políticos. Voltou a ser eleito deputado federal em 1927, tendo sido o segundo candidato mais votado, com 3.415 votos. Retornou à Câmara dos Deputados entre maio desse ano e dezembro de 1929.

Foi casado com Léa Maria Azeredo da Silveira e deixou geração. Seu avô, senador Manuel Francisco Correia, foi ministro e senador do Império. Seu sogro, Antônio Francisco de Azeredo, foi jornalista, constituinte de 1891 e senador por Mato Grosso de 1897 a 1930. Seu filho, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, diplomata, foi embaixador do Brasil na Argentina de 1969 a 1974, ministro das Relações Exteriores do governo Ernesto Geisel, de 1974 a 1979, e embaixador nos Estados Unidos de 1979 a 1983

Evelyn Morgan Monteiro Paiva

FONTES: ABREU, A.; LAMARÃO, S. *Personalidades*; Arquivo IHGB; CÂM. DEP. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Diário Oficial da União* (23/4/1915, 16/4/1927, 29/5/1933); *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (v. 280-282, 1969).

SILVEIRA, GUILHERME DA

*pres. Bco. Bras. 1929-1930 e 1945-1949; min. Faz. 1949-1951.

Manuel Guilherme da Silveira Filho nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 7 de fevereiro de 1882, filho do negociante e industrial Manuel Guilherme da Silveira, de nacionalidade portuguesa, e de Maria Rosa Morais da Silveira.

Fez os estudos básicos no Colégio Paula Freitas e em 1902 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se diplomou e se especializou em pediatria. Tornou-se depois clínico geral para atender ao aumento de sua clientela, provocado em grande parte pelo prestígio de seu pai junto à colônia portuguesa radicada no Rio. Foi contratado para o cargo de diretor médico da Companhia Progresso Industrial Fábrica Bangu, empresa têxtil criada em 1889 e cujos acionistas eram predominantemente portugueses. Em meados da década de 1910, prestou grande auxílio financeiro e avalisou os títulos de crédito do diretor geral da empresa, seu cunhado, que passava por dificuldades. Como pagamento, recebeu a maioria das ações da companhia, cuja presidência assumiu em 1922. Imprimiu então grande dinamismo às atividades da empresa, auxiliado pelo visconde de Morais, seu ex-cliente e presidente do Banco Português. Em 1928 e 1929, assumiu também a presidência desse banco em virtude da grave enfermidade contraída pelo visconde.

Detentor de grande prestígio nos meios financeiros, foi nomeado por Washington Luís em setembro de 1929 para a presidência do Banco do Brasil em substituição a Henrique Carneiro Leão Teixeira. Nesse cargo, pretendia aplicar o plano financeiro de estabilização da moeda e realizar a transformação do padrão monetário do mil-réis em cruzeiro, mas a crise econômico-financeira agravada em outubro com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque impediu a execução imediata desses projetos, substituídos por medidas de emergência.

Permaneceu à frente do Banco do Brasil até a queda do governo de Washington Luís em 24 de outubro de 1930. Com o triunfo da revolução e a formação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, teve seus bens bloqueados durante seis meses, enquanto comissões de inquérito tentavam, sem êxito, apurar irregularidades que teriam sido cometidas durante sua gestão. Nos anos seguintes, dedicou-se exclusivamente às atividades empresariais, tornando-se em 1935 primeiro-secretário do Sindicato da Indústria de Fiação

e Tecelagem do Rio de Janeiro. Passou a ocupar em 1936 a vice-presidência dessa entidade, tendo substituído interinamente o presidente Carlos Teles da Rocha Faria em 1937.

Durante a Segunda Guerra Mundial, participou intensamente do desenvolvimento e da consolidação da indústria têxtil nacional. Sua empresa ampliou e diversificou a produção e, aproveitando o período de prosperidade, implantou uma série de medidas assistenciais, como creches, serviços de previdência social e sanitária, escolas e vilas operárias que deram um novo perfil ao bairro carioca de Bangu. Em 1940, passou a integrar o Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão consultivo criado logo depois da instauração do Estado Novo em novembro de 1937 com o objetivo de fornecer pareceres ao governo sobre diversos aspectos da política econômico-financeira do país. Passou a integrar em 1943 a recém-criada Comissão de Financiamento da Produção, presidiu depois a Comissão para Instalação da Indústria de Material Elétrico e ingressou em julho de 1945 no conselho de administração da Caixa de Mobilização Bancária (Camob).

Com a queda do Estado Novo em 29 de outubro desse ano, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu interinamente a presidência da República, ocorrendo então uma reorganização em todos os escalões do governo. Em novembro, Guilherme da Silveira deixou o conselho da Camob e, no dia 22, reassumiu a presidência do Banco do Brasil. Foi mantido no cargo pelo presidente Eurico Dutra (empossado em 31 de janeiro de 1946) até ser nomeado, em 10 de junho de 1949, para substituir Pedro Luís Correia e Castro à frente do Ministério da Fazenda.

Pretendendo diminuir o déficit orçamentário, estabeleceu em março de 1950 severas normas para a contenção das despesas governamentais. Ainda esse ano, reorganizou a Casa da Moeda e o Serviço de Inspeção de Coletorias Federais, uniformizou as estampilhas do imposto do selo e do papel selado, aprovou o regimento da Divisão da Economia Cafeeira e proibiu a importação de tecidos. Sua atuação à frente do ministério foi duramente criticada por Getúlio Vargas, então candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) às eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950.

Deixou o ministério em 31 de janeiro de 1951, com o fim do governo Dutra e o início do segundo mandato constitucional de Vargas na presidência. Voltou então a dedicar-se à direção da Fábrica Bangu e a outras atividades empresariais, tornando-se inclusive acionista da Companhia Nacional de Gás Esso. Em 1970, passou a presidência da empresa de tecidos

para seu filho Guilherme da Silveira Filho.

Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de novembro de 1974.

Foi casado com Leopoldina de Castro Barbosa da Silveira, com quem teve três filhos.

Mônica Kornis

FONTES: BANCO DO BRASIL. *Relatório*; BULHÕES, A. *Ministros*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CURRIC. BIOG.; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; *Jornal do Brasil* (5/11/1974); MIN. FAZ. *Erário*; MIN. FAZ. *Ministros*; MONTEIRO, F. *Banco*; MOURÃO, M. *Dutra*; MUSEU DO BANCO DO BRASIL.

SILVEIRA, Joaquim Baltasar da

*militar; pres. SE 1891.

Joaquim Baltasar da Silveira assumiu a presidência do estado de Sergipe no contexto da renúncia do presidente da República marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891).

Em 3 de novembro de 1891, diante da crise política que se manifestava, o presidente Deodoro dissolveu o Congresso. A Marinha, apoiada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iniciou uma revolta na baía da Guanabara. Diante da impossibilidade de superação da crise política e da ameaça de uma guerra civil, Deodoro renunciou ao cargo no dia 23 desse mesmo mês, no qual foi substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Este, ao chegar ao poder, destituiu os líderes do Executivo estadual que apoiavam Deodoro da Fonseca, caso de Vicente Ribeiro, então presidente de Sergipe desde maio de 1891, que saiu do poder em 24 de novembro de 1891.

Em seu lugar, assumiu Joaquim Baltasar da Silveira, major comandante da guarnição militar federal de Sergipe. Permaneceu à frente do Executivo estadual até 28 de novembro, quando transferiu o poder a uma junta governativa composta pelo advogado Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, pelo alferes Marcelino José Jorge e pelo médico Olinto Rodrigues Dantas.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: DANTAS, J. *História*; SOUZA, T. *Impasses*.

SILVEIRA, LUÍS

*dep. fed. AL 1918-1930 e 1947-1950.

Luís Magalhães da Silveira nasceu em Recife no dia 22 de outubro de 1869, filho de José Luís da Silveira e de Henriqueta Magalhães da Silveira.

Jornalista, foi deputado federal por Alagoas em quatro legislaturas, de 1918 a 1929. Mais uma vez reeleito em março de 1930, teve o mandato interrompido em outubro, quando os órgãos legislativos do país foram fechados devido à Revolução de 1930.

Em dezembro de 1945, com a queda do Estado Novo, elegeu-se suplente de deputado à Assembleia Nacional Constituinte por Alagoas, na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Assumiu o mandato apenas após a promulgação (setembro de 1946) da nova Constituição, ocupando uma cadeira na Câmara em julho de 1947. Durante a legislatura, integrou a Comissão do Serviço Público Civil.

Foi também secretário de Fazenda do estado.

Faleceu no dia 5 de março de 1950, em pleno exercício do mandato.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. Repertório (1964-1967); *Diário do Congresso Nacional*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1).

SILVEIRA, Vítor de Assis

*dep. fed. DF 1913-1914.

Vítor de Assis Silveira nasceu no Rio Grande do Sul.

Ainda jovem ingressou na carreira de jornalista, tendo fundado e trabalhado em diversos periódicos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Entre outros, foi redator dos jornais *Correio da Manhã*, *O País*, *Gazeta da Tarde*, *Correio da Noite* e *Gazeta de Notícias*.

Em 28 de setembro de 1913 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal, na vaga aberta após a morte do deputado Pedro Pereira de Carvalho. Exerceu seu mandato de 11 de dezembro de 1913 até 31 de dezembro de 1914.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

SILVEIRA, Xavier da

*gov. RN 1890; dep. fed. DF 1897-1899; pref. DF 1901-1902.

Joaquim Xavier da Silveira Júnior nasceu em Santos (SP) a 11 de outubro de 1864, filho de Joaquim Xavier da Silveira e de Emília Carneiro Monteiro. Seu pai foi poeta, jornalista, advogado e líder abolicionista. Seu cunhado Alberto Torres foi deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro (1894-1895), ministro da Justiça e Negócios Interiores (1895), presidente do estado do Rio de Janeiro (1897-1900) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1907).

Abolicionista e republicano histórico, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. No mesmo dia da proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado delegado de polícia no Rio de Janeiro, então capital do país.

Em 10 de março de 1890, com apenas 26 anos de idade, foi nomeado governador do Rio Grande do Norte por influência direta do líder do Partido Republicano local, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Substituiu no governo Jerônimo Câmara, que por seu turno havia substituído Adolfo Afonso da Silva Gordo, incompatibilizado com Pedro Velho. Como governador, dirigiu no estado as eleições para o Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890. Quatro dias depois embarcou para o Rio de Janeiro, passando o governo para Pedro Velho e levando consigo o chefe de Polícia, Alexandre de Chaves Melo Ratisbona, que por sua vez deixou o lugar para Manuel do Nascimento Castro e Silva, partidário de Pedro Velho.

No governo de Floriano Peixoto (1891-1894) foi nomeado chefe de Polícia do Distrito Federal. Na presidência de Prudente de Moraes (1894-1898), foi presidente do Conselho Municipal do Rio de Janeiro. Em 1895 renunciou à candidatura ao Senado pelo Distrito Federal na vaga aberta pelo falecimento de Saldanha Marinho em favor de José Lopes da Silva Trovão. No ano seguinte foi um dos fundadores e principais acionistas do jornal *A República*, no Rio de Janeiro.

Em 1897 foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores, durante a interinidade do vice-presidente Manuel Vitorino Pereira, para substituir seu cunhado e amigo desde os bancos de universidade, Alberto Torres. Contudo, recusou o posto, preferindo concorrer à eleição para deputado federal. Foi de fato eleito deputado pelo Distrito

Federal na legenda do Partido Republicano Federal, e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de maio de 1897 a dezembro de 1899. Em 1900 foi candidato ao Senado pelo Distrito Federal na legenda do Partido Republicano Federal, mas foi derrotado por Cândido Barata Ribeiro, candidato da predileção do presidente Campos Sales (1898-1902).

Ainda na presidência de Campos Sales, foi nomeado prefeito do Distrito Federal em 11 de outubro de 1901, sucedendo a João Filipe Pereira. Deu início à construção do cais Pharoux, na praça 15 de Novembro, iniciou a avenida Beira-Mar e inaugurou a iluminação elétrica de Ipanema, sendo considerado o iniciador dos melhoramentos materiais continuados por Pereira Passos. Em 27 de setembro de 1902 passou a prefeitura a Carlos Leite Ribeiro.

Em 1906 foi representante do Brasil no III Congresso Pan-Americano, realizado no Rio de Janeiro. De 1910 a 1912 foi presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, hoje Orem dos Advogados do Brasil, onde seria depois instituído um prêmio com seu nome, a ser outorgado anualmente à melhor obra jurídica nacional oferecida a exame do instituto. Concorreu ao Senado em 1912 pelo Distrito Federal na legenda do Partido Republicano Federal, mas não foi eleito.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Incentivou a publicação nas páginas do jornal *A República* do esboço do livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. Colaborou também nos jornais *Correio do Povo*, *O País* e *Gazeta de Notícias* e nas revistas *Kosmos* e *Vida Moderna*.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 5 de março de 1912.

Era casado com Laura Martins Ribeiro Xavier da Silveira, com quem teve dois filhos.

Em 1936, no governo de Getúlio Vargas, foi-lhe dedicada a efígie da nota de 50 mil réis. A seu respeito foi publicado o livro *Xavier da Silveira e a República de 89* (1941).

Renato Amado Peixoto

FONTES: ABRANCHES, J. *Como*; ABRANCHES, J. *Governos*; ASSIS, M. *Velho*; CÂM. DEP. *Anais* (v. 2, 1900); CASCUDO, L. *Governo*; MAGALHÃES JÚNIOR, R.

Vida; REIS, J. *Rio* (v.3); SANTOS, N. *Esboço*; SENADO. *Anais* (v. I, 1912); SOUZA, I. *República*.

SIMAS, Fernando

*dep. fed. PR 1891-1893.

Fernando Machado Simas nasceu em Paranaguá (PR) no dia 24 de abril de 1851, filho de Manuel Inácio de Simas e de Helena Gutierrez Simas.

Após concluir o curso de humanidades em Curitiba, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e diplomou-se em farmácia pela Faculdade de Medicina. Como farmacêutico, atuou no Rio, em Petrópolis (RJ) e em diversos municípios paranaenses, entre os quais Curitiba e Paranaguá, onde fundou a Farmácia Simas. Ainda nos tempos imperiais foi entusiasta da causa abolicionista, propalada através do periódico *Livre Paraná*, do qual foi fundador.

Republicano ferrenho, após a instauração da República foi um dos sete nomes escolhidos pelo presidente do estado do Rio de Janeiro, em agosto de 1890, para compor o Conselho da Intendência de Petrópolis, que tinha entre suas principais incumbências organizar as eleições para a primeira Câmara Municipal eleita no período republicano. Já após a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, foi eleito deputado federal pelo Paraná, com mandato de maio de 1891 a dezembro de 1893. Encerrada a legislatura manteve-se na capital federal, onde deu continuidade ao seu trabalho à frente da Farmácia Simas.

Além de farmacêutico, jornalista e político, trabalhou como naturalista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Foi também membro da Academia Paranaense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 17 de setembro de 1916.

Luciana Pinheiro

FONTES: ACAD. PARANAENSE DE LET. Disponível em: <<http://www.academiapr.org.br/>>. Acesso em: 22/6/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 82); CÂM. MUN. PETRÓPOLIS. Disponível em: <<http://www.cmp.rj.gov.br/>>. Acesso em: 22/6/2010; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 20-21).

SIMÕES FILHO, ERNESTO

*jornalista; dep. fed. BA 1924-1930; min. Educ. 1951-1953.

Ernesto Simões da Silva Freitas Filho nasceu em Cachoeira (BA) no dia 4 de outubro de 1886, filho de Ernesto Simões da Silva Freitas e de Maria Emília Rosa da Silva Freitas.

Dedicando-se desde cedo ao jornalismo, ainda no ginásio fundou uma revista humorística, *O Papão*. Mais tarde, quando cursava a Faculdade Livre de Direito da Bahia, participou, ao lado do futuro líder político Otávio Mangabeira, da redação da *Gazeta do Povo*, jornal de que se tornaria proprietário em 1907, ano de sua formatura.

Nessa época, cindiu-se em duas alas o Partido Republicano da Bahia (PRB), e Simões Filho ficou do lado do governador José Marcelino de Sousa, que apoiava a candidatura ao governo estadual de João Ferreira de Araújo Pinho, afinal eleito. A outra ala, liderada pelo senador Severino Vieira, apoiava a candidatura de Joaquim Inácio Tosta.

Com a eleição presidencial de 1910, redefiniu-se o quadro da elite dirigente baiana, e Simões Filho colocou-se em oposição ao governo federal. Nesse pleito o PRB apoiou as candidaturas de Rui Barbosa e de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, afinal derrotadas, enquanto o chefe oposicionista na política local, José Joaquim Seabra, deu seu apoio à chapa vitoriosa, composta pelo marechal Hermes da Fonseca e por Venceslau Brás. Chamado a ocupar a pasta da Viação, J. J. Seabra fundou em seguida o Partido Republicano Democrata (PRD) e, nessa legenda, com o apoio do presidente Hermes, elegeu-se governador em janeiro de 1912.

Embora Simões Filho tivesse iniciado sua carreira jornalística e política sob a liderança de Seabra, rompeu com ele definitivamente pouco depois de sua posse no governo baiano. Nessa ocasião, acompanhou a posição do chefe do Partido Republicano Conservador, Luís Viana, que fora deixado à margem do acordo pré-eleitoral firmado entre o PRB e o PRD.

A FUNDAÇÃO DE A TARDE

Em outubro de 1912 Simões Filho fundou o jornal *A Tarde*, que seria considerado o grande órgão renovador da imprensa no estado, dirigindo-o contra J. J. Seabra. Nessa posição manteve-se o jornal durante os 12 anos em que as forças seabristas governaram a

Bahia. Em 1914 *A Tarde* liderou uma campanha contra o intendente (cargo correspondente ao do atual prefeito) de Salvador, Júlio Viveiros Brandão, acusado de corrupção. O intendente foi afastado e durante algum tempo esteve proibido de assumir qualquer função público-administrativa no país. Outra campanha vitoriosa do jornal foi movida contra Antônio Pacheco Mendes, também intendente de Salvador, entre 1916 e 1917. Acusado igualmente de cometer irregularidades na administração, Pacheco Mendes acabou demitido. Crescia o prestígio de Simões Filho, que em 1917 se tornou membro da Academia de Letras da Bahia. Sob sua liderança e a de Rui Barbosa, a última grande campanha de *A Tarde* nesse período foi movida contra a candidatura de J. J. Seabra ao governo do estado nas eleições de dezembro de 1919. Realizado o pleito, situação e oposição reivindicaram a vitória, e o jornal, visando uma intervenção federal, estimulava e alardeava as brigas entre os “coronéis” no sertão baiano. A intervenção acabaria ocorrendo em fevereiro de 1920, mas no mês seguinte Seabra seria confirmado governador pela Assembleia estadual. Com relação aos movimentos grevistas que ocorreram em Salvador em meados de 1919, *A Tarde* assumiu uma posição diferente, chegando Simões Filho a atuar como elemento mediador nos conflitos. Isso se explica pelo fato de que a burguesia industrial e exportadora engrossava, na época, as fileiras da oposição.

A CONCENTRAÇÃO REPUBLICANA DA BAHIA

Com a vitória de Artur Bernardes no pleito presidencial de março de 1922, o seabrismo entrou em declínio. Preterido em favor do maranhense Urbano Santos para concorrer à vice-presidência da República na chapa de Bernardes, Seabra decidiu fundar, junto com o ex-presidente Nilo Peçanha, a Reação Republicana, concorrendo como vice de Nilo. A súbita morte de Urbano Santos dois meses após as eleições levou Seabra a tentar na Justiça garantir o direito de assumir a vice-presidência. Enquanto pleiteava a nomeação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), foi substituído no governo baiano pelo presidente do Senado estadual, o coronel Frederico Costa.

O desgaste que esses fatos provocaram no PRD, até então partido dominante na Bahia, estimulou a oposição a se reorganizar para disputar as eleições para o governo do estado em dezembro de 1923. As eleições legislativas estaduais de fevereiro desse ano serviriam como uma espécie de prólogo. Assim, em janeiro, Pedro Lago, Vital Soares e Simões Filho, entre

outros, convocaram uma reunião plenária no edifício de *A Tarde* e fundaram a Concentração Republicana da Bahia (CRB). À nova agremiação aderiram o mais poderoso “coronel” do vale do São Francisco, Geraldo Rocha, e as famílias mais importantes do litoral do estado, os Calmon e os Mangabeira.

Os resultados das eleições de fevereiro de 1923 foram interpretados de maneiras divergentes pela oposição e pela situação, cada uma se julgando vencedora. Instalaram-se duas assembléias, e funcionários do governo federal compareceram ostensivamente à posse dos oposicionistas. Eleito deputado estadual segundo a junta apuradora instalada pela CRB, Simões Filho foi escolhido presidente da chamada Câmara Mirim.

Em dezembro, nas eleições para o Legislativo federal e o governo do estado, mais uma vez os dois lados se declararam vencedores. Arlindo Leoni, o candidato apoiado por J. J. Seabra, impetrou um pedido de *habeas-corpus* no STF para tomar posse no governo, enquanto a assembleia oposicionista pedia a intervenção federal. Com base nesse pedido, em março de 1924 Artur Bernardes decretou o estado de sítio na Bahia por 30 dias, e o comandante da região militar empossou o candidato apoiado pela CRB e por Bernardes, Francisco Marques de Góis Calmon, que era presidente do Banco Econômico da Bahia. No mesmo pleito Simões Filho elegeu-se deputado federal para o triênio 1924-1926. Deixando a direção de *A Tarde*, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, depois de indicar o jornalista Ranulfo de Oliveira para o cargo de redator-chefe do jornal.

Em janeiro de 1927, as forças políticas da CRB reagruparam-se, formando o Partido Republicano Baiano. Ligado à facção dos Calmon, Simões Filho obteve no pleito de março daquele ano novo mandato de deputado federal. Na nova legislatura, foi líder da maioria na Câmara de Deputados, condição na qual se destacou como o principal articulador da candidatura do governador baiano Vital Soares à vice-presidência da República nas eleições de março de 1930. Vital Soares integrou a chapa de Júlio Prestes, presidente de São Paulo e candidato do presidente da República Washington Luís à sua sucessão. Realizado o pleito, a chapa do Catete saiu vitoriosa, e na mesma ocasião Simões Filho foi reconduzido à Câmara dos Deputados. Porém, com o advento da revolução que alcançou a vitória em 24 de outubro, acabou perdendo o mandato.

O PERÍODO 1930-1950

Durante a Revolução de 1930, *A Tarde* incentivou até o último momento os “batalhões patrióticos” que se movimentaram em defesa da ordem constituída. Entretanto, quando a insurreição se tornou vitoriosa, o jornal passou a aplaudir as manifestações populares de apoio aos chefes revolucionários.

Embora com uma atuação considerada neutra durante as interventorias estaduais de Leopoldo Amaral (1/11/1930 a 18/2/1931) e Artur Neiva (18/2 a 15/7/1931), *A Tarde* e seu proprietário não escaparam aos processos de sindicância instalados nessa época na Bahia pela justiça revolucionária. Simões Filho exilou-se então na Europa, retornando ao Brasil em fevereiro de 1932. Sua permanência no país, entretanto, durou pouco. Apoiando a Revolução Constitucionalista de 1932, em novembro teve que se exilar novamente na Europa após a derrota do movimento.

De volta ao Brasil em 1933, Simões Filho comandou de seu jornal o combate ao interventor na Bahia, Juraci Magalhães, que tomara posse em julho de 1931 e governaria até o advento do Estado Novo, já como governador constitucional a partir de 1935. Marcou época a “Campanha pela libertação da Bahia”, que *A Tarde* promoveu em março de 1934, por ocasião das comemorações do aniversário de Rui Barbosa.

Colocando-se no primeiro momento em oposição ao Estado Novo, instaurado no dia 10 de novembro de 1937, Simões Filho apoiou em seu estado o governo do interventor Landolfo Alves (1938-1942) e manteve-se em posição de neutralidade diante do governo de Renato Pinto Aleixo (1942-1945). Durante a Segunda Guerra Mundial esteve sempre a favor das forças aliadas.

Apesar de ter apoiado a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República nas eleições de dezembro de 1945, que se seguiram à queda do Estado Novo, Simões Filho não tardou em apoiar o governo do candidato eleito, general Eurico Gaspar Dutra. Essa aproximação deveu-se à ligação de Dutra com um aliado seu, Otávio Mangabeira, eleito governador da Bahia em janeiro de 1947.

Nas eleições para o governo baiano em 1950, foi decisiva a campanha de Simões Filho através de *A Tarde* contra seu velho adversário Juraci Magalhães. Com a manchete “Acidente ou crime?” na primeira página de sua edição de 20 de setembro, o jornal levantou dúvidas que influíram decisivamente no eleitorado, sobre a natureza do acidente aéreo em que morreu Lauro de Freitas, candidato da Coligação Democrática formada pelos

partidos Social Democrático (PSD), Trabalhista Brasileiro (PTB) e de Representação Popular (PRP). Como consequência, Juraci foi derrotado pelo novo candidato da coligação, um político quase desconhecido, Luís Régis Pacheco.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Em 31 de janeiro de 1951, como resultado da articulação política de Getúlio Vargas, eleito presidente da República em outubro do ano anterior, Simões Filho foi indicado para ocupar a pasta de Educação e Saúde do primeiro gabinete formado pelo novo governo, chamado de “ministério da experiência”. Nesse cargo, teve sua atuação bastante condicionada pela tramitação no Congresso do projeto de lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que desde 1946 vinha ocupando grande espaço nas discussões sobre o assunto no país (e continuaria a ocupar até 1961, quando seria finalmente aprovada). A assistência do Ministério da Educação foi por outro lado fundamental para a implantação, ainda em 1951, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES).

Em junho de 1953, quando Vargas, sob grande desgaste político, modificou quase todo seu ministério civil, Simões Filho foi substituído por um conterrâneo, o deputado federal Antônio Balbino de Carvalho Filho. Nessa ocasião, encontrava-se em Florença, Itália, presidindo a delegação do Brasil ao Congresso da Paz Cristã.

De volta à Bahia, Simões Filho apoiaria os dois primeiros anos de governo de Antônio Balbino (1955-1959), que, após deixar o Ministério da Educação e Saúde, se elegera governador, sucedendo a Régis Pacheco. Abandonou esse apoio, porém, quando se colocou a nova questão sucessória estadual. O encaminhamento dado pelo governador à escolha do candidato pessedista à sua sucessão — Lauro Farani Pedreira de Freitas, um nome praticamente desconhecido no cenário político estadual — foi tido por Simões Filho como individualista. Isso o levou a aproximar-se de seu velho adversário Juraci Magalhães e a declarar, em janeiro de 1957, que não estava mais “disposto a ser capanga dos ódios e malquerenças da política baiana, nem servir de degrau para que, à custa de minhas notórias incompatibilidades com o sr. Juraci Magalhães, políticos menos qualificados cheguem ao poder”.

No dia 24 de novembro de 1957, Simões Filho veio a falecer, deixando viúva Helena

Vitória Cerne Simões. Seus filhos Renato Simões e Regina Helena Simões de Melo Leitão passaram a dirigir, ao lado de Jorge Calmon, o jornal *A Tarde*. Nas eleições de outubro de 1958, o diário apoiou a candidatura do dissidente pessedista Tarcilo Vieira de Melo ao governo do estado, ao mesmo tempo em que cedia a Juraci Magalhães, candidato da União Democrática Nacional (UDN), uma página para sua campanha. Juraci acabaria eleito para o quadriênio 1959-1963.

O nome de Simões Filho foi dado a um município surgido com a emancipação política de um antigo distrito da capital baiana, Água Comprida.

Amélia Coutinho

FONTES: CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Encic. Mirador; Folha de S. Paulo* (28/8/1977); *Grande encic. Delta*; LEITE, A. *Páginas*; MELO, A. *Cartilha*; PANG, E. *Coronelismo*; PINHO, P. *São*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1954; SOUSA, A. *Baianos*.

SINDICALISMO AMARELO

As expressões *sindicalismo amarelo* ou *sindicalismo reformista* remetem à estratégia sindical – e, por analogia, aos sindicatos que a praticavam – oposta àquela adotada pelas resoluções dos congressos operários brasileiros de 1906, 1913 e 1920, chamada de *sindicalismo revolucionário* ou *de ação direta*, inspirada nas concepções da Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa. Portanto, a designação, difundida a partir da década de 1910, somente ganha sentido na confrontação com a outra forma de sindicalismo então existente.

DUAS CONCEPÇÕES SINDICAIS

As divergências entre as duas concepções sindicais iam das formas de organização do sindicato até as formas de luta adotadas, passando pela relação com a política. O sindicalismo amarelo preservou nos sindicatos a estrutura hierárquica de organização das diretorias, com cargos dotados de atribuições específicas (presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro etc.), existente em outros tipos de associações, como as sociedades mutualistas. Enquanto isso, o sindicalismo revolucionário preconizava direções coletivas, por meio de comissões administrativas, contando apenas com um secretário-geral. Era frequente que, além de exercer funções sindicais, os sindicatos da primeira corrente fornecessem auxílios a seus associados (por falecimento, desemprego, doença), e para tanto a estabilidade financeira do sindicato era uma questão central. Já seus concorrentes eram contrários às atividades “benéficas” e viam com maus olhos a prosperidade financeira dos sindicatos.

No que diz respeito às formas de luta, para o sindicalismo amarelo a greve deveria ser vista como último recurso, a ser empregado apenas depois de esgotadas outras formas de pressão e negociação. Já para o sindicalismo revolucionário a greve era o meio de ação privilegiado. Outro ponto de nítida divergência entre as correntes sindicais dizia respeito à política: se, para o sindicalismo revolucionário, os sindicatos eram organizações de fins econômicos, deixando de fora a política e repelindo o recurso à intermediação, no sindicalismo amarelo o recurso a intermediários, como advogados, políticos e autoridades, era visto como um meio lícito de auxiliar o sindicato no encaminhamento de suas

reivindicações, e não raro figuravam entre seus projetos a participação eleitoral e a constituição de partidos operários. Por último, uma diferença marcante entre o sindicalismo amarelo e seus adversários no meio sindical era a crença que conquistas deveriam ser consolidadas por meio de leis e a defesa da função arbitral do Estado nas relações de trabalho.

Sob o rótulo geral de sindicalismo amarelo ou reformista, figuravam diversas correntes político-ideológicas que, a despeito de sua concordância na ação sindical, raramente atuavam de forma unificada. O sindicalismo amarelo abrigava socialistas, republicanos, positivistas, cooperativistas e também aqueles que defendiam apenas conquistas econômicas de alcance imediato, a exemplo dos dirigentes sindicais dos portuários cariocas na década de 1920. No caso da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ganhou maior visibilidade, o sindicalismo amarelo esteve mais particularmente presente entre os portuários, marítimos, ferroviários, cocheiros e carroceiros, trabalhadores do Estado, mas também entre gráficos, padeiros, trabalhadores têxteis e metalúrgicos. Entre seus seguidores havia tanto brasileiros quanto estrangeiros. Desse modo, qualquer tentativa de estabelecer correlações automáticas entre setor de produção e origem nacional ou étnica e opção sindical, como chegaram a sugerir vários autores que analisaram o fenômeno, parece de difícil comprovação. Ademais, o sindicalismo amarelo como prática sindical não se restringiu ao Rio de Janeiro, mas pode ser encontrado no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, na Bahia, em Pernambuco, em Alagoas e até mesmo no estado de São Paulo, usualmente considerado imune à sua influência.

O momento culminante da influência e coesão do sindicalismo amarelo ocorreu no início da década de 1910, especialmente com a realização, em novembro de 1912, no Rio de Janeiro, do 4º Congresso Operário Brasileiro – o sindicalismo reformista considerava os congressos socialistas de 1892 e de 1902 respectivamente como o 1º e o 2º, e o 1º Congresso Operário Brasileiro de 1906 como o 3º congresso. A organização ficou a cargo da Liga do Operariado do Distrito Federal, que contava entre seus membros com participantes dos congressos anteriores. Para promover o encontro, a Liga tomou como pretexto uma entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* pelo deputado federal pela Bahia, tenente Mário Hermes, filho do então presidente da República marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), propondo a realização de um congresso operário que servisse para

apontar as principais necessidades da classe a fim de subsidiar sua ação legislativa em favor dos trabalhadores.

Desse modo, a organização do congresso obteve como local para sua realização o palácio Monroe, então sede do Senado Federal, além de passagens gratuitas para os delegados na Estrada de Ferro Central do Brasil. Em número de delegações e de unidades da Federação representadas, foi o congresso operário mais representativo da Primeira República, com 74 delegações do Distrito Federal e 15 estados. Tais números ultrapassaram de longe o congresso operário de 1906 e não seriam superados pelos congressos de 1913 e 1920. Apesar da ligação próxima com o deputado tenente, o que valeu ao congresso acusações de oficialismo, as resoluções aprovadas foram muito além daquilo que pretendia seu mentor, abrangendo desde questões relacionadas ao trabalho, tais como a jornada de oito horas, o repouso semanal, a indenização por acidentes de trabalho, até questões de natureza nitidamente política, como a reforma fiscal (fim dos impostos indiretos e taxa direta e progressiva sobre a propriedade e a renda), a abolição imediata da Lei de Expulsão de Estrangeiros de 1907, e a criação de um partido político operário. Além disso, uma moção de apoio incondicional ao governo Hermes da Fonseca, apresentada por um dos delegados, foi derrotada, com a aprovação em seu lugar de congratulações ao governo por seu programa de construção de vilas operárias.

Outro momento de certa preeminência do sindicalismo amarelo na Primeira República foi a aliança firmada em fins de 1923 entre o recém-criado Partido Comunista do Brasil (PCB) e uma das correntes do sindicalismo reformista, congregada na Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira. Essa aliança garantiu espaço ao PCB na imprensa diária por meio da coluna “No meio operário” do jornal *O País*, redigida por Sarandi Raposo, líder do sindicalismo cooperativista. Tal política constituiu um esforço para levar adiante a “frente única operária” propugnada pela Internacional Comunista, mas a aliança foi de curta duração, chegando ao fim após o levante tenentista de 1924, com a consequente decretação de novo estado de sítio pelo presidente Artur Bernardes.

ORIGEM E USO DA EXPRESSÃO

Se desde o 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906 a divisão do sindicalismo em duas correntes era mencionada pelos contemporâneos, não havia ainda uma designação

precisa para a corrente sindical que se opunha à ação direta. Eram diversos os termos pelos quais os partidários do sindicalismo amarelo eram referidos por seus adversários. Chamados, por exemplo, de políticos ou mistificadores, eram acusados de estar a serviço dos patrões ou do Estado e de promover o enfraquecimento das associações operárias.

A designação sindicalismo amarelo, de caráter pejorativo, passou a ser empregada apenas no final dos anos 1910 pelos partidários do sindicalismo da ação direta e depois pelo PCB, para designar seus concorrentes no movimento sindical. A origem do termo foi o *syndicalisme jaune* francês, corrente sindical minoritária, estruturada em federação nacional em 1902, financiada pelo patronato, oposta às greves, defensora da livre iniciativa, contrária à intervenção estatal, nacionalista, antissocialista e católica. Portanto, o sindicalismo amarelo brasileiro tinha notáveis diferenças com seu homônimo francês. Note-se ainda que o substantivo amarelo, também em virtude do exemplo francês, era usado no início do século XX nos movimentos operários brasileiro e português como sinônimo de fura-greves.

Em fins da década de 1910, a metáfora das cores para designar a oposição entre sindicalismo revolucionário (vermelho) e sindicalismo reformista (amarelo) era de uso corrente em determinados órgãos da imprensa operária partidários da ação direta, como no jornal *Spartacus*, do Rio de Janeiro, de 1919.

Nos documentos do PCB da década de 1920, a expressão sindicalismo amarelo seria inteiramente incorporada ao vocabulário. E no jornal *A Nação*, que se tornou porta-voz do PCB em 1927, frequentemente era associada à Segunda Internacional, ainda que na prática nunca tenha havido uma relação próxima entre os grupos políticos da Primeira República e a organização internacional dos partidos socialistas.

O SINDICALISMO AMARELO NA HISTORIOGRAFIA

Astrojildo Pereira, secretário geral do PCB nos anos 1920, consagrou o uso da expressão como sinônimo de reformismo no livro *Formação do PCB* (1962), no qual preserva o vocabulário empregado nos documentos do partido no período em que este foi por ele dirigido. Desde então diversos trabalhos acadêmicos incorporaram a expressão como sinônimo de sindicalismo reformista – foi o caso de Dulles (1977) –, ainda que outros tenham preferido outras designações, a exemplo de Boris Fausto (1977), que optou por

“trabalhismo carioca”, restringindo o fenômeno ao então Distrito Federal. Todavia, até os anos 1980, o fenômeno recebeu pouca atenção da maioria da produção historiográfica, que se restringia a registrar a realização do 4º Congresso Operário Brasileiro, supostamente “promovido” pelo governo do marechal Hermes da Fonseca, designando esse encontro pelo anacronismo de “congresso pelego” (Foot e Leornardi, 1982). Nessa década, dissertações de mestrado e teses de doutorado, algumas das quais publicadas, começaram a dedicar um espaço maior ao fenômeno e a apresentar análises mais matizadas

Na década de 1990, pesquisas enfocando o movimento operário da Primeira República em outras localidades ou estados, além do Rio de Janeiro e São Paulo, mostraram a existência de práticas sindicais que poderiam facilmente ser classificadas como sindicalismo amarelo ou reformista.

Cláudio Batalha

FONTES: BATALHA, C. *Syndicalisme*; BATALHA, C. *Uma outra; Conclusões*;
DULLES, J. *Anarquistas*; FAUSTO, B. *Trabalho*; FENELON, D. *Congresso*; FOOT, F.;
LEONARDI, V. *História*; GOMES, A. *Invenção*; KAREPOVS, D. *Esquerda*; PEREIRA,
A. *Formação*; VELASCO E CRUZ, M. *Amarelo*; ZAIDAN FILHO, M. *Pão-e-pau*.

SINDICALISMO

Numa economia escravocrata e latifundiária, de grandes domínios rurais, voltada para a exportação de produtos primários - café, borracha, açúcar, cacau e mate, entre outros - não há como falar em movimento associativo sindical, mormente urbano. À época, o país essencialmente agrícola, com uma população dispersa ao longo do litoral e de pequenos arquipélagos no interior, pouco, pouquíssimo, apresentava de trabalho livre, quer artesanal, quer de natureza mecânica. Assim, somente no último quartel do século XIX é que começam as primeiras manifestações, tímidas e parcas, de associações profissionais. Mas lhes faltava tudo, a principiar pela inexistência da própria base populacional de profissionais verdadeiros e realmente engajados numa atividade manufatureira ou fabril.

Com a Abolição da Escravatura em 1888 e, notadamente, com a República em 1889, é que começa o que se convencionou chamar de urbanocracia. Com o trabalho livre, pelo menos juridicamente livre - lançados os ex-escravos no mercado de trabalho em igualdade de condições jurídicas dos demais trabalhadores livres, brancos ou imigrantes -, com o deslocamento do centro dinâmico da economia do Nordeste para o Sul, e, ainda mais, com o incremento da imigração, rapidamente cresceu o proletariado urbano, alcançando certa densidade demográfica e de estrutura, capaz de sentir-se como classe própria e diferenciada na sociedade brasileira. Sem chegar ainda a uma classe em si e para si, já nítidos iam se caracterizando os seus interesses diante das outras classes, mormente da burguesia e dos proprietários dos meios de produção. Facilmente se aproximavam e aglutinavam todas as camadas mais pobres da sociedade, diante dos senhores endinheirados. Seria exigir demais claras linhas divisórias entre as diversas classes nessa sociedade confusa, pré-capitalista e ainda excessivamente presa ao agrarismo anterior e ao regime escravocrata. A estratificação como que se armava entre ricos e pobres, nada mais.

Se o censo de 1872 apontava uma população de 10.112.061, em 1930 dispúnhamos somente de 37.625.436 habitantes, com um crescimento realmente lento. Ao se proclamar a República, não passávamos de 14.058.751, sendo que 11 anos mais tarde, em 1900, atingíamos o montante de 17.318.556 habitantes, para 23.151.669 em 1910 e 30.635.605 em 1920. O percentual de crescimento era maior no Sul do que no Nordeste ou qualquer outra região do país, concentrando-se a população urbana nos principais centros de comércio -portos de mar - ou de industrialização, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belém, Recife e Salvador. Belo Horizonte apenas nascia. Ao todo, a partir de 1872 até 1920, oscilava o percentual da população rural, a seu favor, em torno de 60% a 70%.

Com a falta do braço escravo, enxergava-se na imigração o grande papel civilizador, de panacéia universal. A Constituição de 1891, em mais de um dispositivo, facilitou de todos os modos a imigração e a fixação do alienígena. Dispunha, de forma geral, o parágrafo 2º. do artigo 35, que competia ao Congresso Nacional, embora não privativamente, "animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e o comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais". Não há dúvida de que a imigração iria pesar, e muito, no deslocamento dinâmico do eixo econômico, como força de trabalho e como conscientização da vida profissional. De 1.129.315 imigrantes entrados no território nacional de 1891 a 1900, 734.985 foram para São Paulo sendo que destes 430.243 eram italianos. Nas décadas seguintes, caem não só a imigração em números absolutos, como também a percentagem a favor de São Paulo, que assim mesmo se mantém ainda bem significativa. De 1901 a 1910, para 631 mil, ao todo, 367.834 rumaram para São Paulo, com 174.634 italianos entre eles. Há aumento na imigração nas duas décadas posteriores: para 707.704, de 1911 a 1920, 446.834 destinara-se àquele estado, com 105.834 italianos: e, de 1921 a 1930, os números foram estes: 840.215, 487.313 e 74.778, respectivamente.

Nesse mesmo período, a partir do término da guerra do Paraguai em 1870, desenvolvia-se um inequívoco processo de modernização da sociedade brasileira, processo esse, porém, que não significava, por si só, efetiva industrialização nem mudança estrutural. Importávamos mais, simplesmente; vivíamos em plena dependência econômica das economias dominantes. Encontrava-se a sociedade num estágio pré-industrial, com pequeno número de estabelecimentos fabris, dispersos por alguns núcleos mais desenvolvidos, poucos e acanhados, ocupados também por um proletariado disperso, representado por uma mão-de-obra não-qualificada, na quase totalidade. Não dispúnhamos de indústria pesada, apenas uma indústria metalúrgica incipiente, com pequena produção de artefatos mecânicos e voltada mais para a reparação de manufaturados importados. Sobressaíam, na indústria de transformação, as fábricas de produtos alimentícios (massas,. bebidas, refrigerantes), de fiação e tecelagem (tecidos de algodão, vestuário em geral), de sapatos, de utensílios domésticos e de alguns artigos de construção civil.

Já neste século, registrava o censo industrial do Brasil a existência, entre nós, no ano de 1907, de 3.187 estabelecimentos, com 149.140 operários. Essa mesma fonte dava para São Paulo 324 estabelecimentos, com 22.355 trabalhadores. O recenseamento do Brasil de 1920 vai indicar um grande avanço nestes dois números, cuja causa principal reside na conflagração mundial em que nos achamos envolvidos por circunstâncias estranhas à nossa vontade. Com a restrição de importações, a necessidade de suprir essa ausência e com o protecionismo estatal próprio do período, criara-se novos estabelecimentos fabris. Segundo os dados oficiais, fundaram-se no Brasil, de 1915 a 1919, 5.940 novos estabelecimentos industriais; 13.336 eram os existentes em 1920, com cerca de 275.512 operários. Na sua plataforma de 1925, dizia Washington Luís: "Foi o cataclismo mundial de 1914 a 1918 que principiou a criar as indústrias entre nós". Dos 13.336 estabelecimentos, 4.145 localizavam-se em São Paulo, com 1.541 na cidade do Rio de Janeiro. Segundo os censos industriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), 20 anos mais tarde, em 1940, com a Revolução de 1930 já inteiramente institucionalizada, não havíamos ainda alcançado o primeiro milhão de trabalhadores industriais. Para 49.418 estabelecimentos, contavam-se 781.185 operários em todo o Brasil. Em 1930, em números redondos, dispunha o país de 450.000 trabalhadores industriais, nem meio milhão, portanto.

O movimento social, como dissemos, é contemporâneo da proclamação da República. É inexpressivo, e por isso o desprezamos, qualquer histórico anterior à abolição da escravatura. Somente com a generalização do trabalho livre, pelo menos juridicamente, é que se inicia a organização profissional dos trabalhadores. Apesar do arbitrário que se contém em qualquer proposta de periodização, podemos dividir a história e a evolução do movimento sindical brasileiro nos seguintes períodos: 1º.) de 1890 a 1919, caracterizado pela preponderância concomitante ou alternada das ideologias anarquista e de resistência, tais como se vão defrontar no congresso de 1906; 2º.) 1919 a 1930, marcado pelo Tratado de Versalhes e a criação da Comissão de Legislação Social na Câmara dos Deputados, quando há maior conscientização geral do movimento, com a obtenção de medidas legislativas, sob pressão operária; 3º.) de 1930 a 1937, quando se manifesta o controle dos sindicatos pelo Estado, iniciando-se aqui o paternalismo e o dirigismo do movimento pelas agências estatais; 4º.) de 1937 a 1946, quando se manifestam as mesmas características da fase anterior, porém totalmente exacerbadas e levadas à máxima potência; 5º.) de 1946 a 1964, quando impera maior liberdade e relativo afrouxamento do controle, apesar de continuar em vigor a mesma legislação ordinária; e 6º.) de 1964 em diante, quando voltam a dominar as características do quarto período, com a instituição do Estado autoritário e discricionário, também de índole corporativa.

De 1890 a 1919

Já em 1890 fundam-se partidos operários, de cunho reformista e cooperativista, com a criação de um banco operário, que pouco durou, sem grandes resultados. Duas ou três facções logo se digladiavam, respectivamente, sob o comando do tenente da Marinha José Augusto Vinhais, Luís França e Silva e Gustavo de Lacerda. O primeiro deles, mais pragmático e chegado aos seus colegas militares, como líder dos trabalhadores ferroviários, elegeu-se deputado à Constituinte. O segundo editou o jornal *Eco Popular*, chegando a convocar para 1890, o I Congresso Operário Nacional, ao qual compareceram umas quatrocentas pessoas. O terceiro, derrotado nas eleições de 1890, também publicou um jornal, *Voz Povo*, pregando o cooperativismo e a instituição de sindicatos operários.

Ainda na década de 1890, talvez em 1894 a União Socialista ou União Operária é fundada na cidade de Santos, por Silvério Fontes, que igualmente editou um jornal, *A Questão Social*, juntamente com Carlos Escobar e outros.

Ao iniciar-se o século já era grande a agitação operária, principalmente no Rio e em São Paulo, envolta e informada pelas mais ardentes ideologias, das quais se destacam o anarquismo, o socialismo, o sindicalismo, o anarco-sindicalismo e o cooperativismo. O grande número, em maioria absoluta, de operários estrangeiros nos estabelecimentos fabris existentes dá um colorido todo especial a esse movimento social incipiente. Italianos, espanhóis portugueses, alemães, entre outros, trazem consigo as suas ideologias e tradições de lutas, liderando as reivindicações operárias, as suas greves, e lhes emprestando uma terminologia própria da sociedade industrial européia.

A mão-de-obra estrangeira suplanta de muito a população ativa nacional, despreparada e não-qualificada para os trabalhos mecânicos ou artesanais que demandavam formação especializada. Para o estado de São Paulo, por exemplo, de 50 mil operários em 1901, os brasileiros não ultrapassam de 10%. Na capital do estado, para 7.962 trabalhadores urbanos, 4.999 são imigrantes, na sua quase totalidade italianos. A mesma coisa se dá em Santos (SP) com predomínio de

imigrantes no trabalho das docas, em 1910. No Rio de Janeiro, revelava o recenseamento de 1906 que, num total de 811.443 habitantes, 118.770 eram trabalhadores, na sua imensa maioria, portugueses e espanhóis. Em 1912, em São Paulo, mantém-se ainda alto o percentual de estrangeiros em relação aos nacionais, mais de 70% para aqueles. Ao iniciar-se a década seguinte, encontra-se em declínio tal percentagem, já que se contam como brasileiros os descendentes dos imigrantes. Segundo o recenseamento de 1920, para 136.135 operários brasileiros somam-se 93.130 estrangeiros. Na capital paulistana, porém, permanece ainda a preponderância do elemento alienígena, 49.071 para 53.304.

Somente com uma lei sindical em vigor, Decreto nº. 979, de 1903, regulando praticamente os aspectos econômicos e financeiros da organização rural, ou melhor, da produção rural, realiza-se no Rio de Janeiro o I Congresso Operário Brasileiro, em 1906. Desde 1903 haviam os trabalhadores do estado do Rio de Janeiro fundado a Federação das Associações de Classe, mais tarde transformada em Federação Operária Regional Brasileira, a quem coube a convocatória e a direção do congresso.

Basta a relação dos aderentes para se ter uma idéia do tumulto organizacional das entidades de classe. Inexistindo lei própria, o que somente irá ocorrer em 1907 pelo Decreto nº. 1.637, ficava inteiramente a critério dos próprios trabalhadores o tipo de associação adotada, a sua denominação e a sua área de jurisdição. Na orla marítima dominavam as resistências, denominando-se as outras entidades, indiferentemente, sem nenhum critério, ligas, federações, uniões, associações e até sindicatos... Eram de âmbito municipal, estadual e, não raro, nacional.

Foi inegável a repercussão do congresso com substancial representação regional, e nele se defrontaram as duas tendências do movimento social: a revolucionária, da ação direta e a reformista, de resistência e organização legal. Venceu esta última. Em resposta ao tema I, sobre a orientação a tomar - "A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade? Deverá ter uma ação política?" - resolveram os convencionais: "Considerando que o operariado se

acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas, que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária, os demais clara e pronta compreensão; que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legatários, não há lei que valha; o Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral".

Constava ainda do item I um segundo tema. Do item II constavam seis temas sobre a organização; como seis igualmente eram os temas do item III sobre a ação operária. Concluía o tema VI e último do congresso: "Qual a atitude do operariado quando lhes seja proibido o direito de reunião? - Considerando que o operariado tem a absoluta e imperiosa necessidade de se reunir a fim de defender os seus direitos; e, considerando que o governo pode procurar, pela violência e tirania, tirar-lhe semelhante direito; o I Congresso Operário Brasileiro aconselha às federações locais que, quando for proibido o direito de reunião a qualquer coletividade, ponha logo em prática os meios eficazes a fim de obrigar o mesmo governo a respeitar estes direitos, agindo, em caso extremo, até com a maior violência."

Como fruto inequívoco dessas resoluções, começaram a surgir em todo o país as chamadas sociedades de resistência, mais bem organizadas e estruturadas entre os trabalhadores da orla marítima, de estivadores e armazenadores. Fortaleceram-se igualmente as uniões e associações de empregados no comércio, as de condutores de viaturas, as de sapateiros e as de trabalhadores têxteis. Mantinham contato com os demais centros operários da nação, trabalhando todos para um propósito comum.

Houve muita luta, declararam-se inúmeras greves, principalmente no Rio e em São Paulo, procurando sempre os poderes constituídos coibi-las violentamente, não raro com mortos e feridos.

Como meio de propaganda, doutrinação e recrutamento, aconselhava o congresso de 1906 a proliferação da imprensa operária e de boletins próprios. Numerosos foram os títulos de jornais e publicações operárias, em geral ideológicos e de curta duração. A chamada grande imprensa, a começar pelo *Correio da Manhã*, fundado em 1901, fez constar de suas páginas unia seção dedicada à vida operária. Constava quase sempre de informações, mas também admitiam comentários e colaboração. Evaristo de Moraes, por exemplo, colaborou nesse jornal por alguns anos a partir de 1903. Ali também constavam as notícias sobre as atividades do Centro das Classes Operárias, sob a direção de Vicente de Sousa, professor do Colégio Pedro II, que ministrava palestras, de doutrinação e orientação, em sua sede no Jardim Botânico. Este grande líder, abolicionista histórico, veio a falecer em 1908.

Depois da lei de 1907, tomou grande incremento a sindicalização entre nós. Animados com os resultados do congresso e com a promulgação do diploma que lhes regulava a organização em sindicato, cresceram os trabalhadores em suas reivindicações, quase sempre pleiteando melhores salários, maior segurança no trabalho e jornada de oito horas. Mas o mesmo ano da lei, 1907, viu serem aprovados o Decreto nº. 1.641, de 7 de janeiro, e a sua regulamentação, com as instruções baixadas pelo Decreto nº. 6.486, de 23 de maio. Dispunha o artigo 1º.: "O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional." O artigo 2º. incluía também, como motivo de expulsão, "a vagabundagem, a mendicância e o lenocínio competentemente verificados". E o artigo 4º. autorizava o Poder Executivo a impedir a entrada no território da República a todo estrangeiro cujos antecedentes levassem a incluí-lo entre aqueles a que se referem os artigos

anteriores.

O alarme social contra o anarquismo era tão grande à época que nem Sílvio Romero deixou de assustar-se, e disso deu notícia em momento solene da sua vida. Talvez não tenha sido a sua intenção, mas a verdade é que, com o peso de sua autoridade moral e intelectual, talvez tenha sido considerado como mais um argumento a favor da promulgação do decreto de expulsão dos indesejáveis agitadores sociais. Em discurso na Academia Brasileira de Letras, recebendo Euclides da Cunha, exclamava o sergipano de Lagarto a 18 de dezembro de 1906 que os anarquistas eram "desordeiros incuráveis", acolhidos por nós "com a mais criminosa leviandade", por isso "temos as paredes quase diárias, antes de termos as indústrias". A chamada Lei Adolfo Gordo, de 1907, como que veio satisfazer inteiramente a denúncia de Sílvio: expulsava "os desordeiros incuráveis" ou lhes impedia a entrada no território nacional.

Diante das péssimas condições de trabalho, dos salários baixíssimos, praticamente sem limitação da jornada de trabalho, e em meio à terrível carestia de vida, prosseguia o movimento social brasileiro reivindicando, protestando e agitando-se à procura de um cantinho que o levasse a obter a reforma efetiva da sociedade. A balbúrdia sindical mantinha-se a mesma, já que o decreto de 1907, à maneira da lei francesa, dava somente as diretivas gerais da sindicalização. A matéria também fora objeto de deliberação no congresso de 1906, que lhe traçou alguns critérios organizacionais, sempre no sentido do unitarismo sindical.

Com a luta entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, quando da Campanha Civilista de 1909/1910, despertaram os poderes constituídos para a importância do operariado como força eleitoral. Com o primeiro na presidência da República, realiza-se o IV Congresso Operário, na capital federal, sob os auspícios do deputado Mário Hermes, filho do presidente. Foi grande o comparecimento de representações estaduais, mas tudo às expensas do governo, viagem e hospedagem. Publicaram-se

os resultados das suas resoluções, por sinal, muito próximas das de 1906, pois as reivindicações e necessidades das classes trabalhadoras eram as mesmas.

Em 1913 modifica-se a lei de expulsão de 1907 pelo Decreto nº. 2.741, de 8 de janeiro, logo apelidada de "nova Lei Adolfo Gordo". É mais severa do que a primeira contra o anarquismo, a ponto de o Supremo Tribunal Federal (STF) julgá-la inconstitucional em alguns pontos. No mesmo ano reorganiza-se a Confederação Operária Brasileira que patrocina o II Congresso Operário, em resposta ao que acabava de realizar-se sob o bafejo oficial.

Grande foi a agitação operária durante os anos de guerra, sendo de destacar a série de movimentos grevistas em São Paulo no ano de 1917, com violência policial, mortes e ferimentos graves entre os trabalhadores. No ano seguinte não foi menor a agitação no Rio de Janeiro. O auge dessa agitação como que representa o canto do cisne do anarquismo, com sua pregação da ação direta. Jorge Street, líder industrial, admite discutir com os sindicatos operários, como legítimos representantes dos trabalhadores, sobre as suas condições de trabalho, levando a cindir-se o Centro Industrial do qual era presidente. Com o fim da conflagração mundial, a Revolução Russa e a assinatura do Tratado de Versalhes, em menos de dois anos, de 1917 a 1919, tomava mais alento o movimento sindical brasileiro, conscientizando-se dos seus direitos dentro da sociedade capitalista.

De 1919 a 1930

Começa o ano de 1919 com a promulgação da Lei nº. 3.724, de 15 de janeiro, obtida do Congresso Nacional sob pressão das agitações dos últimos meses do ano anterior, quando até um posto policial voou pelos ares em São Cristóvão. A lei regulava os acidentes do trabalho, quando o primeiro projeto de Medeiros e Albuquerque é de 1904. Começara a funcionar com regularidade a recém-

inaugurada Comissão de Legislação Social na Câmara, sob a presidência do deputado paulista José Lobo. A lei de acidentes foi o seu primeiro estudo técnico.

A característica deste período é o retraimento da influência anarquista, que começa a declinar, mormente depois da criação do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), marxista, em 1922. A divisão do movimento social se estabelece mais nitidamente entre os socialistas reformistas, quase trabalhista, e os comunistas propriamente ditos.

O governo e grande parte do pensamento liberal tomam consciência dos novos tempos, com a assinatura do Tratado de Versalhes, de 28 de junho de 1919, que criou a Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a primeira conferência realizada no mesmo ano na cidade de Washington, e aprovação das primeiras convenções internacionais. Delfim Moreira, na presidência da República, envia uma mensagem à Câmara, conclamando-a a dar andamento aos projetos legislativos sobre a legislação social. Rui, o principal mentor da Constituição de 1891 e liberal clássico, profere a célebre conferência, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, sobre a existência da questão social entre nós. Isto em março ainda de 1919. Dali para diante, como que todos passam a reconhecer tais fatores de insatisfação na sociedade brasileira e a necessidade de sua reforma, sem pejo nem receio, pois que o maior liberal já o fizera.

Os sindicatos mais fortes são os mesmos do período anterior: os da orla marítima - resistências -, os dos trabalhadores na indústria têxtil, os dos empregados no comércio. Ao lado destes continua a existir uma miríade de pequenas entidades sindicais, organizadas segundo os mesmos critérios aprovados em 1906, no I Congresso Operário Brasileiro. A lei sindical de 1907, ainda formalmente em vigor, mas quase totalmente ignorada na prática, não impunha nenhum critério organizativo, deixando a escolha para a vontade dos próprios interessados.

Novo projeto de Código do Trabalho é apresentado à Câmara em 1923 pelo deputado Carvalho Neto, de Sergipe. Nesse mesmo ano conseguem os ferroviários

ver aprovadas as Caixas de Aposentadoria e Pensões pela Lei nº. 4.682, de 24 de janeiro, que lhes assegurava a estabilidade no emprego com dez anos de serviço. Tais benefícios foram sucessivamente estendidos a novas categorias (portuários, telegrafistas) de 1926 a 1928. Como agência administrativa para as questões do trabalho, com funções também de fiscalizar as caixas e julgar em segunda instância os inquéritos contra os estáveis, criou-se o Conselho Nacional do Trabalho a 30 de abril, pelo Decreto nº.16.027. De 1 a 14 de julho, também de 1923, realiza-se na capital federal o I Congresso Nacional dos Operários em Fábricas de Tecidos.

Em 1925 aprova-se a lei de férias - de 15 dias para todas as categorias - de nº. 4.982, de 24 de dezembro. As greves, embora em menor número, prosseguem por toda parte, Rio, São Paulo, Recife, Petrópolis. O PCB volta-se para o movimento sindical e organiza a sua ação entre os sindicatos existentes. Já em 1925 efetuava-se o seu segundo congresso, mas em 1927, pela chamada "Lei Celerada" é fechado o PCB, surgindo pouco depois o Bloco Operário e Camponês, com grande atividade sindical também.

De 1930 a 1937

Ao contrário do que se pensa, apesar da criação do Ministério do Trabalho em novembro de 1930, e do início da chamada "febre legiferante" na elaboração das leis do trabalho, os novos detentores do poder continuavam na mesma linha de combate ao comunismo e à agitação social, aos que não se conformavam com as diretivas dos primeiros atos do Governo Provisório. Com o Decreto nº. 19.770, de 19 de março de 1931, é regulada a sindicalização em moldes rígidos e inflexíveis. Traçava a lei as exigências necessárias para a instituição da entidade sindical, uma única para cada categoria na mesma área de representação. Os sindicatos passavam a ser órgãos de colaboração com o Estado, proibida qualquer manifestação política ou ideológica. Iniciava-se o paternalismo sindical ou o controle do sindicato pelo Estado.

Inicialmente, pela ideologia e qualidade das pessoas que elaboraram o 19.770, pretendiam elas dar maior segurança e autonomia ao sindicato com o aval do Estado. Mas, sem o querer - aí a ironia da história, - acabaram praticamente com o autêntico movimento social brasileiro, como vinha sendo praticado nos tempos heróicos anteriores a 1930. Entregaram o sindicato ao Estado.

Os antigos e os novos sindicatos tiveram de se adaptar à nova lei, que só permitia associação sindical com um mínimo de 30 membros da categoria e aglutinados, à maneira da lei francesa, segundo os critérios decrescentes de identidade, similaridade ou conexidade das profissões. Sem dúvida, havia interesse real do governo em incentivar a sindicalização, tanto assim que a lei punia o empregador que impedisse a sindicalização do seu empregado, ao mesmo tempo em que considerava dispensa injusta caso o despedisse pelo mesmo motivo. Nesta e em leis subseqüentes, criaram-se certas prioridades e preferências para os empregados sindicalizados. Procurava-se instalar no país uma filosofia social em oposição à filosofia individualista, tida como superada e nociva.

Agora, a despeito dessas boas intenções, continuava feroz a luta contra o comunismo e os trabalhadores que não se enquadrassem passivamente nos esquemas oficiais. O Decreto nº. 21.396, de 12 de maio de 1932, proibia a greve severamente, nestes termos (artigo 17): "Poderão ser sumariamente suspensos, ou dispensados das empresas ou estabelecimentos onde servirem, os empregados que abandonarem o trabalho sem qualquer entendimento prévio com os empregadores, por intermédio da Comissão de Conciliação, que praticarem qualquer ato de indisciplina, ou que dificultarem a solução do dissídio proposta nos termos dos artigos 13 e 14, ou se esquivarem à integral observância do acordo feito ou da decisão proferida." Mas, ao mesmo tempo, como dissemos acima, o Decreto nº. 22.132, de 25 de novembro do mesmo ano, que criou as Juntas de Conciliação e Julgamento, só dava faculdade de reclamar ao empregado sindicalizado (artigo 34). Por sua vez, o Decreto nº. 23.768, de 18 de janeiro de 1934 (artigo 34), assegurava o direito às férias dos empregados

nas indústrias, somente quando sindicalizados. Mais ainda, o Decreto nº. 24.694, de 12 de julho do mesmo ano, regulando a sindicalização, estabelecia no artigo 30 preferência ao empregado sindicalizado para readmissão no emprego, e no artigo 32 preferência para admissão em empresas de serviços públicos ou que mantivessem contratos com os poderes públicos.

A despeito do controle consignado nas leis, foi bem atuante, ainda nessa fase, o movimento sindical brasileiro, com intensa manifestação política e ideológica, com numerosas greves e protestos de toda ordem. Os sindicatos dos bancários, do Rio e São Paulo, funcionando como grupos de pressão, conseguiram o reconhecimento da estabilidade no emprego com dois anos de casa, em 1934. A União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal sobressaía, no Rio, como entidade das mais atuantes. O mesmo ocorria com o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, também do Rio. Utilizavam-se os sindicatos das prerrogativas constantes das leis, e celebravam fortes redes de convenções coletivas, com o reconhecimento de vantagens bem melhores que os benefícios conferidos pelo governo. Marcaram época as greves de reivindicações de novas condições de trabalho, deflagradas pelos trabalhadores de fiação e tecelagem em 1935, apesar da violência da polícia.

Grande incentivo à sindicalização trouxe o Código Eleitoral, Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, artigo 142, ao criar a representação classista na Assembléia Constituinte. Mais tarde regulamentado pelos decretos nºs. 22.653, de 20 de abril, e 22.696, de 11 de maio, ambos de 1933, o código fez com que os sindicatos pululassem - vá lá o lugar comum ...- como cogumelos depois da chuva. Como fonte primária, informa Valdir Niemeyer que, à época, o movimento sindical atingia 18 unidades do país, somente com exclusão de Amazonas, Goiás, Mato Grosso e território do Acre. Encontravam-se 361 sindicatos de empregados em condições de fornecer eleitores para a escolha dos 18 representantes na Assembléia Nacional Constituinte, com maior concentração entre os trabalhadores em transportes e empregados no comércio. Entrava o Distrito Federal com 58 sindicatos, seguido por

São Paulo, com 42.

Com o movimento armado deflagrado a 27 de novembro de 1935, malogrado, e com a conseqüente decretação do estado de guerra, cessou o movimento sindical livre. Decretaram-se numerosas intervenções administrativas nas entidades sindicais, com a prisão de seus dirigentes. Permitiu-se a dispensa sumária dos trabalhadores julgados perigosos à segurança nacional, ao mesmo tempo em que o Ministério do Trabalho instituía o atestado negativo de ideologia, para que alguém pudesse candidatar-se aos cargos diretivos ou representativos das entidades profissionais. Com agentes administrativos e policiais nas suas assembléias gerais, perdiam os sindicatos o mínimo de autonomia que lhes restava.

1937 a 1946

Constituem esses anos o período mais repressivo da história do movimento sindical brasileiro, só equiparável, em tudo e por tudo, ao que se seguiu a 1964. Com a Carta de 10 de novembro ingressávamos na categoria dos regimes fortes, autoritários, com hipertrofia do Executivo e total ausência do Legislativo, extintos a Câmara e o Senado, substituídos por organismos corporativos que nunca chegaram sequer a funcionar. Foram oito anos de decreto-lei e do maior controle sobre toda a vida sindical, com exigência de atestado negativo de ideologia, proibidos a greve e o *lock-out*, como motivos anti-sociais, pela Carta de 1937, o Código Penal de 1940 e a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943.

Foram adotados nesse período os mais sufocantes instrumentos do movimento sindical: a intervenção administrativa, o enquadramento sindical e o imposto sindical. O Decreto-Lei nº1.402, de 5 de julho de 1939, reformou a legislação anterior sobre a sindicalização, adotando os novos princípios da Carta outorgada. Com a reforma do Departamento Nacional do Trabalho, criou-se a Divisão de Organização e Assistência Sindical, com a incumbência de fiscalizar, orientar e

controlar os sindicatos, jungindo-os totalmente ao Ministério do Trabalho, desde o processo eleitoral até o orçamento e prestação de contas. Para efeitos de construção da pirâmide da organização corporativa, vertical, aprovou-se um quadro prévio de atividades e profissões, duas a duas, que culminariam por desembocar nas grandes corporações, como órgãos do Estado. O enquadramento sindical representa a organização horizontal do corporativismo estatal, contrário à tese de conflito ou de luta de classes. O enquadramento é simétrico e rigorosamente ordenado.

Por outro lado, todos os integrantes de qualquer categoria - econômica, profissional, diferenciada ou autônoma - devem pagar uma contribuição anual compulsória a favor das entidades sindicais - sindicato, federação e confederação. Para o trabalhador subordinado corresponde a um dia de trabalho.

Apesar de tudo isso, ou talvez exatamente por tudo isso, não conseguiu nunca ser de massas o movimento sindical brasileiro. Sem motivação, sem interesse, sempre foi pequena a taxa de sindicalização, contribuindo o indivíduo a favor de uma entidade da qual não faz parte, e nem quer fazer, de cuja vida associativa não participa. A 1º. de maio de 1943, o chefe do governo fez um apelo patético a favor do que chamou "a campanha da sindicalização em massa". Sem resultado, porém. Tudo o que se encontrava em vigor impedia qualquer resquício de liberdade e autonomia sindical: proibidas eram as confederações gerais e quaisquer outras modalidades de organização associativa não previstas na lei. O sindicato transformara-se, praticamente, em órgão oficial do próprio Estado. Informa Oliveira Viana que se chegou até a sugerir a nomeação dos dirigentes sindicais pelo Ministério do Trabalho.

De 1946 a 1964

Com a promulgação da nova Constituição Federal, a 18 de setembro de 1946, parecia que tudo ia mudar, pois extinto estava o Estado Novo, como modelo político

autoritário e autocrático. A nova Carta aproveitara o que de melhor se dispunha na Constituição de 1934, inclinando-se nitidamente para um sentido social-democrata. Vinda de um Executivo hipertrofiado, restabelecera a competência e o prestígio dos outros dois poderes, com orientação liberal. Mantivera todas as conquistas trabalhistas anteriores e acrescentara novas como o salário familiar, a participação dos lucros, o repouso semanal remunerado, a estabilidade na exploração rural, entre outros. Extinguira a contribuição sindical obrigatória, mantendo, porém, as funções delegadas ao sindicato pelos poderes públicos. Revogara a proibição da greve, instituindo o seu direito, cujo exercício ficara para a regulamentação da lei ordinária. Pois bem, apesar de tudo isso, a despeito de novo regime constitucional inteiramente oposto ao precedente, manteve-se a mesma, a mesmíssima legislação ordinária, com o mesmo, o mesmíssimo modelo de organização sindical. Em 1951, com a volta de Getúlio Vargas à presidência da República, anunciou o seu ministro do Trabalho a extinção do atestado negativo de ideologia.

Mantinham-se, na legislação ordinária, as proibições de greve nas atividades fundamentais, com o 9.070, de 15 de março de 1946, em vigor, e de formação de organismos centrais, como entidades de cúpula, na organização sindical. Enquanto se discutia se o 9.070 era constitucional ou não, dele iam se desinteressando os trabalhadores, transformando-o em letra morta, acabando a jurisprudência por considerar como injusta a dispensa do trabalhador que simplesmente houvesse participado da greve, sem incitamento nem atos de violência. Por outro lado, foram-se organizando os órgãos superiores de cúpula como coordenadores dos interesses mais gerais dos trabalhadores, a despeito da Consolidação de 1943.

Caracterizou-se esse período pela politização dos sindicatos, à maneira do que ocorrera antes de 1935, deixando as entidades mais representativas de se submeter docilmente ao controle do Ministério do Trabalho e dos órgãos de segurança. A liderança sindical ousou dizer o que pensava e o que queria, atingindo-se um nível de liberdade e de autonomia desaparecido havia mais de dez anos. Em verdade

havia surgido uma nova classe operária no após-guerra, com plena consciência de suas reivindicações no capitalismo que ajudara a criar. A industrialização crescera substancialmente, com a relativa queda da indústria têxtil, que muito se aproveitara do protecionismo que lhe fora dispensado durante a conflagração. Segundo relatório do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) tomando-se por base o ano de 1946, enquanto a mão-de-obra de fiação e tecelagem chegava a 116,0 em 1960, a da alimentação ia a 131,6 e a da gráfica a 181,7. A indústria siderúrgica se instalara e desenvolvera no mesmo período, que também assistiu à instalação da indústria automobilística. Era toda uma nova classe operária, em qualidade e quantidade, que surgia. Dela se destacavam os trabalhadores metalúrgicos e das indústrias petroquímicas.

Com exceção de algumas manifestações revolucionárias mais ativistas, nacionalismo e desenvolvimento constituíam as duas palavras de ordem dessa liderança sindical, correspondendo aos apelos do governo, que delas também se vinha utilizando como motivações ideológicas de sua filosofia econômica. A redemocratização do país, o crescimento numérico da classe operária, com cerca de dois milhões e meio de trabalhadores, a formação de partidos políticos e o direito de voto, tudo isso veio dar uma importância até então insuspeitada ao movimento sindical. Movimento este que arregimentava ainda uma pequena minoria dos integrantes das categorias profissionais, com predominância de elementos qualificados e profissionalmente gozando de *status* superior à média dos trabalhadores. Foi esta a conclusão a que chegaram dois pesquisadores em estudo publicado em 1962, sobre o Congresso Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, realizado àquela época. Assim mesmo, segundo dados oficiais, a mão-de-obra qualificada, no estado de São Paulo, não abrangia ainda mais do que 20% do total, isto é, 149.379 para 774.733.

De 1964 em diante

Como havia acontecido em 1935 com o estado de guerra, o mesmo estancamento do movimento sindical brasileiro volta a ocorrer em abril de 1964, com a tomada do poder pelo grupo militar que comandou o golpe de Estado. Talvez que o seu objetivo primordial tenha sido exatamente a mudança de sentido que vinha tomando o movimento operário. Baseado na mesma legislação do período de 1937 a 1946, interveio o Ministério do Trabalho em centenas de entidades sindicais de todos os graus, por prazo indeterminado, com destituição das respectivas diretorias e prisão de muitos líderes sindicais. Alguns fugiram, outros foram condenados, sendo de logo dissolvidas quaisquer manifestações de órgãos de cúpula. Um pesado silêncio, triste e fúnebre baixou sobre a massa operária, sujeita ainda aos rigores de uma legislação de arrocho salarial, vendo pouco depois cair o instituto da estabilidade no emprego, conquista que vinha de 1923. Só uma classe passou a ser diretamente responsável pela inflação, a dos trabalhadores, que tiveram seus salários reais drasticamente reduzidos, abaixo do custo de vida e com perda crescente do seu poder aquisitivo.

Embora tentando chegar aos trabalhadores com uma linguagem muito afim do antigo paternalismo, de pronto acionou todos os instrumentos de repressão contra a autonomia sindical, transformando as associações de classe em meros organismos burocráticos, assistenciais e beneficentes, rigidamente submetidos à política oficial e mantidos pela contribuição compulsória, voltada novamente ao texto constitucional em 1967. Longa e escura tem sido esta noite de sufocação e repressão, mas a partir de 1974 como que vem despertando o movimento sindical, tomando consciência de sua força, questionando criticamente a sociedade, nas suas bases econômicas e na sua regulação jurídica. Mais uma vez colocaram-se à frente desse movimento de revisão os trabalhadores social e profissionalmente mais qualificados, devendo ser destacados os metalúrgicos e os bancários. Eclodiram greves reivindicatórias nas atividades tidas por lei como fundamentais, em geral vitoriosas. Os congressos

operários têm sido convocados, com comparecimento de alguns líderes a Brasília, como grupo de pressão, como *lobby* junto ao Congresso, em prol de melhores leis sobre o direito de greve. Consta do texto da Constituição de 1967, com todas as emendas posteriores, a proibição de greve em atividades essenciais.

O que não se fez em 1946 talvez se faça agora, em 1979, no sentido de uma revogação total da legislação coercitiva de 1937, com liberdade e autonomia da vida sindical, à margem do Estado e contra ele, se necessário. A grande maioria da liderança sindical tem-se manifestado a favor do diálogo direto entre empregados e empregadores na regulação das condições de trabalho. Outro ponto capital é o da constituição de comissões de empresa ou de fábrica, inclusive com designação de delegado sindical. Dada a índole da legislação brasileira do trabalho, imposta paternalisticamente pelo Estado de fora para dentro, como que se impediu o contato direto entre os próprios interessados, que só agora vão começando a sentar-se na mesa das negociações para cuidarem autonomamente das suas próprias vidas. Só então - e isso parece que se vai realizando agora - será adulto o movimento sindical brasileiro, autônomo e livre diante do Estado e do patronato. Esta é a tendência que se delineia e cujas primeiras manifestações já se vão concretizando e obtendo êxito.

Evaristo de Moraes Filho
colaboração especial

FONTES: CARONE, E. *Primeira*; CARONE, E. *República velha* FAUSTO, B. *Trabalho*; LOWY, M. *Opiniões*, MORAIS FILHO, E. *Apontamentos*; MORAIS FILHO, E. *Problema*; NIEMEYER, V. *Movimento*; PINHEIRO, P. *Política*; RODRIGUES, J. *Sindicato*; RODRIGUES, L. *Conflito*, SIMÃO, A. *Sindicato*, VIANA, F. *Problemas*; VIANA, L. *Liberalismo*.

De 1964 a 1985

Com a derrocada do regime democrático em abril de 1964, o sindicalismo dominante sob a Constituição de 1946 sofreu ataques por dois flancos: à direita, do governo militar; e, à esquerda, de setores do próprio movimento sindical.

Imediatamente depois do golpe que derrubou o presidente João Goulart, o governo do general Castelo Branco investiu duramente contra os sindicatos mais ativos e seus principais líderes. O objetivo era dismantelar as bases sindicais da aliança nacional-desenvolvimentista que sustentara o governo deposto. Para tanto, o novo regime se valeu tanto dos recursos da repressão policial, quanto daqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como a prerrogativa de intervenção nos sindicatos, destituindo dirigentes eleitos e substituindo-os por interventores nomeados. Entre 1964 e 1966, 84 dirigentes sindicais tiveram cassados os seus direitos políticos. Entre 1964 e 1965, sofreram intervenção 428 entidades sindicais, assim distribuídas: 383 sindicatos (18% do total), 45 federações (42% do total) e quatro confederações (66.7% do total). Na região Sudeste, as intervenções atingiram 25,6% dos sindicatos.

A repressão atingiu com a mesma intensidade o sindicalismo rural, que experimentara significativa expansão no início da década de 1960. Foram fechados, também, os organismos de coordenação horizontal, do tipo centrais sindicais - notadamente, o Comando Geral de Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) - que, embora funcionassem à margem da organização sindical legal, eram reconhecidos como interlocutores legítimos pelos governos civis.

Ainda na gestão Castelo Branco (1964-1966), o período mais duro da repressão deu lugar à tentativa de normalização controlada da vida sindical. Foram autorizadas eleições para substituir os interventores nomeados, ao mesmo tempo em

que se aplicavam ao pé da letra as disposições da CLT permitindo o controle governamental sobre a vida associativa e se mantinha a vigilância policial sobre os ativistas mais destacados. A fresta aberta pelo governo militar propiciou tentativas de articulação de um sindicalismo de oposição nos principais centros industriais do país. Elas foram levadas a cabo por ativistas ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), à esquerda católica e a outros agrupamentos de esquerda, todos tratando de formar chapas para disputar as direções sindicais. O movimento foi muito marcado pela crítica interna à atuação anterior da esquerda, particularmente do PCB, em especial durante o governo Goulart. Os dirigentes sindicais comunistas foram acusados de excessiva confiança num processo de mudança social pacífica; de subordinação às lideranças burguesas da aliança nacional-populista; de comprometimento com as negociações políticas de cúpula; de abandono da organização e da mobilização das bases sindicais; de adaptação às limitações impostas pela CLT; e, finalmente, de incapacidade de organizar a resistência popular ao golpe militar. Em consequência, os líderes emergentes propunham concentrar a atividade sindical nos locais de trabalho – em comitês de fábrica – que deveriam servir de base para a retomada da ação dos sindicatos e o desenvolvimento de uma estratégia de confronto com o regime autoritário. Sua principal bandeira era a luta contra a política salarial imposta pelo novo governo - consubstanciada nos Decretos-Lei nº 54.018 e nº 54.228, ambos de 1964, que davam sustentação ao chamado arrocho salarial -, política essa entendida como parte de uma política econômica recessiva e geradora de desemprego. Denunciava-se também o controle governamental sobre a vida associativa, propiciada pela CLT. Em termos numéricos, os líderes combativos eram minoria, mas suas bases de apoio estavam nos estados mais industrializados: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A relativa distensão do autoritarismo no início do governo Costa e Silva (1967-1969) permitiu que a atividade das correntes sindicais de oposição ganhasse expressão pública. Alguns de seus líderes eram parte do movimento de revisão crítica da atuação da esquerda brasileira, que começava a caminhar na direção da preparação da luta armada contra o regime militar. Ainda no fim de 1967, foi

organizado em São Paulo o Movimento Sindical Anti-Arrocho (MIA), para conduzir a mobilização dos trabalhadores contra a política econômica. Em 1968, no contexto dos protestos estudantis contra o regime, os novos dirigentes organizaram duas explosões de descontentamento operário, dentro da estratégia de confronto que deveria preparar a luta armada. Em abril, 6.700 operários da cidade industrial de Contagem, próxima a Belo Horizonte, entraram em greve contra o arrocho salarial. Em julho, ocorreu a greve dos metalúrgicos de Osasco, na Grande São Paulo, com ocupação de empresas e choques com a polícia.

A violenta carga repressiva que se abateu sobre toda a oposição a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, atingiu fortemente o movimento sindical e os líderes que haviam emergido foram reprimidos violentamente. Entre 1968 e 1977, a vida nos sindicatos ficou reduzida à prestação rotineira de serviços sociais e jurídicos e a uma ou outra cuidadosa manifestação de dirigentes sindicais contra os excessos de controle governamental sobre as entidades e a política salarial. Em poucos sindicatos, movimentos da chamada oposição sindical, abrigados pela Igreja Católica, mantiveram-se ativos, dedicando-se a criar ou a recriar organizações de empresa, constantemente desarticuladas pela demissão de seus membros.

A partir de 1974, uma nova forma de oposição à estrutura sindical vigente e à política da ditadura começou a brotar no próprio sistema corporativista. Nascia o que se chamou então de “novo sindicalismo”, cujo berço foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Sua diretoria era formada por líderes jovens, em geral sem laços nem com o sindicalismo anterior ao golpe militar nem com o sindicalismo de confronto de 1968. Esse sindicalismo se desenvolveu com maior força nas áreas mais modernas e concentradas da indústria – os setores automobilístico, metal-mecânico, siderúrgico, petrolífero e petroquímico. Os novos líderes com frequência tinham ascendido a cargos de direção em eleições sem competidores. Seu discurso sindical era essencialmente antiestatista e democrático-participativo. A reivindicação central era tirar o Estado das relações

trabalhistas e conseguir uma negociação coletiva livre e direta entre empregados e empregadores; o direito irrestrito de greve; a liberdade e a autonomia sindicais e o direito de organização no interior das empresas; ou seja, o fim da política salarial e a liquidação da organização sindical corporativista. Para esses novos líderes, as mudanças pretendidas seriam alcançadas pela organização e a mobilização das massas de trabalhadores.

As greves nas empresas metalúrgicas da região do ABC paulista, na Grande São Paulo, em 1978 e 1979, transformaram o “novo sindicalismo” de simples aglomerado de líderes inovadores num movimento com apoio de massas. Sua principal figura, o metalúrgico Luís Inácio da Silva, Lula, ganhou projeção nacional. Assim, durante o governo do último presidente militar, general João Batista Figueiredo (1979-1984), emergiu uma nova forma de sindicalismo, também de confronto, porém distinta daquele de 1968, assentado dessa vez na oposição sistemática às políticas governamentais e na mobilização grevista.

De 1985 a 1995

Sob o regime democrático restaurado, o movimento sindical expandiu-se e diversificou sua forma de organização, tornando-se um influente ator político. Seus apoios sociais mais importantes eram os trabalhadores da grande indústria moderna, os servidores públicos e, em menor medida, os trabalhadores rurais. O associativismo do setor público ganhou enorme impulso na década de 1980. Primeiro, por meio de entidades não reconhecidas. Depois, em sindicatos oficiais, por ter a Constituição de 1988 estendido o direito de organização aos servidores públicos. No total, os sindicatos reuniam, naquele ano, um contingente de 15 milhões de assalariados, dos quais 8,3 milhões no campo. Embora a população sindicalizada só representasse cerca de 11% da população economicamente ativa (PEA), conferia às entidades sindicais uma base de massas respeitável.

A convergência em torno da oposição ao autoritarismo que reunira as lideranças renovadoras do “novo sindicalismo” rapidamente se desfez, na medida

em que a transição para a democracia foi se consumando. Opções partidárias, diferenças com relação à estrutura corporativista e à atitude a tomar frente ao novo governo civil, além de disputa pelo poder, foram os principais motivos de conflito. As divergências se cristalizaram em diferentes centrais sindicais, que se foram organizando, fundindo ou reestruturando ao longo do período. Já em 1983, a corrente majoritária dos sindicalistas renovadores, ligados à Luís Inácio da Silva e ao recém-fundado Partido dos Trabalhadores (PT), gerou a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Seus opositores, que de início formaram a Unidade Sindical, criariam em 1986 a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), posteriormente dividida em duas entidades com a mesma sigla: a Central Geral dos Trabalhadores e o Confederação Geral dos Trabalhadores (1989). Finalmente, em 1991, sindicalistas ligados à Central Geral dos Trabalhadores criaram a Força Sindical, que rapidamente se tornou a segunda maior organização de cúpula do sindicalismo brasileiro, depois da CUT.

Ao longo da década de 1980, o impulso de reforma da estrutura sindical corporativista foi perdendo força, mesmo entre os sindicalistas da CUT, os mais ferrenhos adversários daquele modelo. O projeto inicial de superação do sistema corporativista, com o estabelecimento da autonomia e da liberdade sindicais plenas, cedeu espaço a uma estratégia de reforma moderada que tratava de abolir os instrumentos de controle e coerção sobre as entidades sindicais em mãos do governo, preservando os dispositivos que asseguravam recursos de poder às lideranças sindicais, como o monopólio da representação e a contribuição sindical compulsória. Essa reforma moderada foi vitoriosa na Constituição de 1988 e deu origem a um sistema sindical híbrido, que combinava pluralismo na cúpula com as velhas regras corporativistas.

As divergências, reforçadas pela competição entre as centrais, giravam também em torno das estratégias a adotar diante das políticas de estabilização da moeda. A CUT e os sindicatos a ela filiados apostaram na oposição intransigente às políticas

antiinflacionárias, sustentada por sucessivas greves que tratavam de reduzir os períodos entre os reajustes salariais e de obter a melhor indexação possível das remunerações. Já as CGTs e especialmente o grupo que desembocaria na Força Sindical tenderam a uma atitude mais negociadora, quando não submissa diante do governo, ainda que também lutassem pela indexação. Pouco eficaz para defender o poder de compra dos salários, a estratégia de confronto foi ainda assim um poderoso instrumento para construir o poder da CUT, a ponto de transformá-la na maior e mais abrangente das entidades sindicais de cúpula.

Na década de 1990, porém, o confronto foi se tornando cada vez mais contraproducente. Uma nova agenda começava a se desenhar para fazer face tanto às mudanças resultantes da abertura da economia e à competição externa, quanto à transformação das políticas governamentais que dizem respeito mais de perto aos assalariados, como a reforma do sistema previdenciário. Esses desafios conduziram o sindicalismo a formas novas de negociação e cooperação no nível das empresas. No plano das atitudes em face do governo, a mudança foi menor. O movimento sindical continuou dividido entre a colaboração submissa e uma oposição que sabia que o confronto não era mais possível nos moldes anteriores e que a simples denúncia era insuficiente – mas, ainda assim, não conseguia elaborar propostas alternativas de ação.

Maria Hermínia Tavares de Almeida

FONTES: ALMEIDA, M. *Crise*; RODRIGUES, L. *Partidos*; RODRIGUES, L. *Tendências*.

SINDICATO

O sindicato pode ser definido como uma associação voluntária, de caráter permanente, destinada a defender os interesses de trabalhadores assalariados de uma mesma profissão ou de uma mesma indústria. As primeiras associações sindicais agrupavam geralmente trabalhadores de uma mesma profissão (sindicatos de ofício). Progressivamente, com a expansão da grande indústria, os sindicatos tenderam a organizar trabalhadores que, apesar de exercerem profissões diferentes, estavam empregados numa mesma indústria (sindicatos de indústria).

Os primeiros sindicatos foram basicamente organizações de trabalhadores manuais assalariados. Contudo, nos últimos anos, tem-se observado a expansão de um sindicalismo do setor de serviços, agrupando assalariados de escritórios e de outros grupos de classe média (bancários, aviários, médicos, professores etc).

Os primeiros sindicatos brasileiros

O sindicalismo brasileiro apareceu por volta do começo do século e ganhou impulso nas regiões onde o desenvolvimento do capitalismo e da urbanização levou à formação de núcleos operários de alguma importância (São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente). De modo geral, essas primeiras associações operárias (ligas, uniões como eram denominadas) desenvolveram-se a partir de sociedades de auxílio mútuo que, não tinham como objetivo uma ação reivindicatória junto ao patronato. Os sindicatos que se originaram dessas primeiras associações operárias agruparam trabalhadores qualificados, de formação artesanal, tais como pedreiros, pintores, marceneiros, padeiros, chapeleiros, gráficos etc. Até possivelmente a Primeira Guerra Mundial, essas associações de trabalhadores qualificados constituíram os centros mais ativos da militância operária. Posteriormente, com a implantação das grandes fábricas (tecidos, bebidas e alimentos, principalmente) e a expansão dos

setores de serviços (ferrovias e transportes urbanos), os sindicatos dos operários desses últimos setores começaram a suplantam as associações dos antigos artesãos.

A classe operária desse período constituía-se, em ampla medida, de trabalhadores estrangeiros. Especialmente em São Paulo, nas primeiras décadas do século, a massa operária era formada majoritariamente por italianos, espanhóis e portugueses. Ideologicamente, o anarco-sindicalismo e o socialismo, em menor medida, representavam as correntes doutrinárias dominantes no movimento sindical paulista. No Rio de Janeiro, em contrapartida, a influência das tendências "trabalhistas" ou reformistas" foi maior.

O sindicalismo brasileiro a partir de 1930

O ano de 1930 constituiu-se no grande divisor de águas da história do sindicalismo no Brasil. O fato básico que alterou os rumos do movimento operário brasileiro até nossos dias foi a intervenção do Estado na área das relações de trabalho e das classes sociais. Até então o Estado brasileiro havia sido bastante omissivo em relação à chamada "questão operária". Embora as atividades sindicais fossem freqüentemente reprimidas, os trabalhadores tinham muita autonomia na organização de suas associações profissionais. Com a vitória da Revolução de 1930 e o declínio das concepções liberais, teve início uma mudança na posição dos poderes públicos com relação aos conflitos sociais e ao modo de controlá-los. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em novembro de 1930 assinalou o primeiro passo do novo governo na direção de uma intervenção sistemática e cada vez mais profunda na questão trabalhista. Embora anteriormente fosse possível registrar uma série de leis relacionadas à proteção do trabalhador, tratava-se de iniciativas isoladas de deputados preocupados com a questão social. Com Getúlio Vargas, ao contrário, foi o próprio Poder Executivo que chamou a si a

elaboração e realização de uma política trabalhista ampla e contínua.

Para fins de análise, a política getulista na área social poderia ser dividida em três partes: uma parte relativa às leis de proteção ao empregado, outra referente à própria organização sindical e, finalmente, uma parte relativa ao modo de resolução dos conflitos, com a criação da Justiça do Trabalho. Quanto à primeira parte, cabe citar os decretos, estabelecendo a jornada de oito horas, a organização do sistema de previdência social para os estivadores, funcionários públicos e comerciários, a proteção ao trabalho da mulher e do menor, a regulamentação da jornada de trabalho para os bancários e para os empregados de farmácias, padarias, transportes terrestres etc. A maior parte desses decretos foi transformada em lei durante a gestão de Salgado Filho no Ministério do Trabalho (1932-1934).

Foi com relação à organização sindical propriamente dita que a ação do Governo Provisório mostrou-se mais radicalmente inovadora. Em 1931 o Decreto nº. 19.770 regulamentou a organização em sindicatos. Às associações de trabalhadores atribuiu-se o direito de defender, junto ao governo e ao Ministério do Trabalho, os "interesses econômicos, jurídicos, higiênicos e culturais" de todos os empregados que exercessem "profissões idênticas, similares ou conexas". Esta função só seria permitida aos sindicatos que fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Para tanto, os sindicatos deveriam enviar ao ministério a ata dos trabalhos de instalação, a relação dos sócios, as cópias dos estatutos etc. Impunha-se como limite mínimo para o reconhecimento da entidade a existência de 30 associados maiores de 18 anos, dos quais pelo menos 2/3 deveriam ser brasileiros natos ou naturalizados. Os estrangeiros não poderiam exercer funções de direção. Os sindicatos poderiam, em número de três, no mínimo, organizar-se em federações regionais.

As federações, em número nunca inferior a cinco, poderiam criar confederações. Cabia aos sindicatos a elaboração de contratos de trabalho, a manutenção de cooperativas e outros serviços assistenciais. A propaganda de toda ideologia e de política partidária ficava expressamente proibida. O Decreto nº. 19.770 significou o

primeiro passo no sentido de regulamentar com minúcia a vida associativa. Lindolfo Collor, que foi o primeiro Ministro do Trabalho, na exposição dos motivos que acompanhava o decreto, declarava expressamente que um dos objetivos da Revolução de 1930 era "incorporar o sindicalismo ao Estado e às leis da República". O Departamento Nacional do Trabalho, criado em fevereiro de 1931, poderia determinar o fechamento do sindicato, federação ou confederação por um período de seis meses, destituindo a diretoria, ou ainda, decretando a dissolução completa da associação. A partir de 1932 concederam-se algumas vantagens especiais aos trabalhadores sindicalizados, como por exemplo a de apresentar reclamação perante as Juntas de Conciliação e Julgamento, de entrar em gozo de férias etc. A Constituição de 1934 e depois a Carta de 1937 declararam inconstitucionais estes dispositivos. O Decreto nº. 19.770 estabelecia ainda a existência de apenas um sindicato por setor profissional numa mesma localidade.

Em 1934, outro decreto (de nº. 24.694) procurou adequar a organização dos sindicatos à nova Constituição. A principal modificação foi o retomo à pluralidade sindical, sendo reconhecidos os sindicatos que agrupassem 1/3 ou mais de trabalhadores que exercessem atividades idênticas, similares ou conexas. O Decreto nº. 24.694 concedia um pouco mais de autonomia às organizações sindicais. O Ministério do Trabalho não poderia determinar o fechamento de um sindicato por mais de seis meses, embora conservasse o poder de reconhecer os recém-constituídos. Depois da instauração do Estado Novo, num período de predominância das ideologias autoritárias, um novo decreto-lei, o de nº. 1.402, de agosto de 1939, viria introduzir outras tantas modificações na estrutura e situação dos sindicatos. De modo geral, seguindo a concepção autoritária que inspirara a Carta de 1937, o novo regulamento ampliava o controle do Ministério do Trabalho sobre as organizações sindicais. Outra vez voltava-se à unidade sindical, não sendo reconhecido mais de um sindicato por categoria profissional. Como explicitou a comissão elaboradora do novo projeto, a partir de então os sindicatos deveriam "gravitar em torno do

Ministério do Trabalho; nele nascerão; com ele crescerão, ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão". Em 1940 criou-se o Imposto Sindical, que obrigava todo assalariado do setor urbano a contribuir com um dia de trabalho anual em benefício do sindicato de sua respectiva categoria profissional, embora o pagamento desta contribuição compulsória não implicasse a sindicalização que continuava um ato voluntário.

A Consolidação das Leis do Trabalho

Em 1943, toda a legislação referente aos problemas trabalhistas e sindicais foi sistematizada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada no dia 10 de maio desse ano. A CLT, cujos principais dispositivos continuam em vigor até hoje, sintetizou toda a política trabalhista de Vargas, regulamentando o vasto campo do funcionamento interno dos sindicatos, das relações entre o Estado e as associações operárias, das relações entre essas últimas e as organizações patronais, assim como das questões relacionadas à proteção do empregado e à Justiça do Trabalho. Assim, muito sumariamente, a CLT pode ser dividida em três partes: uma, de "tutela do trabalho", que contém os artigos relativos à proteção do trabalhador e deveres do empregador, outra referente à organização sindical propriamente dita e uma terceira parte, referente à Justiça do Trabalho.

A parte relativa aos direitos e deveres de empregados e patrões incorporou todas as vantagens concedidas aos trabalhadores na década precedente: férias, proteção à mulher e ao menor, higiene e segurança no trabalho etc.

A parte voltada para a organização sindical enquadrou tanto os sindicatos patronais como os sindicatos de empregados. Somente os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho poderiam representar os interesses dos trabalhadores de cada categoria profissional. Não era reconhecido mais de um sindicato em cada localidade. A CLT fixou estritamente o modo de funcionamento interno do

sindicato, desde o número de membros da direção (máximo de sete, mínimo de três pessoas), o modo de eleição das diretorias (supervisionadas pelas Delegacias Regionais de Trabalho) etc. A greve ficou proibida e o Ministério do Trabalho poderia intervir nos sindicatos, destituindo diretorias, fechando a entidade etc. No que tange ao número de sindicatos e sua organização de acordo com os diferentes ramos e setores econômicos, a CLT estabeleceu oito grandes setores de atividades, aos quais corresponderia uma confederação de empregadores e outra de empregados: comércio; indústria; transportes marítimos, fluviais e aéreos; transportes terrestres; comunicação e publicidade; crédito; educação e cultura; e profissões liberais. Os assalariados agrícolas ficaram sem direito de organizar sindicatos e de gozar da proteção das leis trabalhistas. Os sindicatos de uma mesma categoria profissional, em número não inferior a cinco, poderiam organizar-se em federações. Estas eram geralmente de âmbito estadual, enquanto os sindicatos eram geralmente de âmbito municipal. Mais de três federações de uma mesma categoria profissional ou de categorias diferentes poderiam criar uma confederação, de âmbito nacional, correspondente a um dos grandes setores anteriormente mencionados. Assim, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e outras. Porém, sindicatos e federações de categorias profissionais diferentes, numa mesma localidade, não poderiam se congregar numa mesma entidade. Com isto, a CLT evitava a formação de uma central sindical, devendo cada categoria profissional permanecer isolada na sua federação, só se reunindo no âmbito da confederação respectiva que, por sua vez, não poderia se unir a outra confederação de setor diferente.

A terceira parte da legislação trabalhista expressa na CLT refere-se a Justiça do Trabalho, encarregada de julgar as disputas entre os sindicatos de empregados e os empregadores. O modo de relacionamento entre o patronato e seus trabalhadores passava assim para a alçada do Estado.

A ação governamental favoreceu a rápida multiplicação dos sindicatos e a expansão dos já existentes. Tomando como base o ano de 1930, o número de sindicatos aumentou mais de três vezes. A tendência foi no sentido da formação de entidades fora da área de São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, as associações recém criadas ficaram submetidas a estrito controle governamental, sem possibilidade de reivindicar autonomamente ou de decretar greves. Neste período, os sindicatos foram essencialmente órgãos assistenciais, encarregados de prestar assistência médica e jurídica a seus associados.

Os sindicatos no após-guerra

Após 1945, o retorno à legalidade constitucional e ao pluralismo partidário não significou a remodelação do tipo de estrutura sindical corporativista que fora montado durante o Estado Novo. Contudo, no clima de maior liberdade política, os sindicatos obtiveram melhores condições de expressão. Logo após a queda do Estado Novo, houve forte aumento da reivindicação operária e da movimentação sindical, que prosseguiria até meados de 1947. Apesar da política moderada do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), que procurou evitar a ampliação dos conflitos, ocorreram numerosas greves muitas delas à revelia do sindicato, deflagradas a partir da própria fábrica. Em 1947, teve início uma reação governamental dirigida especialmente contra os comunistas. Em maio, o PCB foi declarado ilegal, e o Ministério do Trabalho interveio em aproximadamente 140 sindicatos, destituindo diretorias suspeitas de favorecerem os comunistas. Embora o direito de greve fosse assegurado pela Constituição de 1946, o Decreto nº. 9.070 assinado antes que a Constituição entrasse em vigor - impôs numerosas condições para a deflagração de greves. Estas, além de serem proibidas nos setores econômicos considerados essenciais, deveriam terminar após julgamento do dissídio

coletivo pela Justiça do Trabalho. A partir de 1947, a atividade sindical declinou.

A expansão do movimento sindical

Depois de 1952, durante o governo Vargas, observou-se novamente uma retomada da atividade reivindicativa dos sindicatos. Novos sindicatos foram formados, especialmente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, isto é, fora do eixo Rio-São Paulo, que concentrava 40% dos sindicatos existentes e 42% dos trabalhadores sindicalizados. Além disso, a década de 1950 foi marcada pelos grandes movimentos grevistas de 1953 a 1957 em São Paulo.

O primeiro desses movimentos, iniciado em fins de março de 1953, abrangeu metalúrgicos, têxteis, marceneiros, vidreiros e gráficos. Calcula-se que, no auge da greve, o número de trabalhadores que estiveram envolvidos no movimento pelo reajustamento salarial tenha chegado aproximadamente a trezentos mil. Na segunda grande greve da década de 1950, deflagrada também por razões salariais, o número de grevistas foi estimado em cerca de quatrocentos mil, pertencentes praticamente às mesmas categorias da greve de 1953. Nos dois casos, os grevistas obtiveram uma vitória parcial.

A movimentação sindical continuou ascendente nos primeiros anos da década seguinte. Em 1961 ocorreu a greve denominada dos setecentos mil, na capital e no interior do estado de São Paulo. Novamente, as reivindicações econômicas constituíram razão principal do movimento. Porém, nessa greve, outra reivindicação prenunciaria um desdobramento futuro do sindicalismo brasileiro os grevistas reclamaram a negociação conjunta de todas as categorias profissionais, reunidas no Pacto de Ação Conjunta (PAC), com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O patronato, apoiando-se na legislação em vigor, rejeitou a pretensão dos trabalhadores, percebendo os riscos contidos no reconhecimento de uma entidade representativa do conjunto dos sindicatos paulistas: a partir da

aceitação de uma negociação conjunta com operários representados por uma única entidade, as portas para a legitimação de uma futura central sindical poderiam estar abertas.

A idéia da unificação dos sindicatos através de uma entidade única de cúpula ganhou impulso nos primeiros anos de 1960, durante o governo de João Goulart. A formação de uma central sindical não era permitida pela CLT. Porém, na medida em que aumentava a participação dos sindicatos nas lutas políticas, aprofundavam-se também as divergências ideológicas no interior do sindicalismo. As diferentes correntes procuraram agrupar-se em organismos de cúpulas que tentavam coordenar a ação de sindicatos de uma mesma tendência ideológica e política. Estas uniões sindicais não constituíam organizações paralelas aos sindicatos oficiais, nem tampouco procuraram substituir as federações e confederações previstas pela legislação. Tratava-se de organismos de cúpula que agrupavam sindicatos oficiais, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Geralmente, o aparecimento dessas uniões sindicais esteve relacionado à necessidade de coordenação de movimentos grevistas. Após o término do movimento, as lideranças sindicais procuraram dar caráter permanente às comissões de coordenação das greves. Uma dessas primeiras organizações de cúpula foi o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), formado em São Paulo em 1953. Em 1958 foi criada a Comissão Permanente de Organização Sindical (CPOS). Em 1960 apareceu o Pacto de Unidade e Ação (PUA), agrupando nacionalmente sindicatos do setor de transporte (ferroviários, marítimos e portuários). Mais tarde, em 1962, foi formado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), procurando congregar federações e sindicatos de vários estados. O CGT, que apoiou o governo Goulart, propôs um programa de transformação da sociedade brasileira ("reformas de base"), reivindicando a reforma agrária, o controle ou eliminação do capital estrangeiro, a maior participação do Estado na economia, o direito de voto aos soldados e analfabetos etc.

Além dos organismos sindicais de cúpula, influenciados pelos comunistas e

nacionalistas, foram formadas outras uniões rivais, de tendência ideológica diferente. Em 1959 surgiu a Frente Nacional do Trabalho, de tendência católica. Em junho de 1961 foi criado o Movimento Sindical Democrático (MSD), principal opositor do CGT, tendo como ponto principal de sustentação a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio. Como uma espécie de terceira opção entre o CGT e o MSD, surgiu em São Paulo a União Sindical dos Trabalhadores (UST), que teve menor influência. A UST procurou situar-se numa linha trabalhista e nacionalista de apoio ao governo Goulart, mas em oposição ao CGT. Com a vitória do movimento militar de março de 1964, essas organizações de cúpula não reconhecidas pela legislação seriam dissolvidas pelo novo governo.

Os sindicatos e o governo Goulart

Os primeiros anos da década de 1960 mostraram não apenas o aumento da atividade reivindicatória dos sindicatos, como também sua crescente intervenção no sistema político brasileiro. De modo geral, a ampliação da participação dos sindicatos nos problemas políticos efetuou-se mediante o estreitamento de suas relações com o governo Goulart. Nos quadros de apoio a uma orientação nacionalista e reformista, os sindicatos agrupados no CGT passaram a fazer parte de uma frente que incluía outras forças políticas vinculadas ao governo federal. Nessa linha, o CGT tentou a realização de duas greves de caráter especificamente político e de âmbito nacional: a Greve do Gabinete Nacionalista, em 5 de julho de 1962, e a Greve do Plebiscito, em 15 de setembro do mesmo ano, ambas deflagradas durante a fase parlamentarista do governo Goulart.

A primeira delas teve como objetivo pressionar o Congresso para aprovar um gabinete e um primeiro-ministro favoráveis às reformas propostas pelo presidente. A paralisação do trabalho foi decretada por 24 horas e atingiu principalmente os setores de transporte, docas, ferrovias e refinarias de petróleo. A Greve do

Plebiscito visava apoiar a realização de um plebiscito nacional sobre a continuidade ou não do regime parlamentarista. Desencadeada numa sexta-feira à noite, foi suspensa no domingo. Os setores econômicos foram basicamente os mesmos do movimento anterior: setores de serviços e empresas estatais que constituíam os pontos fortes dos principais sindicatos que apoiavam o CGT. De modo geral, o setor manufatureiro privado não foi afetado pela greve.

A vinculação das organizações sindicais sob controle nacionalista ou comunista - com o governo acarretou uma predominância das reivindicações de reforma geral da sociedade sobre as reivindicações de cunho profissional, embora os sindicatos sempre procurassem ligar as propostas políticas e reformistas com reivindicações especificamente econômicas. Nesse período, os sindicatos ligados ao CGT estiveram mais orientados para a pressão sobre o sistema político do que para a pressão direta sobre o patronato privado. Nesta linha, pode-se dizer que obtiveram maior poder de controle sobre a política governamental do que sobre o poder patronal no interior das empresas.

Os sindicatos depois de 1964

O movimento militar que derrubou o governo Goulart pôs fim a essa evolução do sindicalismo brasileiro. Uma série de medidas foi tomada no sentido de eliminar a influência dos sindicatos da vida política nacional, de controlar suas funções reivindicatórias e de reforçar o seu lado assistencial. O Ministério do Trabalho interveio em 563 entidades sindicais de primeiro grau, procurando controlar principalmente os grandes sindicatos. Assim, 70% dos sindicatos que tinham mais de cinco mil membros, 37% dos que tinham menos de cinco mil e mais de mil, e 19% dos que possuíam menos de mil foram colocados sob intervenção, com a destituição das antigas diretorias e a nomeação de interventores. Das seis confederações existentes, quatro foram colocadas sob intervenção. Além disso,

outras medidas foram adotadas para reduzir os sindicatos à passividade, como por exemplo o restabelecimento do atestado de ideologia - que possibilitava o controle pela polícia política dos candidatos a postos de direção nos sindicatos -, uma nova lei de greve - que dificultava as condições para sua deflagração. A partir dessas medidas repressivas, o sindicalismo brasileiro, como movimento social, praticamente desapareceu, especialmente depois de 1969.

O novo sindicalismo do final da década de 1970

Depois de ter atingido seu ponto mais baixo durante o governo do general Emílio Médici, o movimento sindical brasileiro começou a se reestruturar em meados do governo Ernesto Geisel. O ano de 1978 foi o grande marco da movimentação operária, com a eclosão de numerosas greves vitoriosas nas grandes empresas metalúrgicas e automobilísticas de São Paulo. A partir daí, em conexão com mudanças que se operavam no plano político nacional, observou-se crescente movimentação sindical que se estendeu por todo o país, atingindo não somente os trabalhadores fabris como também setores de serviços e outras categorias profissionais de classe média (médicos, professores, funcionários públicos etc).

As características do sindicalismo que reapareceu depois de vários anos de hibernação não parecem definidas. As categorias de classe média estão apenas começando suas primeiras experiências de vida associativa e de reivindicação conflitiva. Em muitos casos, trata-se de categorias que têm o Estado como empregador e que prestam serviços à população. Seu poder de pressão e sua situação funcional diferem significativamente do que é encontrado entre os trabalhadores fabris. Embora ainda não pareça possível um prognóstico dos rumos futuros deste "sindicalismo de classe média", é de se esperar o fortalecimento de seu movimento associativo, na medida em que a maior parte dessas categorias experimentam um processo de perda de *status* e de renda.

No caso dos trabalhadores fabris, especialmente dos setores que vêm liderando o movimento sindical brasileiro, alguns traços já são nítidos. Ao contrário do que aconteceu durante os anos do governo Goulart, o atual movimento sindical está mais voltado para as empresas do que para o Estado, constituindo a luta pelas negociações coletivas, através da barganha direta com o patronato, um dos pontos centrais de suas reivindicações. Outro aspecto importante a caracterizar esse novo sindicalismo é a disposição de contar basicamente com as próprias forças e capacidade de organização dos operários, sem o auxílio de outras forças políticas e partidárias. Desse ângulo, é possível falar num "voluntarismo operário", que procura resguardar a autonomia da ação operária diante de outros segmentos das classes médias e altas (políticos, intelectuais, estudantes etc). Esta linha de atuação leva os setores mais atuantes da classe operária a reclamar a transformação radical da estrutura sindical corporativista, exigência que não constava do catálogo de reivindicações do sindicalismo do começo da década de 1960. Em termos ideológicos, a temática nacionalista não tem ocupado um lugar de destaque no "novo sindicalismo". Do mesmo modo, a proposta de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico, com ênfase na ação do Estado, não parece sensibilizar as novas, lideranças sindicais, mais interessadas em levar o sindicato para o interior das empresas através de comissões de fábrica de da barganha direta com os empresários sem a intermediação governamental.

Essas tendências sindicais estão relacionadas à expansão de uma nova classe operária, empregada nas grandes e modernas empresas privadas, nacionais e multinacionais. Os trabalhadores vêm-se diante de empresas ricas, enfrentam um patronato que "pode pagar". Assim, em lugar de propor um projeto alternativo de desenvolvimento econômico, os sindicatos esforçam-se por participar de um volume de bens já criado por uma camada empresarial eficiente. Para a classe operária das empresas modernas e dinâmicas, das regiões mais ricas do país, o problema principal já não é tanto a produção de riquezas, mas sua distribuição.

Porém, os elementos econômicos - a expansão do capitalismo e a modernização industrial - não explicam por si mesmos as transformações do movimento sindical e operário desses últimos anos. Cumpriria considerar igualmente as mudanças no sistema político posteriores a 1964. As atuais lideranças operárias não se formaram sob um regime populista; do Estado só conhecemos o lado repressivo, tendo vivido sempre marginalizadas com relação ao sistema de poder. Este fato provavelmente explica a desconfiança com relação ao Estado e a vontade de contar basicamente com a própria capacidade reivindicativa da classe operária, orientada para o diálogo direto com o patronato. Assim, considerando a importância das características do sistema político na configuração do padrão de organização e no tipo de orientação política e ideológica dos trabalhadores, pensamos que a continuidade do desenvolvimento das tendências que apontamos estarão relacionadas não apenas às transformações que ocorrerem na estrutura de classes e no sistema produtivo, como também às vicissitudes do regime político brasileiro.

Leôncio Martins Rodrigues
colaboração especial

FONTES: ERICKSON, K. *Sindicalismo*; FAUSTO, B. *Movimento*; MORAIS FILHO, E. *Problema*; RODRIGUES, J. *Sindicato*; RODRIGUES, L. *Trabalhadores*; SIMÃO, A. *Sindicato*; VIANA, L. *Liberalismo*; WEFFORT, F. *Origens*.

SIQUEIRA, Antônio José de

*dep. fed. DF 1894-1896.

Antônio José de Siqueira, logo após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 pelo marechal Deodoro da Fonseca, passou a integrar o Conselho de Intendência Municipal do Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, no qual permaneceu até 1892. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no dia 3 de maio do mesmo ano, exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1896, quando se encerrou a legislatura.

Seu filho Antônio José de Siqueira Júnior, durante o ano de 1876, esteve ligado ao jornal *Ecos da Fronteira*, em Santana do Livramento (RS).

Evelyn Morgan Monteiro Paiva

FONTES: ARQ. INST. HIST. GEO. BRAS; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*. (1826-1976); Fundo Arquivo General Osório.

SIQUEIRA, João Bonifácio Gomes de

*pres. GO 1857, 1862-1863, 1864-1865, 1867-1868, 1870-1871 e 1891.

João Bonifácio Gomes de Siqueira nasceu em Jaraguá (GO) em 1816.

Foi advogado e juiz de direito, e encerrou sua carreira como desembargador.

Ainda no Império, foi nomeado vice-presidente da província de Goiás no governo de Antônio Augusto Pereira da Cunha (1855-1857), e em virtude do afastamento do titular assumiu seu lugar entre 1º de agosto e 8 de outubro de 1857. A mesma situação se repetiu durante o governo de Caetano Alves de Sousa Filgueiras (1862), a quem substituiu de 5 de novembro de 1862 a janeiro de 1863; no governo de José Vieira Couto e Magalhães (1863-1864), quando este foi nomeado pelo imperador presidente da província de Minas, no período de 5 de abril de 1864 a 27 de abril de 1865; no governo de Augusto Ferreira França (1865-1867), no período de 29 de abril de 1867 a outubro de 1868; no governo de Ernesto Augusto Pereira (1868-1870), no período de 6 de outubro de 1870 a 25 de abril de 1871; e finalmente no governo de Antero Cícero de Assis (1871-1878), no período de 6 a 8 de outubro de 1871.

Já na República, sucedeu no governo de Goiás a Bernardo Albernaz de 20 de janeiro a 30 de março de 1891, quando foi substituído pelo coronel Constâncio Ribeiro da Maia. Os três substituíram interinamente o presidente Rodolfo Gustavo da Paixão, que retornou ao governo do estado em 18 de julho do mesmo ano.

Faleceu em 1901.

Adrianna Setemy

FONTES: NEVES, E. Magistrados; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SIQUEIRA, José Cupertino de

*dep. fed. MG 1894-1899.

José Cupertino de Siqueira nasceu em Curvelo (MG).

Em 1890 diplomou-se engenheiro de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto e iniciou a carreira profissional como um dos coordenadores da Repartição de Estatística de Minas Gerais. Tornando-se depois presidente da Comissão de Estatística do estado, permaneceu nesse cargo até 1892, quando iniciou a carreira docente como professor substituto da Escola de Minas, onde lecionou por três anos.

Reconhecido por seu entusiasmo pelos ideais republicanos, em 1894 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano e foi reeleito para a legislatura seguinte, com mandato até dezembro de 1899. No decorrer de sua passagem pela Câmara foi membro da Comissão de Obras Públicas.

Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de março de 1904.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 149); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 664).

SISTEMA ELEITORAL

No Brasil, apesar de termos uma história política eleitoral regional, o sistema eleitoral – enquanto conjunto de normas que definem os mecanismos de representação política da sociedade na estrutura de organização dos poderes de Estado – sempre teve uma natureza unitária, por força da organização política do Império, e federal, devido à vocação federalista da República brasileira. Tal natureza federal do sistema eleitoral já era evidente no período da Primeira República, quando dispositivo expresso da Constituição de 1891 (inciso 22 do artigo 34) estabelecia como atribuição exclusiva do Congresso Nacional regular a eleição para os cargos federais em todo o país, e assim também nos anos que se seguiram à promulgação do Código Eleitoral de 1932.

Os mecanismos de controle eleitoral do Império, assim como da Primeira República, não se deveram, portanto, a leis provinciais ou estaduais, mas às imposições de uma legislação comum às províncias ou aos estados, que ficavam eleitoralmente sujeitos aos dispositivos fixados pelas constituições e pelas leis federais que regulavam o processo eleitoral. Se, nas províncias do Império, os poderes e competências políticas eram essencialmente delegados, na Primeira República já se podia atestar uma tentativa de organização eleitoral pelos estados, porém de efeito meramente subsidiário. Isso ocorria porque, resguardando a Constituição de 1891 para o Congresso Nacional a competência exclusiva para legislar sobre eleições, ficava implícito que os estados, desde que não contrariassem as normas federais, poderiam legislar sobre situações eleitorais estaduais. A Lei Eleitoral do Rio Grande Sul nº 153 de 14 de junho de 1913 é um demonstrativo dessa abertura, mas, como em tantas outras situações, não é um indicativo de que tal permissão legal teria sido genericamente aplicada.

Na história mundial, o conjunto dos mecanismos eleitorais, do ponto de vista conceitual, nem sempre teve uma articulação coerente, permitindo quase sempre que normas específicas de representação divergissem entre si, ou divergissem das normas gerais, que nem sempre eram de natureza constitucional. Na verdade, foi o crescente movimento

constitucionalista que sucedeu à Revolução Francesa, tomando como referência os movimentos anteriores que influíram na formação parlamentar inglesa, que incentivou a definição de mecanismos de representação das camadas populares, ou do povo em geral, nos parlamentos das monarquias constitucionais – e só muito excepcionalmente essas normas foram promulgadas como normas de intermediação entre as demandas políticas da população e o Poder Executivo, como aconteceu nos Estados Unidos da América.

Todavia, o pressuposto dos sistemas eleitorais é a relação que se estabelece entre o eleitor e o eleito através do voto como mecanismo de opção entre aqueles que se apresentam como candidatos a cargos públicos elegíveis. O conceito de voto é bastante amplo nas circunstâncias de sua formulação histórica, como instrumento de expressão da vontade política do eleitor. Muitas vezes é definido como sufrágio, que, dependendo do fluxo de relações políticas entre cidadãos e Estado, pode ser direto – quando o eleitor elege o eleito –, ou indireto – quando um conjunto de eleitos elege um dirigente central do Estado ou de seus departamentos. Por essas razões, o voto pode ser circunscrito a determinados cidadãos, ou pode ser universal, extensivo a todos os cidadãos, muitas vezes, no entanto, com algumas restrições. O ato de votar pode ser verificado através de escrutínios abertos, como se verificou originalmente, ou do escrutínio secreto. Historicamente os mecanismos que reconheciam o voto aberto do eleitor nas eleições de sufrágio direto têm evoluído para o voto secreto, ampliando a segurança e a liberdade de escolha do cidadão. No entanto, nas eleições indiretas, tem remanescido quase que exclusivamente o voto aberto, sendo que tais votações muitas vezes ficam limitadas a câmaras ou instituições onde prevalece o interesse ou a segurança de Estado.

Originariamente, os cidadãos eleitos eram escolhidos para o Parlamento, onde se organizavam a câmara baixa, de representação popular, eleita diretamente, através de partidos políticos, e a câmara alta, escolhida pelo monarca diretamente ou em listas de natureza tríplice. A esse período sucederam-se os movimentos que procuravam evitar a escolha da câmara alta pelo monarca, e cada vez mais fazer com que os representantes nela reunidos também fossem eleitos diretamente. Essa evolução estrutural do Estado permitiu

que, exceto em países de monarquia consolidada, os representantes, tanto das câmaras baixas como das câmaras altas, fossem diretamente eleitos por camadas da população. Mais importante, fez com que a moderna evolução eleitoral também se encaminhasse para a eleição do dirigente executivo pelas camadas populares. Ou seja, fez com que os membros do Poder Executivo viessem a ser eleitos pelo povo, através de sufrágios circunscritos ou do sufrágio universal, que também pode ser aberto ou secreto – sendo que o voto universal secreto mais resguarda a segurança, a liberdade e a legitimidade do processo eleitoral.

Ocorre, todavia, que os primeiros movimentos de identificação dos cidadãos eleitores não tinham nenhuma abertura para definir como eleitor todo e qualquer homem do povo, mas apenas aqueles que acumulassem um determinado volume de riquezas ou que possuíssem uma determinada renda, permitindo que o processo eleitoral tivesse uma natureza censitária. Esses modelos censitários, historicamente, têm como grande formulador teórico o pensador liberal francês Benjamin Constant, especialmente no seu livro *Princípios políticos constitucionais*, que exerceu decisiva influência na formulação dos mecanismos eleitorais brasileiros, especialmente transcritos na Constituição Política do Império do Brasil e na sua legislação regulamentar.

No Brasil Império definiu-se que o processo eleitoral indireto para a eleição de membros da Câmara de Representantes e do Senado ocorresse numa sucessão de cálculos de renda (não podiam votar aqueles que tivessem renda líquida anual inferior a cem mil réis) entre o votante – a base do processo eleitoral, o eleitor – o cidadão intermediário entre a base eleitoral e o Estado, e o elegível – os deputados ou representantes do povo em geral, e os senadores, apresentados em lista tríplice, entre os quais o monarca indicava o escolhido para o Senado do Império. Todos esses deveriam ter uma determinada renda de natureza financeira que os classificava como cidadãos, e além disso, por exclusiva exigência da Carta Constitucional e das leis subsequentes, deveriam professar a religião católica. A Constituição do Império estabelecia também limitações de natureza etária, só admitindo o direito de voto para os maiores de 25 anos, exceto os casados e oficiais militares maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordem sacra, e de

natureza política, quando claramente estabelecia que só poderiam votar aqueles que estivessem no pleno gozo dos seus direitos políticos, não sendo, todavia, a legislação expressiva com relação à exigência do votante / eleitor / elegível saber ler e escrever.

As sucessivas crises eleitorais do Império brasileiro contribuíram para que o voto de natureza censitária evoluísse mesmo no Império, e decisivamente na República, em especialíssimas circunstâncias, para o voto universal. Mesmo com grandes e significativas restrições, buscou-se eliminar, de qualquer forma, todo e qualquer mecanismo de natureza censitária ou financeira. Antes que se definisse o modelo eleitoral da República, ainda no Império, em 1875, a Lei do Terço (que não era um processo proporcional, mas simplesmente dividia os cargos eletivos no Congresso Nacional a serem preenchidos em 2/3 para a maioria e 1/3 para a minoria) introduziu o título eleitoral, documento próprio de identificação do eleitor. Deve-se também destacar que, na crise eleitoral do Império, a Lei Saraiva (Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881) extinguiu as juntas paroquiais de qualificação do eleitor, restringindo o poder da Igreja e confiando o processo de qualificação ou alistamento aos magistrados. Interessantemente, essa própria lei aboliu as cerimônias católicas obrigatórias antes de qualquer trabalho de natureza eleitoral, e, mais importante ainda, incentivou, embora com baixa eficácia num futuro imediato, o voto direto do votante (agora eleitor) no elegível (deputado e senador). Foi também a Lei Saraiva que, assumindo as tendências de um censo literário, proibiu o direito de voto do analfabeto, o que de certa forma, mesmo com o crescimento populacional, restringiu o volume de votantes / eleitores, com o objetivo de evitar manipulações.

Como se pode verificar, predominaram na história eleitoral dois tipos especiais de voto: o voto censitário, que gera limitações diferentes para os votantes em geral, seja de natureza financeira, tributária, religiosa, literária, ou mesmo de gênero, como ocorreu no Brasil imperial (e na própria Primeira República), e o voto universal, que tem sido entendido como o voto sem qualquer restrição eleitoral. A evolução do voto na Primeira República ficou marcada não apenas pelas restrições de natureza literária (proibição do voto do analfabeto), mas também pelas restrições de gênero, proibindo, como no Império, o

direito de voto às mulheres. Por outro lado, independentemente dessa estruturação demonstrativa, o voto no Império tinha uma natureza distrital, instituída pela Lei dos Círculos, de 19 de setembro de 1855 (inspirada na Lei Eleitoral francesa, de 22 de dezembro de 1789, art. 25, que circunscrevia eleitores e candidatos a uma área geográfica com determinada densidade eleitoral, no espaço político das províncias), e tinham papel decisivo no processo eleitoral os juízes de paz, criados em cada freguesia ou capela curada por lei de 15 de outubro de 1827.

A República não fugiu a essas circunscrições eleitorais, mantendo o voto distrital no espaço político dos estados federados. Isso significa que a República, em relação aos círculos de poder, não mudou a orientação do Império, ou seja, que as modificações eleitorais que advieram não influíram decisivamente nos esquemas de poder, o que permitiu que os controles eleitorais dos baronatos se transmudassem para os controles eleitorais das oligarquias republicanas, tema que foi profundamente estudado por Vítor Nunes Leal no seu livro *Coronelismo, enxada e voto*. Tanto é fato que a estrutura distrital sobreviveu com adaptações na República, que o Decreto nº 153, de 3 de agosto de 1893, dividiu os estados da União em distritos eleitorais, de acordo com o artigo 36 da Lei nº 35, de 26 de janeiro de 1892, o que foi alterado pelo Decreto nº 1.425, de 27 de novembro de 1905, que dividiu o território da República em distritos eleitorais. Assim observado, os deputados ficavam eleitos através do voto distrital direto, o que significa que sua representatividade ficava restrita à área geográfica do círculo eleitoral ou distrito, suscetível, por conseguinte, a um controle eleitoral mais visível.

A grande inovação republicana, não apenas como dispõe a Constituição de 1891, foi a criação do sistema presidencialista de governo, em substituição à monarquia constitucional, com a eleição direta para presidente e vice-presidente da República na forma do escrutínio secreto, do sufrágio direto e da maioria absoluta de votos. Várias leis e decretos também trataram dessa matéria, entre eles o Decreto 200A de 1890, a Lei nº 35 de 1892 e o Decreto nº 184 de 23 de setembro de 1893. Interessantemente, esse novo momento eleitoral brasileiro, com certeza articulado com o texto constitucional, definiu

com maior clareza a questão das inelegibilidades (Artigo nº 70), na qual se destacava, entre outras limitações, que não poderiam ser votados os cidadãos que tivessem empresas privilegiadas, ou que gozassem de subvenções, garantias de juros ou outros favores da União/Estado, e se estabelecia que o cidadão eleito deputado ou senador não poderia solicitar qualquer benefício do poder público. Essa mesma República, independentemente de estabelecer restrições eleitorais para aqueles que não estivessem no gozo pleno de seus direitos civis, fixou limitações literárias proibindo o voto do analfabeto, e não fez qualquer abertura com relação ao voto da mulher, embora, dado o contexto político, não houvesse restrições com relação ao negro, desde que estivesse com os seus direitos definidos na forma da Constituição e da lei. O mais interessante desse quadro é que fica demonstrado que a legislação eleitoral favoreceu a consolidação do poder dos oligarcas nos estados federados, o que, de certa forma, influiu no processo da industrialização brasileira na medida em que se estabeleciam restrições eleitorais para o empresário que tivesse qualquer militância política ou partidária.

A Lei Rosa e Silva (Lei nº 1.269 de 15 de novembro de 1904) ampliou significativamente essas restrições ao empresariado e aos banqueiros, inclusive pelo simples fato de estes emitirem notas ao portador, beneficiarem-se de isenção de impostos ou privilégios de zonas ou navegação, fortalecendo as políticas de controle oligárquico durante o período republicano. As oligarquias não apenas governavam pragmaticamente (em si), mas tinham uma dimensão legal (para si) do exercício do seu poder, que, mesmo com Emenda Constitucional de 1926, não foi esvaziada, o que permitiu o desenvolvimento de amplas mobilizações políticas contrárias, não apenas ao sistema político republicano, mas muito especialmente ao sistema eleitoral, que, independentemente da sua força legal, apoiava-se em mecanismos informais de controle, como as eleições a bico de pena, o voto de cabresto e a produção de atas fraudadas.

A mais evidente demonstração desse controle eleitoral pelos oligarcas, independentemente do conhecido acordo que viabilizava a “política dos governadores”, foi o controle do Congresso pela Comissão de Verificação, que influía na diplomação dos

deputados, e, por outro lado, os altos percentuais, que chegavam a cerca de 90% do eleitorado, obtidos pelos candidatos do Partido Republicano, vitoriosos em eleições presidenciais. Não havia propriamente uma legislação sobre partidos políticos, mas o modelo dominante era de uma espécie de unipartidarismo, onde o Partido Republicano se distinguia dos demais apenas pela indicação do estado federado no seu próprio nome. Destacou-se, todavia, nesse contexto, a história do Partido Republicano Rio-Grandense, que, entre os demais, assumiu uma postura de nítida adesão às práticas positivistas de fortalecimento autoritário do poder central nos estados, o que não ficou explícito no texto constitucional com relação à presidência da República.

A Revolução de 1930 assumiu politicamente o compromisso de enfrentar esse quadro de domínio eleitoral, vindo a promulgar ainda na sua fase revolucionária a Lei nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o Código Eleitoral, que efetivamente definiu os parâmetros políticos e jurídicos do direito eleitoral brasileiro, introduzindo modificações profundas na dispersa legislação eleitoral da Primeira República. O Código Eleitoral instalou efetivamente o quadro geral das bases que iriam presidir o sistema eleitoral brasileiro, modernizando as práticas políticas e incluindo no contexto eleitoral novas camadas da população, viabilizando a participação da população operária no contexto eleitoral, sem, todavia, alcançar com efeitos positivos a grande massa da população rural, que permaneceu ainda por algum tempo indiferente às questões de Estado. O Decreto nº 22.653, de 24 de abril de 1933, apenas como efeito demonstrativo, fixou o número e estabeleceu o modo de escolha das representações das associações profissionais para a participação na Assembleia Constituinte.

O Código Eleitoral criou a Justiça Eleitoral, o que deu independência e autonomia ao processo de produção e controle federal das eleições. Por outro lado, autorizou o direito de voto da mulher, mantendo, todavia, as restrições de natureza literária (analfabetos), e fortaleceu a proibição de impedimentos eleitorais por razões de discriminação que envolvesse crenças filosóficas, políticas e religiosas, inclusive garantindo o *habeas corpus* e o mandado de segurança em razão do catálogo de crimes eleitorais que a própria lei

definiu. Ressalte-se, no entanto, apenas como ilustração política, que, antes da promulgação do Código Eleitoral, considerando a abertura da Constituição de 1891, que não impedia que os estados legislassem subsidiariamente sobre matéria eleitoral, várias decisões judiciais, na virada de 1928 para 1929, admitiram o voto da mulher, precedentemente.

Finalmente, esse mesmo código eliminou as eleições por distritos, implantou o voto secreto e por representação proporcional por estado, e esvaziou o Senado, que tinha grande significado na Primeira República. Fortaleceu a eleição por sufrágio universal direto e viabilizou a convocação da Constituinte de 1933, que promulgou a mais extensiva Constituição brasileira voltada para a proteção dos direitos sociais, e não apenas dos direitos individuais, como acontecera em 1891. Ressalte-se, todavia, que a Constituição de 1934 admitia que os estados poderiam decretar a sua constituição (artigo 7º) e as leis por que se deviam reger, deixando explícito, no entanto, um dispositivo (letra C, inciso I, artigo 7º) que não veio a ter qualquer eficácia: os estados deveriam obedecer a temporariedade das funções eletivas, limitadas aos mesmos prazos dos cargos federais correspondentes, e proibida a reeleição de governadores e prefeitos. Da mesma forma, o código sistematizou a organização dos partidos políticos e as alianças interpartidárias, concomitantemente com a organização dos sindicatos, e criou as eleições de natureza proporcional para os deputados do povo, inovando, com relação à história política brasileira, ao introduzir a convivência no mesmo Congresso de deputados do povo e deputados profissionais, originários dos órgãos sindicais e corporativos. Estes últimos não sobreviveram na história política e eleitoral futura, embora, no seu conjunto, tenham contribuído para a consolidação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934, que naufragou, concomitantemente com as mobilizações do Partido Comunista e do movimento integralista, com a outorga da Constituição de 1937.

Aurélio Wander Bastos

FONTES: BASTOS, A. *Autoritarismo*; CAMPANHOLE, A. *Constituições*;

CARONE, E. *República Velha*; CONSTANT, B. *Princípios*; FERREIRA, M. *Evolução* (p. 191); FREIRE, F. *História*; JOBIM, N.; PORTO, W. *Legislação*; LEAL, V. *Coronelismo*; VELLASCO, D. *Direito*.

SOARES, Cláudio Oscar

*dep. fed. PB 1918-1930.

Cláudio Oscar Soares foi eleito deputado federal pelo estado da Paraíba em 1918. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, e foi sucessivamente reeleito até 1930. Em outubro desse ano teve o mandato interrompido com a vitória da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Foi também sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; INST. HIST. GEO. PARAIBANO. Disponível em: <<http://www.ihgp.net>>. Acesso em: 13/1/2011.

SOARES, JOSÉ EDUARDO DE MACEDO

*jornalista; dep. fed. RJ 1915-1923; const. 1934; sen. RJ 1935-1937.

José Eduardo de Macedo Soares nasceu em São Gonçalo (RJ) no dia 4 de setembro de 1882, filho de José Eduardo de Macedo Soares, empresário, professor e político, e de Cândida Sodré de Macedo Soares. Sua família teve marcante influência na vida política e cultural do país, a começar por seu avô, Joaquim Mariano de Azevedo Soares, fazendeiro e expoente da aristocracia rural fluminense. Seguiram-se seu tio, o conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1892 a 1905; seus irmãos José Carlos de Macedo Soares, deputado à Constituinte de 1934, ministro das Relações Exteriores de 1934 a 1937 e de 1955 a 1958, ministro da Justiça em 1937 e interventor federal em São Paulo de 1945 a 1947, José Roberto de Macedo Soares, embaixador no Uruguai entre 1945 e 1951, e José Cássio de Macedo Soares, deputado federal de 1935 a 1937; e seus primos Edmundo de Macedo Soares e Silva, ministro da Viação e Obras Públicas em 1946, governador do estado do Rio de Janeiro entre 1947 e 1951 e ministro da Indústria e Comércio em 1967, José Armando de Macedo Soares Afonseca, deputado à Constituinte de 1946, e Hélio de Macedo Soares e Silva, deputado federal entre 1951 e 1955.

Matriculando-se na Escola Naval, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, José Eduardo tornou-se aspirante a guarda-marinha em março de 1898. Promovido a guarda-marinha em 1903 e a segundo-tenente em 1904, foi nomeado ajudante de ordens do almirante Duarte Huet Bacelar Pinto Guedes. Foi promovido a primeiro-tenente em 1908, mas em 1912 deixou a Marinha e passou a dedicar-se ao jornalismo, fundando no mesmo ano o jornal *O Imparcial*, de oposição ao presidente Hermes da Fonseca. Feito em moldes modernos, *O Imparcial* foi o primeiro jornal carioca a publicar ilustrações.

Em 1914, eclodiu no Ceará uma revolta provocada pelos problemas sucessórios locais, surgidos com a eleição, em 1912, do “coronel” Franco Rabelo para a presidência do estado, derrotando o “coronel” Antônio Nogueira Acióli, que dominava a política cearense desde 1896. Inconformado, o chefe político de Juazeiro (CE) Floro Bartolomeu uniu-se ao líder religioso Cícero Romão Batista e iniciou em sua cidade um movimento armado contra Franco Rabelo. A intervenção federal no Ceará, decretada em 1914 e exercida pelo general

Fernando Setembrino de Carvalho, provocou um sério desgaste no governo da República e abriu uma crise nos meios militares. O Clube Militar do Rio condenou a intervenção. A imprensa noticiou os fatos e, no Senado, Rui Barbosa, Irineu Machado e outros políticos denunciaram a atuação parcial do governo em relação aos acontecimentos. A situação evoluiu até que o presidente Hermes da Fonseca decretou, em 4 de março de 1914, estado de sítio no Distrito Federal, em Niterói e em Petrópolis (RJ). No dia seguinte, vários generais foram presos. Os jornais cariocas *Correio da Manhã*, *O Imparcial*, *Época*, *A Noite* e *O Malho* foram fechados. Rui Barbosa e Irineu Machado fugiram para São Paulo, enquanto Edmundo Bittencourt, José Eduardo de Macedo Soares, Caio Monteiro de Barros e outros proprietários de jornais foram presos. No entanto, Macedo Soares conseguiu escapar do quartel da Brigada Policial, situado na rua Frei Caneca, e fugir para São Paulo. Com o estado de sítio, a situação foi considerada sob controle, e a sucessão de Hermes da Fonseca pôde se processar normalmente, voltando os Acióli ao poder no Ceará.

Em janeiro de 1915, José Eduardo de Macedo Soares foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, na legenda do Partido Republicano Fluminense, chefiado por Nilo Peçanha, que governara o país de junho de 1909 a novembro de 1910. Exerceu seu mandato até o final da legislatura, em dezembro de 1917. Em maio de 1918, foi novamente eleito para um período que se estendeu até dezembro de 1920. Reeleito em 1921, cumpriria mandato até 1923. Em 1922 participou da campanha de Nilo Peçanha para a presidência da República, movimento que ficou conhecido com o nome de Reação Republicana. Nilo concorria com Artur Bernardes, que era apoiado pelo presidente da República Epitácio Pessoa e foi afinal eleito em março do mesmo ano.

A reação a essa eleição e às punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa a alguns militares — como o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca — provocaria a primeira revolta tenentista da década de 1920. No dia 4 de julho, junto com Vivaldi Leite Ribeiro, Sílvio Rangel, Laurindo Lemgruber Filho, Carlos Eiras e Paulo Ornelas Couto, e com o apoio de César Sampaio, então comandante da polícia estadual fluminense, José Eduardo de Macedo Soares ocupou a Companhia Telefônica de Niterói, impedindo as comunicações com o Rio, no intuito de facilitar o levante. A revolta eclodiu no dia seguinte no Rio — envolvendo o forte de Copacabana, a Escola Militar do Realengo e efetivos da Vila Militar — e em Mato Grosso, abrangendo o contingente do

Exército local. Os rebeldes foram derrotados no mesmo dia, e Macedo Soares refugiou-se na legação da Argentina. Ainda antes do final do ano foi preso em Maricá, mas conseguiu fugir.

NO DIÁRIO CARIOCA

O *Diário Carioca*, fundado por José Eduardo de Macedo Soares, começou a circular em 17 de julho de 1928, fazendo oposição ao presidente da República Washington Luís, que fora eleito em março de 1926. A partir de 1929, o jornal passou a apoiar a Aliança Liberal, coligação de oposições formada para disputar as eleições presidenciais marcadas para março do ano seguinte. Em setembro de 1929, Macedo Soares participou, como representante do estado do Rio de Janeiro, da convenção nacional da Aliança Liberal, que lançou como candidatos à presidência e vice-presidência da República respectivamente Getúlio Vargas e João Pessoa. No final do ano, sua atuação na imprensa ao lado da de Lindolfo Collor e de Assis Chateaubriand tornou-se marcante, e alguns de seus artigos ficaram célebres.

Em junho de 1930, Macedo Soares foi preso em Recife quando voltava da Europa, em função de um processo de imprensa, e transferido para o Rio.

Tendo apoiado a Revolução de 1930, que em outubro derrubou Washington Luís e em novembro instalou o governo provisório de Getúlio Vargas, Macedo Soares rompeu entretanto com os revolucionários em dezembro, acusando-os de desenvolver “uma administração incompetente e uma política mesquinha”. Pouco depois, o número do *Diário Carioca* que trazia o editorial “Balaio de caranguejos” foi impedido de sair. Mesmo assim, o texto foi divulgado através de milhares de cópias impressas nas oficinas do próprio jornal. Macedo Soares participou também da fundação do Clube 24 de Fevereiro, criado em 16 de fevereiro de 1932 para defender a reconstitucionalização do país e se opor ao Clube 3 de Outubro, a mais importante associação tenentista. Chegou a afirmar no *Diário Carioca* que o Clube 3 de Outubro tinha por finalidade “sustentar pela violência um regime de poderes discricionários que Getúlio Vargas planejava prolongar no país”. No dia 25 de fevereiro, em consequência dessas declarações, o *Diário Carioca* foi empastelado, espalhando-se desde logo a versão de que os responsáveis pelo atentado eram ligados aos “tenentes”. A crise que se seguiu foi grande. Em protesto contra a falta de empenho de Vargas em apontar

e punir os autores do empastelamento, um grupo de políticos — João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, João Batista Luzardo e Lindolfo Collor — se demitiu de seus cargos no governo provisório.

O *Diário Carioca* voltou a circular em abril, com Macedo Soares responsabilizando o governo da República pelo atentado e desenvolvendo uma oposição cada vez mais intransigente.

Ao lado de João Guimarães, Veríssimo de Melo, Raul Fernandes e José Monteiro Soares Filho, José Eduardo de Macedo Soares foi um dos fundadores do Partido Popular Radical (PPR) do Rio de Janeiro em março de 1933. Em maio desse ano, foi eleito deputado pelo estado do Rio à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PPR. Participou da elaboração da Carta Constitucional de 1934 e exerceu o mandato até abril de 1935.

Em outubro de 1934, realizaram-se em todo o país eleições para a Câmara dos Deputados e para as assembleias constituintes estaduais, as quais deveriam eleger governadores e senadores. Para eleger o governador fluminense, os dois partidos de maior força eleitoral no estado do Rio — a União Progressista Fluminense (UPF) e o PPR — precisavam da adesão dos deputados estaduais do Partido Socialista Fluminense (PSF). O PSF elegera cinco deputados à Assembleia, sendo que três eram oriundos do Partido Proletário do Estado do Rio e apoiavam a UPF. Esses três deputados foram substituídos por suplentes que apoiavam o PPR.

Ao lado de Raul Fernandes, João Guimarães, Levi Carneiro e Oscar Weinschenck, José Eduardo de Macedo Soares foi um dos nomes inicialmente apresentados pelo PPR ao PSF como opções entre as quais deveria ser escolhido o candidato a governador. O PSF não aceitou nenhum dos nomes, alegando já ter escolhido o deputado Correia e Castro, apoiado sobretudo por Alípio Costallat. Essa indicação não foi, contudo, aceita pelo PPR. Macedo Soares e Raul Fernandes foram finalmente os dois nomes em torno dos quais se polarizou a discussão, sendo por fim Raul Fernandes escolhido pela maioria do PPR. Entretanto, o PSF continuou a não aceitar a indicação, o que levou os dois partidos a tentarem a candidatura do almirante Protógenes Guimarães, ministro da Marinha.

Diante da importância que o governo do estado do Rio teria para a política nacional no momento da sucessão presidencial prevista para 1938, o problema da sucessão fluminense dividiu as posições nos estados. Os governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul

apoiaram Cristóvão Barcelos, candidato da UPF, enquanto o governo federal e o governo do estado de São Paulo apoiaram Protógenes Guimarães.

Realizada em 25 de setembro de 1935, a eleição para o governo fluminense foi marcada por atos de violência, que chegaram a provocar ferimentos a bala em um deputado do PSF e no general Cristóvão Barcelos. O almirante Protógenes saiu vitorioso, mas a UPF conseguiu, através de recurso em que denunciava as precárias condições de segurança do pleito, que a Justiça Eleitoral anulasse o resultado, convocando novas eleições. Uma segunda votação realizada em novembro de 1935 confirmou a vitória de Protógenes por um voto. Na mesma ocasião, José Eduardo de Macedo Soares foi eleito senador. Exerceu o mandato até que o golpe do Estado Novo suprimisse os órgãos legislativos do país.

O Estado Novo, inaugurado em 10 de novembro de 1937, encontrou o governo do estado do Rio mergulhado numa séria crise, com as divergências entre os políticos locais agravadas pela doença que atacou Protógenes Guimarães. Indicado pelo grupo político liderado por José Eduardo de Macedo Soares, Ernâni Amaral Peixoto foi então nomeado interventor. Macedo Soares pretendia na verdade que Amaral Peixoto exercesse apenas um mandato-tampão, para que ele próprio pudesse assumir o poder no estado. Vargas, no entanto, pretendendo barrar sua ascensão, orientou Amaral Peixoto para que este assumisse de forma plena a interventoria. Mesmo assim, os principais postos no governo foram entregues a elementos favoráveis a Macedo Soares, os quais, mais tarde, com a deterioração das relações com o interventor, perderam seus cargos.

No dia 21 de abril de 1945, José Eduardo de Macedo Soares participou da primeira reunião do diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN), quando foram nomeadas as comissões para a elaboração do primeiro projeto de estatutos do partido. Macedo Soares integrou a comissão de orientação política. Deu seu apoio à candidatura de Eduardo Gomes à presidência da República nas eleições de 1945 e 1950, e à de Juscelino Kubitschek em 1953, tendo também liderado a campanha do *Diário Carioca* em favor do governo Kubitschek.

Embora não tenha sempre dirigido o *Diário Carioca*, Macedo Soares desempenhou durante todo o tempo o papel de eminência parda do jornal, dando seu tom político e definindo suas diretrizes.

José Eduardo de Macedo Soares faleceu no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1967.

Robert Pechman

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; *Efemérides Paulistas*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; ENTREV. PEIXOTO, A.; FONTOURA, J. *Memórias*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; *Ilustração Brasileira* (10/1922); *Jornal do Comércio*, Rio (1/6/1967); LEITE, A. *Páginas*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Novo dic. de história*; SENADO. *Anais* (13/11/1935); SILVA, H. 1935

SOARES, Macedo

*magistrado; min. STF 1892-1905.

Antônio Joaquim de Macedo Soares nasceu em Maricá (RJ) no dia 14 de janeiro de 1838, filho de Joaquim Mariano de Azevedo Soares e de Maria de Macedo Soares.

Fez os estudos preparatórios no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, de onde saiu em 1855. Sem vocação para os estudos religiosos, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo, em 1861, o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Depois de formado dedicou-se ao jornalismo e à literatura, notabilizando-se por sua crítica ao romantismo brasileiro, além de advogar no interior da província do Rio de Janeiro. Em dezembro de 1862 foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Saquarema e Araruama, na província fluminense, e em 1874 foi designado juiz de direito da comarca de São José e Campo Largo, na província do Paraná. Abolicionista e simpático à idéia republicana, em 1876 foi removido para a comarca de Mar de Espanha, em Minas Gerais, ali permanecendo até 1882, quando se transferiu para a comarca de Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Finalmente, assumiu a 2ª vara comercial da Corte, em 1886. Aí se encontrava em novembro de 1889, quando foi proclamada a República.

Com a reorganização da Justiça pelo governo provisório do novo regime, foi nomeado, em novembro de 1890, juiz da Corte de Apelação do Distrito Federal, tribunal de segunda instância que sucedeu à antiga Relação do Império. Permaneceu no cargo até 1892, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 14 de agosto de 1905, no exercício de suas funções no STF.

Foi casado com Teodora Álvares de Azevedo.

Jurisconsulto erudito, dono de grande cultura, publicou obras não só no campo do direito civil e comercial, sua especialidade jurídica, como também compêndios de história e filologia, crítica literária, genealogias de famílias fluminenses e estudos sobre literatura, além de aventurar-se no domínio da composição musical. Notabilizou-se por elaborar, em

seu tempo, a análise mais acurada da obra romântica de Gonçalves Dias, além de outros poetas menores como Teixeira de Melo e Bittencourt Sampaio. Firmou-se assim como um dos críticos mais penetrantes da segunda metade do século XIX, o que permitiu que muitos o vissem como um antecipador, em pleno período romântico, do realismo no âmbito da crítica literária, cuja contribuição para o projeto de uma literatura nacional não se deixou influenciar pelo ufanismo de seus contemporâneos. De sua imensa obra, destacam-se o artigo “Da crítica brasileira”, publicado na *Revista Popular* em 1860, *Nobiliarquia fluminense* (1874), *Dicionário brasileiro de língua portuguesa* (1889) e o manuscrito intitulado “Campanha jurídica pela libertação dos escravos”, que veio a público em 1938.

Eduardo Junqueira

FONTES: BAUMGARTEN, C. *Crítica*; MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>

SOARES, Pedro Teixeira

* min. TCU 1910-1930; pres. TCU 1918-1930.

Pedro Teixeira Soares nasceu em São Fidelis (RJ) no dia 8 de agosto de 1861, filho de João José Soares Júnior e de Francisca Teixeira de Carvalho Soares.

Cursou três anos de medicina, porém não concluiu o curso e matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formou bacharel em ciências sociais e jurídicas em 1886. Trabalhou como advogado, tendo sido auxiliar do jurista Manuel Inácio Gonzaga, e exerceu um cargo judiciário no município de Santo Antônio de Pádua (RJ). Já na República, foi oficial do contencioso do Ministério da Fazenda, a convite do então ministro Rui Barbosa (1889-1891), fiscal-geral de loterias e inspetor da Fazenda no estado de São Paulo, delegado fiscal, chefe de gabinete do ministro da Fazenda Bernardino de Campos (1896-1898), chefe de gabinete do ministro Francisco Sales (1910-1913), e ainda diretor de expediente e diretor do contencioso da Fazenda Pública.

Em 30 de dezembro de 1910, tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

A partir de 1918 assumiu a presidência do TCU. Foi também ministro relator das contas do governo da República de 1918 a 1924 e 1927 a 1929. Aposentou-se em 1930.

Faleceu em 18 de junho de 1946.

Izabel Pimentel da Silva

FONTE: Receita Federal/ Memória/ Administração Fazendária/ Tesourarias da Fazenda. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/1822a1970/tesou_fazenda.asp>; TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em:
<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>; TRIB. CONT. UNIÃO.
Ministros do Tribunal.

SOARES, Raul

*dep. fed. MG 1918; min. Mar. 1919-1920; sen. MG 1921-1922; pres. MG 1922-1924.

Raul Soares de Moura nasceu na cidade de Ubá (MG) no dia 7 de agosto de 1877, caçula de uma família de sete filhos. Seu pai, Camilo Soares de Moura, era fazendeiro e coronel da Guarda Nacional. Sua mãe, Amélia Peixoto Soares, pertencia a uma família de grande poder político na região. Seu tio Carlos Peixoto de Melo foi político do Império, e seu primo Carlos Peixoto Filho foi parlamentar de grande destaque, sobretudo no governo do presidente Afonso Pena (1906-1909). Seus irmãos também fizeram carreira política: Francisco Soares de Moura foi deputado provincial (1888-1889) e deputado federal por Minas (1899-1902 e 1921-1930), e Camilo Soares de Moura Filho, além de deputado estadual (1894-1897) e federal (1903-1908), foi interventor em Mato Grosso (1917) e ministro do Tribunal de Contas da União (1918-1938).

Começou o curso secundário no Seminário Menor de Mariana (MG) e completou-o nas cidades mineiras de Barbacena e Ouro Preto. Em 1895 ingressou na Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em Ouro Preto, e lá permaneceu por dois anos. Foi responsável pela edição de um jornal estudantil intitulado *Academia*, através do qual exprimia suas idéias e publicava poesias de sua autoria. O conteúdo de seus artigos revelava a importância que dava ao direito enquanto instrumento civilizatório e forma de combate ao despotismo e à anarquia. Quando da mudança da faculdade de Ouro Preto para Belo Horizonte, transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo. Integrou o Centro Científico e Literário Acadêmico, contribuiu para a fundação da Academia Paulista de Letras, foi um dos redatores do jornal *A Evolução* e foi presidente do Centro Acadêmico da faculdade. Era um conhecido membro da Bucha, confraria secreta que reunia os mais destacados estudantes da escola de direito paulista. No

campo das idéias, tornou-se conhecida a sua oposição à teoria do darwinismo social, contra a qual expressou sua discordância ao condenar a prática da pena de morte. Fazia duras críticas ao positivismo e às teorias raciais que ainda inundavam o ideário político e filosófico de sua geração. Desde os seus primeiros escritos manifestava-se como liberal e nacionalista, além de ser um admirador dos progressos da jovem nação estadunidense. Foi nos bancos da faculdade que travou sólida amizade com Artur Bernardes, a quem toda a sua trajetória política seria vinculada.

Ao concluir o curso de direito em 1900, após rápida passagem por Santa Luzia do Carangola, atual Carangola (MG), onde foi promotor de justiça e delegado interino de polícia, fixou residência em Campinas (SP), a convite do colega de turma e amigo Heitor Penteado. Como seu interesse pela literatura era ainda muito grande, optou por ser professor de português no Ginásio Oficial de Campinas e frequentou ativamente o mundo das letras. Paralelamente, iniciou-se no exercício da advocacia com alguns colegas de faculdade. Tornou-se colaborador do jornal *Cidade de Campinas*, no qual escrevia uma coluna intitulada “Cartas de um solitário a Violeta de Parma”. Em 1908 assumiu o cargo de promotor público interino, mas logo em seguida exonerou-se para retornar a Minas Gerais, muito em razão das perdas sofridas com as mortes de sua primeira esposa, Alice Reis Soares de Moura, e de seu irmão, Carlos Soares de Moura.

O ARTICULADOR POLÍTICO

Em função da morte do irmão, foi substituí-lo na chefia política do município de Rio Branco, atual Visconde do Rio Branco (MG), região controlada politicamente por sua família. O contexto era o da sucessão presidencial de 1910, que opunha Hermes da Fonseca a Rui Barbosa. Ainda em Campinas, Raul Soares se havia comprometido com o civilismo, postura que teve que ser alterada com o seu retorno, uma vez que seu clã político e familiar já se havia previamente

comprometido com a candidatura de Hermes da Fonseca. A mudança de postura foi por ele justificada em variadas ocasiões. Alegava que se havia desvinculado do civilismo em razão das duras críticas que Rui Barbosa fazia contra o mineiro Venceslau Brás, candidato a vice-presidente na chapa hermistista. Querer iniciar uma carreira política em Minas opondo-se a um de seus principais coronéis não era a melhor escolha naquele momento. Mas, na verdade, a mudança fora motivada pela morte do irmão, vítima de crime político cometido por facção oposta à de sua família e vinculada à candidatura de Rui Barbosa. Assim sendo, sua carreira política se iniciou fundamentada em antigas tradições da chamada “Velha República”, tais como a violência, a parentela como requisito de recrutamento e as disputas travadas entre famílias pelo controle dos municípios.

Após assumir a chefia do diretório do Partido Republicano Mineiro (PRM) de Rio Branco, foi eleito vereador, presidente da Câmara Municipal e agente executivo municipal. Enquanto por lá esteve assumiu também a direção de um jornal intitulado *O Mineiro*. Nos editoriais explicitava abertamente suas vinculações com uma das facções que disputavam o poder político municipal. Através de sua correspondência pessoal, é possível perceber que suas atividades não lhe agradavam muito. Sentia-se fazendo “política de roça” e odiava a violência que a acompanhava. Procurou assim ter rápida passagem pela região. Ao eleger-se deputado estadual em 1911, pôde abandonar a cidade, conferindo à sua carreira voos mais promissores. Na Assembleia Legislativa, posicionou-se a favor da autonomia dos municípios e colocou-se como porta-voz dos interesses de sua região de origem, a Mata Mineira. Atuou no campo da legislação eleitoral e foi responsável pela criação do Tribunal de Relação e da Câmara Eleitoral. Foi também membro da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Tendo em vista sua destacada atuação política e suas relações de amizade com importantes lideranças em Minas, foi ser secretário da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas do governo estadual de Delfim Moreira (1914-

1918). Como gestor público defendeu os interesses dos cafeicultores, ao propor uma reforma tributária que passava pela extinção do imposto sobre as exportações, o qual seria substituído pelo imposto territorial rural, ampliando-se o número de contribuintes do estado. Atuou igualmente na construção de ferrovias, na expansão da imigração subsidiada e na tentativa de reduzir os gastos públicos.

Foi no momento da sucessão de Delfim Moreira que a capacidade de articulação política, que sempre fora característica da sua personalidade, pôde manifestar-se com plenitude. Na ocasião, as elites mineiras estavam divididas em três facções, lideradas respectivamente por Venceslau Brás (silvianistas ou “viuvinhas”), Bias Fortes (biistas) e Francisco Sales (salistas). Duas das facções indicaram candidatos próprios. Coube a Raul Soares demover Delfim Moreira de escolher um deles, em prol de um *tertius*. Sugeriu o nome de seu parceiro político Artur Bernardes, nome que se tornou consensual. Bernardes foi eleito presidente do estado para o período de 1918 a 1922.

Também em 1918 Raul Soares foi eleito deputado federal pelo PRM, mas renunciou ao mandato por ter sido convidado por Bernardes para a Secretaria do Interior e Justiça. Como o cargo lhe conferia o privilégio de ser responsável pela condução de todas as eleições no estado, pôde interferir no processo de renovação das bancadas mineiras, estadual e federal, projeto arquitetado entre ele e Bernardes que acabou por conferir um perfil bastante diferenciado à representação mineira. Já o processo de renovação do PRM consistiu na alteração de alguns procedimentos regimentais com o fim de conferir maior poder ao presidente estadual através do esvaziamento da chamada “Tarasca”, a comissão executiva do partido. Todo esse processo intrincado de mudanças resultou em ampla renovação dos quadros do partido, com a exclusão de antigos coronéis, a abertura para a entrada de setores industriais emergentes e o rejuvenescimento da elite política mineira. O impacto de tal mudança foi tão grande que Raul Soares a

qualificou como tendo sido uma “revolução branca”. Foi igualmente bem-sucedido ao conseguir incluir uma série de amigos seus no governo, ampliando a sua base política. Entre eles estavam Afonso Pena Júnior, Alaor Prata e Daniel de Carvalho. Além de sua atuação político-partidária, enquanto secretário do Interior foi responsável pela realização de uma ampla reforma do ensino praticado no estado, que incluiu a criação de uma caixa especial do patrimônio escolar.

Sabe-se que a sucessão do presidente Venceslau Brás (1914-1918) foi uma das mais difíceis de ser construída durante a Primeira República. A doença do presidente eleito Rodrigues Alves, que levou o vice-presidente Delfim Moreira a tomar posse em seu lugar, e sua morte pouco tempo depois, que levou à convocação de novas eleições, abriram espaço para que novas articulações fossem travadas para a escolha de um sucessor num curto período de tempo. Artur Bernardes encarregou Raul Soares de representá-lo em todas essas articulações. Nesse contexto, Raul Soares se destacou nacionalmente na defesa dos interesses de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, continuou na Secretaria do Interior e, com a ida de Afrânio de Melo Franco para o Ministério da Viação de Delfim Moreira, respondeu também provisoriamente pela Secretaria de Finanças do estado.

Tendo apoiado prontamente a indicação para presidente de Epitácio Pessoa, feita pelos gaúchos, e sua eleição em abril de 1919, Raul Soares foi convidado para ocupar a pasta da Marinha, para a qual foi nomeado em julho. Pela primeira vez na República, dois civis responderiam pelas pastas militares: Raul Soares pela da Marinha e Pandiá Calógeras pela da Guerra. Tais indicações não foram muito bem recebidas, na ocasião, pelos militares. Entretanto, como o ministério não lhe propiciava meios de ampliar sua força política nacional, Raul Soares demitiu-se em outubro do ano seguinte, optando por se candidatar ao Senado Federal, para o qual foi eleito em março de 1921. No Senado foi membro da Comissão de

Constituição e Diplomacia.

O CASO ITABIRA IRON

No início da década de 1920, muito em razão do impacto da Primeira Guerra Mundial sobre o processo de industrialização no Brasil, os gestores públicos de Minas Gerais começaram a voltar a sua atenção para dois campos promissores do desenvolvimento econômico do estado: a diversificação agrícola e a metalurgia. Os relatórios produzidos pelos engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto apontavam para a existência de uma volumosa quantidade de ferro e manganês na região central do estado.

Tal informação atraiu os olhares de alguns investidores estrangeiros, entre eles Percival Farquhar, um dos maiores investidores estrangeiros no Brasil. Esperando poder explorar livremente o minério em território brasileiro, Farquhar criou uma empresa, a Itabira Iron, e propôs ao governo federal a assinatura de um contrato através do qual sua companhia seria autorizada a explorar jazidas de minério em troca de carvão. O contrato também envolvia a cessão, em regime de monopólio, da estrada de ferro Vitória-Minas para o transporte do ferro até o porto. Eptácio Pessoa assinou o contrato sem fazer nenhum acordo prévio com Minas Gerais.

Prontamente, Raul Soares se opôs à celebração do contrato, com o aval do então presidente do estado Artur Bernardes. Ao expressar sua discordância, afirmou só ser possível autorizar a exportação de minério de ferro se as empresas se comprometessem a construir uma usina siderúrgica em Minas Gerais como contrapartida. Em razão da resistência dos mineiros, um acordo alternativo teve que ser feito, desta feita preservando os interesses nacionais e especificamente os de Minas Gerais. Em 1923, aproveitando a visita do rei da Bélgica ao Brasil, foi celebrado com ele um acordo que resultou na construção de uma usina siderúrgica em Minas Gerais, a Belgo-Mineira, adiando-se para 1927 os acordos

com a Itabira Iron. Na prática, tais acordos nunca se realizaram em razão das crises econômicas do final da década. A postura nacionalista de Raul Soares garantiu-lhe um entusiástico apoio da imprensa nacional, sinal do predomínio de uma cultura política que só se ampliava na década de 1920 no Brasil.

PRESIDENTE DE MINAS GERAIS

Enquanto senador da República, a atuação de Raul Soares esteve voltada para a projeção nacional de seu aliado Artur Bernardes, o qual planejava ser candidato situacionista à sucessão de Epitácio Pessoa em 1922. O apoio de São Paulo à candidatura mineira viabilizou a sua sustentação. O que Minas e São Paulo não contavam era com a dissidência de oligarquias poderosas que, ao se sentirem excluídas das articulações, reuniram-se em torno de uma candidatura de oposição. Assim, as oligarquias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia, embora divididas, se uniram na chamada Reação Republicana e lançaram o nome de Nilo Peçanha. Contavam com o apoio de setores médios urbanos e dos tenentes, que já manifestavam na ocasião os seus anseios reformistas.

Ao longo de todo esse processo que envolveu muitas turbulências, Raul Soares teve destacada atuação, não só na eleição de Bernardes como na garantia de sua posse. Em reunião decisiva, que contou com a presença das principais lideranças políticas daquele contexto, convocada para deliberar sobre a posse ou a renúncia do presidente eleito, defendeu praticamente sozinho a posse de seu parceiro político, a qual teve que se dar sob estado de sítio. Cumprido seu objetivo, e eleito sucessor de Bernardes em Minas – indicado pelo próprio Bernardes, que, na ocasião, tinha o total controle sobre o PRM –, voltou a Belo Horizonte e assumiu com tranquilidade o governo do estado.

Muito embora os cofres de Minas Gerais estivessem esvaziados em função do impacto negativo da Primeira Guerra Mundial sobre a cafeicultura, Raul Soares fez uma gestão bastante ousada. Propôs uma reforma agrária com o objetivo de

reduzir o número de latifúndios, usando como instrumento uma nova legislação que dificultava a existência de terras devolutas. Paralelamente, reforçou a política imigrantista e concedeu subsídios visando à fixação do homem no campo, além de ter investido na criação de núcleos coloniais próximos às ferrovias. Ampliou o sistema viário do estado, buscando integrar as suas diversas regiões à zona metalúrgica, que já se desenvolvia celeremente. Destacou-se, igualmente, o investimento estatal realizado na produção da cana-de-açúcar, projetando para o futuro o uso industrial do álcool como fonte alternativa de energia. Raul Soares foi ainda responsável pela modernização e expansão do ensino agrícola, bem como pela regulamentação das atividades policiais em Minas. Para isso teve que primeiro sanear as contas públicas, aumentando suas fontes de renda. Vencida essa etapa, foi possível disponibilizar mais crédito ao setor exportador, ampliando a pauta mineira de exportações.

No plano federal, Raul Soares usou de todos os meios para garantir sustentação à gestão de Artur Bernardes. Apoiou o presidente em suas atitudes repressivas contra os tenentes e contra as oligarquias dissidentes. Como presidente de Minas, enviou um batalhão de voluntários civis para auxiliar na repressão aos revoltosos de 1924 em São Paulo. Chamou o batalhão de “Cruzada Republicana”, já que estaria voltado para combater os supostos inimigos do regime. Na ocasião, sua esposa liderou uma ação de coleta de fundos destinados a apoiar o soldado mineiro na frente de batalha. Mas o desfecho dessa história de lutas entre o governo federal e o movimento tenentista não pôde ser acompanhado por Raul Soares, embora se possa imaginar que não teria sido de seu agrado, como não o foi para seu parceiro político Bernardes, exilado após a Revolução de 1930. A morte súbita devida a complicações cardíacas, em 4 de agosto de 1924, interrompeu seu mandato à frente do governo de Minas Gerais, no qual foi substituído interinamente por Olegário Maciel.

Além de político, Raul Soares exerceu a advocacia, tanto em Campinas como em

Belo Horizonte, onde dividia escritório com Afonso Pena Júnior. Foi também professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, onde lecionou direito público e constitucional e direito internacional privado. Como escritor e poeta, publicou seus trabalhos em vários jornais e revistas. Em 1904, lançou um livro intitulado *Gramática de João Ribeiro*. Mas a sua mais importante peça literária foi *O poeta Crisfal, subsídios para o estudo de um problema histórico-literário*, obra publicada em 1909. Para algumas publicações usou os pseudônimos Lauro Resas e Saulo Serra.

Raul Soares foi casado duas vezes. Depois de enviuvar de Alice Reis Soares de Moura, casou-se em 1917 com Araci Emília Von Sperling Soares de Moura, com quem viveu até morrer.

Cláudia Viscardi

FONTES: ADORNO, S. *Aprendizes*; AMORA, P. *Bernardes*; BARBOSA, F. *JK*; BARBOSA, W. *Dicionário*; CARVALHO, A. *Raul Soares*; CARVALHO D. *Capítulos*; CARVALHO, D. *Francisco Sales*; CARVALHO, A. *Vultos*; CAVALCANTI, P. *Presidência*; DULCI, O. *Política*; FLEISCHER, D. *Cúpula*; FRANCO, A. *Um estadista*; FRANCO, A. *Rodrigues Alves*; GUSTIN, F. *Memória*; MAGALHÃES, B. *Artur Bernardes*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; PESSOA, E. *Pela verdade*; SALLES, J. *Se não*; SILVA, L. *Crise*; VENÂNCIO FILHO, A. *Das arcadas*; VISCARDI, C. *Minas* (p.89-95, 1999); VISCARDI, C. *Teatro*; WIRTH, J. *Fiel*.

SOARES, VITAL

*dep. fed. BA 1926-1927; gov. BA 1928-1930.

Vital Henrique Batista Soares nasceu em Água Preta, atual Uruçuca, no município de Valença (BA), no dia 3 de novembro de 1874, filho de Firmo Batista Soares e de Rosalina Henrique Soares.

Quando criança foi confiado pelos pais aos cuidados do tio, Firmino Soares, vigário de Macaúbas, que se encarregou da sua instrução primária e início do curso preparatório. Mudou-se para Salvador a fim de concluir esse curso e ingressar na Faculdade de Direito da Bahia. Quando estudante, participou da fundação da revista *Sírus*, para a qual produziu seus primeiros trabalhos políticos. Junto a outros estudantes participou da questão de Canudos, publicando manifestos que negavam o caráter antirrepublicano da comunidade sertaneja, e condenando o morticínio perpetrado pelas forças governamentais na região. Concluiu o curso de direito em 1898, sendo escolhido orador da turma. Pouco depois, foi nomeado promotor público da comarca de Macaúbas, onde permaneceu até 1902, quando se mudou para a capital a fim de exercer a profissão.

Ingressou na política em 1908, no governo José Marcelino (1904-1908), quando foi eleito para o Conselho Municipal de Salvador. Foi um fervoroso partidário de Rui Barbosa, e sua atuação na Campanha Civilista, na sucessão presidencial de 1910, valeu-lhe o ostracismo político. Ao término do seu mandato, em 1911, tentou a reeleição sem sucesso. Durante os 12 anos de domínio do grupo de José Joaquim Seabra na Bahia (1912-1924), não logrou obter um mandato eletivo. Candidatou-se a deputado federal em 1915 e a deputado estadual em 1919, mas não foi eleito. Diante desses fracassos eleitorais, resolveu se afastar da política, dedicando-se à advocacia e aos negócios privados. Convidado por Francisco Marques de Góis Calmon a integrar a equipe do escritório de advocacia que este herdara do tio e pai adotivo Inocência Marques de Araújo Góis, tornou-se seu homem de confiança. Em 1917, a convite deste, ingressou na diretoria do Banco Econômico da Bahia.

Com a ascensão de Góis Calmon ao governo do estado (1924-1928), após intervenção

federal que destronou J. J. Seabra, sua escalada política foi vertiginosa. Em 1925 foi eleito para o Senado estadual, onde exerceu a função de líder da maioria; no ano seguinte renunciou para ocupar a vaga de deputado federal aberta com a morte de Álvaro Cova; na Câmara dos Deputados, foi líder da bancada em substituição a Otávio Mangabeira, que havia assumido o Ministério das Relações Exteriores; finalmente, em 1927 renunciou para se candidatar ao governo do estado, sendo eleito governador para o quadriênio 1928-1932. Também em 1927 foi organizado o Partido Republicano da Bahia (PRB), sem qualquer ligação com o PRB das primeiras décadas republicanas, ao qual se filiou.

À frente do governo, deu continuidade ao programa administrativo de Góis Calmon, assegurando a ligação do setor comercial-financeiro com a política estadual. Na sua curta, mas dinâmica administração, enfrentou os efeitos da crise econômica de 1929, que atingiu gravemente o setor agroexportador da Bahia. Entre outras obras públicas, construiu o novo edifício da Imprensa Oficial.

Em agosto de 1930 transmitiu o governo a Frederico Augusto Rodrigues da Costa, para se candidatar à vice-presidência da República pela “chapa do Catete”, encabeçada por Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo. Após conturbado processo eleitoral, a chapa Júlio Prestes-Vital Soares, concorrendo com a da Aliança Liberal, formada por Getúlio Vargas e João Pessoa, foi reconhecida vitoriosa pelo Congresso Nacional. Como vice-presidente eleito, viajou para a Europa em tratamento de saúde, pretendendo voltar em novembro para a posse, ao lado do presidente eleito Júlio Prestes. Em outubro de 1930, contudo, o sistema político da nação foi bruscamente alterado pela revolução que colocou Getúlio Vargas no poder. Vital Soares preferiu permanecer na Europa até 1931.

Em 1932, afastado da política, foi nomeado professor honorário da Faculdade de Direito da Bahia, mas não chegou a receber o título, por problemas de saúde. Faleceu em Salvador, no dia 19 de abril de 1933, aos 58 anos, vítima de uma esclerose precoce.

Sem haver-se casado e sem filhos, Vital Soares já havia doado à Prefeitura de Macaúbas o casarão, hoje arquivo do município, que herdara do tio, monsenhor Firmino Soares.

Consuelo Novais Sampaio

FONTES: *Diário de Notícias* (19/4/1933). Faleceu o Dr. Vital Soares; *Revista da Fundação Pedro Calmon* (n.2, 1997, p.169-170, n.6, 2001, p.197-199); *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (v. 263, 80-82); SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 218-223); SANTOS, M. *Sinopse* (p.35); SOUZA, A. *Baianos* (p.237-238); *Tarde* (19/4/1933). Uma grande perda para a Bahia.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL (SAIN)

Entidade fundada em 19 de outubro de 1827, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Em 1904 fundiu-se com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, dando origem ao Centro Industrial do Brasil (CIB). Idealizada por Inácio Álvares Pinto de Almeida, e tendo como primeiro presidente João Inácio da Cunha, o visconde de Alcântara, a sociedade propunha, de acordo com seus estatutos, “promover, por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e a prosperidade da indústria no Império do Brasil”.

NO IMPÉRIO

Atuando como órgão consultivo do governo imperial, a SAIN deveria examinar e emitir pareceres sobre questões e assuntos relativos à economia do país que eram encaminhados ao Ministério do Império. Em 1833, saiu o primeiro número de *O Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico mensal porta-voz da entidade. Em 1838, por iniciativa de dois sócios da SAIN, foi fundado na Corte o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Considerando indústria três ramos de atividade – a agricultura, a manufatura e o comércio –, a SAIN, durante quase todo o período imperial, priorizou fortemente o ramo da agricultura, endossando a tese da “vocação agrícola” brasileira. Defendeu a diversificação agrícola e bateu-se intensamente por uma modernização da agricultura nacional, em bases racionais e científicas, inspirando-se em estudiosos franceses e ingleses.

Na década de 1840, frente    crescente pressão britânica pela supressão do tráfico negreiro, a SAIN, partidária da gradual abolição do regime escravista, posicionou-se contrariamente à manutenção do tráfico, afinal extinto em 1850. Debatendo a questão da reposição da mão de obra, a entidade apoiou, de um lado, a promoção de uma política de colonização – com a distribuição de pequenos lotes para estrangeiros e/ou brasileiros – e, de outro, o desenvolvimento do sistema de parceria na lavoura cafeeira.

Integrada ao organograma da burocr  cia imperial, em 1860 a SAIN deixou de ser vinculada ao Ministério do Império, passando a fazer parte da estrutura do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criado naquele ano.

Nas décadas de 1860 e 1870, a sociedade participou ativamente da promoção de

exposições, como forma de divulgar informações sobre o estágio de desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil. Assim, entre outras iniciativas, foi uma das promotoras da Primeira Exposição Nacional, realizada em 1861 no prédio da Escola Central, no Rio de Janeiro.

Nos anos seguintes, em um contexto de crise final da lavoura escravista e de formação de entidades voltadas para a defesa dos interesses específicos da indústria, como a Associação Industrial, fortaleceu-se o grupo dos defensores da indústria fabril no interior da SAIN. Vale salientar que a entidade continuava a incentivar as atividades agrícolas, inclusive pregando a expansão da pequena propriedade rural e criticando o latifúndio improdutivo.

Na década de 1880, a última do regime imperial, a SAIN enfrentou crescentes dificuldades financeiras. O apoio governamental já não bastava para pagar suas despesas, e os apelos feitos para aumentar seus ingressos não foram atendidos. Em 1886, o governo cortou 2/3 de sua verba, sob a alegação de que a economia nacional estava em crise. A entidade deixou de atuar como órgão consultivo do governo na concessão de privilégios e em outros temas de relevância, num claro indício de sua perda de prestígio junto ao governo imperial.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A proclamação da República, em novembro de 1889, não trouxe nenhuma melhora para a difícil situação da SAIN. Ao contrário. O fato de a direção da entidade ser composta, em grande parte, por monarquistas, despertou a antipatia dos novos detentores do poder. Com o novo regime, a SAIN deixou inclusive de integrar o organograma do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Em 1892, a suspensão da verba de seis contos de réis, o grave déficit orçamentário e o precário estado da sua sede levaram a SAIN a fechar a escola noturna de adultos, que fora aberta na década de 1870 para formar mão de obra para o trabalho industrial, e a suspender a publicação do *Auxiliador*.

Quatro anos depois, a diretoria da sociedade conseguiu publicar um novo número da revista, denominado nº 1, ano LXI, com data de julho, agosto e setembro de 1896. O esforço, contudo, foi inútil. Como disse Domingos Sérgio de Carvalho, o redator responsável por esse número, a maior parte dos antigos animadores da sociedade já havia falecido e o novo Poder Legislativo da República a havia privado da “exígua verba que lhe

consignara no orçamento”. Nos anos seguintes, a entidade teve uma atuação apagada, conseguindo sobreviver apenas devido ao esforço de seus sócios, que continuavam a se reunir e a defender seu programa. Não tinha mais, porém, condições de influir, como nos tempos da Monarquia. Seu único veículo de comunicação passou a ser o *Jornal do Comércio*, que dava divulgação às ações da entidade desde o Império.

Num contexto de gradual avanço e diversificação da indústria no país, os industriais começaram a se voltar para a formação de uma entidade capaz de representar seus interesses. Em 1900, houve uma tentativa de rearticulação da SAIN, agora direcionada unicamente para as questões industriais. Procurou-se convocar os antigos sócios e foi feita uma campanha para obter a adesão de novos membros. Ainda em 1900, foi encaminhado um pedido de auxílio ao presidente Campos Sales (1898-1902) para reiniciar a publicação de *O Auxiliador* e reconstruir a sede. Apesar de ter tido boa acolhida, o pedido não resultou em apoio concreto por parte do governo.

Em 1901, a política econômico-financeira do ministro da Fazenda Joaquim Murinho provocou a elevação da taxa cambial, despertando o temor e a desconfiança dos proprietários de indústrias. Em tais condições, os industriais procuraram se organizar em torno de seus interesses, mesmo porque começavam a perceber resistência às suas reivindicações no Congresso Nacional.

Assim, em 1902, ocorreu nova tentativa de reorganização da SAIN, com uma nova diretoria. A principal proposição apresentada dizia respeito à necessidade de criar um órgão de classe para representar os industriais. Formulou-se então um plano de ação preconizando a isenção de direitos de importação a matérias-primas destinadas à indústria, e levantando também a possibilidade de atuar junto ao governo, fornecendo projetos a respeito das reformas tarifárias. Buscou-se, ainda, organizar um Congresso Industrial, no qual seriam discutidas e definidas linhas de ação para a classe empresarial. O congresso, porém, foi suspenso, frustrando-se essa nova tentativa de reorganizar a sociedade.

As dificuldades encontradas para reativar a associação e as condições do momento, que levavam os industriais a buscar uma atuação ofensiva em defesa de seus negócios, determinaram a fusão da SAIN com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão. Assim, em 15 de agosto de 1904, nascia o Centro Industrial do Brasil (CIB), a partir da

união dos dois órgãos.

Inoã Carvalho Urbinati/Sergio Lamarão

FONTES: CARONE, E. *Centro*; VAINFAS, R. *Dicionário*; WEID, E.; ELIA, F.; FERREIRA, M.; LAMARÃO, S.; ZÚÑIGA, S. *Apontamentos*.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA (SNA)

Sociedade civil fundada a 16 de janeiro de 1897 na cidade do Rio de Janeiro e considerada de utilidade pública pelo governo federal através do Decreto nº 3.549, de 16 de outubro de 1918.

PRIMEIROS TEMPOS

A Sociedade Nacional de Agricultura surgiu “como um desenvolvimento natural da campanha dos comícios rurais, das assembleias agrícolas e das exposições e manifestações” promovidas por elementos ligados à agricultura durante a década de 1890.

Uma das principais atribuições da sociedade era preencher o vazio deixado pela extinção do Ministério da Agricultura em 1892 por lei do governo republicano. A ausência desse ministério se fazia sentir de modo particularmente grave devido à desorganização provocada pela abolição da escravatura. Dentro desse contexto, a SNA deveria servir de centro congregador de todos os esforços e tentativas de melhoria da situação agrária do país.

Sua primeira diretoria, tendo como presidente Antônio Enes de Sousa, foi eleita a 7 de fevereiro de 1897. Em maio, foi publicado o primeiro número do jornal *A Lavoura*, órgão oficial da sociedade, em circulação até hoje. O jornal era impresso nas oficinas da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, onde a SNA se instalou provisoriamente.

Desde o início de sua história, a SNA se preocupou com o associativismo rural, incentivando a criação de entidades representativas da classe rural nos estados, como a Sociedade Agrícola e Pastoril da Bahia, a Sociedade Agrícola de Pernambuco, a Sociedade Agrícola Fluminense, entre outras.

A SNA dedicou-se também à realização de congressos e exposições agropastoris e agroindustriais de âmbito nacional, destacando-se o I Congresso Nacional de Agricultura de 1901, cujas resoluções tiveram grande impacto sobre a agricultura do país. O congresso, que reuniu representantes de todos os estados brasileiros, contou com a presença do presidente Campos Sales na cerimônia de instalação. Outra iniciativa importante foi a implantação do ensino agrícola prático no país, através da criação em 1899 do Horto

Frutícola da Penha, no Rio de Janeiro.

Por sugestão da sociedade, de acordo com uma das resoluções do congresso de 1901, o Congresso Nacional sancionou o Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903. Esse decreto legislativo seria aprovado pelo Decreto nº 6.532, do Poder Executivo, de 20 de junho de 1907, que estabelecia que os sindicatos agrícolas (congregando patrões e empregados) podiam organizar-se, independentemente da autorização do governo, em sindicatos locais, uniões e sindicatos centrais.

Com a aprovação em 1905 dos seus novos estatutos, os propósitos da sociedade de criar um órgão central que defendesse efetivamente os interesses rurais ganharam impulso. A SNA pensava em fundar uma confederação agrícola, formada de associações espalhadas por todos os estados brasileiros. Esse associativismo poderia ter a forma tanto de agremiação (associação civil), como era o caso da própria sociedade, quanto de sindicato agrícola (associação profissional), em conformidade com o Decreto nº 979.

Em 1907, o governo atendeu a uma antiga reivindicação da SNA, criando o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que seria implantado durante a administração do presidente Nilo Peçanha (1909-1910).

A campanha de promoção do associativismo rural continuava no estado que apresentava resultados mais concretos: o Rio Grande do Sul. Em 1909 foi fundada a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul) e, em 1913, a União dos Criadores do Rio Grande do Sul. Em 1914, as duas entidades se fundiram, adotando a sigla Farsul, e passaram a apoiar a SNA em sua luta pela criação de uma confederação rural no Brasil.

Em 1915, a sociedade formou uma comissão para estudar a possibilidade de se criar nos estados uniões rurais que posteriormente se incorporariam à SNA. Em um longo parecer, a comissão mostrou-se favorável à fundação de associações rurais estaduais, que se fundiriam em federações, seguindo o modelo já existente no Rio Grande do Sul. As federações estaduais se filiariam à sociedade, que serviria de núcleo à futura Confederação Rural Brasileira. Modelos de estatutos de associações, federações estaduais e de confederação foram redigidos e distribuídos em todo o país.

Entretanto, de 1916 a 1919 a SNA — atendendo ao apelo do governo para aumentar a produção agrícola, aproveitando a guerra na Europa — lançou-se a empreendimentos mais imediatos, como a promoção de conferências e exposições de produtos agrícolas e da

pecuária. Por esse motivo, os projetos relativos à confederação ficaram temporariamente em segundo plano.

Em 1926, os estatutos da SNA foram alterados, mantendo-se porém a orientação básica da instituição, que tinha como objetivo central a organização da classe rural em associações locais e a filiação destas a órgãos estaduais que, por sua vez, se filiariam a uma entidade nacional, com sede na capital federal.

Ildefonso Simões Lopes, eleito presidente da SNA em 1926, retomou o movimento em prol da confederação, enviando para todo o Brasil delegados itinerantes que lograram estruturar os organismos locais em bases sólidas. Assim, com a situação alterada, foi fundada a 7 de dezembro de 1928, na sede da SNA, a Confederação Rural Brasileira. No entanto, essa entidade recém-fundada não cumpriu as atribuições que lhe foram confiadas — a de órgão centralizador da classe rural brasileira —, levando uma existência formal, à sombra da SNA.

DE 1930 A 1945

Em meados de 1930, Ildefonso Simões Lopes licenciou-se da presidência da sociedade, que passou a ser exercida por Augusto Ferreira Ramos. Com a vitória do movimento revolucionário de outubro de 1930, do qual participou ativamente, Simões Lopes foi indicado em novembro para uma diretoria do Banco do Brasil. No início de 1931, por ocasião da escolha da nova diretoria da SNA, Ildefonso foi mais uma vez conduzido à presidência da instituição. Em fevereiro, licenciou-se do cargo, sendo substituído pelo primeiro vice-presidente, Artur Eugênio Magarinos Torres Filho.

Os revolucionários de 1930 cortaram as subvenções que a SNA recebia do governo federal, deixando-a em difícil situação financeira. Ainda assim, em 1931 a sociedade promoveu cerca de 20 conferências e debates sobre assuntos agrícolas e econômicos em geral, procurando chamar a atenção do novo governo para os problemas que atingiam o país.

A crise econômica mundial, detonada pelo *crack* da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, atingiu com intensidade variável todos os países capitalistas. O Brasil, frente à retração da demanda internacional, viu-se às voltas com uma séria crise de superprodução cafeeira. Em 1932, o governo provisório, considerando indispensável o controle do plantio do café para atenuar a superprodução e o aviltamento do preço do produto, aprovou a regulamentação de 30 de abril daquele ano, baseada em parecer da SNA, que estabelecia as

bases em que se daria esse controle.

Em 1933, o ministro do Trabalho, Salgado Filho, acolhendo sugestões da sociedade, nomeou uma comissão para estudar uma lei que protegesse o trabalho agrícola; a SNA foi representada nessa comissão por seu primeiro secretário, Antônio de Arruda Câmara. Ao contrário da indústria e do comércio, que estavam se estruturando nesse período em sindicatos patronais e de empregados sob a égide do Estado, a agricultura permanecia praticamente infensa a esse processo organizativo.

Em 1934, foi criado o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), um dos mais importantes órgãos de política econômica do governo, e Getúlio Vargas convidou Torres Filho para ser o representante da lavoura. Por intermédio do presidente em exercício da SNA, a classe rural apresentou várias propostas e sugestões às autoridades, destacando-se o plano para o desenvolvimento da cultura do trigo no país com o objetivo de diminuir as importações do cereal. Em 1937, o Horto Frutícola da Penha, mantido pela sociedade, foi transformado na Escola de Horticultura Venceslau Belo, dedicada à formação de técnicos em agricultura.

Em 1938, a SNA encaminhou à Presidência da República a sugestão — endossada pelo governo — de que a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil fornecesse empréstimos aos agricultores através de cooperativas agrícolas. Seu objetivo era incentivar, com essa medida, o cooperativismo e a difusão do crédito agrícola no Brasil.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 prejudicou sensivelmente a importação de máquinas e implementos agrícolas da Europa e dos EUA, causando graves transtornos à agricultura nacional. Em 1941, a sociedade convocou uma reunião com industriais brasileiros com a finalidade de estudar a possibilidade de as máquinas serem produzidas no país. As conclusões dessa reunião foram levadas ao CFCE, que ficou encarregado de tomar as medidas necessárias.

Em 1942, em assembleia geral, a SNA conferiu ao presidente Getúlio Vargas o título de presidente de honra da instituição. Em julho desse ano, um incêndio reduziu a cinzas o edifício Parc Royal, no centro do Rio de Janeiro, onde estava instalada a sociedade, e destruiu todo o seu patrimônio, inclusive a biblioteca.

A SNA, na condição de representante da classe rural, participou do I Congresso Brasileiro de Economia, realizado no Rio em 1943. Das diversas sugestões que apresentou, foram

aprovadas pelo plenário as referentes ao crédito agrícola e ao plano de desenvolvimento de uma política agrária que permitisse ao país atender às necessidades decorrentes do estado de guerra. O congresso também apoiou a resolução da sociedade relativa à criação de um conselho nacional de economia agrária vinculado ao Ministério da Agricultura, que teria como objetivo traçar a política rural brasileira.

Com a morte de Ildefonso Simões Lopes em 1943, o presidente em exercício da instituição, Torres Filho, passou a presidente efetivo (4 de dezembro de 1944). Em 4 de janeiro de 1945, segundo os termos do Decreto-Lei nº 2.227, o presidente Getúlio Vargas doou à SNA um terreno nas proximidades do aeroporto Santos Dumont, onde foi construída sua sede definitiva — a Casa da Agricultura —, inaugurada oficialmente em abril de 1954.

A questão da organização da classe rural passou a merecer maior atenção do governo em 1941, quando foi constituída uma comissão, presidida por Torres Filho, para discutir o assunto. O tema foi intensamente debatido, e em 24 de outubro de 1945, através do Decreto-Lei nº 8.127, foi criada a Confederação Rural Brasileira (CRB), constituída pelas federações da agricultura de diversos estados do país. Com a deposição de Getúlio Vargas (29/10/1945), o decreto-lei sofreu cerrada oposição, adiando-se a implantação definitiva da confederação para 1951, quando Vargas voltou ao poder.

DE 1945 A 1964

No início da década de 1950, começou a ser discutida no país a questão da reforma agrária. Em janeiro de 1952, o ministro da Agricultura João Cleofas criou a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), que tinha como meta organizar e desenvolver a agropecuária nacional e estimular o bem-estar no campo. A SNA manifestou sua confiança no governo Vargas, afirmando que “a classe agrícola do país poderá trabalhar tranquila, certa de que em vez da chamada ‘reforma agrária’, teremos uma Lei Agrária que satisfará os interesses econômicos e sociais do país”.

Outra questão muito discutida pela sociedade no período foi a criação do Serviço Social Rural, órgão de amparo ao trabalhador do campo. A SNA colocou-se contra o projeto do governo, que não permitia a intervenção dos empresários no órgão: “Os agricultores não se recusam a custear os serviços, mas é justo que, se pagam, tenham o controle. Assim já acontece com os serviços da indústria e do comércio e seria odioso abrir uma exceção

quanto à classe agrícola.” A instituição frisou que, com a fundação da CRB, o argumento do Ministério da Agricultura, de que não podia entregar o serviço aos agricultores porque eles não estavam organizados, deixava de ter validade.

O insuficiente desenvolvimento agrícola do Brasil também foi motivo de preocupação. A SNA defendia a criação de cursos práticos no campo sob a responsabilidade da CNPA, dos municípios e dos estados. A crise do setor era, no entender da sociedade, agravada pelos baixos preços pagos aos produtos agrícolas que, não oferecendo lucros aos produtores, desestimulavam as inversões. Outro fator desfavorável eram as “taxas cambiais arbitrárias, favorecendo as importações em detrimento da agricultura”.

Em 1954, a SNA voltou a se posicionar em relação à reforma agrária, advogando a assistência técnica, social, econômica e financeira do governo aos trabalhadores e aos proprietários rurais e condenando a subdivisão das grandes propriedades, medida considerada antieconômica, já que a mecanização da agricultura — elemento essencial para o aumento da produtividade — não podia ser introduzida, por razões técnicas, em pequenas propriedades.

A instituição se pronunciou contra a extensão do salário-mínimo ao campo, argumentando que seus cálculos não haviam sido feitos sobre bases realistas e que o plano do governo atendia a fins políticos. Na III Conferência Rural Brasileira, realizada em São Paulo em dezembro de 1954, a sociedade e outras entidades ligadas à agricultura admitiram a ampliação de dispositivos trabalhistas ao campo, mas com a condição de “que não ocorra súbita e violenta subversão nas relações da empresa com o empregado”.

Em junho de 1955 os estatutos da SNA foram alterados, passando a sociedade a “dedicar-se mais profundamente às atividades de natureza cultural”, já que a parte política e de defesa da classe se achava desde 1951 a cargo da CRB. Além disso, o mandato da diretoria foi ampliado para quatro anos. Em setembro, foi aprovada a Lei nº 2.613, que criou o Serviço Social Rural nos moldes preconizados pela SNA, ou seja, com a participação direta dos empresários.

Em 1956, a Federação das Associações Rurais do Distrito Federal, reconhecendo as prerrogativas legais da sociedade, cessou definitivamente suas atividades, transferindo a responsabilidade de zelar pela classe rural do Distrito Federal à SNA. A federação transformou-se em Departamento das Associações Rurais do Distrito Federal, passando a

fazer parte da SNA.

Com o falecimento de Artur Torres Filho em agosto de 1960, o primeiro vice-presidente Luís Simões Lopes foi conduzido à presidência da SNA.

Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pela intensificação da discussão sobre a reforma agrária, acompanhada de uma maior organização política dos trabalhadores agrícolas. A SNA, da mesma forma que as demais entidades patronais do campo, desenvolveu uma campanha de oposição sistemática às tentativas de mudança da estrutura fundiária brasileira. Em setembro de 1961, Edgar Teixeira Leite, primeiro vice-presidente da sociedade, em palestra no Instituto dos Advogados do Brasil, afirmou que os problemas agrários do país não seriam solucionados por uma reforma agrária. O essencial era uma “renovação agrícola, que proporcionasse amparo e proteção ao rurícola que explora e vive em terra alheia”. Teixeira Leite acusou as Ligas Camponesas, entidades formadas por assalariados agrícolas e pequenos proprietários, surgidas em Pernambuco em meados da década de 1950, de estarem infiltradas de comunistas que procuravam subverter as relações de trabalho no meio rural. Defendeu ainda a elaboração de uma legislação adequada sobre parceria e locação rural e a implementação de uma justiça agrária menos morosa. A SNA já havia redigido, a esse respeito, um anteprojeto que previa a criação de juntas de conciliação rural com o objetivo de resolver as questões decorrentes do arrendamento e da parceria agrícolas.

Em 1962, a sociedade apresentou ao Congresso um projeto de lei que criava o Serviço do Registro de Produção, órgão que teria como principal atribuição estudar a fixação dos preços mínimos dos cereais e de outros gêneros da produção agrícola nacional. A crise de abastecimento no Rio de Janeiro, naquele ano, motivou severa crítica da SNA à Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap), que tabelava os gêneros “a preços que não cobrem os custos de produção nem as despesas de comercialização”.

O triunfo do movimento militar de março de 1964 tranquilizou a classe rural. A animosidade da SNA para com o governo João Goulart devido à questão da reforma agrária foi substituída por uma política de franco apoio ao novo grupo no poder, tendo à frente o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. A partir de então, a SNA colocou-se a favor das orientações gerais seguidas pelo regime militar, discordando apenas em pontos específicos.

DE 1964 A 1980

Em 1967 a SNA pediu investidura sindical ao governo, como Federação da Agricultura do Estado da Guanabara, mas não foi atendida. Para se tornar órgão federativo, a sociedade teria de sofrer uma transformação estrutural, passando a aceitar como sócios apenas os agricultores ou empresas agrícolas sediadas profissionalmente na Guanabara. Como o corpo social da instituição era formado por pessoas físicas e jurídicas de todo o país, abrangendo categorias não admitidas no diploma sindical, a SNA preferiu não alterar seus estatutos.

Ainda em 1967, a linha adotada pelo regime militar com relação aos problemas do campo foi consubstanciada no Plano Quinquenal da Reforma Agrária Brasileira (1967-1971), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), órgão criado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra). O objetivo central do plano, que vinha ao encontro do que a sociedade entendia por reforma agrária, era transformar progressivamente os trabalhadores do campo, arrendatários e parceiros numa classe média rural, basicamente por meio da modernização da agricultura. A estrutura fundiária permanecia intocada.

Se, durante os dois primeiros governos militares (dos marechais Castelo Branco e Artur da Costa e Silva), surgiram eventuais pontos de atrito da SNA com o Estado, a administração do general Emílio Médici (1969-1974) — caracterizada pelo “milagre econômico” e pela repressão política — recebeu da instituição um apoio sem reservas e uma grande cobertura para as suas realizações. Apenas esporadicamente a sociedade se manifestou contra as determinações do governo. Foi esse o caso quando do congelamento dos preços dos produtos alimentícios básicos, decretado pelo ministro da Agricultura Luís Fernando Cirne Lima em 1971, em face das previsões de boas safras no país. A instituição argumentou que aquela medida só daria resultado prático se abrangesse também os serviços de utilidade pública e os produtos industrializados.

A posição da SNA frente à atuação do governo foi revista no período presidencial do general Ernesto Geisel (1974-1979). As taxas de crescimento da economia brasileira começaram a declinar a partir de 1974, e o impacto da recessão econômica mundial se fez sentir rapidamente dentro do país. A política do Estado passou a ser alvo de críticas de

diversos setores econômicos. Na IV Conferência Nacional das Classes Produtoras (IV Conclap), realizada no Rio em novembro de 1977, a SNA afirmou que “o elevado grau de intervencionismo estatal sobre a agricultura deixou o setor sem representatividade”. Em 1978, nova crítica: “Resta saber se o próximo ministro da Agricultura poderá gerir os negócios da pasta sem a interveniência dos burocratas da chamada área econômica do governo, que, na maioria dos casos, nunca viram um pedaço de terra arável.”

A SNA reivindicou também o fim de todos os controles governamentais, com o livre funcionamento das leis do mercado, o que implicava a extinção de órgãos controladores e tabeladores, como a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) e o Conselho Interministerial de Preços. Para os produtos de exportação, advogou uma política cambial capaz de assegurar preços mais estimulantes. O governo deveria garantir preços mínimos que englobassem os custos do plantio, assim como crédito adequado e melhor infraestrutura para o escoamento da produção.

Em junho de 1979, depois de 19 anos no cargo, Luís Simões Lopes deixou a presidência da SNA, sendo substituído por Otávio Melo Alvarenga.

Sérgio Lamarão

O PERÍODO PÓS-1980

Entre 1980 e o final da década de 1990, sob a gestão de Otávio Melo Alvarenga, a atuação da SNA foi marcada pela ênfase na promoção de eventos públicos e na busca da retomada da importância que a entidade já havia tido nas discussões nacionais acerca de temas como crédito agrícola, cooperativismo, educação agrícola e justiça agrária, de interesse tradicional da entidade. Esses anos também foram caracterizados pelo investimento sistemático da SNA no tema estratégico do meio ambiente e das práticas ecológicas, que passaram a constar de seus seminários e do currículo de seus cursos. De outra parte, nesse período a área educacional ganhou destaque e nela se concentrou a ênfase de seu aparelhamento material e de suas relações com órgãos e políticas governamentais.

Dentro dos temas tradicionais da sua pauta de discussões, em 1980 a SNA promoveu o Encontro Estadual de Dirigentes de Cooperativas de Produtores do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de preparar o temário do Congresso Nacional de Cooperativismo,

e, em parceria com a Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural e a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, realizou o XVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, dedicado ao exame do modelo fundiário brasileiro, da política agrária, da agroindústria e dos mercados interno e externo. Em 1982, a SNA organizou o Painel Ecológico-Econômico sobre o rio Paraíba e o Seminário Internacional de Crédito Rural, com a presença de representantes de países da América do Norte e da Europa, de Israel e da Austrália e ministros do governo brasileiro. No evento, foram debatidas, além das questões relativas ao crédito propriamente dito, as relativas aos instrumentos legais necessários à sua adequação, como a criação de uma Justiça agrária especializada, havia muito advogada pela SNA.

Três anos depois, a entidade promoveu o Seminário Nacional de Reforma Agrária/Justiça Agrária, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com o Ministério da Reforma Agrária, no bojo da divulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária. O documento apresentado causou descontentamento aos proprietários rurais e foi a tônica das discussões do evento. O debate prosseguiu em 1986, no I Encontro Internacional de Jus-Agraristas, em Belém, conclave organizado pela SNA em parceria com o governo do Pará, o Instituto de Terras do Pará e a Associação Latino-Americana de Direito Agrário. Nessa ocasião, foi também discutida a repercussão do Plano Cruzado — plano de estabilização econômica implantado em 1986 pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, do governo do presidente José Sarney (1985-1990) — sobre o setor, em especial os produtores de leite e hortifrutigranjeiros. Em 1987, a SNA participou da Frente Ampla da Agricultura Brasileira, que promoveu marcha de produtores rurais em Brasília. Os organizadores do movimento reivindicavam uma definição governamental sobre a situação do crédito agrícola, garantia de preços mínimos, estabelecimento de estoques reguladores e tabelamento dos preços.

Por intermédio da revista *A Lavoura*, a SNA denunciou a escalada inflacionária, que resistia aos sucessivos congelamentos de preços e salários, e a alta de juros, que praticamente inviabilizou o crédito agrícola. A intensa crise econômica que atingiu em cheio o setor no fim da década de 1980 e no início da seguinte refletia-se não apenas na redução da área plantada no país e na queda vertiginosa dos preços reais dos principais produtos agrícolas.

Na área educacional, a SNA assinou convênios com o poder público voltados para o incremento das atividades da Escola Venceslau Belo, ligada ao ensino agrícola e à difusão de tecnologia: em 1982, com o Ministério da Agricultura, e, em 1986, com o Ministério da Educação e com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 1990, a SNA firmou protocolo de intenções com o governo estadual que previa a contribuição das secretarias estaduais de Educação, Agricultura e Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia para a revitalização dos 140 mil metros quadrados de área verde da Escola Venceslau Belo. Suas metas eram a formação de técnicos agrícolas, a criação de cursos de ecologia e conservação da natureza, a formação de recursos e treinamento na área de tecnologia rural aplicada, a criação de visitas orientadas para a rede estadual de escolas públicas e a promoção de palestras, simpósios e outros eventos destinados ao aperfeiçoamento de professores. Ao final de 1991, a SNA firmou convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro destinado à implantação de uma horta-escola no *campus* da escola agrícola, na Penha, onde deveria ser desenvolvido o projeto Hortas Comunitárias Ecológicas, dirigido às famílias de baixa renda.

Em sua nova área estratégica, a ecológica, a entidade criou, em 1987, a Sociedade Brasileira de Proteção Ambiental, organização sem fins lucrativos dedicada ao incentivo das ações culturais e educacionais no campo da ecologia que passou a ocupar um espaço fixo em *A Lavoura*. Preocupada com a questão ambiental na Amazônia, dois anos depois a SNA convocou reunião com diferentes entidades ligadas a essa temática, entre as quais a Associação de Defesa do Meio Ambiente, ligada ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, e a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

Em 1990 foi organizado o Seminário de Reforma Agrária e Direito Ambiental, evento que sintetizou as principais preocupações da SNA naquele momento. Com a participação de jus-agraristas nacionais e internacionais, empresários, ambientalistas e representantes do Ministério da Agricultura e da Secretaria Nacional de Reforma Agrária, o seminário dividiu-se em quatro módulos: a produção de alimentos e a reforma agrária, o meio ambiente e o direito agrário, a experiência latino-americana de reforma agrária, e a função social no direito agrário.

Em 1991, a SNA organizou o painel Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual foi dada especial atenção à responsabilidade empresarial e governamental sobre o tema, preparando as discussões para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento, conhecida como Rio-92. Nessa ocasião, a SNA promoveu a mostra Espaço Ecológico Latino-Americano em sua sede social, com o apoio dos consulados do Peru e do Equador, com exposição de peças de arte e vídeos ecológicos desses países e do Brasil durante todo o mês de junho.

Ainda em 1991, a entidade firmou convênio com o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de oferecer treinamento gerencial aos responsáveis pela gestão das cooperativas de produção no estado do Rio de Janeiro, assim como divulgar, através de *A Lavoura*, material de interesse do setor cooperativista.

Em 1992 a SNA voltou aos temas relacionados à política agrícola, organizando na Fazenda-Escola Venceslau Belo uma reunião dos membros da Pleninco, instituição que congrega entidades empresariais fluminenses, assim como a mesa-redonda Mercosul — suas decorrências no *agribusiness* no Brasil e no Uruguai, com a participação do embaixador uruguaio no Brasil e de empresários fluminenses. Em 1993, promoveu o I Fórum Nacional da Agricultura, que reuniu empresários, autoridades e especialistas do setor rural para diagnosticar problemas e procurar soluções para a modernização do modelo agrícola brasileiro. No fórum, as propostas de produtores e técnicos acerca da revisão da política de subsídios e crédito rural foram entregues ao ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária. Seus anais foram lançados no ano seguinte, durante o II Fórum Nacional de Agricultura, no qual mais de 30 grupos temáticos discutiram aspectos da política agrícola nacional e setorial, fornecendo um painel sobre as posições do setor e dos órgãos governamentais presentes.

A partir de 1994, a SNA iniciou os cursos do recém-criado Centro de Estudos Avançados em Meio Ambiente e Desenvolvimento, responsável pela pesquisa e pelas atividades educativas da sociedade, e em 1995 deu início às atividades da Escola de Pós-Graduação em Administração e inaugurou a Faculdade de Ciências Agroambientais. Ainda em 1994, firmou convênio com a Universidade Federal Fluminense para desenvolver programa conjunto de pesquisa, ensino e extensão nas áreas de agricultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Já em 1997, novo convênio foi firmado com a Universidade Castelo Branco, para a implementação e o desenvolvimento de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas ligadas à zootecnia e à veterinária.

Finalmente, como parte das comemorações de seu centenário, a SNA promoveu, em 1997,

o I Congresso de *Agribusiness* do Rio de Janeiro, no auditório da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Desse congresso resultaram propostas relativas às políticas governamentais: uma ação mais firme do governo brasileiro nas negociações internacionais pela abertura dos mercados, frente aos subsídios agrícolas proporcionados em outros países; uma política de modernização e adequação da infraestrutura interna; e uma política de “segurança alimentar” que cuidasse, de forma sistêmica, da relação entre produção, consumo, economia e bem-estar.

Em 2008 a SNA e sua Incubadora de Agronegócios, em parceria com o Fundo Multilateral de Investimento (MIF/FUMIN), o International Development Research Centre (IDRC), e o Sebrae/RJ, lançou o projeto OrganicsNet, “Rede Comunitária Para Acesso ao Mercado Pelos Produtores Orgânicos”. Tratava-se de um site que visava divulgar e apoiar projetos em agricultura orgânica. Atualmente a SNA conta com uma diretoria especializada em agricultura orgânica.

No ano de 2009 o advogado Otávio Melo Alvarenga completou 27 anos na presidência da SNA. Uma de suas principais preocupações em todo esse período foi a criação da Justiça Agrária, com o objetivo de dar maior celeridade principalmente aos embates concernentes à posse e propriedade rural, bem como relativos à reforma agrária. Em meados de 2009 o Instituto dos Advogados do Brasil nomeou Otávio Melo Alvarenga presidente de uma comissão de estudos visando preparar a criação da Justiça Agrária no Brasil.

A SNA mantém um portal na internet no endereço: <http://www.sna.agr.br>.

José Maurício Andion Arruti

FONTES: *Lavoura*; POLIANO, L. *Sociedade*.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA (SRB)

Associação civil patronal fundada em São Paulo em 20 de maio de 1919 por Eduardo da Fonseca Cotching. Congregando pecuaristas, cafeicultores e agricultores em geral, tinha como objetivo, conforme expresso no estatuto de 1924, “fomentar o desenvolvimento da pecuária, da agricultura e de todas as indústrias derivadas destas”. Seu órgão oficial de divulgação é a revista mensal *A Rural*, que foi fundada em abril de 1920 com o nome de *Annaes da Sociedade Rural Brasileira* e teve diferentes denominações no decorrer de sua longa história: *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, de 1922 a 1941; *Revista da Sociedade Rural*, de 1941 a 1946; novamente *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, de 1946 a 1955; *A Rural* de 1955 a 1995; *Informativo Rural*, de 1995 a 2009, e a partir de então, novamente *A Rural*.

A estrutura organizacional da SRB foi calcada de início na de sua congênere argentina, a Sociedade Rural Argentina. Apesar do nome, a Sociedade Rural Brasileira recrutava tradicionalmente seus associados especialmente dentro do estado de São Paulo e, sobretudo, entre os grandes proprietários. Antes da Revolução de 1930, a SRB era, de longe, a mais importante associação rural de empregadores de base regional do país, concentrando sua atenção na defesa dos interesses do café, mas promovendo ao mesmo tempo diversas associações especializadas, voltadas para categorias específicas como a dos plantadores de algodão ou de frutas cítricas, a dos criadores de aves domésticas, de coelhos etc.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A leitura das atas da reunião de fundação e da reunião seguinte, de 31 de maio de 1919, que tratou da instalação definitiva da SRB e elegeu a primeira diretoria, revela claramente a composição social da entidade nos seus primeiros tempos. Entre os nomes ligados a tradicionais famílias paulistas que se reuniram para fundar a entidade encontravam-se Antônio Prado, ex-ministro da Agricultura sob o Império e prefeito de São Paulo de 1899 a 1910, Rafael Sampaio Vidal, Carlos Monteiro de Barros, Carlos Botelho, Olavo Egydio de Sousa Aranha, Martiniano Rodrigues Alves, Elói Chaves, J. J. Cardoso de Melo Neto, Guilherme da Fonseca Cotching, Bento de Abreu Sampaio Vidal, Marcolino

Barreto e Júlio de Mesquita Filho. Ao lado deles, observa-se a presença de altos funcionários de empresas frigoríficas, geralmente estrangeiras, e de representantes de indústrias e de firmas cafeeiras. Assim, entre os que assinaram a ata da reunião de fundação encontravam-se cinco diretores do frigorífico Armour, quatro diretores da Leon Israel & Company, um diretor da Continental Products Co., além do próprio cônsul da Inglaterra em São Paulo, A. Crawford White. Já a ata da reunião de 31 de maio contou com as assinaturas, entre outros, de representantes do frigorífico Wilson, da Companhia Cafeeira de São Paulo e da Companhia de Indústrias Têxteis. O setor bancário também possuía representantes, na qualidade de sócios remidos da sociedade, conforme atesta uma relação de 12 bancos anexa à ata. Essa relação incluía tanto bancos nacionais, como o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco Comercial de São Paulo, quanto bancos estrangeiros, como o Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud, o Banco Ítalo-Belga e o London and River Plate Bank.

A primeira diretoria da SRB emergiu de uma dissidência da Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), e era assim constituída: presidente, Eduardo da Silva Prates, conde de Prates; vice-presidente, Rafael Sampaio Vidal; tesoureiro, Eduardo Fonseca Cotching; primeiro-secretário, A. S. Midlan; segundo-secretário, Leopoldo Plaut; diretores de posições, Fernand Ruffier e o coronel Francisco Correia. O conselho fiscal era formado por Carlos Botelho, Arnaldo Cintra e H. Bernss'au.

Definida por Elisa Pereira Reis como “a única associação de interesses eficaz do período, face ao pragmatismo de suas reivindicações e a representatividade de seus quadros dirigentes”, em seus primeiros tempos de existência a SRB constituiu uma organização eminentemente paulista, defendendo principalmente os interesses dos grandes produtores de café e de algodão de São Paulo, e também dos pecuaristas. Alguns pesquisadores, inclusive, analisam a fundação da SRB como uma demonstração de força e de organização dos agricultores paulistas frente à indecisão do governo federal por uma política de defesa permanente dos preços do café. A entidade lutava igualmente por preços mínimos para seus produtos, modernização agrícola, expansão de crédito, facilidades para a exportação e também – nos primeiros anos – para que o governo promovesse a vinda de trabalhadores para desenvolver as atividades agrícolas.

Defensora dos setores mais diretamente vinculados à agricultura de exportação, a

SRB, por suas estratégias e objetivos distintos, iria rivalizar com a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro, rivalidade que iria perdurar por várias décadas. Enquanto a SNA mantinha um forte vínculo com o governo federal, a SRB teria mantido uma relação de proximidade com o governo estadual paulista, sendo um indicativo deste fenômeno sua participação na formação de agrônomos para a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, administrada pelo poder público estadual.

A SRB, partidária do liberalismo agrário, esteve envolvida com os interesses externos, sendo revelador o fato de um de seus fundadores ter sido Arthur Diederichsen, ligado à firma Theodor Wille, uma das principais companhias estrangeiras nos negócios do café. A presença de Diederichsen é apontada como um indicativo de que a fundação da entidade teria sido ocasionada também pela crise do comércio internacional, em decorrência dos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

Colocando seus interesses acima do jogo político, a SRB oscilou entre o apoio e a oposição ao governo estadual, configurando-se num importante canal de comunicação entre este e os cafeicultores paulistas. O jornal *O Estado de S. Paulo* constituiu-se num porta-voz da entidade, inclusive pelo fato de seu presidente, Júlio de Mesquita, pertencer a seus quadros.

Quanto a ações concretas, a SRB, de acordo com Philippe Schmitter, centrou inicialmente seus esforços no estímulo à criação de gado, “provavelmente devido à crise no mercado exportador de carne, registrada após a Primeira Guerra Mundial”. No entanto, em pouco tempo o café se impôs como sua principal preocupação. Em 1920, a entidade — procurando solucionar a crise provocada pela deterioração do preço do café no mercado mundial — pressionou o governo do estado de São Paulo para que este interviesse em defesa do produto. O presidente estadual Washington Luís, não querendo comprometer-se com o ônus de uma política de valorização, transferiu o encargo para o governo federal. A princípio, o presidente da República, Epitácio Pessoa, recusou-se a assumir tal responsabilidade, o que provocou um quase rompimento de São Paulo com a União. Num segundo momento, porém, e seguindo a orientação do conde Alexandre Siciliano, homem da SRB, Epitácio autorizou a compra de mais de quatro milhões de sacas de café pelo Estado, efetuada mediante um empréstimo de nove milhões de libras contraído na Inglaterra em fevereiro de 1921. Desse modo foi garantida a renda dos cafeicultores.

Conservadora em questões sociais, a sociedade se insurgiu em fevereiro de 1921 contra a regulamentação do trabalho agrícola elaborada pelo Bureau International du Travail, órgão da Liga das Nações, considerando-a “intempestiva” e “indébita”.

Em 1924, primeiro nas regiões cafeeiras de Campinas e depois nas do conjunto do estado, irrompeu com força uma praga conhecida por “broca do café”, que ameaçou seriamente os negócios do setor. Personalidades influentes de Campinas, como Otaviano Alves de Lima Jr., discursaram sobre a questão na SRB, que, assim como a SPA e a Liga Agrícola Brasileira (LAB), chegou a recomendar a supressão da colheita de café daquele ano, como forma de exterminar a praga. No mês de junho, a entidade convocou uma reunião no Clube Campineiro, sob a presidência de Júlio de Mesquita. Algumas atitudes do governo estadual foram bastante criticadas, como a suspensão do embarque de café proveniente das zonas afetadas pela praga.

Ainda em 1924 foi criada pelo governo paulista a Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira. Ao mesmo tempo, formou-se outra comissão, composta principalmente por integrantes da SRB, entre os quais Carlos Botelho, Bento de Abreu Sampaio e Júlio de Mesquita. O relacionamento entre as duas comissões foi marcado por algumas divergências, o que indicava a complexidade das relações entre o setor cafeeiro e os pesquisadores da administração estadual.

A SRB tem também a seu crédito a iniciativa da criação, em 1925, do Instituto do Café do Estado de São Paulo, órgão ligado à administração estadual. Schmitter afirma que os cargos de direção do instituto, bem como da Secretaria de Agricultura do estado, foram, em sua maioria, ocupados por membros da SRB durante boa parte da década de 1920. Em 1927 a SRB apoiou a criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal (atual Instituto Biológico), surgido naquele ano como resultado dos trabalhos da Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira.

Defensora do livre-cambismo no plano econômico, em junho de 1928 a SRB acusou o recém-criado Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), formado por industriais egressos da Associação Comercial de São Paulo, de defender posições “ultraprotecionistas”, prejudiciais aos interesses da agricultura.

Quanto ao quadro político-partidário, um número considerável de dirigentes da SRB alinhava-se ao Partido Democrático (PD), agremiação surgida em 1926 como uma

dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP). O jornal oficial do PD, *Diário Nacional*, dava grande cobertura às reuniões da sociedade, prodigalizando elogios a todas as suas atividades. No final da década de 1920 e no início da de 1930, o diretório central do PD contou com a presença de destacados líderes da SRB, como Paulo de Moraes Barros, que presidiu a entidade no biênio 1921-1922, Henrique de Sousa Queirós, presidente em 1925-1926 e 1931-1932, L. V. Figueira de Melo, presidente em 1927-1928, e mais tarde em 1941-1942, além de Joaquim Sampaio Vidal, um dos mais destacados dirigentes da instituição.

NO PERÍODO PÓS-1930

Nos primeiros momentos após a vitória da Revolução de 1930, a SRB – assim como o PD – inicialmente se mostrou simpática ao novo governo chefiado por Getúlio Vargas. Rapidamente, porém, as relações entre a entidade e o novo governo se deterioraram, e a SRB passou também a enfrentar a rivalidade de outra organização de classe concorrente, a Comissão de Organização da Lavoura, depois Federação das Associações de Lavradores de São Paulo. Depois de apoiar o fracassado levante paulista de 1932 contra o governo Vargas, as tensões com o governo foram progressivamente diminuindo de intensidade.

Durante a década de 1940, a SRB participou de duas importantes conferências, reunindo empresários de vários setores: a I Conferência Nacional das Classes Produtoras (I Conclap), realizada em Teresópolis (RJ) em 1945, e a II Conferência Nacional das Classes Produtoras (II Conclap), em Araxá (MG), em 1949. Os dois conclaves representaram uma tentativa de maior participação do empresariado na elaboração das políticas governamentais e de afirmação do primado da iniciativa privada na economia brasileira.

Na década de 1950, a relação entre a SRB e o governo voltou a esfriar durante o segundo governo Vargas (1951-1954). A entidade reagiu às iniciativas governamentais no sentido de promover a reforma agrária, introduzir leis trabalhistas no campo e organizar sindicatos rurais, opondo-se também à criação do Serviço Social Rural (SSR) — órgão que tinha por finalidade fornecer serviços sociais e assistência técnica ao homem do campo — proposta por Vargas e aprovada na presidência de João Café Filho (1954-1955). Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), continuou a haver divergências entre a sociedade e o governo, embora com menos intensidade.

Nos anos 1960, frente às crescentes manifestações pela reforma agrária, a entidade reiterou sua posição conservadora em relação à questão, concebendo a melhora social no campo sob a ótica de uma efetiva assistência do governo ao setor rural e opondo-se ao fracionamento das grandes propriedades. Combateu o projeto do governo de João Goulart (1961-1964) de estender os direitos trabalhistas ao campo – que culminou com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 – e também criticou o Estatuto da Terra, instituído em 1964 pelo governo militar, cuja instauração, em abril daquele ano, foi por ela firmemente aplaudida – a SRB foi uma das organizadoras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo em março de 1964.

O incentivo à agricultura entrou na pauta da entidade nos anos 1970. Entre outras reivindicações às autoridades, a SRB solicitou a isenção da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) sobre máquinas, AA disponibilidade de créditos e outros estímulos às atividades rurais.

Na década de 1980, marcada por um acelerado processo de urbanização e pela transferência de renda do campo para a cidade, a SRB novamente manifestou-se contrariamente às propostas de reforma agrária, rejeitando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado pelo governo de José Sarney (1985-1990). Chegou mesmo a apresentar um plano alternativo, enfatizando o arrendamento como forma de acesso à terra pelo camponês. Nos anos seguintes, opôs-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1988, por ocasião das discussões finais da nova Constituição federal na Assembléia Nacional Constituinte, a entidade formou a Frente Parlamentar da Agropecuária, defendendo a função econômica da terra.

Nos anos 1990, a SRB foi uma das primeiras a manifestar apoio ao Plano Real, instituído em 1994 pelo governo de Itamar Franco (1992-1995). Foi também favorável à criação, em 1995, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que visava à integração econômica, num primeiro momento, do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Nesse decênio, a SRB consolidou seu papel como difusora de tecnologias para o produtor mediante a organização de grandes feiras agrícolas. Nos últimos anos da década, a entidade se viu às voltas com discussões sobre a questão da terra, diante do recrudescimento dos movimentos sociais.

Sergio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati

FONTES: BORGES, D. *Getúlio*; CAMARGO, A. *Questão*; DULLES, J. *Unrest*; FAUSTO, B. *Revolução*; GOMES, A. *Revolução*; MOTTA, M. *Dicionário*; MAGALHÃES, G. *Sociedade*; MENDONÇA, S. *Ruralismo*; REIS, E. *Agrarian*; RIBEIRO, V. *Voz; Rural*; SCHMITER, P. *Interest*; SILVA, A. *Ciência*; SOC. RUR. BRAS. Disponível em: <<http://www.srb.org.br/>>. Acesso em: 29/6/2010; SOC. RUR. BRAS. *Estatutos*; SOUSA, J. *Encic*; VÍTOR, M. *Cinco*; ZIOLI, M. *Política*.

SÓCRATES, Eduardo Artur

*militar; dep. fed. GO 1906-1911.

Eduardo Artur Sócrates foi eleito deputado federal pelo estado de Goiás para as legislaturas de 1906 a 1908 e de 1909 a 1911. Militar de carreira, foi comandante da Escola Militar do Realengo de novembro de 1917 a maio de 1919, quando ocupava o posto de general de brigada.

Casou-se com Vitoriana Alves de Castro.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SODRÉ, Antônio Cândido

*dep. fed. RS 1897-1900.

Antônio Cândido de Azevedo Sodré nasceu em Maricá (RJ), filho do capitão José Paulo de Azevedo Sodré e de Cândida de Azevedo Sodré.

Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império. Depois de formado, tornou-se diretor de Obras Públicas no estado de São Paulo. Após alguns anos, mudou-se para o Rio Grande do Sul para assumir a direção da estrada de ferro que ligava Porto Alegre a Uruguaiana.

Nesse estado, iniciou sua trajetória política, filiando-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, em cuja legenda foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em janeiro de 1897. Assumindo, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, foi reeleito em janeiro de 1900, mas, cerca de um mês após o início da legislatura, faleceu no Rio de Janeiro em 17 de junho desse ano.

Era casado com Helenita Ferreira Porto. Seu filho, Alcindo de Azevedo Sodré, foi jornalista, historiador, idealizador e primeiro diretor do Museu Imperial de Petrópolis, vereador e prefeito interino dessa cidade nos anos de 1923, 1939 e 1945.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G.; ARAÚJO, V. *Parlamentares*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* ; Mundia, Disponível em: <<http://www.mundia.com/br/Person/27181860/2009087946>>. Acesso em: 17/1/2012; Registro de casamento da Catedral(livro 10, p.11). Disponível no Arquivo Público de Porto Alegre.

SODRÉ, Azevedo

* pref. DF 1916-1917; dep. fed. RJ 1918-1923.

Antônio Augusto Azevedo Sodré nasceu em Maricá (RJ) no dia 13 de dezembro de 1864, filho de José Paulo de Azevedo Sodré e de Cândida Ribeiro de Almeida Sodré.

Estudou no Liceu Conde d'Eu, em Nova Friburgo (RJ), e em 1880 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império. De 1883 a 1885 foi interno da cadeira de clínica médica e em 1885 tornou-se presidente do Grêmio dos Internos dos Hospitais. Formou-se em 1885 e no ano seguinte passou a trabalhar no Hospital da Beneficência Portuguesa. Em 1887 tornou-se médico-adjunto do Hospital da Misericórdia, preparador da cadeira de terapêutica da Faculdade de Medicina, e foi um dos fundadores, além de redator-chefe, de *O Brasil-Médico*, revista semanal de medicina e cirurgia. Entre 1887 e 1888 foi secretário geral dos I e II Congressos Brasileiros de Medicina e Cirurgia, e em 1888 foi aprovado em concurso para professor adjunto da faculdade onde estudara. Em 1891 foi professor substituto da 4ª Seção da Faculdade de Medicina, e no ano seguinte assumiu o posto de secretário do Instituto Sanitário Federal. Em 1893 tornou-se vice-presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e em 1894 conquistou a cátedra de patologia interna da Faculdade de Medicina, além de assumir a chefia da Comissão Sanitária Federal, incumbida de combater a epidemia de cólera no vale do Paraíba fluminense. Em 1895 tornou-se professor de medicina pública da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e no ano seguinte fundou a Companhia de Seguros de Vida Equitativa dos Estados Unidos do Brasil, da qual também era diretor médico. Em 1898 tornou-se médico efetivo do Hospital da Misericórdia e membro titular da Academia Nacional de Medicina, fundada em junho de 1829 com o objetivo de contribuir para o estudo, a discussão e o desenvolvimento das práticas da medicina, cirurgia, saúde pública e ciências afins, além de servir como órgão de consulta do governo brasileiro sobre questões de saúde e de educação médica.

Em 1902 foi comissionado pelo governo brasileiro para estudar a organização do ensino superior na Europa e, no ano seguinte, foi encarregado de formular um plano para a reorganização do ensino universitário. Em 1904, foi um dos representantes brasileiros no II Congresso Médico Latino-Americano, realizado em Buenos Aires. A realização de

congressos médicos latino-americanos foi uma iniciativa de grupos médicos que atuavam nos serviços públicos, nas faculdades e sociedades médicas, o que indicava a organização do setor médico e a interação entre os cientistas latino-americanos ligados à medicina. Nesses congressos também era constante a presença de autoridades e expoentes da alta sociedade, o que demonstrava o prestígio social de que a medicina gozava naquele período. O II Congresso Médico Latino-Americano contou com a presença de 121 médicos brasileiros e 27 trabalhos inscritos.

Foi também foi delegado do governo brasileiro, juntamente com o médico sanitarista Osvaldo Cruz, na negociação de um convênio sanitário com a Argentina, Paraguai e Uruguai em 1905. Ainda nesse ano, assumiu a presidência da Academia Nacional de Medicina, cargo no qual permaneceu até 1907. Em 1908, presidiu o IV Congresso Médico Latino-Americano, realizado no Rio de Janeiro. Em 1911, foi eleito diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, posto que ocupou até 1912. Já em 1915, tornou-se diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal, durante a administração do prefeito Rivadávia Correia (1914-1916).

Na sucessão deste último, foi nomeado pelo presidente da República Venceslau Brás (1914-1918) prefeito do Distrito Federal. Tomou posse em 6 de maio de 1916 e, além de dar prosseguimento às obras iniciadas pelo antecessor, foi o responsável pela regularização das feiras livres, através do Decreto nº 1.126, de 20 de novembro de 1916. Dedicou especial atenção ao setor de instrução pública, com destaque para a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios, e diante da precária situação financeira da prefeitura, que não tinha verba suficiente para saldar suas dívidas com fornecedores e empreiteiros, solicitou ao Conselho Municipal autorização para contrair um vultoso empréstimo no exterior. Além disso, foi o primeiro prefeito a sondar a possibilidade de estabelecimento de um imposto único, com o objetivo de aprimorar o sistema tributário municipal, o que acabou não sendo efetivado. Restabeleceu a antiga denominação da rua do Ouvidor, nome tradicional da rua do Centro do Rio que havia sido mudado em homenagem ao coronel Moreira César, e, por fim, coube-lhe inaugurar a avenida Niemeyer em dezembro de 1916, ligando o bairro do Leblon ao de São Conrado. Sua gestão se estendeu até 15 de janeiro de 1917, quando cedeu o lugar ao sucessor Amaro Cavalcanti.

Em 1918, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em 3 de maio e, reeleito para a legislatura seguinte, exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1923. Na Câmara, integrou as Comissões de Saúde Pública e Instrução. Foi filiado ao Partido Republicano Fluminense (PRF), criado em 1888 e cujo principal representante foi Nilo Peçanha.

Faleceu em 1º de fevereiro de 1929, em Petrópolis (RJ).

Foi casado com Luzia Sales de Azevedo Sodré.

Entre muitos outros livros e artigos sobre política sanitária, educação e enfermidades em geral, com destaque para a febre amarela, acerca da qual era considerado um dos maiores especialistas brasileiros, escreveu, juntamente com Miguel Couto, o capítulo “Febre amarela” para o *Tratado de medicina austríaca* (1891); os artigos “Disenteria” e “Beri-beri” para a enciclopédia *Twentieth Century Practice of Medicine* (1893, 20 vol.); *Discursos sobre o Convênio Sanitário* (1899); *Convênio Sanitário* (1900); *Convênio Sanitário Internacional* (1904); *Saneamento do Brasil* (1918); o artigo “Fièvre jaune” para o *Nouveau Traité de Medicine* (1920); *Trabalhos parlamentares* (1920-1925, 3 vol.), e *O problema da educação nacional* (1926). Foi escolhido patrono da cadeira nº 31 da Academia Nacional de Medicina.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ACAD. NAC. MED. Disponível em: <<http://www.anm.org.br>>; ASSEMB. LEGISL. RJ. *Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense*. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia>>; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FIOCRUZ. *Biblioteca Virtual em Saúde Adolpho Lutz*. Disponível em: <<http://homolog.bvsalut.coc.fiocruz.br/html/correspondencia/azevedo.htm>>; GIFFONI, O. C. *Dicionário*; REIS, J. *Rio*; SOC. MED. CIR. RJ. Disponível em: <<http://www.smcrj.org.br>>; SOUSA, J. *Índice*; VELHO SOBRINHO, J. *Diccionario*.

SODRÉ, Constante Gomes

*pres. ES 1890 e 1897-1898.

Constante Gomes Sodré nasceu em São Mateus (ES) no dia 22 de dezembro de 1850, filho de José Gomes Sodré e de Rosa Gomes da Cunha Sodré. Pertenciam ambos a famílias das mais antigas da oligarquia mateense – Gomes e Cunha – ligadas entre si por numerosos casamentos. Rosa era irmã de Antônio Rodrigues da Cunha, barão de Aimorés. Em 1867 frequentou a Escola de Marinha no Rio de Janeiro e no ano seguinte foi promovido a guarda-marinha, posto no qual visitou a África em 1870, passando depois por Montevideú. Ainda como guarda-marinha contribuiu em sua província natal para a edificação de faróis.

Republicano da época da propaganda do regime, após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889 participou do congresso realizado em maio de 1890 no Espírito Santo, no qual se pretendia reunir os clubes republicanos, ainda desprovidos de uma organização partidária, e as lideranças dos antigos partidos da monarquia, com o objetivo de criar uma agremiação forte, capaz de dirigir a política capixaba. O resultado do congresso não foi, porém, o almejado. Os republicanos se dividiram, e os líderes de Cachoeiro de Itapemirim, Bernardo Horta e Antônio Gomes Aguirre, dois dos mais importantes republicanos históricos, não foram escolhidos para o diretório e não se integraram ao novo partido. Constante Sodré fazia parte da facção vitoriosa e foi eleito, como representante do norte do estado, para o diretório. Como havia sido acertado entre os republicanos que os vice-governadores do estado deveriam ser membros do diretório do partido, os líderes de Cachoeiro renunciaram aos cargos de vice-governador que até então exerciam. Foram nomeados, então, novos vice-governadores: Joaquim Pinheiro, Henrique Coutinho e Constante Sodré, respectivamente primeiro, segundo e terceiro vices.

Esse Partido Republicano não se firmou; em julho seguinte seus membros uniram-se à corrente liberal liderada por José de Melo Carvalho Muniz Freire e a um grupo conservador e formaram o Partido Republicano Construtor (PRC), cujo diretório central, presidido por

Muniz Freire, incluía Constante Sodré. O partido dava total apoio ao governo estadual.

A 9 de setembro de 1890, o governador Afonso Cláudio licenciou-se do cargo por motivo de saúde, e Constante Sodré o substituiu até 20 de novembro, quando o titular renunciou ao mandato. Nesse momento Henrique Coutinho assumiu a administração do estado, para a qual foi posteriormente nomeado pelo governo federal. Nos poucos meses em que respondeu pelo governo, período de intensa luta política, Constante Sodré deu continuidade à gestão anterior. Também adotou a Constituição provisória colocada em vigor por Afonso Cláudio e convocou a eleição para a Constituinte.

Em 1896, ao se encerrar o governo de Muniz Freire (1892-1896), Constante Sodré foi eleito vice-presidente do estado, enquanto Graciano Santos Neves foi escolhido primeiro mandatário capixaba. Repetiu-se então o que ocorrera em 1890. Graciano licenciou-se a 22 de agosto de 1897 e não reassumiu o governo, apresentando sua renúncia. Constante Sodré, agora primeiro vice-presidente, o substituiu a 23 de setembro seguinte. Enfrentou, porém, uma situação difícil. O PRC, partido ao qual pertencia, passava por uma crise interna desde a formação da chapa de candidatos à eleição federal no final do ano anterior, agravada pela renúncia de Graciano Neves devido a conflito entre ele e o diretório. E isso acontecia quando a grande liderança do partido, Muniz Freire, se encontrava na França em missão oficial. No plano federal, desencadeava-se acirrada luta política contra o governo de Prudente de Moraes (1894-1898), e as lideranças regionais contrárias ao PRC uniram-se a esses oposicionistas e se fortaleceram no estado, com a adesão dos dissidentes provenientes da crise interna do partido.

Na economia, as dificuldades vinham da crise do café, iniciada em 1896, que provocara a queda da receita estadual e a desvalorização da moeda brasileira, o que tornava mais pesado o pagamento da dívida externa. Havia sido tomadas sérias medidas para a redução dos gastos, mas, ainda assim, o governo lançara mão do fundo reservado para a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, o grande projeto do governo estadual desde Muniz Freire. Sodré continuou a política de redução drástica de despesas, que incluiu a supressão de 17 escolas, mas contratou a navegação a vapor dos rios Doce e São Mateus (Cricaré),

para o que emitiu apólices do Tesouro estadual. E quando Muniz Freire voltou ao Brasil em razão da crise política, encarregou-o de obter um empréstimo bancário, destinado a manter a construção da Ferrovia Sul do Espírito Santo.

Como a renúncia de Graciano Neves se deu antes de completada a metade do mandato, era preciso realizar a eleição de seu sucessor, o que ocorreu a 30 de novembro de 1897, sendo eleito José Marcelino Pessoa de Vasconcelos, cuja posse se deu no dia 6 de janeiro de 1898. Concluía-se assim o governo de Constante Sodré. Ele ocuparia outras vezes a vice-presidência do estado: no segundo mandato de Muniz Freire (1900-1904), quando foi eleito primeiro vice-presidente, e no governo de Henrique Coutinho (1904-1908), quando foi segundo vice-presidente. Foi sempre ligado a Muniz Freire, mas tinha bom trânsito entre as diferentes correntes do partido.

Em 1908, quando Jerônimo Monteiro dissolveu o PRC, substituindo-o pelo Partido Republicano do Espírito Santo (PRES), Sodré, no princípio em oposição a Jerônimo, acabou participando da ampla composição política que se formou. Porém, já em 1912, uniu-se aos opositores à candidatura governista de Marcondes Alves de Sousa para presidente do estado e fez parte de uma comissão que foi enviada ao presidente da República, Hermes da Fonseca, e aos dirigentes do Partido Conservador (de Pinheiro Machado), levando um manifesto contra aquela candidatura. A sucessão provocou muita agitação no estado, mas o governo saiu vitorioso. Na época, tanto a liderança de Muniz Freire quanto a influência de São Mateus haviam declinado. Constante Sodré não ocupou outro cargo eletivo, e aquele município não teve mais representantes no Legislativo e no Executivo do estado.

Constante Sodré possuía fazenda em terras mateenses. Casou-se com Ana Barbosa, e o casal não teve descendência. Faleceu em 29 de setembro de 1921.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: *Cachoeirano* (1912); *Comércio do Espírito Santo* (1908); *Estado do Espírito Santo* (1890-1891, 1896-1898); *Jornal Oficial* (1905-1907); MORAES, P. *Dicionário*; PEREIRA, A. *Homens*; RUSSO, M. *Cultura*; VASCONCELOS, J. *Governos*.

SODRÉ, Feliciano

*militar; pres. RJ 1923-1927; sen. RJ 1928-1930.

Feliciano Pires de Abreu Sodré Júnior nasceu em Macaé (RJ) no dia 30 de setembro de 1881, filho de Feliciano Pires Abreu Sodré e de Carolina Alves de Abreu Sodré.

Ingressou no Exército como voluntário quando se alistou nas forças federais que combatiam na Guerra de Canudos, rebelião popular de cunho messiânico liderada por Antônio Conselheiro iniciada no sertão baiano em novembro de 1896. Durante o conflito, lutou no batalhão liderado por Cláudio do Amaral Savaget, antigo integrante da junta governativa da Paraíba (1891-1892). Foi ferido nos combates no sertão baiano e teve que retornar ao estado natal. Matriculou-se a seguir na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde fez os cursos de estado-maior e engenharia e bacharelou-se em matemática e ciências físicas, em 1907. Permaneceria no Exército por vários anos, chegando a tenente-coronel em 1926.

Iniciou-se na política com a ajuda do então ministro da Guerra Hermes da Fonseca (1906-1909), que o encarregou, como tenente-engenheiro, da construção do forte da cidade de Macaé, que seria inaugurado em 1910. Com esse trabalho, construiu uma base política no município e, em dezembro de 1909, foi eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano Fluminense (PRF) para a legislatura que se iniciaria no ano seguinte. Sua eleição foi apoiada por Oliveira Botelho, então deputado federal (1907-1910), importante aliado do então presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910) e candidato à presidência do estado do Rio na sucessão de Alfredo Backer (1906-1910). Mesmo ligado a Oliveira Botelho, e apesar de mostrar-se opositor de Alfredo Backer, principalmente após o rompimento deste com Nilo Peçanha, não era identificado como nilista. Em março de 1910, mesmo antes de assumir sua cadeira na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), apoiou a eleição de Hermes da Fonseca para a presidência da República (1910-1914).

Em julho de 1910, assumiu sua cadeira na ALERJ e manteve-se ao lado de Oliveira

Botelho nas divergências envolvendo a eleição deste para a presidência estadual. Na ocasião se enfrentaram dois grupos de parlamentares: um ligado a Alfredo Backer, defensor da candidatura de Manuel Edwiges Queirós Viana, e outro ligado a Nilo Peçanha e a seu candidato Oliveira Botelho. O antagonismo entre as duas facções culminou com a divisão da Assembleia Legislativa em duas, tendo cada qual proclamado a eleição de seu candidato no dia 10 de julho de 1910. Em consequência dessa divisão, nos dias seguintes às eleições os dois grupos acabaram deixando a capital do estado e retirando-se para Petrópolis. Prevendo a interferência do governo da União, o grupo fiel a Backer conseguiu um *habeas corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconhecia sua legitimidade como assembleia. Não obstante, o governo federal enviou tropas às repartições públicas, ao palácio do governo e à própria Assembleia, e o Congresso passou a debater a intervenção federal, terminando por autorizá-la. O impasse permanecia, e quando Hermes da Fonseca assumiu a presidência da República (15/11/1910) encontrou o chamado “Caso Fluminense” nessa situação. Backer abandonou o palácio do governo no final de dezembro, e o grupo que o apoiava deu posse ao candidato que elegera, Manuel Edwiges. No entanto, o governo federal interveio, e a posse de Edwiges, realizada fora da Assembleia, foi tornada sem efeito, sendo empossado o candidato Oliveira Botelho, simpático a Hermes da Fonseca, no dia 31 de dezembro de 1910.

Em 1911 Feliciano Sodré renunciou a seu mandato de deputado estadual para assumir a prefeitura de Niterói por nomeação de Oliveira Botelho e por indicação de Pinheiro Machado, senador gaúcho (1890-1915) e um dos principais nomes da política nacional. A partir desse momento, sua ligação com Oliveira Botelho foi fortalecida, levando-os a permanecer aliados em suas trajetórias políticas. Sua administração em Niterói, entre janeiro de 1911 e março de 1914, foi marcada pela tentativa de remodelação da cidade, com a construção de vilas operárias e novas vias, além de melhorias no serviço de água e saneamento urbano. Essas obras foram apoiadas pelo governo estadual, o que gerou críticas por parte da imprensa.

Na política, Sodré passou a integrar o Partido Republicano Conservador Fluminense

(PRCF), agremiação criada em fevereiro de 1911 a partir da fusão do PRF com o Partido Republicano Conservador (PRC), fundado por Pinheiro Machado uma semana antes da posse de Hermes da Fonseca na presidência da República com o objetivo de promover a união das oligarquias dominantes e dos militares em uma agremiação nacional que apoiaria o novo governo. Com essa mudança, a sigla PRF ficou sendo utilizada pela oposição.

Em 1914, Sodré candidatou-se à presidência do estado do Rio de Janeiro, apoiado por Oliveira Botelho, Hermes da Fonseca e Pinheiro Machado. Com esse apoio, Oliveira Botelho, cada vez mais ligado a Hermes e a Pinheiro Machado no âmbito federal, rompeu com Nilo Peçanha, que não concordou com a candidatura defendida pelo governo estadual, nem com a interferência federal na política fluminense. Nilo Peçanha candidatou-se ele próprio à presidência do estado, e o grupo nilista voltou a usar a sigla do PRF para sua candidatura.

Durante a campanha eleitoral, Nilo Peçanha percorreu todo o estado promovendo comícios e teve como aliado o jornal carioca *Correio da Manhã*, dirigido por Edmundo Bittencourt. Enquanto Feliciano Sodré também viajava procurando apoio das lideranças estaduais, Oliveira Botelho convocou a ALERJ para uma sessão extraordinária, na qual pretendia derrubar a mesa diretora da casa, composta por políticos nilistas. Diante da ameaça, a oposição solicitou um *habeas corpus* preventivo junto ao STF, que, ao ser concedido em 6 de junho de 1914, provocou a divisão da Assembleia em dois grupos: um apoiado pelo STF e outro pelos governos estadual e federal. Enquanto o primeiro buscava continuar a atividade legislativa, o segundo recusava-se a participar. No dia 21 do mesmo mês, quando os nilistas conseguiram um quórum de 23 deputados para formar a sessão, os botelhistas reuniram-se em local diferente, formando-se duas assembleias legislativas, a exemplo do que ocorrera nas eleições estaduais de 1910.

Depois do pleito de 12 de julho de 1914, os dois grupos se declararam vencedores e foram reconhecidos pelas respectivas assembleias. Em outubro, ainda como presidente da República, Hermes da Fonseca enviou mensagem à Câmara dos Deputados criticando a decisão do STF na disputa eleitoral fluminense. Tal fato foi encarado como uma tentativa

do presidente, apoiado por Pinheiro Machado, de intervir no estado do Rio de Janeiro. No entanto, como Hermes da Fonseca estava nos últimos dias de seu governo – que terminaria em 15 de novembro –, a Câmara não aprovou a intervenção. Em 16 de dezembro, o STF homologou outro *habeas corpus* garantindo a eleição de Nilo Peçanha para seu segundo mandato como presidente do estado do Rio (1914-1917). A contenda só foi resolvida quando o recém-empossado presidente da República, Venceslau Brás (1914-1918), assegurou a posse de Nilo Peçanha e colocou tropas à disposição do juiz federal do estado. O presidente adotou tal medida em respeito à posição do STF e devido à reaproximação política entre ele e o novo presidente fluminense que, mesmo sem ter apoiado seu nome como candidato à presidência da República, nunca se mostrara seu opositor. Segundo Mônica Kornis, “o apoio de Venceslau certamente expressava o reconhecimento do prestígio político de Nilo, mas também é possível que tenha pesado na decisão presidencial a rearticulação política do eixo Minas-São Paulo, que tinha como um dos seus objetivos o enfraquecimento de Pinheiro Machado, o grande sustentáculo de Feliciano Sodré e do antinilismo”.

Depois dessa derrota, Feliciano Sodré continuou na política fluminense, atuando ao lado de Oliveira Botelho na oposição ao segundo governo estadual de Nilo Peçanha e aos governos nilistas de Francisco Guimarães (1917), Agnelo Gerard Collet (1917-1918) e Raul Veiga (1918-1922). Em 1919 a oposição ao nilismo fortaleceu-se após a vitória de Epitácio Pessoa (1919-1922) no pleito presidencial. Como Nilo Peçanha apoiou o candidato derrotado Rui Barbosa, a oposição estadual ganhou mais espaço político e teve mais força e recursos eleitorais, liderada, principalmente, por Feliciano Sodré e Oliveira Botelho. Em março de 1922, o nilismo sofreu mais um forte abalo, com a derrota de Nilo Peçanha na eleição para a presidência da República na chapa da Reação Republicana, e a vitória de Artur Bernardes (1922-1926). Depois dos sucessivos reveses na esfera federal, o nilismo entrou em derrocada.

Com essa nova conjuntura, ainda em 1922 Feliciano Sodré concorreu novamente à presidência do estado apoiado por Oliveira Botelho, contra o candidato nilista Raul

Fernandes. Foi candidato na legenda do PRF, já que esse partido abrigava a oposição ao nilismo desde 1920, quando Nilo Peçanha e seus aliados passaram a utilizar a sigla do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ). Em sua plataforma de governo, destacaram-se as críticas às práticas políticas nilistas, as propostas de moralização dos processos eleitorais, e as promessas de melhoria dos transportes, da educação e do crédito rural. Além disso, propunha uma nova alternativa econômica para o estado, com o investimento em atividades ligadas ao desenvolvimento industrial e urbano, visando a conter o êxodo da população urbana fluminense.

O pleito realizado em 9 de julho de 1922 foi marcado pelo estado de sítio decretado no estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal devido à revolta irrompida em 5 de julho na Vila Militar, na Escola Militar do Realengo e no Forte de Copacabana. O movimento, que envolveu também a guarnição de Mato Grosso e iniciou o ciclo das revoltas tenentistas da década de 1920, foi deflagrado em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca.

Realizada a apuração da eleição fluminense, ambas as chapas concorrentes, alegando fraude na contagem de votos do oponente, proclamaram eleitos os seus candidatos. A oposição nilista, derrotada no pleito, pretendia comparecer à seção de reconhecimento e rebelar-se contra a diplomação dos novos parlamentares. Tentando evitar essa manifestação, no dia 17 as forças situacionistas colocaram tropas da polícia no prédio da ALERJ, para impedir o ingresso de seus opositores. Diante disso, estes ocuparam o prédio da Câmara Municipal de Niterói e formaram outra Assembleia, declarando-se o verdadeiro Poder Legislativo estadual.

Já que o reconhecimento do presidente do estado era da competência da Assembleia, a dualidade de assembleias ensejou a dualidade de governos. Os nilistas temiam que o novo presidente Artur Bernardes decretasse a intervenção federal no estado do Rio e por isso apresentaram ao STF um pedido de *habeas-corpus* que assegurasse a posse de seu candidato. Atendido o pedido, Raul Fernandes foi investido na presidência do estado,

recebendo o cargo de Raul Veiga, no dia 31 de dezembro de 1922. Entretanto, Feliciano Sodré também foi empossado por “sua” assembleia no mesmo dia. Logo depois, com a cobertura do governo federal, os partidários de Feliciano Sodré depuseram prefeitos adversários e fecharam câmaras municipais sob o controle dos nilistas. Enquanto isso acontecia, a Polícia Militar se recolheu aos quartéis, declarando só acatar ordens do governo central. Alegando a duplicidade de poderes no Rio de Janeiro, Artur Bernardes decretou a intervenção federal no estado e entregou o Executivo fluminense a Aurelino Leal em 10 de janeiro de 1923. O interventor anulou as eleições e marcou outras para meses depois.

Feliciano Sodré angariou o apoio do interventor e foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro em 28 de outubro de 1923. Nesse pleito, os nilistas não apresentaram candidatos ao Executivo nem ao Legislativo estadual. Durante seu governo, Feliciano Sodré procurou estabelecer suas próprias bases políticas, buscando o apoio dos grandes estados do país, através da adesão à política de defesa do café. Seu governo foi também marcado pela tentativa de dar mais autonomia ao estado do Rio em relação ao Distrito Federal, que possuía maior preponderância econômica. Sua principal estratégia foi a construção do porto e a criação da alfândega em Niterói, obras que mesmo com todo o empenho do governo não entraram em funcionamento efetivo durante a Primeira República.

Nas eleições federais de 1924, Feliciano Sodré apoiou a eleição de toda a chapa do PRF, enquanto o PRRJ não conseguiu eleger nenhum candidato. Em 1926 apoiou a candidatura de Washington Luís à presidência da República (1926-1930) e lançou, para a sucessão estadual, Manuel Duarte, deputado federal desde 1924. A eleição de seu candidato teve apoio de parte dos nilistas, chamados nesse momento de “nilistas acordistas” e que se autodesignaram “membros dissidentes do PRRJ”. Os termos do acordo entre as duas facções previam o apoio mútuo nas eleições de 1927: enquanto os nilistas apoiariam o candidato de Feliciano Sodré nas eleições para o Executivo estadual, o PRF garantiria a representação da oposição nas eleições para os Legislativos federal e estadual. Com esse acordo, parte dos nilistas voltou a ocupar cargos públicos.

Com o apoio dos nilistas, Manuel Duarte foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro no pleito de abril de 1927. Depois de transmitir o cargo, Feliciano Sodré foi eleito senador na vaga aberta com a renúncia de Manuel Duarte, que se elegera senador em fevereiro de 1927 para fortalecer ainda mais seu nome na disputa estadual. Em maio de 1928 Sodré assumiu sua cadeira no Senado, onde fez parte da Comissão de Diplomacia, Tratados e Legislação. Em outubro de 1930 perdeu o mandato em decorrência da vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Em 1934 surgiram disputas pela direção do PRF relacionadas à eleição da comissão executiva e à formulação de um novo programa partidário. Nesse embate, o grupo liderado por Oliveira Botelho se sobrepôs ao liderado por Manuel Duarte, que depois dessa derrota interna desligou-se do PRF e fundou no mês de maio o Partido Evolucionista do Rio de Janeiro. Nessa nova reformulação, Feliciano Sodré, que até então estava afastado do PRF, foi convidado a liderar o partido, fato confirmado na eleição da nova comissão executiva, em agosto de 1934, da qual passou a fazer parte ao lado de Oliveira Botelho, José de Moraes, Thiers Cardoso, Horácio Magalhães, Arnaldo Tavares, Sílvio Rangel, Jaime de Barros, Godofredo Pinto, Mendes Anta e Norival de Freitas. Sob sua liderança, nas eleições de outubro de 1934 para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Constituinte estadual o PRF não conseguiu eleger nenhum deputado federal e elegeu apenas um deputado estadual, Arnaldo Tavares.

Faleceu na cidade de Niterói em 26 de agosto de 1944.

Foi casado com Maria Hortência Vilanova Machado de Abreu Sodré, com quem teve quatro filhos.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. Disponível em:
<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia/gov88975/feliciano_sodre.html>.Acess

o em: 17/3/2011; BELOCH, I; ABREU, A. *Dicionário*; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 17/3/2011; FERREIRA, M. *Busca*; FERREIRA, M. *República*; KORNIS, M. *Enfrentamento*; LACOMBE, L. *Chefes*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; RAHAL, A. *Centenário*.

SODRÉ, Lauro

*militar; const. 1891; dep. fed. PA 1891; gov. PA 1891-1897; sen. PA 1897-1902; cand. pres. Rep. 1898; sen. DF 1903-1912; sen. PA 1912-1917; gov. PA 1917-1921; sen. PA 1921-1929.

Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém do Pará no dia 17 de outubro de 1858, filho de Antônio Fernandes Sodré e Silva e de Ana Check Nina Sodré e Silva.

Fez os primeiros estudos no Liceu Paraense e em 1876 ingressou como cadete na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Foi discípulo do ilustre republicano Benjamin Constant, o que certamente o influenciou, bem como aos demais alunos da Praia Vermelha, a abraçar a causa republicana e a doutrina positivista de Augusto Comte, ainda que em seus escritos não apareçam referências a professores ou políticos que o tivessem convertido ao republicanismo. As referências nesse sentido levam sempre a livros e principalmente a outros jovens republicanos agrupados em associações e clubes de alunos da Escola Militar. Afirmou, certa vez, que fizera sua opção político-filosófica aos 19 anos, logo após ingressar na escola. De fato, em 1878, juntamente com outros alunos da Praia Vermelha, fundou um clube secreto republicano.

Em 1883, foi titulado bacharel em ciências físicas e matemáticas e diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG), onde posteriormente seria docente de economia política. Em 1885 dirigiu uma “Carta ao Imperador”, através do jornal *A Província do Pará*, onde afirmava, baseado nos métodos das ciências naturais, a inevitabilidade do progresso, “a marcha indefectível da civilização para diante”. Participou ativamente da criação do Clube Republicano do Pará, consumada em 11 de abril de 1886, e foi também o redator do manifesto publicado em Belém em 31 de maio, no qual afirmava que o objetivo da associação era a eliminação da realeza, que para os republicanos representava a causa do atraso da sociedade brasileira.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi nomeado secretário de Benjamin Constant no Ministério da Guerra (15/11/1889-12/3/1890) e, em seguida, na

Secretaria de Estado da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (19/4/1890-20/1/1891). Nas eleições para o Congresso Nacional Constituinte realizadas em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado pelo estado do Pará, tendo sido, portanto, um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Iniciada em junho a legislatura ordinária, tomou assento na Câmara dos Deputados, mas não chegou a exercer o mandato, pois em 23 de junho de 1891 foi eleito pelo Congresso Constituinte paraense, por unanimidade, governador do Pará. No dia seguinte, recebeu o governo do antecessor Duarte Guedes.

Quando, em 3 de novembro de 1891, o presidente da República marechal Deodoro da Fonseca decretou a dissolução do Congresso Nacional, foi o único governador que se colocou contra o golpe. Por essa razão, Deodoro enviou o general João Nepumuceno de Medeiros Mallet ao Pará para destituí-lo do governo. Entretanto, diante da reação contrária ao golpe do almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear o Rio de Janeiro, o marechal Deodoro renunciou à presidência em 23 de novembro de 1891, e todos os governadores que haviam apoiado o golpe foram depostos. O capitão Lauro Sodré foi mantido no governo do Pará e nele permaneceu até 1º de fevereiro de 1897, quando o transmitiu a José Pais de Carvalho.

Eleito senador pelo Pará em 1897, ainda nesse ano, após a cisão do Partido Republicano Federal, foi escolhido candidato à presidência da República na sucessão de Prudente de Moraes (1894-1898), apoiado sobretudo por republicanos e positivistas. Realizadas as eleições no dia 1º de março de 1898, foi derrotado por Campos Sales, que foi eleito presidente da República (1898-1902) pelo Partido Republicano Paulista. Em 1903, como o governo federal tentasse articular a derrota de sua candidatura ao Senado pelo Pará, conseguiu, em uma campanha relâmpago de sete dias, ser eleito senador pelo Distrito Federal.

Na época, o presidente Rodrigues Alves (1902-1906), decidido a sanear e modernizar a cidade do Rio de Janeiro, deu plenos poderes ao prefeito Pereira Passos e ao médico Osvaldo Cruz para executarem um grande projeto sanitário. Osvaldo Cruz propôs um projeto de vacinação obrigatória, contra o qual a população do Rio de Janeiro se revoltou,

com o apoio dos positivistas e dos cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha, o que resultou na formação da Liga contra a Vacina Obrigatória. A resistência popular gerou manifestações que tiveram início no dia 10 de novembro de 1904 com protestos de estudantes, mas cresceram consideravelmente no dia 12, quando cerca de quatro mil pessoas compareceram à sede da Liga. Na ocasião, Lauro Sodré, Vicente de Sousa e Barbosa Lima discursaram conclamando o povo à resistência, mas aconselhando prudência. No dia 13 de novembro o conflito generalizou-se e assumiu um caráter mais violento. No dia 14, o general Travassos, o senador Lauro Sodré e os deputados Barbosa Lima e Alfredo Varela levantaram a Escola Militar da Praia Vermelha, de onde saíram cerca de trezentos cadetes em direção ao palácio do governo para depor o presidente. No caminho, receberam a adesão de um esquadrão de cavalaria e de uma companhia de infantaria. Entretanto, na rua da Passagem, no bairro de Botafogo, encontraram-se com as tropas legalistas, ao que se seguiu um intenso tiroteio. O general Travassos sofreu graves ferimentos que o levaram à morte dias depois, e Lauro Sodré também foi atingido. Ao final do episódio, Lauro Sodré foi preso e encarcerado a bordo da escuna *Floriano*. Em 4 de setembro de 1905 foi libertado e anistiado. Em 1912, foi novamente eleito senador pelo Pará. Em 1913, após 37 anos de serviço no Exército, foi reformado no posto de general.

Em 1º de fevereiro de 1917, assumiu pela segunda vez o governo do Pará, sucedendo a Eneias Martins. Exerceu-o até 1º de fevereiro de 1921, quando tomou posse seu sucessor Antônio Emiliano de Sousa Castro. Foi então, pela terceira vez, novamente eleito senador pelo Pará. Exerceu o mandato até 1929 e, com a Revolução de 1930, abandonou a vida política.

Lauro Sodré foi também maçom, iniciado em 1º de agosto de 1888 na loja maçônica Harmonia, em Belém, e posteriormente agraciado pela loja Cosmopolita, também em Belém, com o título de “filiando livre”. Em 20 de maio de 1904, foi eleito grão-mestre do Grande Oriente do Brasil e soberano grande comendador do Rito Escocês Antigo e Aceito. Em novembro do mesmo ano, por ocasião de sua prisão em decorrência do levante da Escola Militar da Praia Vermelha durante a Revolta da Vacina, foi afastado

do grão-mestrado, mas posteriormente foi reeleito outras quatro vezes, em maio de 1907, junho de 1910, maio de 1913 e maio de 1916. Em março de 1917, ao assumir novamente o governo do estado do Pará, mesmo enfrentando forte reação contrária de outros maçons de todo o país, renunciou ao cargo de grão-mestre do Grande Oriente do Brasil. Em abril recebeu o título de grão-mestre honorário e a distinção de grande benemérito da Ordem Maçônica no Brasil. No Rio de Janeiro, foi homenageado com o título de benemérito pelas lojas Dezoito de Julho, Luís de Camões e União Escocesa.

Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de junho de 1944.

Além de artigos, discursos e manifestos, publicou *A idéia republicana no Pará* (1890), *Palavras e atos* (1896), *Crenças e opiniões* (1896), *A evolução política do Brasil* (1906) e *Pelo norte da República*.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CASTRO, C. *Militares*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província* (1830-1930). Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2006&li=32&lcab=1921-1923&lf=32>. Acesso em: 30/1/2009.

SODRÉ, Muniz

*dep. fed. BA 1912-1920; sen. BA 1920-1927; dep. fed. BA 1930.

Antônio Muniz Sodré de Aragão nasceu em Salvador no dia 13 de junho de 1881, filho de Egas Carlos Muniz Sodré de Aragão e de Maria Leopoldina Sodré Pereira. Seu avô, José Lino Coutinho, bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra, foi deputado pela Bahia às Cortes de Lisboa em 1821, tendo-se incorporado ao grupo de deputados brasileiros que abandonou os trabalhos por não concordar com as imposições feitas ao Brasil; foi ainda deputado geral (1826-1833) e ministro do Império (1831). Seu irmão Gonçalo Muniz Sodré de Aragão foi professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, diretor do Hospital de Isolamento e secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública (1916-1918). Seu primo Antônio Ferrão Muniz de Aragão, conhecido como Antônio Muniz, foi deputado estadual (1909-1910), deputado federal (1912-1915), governador da Bahia (1916-1919) e senador (1921-1930).

Diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito da Bahia no dia 8 de dezembro de 1903, e em 30 de março do ano seguinte inscreveu-se para concorrer à vaga de lente substituto de direito criminal na Faculdade de Direito da Bahia. Aprovado, passou a lecionar como professor substituto até 1910, quando, em 16 de novembro, foi nomeado pela congregação da faculdade lente catedrático da mesma cadeira. Também lecionou geografia na Escola Normal, notabilizando-se por sua dedicação ao magistério tanto no ensino superior quanto no médio.

Membro de tradicional família de políticos e intelectuais, elegeu-se deputado estadual em 1909, aos 28 anos, e foi escolhido líder da bancada de oposição ao governo de João Ferreira de Araújo Pinho. Em 15 de março de 1910 integrou o grupo que, liderado por J. J. Seabra, fundou o Partido Democrata (PD), estruturado em duas instâncias diretivas: a comissão executiva e o conselho geral, do qual fez parte ao lado de Simões Filho e Otávio Mangabeira, entre outros.

Foi eleito deputado federal pela primeira vez para a legislatura 1912-1914, reelegendo-se

sucessivamente para as legislaturas 1915-1917 e 1918-1920. Quando da reorganização, em 23 de março de 1916, da estrutura do PD, que passou a ser denominado Partido Republicano Democrático (PRD), como líder da maioria na Câmara continuou na alta direção do partido. Quando Arlindo Fragoso fundou a Academia de Letras da Bahia, em 1917, destinou-lhe a cadeira de nº 10. Escolheu então para patrono seu bisavô José Lino Coutinho (1784-1836). Foram também convidados para ser fundadores da Academia seu irmão Gonçalo Muniz, cadeira 17, seu primo Antônio Muniz, cadeira 11, e J. J. Seabra, cadeira 18.

Em 31 de julho de 1920 foi leito para o Senado Federal na vaga deixada por J. J. Seabra, e em decorrência renunciou ao mandato de deputado federal. Reelegeu-se senador até 1927, e integrou a Comissão de Finanças do Senado. Voltou a ser eleito deputado federal para a legislatura 1930-1932, mas não completou o mandato devido à dissolução do Congresso Nacional em 24 de outubro de 1930, em decorrência da vitória da Revolução de 1930.

No período pós-1930, Muniz Sodré foi secretário de Interior e Justiça do estado do Rio de Janeiro, no governo Protógenes Guimarães (1935-1937). Por dois períodos foi procurador geral do estado do Rio de Janeiro, além de professor catedrático da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Foi também jornalista, tendo colaborado em diversos periódicos tais como *A Gazeta do Povo*, *O Tempo*, *A Bahia*, *O Jornal*, e o *Diário da Bahia*, do qual foi redator e proprietário. No Rio de Janeiro, colaborou com o *Correio da Manhã*.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 8 de junho de 1940.

Casado com Maria Argolo Muniz Sodré de Aragão, teve quatro filhas.

Escreveu *Curso de direito criminal: doutrina e legislação*; *As três escolas penais: clássica, antropológica e crítica: estudo comparativo* (1907); *Estatuto dos funcionários públicos* (1913); *Rui Barbosa perante a história: fatos e documentos* (1913); *Trabalhos parlamentares* (1923); *A mocidade na democratização dos povos* (1929); *O Poder Judiciário na revisão constitucional* (1929).

É forçoso salientar na trajetória política de Muniz Sodré o número de vezes em que ele e seu primo, Antônio Muniz, nas mesmas legislaturas, exerceram mandatos de deputado

estadual (1909-1911), deputado federal (1912-1914) e senador (1920-1927). Tal coincidência de mandatos, somada à semelhança de seus nomes e ao fato de terem pertencido, como fundadores, à Academia de Letras da Bahia, tem suscitado equívocos biográficos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (n. 263, 1964, p. 55-86); CASTRO, R. *Fundadores* (p. 35/49/51); *Diário de Notícias* (14/6/1941). Homenagem à memória do acadêmico Muniz Sodré; *Diário Oficial do Estado da Bahia*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.1, p. 249-251); MUNIZ, G. *Medicina* (2/7/1923, p. 424/425); SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 104,128,135-142); SOUZA, A. *Baianos* (p. 279/280). *Tarde* (10/6/1940). Faleceu o Dr. Muniz Sodré (10/6/1940).

SÓLON, Frederico

*militar; pres. MT 1891; dep. fed. MT 1893.

Frederico Sólon de Sampaio Ribeiro nasceu em Porto Alegre em 1840.

Militar de carreira, ingressou no Exército como praça em 1857 e atingiu a patente de general de divisão em 1899.

Durante a crise política em Mato Grosso que culminou com o afastamento do primeiro governador republicano, Antônio Maria Coelho, foi enviado ao estado com o objetivo de anular as eleições realizadas para a Assembleia Legislativa e realizar novo pleito que garantisse a vitória dos correligionários de Generoso Ponce. Com esse fim, exerceu o governo de Mato Grosso pelo curto período de 16 de fevereiro a 1º de abril de 1891, quando foi substituído por José da Silva Rondon, e obteve como compensação política uma cadeira de deputado federal por Mato Grosso. Exerceu seu mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio a dezembro de 1893.

Faleceu em Belém em 1900.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FANAIA, J. *Elites*.

SOUSA FILHO, Manuel Francisco de

*dep. fed. PE 1921-1923 e 1927-1929.

Manuel Francisco de Sousa Filho nasceu em Petrolina (PE) no dia 4 de julho de 1886, filho de Manuel Francisco de Sousa Júnior e de Guilhermina de Sousa. Seu pai foi prefeito de Petrolina.

Formou-se pela Faculdade de Direito de Salvador e iniciou sua vida política na Bahia, quando foi nomeado intendente municipal em Juazeiro. Em 1909 fundou nessa cidade o jornal *Correio de São Francisco* e, em 1911, foi eleito deputado estadual.

Durante o governo de Emídio Dantas Barreto em Pernambuco (1911-1915), foi nomeado procurador geral do estado. Deixou o cargo quando Manuel Borba assumiu o governo e a partir de então passou a atuar na política pernambucana. Colaborou com o periódico *A República*, foi redator do jornal *Correio do Norte* e diretor de *A Rua*. Em 1920 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1921 e exerceu o mandato até o final da legislatura, em dezembro de 1923. Voltou a ser eleito em 1927, mas não chegou a concluir o mandato, pois foi assassinado por Ildefonso Simões Lopes, deputado federal pelo Rio Grande do Sul.

O crime ocorreu em 26 de dezembro de 1929, depois de uma discussão envolvendo Sousa Filho, Ildefonso Simões Lopes e o filho deste, Luís Simões Lopes. Aproximando-se, naquele ano, a sucessão presidencial, diante do apoio dado pelo presidente Washington Luís à candidatura de Júlio Prestes, cindiram-se as lideranças regionais tradicionais, e iniciou-se a articulação da Aliança Liberal, que lançaria as candidaturas de oposição de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República. A campanha da Aliança Liberal, coordenada por uma comissão executiva constituída por Afonso Pena Júnior, presidente, Ildefonso Simões Lopes, vice-presidente, e Odilon Braga, secretário-geral, espalhou-se por todo o país. Na Câmara dos Deputados, a maioria governista – na qual se incluía Sousa Filho – decidiu não dar quórum às seções parlamentares, impedindo assim a manifestação dos deputados oposicionistas. Em resposta a essa atitude, os integrantes da Aliança Liberal resolveram promover comícios públicos nas escadarias do palácio Tiradentes, sede da Câmara. No dia 26 de dezembro, ao entrar na Câmara após um

desses comícios, Ildefonso Simões Lopes foi violentamente interpelado por Sousa Filho. Luís Simões Lopes tomou a defesa do pai, atracando-se com Sousa Filho, que portava um punhal. Na luta, Ildefonso disparou dois tiros contra o deputado pernambucano, que morreu no local. Pai e filho foram presos imediatamente e levados à chefatura de polícia. Em agosto de 1930 foram absolvidos por unanimidade, tendo o tribunal julgado que haviam agido em legítima defesa. A sentença foi posteriormente confirmada pela 1ª Câmara da Corte de Apelação do Distrito Federal.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História*; WILSON, L. *Roteiro*.

SOUSA JÚNIOR, Paulino José Soares de

* dep. fed. RJ 1894-1908 e 1925-1929.

Paulino José Soares de Sousa Júnior nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 9 de maio de 1864, filho do conselheiro Paulino José Soares de Sousa, chefe do Partido Conservador, ministro dos Negócios do Império de 1868 a 1870 e senador pela província do Rio de Janeiro de 1882 a 1884 e de 1886 a 1889, além de último presidente do Senado no Império. Seu avô, também chamado Paulino José Soares de Sousa, o visconde de Uruguai, foi presidente da província do Rio de Janeiro em 1836, senador e várias vezes ministro durante o Segundo Reinado.

Formou-se em medicina e ainda bem jovem ingressou na política. Após a proclamação da República, foi eleito deputado estadual constituinte no Rio de Janeiro em janeiro de 1892 e foi diplomado em fevereiro. Na eleição de 24 de abril do mesmo ano, foi eleito deputado estadual para a legislatura ordinária. Como foi o deputado mais votado, presidiu a sessão preparatória de 6 de maio de 1892 na Assembleia e passou a integrar a Comissão da Fazenda e do Orçamento do Estado. Exerceu o mandato até 1894.

Elegeu-se deputado federal pelo 5º distrito do estado do Rio de Janeiro na legenda do Partido Republicano Federal. Exerceu o mandato de 3 de maio de 1894 a 31 de dezembro de 1896 e foi quatro vezes reeleito. Na legislatura 1897-1899 acompanhou as cisões internas do Partido Republicano Federal e integrou a facção do partido que manteve o apoio ao então presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898). Apoiou também, em 1897, a candidatura de Campos Sales à presidência da República, que saiu vitoriosa nas eleições realizadas em março de 1898. Deixou a Câmara dos Deputados ao final de seu último mandato, em 31 de dezembro de 1908.

Depois de um interregno em sua carreira parlamentar, conquistou mais dois mandatos consecutivos de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Voltou à Câmara em 1925, exercendo o mandato de 20 de julho desse ano a 31 de dezembro do ano seguinte. Foi reeleito em 1927 e permaneceu no Legislativo Federal até 31 de dezembro de 1929,

quando se encerraram o seu mandato e a legislatura. Foi membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. RJ. *Sessão extraordinária* (5/1892, 1/3 – 9/4/1982); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>; TRIB. FED. SUP. *História dos Partidos Políticos*. Disponível em: <http://www.tse.gov.br/ines/os_partidos_politicos/os-partidos-politicos.html>.

SOUSA, Antônio Augusto Alves de

*dep. fed. PA 1927-1930.

Antônio Augusto Alves de Sousa foi eleito deputado federal pelo Pará nas eleições de 24 de fevereiro de 1927, como candidato do Partido Republicano Federal, que naquela ocasião respondia pela situação dominante no estado. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 3 de maio do mesmo ano e exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1929. Reeleito para a legislatura seguinte, teve o mandato interrompido no dia 23 de outubro de 1930, com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SOUSA, Antônio de

* gov. RN 1907-1908; sen. RN 1908-1920; gov. RN 1920-1924.

Antônio José de Melo e Sousa Filho nasceu no engenho Capió em Papari, hoje Nísia Floresta (RN), no dia 24 de dezembro de 1867, filho de Antônio José de Melo e Sousa e de Maria Emília Seabra de Melo e Sousa.

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1889. Em seguida foi nomeado promotor de justiça na comarca de Goianinha (RN), e aí permaneceu de 1890 a 1892.

Foi candidato derrotado ao Congresso Constituinte estadual de 1891 na chapa organizada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Ao lado de Pedro Velho, passou então a trabalhar pela deposição do governador eleito Miguel Joaquim de Almeida Castro. Após a derrubada de Miguel Castro em 28 de novembro de 1891, foi eleito deputado ao Congresso Constituinte estadual de 1892, que elegeu Pedro Velho governador do estado (1892-1896). Entre 1892 e 1895 ocupou o cargo de diretor geral de Instrução Pública. Em 1895 tornou-se procurador da República no Rio Grande do Norte, mantendo o posto no governo de Joaquim Ferreira Chaves (1896-1900). Em 1899 foi nomeado secretário de Governo, passando em 1900 a procurador geral, com assento no Superior Tribunal de Justiça.

Em 23 de fevereiro de 1907, foi eleito governador em substituição a Manuel Moreira Dias, que por sua vez, como vice-governador, substituíra o titular Augusto Tavares de Lira, cujo quadriênio acabava em 25 de março de 1908. Nesse período foi promulgada nova Constituição para o estado, em que se ampliava o mandato do governador de quatro para seis anos. Após passar o governo para Alberto Maranhão (1908-1914), foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano, ocupando a vaga deixada pelo senador Pedro Velho, falecido em 1907. Foi reeleito em 1915 e participou das comissões de Saúde Pública, de Estatística e Colonização, de Instrução Pública e de Redação de Leis.

Em 1920 renunciou ao Senado para eleger-se governador do Rio Grande do Norte com o apoio de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920), que havia desmontado todo o aparato que permitira aos “pedrovelhistas” dominar a cena política do estado. Por sua vez, Ferreira

Chaves elegeu-se senador em seu lugar. Seu governo concentrou-se nas áreas da educação e saúde pública. Na área da educação, construiu 54 escolas primárias, cuidando de espalhá-las por todo o território do Rio Grande do Norte. Criou uma Escola Normal Primária na cidade de Mossoró para melhorar a qualidade dos professores. Construiu o primeiro grupo escolar do estado. Criou também na capital uma Escola Profissional, organizou a Escola de Farmácia, primeiro estabelecimento de ensino superior no estado, e criou uma Escola Elementar de Agricultura e Agronomia. Segundo Itamar de Souza, multiplicou por cinco as matrículas no ensino primário e por seis a frequência.

Na área da saúde, reformou os serviços de Higiene e Saúde Pública. Criou o Serviço de Profilaxia das Moléstias Venéreas e o Serviço de Profilaxia Rural. Instalou em Natal um laboratório destinado a análises hospitalares, ao preparo de soros, vacinas e substâncias injetáveis. Dotou a Repartição de Higiene e Saúde Pública de um necrotério aparelhado para fazer autópsias. Construiu também um Posto Antiofídico. Passou ainda a destinar cinco por cento de toda a renda ordinária do estado para a construção de obras contra os efeitos da seca, a chamada “Caixa das Secas”.

Em 1923 tentou fazer de Elói Castriciano de Sousa seu sucessor, mas sua indicação foi preterida em favor de Joaquim Ferreira Chaves, que apresentou pela terceira vez sua candidatura ao governo. A iniciativa foi barrada, porém, pela chamada “facção do Seridó”, que, reorganizada pelos deputados federais Juvenal Lamartine de Faria e José Augusto Bezerra de Medeiros, e apoiada pelo presidente da República Artur Bernardes, destituiu Ferreira Chaves da chefia do partido, indicando José Augusto para governador.

Após passar o governo José Augusto em 1º de janeiro de 1924, foi nomeado consultor jurídico do estado, cargo no qual se aposentaria em 1935. Após a Revolução de 1930 foi secretário geral do estado na interventoria de Herculino Cascardo, ocupando o governo na renúncia deste em 12 de janeiro de 1932 e assumindo ainda a administração do estado de 5 de fevereiro de 1932 a 11 de junho de 1932, até a chegada do interventor Bertino Dutra da Silva. Foi também secretário geral do estado na interventoria de Mário Leopoldo Pereira da Câmara, de 1933 a 1935, cobrindo diversas interinidades.

Além de político, Antônio de Sousa foi escritor, jornalista e intelectual. Publicou diversos romances e contos sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa, e várias de suas obras, como *Flor do sertão* (1928), *Gizinha* (1930) e *Alma bravia* (1934) foram reconhecidas pela

crítica de seu tempo. Pelo menos um de seus contos, *Um depósito de coisa fungível*, mereceu, depois de sua morte, divulgação nacional numa coletânea da editora Civilização Brasileira que reunia textos escolhidos de autores brasileiros. Publicou ainda *Sertaneja* (1899); *Apontamentos e documentos* (1902); *Explicações elementares sobre a Constituição Política do Rio Grande do Norte* (1909); *Encontros do caminho* (1936); *Os moluscos* (1938); *Jornal de vila* (1939); *Gente arrancada* (1941) e *Dois Recifes* (1945). Foi publicado como obra póstuma *Quase romance... quase memória* (1969).

Como jornalista, foi durante longo tempo colaborador do jornal *A República*, onde manteve, inclusive, uma coluna em francês chamada “Minuderies”. Foi também redator de *A República* de 1891 até 1894, no período crucial para a consolidação no poder do grupo organizado em torno de Pedro Velho, do qual o periódico servia de porta-voz. Retornou ao posto de redator de *A República* de 1899 até o ano de 1907, quando, entre outras colaborações, dedicou-se a uma intensa polêmica a respeito da “educação da mulher” sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa, contra as opiniões manifestadas então no *Diário de Natal*. Foi ainda fundador e redator da *Revista do Rio Grande do Norte*, dedicada à literatura, órgão do Grêmio Polimático entre 1898 e 1900.

Como intelectual, foi um dos fundadores do Grêmio Polimático em 1897, associação literária da qual foi presidente. O grêmio reuniu então intelectuais como Augusto Tavares de Lira, Auta de Sousa e Henrique Castriciano. Como diretor de Instrução Pública, em 1892, foi o responsável pela reativação da Biblioteca do Ateneu, colégio público de Natal, e mais tarde pela sua elevação à condição de Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Norte. Foi ainda o descobridor do violonista Henrique Brito e o grande responsável pela divulgação e pelo reconhecimento público da poetisa Auta de Sousa. No caso de Henrique Brito, quando era governador do estado reconheceu o talento do violonista e destinou-lhe uma bolsa de estudos para que aprimorasse seus conhecimentos musicais no Rio de Janeiro. Nessa cidade, Henrique Brito viria a se tornar parceiro de Braguinha, Noel Rosa e Almirante, e um dos fundadores do Bando dos Tangarás. No caso de Auta de Sousa, foi o seu primeiro editor, publicando o livro *Horto* pela gráfica do jornal *A República*, e chancelando-o por meio da indicação de editoria da Biblioteca do Grêmio Polimático. Foi também o primeiro crítico de Auta de Sousa, exaltando seu merecimento literário por meio das páginas de *A República*. Finalmente, foi sócio-fundador do Instituto Histórico e

Geográfico do Rio Grande do Norte e também criador da revista do Instituto.

Faleceu em Recife em 6 de julho de 1955.

Não se casou.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *Governo*; FERNANDES, L. *Imprensa*; MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Conto*; MÁXIMO, J. *Noel Rosa*; ONOFRE JÚNIOR, M. *Salvados*; SOARES, A. *Dicionário*; SOUZA, I. *República Velha*.

SOUSA, Antônio Ennes de

*dep. fed. MA 1891; pres. SNA 1897.

Antônio Ennes de Sousa nasceu em São Luís do Maranhão no dia 6 de maio de 1848, filho de Sebastião José de Sousa e de Maria A. Ennes de Sousa.

Em 1867 mudou-se para a Europa, onde estudou na Universidade da Sorbonne, em Paris. Retornou ao Maranhão e atuou no comércio do estado até 1873. Regressou então à Europa e formou-se na Universidade de Zurique, na Suíça. Depois, ingressou na Academia Real de Minas de Freiberg, na Saxônia, onde conseguiu o diploma de engenheiro de minas. De volta ao Brasil, tornou-se professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Ingressou na política depois da proclamação da República, quando foi eleito, em 1891, deputado federal pelo Maranhão. Tomou posse em maio e renunciou pouco tempo depois para tornar-se diretor da Casa da Moeda do Brasil. Foi um dos fundadores e o primeiro presidente, em 1897, da Sociedade Nacional de Agricultura. Foi também membro da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade de Ciências Naturais de Zurique, na Suíça, e da Sociedade de Química de Berlim, na Alemanha.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1920.

Publicou vários livros: *Conferências públicas* (1870), *Discurso sobre a organização da biblioteca popular do Maranhão* (1871), *Relatório da exposição maranhense de 1871 e 1872*, *Dissertação sobre os amálgamas* (1876), *Dissertação sobre a mineração e metalurgia de ouro* (1878), *O trabalho e a vida subterrânea* (1880), *Estudos sobre a carta geológica e mineralógica do Brasil* (1880), *Estudo completo sobre os trabalhos de desmonte* (1881), *Os metais: ciência vulgarizada* (1881), *Portos do Brasil, especialmente os do Maranhão e do Ceará* (1881), *Estudo físico e químico sobre o meteorito caído em 1880 no Itapicuru-mirim, Maranhão, que se acha no Museu Nacional* (1881), *Estudo químico e industrial sobre o carvão de pedra da Chapada, província do Maranhão* (1881), *O carvão de pedra de Chapada, no Maranhão, Terrenos auríferos de Cantagalo, Memória sobre os terrenos do Rio de Janeiro, Natureza – Poemas, Memorial sobre a mineralogia no Museu Nacional, A mineração e a metalurgia de ferro (estudo sobre a fábrica de Ipanema).*

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BLAKE, A. *Diccionario; Grande encic. Delta Larousse*; MARQUES, C. *Dicionário*.

SOUSA, Antônio Monteiro de

*dep. fed. AM 1909-1917, 1924-1925 e 1929; pres. AM 1927.

Antônio Monteiro de Sousa nasceu em Manaus no dia 18 de fevereiro de 1872, filho de Plácida Monteiro. Teve como padrinho o engenheiro militar e político Leovigildo de Sousa Coelho, de quem adotou o sobrenome em reconhecimento à ajuda que recebeu após o pai ter abandonado o lar. Sousa Coelho foi senador pelo Amazonas e deputado estadual. Fez seus primeiros estudos na escola particular do professor Francisco Públio Bittencourt e no Colégio Marinho, e por volta de 1884 foi transferido como ouvinte para o Liceu Provincial Amazonense. Transferiu-se depois para o Rio de Janeiro, então capital do Império, e cursou a Faculdade de Odontologia. De volta ao Amazonas, foi escrivão de Obras Públicas do estado de 1890 a 1892. Desse ano até 1895, no governo de Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896), foi escriturário e oficial da Secretaria de Governo do Amazonas. Em 1895 tornou-se lente catedrático do Ginásio Amazonense. Foi diretor dessa instituição de 1897 a 1900, membro do Conselho de Instrução Pública de 1897 a 1898, e diretor geral da Instrução Pública de 1899 a 1900. De 1901 a 1902 foi redator do *Comércio do Amazonas*, e em 1905 reassumiu a direção geral da Instrução Pública.

Visitou diversas instituições literárias e científicas na Europa e nos Estados Unidos da América e em 1908 integrou, ao lado de Alfredo da Mata, Sá Peixoto, Alcides Bahia e de Agnelo Bittencourt, a Comissão Organizadora do Governo do Amazonas encarregada de celebrar o I Centenário da Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas. No mesmo ano representou o estado no II Congresso Nacional de Agricultura, apoiado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA).

Em 1909, mesmo ano em que presidiu a Sociedade Amazonense de Agricultura, foi eleito deputado federal pelo Amazonas. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e passou a integrar a Comissão de Tomada de Contas. Posicionou-se contra o líder gaúcho Pinheiro Machado e protestou contra o bombardeio de Manaus pela Marinha, ocorrido no dia 8 de outubro de 1910, por ocasião da crise política amazonense que envolveu o governador do estado, Antônio Bittencourt, e a Assembleia Legislativa. Também em 1910 foi eleito primeiro vice-presidente da Federação Odontológica do Rio de Janeiro. Reeleito deputado federal em 1912 e 1915, permaneceu na

Câmara até dezembro de 1917, quando se encerrou a legislatura.

Voltou a exercer mandato eletivo em 1924, quando foi novamente eleito deputado federal pelo Amazonas. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, mas no ano seguinte renunciou por ter sido eleito deputado estadual no Amazonas, com o apoio do então governador do estado Efigênio Ferreira Sales (1926-1929). Ao tomar posse foi eleito presidente da Assembleia Legislativa, e nessa condição exerceu interinamente, de março a dezembro de 1927, o governo do estado, durante o afastamento de Efigênio Sales. Em 1930 voltou a ser eleito deputado federal. Tomou posse em maio na Câmara dos Deputados, mas teve o mandato interrompido em outubro com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

De volta ao estado natal, retornou ao magistério, reassumindo a cadeira de matemática no Ginásio Amazonense, bem como nos colégios Dom Bosco e Maria Auxiliadora. No governo do interventor Álvaro Maia (1930-1931), foi nomeado secretário de Educação do estado. Em 1936 representou o governo do Amazonas em um congresso sobre educação e ensino em São Paulo. Foi também diretor da Escola Normal, hoje Instituto de Educação do Amazonas, e diretor-proprietário do *Diário do Amazonas*. Foi ainda lente catedrático de patologia terapêutica e higiene dentária do curso de odontologia da Faculdade de Medicina da Escola Universitária.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de junho de 1936.

Foi casado em primeiras núpcias com Raimunda Ramos de Sousa. Ficou viúvo e casou-se com Herluína Gonçalves Ribeiro da Luz. Teve filhos nos dois casamentos.

Publicou no Rio de Janeiro *Aritmética do principiante*, que o levou a ser premiado com uma medalha de bronze na Exposição Nacional de 1908. Também publicou *Aritmética elementar*, *Imprensa pública*, *A União e o ensino primário*, *O ensino universitário e Educação nacional*.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BIB. VIRT. AM. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/52_antonio.php>. Acesso em: 17/11/2010, 19/11/2010); BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados*

brasileiros; CASA CIVIL AM. Disponível em:
<http://www.casacivil.am.gov.br/programas_02.php?cod=2223>. Acesso em: 24/11/2010;;
SOUZA, T.; PAIS, L. *Elementos*; Worldstatesmen.org. Disponível em:
<http://www.worldstatesmen.org/Brazil_States.html>. Acesso em: 17/11/2010.

SOUSA, Aprício José de
*pres. GO 1916-1917.

Aprício José de Sousa foi eleito segundo vice-presidente do estado de Goiás nas eleições de março de 1913, quando Olegário Herculano da Silveira Pinto foi eleito presidente do estado. Assumiu o governo em 13 de outubro de 1916, sucedendo ao primeiro vice-presidente Salatiel Simões Lima e ao presidente do Senado estadual Joaquim Rufino Ramos Jubé, que por sua vez substituíram o titular a partir do afastamento deste em 6 de julho de 1914.

Conforme relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Goiás em 13 de maio de 1917, Aprício José de Sousa desapareceu e foi dado como morto quatro dias antes, no dia 9 de maio. Assumiu então novamente a presidência do estado Salatiel Simões de Lima, até 14 de julho, quando tomou posse o novo presidente eleito, João Alves de Castro.

Adrianna Setemy

FONTE: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SOUSA, Arquimedes de Oliveira e

*dep. fed. PE 1930.

Arquimedes de Oliveira e Sousa foi membro do Partido Republicano Federal de Pernambuco, agremiação política liderada por Francisco de Assis Rosa e Silva. Assumiu a prefeitura do Recife em 1909 e nesse mesmo ano tornou-se presidente de honra do primeiro Tiro de Guerra do Nordeste, e 13º do país, instalado na cidade. Ao fim de sua gestão, em 1913, foi substituído na prefeitura da capital pernambucana por Eudoro Correia.

Em 1930 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*.

SOUSA, Belisário Augusto Soares de

*dep. fed. RJ 1894-1902.

Belisário Augusto Soares de Sousa nasceu em Cabo Frio (RJ), filho de Francisco Manuel Soares de Sousa. Seu pai, filiado ao Partido Conservador, foi médico e chefe político nos municípios de Cabo Frio, Araruama e Saquarema, todos na então província do Rio de Janeiro.

Fez os primeiros estudos no Colégio de Santo Agostinho e no Liceu Niteroiense. Aos 15 anos ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas concluiu o curso na Faculdade de Medicina da Bahia. Em seguida, dedicou-se ao exercício da medicina em Niterói.

Ingressou na política elegendo-se deputado à Assembleia Provincial fluminense com o apoio dos chefes do Partido Conservador do Império. Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, afastou-se da política, mas por pouco tempo. Logo após a promulgação da primeira Constituição republicana do país em 24 de fevereiro de 1891, foi solicitado por seus antigos correligionários a compor a oposição republicana ao governo de Francisco Portela, nomeado presidente do estado do Rio de Janeiro por decreto de Deodoro da Fonseca, e eleito primeiro presidente constitucional do estado em 11 de maio de 1891. A permanência de Portela no governo não seria, contudo, longa. Após a renúncia do marechal Deodoro e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto no dia 23 de novembro de 1891, Carlos Baltasar da Silveira foi convidado a assumir o governo do estado do Rio de Janeiro. Empossado no dia 11 de dezembro de 1891, após rever os atos administrativos de seu antecessor, decidiu dissolver o Congresso Estadual e convocar eleições para uma nova Constituinte estadual, em 31 de janeiro de 1892. Belisário Augusto foi eleito deputado constituinte e, logo em seguida à promulgação da nova Carta, assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa. Permaneceu no Legislativo estadual até dezembro de 1893, quando se encerrou a legislatura.

Em 1894 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio. Assumiu sua cadeira na Câmara

dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e foi reeleito em 1897 e 1900, com mandato até dezembro de 1902. Aliado ao senador José Porciúncula, presidente do Partido Republicano Fluminense, fez oposição ao presidente do estado do Rio de Janeiro, Alberto Torres (1897-1900), que enfrentava grandes dificuldades com as posições defendidas pelo partido. O desentendimento provocou a primeira grande cisão partidária no estado, e resultou na fundação de um novo partido da situação, o Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ).
Faleceu no Rio de Janeiro no dia 5 de julho de 1912.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província* (1830-1930). Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SOUSA, Benedito de

*dep. fed. MT 1900-1908.

Benedito Crispiniano de Sousa nasceu em Barra (BA) em outubro de 1859.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1882, e foi promotor público e juiz municipal em Juazeiro (CE) até 1888.

Transferindo-se para Mato Grosso, pertenceu ao Partido Republicano, criado em 1890 por Generoso Ponce em oposição ao Partido Nacional liderado por Antônio Maria Coelho. Foi secretário de governo do marechal Mallet em 1891 e depois disso foi juiz de direito e desembargador até 1899. Foi eleito deputado federal por Mato Grosso em 1900. Assumindo em maio desse ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito para as duas legislaturas seguintes.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 28 de fevereiro de 1908, no exercício do mandato.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; FANAIA, J. *Elites*.

SOUSA, Celso Florentino Henriques de

*dep. fed. 1900-1905.

Celso Florentino Henriques de Sousa nasceu em Recife no dia 28 de julho de 1859, filho de Brás Florentino Henriques de Sousa. Seu pai foi presidente da província do Maranhão de 1869 a 1870.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1881 e depois de formado foi nomeado promotor público da cidade Ingá (PB), onde exerceu a função até 1884. Nesse ano foi nomeado juiz municipal em Bananeiras (PB) e, depois de alguns meses, tornou-se promotor em Campina Grande (PB), onde permaneceu até outubro de 1886. Em seguida foi procurador fiscal em Natal, até junho de 1888. Abandonou esse cargo para tornar-se secretário do governo do Rio Grande do Norte, posto que ocupou por um ano. De volta a Pernambuco, em 1891 foi nomeado promotor das cidades de Capelas e Resíduos, delegado de polícia e fiscal do Banco Emissor de Pernambuco, até 1892. Também foi professor de latim no Ginásio Pernambucano e delegado literário municipal.

Em 1895 fundou o jornal *O Estado* e iniciou a carreira política, sendo eleito deputado estadual. Permaneceu no Legislativo do estado até 1900, quando foi eleito deputado federal. Em maio desse ano assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e, reeleito em 1903, exerceu o mandato até dezembro de 1905. Passou então a advogar na cidade do Rio de Janeiro.

Colaborou ainda com o jornal *O Estado de Pernambuco* (PE). Foi sócio efetivo e honorário do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco e membro da Sociedade de São Vicente de Paulo.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História*.

SOUSA, Deocleciano Alves de

*dep. fed. RJ 1897-1902.

Deocleciano Alves de Sousa nasceu em Paraíba do Sul (RJ).

Formou-se em medicina e, ainda durante o Império, pertenceu ao Partido Conservador. Já sob o regime republicano, foi eleito em 1896 deputado federal pelo 4º distrito do estado do Rio de Janeiro e exerceu seu mandato de 3 de maio de 1897 a 31 de dezembro de 1899. Reeleito, voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados de 19 de junho de 1900 a 31 de dezembro de 1902.

Além de deputado federal, foi deputado estadual e coletor da cidade de Paraíba do Sul.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; PREF. MUN. PARAÍBA DO SUL. Disponível em: < www.paraibanet.com.br >.

SOUSA, Domingos Vicente Gonçalves de

*const. 1891; sen. ES 1891-1899 e 1915-1916.

Domingos Vicente Gonçalves de Sousa nasceu em Vila de Viana, atual Viana (ES) no dia 21 de novembro de 1842.

Iniciou sua carreira política em 1869, quando se elegeu vereador em Viana, de cuja Câmara participou continuamente, presidindo-a diversas vezes. Exerceu também cinco mandatos de deputado provincial pelo Partido Conservador. Tornou-se um dos mais poderosos chefes políticos de Viana, foi comendador no Império, e continuou sua carreira na República.

Em 1890, integrou-se ao partido republicano que se organizava no Espírito Santo, e acompanhou-o quando ele se fundiu à corrente política liberal liderada por Muniz Freire, formando o Partido Republicano Construtor (PRC). Foi lançado candidato ao Senado para participar do Congresso Constituinte, elegeu-se com a maior votação entre os três senadores do partido e, por esse motivo, ficou com um mandato de nove anos. Em 1896, apoiado pela oposição, foi candidato dissidente do PRC à presidência do estado contra o candidato do partido e do governo, Graciano Santos Neves, que se elegeu.

Encerrado seu mandato no Senado em dezembro de 1899, voltou ao governo municipal de Viana entre 1900 e 1908. Em 1905, na divisão do PRC entre Muniz Freire e Henrique Coutinho, apoiou o primeiro. Quando Jerônimo Monteiro, em 1908, reuniu quase todas as forças políticas do estado em torno da fundação do Partido Republicano Espírito-Santense (PRES) em substituição ao PRC, engajou-se no novo partido. No governo Jerônimo Monteiro, assumiu a Diretoria de Finanças, criada com a transformação do Tesouro Estadual e equivalente à atual Secretaria de Fazenda. Manteve o cargo no governo seguinte, chefiado por Marcondes Alves de Sousa. Era considerado um homem de grande cultura, excelente orador parlamentar e jornalista combativo. Sempre apoiou sua ação política com a atuação em jornais.

Em 1915 voltou ao Senado pelo PRES, mas cumpriu pouco tempo de mandato, pois faleceu em 22 de outubro do ano seguinte, no Rio de Janeiro.

Era casado com Maria Araújo Malta de Sousa e não teve filhos. Seu sogro, o coronel Torquato Martins de Araújo Malta, foi um dos mais ricos fazendeiros de Viana no Império.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: BALESTRERO, H. *Subsídios*; MORAES, P. *Dicionário; Estado do Espírito Santo* (1890-1895); PEREIRA, A. *Homens*; SEC. EST. FAZ. ES.

Disponível em: <<http://internet.sefaz.es.gov.br/institucional/historia.php>>;

SENADO

<http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1586&li=25&lca=1900-1902&lf=25>; Wikipédia. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Domingos_Vicente_Gon%C3%A7alves_de_Sousa>.

Acesso em: 7/2010.

SOUSA, ELÓI DE

*dep. fed. RN 1897-1914; sen. RN 1914-1927; dep. fed. RN 1927-1930; sen. RN 1935-1937.

Elói Castriciano de Sousa nasceu em Recife no dia 4 de março de 1873, filho de Elói Castriciano de Sousa e de Henriqueta Leopoldina Rodrigues. Seu tio Henrique Castriciano foi duas vezes vice-governador do Rio Grande do Norte e deputado estadual. Fez os estudos preparatórios no Instituto Acadêmico, em Recife, e em seguida cursou a Faculdade de Direito da mesma cidade, por onde se formou em 1894. Iniciou suas atividades profissionais como delegado de polícia em Macaíba (RN), base de toda a sua vida política posterior.

Após ter exercido o mandato de deputado estadual no Rio Grande do Norte, foi eleito deputado federal e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados em agosto de 1897. Reeleito para as cinco legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara até dezembro de 1914, quando se tornou senador pelo Rio Grande do Norte. Reeleito, renunciou ao mandato em 1927 e em maio retornou à Câmara dos Deputados. Novamente eleito em março de 1930, com a Revolução de outubro desse ano teve o mandato interrompido.

Quando da eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932, permaneceu algum tempo detido no quartel da guarnição federal de Natal, por ordem do interventor Bertino Dutra. Incompatibilizado com o governo, estabeleceu-se em Recife e só retornou ao Rio Grande do Norte quando da posse do novo interventor, Mário Câmara, em agosto de 1933. Com a reconstitucionalização do estado, foi eleito senador em outubro de 1935 pela Assembleia Constituinte do Rio Grande do Norte, na legenda do Partido Popular. Assumindo o mandato ainda em 1935, exerceu-o até novembro de 1937 quando, com a implantação do Estado Novo, foram dissolvidos os órgãos legislativos do país.

Dedicado ao estudo de temas econômicos, empreendeu longa viagem à Europa e ao norte da África, tomando conhecimento dos processos de irrigação e agricultura no Egito. Jornalista e literato, foi redator do jornal *República*, do Rio Grande do Norte. Foi também diretor da Caixa Econômica de Natal.

Faleceu em Natal no dia 7 de outubro de 1959.

Era casado com Alice Xavier de Sousa.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Boletim Min. Trab.*; CÂM. DEP. *Deputados*; CASCUDO, L. *História*; CASCUDO, L. *História da Assembléia*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; *Grande encic. Delta*; *Ilustração Brasileira* (12/22); *Jornal do Comércio*, Rio (31/5/1959); LIRA, A. *Senado*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores*; SILVA, R. *Bacharéis*.

SOUSA, Francisco Bertoldo de

*pres. GO 1909.

Francisco Bertoldo de Sousa nasceu em 1863.

Em 1905 foi eleito primeiro vice-presidente do estado de Goiás, enquanto Miguel da Rocha Lima era eleito presidente do estado. Aliado do ex-presidente José Xavier de Almeida, Rocha Lima entrou em choque com o poderoso político Leopoldo Bulhões, que, no Rio de Janeiro, então capital federal, passou a aguardar uma oportunidade para investir contra o grupo que se encontrava no poder em Goiás. A ocasião se apresentou em 1908, quando tiveram início as articulações relativas às eleições para o governo do estado e para o Senado Federal. A insatisfação diante da vitória do grupo de Xavier de Almeida nas eleições de 1909 cresceu a ponto de atingir as proporções de um movimento armado para depor Rocha Lima. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Miguel da Rocha Lima renunciou à presidência do estado no dia 11 de março, e em seu lugar assumiu Francisco Bertoldo de Sousa.

No dia 1º de maio, sob o comando de Eugênio Jardim, os revolucionários percorreram a cavalo a cidade de Goiás no que ficou conhecido como a Revolução de 1909, movimento liderado por Leopoldo de Bulhões, que, com o apoio das lideranças pecuaristas do estado, tomou o governo e liquidou o domínio político do grupo de Xavier de Almeida. Francisco Bertoldo de Sousa entregou então a presidência de Goiás ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, que governou até a posse do presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia, em 24 de julho de 1909.

Faleceu em 16 de julho de 1941.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SOUSA, Francisco Tolentino Vieira de

* militar; dep. fed. SC 1894-1904.

Francisco Tolentino Vieira de Sousa nasceu em São José (SC) em 14 de julho de 1845, filho de João Francisco de Sousa e de Maria Clementina Vieira de Sousa.

Fez os estudos primários em sua cidade natal e aos 18 anos passou a dedicar-se ao comércio. Filiado ao Partido Liberal, em 1867 obteve a patente de alferes do 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional de São José, sendo promovido a tenente em 1868 e a capitão em 1871. Iniciou sua carreira política ainda sob a monarquia como vereador à Câmara Municipal de São José de 1873 a 1877. Em 1877 conseguiu licença para advogar, passando a fazê-lo nas cidades de São José e Desterro, atual Florianópolis.

Em 1878 foi eleito pela primeira vez deputado estadual em Santa Catarina. Reeleito cinco vezes consecutivas, ocupou uma cadeira na Assembleia estadual de 1878 a 1889. Nesse período, em 1881, tornou-se major ajudante de ordens do Comando Superior da Guarda Nacional das comarcas de São José e São Miguel. Após proclamação da República, foi eleito em 1891 deputado à Assembleia Constituinte de Santa Catarina, da qual foi indicado presidente.

Em 1894 foi eleito deputado federal por Santa Catarina. Reeleito para as três legislaturas seguintes, não chegou a completar seu derradeiro mandato, que iria até 1905, por ter falecido 14 de fevereiro de 1904. Seu lugar na Câmara foi ocupado por Luís Antônio Ferreira Gualberto.

Era casado com Maria das Mercês da Câmara e Sousa, com quem teve 15 filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*.

SOUSA, Heitor

* magistrado; dep. fed. 1918-1926; min. STF 1926-1929.

Heitor de Sousa nasceu em Estância, província de Sergipe, no dia 29 de maio de 1871, filho de Jucundino Vicente de Sousa e de Maria Heitor de Sousa.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife em 1890 e iniciou carreira na magistratura em 1891, ao ser nomeado juiz municipal de Caconde e Limeira, no estado de São Paulo. Em 1893 foi promovido a juiz substituto, vindo a atuar na da comarca de Carangola, na Zona da Mata mineira. Aí ingressou no Partido Republicano Mineiro (PRM), fundou jornais e envolveu-se com a política local. Permaneceu em Carangola até em 1895, quando foi nomeado juiz de direito da comarca de Campo Largo, no estado do Paraná. Pouco depois requereu disponibilidade e regressou a Carangola para se dedicar exclusivamente à advocacia, à política e ao jornalismo.

Em 1900, transferiu residência e banca para o município de Cataguases (MG). Aí também atuou como jornalista e advogado, e foi eleito vereador à Câmara Municipal. Já figura de destaque no panorama político regional, e membro do diretório do PRM, foi deputado estadual em Minas Gerais de 1903 a 1910. Na Assembleia mineira, foi presidente das comissões de Constituição, Legislação e Justiça; Redação das Leis; Justiça Civil e Criminal, e Legislação e Poderes. Ao concluir o último mandato, foi nomeado pelo presidente estadual Júlio Bueno Brandão subprocurador-geral do estado. Em abril de 1914, foi nomeado lente de direito internacional da Faculdade de Direito de Minas Gerais. Também nesse ano foi reconduzido ao cargo de subprocurador-geral por Delfim Moreira, que assumira a presidência do estado.

Com a saída de Delfim Moreira do governo mineiro para disputar a vice-presidência da República, em foi eleito deputado federal pelo Espírito Santo. Exerceu o mandato nas legislaturas 1918-1920, 1921-1923 e 1924-1926. Depois de permanecer por quase oito anos no Congresso Nacional, já figura destacada no meio jurídico do país, foi nomeado pelo presidente Washington Luís, em junho de 1926, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga surgida com o falecimento de Herculano de Freitas.

Faleceu em 11 de janeiro de 1929, enquanto trabalhava em seu gabinete no STF.

Além de ter sido redator do *Diário de Minas Gerais* e outros periódicos de grande circulação no território mineiro, publicou diversos trabalhos jurídicos e pareceres, sobretudo no campo da organização judiciária. Sua obra encontra-se dispersa em revistas, jornais especializados e publicações oficiais.

Foi casado com Marieta Frust de Sousa.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

SOUSA, Inglês de

*escritor; pres. SE 1881-1882; pres. ES 1882; dep. fed. PA 1918.

Herculano Marcos Inglês de Sousa nasceu em Óbidos (PA) no dia 28 de dezembro de 1853, filho do desembargador Antônio Rodrigues de Sousa e de Henriqueta Amália de Góis Brito, membros de tradicionais famílias paraenses.

Fez os primeiros estudos no Pará, no Maranhão e no Rio de Janeiro. Em 1870 foi para Recife a fim de se preparar para o concurso de ingresso na Faculdade de Direito, que cursou entre os anos de 1872 e 1875. Em virtude da nomeação de seu pai para o cargo de juiz de direito em Santos (SP), partiu então para São Paulo, onde concluiu o curso na Faculdade de Direito em novembro de 1876. Nesse mesmo ano publicou seus dois primeiros romances, *O cacaulista* e *História de um pescador*, ambos sob o pseudônimo Luís Dolzani. A partir de 1877, juntamente com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, publicou a *Revista Nacional*, que versava sobre ciências, artes e letras. Colaborou também no *Diário de Santos*, periódico de propriedade de João José Teixeira, e militou ativamente no Partido Liberal, em oposição ao Partido Conservador. Em 1878 foi nomeado secretário da Relação de São Paulo e em seguida foi eleito deputado provincial, com mandato de 1880 a 1883.

Foi nomeado presidente da província de Sergipe por carta imperial datada de 2 de maio de 1881 e tomou posse em 17 de maio, com a missão de controlar uma rebelião da guarnição militar local e de supervisionar a aplicação da recém-promulgada Lei Saraiva, que instituiu o uso do título de eleitor, além de eleições diretas para senador, deputado geral, deputado provincial, vereador e juiz de paz. Após controlar a situação e supervisionar as eleições de 1881, pediu exoneração do cargo, o que lhe foi concedido por decreto de 28 de janeiro de 1882 e efetivado em 22 de fevereiro.

Mais uma vez por carta imperial, de 11 de fevereiro de 1882, foi nomeado presidente da província do Espírito Santo e tomou posse em 3 de abril. Permaneceu na administração da província até 9 de dezembro de 1882, quando pediu exoneração para retornar à Assembleia

provincial de São Paulo. Em 1883 deixou a Assembleia, abandonou a carreira política e passou a advogar em Santos.

Já após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, mudou-se para a capital paulista em 1890 e fundou o Banco de Melhoramentos de São Paulo. A partir de 1892 fixou-se no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde atuou como advogado, banqueiro, jornalista e professor de direito comercial e marítimo na Faculdade Livre de Direito. Em 1896 compareceu às sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras. Fundada a entidade em 1897, ocupou a cadeira nº 28, que tem como patrono Manuel Antônio de Almeida. A publicação em 1898 de sua obra jurídica *Os títulos ao portador* assegurou-lhe projeção nacional, e a partir de então tornou-se jurisconsulto de fama e prestígio, sendo indicado em 1902 diretor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) de 1907 a 1910, presidiu em 1908 o I Congresso Jurídico Brasileiro.

Em 1918 foi eleito deputado federal pelo estado do Pará. Tomou posse em 3 de maio, mas não completou o mandato, pois a 6 de setembro daquele mesmo ano.

Considerado o introdutor do naturalismo no Brasil, tornou-se conhecido como escritor principalmente depois de *O missionário*, romance publicado em 1891, que, como toda a sua obra, trazia a influência de Émile Zola. Nesse romance, descrevia com fidelidade a vida em uma pequena cidade do Pará, revelando agudo espírito de observação, amor à natureza e fidelidade a cenas regionais. Além das obras citadas, publicou *O coronel sangrado* (1877) e *Contos amazônicos* (1893). Foi autor também de diversas obras jurídicas e colaborador na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Era tio do escritor modernista Oswald de Andrade.

Adrianna Setemy

FONTES: CALIMAN, A. *Deputados* (p.58-60); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; OCTÁVIO FILHO, R. *Inglês* (p. 28); Projeto de imagem de publicações oficiais

brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project.
Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930). Disponível em:
<<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SOUSA, João Francisco de Paula

* sen. SP 1895-1901.

João Francisco de Paula Sousa nasceu em Itu (SP) entre 1828 e 1831, filho de Francisco de Paula Sousa e Melo e de Maria de Barros Leite. Era descendente de tradicional e abastada família paulista. Seu pai foi deputado às Cortes de Lisboa, membro do Conselho Geral da província de São Paulo, constituinte de 1823, deputado geral entre 1826 e 1833, senador do Império entre 1833 e 1851, ministro dos Negócios do Império e da Fazenda, presidente do Conselho de Ministros e conselheiro do Império. Seu irmão Antônio Francisco de Paula Sousa foi deputado provincial, deputado geral, e ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império; outro irmão, Bento Francisco de Paula Sousa, foi deputado provincial, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo em duas oportunidades, deputado geral, ministro da Marinha, e conselheiro do Império. Sua irmã Francisca de Sousa Queirós foi a baronesa de Limeira.

Fez os primeiros estudos em sua cidade e posteriormente foi para o Rio de Janeiro, então sede da Corte, onde se matriculou na Faculdade de Medicina. Logo após ter-se formando foi para a Europa e frequentou várias clínicas e hospitais, especializando-se em diferentes áreas médicas na França. De volta ao Brasil, estabeleceu-se em sua cidade natal, mas não exerceu a profissão de médico. Grande proprietário rural e cafeicultor, e chefe do Partido Liberal em sua região, foi eleito deputado à Assembleia Provincial de São Paulo para as legislaturas 1866-1867 e 1868-1869. Ao término do último mandato resolveu voltar à Europa, onde permaneceu algum tempo.

Quando da Convenção Republicana de Itu, realizada em 18 de abril de 1873, seus participantes decidiram que era necessário fundar um jornal que divulgasse suas ideias na capital da província. Coube a Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales o trabalho de arregimentação dos sócios comanditários. Àquela altura Paula Sousa já havia retornado ao Brasil, e, apesar de ser da corrente liberal e não republicana, Brasiliense, de quem era velho amigo, não teve dúvidas em convidá-lo e solicitar sua colaboração financeira. A princípio Paula Sousa não concordou, por entender que não se via como sócio de uma empresa jornalística, e desejou sucesso para a sociedade. Contudo, graças à insistência de seu amigo, acabou aceitando o convite e subscreveu a quantia de

dois contos de réis para compor o capital da sociedade. Finalmente em 1º de novembro de 1874, em reunião realizada em São Paulo, foi constituída uma sociedade comanditária formada por 21 cotistas. Por terem contribuído com as maiores cotas, Rangel Pestana e Américo de Campos foram escolhidos para redatores do novo órgão de imprensa. Era a fundação do jornal *A Província de São Paulo*, que começou a circular em 4 de janeiro de 1875 e que, com o advento da República em 15 de novembro de 1889, passaria a intitular-se, em janeiro de 1890, *O Estado de São Paulo*.

Já no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), com a nomeação de Francisco de Paula Rodrigues Alves para o Ministério da Fazenda do governo, Paula Sousa foi indicado pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para ocupar a vaga deste no Senado Federal. Foi assim eleito senador em 15 de abril de 1895 e assumiu o mandato em 30 de maio, exercendo-o até fins de 1901. Por um acordo político entre as lideranças do PRP após o grave embate que provocou a cisão ocorrida em 1897, sua cadeira seria ocupada no ano seguinte pelo general Francisco Glicério, que se encontrava no ostracismo. No Senado Federal, Paula Sousa foi membro das comissões de Justiça e Legislação e de Saúde Pública, Estatística e Colonização. Em 4 de junho de 1904, sempre pelo PRP, foi eleito para o Senado Estadual paulista na vaga de Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, que havia sido nomeado secretário da Fazenda. Tomou posse em 1º de julho seguinte e foi indicado membro da Comissão de Redação.

Faleceu em São Paulo em 12 de janeiro de 1906, no exercício do mandato de senador estadual.

De seu primeiro casamento teve um filho. Foi casado em segundas núpcias com sua prima Gabriela Aguiar Paes de Barros, filha do barão de Piracicaba. Seu sobrinho Antônio Francisco de Paula Sousa foi deputado estadual, ministro das Relações Exteriores e da Indústria, Viação e Obras Públicas do governo Floriano Peixoto, fundador e diretor da Escola Politécnica de São Paulo.

Publicou os trabalhos *Funções do baço* (1873); *Memória sobre a oportunidade e uso de sulfato de quinino nas afecções palustres* (1874); *Memória sobre a prostituição no país, suas causas e medidas a adotar para a sua não propagação* (1876); e *Parecer médico legal sobre o estado mental de Bento de Sousa Borges* (1879). Escreveu ainda os artigos “Apontamentos para a história da medicina”, para *Progresso Médico* (1876), e “Fisiologia

do cérebro”, para *Revista Médica* (1877), e colaborou na *Revista Clínica do Hospital de São João Batista de Niterói* (1879).

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (13/1/1906); *Estado de S. Paulo* (1/2/1975); RIBEIRO, J. *Chronologia*; SENADO, *Dados*.

SOUSA, JOÃO FRANCISCO PEREIRA DE

*rev. 1892; rev. 1893; rev. 1924; rev. 1930.

João Francisco Pereira de Sousa nasceu em Santana do Livramento (RS) no dia 12 de abril de 1866, filho de um “soldado-estancieiro” com propriedades nas duas bandas da linha divisória Brasil-Uruguai, e de Luísa Pereira de Sousa.

Sem haver frequentado qualquer escola, dedicou-se à vida militar, ingressando na Guarda Nacional. Filiou-se desde cedo ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos, que assumiu a presidência do estado em 15 de julho de 1891. Promovido a tenente em agosto desse ano, foi então designado para servir no 136º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, incorporando-se no início de novembro à guarnição de Santana do Livramento.

Em fevereiro de 1892, 16 dirigentes do PRR, entre os quais José Pinheiro Machado e Manuel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio Vargas, reuniram-se na cidade argentina de Monte Caseros para articular um movimento que restaurasse no poder Júlio de Castilhos, destituído por ocasião da renúncia (23/11/1891) de Deodoro da Fonseca, a quem era ligado. Assim, em 17 de junho de 1892, os republicanos, com o apoio da Brigada Militar de Porto Alegre, deram início ao golpe. Nesse mesmo dia, Júlio de Castilhos reassumiu a presidência do estado, enquanto o governo do visconde de Pelotas, que se recusou a aceitar a deposição, era transferido para o general João Nunes da Silva Tavares, barão de Itaqui, conhecido como Joca Tavares, comandante da guarnição de Bajé (RS). Ainda em 17 de junho, Castilhos nomeou Vitorino Monteiro vice-presidente do estado e renunciou. Para sustentar a posição de Vitorino, que estava ainda ameaçada, mobilizaram-se as forças republicanas para o ataque ao general Joca Tavares. Em 19 de junho, João Francisco comandou uma coluna no ataque a Livramento, aí recebendo seu batismo de fogo e sendo promovido a capitão no final do mês. No dia 22 de julho, com a capitulação dos federalistas em Bajé e a consolidação das posições republicanas no Rio Grande do Sul, João Francisco foi dispensado da ativa. Antes do final do ano Júlio de Castilhos foi mais uma vez eleito presidente do estado.

PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Entretanto, o afastamento de João Francisco pouco durou, já que em janeiro de 1893 foi ele nomeado comandante do 2º Contingente Auxiliar. Ainda nesse mês Júlio de Castilhos tomou posse, e um novo conflito armado teve início. Conhecido como Revolução Federalista, o movimento foi desencadeado quando um grupo de federalistas — que, após o golpe de Castilhos no ano anterior, se exilara em países vizinhos — cruzou a fronteira em direção a Bajé. Em 18 de fevereiro João Francisco participou do combate que assegurou aos republicanos o controle de Livramento e, no início de 1894, passou a integrar a Divisão Oeste, ficando encarregado do comando das forças avançadas da linha de frente.

Nomeado major em comissão em abril de 1894, como comandante do Corpo de Exploradores, e tenente-coronel em junho, João Francisco foi designado para comandar a Guarnição de Fronteira de Quaraí (RS) até Coxilha Negra (RS). Em abril de 1895, teve sua tarefa ampliada em virtude de sua designação para o comando das forças de observação na fronteira. Ainda naquele mês, o almirante Luís Filipe Saldanha da Gama — que, após participar da Revolta da Armada, unira-se no Sul às forças federalistas — transpôs o rio Quaraí e entrou no Rio Grande do Sul com um contingente de rebeldes da Marinha. Cerca de dois meses depois, o pelotão avançado da Divisão Oeste comandado por João Francisco localizou o acampamento de Saldanha. Valendo-se do fator surpresa, as tropas de João Francisco romperam facilmente as linhas inimigas, dispersando as forças de Saldanha da Gama, que morreu em 24 de junho de 1895 no que ficou conhecido como o combate de Campo Osório. Pouco depois, foi restabelecida a paz.

No início de 1896, João Francisco foi novamente afastado da ativa em virtude da dissolução do Corpo Auxiliar. Dias depois, entretanto, Júlio de Castilhos nomeou-o comandante do 2º Corpo Provisório de Cavaleiros, adido à Brigada Militar gaúcha.

PROBLEMAS DE FRONTEIRA E ATRITOS COM BORGES DE MEDEIROS

Assim, do final da década de 1890 até a de 1910, João Francisco dedicou-se ao comando do patrulhamento de fronteira, de extrema importância na política interna gaúcha devido às constantes tentativas de aliança dos federalistas com o Partido Colorado, do Uruguai, e dos republicanos com o Partido Blanco, também desse país. Nesse sentido, João Francisco atuou por diversas vezes como intermediário do governo gaúcho — tanto na gestão de Castilhos, que deixou a presidência do estado em 1898, quanto na de Antônio

Augusto Borges de Medeiros, que o governou de 1898 a 1908 — junto aos líderes brancos. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 1896, quando estabeleceu um acordo com o uruguaio Aparício Saraiva, informando o governo gaúcho sobre a política interna uruguaia, sobre a possibilidade de empréstimos e até mesmo sobre contrabandos de armas. João Francisco atuou também como emissário de Castilhos nos municípios de Livramento e Quaraí, organizando e orientando os diretórios republicanos locais. Por outro lado, foram várias as incursões ao Uruguai por ele comandadas, com o objetivo de atemorizar os federalistas exilados naquele país.

Em 1901, João Francisco foi designado comandante da 32ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional, sediada na comarca de Livramento. Devido à proximidade do arroio Cati, essa guarnição se tornaria conhecida com o nome de “Força do Cati”.

Após a morte de Castilhos, em 1903, tiveram início as divergências de João Francisco com alguns elementos do PRR, entre os quais José Antônio Flores da Cunha, que em 1905 publicou um manifesto contrário à sua atuação. Flores da Cunha acusaria ainda João Francisco de diversos crimes no livro *Perfídias de um bandido* (1911). Este, por seu lado, se defenderia das acusações publicando em 1934 *Noventa e três: acontecimentos que engendraram a luta de noventa e três e as consequências que acarretaram até o presente*.

Já em 1906, alegando a consolidação da paz no estado, João Francisco solicitou a Borges de Medeiros — que cumpria então seu segundo período consecutivo de governo — seu afastamento do comando da “Força do Cati”, mas esbarrou na recusa do presidente em atendê-lo. Dois anos depois insistiu no pedido, já que condicionara sua permanência ao término do mandato de Borges de Medeiros, em janeiro de 1908. Aguardou apenas a extinção oficial do 2º Corpo de Provisórios, efetuada ainda no início do governo de Carlos Barbosa Gonçalves, também do PRR, e passou a exercer a chefia política dos municípios de Quaraí e Livramento, que lhe fora confiada por Borges de Medeiros. Em janeiro de 1909, foi nomeado subchefe da 3ª Região Policial.

O ano de 1910 marcou o início de uma nova etapa na atuação de João Francisco, cujos irmãos Bernardini e Pedro foram assassinados e cuja família passou a sofrer perseguições por parte da justiça borgista. A partir de então, João Francisco dedicou-se quase exclusivamente à compra de terras e a negócios correlatos, restringindo sua atividade política à publicação de alguns artigos no jornal *O Debate* em 1916. Nesses textos,

manifestava sua divergência com Borges de Medeiros, que voltara a ocupar a presidência do estado desde 1912.

Em 1921, quando já residia na cidade paulista de Itaquera, João Francisco voltou a manifestar publicamente suas críticas a Borges de Medeiros, que apoiava a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República. Em carta aberta aos gaúchos, publicada em *O País*, João Francisco acusou Borges de traidor dos princípios defendidos por Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado, já que a seu ver Nilo Peçanha fora um dos responsáveis pelo assassinato daquele último. Apesar de suas críticas a Borges de Medeiros, João Francisco não participou da Revolução de 1923, movimento federalista encabeçado por Joaquim Francisco de Assis Brasil.

JOÃO FRANCISCO E O TENENTISMO

Em 1924, João Francisco voltou a desempenhar papel político mais concreto ao se envolver nas articulações do movimento tenentista de 5 de julho daquele ano, liderado em São Paulo pelo general Isidoro Dias Lopes. Teve atuação destacada no comando do setor da Mooca, na capital paulista, e foi atingido por diversos disparos durante o ataque governista desfechado no dia 26 de junho. Embora ferido, não abandonou o comando, tendo coordenado a defesa da zona ferroviária da estação norte e orientado a retirada das forças rebeldes com o auxílio de seu filho Júlio e dos genros Otaviano Gonçalves da Silveira e Arlindo de Oliveira, ambos tenentes da Força Pública de São Paulo.

Após o abandono da capital paulista pelas forças rebeldes, João Francisco assumiu em Bauru (SP) o comando do regimento de cavalaria que ali estava sendo reorganizado com elementos da Força Pública e reservistas do Exército. No mês de agosto, fracassou a tentativa dos revolucionários de tomar a localidade de Três Lagoas, primeira parte do plano geral de Isidoro Dias Lopes para a constituição do Estado Livre do Sul. Segundo Maria Cecília Forjaz, essa derrota foi decisiva para a alteração da estratégia revolucionária, na qual passou a prevalecer a orientação de João Francisco: a Divisão Paulista iniciaria a descida do rio Paraná em direção ao Sul, com o objetivo de tomar Guaíra (PR), onde tentaria resistir às investidas do governo e pôr-se em contato com elementos simpáticos à revolução no Rio Grande do Sul.

Assim, em fins de agosto, o escalão de vanguarda, sob o comando de João Francisco,

começou a descida do rio Paraná, ao longo do qual foram dominados vários postos avançados do governo. Para essa manobra, João Francisco contou com a colaboração de oficiais como Juarez Távora, Newton Estillac Leal e Néelson de Melo. Em 14 de setembro suas tropas controlaram a cidade de Guairá e apoderaram-se da ferrovia que a ligava a Porto Mendes (PR). Enquanto a maior parte das tropas permaneceu na região de Guaíra-Porto Mendes, aguardando a chegada de Isidoro e de seu estado-maior, um dos batalhões de João Francisco, sob o comando de Juarez, ocupou Foz do Iguaçu (PR).

No final de setembro, João Francisco procurou dar continuidade ao plano, entrando em contato com os gaúchos: no Rio Grande do Sul, a situação era favorável, estando os partidários de Assis Brasil prontos a se unirem aos militares num movimento armado contra o presidente estadual Borges de Medeiros e o presidente da República Artur Bernardes. Em virtude do adiantado estágio em que se encontravam as articulações, encabeçadas pelo capitão Luís Carlos Prestes, tornou-se necessário apenas ultimar certos detalhes. Desde o início de outubro, João Francisco avistou-se em Quaraí — e, posteriormente, em Foz do Iguaçu — com o ex-tenente Antônio de Siqueira Campos e com Anacleto Firpo, comunicando-lhes a necessidade da imediata abertura de uma frente no Sul.

Em 29 de outubro de 1924, eclodiu uma revolta no Rio Grande do Sul. Os rebeldes distribuíram um manifesto assinado por Isidoro Dias Lopes e oito “generais” revolucionários, entre os quais João Francisco, expondo os principais objetivos da revolução, como a limitação do poder do presidente da República, a reorganização do Judiciário, o voto secreto e o ensino obrigatório. Ao tomar conhecimento da eclosão do movimento, João Francisco abandonou Foz do Iguaçu, dirigindo-se, através de território argentino, para o Rio Grande do Sul. Entretanto, só chegou a Paso de los Libres, no Uruguai, após a tomada de Uruguaiana (RS) pelos legalistas. Nessa ocasião, compreendeu que as únicas forças rebeldes de alguma expressão no estado eram as que se encontravam sob o comando de Prestes.

Após uma rápida vitória ao longo das fronteiras gaúchas, João Francisco regressou a Foz do Iguaçu, o que irritou Isidoro, que esperava tê-lo no comando geral da divisão no Rio Grande do Sul. A partir de então, Isidoro acusou por diversas vezes João Francisco de se haver apropriado indevidamente dos fundos da revolução. Este, em janeiro de 1925, abandonou a luta alegando motivos de saúde — durante a marcha da Divisão Paulista,

contraíra febre palustre, além de infecções resultantes de ferimentos mal cicatrizados — e internou-se outra vez em território argentino. Posteriormente, com a queda de Catanduvás — que significou o malogro da linha de frente rebelde aberta do Paraná —, João Francisco fez, em manifesto datado de 2 de setembro de 1925, sérias acusações a Isidoro.

O envolvimento de João Francisco na Revolução de 1924 acarretou a perseguição a seus familiares: no Rio de Janeiro, um de seus filhos, ainda menor, foi preso, enquanto em São Paulo sua mulher e demais filhos sofreram prisão domiciliar. Somente após uma série de entendimentos com o general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra, é que se conseguiu a transferência de sua família para Santana do Livramento e, depois, para a Argentina, onde João Francisco se encontrava exilado.

Em 1928, João Francisco deslocou-se para o Uruguai, fixando-se em Pando. No ano seguinte, enviou para o *Diário da Noite*, de São Paulo, o artigo “Novo horizonte político”, no qual apoiava o possível acordo entre Assis Brasil e Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, acordo esse que, mais tarde, resultaria na formação da Frente Única Gaúcha, uma das bases da Aliança Liberal.

APOIO À REVOLUÇÃO DE 1930 E AO ESTADO NOVO

Após a derrota da Aliança Liberal nas eleições de março de 1930, tiveram início as articulações destinadas a deflagrar a revolução em vários pontos do país. Em 6 de outubro, três dias após a eclosão do movimento armado no Rio Grande do Sul, Vargas e Osvaldo Aranha autorizaram João Francisco a organizar uma divisão de cavalaria ligeira para operar na linha de frente, em conexão com o general Miguel Costa.

Logo depois da vitória da Revolução de 1930, João Francisco decidiu fixar-se em São Paulo. Em março de 1931, numa carta ao general Augusto Ximeno de Villeroy, veterano de 1924, afirmou discordar do programa político regional com base no qual estavam sendo criadas as legiões revolucionárias, que deveriam possuir caráter nacional. Considerava ainda necessária, caso tais legiões persistissem, a criação de um Partido Nacionalista, “centrifugista e semijacobino”.

Em 9 de julho do ano seguinte, eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista. Em agosto, circulavam boatos sobre uma insurreição que seria chefiada no Rio Grande do Sul por Raul Pilla e Borges de Medeiros. Nessa ocasião, João Francisco, que servia às forças

legalistas sediadas em Jaguariaíva (PR), denunciou ao governo a existência de certos elementos que, vindos da Brigada Militar gaúcha, preparavam um motim. Essa denúncia foi confirmada dias depois através de um comunicado do general Valdomiro Lima, comandante do Exército Sul, ao interventor gaúcho, José Antônio Flores da Cunha, informando que as tropas da Brigada Gaúcha estavam dispostas a não mais avançar, em obediência às ordens de Borges de Medeiros. Em setembro, um mês antes do término do conflito, João Francisco atuou no quartel-general das forças nacionais em operação no Oeste, localizado em Jacarezinho (PR).

Após a Revolução Constitucionalista, João Francisco afastou-se das atividades políticas. Foi promovido a tenente-coronel e transferido para a reserva em 28 de novembro de 1936. No ano seguinte, quando do golpe do Estado Novo (10/11/1937), manifestou a Getúlio Vargas e ao general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, seu apoio à nova Constituição, segundo ele “verdadeiramente republicana, fundada sob o princípio do plebiscito que Simon Bolívar e Júlio de Castilhos... tanto se esforçaram por estabelecer na América”.

João Francisco faleceu na cidade de São Paulo em 4 de maio de 1953.

Era casado com Amália Osório Pereira, de quem teve 12 filhos.

Além da obra já citada, bem como de diversos artigos e manifestos, publicou alguns livros, entre os quais *A psicologia dos acontecimentos políticos sul-rio-grandenses* (1923) e *O livro da revolução redentora: 1930* (1931).

A seu respeito, além do livro de Flores da Cunha, publicaram-se uma série de artigos de Henrique Maximiano Coelho Neto, no *Correio da Manhã* de outubro a dezembro de 1907; o documentário *Coronel João Francisco: sua atuação na “Caçapava Packing House”* (1915) e *Cartas de Júlio de Castilhos a João Francisco* (1955).

O arquivo de João Francisco Pereira de Sousa encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Regina da Luz Moreira

FONTES: BORGES, V. *Getúlio*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COUTINHO, A. *Brasil*

(1); *Estado de S. Paulo* (18/11/1971); LEME, M. *Ideologia*; OLIVEIRA, C. *Do CIESP; Personalidades; Quem é quem no Brasil*; SCHLESINGER, H. *Encic.; Who's who in Brazil* (1969).

SOUSA, José da Costa Machado e

*pres. MG 1867-1868; dep. fed. MG 1891-1896

José da Costa Machado e Sousa nasceu em Baependi (MG) no dia 5 de julho de 1829.

Formado em 1853 pela Faculdade de Direito de São Paulo, iniciou sua carreira como advogado atuando em Minas Gerais e na capital paulistana. Foi suplente de deputado geral entre os anos de 1857 e 1860, e logo após elegeu-se deputado provincial em São Paulo na legislatura 1862-1863. Em outubro de 1867 foi nomeado presidente de Minas Gerais, permanecendo à frente do governo provincial até agosto de 1868.

Já na República, após a promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, foi eleito deputado federal por Minas Gerais, com mandato de maio do mesmo ano a dezembro de 1893. Foi reeleito para a legislatura seguinte e permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1896.

Faleceu em São Paulo em 14 de julho de 1925.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 148); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 673).

SOUSA, José Gonçalves de

*dep. fed. MG 1912-1926.

José Gonçalves de Sousa nasceu no arraial de Santana de São João Acima (MG), filho de José Gonçalves de Sousa Moreira e de Delfina Maria Gonçalves de Sousa.

Cursou humanidades no tradicional Colégio do Caraça e no Ginásio de Ouro Preto, em sua província natal. Em 1886 diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Recém-formado, retornou a Minas Gerais e foi nomeado promotor público em Pará. Posteriormente foi promotor e inspetor escolar em Três Rios, e juiz municipal e juiz de direito em Pitangui, até 1896. Abandonando a magistratura para se dedicar à indústria, tornou-se gerente da Companhia Industrial Pitanguiense, empresa que mais tarde dirigiu por seis anos.

Ingressou na vida política em 1897 ao se eleger vereador em Pitangui. No decorrer de seus sete anos de mandato também foi presidente da Câmara e agente executivo municipal. Em 1899 elegeu-se deputado estadual, com mandato até 1902. Em 1903 assumiu uma cadeira no Senado Estadual e nela permaneceu até setembro de 1910, quando foi nomeado secretário estadual da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas. Em 1911 participou ativamente da fundação da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte.

Voltou a exercer novo mandato eletivo em 1912, quando foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano e foi reeleito para as quatro legislaturas seguintes: 1915-1917, 1918-1920, 1921-1923 e 1924-1926. No decorrer do período foi membro da Comissão de Tomada de Contas (1923) e vice-presidente da Câmara (1924).

Ao longo de sua trajetória profissional fundou a Companhia de Tecidos Santanense, que presidiu até falecer.

Casou-se com Cecília Bahia Gonçalves de Sousa.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 152); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 674).

SOUSA, José Joaquim de

*pres. GO 1887; junta gov. GO 1889-1890; const. 1891; sen. GO 1891-1909.

José Joaquim de Sousa nasceu em Goiás Velho, capital da província de Goiás, no dia 30 de setembro de 1830.

Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, exerceu as funções de procurador dos feitos da Fazenda, diretor de Instrução Pública e delegado da Inspetoria Geral da Instrução Secundária na Corte. Foi também tabelião em sua cidade natal. Em agosto de 1887, ainda no Império, na condição de terceiro vice-presidente de Goiás, assumiu por alguns dias o governo da província.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o então presidente da província Eduardo Augusto Montandon foi deposto em 6 de dezembro, e o marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório do país, nomeou para seu lugar o tenente-coronel Bernardo Vasques, comandante do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo. Este, porém, não chegou a tomar posse, pois os grupos políticos locais se articularam a fim de que uma junta representativa de seus interesses fosse nomeada para exercer provisoriamente o governo. A junta, composta por Joaquim Xavier Guimarães Natal, Eugênio Augusto de Melo e José Joaquim de Sousa, tomou posse em 7 de dezembro de 1889 e governou até 24 de fevereiro de 1890, quando foi substituída por Rodolfo Gustavo da Paixão, nomeado presidente de Goiás por Deodoro.

Em setembro de 1890, José Joaquim de Sousa foi eleito senador constituinte pelo estado de Goiás. Tomou posse em 15 de novembro e, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou a exercer o mandato ordinário a partir de maio. Reeleito em 1900, deixou o Senado Federal em 1909, ao final do mandato.

Faleceu em 3 de agosto de 1913.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

SOUSA, José Leite de

*dep. fed. SP 1903-1905.

José Leite de Sousa nasceu em Amparo (SP) no dia 8 de outubro de 1873, filho do coronel Luís de Sousa Leite e de Deolinda Leite de Sousa Arantes. Seu pai, abastado lavrador, foi comandante superior da Guarda Nacional, recebeu o título de barão de Socorro e a comenda da Imperial Ordem da Rosa; foi vereador em Amparo, governador provisório de sua comarca e senador estadual (1892-1893) pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 25 de dezembro de 1894. De volta a Amparo, presidiu a Câmara Municipal entre janeiro de 1896 e janeiro de 1899. Foi também eleito deputado estadual pelo PRP com 32.510 votos para a legislatura 1898-1900, e em 1898 integrou a Comissão de Comércio, Indústria e Obras Públicas. Exerceu a função de delegado de polícia no biênio 1900-1901. Eleito deputado federal pelo 5º distrito do estado de São Paulo, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio de 1903 a dezembro de 1905.

Faleceu em 10 de agosto de 1909.

Era casado com Carlota Cordeiro.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEME, L. *Genealogia paulistana*. (v.5); VASCONCELOS, J.; VASCONCELOS, R. *Archivo*.

SOUSA, JOSÉ SORIANO DE

*magistrado; min. STF 1927-1932.

José Soriano de Sousa Filho nasceu em Recife no dia 8 de dezembro de 1863, filho do professor de direito José Soriano de Sousa.

Formou-se em 1884 pela Faculdade de Direito do Recife. Promotor em Nazaré (PE) em 1887, foi nomeado em agosto desse mesmo ano juiz-substituto em Santos (SP). Exerceu a função até fevereiro de 1888, quando foi nomeado juiz municipal e da Vara de Órfãos em Uberaba (MG). Após a reorganização judiciária do estado de São Paulo, concluída em 1894, foi nomeado, ainda nesse ano, juiz de direito da comarca de Jaú (SP). Daí foi transferido em 1896 para a 2ª Vara de Campinas (SP), onde exerceu a judicatura até dezembro de 1914, quando se tornou ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo, com assento na Câmara Cível.

Em fevereiro de 1927 foi nomeado pelo presidente Washington Luís (1926-1930) ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Como ministro do STF, em maio de 1932 assumiu a vice-presidência do Tribunal Superior de Justiça. Nesse mesmo mês, contudo, foi aposentado por ter atingido o limite de idade para o cargo.

Foi também catedrático da Faculdade de Direito de Recife.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 6 de outubro de 1938.

Era casado com Regina Henrique de Sousa, com quem teve quatro filhos.

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; COSTA, E. *Grandes*; *Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Supremo*; MACEDO, R. *Efemérides*.

SOUSA, Marcondes Alves de

*militar; pres. ES 1912-1916.

Marcondes Alves de Sousa nasceu em Itaúna (MG) a 12 de setembro de 1868.

Mudou-se para o Espírito Santo com 15 anos, na companhia de dois irmãos, fixando-se inicialmente em São José do Calçado. Começou a trabalhar como valeiro, ou seja, abridor de valas, que naquele tempo marcavam os limites entre fazendas, propriedades e aglomerações urbanas. Tornou-se depois comerciante e, finalmente, fazendeiro, em Muqui, à época distrito do município de Cachoeiro de Itapemirim. Casou-se com uma moça da parentela de Bernardino e Jerônimo de Sousa Monteiro, e mudou seu nome, trocando o do pai, Fonte Boa, que até então usava, por Sousa. Sua carreira política começou em Cachoeiro sob o patrocínio dos Monteiro. Fez parte do governo municipal em sucessivas legislaturas, de 1900 a 1912, presidindo-o a partir de 1908.

Em 1910, no governo de Jerônimo Monteiro, foi eleito indiretamente, pelo Legislativo, para ocupar uma vaga de vice-presidente do estado. Em 1912, Jerônimo Monteiro o indicou como candidato à sua sucessão, provocando fortes reações contrárias no estado, inclusive entre seus aliados, alguns dos quais passaram à oposição. Foi lançada uma chapa encabeçada por um médico do Exército, Getúlio Florentino dos Santos, capixaba de família de políticos, mas que até então não tinha tido militância política e servia no Rio de Janeiro. Os candidatos às três vagas de vice-presidente eram o médico e político José Gomes Pinheiro Júnior, opositor de Jerônimo Monteiro, César Augusto Mendes Veloso, também médico e irmão do líder do governo Jerônimo Monteiro no Legislativo Thiers Veloso, e Antônio Marins, republicano histórico de Cachoeiro, que se tornaria mais tarde historiador do seu município.

Estava-se, então, no governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), durante o qual militares poderosos, entre eles o filho do presidente, Fonseca Hermes, promoveram intervenções nas eleições de vários estados com o propósito de tirar do poder oligarquias consolidadas, acusadas de cometer graves abusos e de corrupção, e impuseram candidatos

militares. Certamente era isso que a oposição esperava obter no Espírito Santo, tanto mais que Getúlio dos Santos era médico da família do presidente da República. Alegando a falta de instrução de Marcondes Alves de Sousa e sua dependência em relação aos Monteiro, os oposicionistas acusavam a estes de pretender consolidar uma oligarquia familiar e apresentavam uma chapa de doutores que combateria o coronelismo representado pelo candidato oficial.

Houve conflitos em muitos municípios, às vezes violentos, porém o governo conseguiu impor seu candidato, e Marcondes tomou posse a 23 de maio de 1912. Encontrou as finanças do estado arruinadas, após o governo de grandes empreendimentos de Jerônimo Monteiro, e, ao contrário do que esperavam todos, expôs as dificuldades, não omitindo os problemas criados pelo antecessor. Era uma atitude ousada, pois devia sua eleição, e de resto sua carreira política, aos Monteiro, além de ter contra si uma forte oposição. Seus patrocinadores detinham grande poder: Bernardino fora eleito senador; Jerônimo presidia o único partido existente, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES); um terceiro irmão, dom Fernando, era o bispo do Espírito Santo; um quarto irmão, Antônio, era presidente do Legislativo estadual e, quando faleceu em 1913, foi substituído no cargo pelo próprio Jerônimo; finalmente, um quinto irmão, José, era o representante do governo na direção do Banco Hipotecário e Agrícola, sociedade de economia mista criada por Jerônimo, e principal fonte dos problemas financeiros. Porém, para enfrentar a situação e aliviar as finanças do estado, era preciso expô-la ao Legislativo, ou seja, torná-la pública.

Marcondes amparou-se, para isso, num dos mais poderosos políticos nacionais, o senador Pinheiro Machado, de quem se aproximou a ponto de fazê-lo padrinho de uma de suas filhas. O senador era o fundador e chefe do Partido Republicano Conservador, de âmbito nacional, ao qual o PRES era filiado, e fora o patrocinador da candidatura de Hermes da Fonseca à presidência da República. Assim fortalecido, Marcondes obteve do Legislativo liberdade para agir: contrapôs-se às exigências do banco, negou-se a pagar o que este cobrava como garantia de juros, e recorreu a Rui Barbosa para dar um parecer sobre a questão, levada à Justiça. Simultaneamente, apresentou ao banco uma proposta para

encerrar o contrato com o estado, assumindo este um passivo menor do que os gastos que teria na situação então existente.

Sem recursos para empreender ações onerosas, Marcondes limitou-se a tomar medidas que não implicassem gastos elevados: promoveu uma reforma da Constituição estadual, que instituiu o cargo de prefeito, criou a comarca de Calçado e instalou o município de Muqui, separado de Cachoeiro.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) interrompeu as negociações com o Banco Hipotecário e Agrícola, cujos sócios eram capitalistas franceses, e agravou a crise financeira do estado, pois provocou a queda das exportações e do câmbio. E o apoio de Marcondes para enfrentar o poder dos Monteiro desapareceu com o assassinato de Pinheiro Machado, em setembro de 1915. Encerrou então sua tentativa de independência e foi envolvido na mais grave crise política que o Espírito Santo vivenciou na Primeira República, ao apoiar a candidatura de Bernardino Monteiro à sua sucessão em 1916.

Essa candidatura despertou forte oposição e desencadeou uma rebelião armada, conhecida como Revolta do Xandoca, apelido do coronel Alexandre Calmon, líder político de Colatina (sede do município de Linhares), que chefiou a reação ao governo. A oposição reunia a bancada federal capixaba, à exceção de Bernardino e Jerônimo Monteiro (então deputado), numerosos chefes políticos estaduais e municipais, e conseguiu, no início, o apoio do presidente da República Venceslau Brás (1914-1918). Seu candidato era José Gomes Pinheiro Júnior, tendo como companheiro de chapa Alexandre Calmon, vice-presidente no governo Marcondes. Como em outras crises da Primeira República, formou-se uma “duplicata” de assembleias e outra de governo, ou seja, dois Legislativos se declararam legítimos e cada um deles reconheceu a eleição e empossou um presidente do estado. A oposição recorreu ao governo federal, contestando a eleição e a posse do candidato governista, e pedindo a intervenção federal no estado para garantir seu candidato. A decisão era demorada, pois seria tomada pelo Congresso Nacional.

No dia 23 de maio de 1916, término de seu mandato, Marcondes passou o cargo a Bernardino Monteiro. Os oposicionistas tentaram realizar um ato público marcando a posse

de seus candidatos pelo “seu” Legislativo, mas foram duramente reprimidos a tiros, e Vitória teve cortadas a energia elétrica e as comunicações telegráficas. A violência havia começado anteriormente, com a polícia invadindo residências e destruindo a oficina do jornal de oposição *A Tarde*. Casas de oposicionistas foram atacadas a bala, e estes tiveram de se abrigar em prédios federais, guardados por tropas do Exército. Encerrou-se assim, melancolicamente, o governo Marcondes. A revolta continuou com muita violência no estado e terminou com o reconhecimento de Bernardino e a concessão de anistia aos envolvidos pelo Congresso Nacional, em agosto de 1916.

Apesar do apoio dado a Bernardino em situação tão difícil, Marcondes não foi mais aceito pelos Monteiro, sobretudo por Jerônimo. Continuou sua carreira como coronel municipal e, após a nova crise sucessória de 1920, voltou ao poder no âmbito estadual, como membro da executiva do PRES. A Revolução de 1930 encerrou sua carreira.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 29 de abril de 1938.

De seu casamento com Almerinda Rosa de Sousa, teve cinco filhos; um deles, que tinha o nome do pai, foi deputado estadual em duas legislaturas (1916-1918 e 1922-1924).

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: *Cachoeirano* (1912-1913); CHEQUER FILHO, N. *Revolta*; NOVAES, H. *Memórias*; PEREIRA, A. *Homens*; SANTOS, A. *Republicano*; SOUZA, Marcondes Alves de. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo (8/10/1912, 22/10/1913, 15/10 1914, 8/9/1915).

SOUSA, Martinho Rodrigues de

*const. 1891; dep. fed. CE 1891-1893.

Martinho Rodrigues de Sousa nasceu em Canindé (CE), filho de Inácio Rodrigues de Sousa.

Foi professor primário no arraial de Jucá, em Canindé, em 1871, transferindo-se logo depois para Pacoti (CE). Ingressou na política pelo Partido Conservador, aliou-se à causa abolicionista e foi um dos líderes do Centro Republicano Cearense.

Com o advento da República, foi nomeado para compor o Conselho de Intendência de Fortaleza em janeiro de 1890. Em 15 de setembro desse ano foi eleito deputado pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte. Empossado em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a partir de maio passou a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Nesse período desligou-se do Centro Republicano e fundou juntamente com Justiniano de Serpa, Gonçalo de Lagos, Honório Moreira e outros, o jornal *A Pátria*, que expressava as idéias do novo grupo político que se formava em torno do barão de Lucena. Com a deposição do presidente do Ceará Clarindo de Queirós em 16 de fevereiro de 1892, passou à oposição. Em 1893 foi preso em Recife, onde cursava a Faculdade de Direito, acusado de participar da Revolta da Armada. Solto oito meses depois, bacharelou-se. Passou por vários periódicos, entre eles *A Constituição*, *O Norte* e *O Estado*, todos de Fortaleza. Retirando-se para o Amazonas, faleceu em 1905 a bordo do vapor *Santo Antônio*.

Era casado com Florentina Pinheiro de Sousa.

Além de poemas sobre o flagelo da seca de 1877, publicou discursos parlamentares.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTE: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.447-448); STUDART, G. *Dicionário* (v.2, p.372-374).

SOUSA, Antônio Francisco de Paula

* min. Rel. Ext. 1892-1893; min. Ind. Viação Obras Públ. 1893.

Antônio Francisco de Paula Sousa nasceu no dia 6 de dezembro de 1843 em Itu (SP), filho primogênito do médico Antônio de Paula Sousa e Maria Rafaela de Aguiar Barros. Tanto pelo lado paterno como pelo materno descendia de famílias influentes na política nacional e na economia paulista. Seu avô paterno, Francisco de Paula Sousa e Melo, foi deputado nas Cortes de Lisboa em 1821, membro da Assembleia Constituinte de 1823, deputado, senador e ministro do Império em 1848. Seu avô materno, Antônio Pais de Barros, primeiro barão de Piracicaba, foi grande fazendeiro de café e um dos fundadores da cidade de Rio Claro e da Companhia Ituana de Estrada de Ferro. Seu pai foi deputado provincial, deputado geral e ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1865 e 1866. Seu tio paterno Bento Francisco de Paula Sousa foi deputado geral, ministro da Marinha em 1882, conselheiro do Império e acionista-fundador da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

Paula Sousa iniciou os estudos no colégio de Brás Carneiro Leão em Itu, frequentando em seguida os colégios Galvão, na capital paulista, e Calógeras, em Petrópolis (RJ). Em 1858 viajou à Alemanha na companhia de tios maternos e do irmão Francisco, prosseguindo os estudos secundários no Colégio Krause, em Dresden. Em novembro de 1860, por motivo de saúde, os dois irmãos regressaram ao Brasil, mas no ano seguinte já estavam de volta à Europa. Conforme o plano traçado pelo pai, ambos deveriam fazer o curso de engenharia, tendo em vista as oportunidades de trabalho que surgiam no Brasil, em especial em São Paulo, nas áreas de construção ferroviária, navegação, saneamento e infraestrutura urbana. Em outubro de 1861, ingressou na Escola Politécnica de Zurique (ETH na sigla em alemão), na Suíça, uma das mais importantes da Europa. A par dos estudos e das primeiras experiências com a prática da engenharia, frequentou uma organização estudantil e tornou-se simpatizante dos ideais políticos liberais. Consta que chegou a viajar a Milão nas férias escolares de 1862 com a intenção de participar da luta pela independência italiana. No ano

seguinte, por desentendimentos com a direção da ETH e ameaçado de expulsão da escola, seguiu para a Alemanha, matriculando-se na Faculdade de Química da Escola Politécnica de Karlsruhe. Nessa cidade conheceu sua futura esposa, Ada Virginie Herwegh, filha do poeta revolucionário alemão Georg Herwegh. Em 1865 retomou os estudos de engenharia, mas consta que não chegou a obter o diploma de engenheiro junto à Escola Politécnica de Karlsruhe, por ter sido reprovado nos exames finais. Segundo a historiadora Cristina de Campos, é possível que tenha tirado seu título no Brasil mediante exame na Escola Central, no Rio de Janeiro.

Regressou ao país em 1867, após o falecimento do pai. Em maio de 1868, foi nomeado chefe da Inspetoria Geral de Obras Públicas de São Paulo pelo presidente da província, Joaquim Saldanha Marinho. Pensou em realizar um levantamento das estradas da província, mas deparou-se com a escassez de recursos, pessoal e material de trabalho. Deixou a Inspetoria apenas quatro meses depois de sua nomeação. No início de 1869, publicou *A República Federativa no Brasil*, panfleto em defesa dos ideais republicanos, da liberdade religiosa e do fim da escravidão, inspirado na leitura de obras de Alexis de Tocqueville e Michel Chevalier sobre a democracia norte-americana. Em abril do mesmo ano, embarcou para os Estados Unidos em busca de maiores conhecimentos profissionais. Antes de viajar, alforriou os escravos que recebera por herança da avó materna, a baronesa de Piracicaba. Durante a viagem salvou-se de um naufrágio nas Antilhas e ao chegar a Nova Iorque passou por dificuldades financeiras. Tinha a expectativa de trabalhar como engenheiro, mas conseguiu apenas emprego de desenhista numa companhia ferroviária em Rock Island, estado de Illinois. Permaneceu pouco mais um ano nos EUA. Em agosto de 1870 foi para a Europa e no mesmo ano casou-se com Ada Herwegh em Liestal, na Suíça.

Em 1871, de volta a São Paulo, foi admitido como engenheiro na Companhia Ituana de Estrada de Ferro, iniciando o trabalho de exploração do prolongamento da linha Jundiaí-Itu rumo às localidades de Porto Felix e Tietê. Na mesma época, ajudou a organizar o clube republicano de Itu e tornou-se membro da loja maçônica América. Em abril de 1873, participou da fundação do Partido Republicano Paulista (PRP), comparecendo à reunião

conhecida como Convenção de Itu. No mesmo ano, assumiu a chefia da construção do ramal Itu-Rio Claro, da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, e publicou o livro *Estradas de ferro na província de S. Paulo*, no qual defendeu a implantação da bitola métrica nas ferrovias paulistas. Em 1878, visitou a Exposição Universal de Paris e assistiu a algumas aulas na École de Ponts e Chaussées, na capital francesa. Ao retornar, estabeleceu-se em Campinas, onde abriu escritório de engenharia. Voltado principalmente para medições e trabalhos topográficos, seu escritório foi responsável pela introdução das vagonetes e trilhos do sistema Decauville em fazendas de café de São Paulo.

De 1881 a 1883, trabalhou como engenheiro-chefe da Estrada de Ferro Rio Claro, a convite de Antônio Carlos de Arruda Botelho, grande fazendeiro na região de Araraquara. Chefiou os trabalhos de implantação da ferrovia Rio Claro-São Carlos, destacando-se como pioneiro na utilização do aparelho taqueômetro em levantamentos topográficos no país. Após deixar a empresa ferroviária de São Carlos, dedicou-se a outros setores da engenharia civil. Foi sócio do arquiteto e empresário Francisco de Paula Ramos de Azevedo na Companhia Paraná Industrial e em vários projetos de saneamento urbano e prédios públicos em Itu, Campinas e outras cidades do interior paulista. A par das atividades profissionais, participou das campanhas políticas e eleitorais do PRP na década de 1880, mantendo ativa correspondência com Francisco Glicério Cerqueira Leite e outros líderes republicanos paulistas.

Ligado ao núcleo dirigente do PRP desde a fundação do partido, Paula Sousa apoiou o movimento de 15 de novembro de 1889 e participou do primeiro governo republicano constituído em São Paulo. Por designação do governador Prudente de Moraes, assumiu o cargo de diretor da Superintendência de Obras Públicas (SOP) em dezembro de 1889, organizando-a em seções especializadas, no lugar das seções territoriais da extinta Repartição de Obras Públicas, e dedicando especial atenção aos problemas de saneamento e abastecimento d'água da capital paulista. Além de suas funções na SOP, foi incumbido de dirigir a Comissão de Saneamento das Várzeas da Capital, junto com o engenheiro Teodoro Sampaio. Concluído em 1891, o relatório da comissão propôs a retificação do Tietê e a

construção de diques marginais para conter as constantes enchentes do rio.

Paula Sousa pediu exoneração da SOP em março de 1891, logo após a substituição de Jorge Tibiriçá (sucessor de Prudente de Moraes na chefia do Executivo estadual) por Américo Brasiliense. Aparentemente, deixou o cargo por razões particulares e não políticas. Assumiu em seguida a chefia da comissão de estudos da projetada estrada de ferro entre Uberaba (MG) e a vila de Coxim (MT). Incluída no Plano Geral de Viação Federal de 1890, a ferrovia era considerada de importância estratégica para a ocupação das áreas centrais do país e a ligação por terra com o Mato Grosso. A concessão para sua construção e exploração tinha sido outorgada ao Banco União de São Paulo. Em julho de 1891 Paula Sousa iniciou o levantamento do traçado da ferrovia. Partiu de Uberaba, à frente de uma expedição composta por mais dois engenheiros, guias, ajudantes de medição e um fotógrafo, e levou três meses para chegar a Coxim. Dali, a comitiva seguiu de barco para Assunção e, depois, para Buenos Aires, retornando a São Paulo no final de novembro. Mais tarde, o governo Rodrigues Alves aprovaria a transferência da concessão para a Companhia Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, bem como um novo traçado para a linha ferroviária.

DEPUTADO EM SÃO PAULO E MINISTRO DE FLORIANO PEIXOTO

Em março de 1892, Paula Sousa concorreu às eleições para a Câmara do Congresso Legislativo de São Paulo – o sistema legislativo paulista era bicameral, composto além da Câmara, pelo Senado estadual. Candidato mais votado da chapa do PRP, assumiu a presidência da Câmara estadual e apresentou um projeto de criação de uma escola superior de matemáticas e ciências aplicadas às artes e indústrias, com a denominação de Instituto Politécnico de São Paulo. Inspirado no modelo das escolas técnicas suíças, o instituto deveria funcionar como escola preparatória, com cursos de três anos de duração. O projeto, na verdade, conferia prioridade ao ensino técnico-profissional, apenas indicando a possibilidade de criação de cursos superiores por lei especial. Suscitou acalorados debates no Legislativo paulista e foi duramente criticado pelo escritor Euclides da Cunha em artigos no jornal *O Estado de S. Paulo*. Engenheiro recém-formado, Euclides afirmou que o

projeto era “vazio de orientação, incorretíssimo na forma e filosoficamente deficiente”, condenado a ausência de disciplinas como astronomia, economia política e biologia no programa de curso do instituto.

Em maio de 1892, no início dos debates sobre o Instituto Politécnico, o Congresso Legislativo paulista aprovou a criação de uma escola superior de agronomia e outra de engenharia. Isso não impediu a aprovação do projeto de Paula Sousa, em agosto de 1892. No ano seguinte, o presidente estadual Bernardino de Campos propôs a unificação das duas instituições de ensino de engenharia, o que ocorreria com a criação da Escola Politécnica de São Paulo (Lei nº 191, de agosto de 1893), sob a direção de Paula Sousa.

Antes disso, entretanto, Paula Sousa foi alçado ao primeiro plano da política nacional, assumindo o Ministério das Relações Exteriores em dezembro de 1892, por designação do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Com sua nomeação, o contra-almirante Custódio de Melo deixou o cargo de chanceler, que vinha exercendo interinamente desde junho de 1892, mas permaneceu à frente do Ministério da Marinha. Pouco afeito às questões de política internacional, Paula Sousa atuou como chanceler durante quatro meses apenas, e teve sua atuação condicionada pelo quadro de instabilidade que marcou todo o segundo governo republicano. Além de realizar pequena reforma no Ministério das Relações Exteriores, demonstrou preocupação com o eventual apoio argentino à Revolução Federalista deflagrada no sul do país em janeiro de 1893. “Os antecedentes do governo argentino”, escreveu em carta ao secretário da legação em Buenos Aires, “fazem-me crer que ele tem interesse na continuação da luta que se travou entre o governo legal do estado do Rio Grande do Sul e os revolucionários conhecidos pelo nome de federalistas”. Paula Sousa recomendou ao secretário da legação que investigasse o contrabando de armas para os federalistas com o beneplácito das autoridades argentinas. Joaquim Francisco de Assis Brasil, ministro plenipotenciário em Buenos Aires, assegurou que a denúncia não tinha fundamento.

Paula Sousa permaneceu ao lado do marechal Floriano quando os ministros Custódio de Melo, da Marinha, e Serzedelo Correia, da Fazenda, renunciaram aos seus cargos em abril

de 1893, em protesto contra a participação das forças do Exército no combate aos federalistas gaúchos. Obrigado a recompor o governo, Floriano nomeou-o então para o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, em substituição ao engenheiro Antônio Paulino Limpo de Abreu, designando o político sergipano Felisbello Freire para a pasta do Exterior. O engenheiro foi o segundo titular do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, criado no lugar do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, do qual seu pai havia sido titular no Império. Mas também aqui permaneceu pouco tempo, não chegando a completar cinco meses.

Em sua gestão, mostrou-se especialmente preocupado com os problemas da imigração e do transporte ferroviário em São Paulo. Entabulou negociações com a São Paulo Railway Company para a duplicação da ferrovia Santos-Jundiaí, não chegando entretanto a um acordo com a empresa inglesa. As negociações prosseguiriam depois de seu afastamento do ministério e seriam concluídas em julho de 1895, no governo Prudente de Moraes. Em 8 de setembro de 1893, dois dias após a deflagração da Revolta da Armada pelo contra-almirante Custódio de Melo, Paula Sousa foi exonerado a pedido e transmitiu o cargo ao engenheiro João Filipe Pereira.

Em novembro de 1893, assumiu a direção da Escola Politécnica de São Paulo. Primeira instituição de ensino superior de um governo estadual, a escola foi inaugurada em 15 de fevereiro de 1894, com 31 alunos regulares e 28 ouvintes, matriculados nos cursos de engenharia civil, engenharia industrial e engenharia agrícola, e nos cursos anexos de artes mecânicas e de agrimensores. No discurso de inauguração, ressaltou o desejo da transformação nacional por intermédio do ensino científico e a necessidade de industrialização para o progresso do país. A escola reuniu alguns dos grandes nomes da ciência e da engenharia do país, como Adolfo Lutz, Francisco Ramos de Azevedo, Luís de Anhaia Melo, Luís Cintra do Prado e Telêmaco Van Langendock.

Reeleito deputado estadual em 1895, Paula Sousa abdicou do mandato em virtude de suas atividades como diretor e professor da Politécnica. Em 1898, atuou também como secretário da Agricultura, Comércio, Viação e Obras Públicas de São Paulo nos últimos

meses de governo de Francisco de Assis Peixoto Gomide, substituto legal de Campos Sales ,que renunciara à chefia do Executivo paulista para concorrer às eleições para a presidência da República. Em 1899, foi reconduzido à Câmara estadual de São Paulo. Consta que teria assumido o mandato graças à abertura de vaga proporcionada pela renúncia de outros candidatos eleitos no ano anterior.

Paula Sousa foi diretor e professor da Escola Politécnica de São Paulo até o final de sua vida. Em 1905, introduziu o ensino do concreto armado no Brasil, técnica ainda quase desconhecida no país e grande novidade mesmo nos países mais avançados. Organizou também o Gabinete de Resistência dos Materiais, matriz do futuro Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo. Em 1916, participou da fundação do Instituto de Engenharia de São Paulo e foi eleito presidente da primeira diretoria da associação.

Faleceu na cidade de São Paulo em 13 de abril de 1917.

De seu casamento com Ada Herweg teve sete filhos, entre os quais Geraldo Horácio de Paula Sousa, médico sanitarista e fundador da Faculdade de Saúde Pública, integrada à Universidade de São Paulo (USP).

Publicou dezenas de artigos e livros técnicos sobre estabilidade das construções, geometria superior e grafostática.

Em 1934, a Escola Politécnica foi integrada à Universidade de São Paulo (USP), criada no mesmo ano. Em 1969, o governo paulista criou o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Sousa, assim denominado em homenagem ao engenheiro. Seu arquivo pessoal foi doado à Biblioteca Municipal Mário de Andrade, da cidade de São Paulo.

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES: *Assis Brasil*; BUENO, C. *República*; CAMPOS, C. *Ferrovias*; CERASOLI, J. *Grande*; LOURENÇO, M. *Homenagem*; MOTOYAMA, S. *Prelúdio*; MOTOYAMA, S. *USP*; PADILHA, R. *Formação*; SOUZA, A. *Relatório* (1893); TELLES, P. *História*; VENTURA, R. *Retrato*.

SOUSA, Paulino José Soares de

* dep. fed. RJ 1909-1911.

Paulino José Soares de Sousa foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1909 e exerceu seu mandato de 1º de junho daquele ano a 31 de dezembro de 1911.

Izabel Pimentel da Silva

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

SOUSA, Soriano de

* magistrado; min. STF 1927-1933.

José Soriano de Sousa Filho nasceu em Recife no dia 8 de dezembro de 1863, filho de José Soriano de Sousa.

Em 1884 obteve o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Após breve período dedicado à advocacia, em 1887 foi nomeado promotor público da comarca de Nazaré, província de Pernambuco. Ainda nesse mesmo ano, foi nomeado juiz substituto em Santos. Exerceu o cargo até 1888, data em que foi exonerado a pedido, por ter sido nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Uberaba, na província de Minas Gerais.

Em 1894, já depois da reorganização judiciária de São Paulo, foi nomeado juiz de direito da comarca de Jaú. Dessa comarca foi removido, em 1896, para a 2ª Vara de Campinas, onde exerceu por 18 anos seguidos a judicatura. Nesse período pareceu evitar a política, o jornalismo e a polêmica. Tido como homem de espírito sereno, em 1914 tornou-se ministro do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo. Tomou assento na Câmara Civil da corte, onde atuou por mais de 13 anos ininterruptos e sem ser designado para qualquer outra função. Magistrado com longa carreira e experiência, em fevereiro de 1927 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Foi a primeira nomeação do então presidente Washington Luís (1926-1930), na vaga aberta em decorrência do falecimento de André Cavalcanti. Foi aposentado por decreto de 20 de julho de 1933, pouco antes de completar os 70 anos de idade.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 6 de outubro de 1938.

Era casado com Regina Henrique de Sousa.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP.
TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>

SOUTO FILHO, ANTÔNIO DA SILVA

*dep. fed. PE 1930; const. 1934; dep. fed. PE 1935-1937.

Antônio da Silva Souto Filho nasceu em Garanhuns (PE) no dia 29 de agosto de 1886, filho do coronel Antônio da Silva Souto e de Maria de Moura Souto.

Estudou no Ginásio Alagoano e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Após ter participado da campanha vitoriosa de Emílio Dantas Barreto para o governo de Pernambuco, quando da posse deste em 1911 foi designado seu oficial gabinete. Em 1915 foi nomeado curador geral de órfãos e interditos da Comarca de Recife.

Eleito deputado estadual pelo Partido Democrático, exerceu a liderança da maioria na Assembleia pernambucana. Senador estadual em 1927, foi também escolhido líder da maioria na casa. No pleito de março de 1930, elegeu-se deputado federal por Pernambuco, sendo empossado em maio seguinte. Embora ligado ao situacionismo, votou contra o governo federal, que se recusava a reconhecer a bancada paraibana eleita pela oposição. Após a Revolução de Outubro de 1930, teve o mandato interrompido e foi demitido de seu cargo judiciário.

Iniciado o processo de reconstitucionalização do país, em janeiro de 1933 participou da fundação do Partido Social Republicano de Pernambuco, sendo designado vice-presidente da agremiação. Fazendo oposição ao Partido Social Democrático, criado pelo interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti, foi o único candidato de seu partido a se eleger, em maio de 1933, deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Empossado em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e em junho do ano seguinte votou contra a elegibilidade do chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, para a presidência da República. Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição de Vargas no dia seguinte, teve o mandato estendido até abril de 1935. Ainda em 1934, no mês de outubro, elegeu-se deputado federal por Pernambuco, iniciando novo mandato em maio de 1935.

Foi também diretor do vespertino *A Rua*, de Recife.

Faleceu no Recife no dia 19 de junho de 1937, em pleno exercício do mandato.

Era casado com Francisca Salgado Guedes de Nogueira Souto, com quem teve quatro filhos.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); CÂM. DEP. *Deputados; Câm. Dep. seus componentes; Cronologia da Assembléia*; GODINHO, V. *Constituinte*; INF. Maria Gerusa Souto.

SOUTO, Carlos de Faria

*dep. fed. RJ 1909-1917 e 1924-1929.

Carlos de Faria Souto nasceu em Cantagalo (RJ) no dia 31 de outubro de 1875, filho de Teodoreto Carlos de Faria Souto e de Elisa Souto. Seu pai foi deputado pela província do Ceará de 1878 a 1881, presidente da província de Santa Catarina de fevereiro a agosto de 1883, e presidente da província do Amazonas de março a julho de 1884; na República, foi constituinte de 1891, senador pelo Ceará de 1891 a 1893 e presidente do Banco do Brasil.

Fez os estudos preparatórios nos Colégios São Pedro de Alcântara e Alberto Brandão, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Em 1890 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, mas concluiu o curso na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em dezembro de 1894. No ano seguinte foi nomeado promotor público das comarcas de Sapucaia e Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro. Em 1897 foi nomeado juiz municipal e de órfãos, cargo ao qual foi reconduzido em fevereiro de 1901 e que exerceu até agosto do ano seguinte.

Ingressou na política em 1907, quando foi eleito deputado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Empossado nesse mesmo ano, exerceu seu mandato até o ano seguinte. Em 1909 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e reelegeu-se em 1912 e 1915. Exerceu seu mandato até dezembro de 1917, quando se encerrou a legislatura. Voltou a ser eleito deputado federal pelo mesmo estado em 1924. Iniciou seu novo mandato em maio desse ano e foi reeleito nas eleições de 1927. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1929, quando se encerrou a legislatura.

Como jornalista, escreveu para diversos periódicos e foi redator-chefe do *Itaocara*, periódico publicado na cidade do mesmo nome.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); BRITO, C. *Mulher*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

SOUTO, Teodoreto

*dep. geral CE 1878-1881; pres. SC 1883; pres. AM 1884; const. 1891; sen. CE 1891-1893.

Teodoreto Carlos de Faria Souto nasceu em Ipu (CE) no dia 4 de novembro de 1841, filho de José Francisco Souto.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1865, sendo em seguida nomeado coletor de rendas provinciais em Ipu. Demitido do cargo, seguiu para a província do Rio de Janeiro e abriu um escritório de advocacia em Cantagalo. De volta ao Ceará, ingressou na política filiando-se ao Partido Liberal do Império, em cuja legenda foi eleito deputado geral para a legislatura 1878-1881. Em 1883 presidiu a então província de Santa Catarina e no ano seguinte a província do Amazonas. Nesta última fez campanha abolicionista e assinou o documento de libertação dos escravos.

Com a proclamação da República, foi designado, juntamente com Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues e Bezerril Fontenelle, para elaborar o projeto da Constituição do estado do Ceará. Em 1890 representou o estado na Exposição Continental de São Paulo. Nesse mesmo ano foi eleito senador pelo Ceará ao Congresso Nacional Constituinte. Por ter sido o menos votado dos três senadores eleitos, ganhou um mandato de apenas três anos. Tomou posse em 15 de novembro de 1890, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a partir de junho passou a exercer o mandato ordinário. Foi membro da Comissão de Finanças do Senado.

Foi ainda presidente do Banco do Brasil e diretor do Banco da República.

Faleceu em Nova Friburgo (RJ) no dia 11 de agosto de 1893, em pleno exercício do mandato de senador.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p.63); GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.504); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4).

SOUSA, Belisário de

*jornalista; dep. est. RJ 1916-1917; dep. fed. RJ 1929-1930.

Belisário Augusto Soares de Sousa Filho nasceu em Niterói (RJ) no dia 11 de agosto de 1886, filho de Belisário Augusto Soares de Sousa e de Ana Romano Soares de Sousa. Membro de uma tradicional família de políticos, seu pai foi deputado estadual do Rio de Janeiro de 1892 a 1894, deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1894 a 1902. Seu tio paterno, Pedro Luís Soares de Souza também foi deputado no Império. Seu tio-avô, Francisco Belisário Soares de Souza pertenceu ao Conselho do Imperador, foi senador, diretor do Banco do Brasil de 1873 a 1878 e ministro da Fazenda de 1885 a 1888.

Jornalista e redator-chefe de *O País*, Belisário em 1912 casou-se com a jornalista e educadora Abigail Botelho Reis Soares de Sousa. No ano seguinte, concorreu sem sucesso a deputado federal pelo Rio de Janeiro.

Em 1913 foi eleito presidente da Associação de Imprensa do estado do Rio. À frente da entidade, propôs a mudança de seu nome para Associação Brasileira de Imprensa. Diante das dificuldades para conciliar as correntes políticas na instituição renunciaria em 1916.

Em dezembro de 1915, foi deputado estadual do Rio de Janeiro. Deixou a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) em 1917. Durante sua atividade parlamentar apresentou projetos sobre a organização das municipalidades, posicionou-se sobre temas jurídicos e atuou em prol da concessão de subsídios para a Sociedade Sinfônica Fluminense. Participou das comissões da Guarda da constituição das Leis e de Poderes e de Fazenda, Orçamento e Força Pública.

Em 1918 participou do I Congresso Brasileiro de Jornalistas, do qual foi secretário e relator da comissão que discutia a censura à imprensa e à publicidade. Vereador em Niterói em 1919, em fevereiro de 1921 disputou uma vaga de deputado federal pelo Partido Republicano Conservador (PRC). Candidatou-se para deputado estadual em dezembro de 1921. Foi eleito, mas não assumiu o mandato devido aos desdobramentos da crise política estadual. Em julho de 1922, no pleito para governador do estado do Rio de Janeiro o candidato Raul Fernandes, apoiado pelos nilistas, e Feliciano Sodré, apoiado pelos partidários de Artur Bernardes, se declararam vencedores. Devido ao choque entre os dois grupos, o presidente Bernardes decretaria intervenção no estado em janeiro de 1923. As novas eleições seriam realizadas em

outubro e os eleitos tomariam posse em novembro. Ainda em julho de 1922, Belisário renunciou ao cargo diretor-presidente de *O País* por motivos pessoais.

Em novembro de 1927 foi nomeado pelo governo brasileiro secretário geral da delegação brasileira à 6ª Conferência Pan-Americana, que ocorreu em janeiro seguinte em Cuba. No pleito de março de 1928 disputou com sucesso uma cadeira de deputado federal pelo Rio de Janeiro na legenda do Partido Republicano Fluminense. Entretanto, teve o mandato interrompido após a Revolução de 1930, que dissolveu os órgãos legislativos do país.

De volta à imprensa, trabalhou na *Tribuna*, em *A Noite* e no *Jornal do Brasil*. Em julho de 1935 foi eleito para o conselho deliberativo da Associação de Imprensa do estado do Rio. Em janeiro de 1940 foi escolhido pelos membros da Associação Brasileira de Imprensa para atuar como delegado da entidade junto ao Conselho Nacional de Imprensa, órgão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Em outubro de 1941 foi eleito suplente do conselho fiscal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1946.

De seu casamento com Abigail teve um filho.

Christiane Jalles de Paula/Vicente Saul Moreira dos Santos

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. *Anais* (1836-1930); ASSOC. BRAS. IMPRENSA. Disponível em <http://www.abi.org.br/paginaindividual.asp?id=201>. Acesso em 15 jan 2013; *Diário Carioca* (26/7/1935; 19 e 27/1/1940, 5/10/1941, 11/8/1946, 7/1/1947); *Estado* (17/12/21); FERREIRA, M. *República*; *Noite* (7/6/1919); *País* (25/7/1922; 23/11/1927; 28/3/1928); SOARES, E. *História*.

SPÍNOLA, CELSO

*dep. fed. BA 1928-1930.

Joaquim Celso Moreira Spínola nasceu na cidade de Caetité (BA) no dia 18 de março de 1879, filho do conselheiro Joaquim Antônio de Sousa Spínola e de Sizenanda Moreira Spínola. Seu pai foi promotor de Justiça, juiz municipal e de órfãos, juiz de direito em Caetité, Porto Seguro e São Félix, conselheiro, vice-presidente e presidente do então Tribunal Superior de Justiça da Bahia. Fundou a *Revista dos Tribunais* e faleceu quando era presidente do Tribunal de Justiça.

Celso Spínola cursou os estudos preparatórios no Colégio Florêncio e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia. Na capital baiana foi consultor jurídico e advogado.

Ingressou na política e, de 1903 a 1916, foi deputado estadual. De 1909 a 1910 foi 2º secretário da Assembleia Legislativa baiana. Nesse período presenciou mudanças no cenário político nacional, como a eleição do presidente Hermes da Fonseca, em 1910, que derrotou Rui Barbosa. Hermes tinha o apoio de J.J Seabra, que logo depois foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas.

Em 20 de agosto de 1918, realizou-se, no Ginásio da Bahia, a sessão solene de fundação da Associação dos Funcionários Públicos da Bahia (AFPB). Nessa ocasião, de acordo com os estatutos recém-aprovados, foi eleita a mesa provisória da Assembleia Geral da instituição, que desempenharia o seu mandato durante o ano de existência da entidade, bem como sua diretoria. Joaquim Celso foi eleito 1º secretário dessa Assembleia.

Depois de alguns anos, voltou à política e, em 1925, mais uma vez foi eleito deputado estadual, tendo sido presidente da Assembleia Legislativa desse ano até o seguinte. Em 1928 foi eleito deputado federal pela Bahia. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exercendo o seu mandato até dezembro de 1929. Foi reeleito no ano seguinte, mas teve o seu mandato interrompido no dia 24 de outubro após a vitória da Revolução de 1930 que depôs o presidente Washington Luís, levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos

do país.

Faleceu no dia 25 de maio de 1969, aos 90 anos.

Era casado com Estefânia Dias Lima Spínola, com quem teve quatro filhos.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: *Arquivo Público do Estado da Bahia*; ASSOC. FUNC. PUB. BA.

Disponível em: <<http://www.afpeb.com.br>>. Acesso em: 13/4/2009.; CÂM. DEP.

Deputados brasileiros; Diário Oficial do Estado da Bahia (1923, p. 489-497);

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (p.85, 1964); *Tarde*

(29/5/1969. p.10). Falecimentos.

STOCKLER, Eustáquio Garção

* dep. fed. MG 1911-1914.

Eustáquio Garção Stockler nasceu em Campanha, cidade localizada no sul de Minas Gerais, cujo passado está atrelado à exploração aurífera.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e exerceu a profissão por longos anos na cidade de Lambari (MG). Em 7 de outubro de 1882 assinou com o governo provincial um contrato para a exploração das fontes termais de Lambari. Conseguiu, em 1885, terminar a reforma do estabelecimento balneário da cidade e também do ajardinamento do parque das fontes, cercando-o com grades de ferro. Na mesma época fundou o jornal *Águas Virtuosas*. Em 1887 foi eleito vereador em Campanha. Pela lei de nº 3.561, de 1888, conseguiu o direito de explorar as águas do balneário de Lambari por 50 anos.

Em 1891 foi eleito deputado estadual e como tal foi um dos signatários da Constituição mineira. Em 1908 ocupou uma cadeira de senador estadual. Em 1911 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e exerceu o mandato entre 29 de agosto e 31 de dezembro, quando se encerrou a legislatura. Reeleito para a legislatura 1912-1914, representou na Câmara os interesses da elite mineira.

Faleceu em Lambari.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Citybrazil. *História de Lambari*. Disponível em: < <http://citybrazil.uol.com.br/mg/lambari/historia-da-cidade>>. Acesso em: 4/8/2010; COSTA, J. *Toponímia*; Lambaweb. *Cronologia do município de Lambari*. Disponível em: <http://www.lambaweb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=89>. Acesso em: 4/8/2010; Lambari MG. *A primeira análise das águas*. Disponível em: <<http://lambari-mg.blogspot.com/2006/07/evoluo-continua.html>>. Acesso em: 4/8/2010; Lambari MG. *História do município de Lambari*. Disponível em: <<http://lambari-mg.blogspot.com/2007/05/rever-histria.html>>. Acesso em:

4/8/2010; Lambaritália. *Eleições 1891 e 1892*. Disponível em: <<http://lambaritalia.blogspot.com/2008/04/lambari-mg-1890-criao-do-distrito-de.html>>. Acesso em: 4/8/2010; Lamabaritália. *Relação dos eleitores do Distrito das Águas Virtuosas*. Disponível em: <http://lambaritalia.blogspot.com/2008_04_06_archive.html>. Acesso em: 4/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; Wikipédia. *História do município de Campanha*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_%28Minas_Gerais%29>. Acesso em: 4/8/2010.

STREET, JORGE

*pres. CIB 1912-1926.

Jorge Luís Gustavo Street nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 22 de dezembro de 1863, filho de Ernesto Diniz Street e de Heloísa Leopolina Street. Seu avô paterno, cidadão britânico, radicou-se no Brasil no século XIX, casando-se com uma brasileira.

Iniciou os estudos em 1870 em sua cidade natal, nos colégios Almeida Martins e Vitória. Fez curso de humanidades na Alemanha e, de volta ao Brasil, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, pela qual se formou em 1886. Em seguida fez nova viagem de estudos à Europa.

A partir de 1896 dedicou-se à indústria têxtil, adquirindo pouco mais tarde um grupo de ações da Fábrica de Juta São João, no Rio de Janeiro, núcleo original da Companhia Nacional de Tecidos de Juta. Tornou-se também proprietário da fábrica Rnak. Principiou assim longa e marcante presença no setor, que se desdobraria na influência sobre o conjunto da política de industrialização do país nas primeiras décadas do século XX.

Em 1900 Jorge Street foi eleito para a diretoria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e em 1903 foi um dos industriais que participaram das duas comissões, formadas separadamente pelo governo e pela Associação Comercial, a fim de estudar a reforma tarifária pretendida pelo ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões. Delas resultaram projetos semelhantes, enfatizando a necessidade da adoção de mecanismos protecionistas, que, entretanto, encontraram forte oposição dos setores ligados à lavoura cafeeira e a certos ramos industriais, bem como do próprio ministro da Fazenda, que os considerou lesivos aos interesses do fisco. Diante disso, nenhuma das duas propostas chegou sequer a ser apresentada ao Congresso Nacional.

Através da emissão de 13 mil contos de réis em debêntures, Street adquiriu em 1904 a Fábrica de Juta Santana, no bairro do Brás, em São Paulo. No mesmo ano, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, existente desde 1820, e o Centro de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro uniram-se, formando o Centro Industrial do Brasil (CIB), que, embora agrupasse principalmente industriais cariocas e fluminenses, visava defender a indústria em todo o território nacional. Partidário de uma política industrialista, Jorge Street tornou-se

primeiro-secretário da diretoria da nova entidade, presidida por Inocêncio Serzedelo Correia, militar, político, economista e escritor, ex-ministro do governo de Floriano Peixoto (1891-1894) e então prefeito do Distrito Federal. Passou então a escrever com frequência em defesa da indústria nacional e do protecionismo alfandegário, sistematicamente acusados de responsáveis pelo aumento do custo de vida. Segundo afirmava, a inflação advinha muito mais da ação dos importadores, favoráveis à elevação das taxas sobre mercadorias que não tinham similar nacional e contrários a essa medida quando se tratava da situação inversa. Opunha-se também à contraposição, comum na época, entre os “lucros extraordinários da indústria” e as dificuldades suportadas pelo povo, argumentando que todas as “classes produtoras” — isto é, participantes da formação da riqueza nacional, proprietárias ou não — deveriam ser estimuladas e amparadas pelo governo, pois “o aumento da soma total da produção do país... traz como resultado o aumento da prosperidade geral, de que todas as classes partilham”.

Em 1907 transferiu os equipamentos da Fábrica São João para São Paulo, incorporando-os à empresa Santana para constituir um importante parque de 15 mil fusos e 1.500 teares de juta. Nesse mesmo ano, tornou-se membro suplente do conselho fiscal da Companhia Docas de Santos, cargo que assumiria como efetivo em 1911. Em 1909 construiu no Rio de Janeiro a Fábrica Santa Heloísa, tecelagem de algodão de tamanho médio, posteriormente vendida para reforço do capital da Santana.

O traço mais marcante da atuação de Jorge Street foi seu pioneirismo na adoção de algumas modalidades de assistência social, especialmente novos métodos de higiene e proteção a seus operários, revolucionando completamente as relações de trabalho da época. Em 1908 introduziu na Fábrica Santana, e em 1914 na Maria Zélia, creche, jardim de infância e um grupo escolar. Mandou construir trezentas casas para alugar a seus trabalhadores, servidas de restaurantes, ambulatório, farmácia, igreja, teatro, praça de esportes, salão de baile e centro literário, além de instalar armazéns para a venda de gêneros de primeira necessidade a preços reduzidos. A Fábrica Maria Zélia fora instalada por Street em 1913-1914 no bairro paulistano do Belenzinho.

JORGE STREET E O MOVIMENTO OPERÁRIO

Em 1912, ano em que Jorge Street foi eleito presidente do CIB, a elevação do custo de vida provocou manifestações em São Paulo, que se desdobraram em uma greve no setor têxtil. Entre as fábricas atingidas encontravam-se as duas maiores do ramo, a Santana e a Mariângela (essa de propriedade de Francisco Matarazzo), que, segundo os jornais da época, contavam respectivamente com dois e três mil operários, o que não confere com os dados do boletim do Departamento Estadual do Trabalho (São Paulo, 1912), que indica 2.700 trabalhadores na primeira e 1.900 na segunda. Os operários exigiam 25% de aumento salarial e redução da jornada de trabalho de dez horas e meia para nove horas, mas não tiveram suas reivindicações atendidas.

Pouco depois, setores da opinião pública voltaram à carga contra o protecionismo concedido às indústrias, considerado causador da “carestia geral da vida”. Jorge Street publicou então uma longa carta onde defendia as indústrias nacionais — “fator de desenvolvimento econômico” — e atribuía o surto inflacionário “ao nosso sistema comercial” e aos favores dispensados pelo governo aos capitais estrangeiros que realizavam “uma empolgante e abusiva conquista financeira do Brasil”, o que seria evitado se o governo dispensasse mais apoio aos empresários nacionais. Street, que transferiu residência para São Paulo em 1914, voltaria a expressar essa posição em seu discurso de saudação ao presidente Venceslau Brás (1914-1918), quando ressaltou o papel crescente da indústria nacional na arrecadação da receita pública e na intensificação do desenvolvimento econômico.

Em 1917, em meio a um ambiente de tensão causado pelo aumento contínuo do custo de vida, pela suspensão das exportações de trigo argentino para o Brasil e pelas denúncias feitas contra alguns importantes industriais que desenvolviam atividades especulativas, eclodiu uma greve no Cotonifício Crespi que se ampliou a partir da morte de um militante anarquista, o sapateiro Martinez, em julho, às portas da Tecelagem Mariângela, para onde se dirigira o piquete grevista. O movimento se generalizou e teve em Jorge Street um defensor de suas reivindicações junto ao patronato, que foi forçado a conceder 20% de aumento salarial para os trabalhadores. A ótica paternalista com que Street encarava as relações de trabalho ficou nessa ocasião bastante evidenciada em suas atitudes e declarações ao jornal *O Estado de S. Paulo*: “Eu já havia concedido o aumento de 20% nos salários e a [minha] fábrica trabalhava em plena força e na maior ordem, quando fui

procurado por uma comissão de operários grevistas que me pediu em termos perfeitamente comedidos que concedesse folga ao nosso pessoal para que ele pudesse dar uma prova de solidariedade aos companheiros que ainda não tinham obtido o que desejavam. Reuni, então, no pátio da fábrica, a totalidade dos nossos operários — homens, mulheres e crianças, mais de 2.800 — e, comunicando-lhes o pedido recebido, disse-lhes conceder a folga solicitada por seus companheiros... Disse-lhes haver muita justiça na sua causa e ser a greve um direito reconhecido por todos nós; pedi-lhes, entretanto, que não confundissem greve pacífica com revolta tumultuária... Afirmar ter a certeza de que nenhum dos nossos homens seria colhido nessas lamentáveis desordens, guardando todos a honra de nossa fábrica, que era também a honra de todos eles. Eu estava só, no meio deles, com meu ilustre gerente; nenhum constrangimento havia, pois. Eles me compreenderam perfeitamente: numerosos ‘muito bem’, ‘tem razão patrão!’, ‘é isso mesmo!’, e uma estrondosa salva de palmas partida de todos eles trouxeram-me a certeza de ter dado a justa nota.”

O jornal prosseguiu sua cobertura da greve afirmando que “foi Jorge Street quem, numa reunião de patrões na redação de *O Estado de S. Paulo*, onde alguns oradores truculentos se manifestaram achando que a solução do movimento e a volta ao trabalho eram apenas um caso de polícia, surpreendeu de repente seus colegas declarando firmemente que os operários tinham razão e que a culpa de tudo cabia à intransigência dos próprios industriais. Disse mais, que não se tratava absolutamente de um caso de polícia, mas de um problema social que exigia solução rápida e humana a fim de evitar-se perigo maior para o futuro”.

De maneira geral, essa linha de conduta marcou as atividades de Jorge Street tanto em relação ao conjunto do empresariado quanto em suas próprias fábricas. Em setembro de 1917, publicou artigo no *Jornal do Comércio* em defesa da concessão às mulheres trabalhadoras de licença de dois meses para o parto, e no ano seguinte reformou as instalações de sua Fábrica Maria Zélia, melhorando as condições de trabalho de modo a torná-la um estabelecimento modelar para a época. Pouco depois, concedeu férias remuneradas para seus trabalhadores, medida que suscitou a oposição da classe empresarial. Ao mesmo tempo, entretanto, opôs-se abertamente a uma lei municipal que estabelecia restrições ao trabalho de menores, e, anos depois de ter defendido a greve como arma operária, reformulou sua opinião, afirmando que a paralisação só se justificava em casos especiais de negação de justiça.

Como presidente do CIB, aceitou também estabelecer contatos com a tendência moderada da União dos Operários das Fábricas de Tecidos (UOFT), mostrando disposição de reconhecer o sindicato e admitir como legítimas as reivindicações corporativas dos trabalhadores. Em meio à repressão que se seguiu à greve de 1918, reafirmou seu propósito de negociar tão logo o governo autorizasse a reabertura da Associação dos Trabalhadores Têxteis. Essa atitude, bem como divergências entre os empresários quanto à distribuição entre si dos empréstimos que o governo federal havia concedido ao setor em crise, causou uma cisão no CIB, levando à criação, pelos industriais do algodão dissidentes, do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (CIFTA) em fevereiro de 1919.

Em junho desse ano, Jorge Street publicou um artigo em *O País* e no *Jornal do Comércio*, defendendo a posição do CIB em relação ao reconhecimento dos sindicatos operários, que ele considerava fruto da própria evolução do capitalismo. Depois de apontar a inevitabilidade de “graves divergências e antagonismos entre os trabalhadores e o patronato” no quadro da indústria moderna, considerava natural o protesto do operariado contra a tendência “do capital impor o máximo de trabalho com o mínimo de salário”, e concluía: “O direito e a justiça da organização das classes operárias são, pois, indiscutíveis... [Com ele] nós, os patrões, perdemos a vantagem de tratar só com nossos operários isolados e fracos e vamos ser obrigados a tratar com a associação, pelo menos tão forte como nós. Assim o contrato individual com nosso operário tem que ser substituído pelo contrato coletivo com essas associações... É desagradável, eu concordo, mas é inevitável e, afinal, é justo.”

Em outro trecho do artigo, Street chegou a sugerir uma legislação trabalhista, antecipando-se assim em muitos anos ao que, no Brasil, viria a ser adotado na década de 1930 e consolidado em 1943: “Entre nós essas coisas estão ainda em formação, mas caminham rapidamente. Longe de nos opormos a essa marcha, devemos colaborar e facilitar o seu progresso. A própria legislação deve intervir para regular os direitos e deveres dessas associações, assim como os das nossas, instituindo os necessários tribunais de arbitragem que, bem organizados, facilitariam muito a solução das questões que não puderem ser resolvidas por conciliação direta.”

Em outubro de 1919, nova greve generalizou-se em São Paulo, pleiteando a redução da jornada de trabalho para oito horas. Jorge Street foi um dos empresários que se opuseram

ao atendimento dessa reivindicação, mas reviu sua posição e passou a admiti-la depois que Francisco Matarazzo observou durante uma reunião que os prejuízos advindos da redução da produção seriam compensados pelo consequente aumento dos preços.

JORGE STREET E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Para Warren Dean, o “paternalismo consciente” de Jorge Street era uma forma de exploração mais racional da mão de obra, pois, conforme ele mesmo declarou a uma delegação inglesa em visita a suas fábricas, proporcionava numerosos benefícios aos operários não a título de caridade, mas em lugar de salários mais elevados “que seriam torrados em coisas inúteis”. Insistia também para que todos os trabalhadores de sua “moderna aldeia” observassem o toque de recolher às 21 horas e se abstivessem de ingerir bebidas fortes. Ao mesmo tempo, nos jardins de infância sustentados pelas fábricas, junto com hábitos de asseio as crianças aprendiam a tecer modelos.

Street conservou-se na presidência do CIB até março de 1926, quando foi substituído por Francisco de Oliveira Passos. Nesse mesmo ano, foi eleito presidente do Centro de Fiação e Tecelagem de São Paulo. Em janeiro de 1928, renunciou ao cargo de diretor da Companhia Docas de Santos, que ocupava desde 1920, para liderar a chapa representativa dos interesses industriais apresentada para as eleições da nova diretoria da Associação Comercial, entidade fundada em 1814 que até então reunia o conjunto do empresariado paulista. A disputa contra a chapa oficial, ligada ao comércio, gerou um impasse que levou à cisão da associação e à criação, em 3 de junho desse ano, do Centro Industrial do Estado de São Paulo (CIESP), que teve Francisco Matarazzo como primeiro presidente, Roberto Simonsen como vice e Jorge Street como membro da diretoria inaugural.

Em entrevista concedida a *O Jornal* em novembro de 1928, na qualidade de ex-presidente da Companhia Nacional de Tecidos de Juta e presidente da Companhia Paulista de Tecelagem, Street afirmou que em seus 32 anos de atividades ligadas à indústria têxtil nunca vira “uma crise tão intensa, tão longa, tão grave quanto a atual. Data ela de 1925, de quando o governo do sr. Artur Bernardes virou de borda na sua política financeira e iniciou sua violenta política de deflação e valorização forçada do câmbio”. Essa crise provocou uma tomada de posição da indústria do algodão, que, através de Jorge Street, denunciou o fornecimento de grande quantidade de tecidos ingleses aos importadores nacionais, gerando

assim enormes lucros para os estrangeiros em virtude da valorização da moeda brasileira causada pela deflação. A solução pedida foi a de mudança da pauta alfandegária, efetivamente adotada pelo governo de Washington Luís (1926-1930) ainda em 1928.

No fim da década de 1920 Jorge Street ficou economicamente arruinado, segundo alguns devido às medidas de assistência social implantadas em suas empresas. Street, contudo, sempre refutou essa interpretação. Em 1925, devido a dificuldades financeiras, viu-se obrigado a vender suas ações da Companhia Nacional de Tecidos de Juta e, tentando permanecer no ramo, construiu em São Paulo nova fábrica, denominada Santa Celina. No entanto, em 1929 liquidou definitivamente seus negócios industriais.

Depois da Revolução de 1930, foi nomeado em março de 1931 diretor geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, órgão vinculado ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Nesse cargo, contribuiu para a elaboração de várias leis trabalhistas, inclusive da que regulou a sindicalização. Depois de deixar o ministério, tornou-se em 1934 diretor geral do Departamento Estadual do Trabalho, em São Paulo, onde permaneceu por dois anos. Exerceu em seguida, a convite de Roberto Simonsen (que o considerava “precursor e primeiro realizador prático das ideias de assistência social e de proteção ao trabalho que hoje se discutem”), as funções de consultor técnico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), da qual foi fundador e integrante da primeira diretoria.

Jorge Street faleceu em São Paulo, no dia 23 de dezembro de 1939.

Foi casado com Zélia Frias Street, com quem teve sete filhos.

Integrou o conselho superior da Liga da Defesa Nacional e publicou, especialmente nas três primeiras décadas do século, grande número de artigos sobre matéria econômico-financeira e em defesa da indústria nacional em jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Comércio*, *O País* e *O Jornal*, além de artigos nos boletins do Centro e da Confederação Industrial do Brasil. Seus textos, selecionados por Evaristo de Moraes Filho, foram publicados em *Idéias sociais de Jorge Street* (1980).

Sônia Dias

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BLAKE,

A. Dicionário; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CASCUDO, L. *História; Cronologia da Assembléia*; FURTADO, J. *Vertentes*; GODINHO, V. *Constituintes; Grande encic. Delta*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, J. *Como*; MAIA, S. *Crônicas*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, R. *Bacharéis*; SOUSA, J. *Índice*.

STUDART, Eduardo

*dep. fed. CE 1903-1905 e 1915-1917.

Eduardo Guilherme Osvaldo Studart nasceu em Fortaleza no dia 21 de outubro de 1863, filho de John William Studart, cônsul inglês, e de Leonísia Castro Studart. Seu irmão, Guilherme Studart, o barão de Studart, foi historiador.

Fez os estudos primários no Colégio São José, na Bahia, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1886. Depois de formado foi logo nomeado promotor público em Tauá (CE) e pouco depois em Viçosa (CE), onde foi também primeiro-secretário do Clube Republicano. Foi ainda promotor de Guimarães (MA), juiz municipal de Picos (PI) e de São Vicente Ferrer (MA), juiz substituto do Comércio de São Luís (MA) e juiz de direito de Grajaú (MA), mas deixou essas funções para se dedicar ao comércio. Foi um dos organizadores da Associação Comercial do Ceará. Em 9 de março de 1895 casou-se com Emília Barroso, com quem teria seis filhos.

Ingressou na política aliando-se ao partido chefiado por Nogueira Acióli. Foi eleito deputado estadual em 1901, mas teve de renunciar por ter sido eleito deputado federal para a legislatura 1903-1905. Ainda antes do final da legislatura renunciou ao mandato para se candidatar a juiz federal no Ceará. Voltaria a se eleger deputado federal para o período 1915-1917. Foi segundo vice-presidente do Ceará no governo de João Tomé Saboia e Silva (1916-1920).

Exerceu diversas outras funções, entre elas as de mordomo e procurador geral da Santa Casa de Fortaleza, inspetor escolar, diretor do Congresso de Ciências Práticas e cônsul da Bélgica. Foi sócio benemérito da Fênix Caxeiral, membro fundador da Academia Cearense de Letras, membro da diretoria da Associação Comercial do Ceará e catedrático de direito comercial e economia política da Escola de Comércio anexa ao Liceu Cearense.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1953.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GIRÃO, R. *Um Studart* (p.227-229); GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.139-147); MOTA, A. *História* (p.185); SOUZA, J. *Associação* (p.33); STUDART, G. *Dicionário* (v.1, p. 231-237).

SUASSUNA, João

*dep. fed. PB 1921-1924; pres. PB 1924-1928; dep. fed. 1930.

João Suassuna nasceu na cidade de Catolé do Rocha (PB) no dia 19 de janeiro de 1886. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, ingressou na política em 1921, quando foi eleito deputado federal pela Paraíba. Assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e ao final da legislatura, em 1923, foi reeleito. Iniciou novo mandato em maio de 1924, mas nesse mesmo ano candidatou-se a presidente da Paraíba, na sucessão de Sólon de Lucena (1920-1924).

Sua candidatura teve o apoio do ex-presidente da República Epiácio Pessoa (1919-1922), o que provocou um desentendimento político entre este e seu sobrinho João Pessoa, então ministro do Supremo Tribunal Militar (1919-1928). A contenda só foi resolvida quando a candidatura de João Suassuna foi aprovada pelo então presidente da República Artur Bernardes (1922-1926). Em troca do apoio que recebeu de Epiácio Pessoa, ainda em 1924 João Suassuna apoiou a candidatura de Epiácio ao Senado Federal. Eleito no decorrer de 1924, como acontecera em 1912, Epiácio tomou posse nos últimos dias da sessão legislativa do ano, seguindo para a Europa a fim de tomar parte nos trabalhos da Corte Internacional antes da nova sessão.

Renunciando ao mandato no Senado, Suassuna tomou posse no governo da Paraíba em 22 de outubro de 1924. Em sua administração, o jovem tenente Lourival Seroa da Mota tentou levantar as forças militares do estado, onde estava servindo, durante a passagem da Coluna Prestes. Liderada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, a partir de 1925 a coluna percorreu 13 estados, dando combate às tropas legais, até internar-se em 1927 na Bolívia (fevereiro) e no Paraguai (março). O movimento liderado por Seroa da Mota foi reprimido por tropas fieis a João Suassuna. Seu governo sofreu também forte oposição de Otacílio Camelo Albuquerque, ex-deputado federal e ex-senador que se ligou ao periódico oposicionista *O Jornal*, e de Antônio Boto de Meneses, então deputado estadual. Em sua sucessão, em 1928, indicou o nome de Júlio Lira, seu chefe de polícia, mas Epiácio Pessoa preteriu essa candidatura e apoiou o sobrinho João Pessoa, que foi eleito. Deixando o governo, passou a residir na fazenda Acauã, no interior paraibano.

Em 1930, antes de deixar a capital para iniciar a campanha da Aliança Liberal no interior, João Pessoa procurou a organizar a chapa que iria concorrer às eleições legislativas. Na ocasião, defendeu o princípio da renovação total da bancada paraibana, o que visava sobretudo a afastar João Suassuna. Mesmo com essa oposição, Suassuna candidatou-se e foi eleito, enquanto Getúlio Vargas e João Pessoa, candidatos aliancistas à presidência e à vice-presidência da República, foram derrotados.

Com o início da Revolução de 1930, em 3 de outubro, João Suassuna ficou do lado do presidente em fim de mandato Washington Luís (1926-1930) e do presidente eleito Júlio Prestes. Procurou Washington Luís no Rio de Janeiro para auxiliar no combate aos rebeldes e relatar o desenrolar dos acontecimentos no estado da Paraíba. Contudo, no dia 9 de outubro de 1930, foi assassinado no centro da cidade, na esquina da rua do Riachuelo com Inválidos, por Antônio Laves de Sousa, que apoiava o movimento revolucionário.

Foi casado com Cássia Villar. Seu filho Ariano Suassuna é escritor, ensaísta, dramaturgo, romancista, poeta e membro da Academia Brasileira de Letras.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MARTINS, M. *Dicionário*; PINTO, L. *Fundamentos*; PINTO, L. *Síntese*.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Órgão da Justiça Federal, com sede na capital da República e jurisdição em todo o território nacional, criado pelo Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, em substituição ao Supremo Tribunal de Justiça.

O Supremo Tribunal Federal foi instituído como o mais alto órgão de justiça do país, atuando como tribunal de defesa da Constituição. De acordo com seu decreto de criação, deveria ser integrado por 15 juízes de notório saber e reputação. Entre suas atribuições figuravam: instruir os processos e julgar em primeira e única instância os presidentes da República nos crimes comuns, os juízes de seção nos crimes de responsabilidade, os ministros diplomáticos em ambos os crimes, os pleitos entre a União e os estados ou destes entre si, os litígios e as reclamações entre as nações estrangeiras e a União ou os estados, a suspeição aposta a qualquer de seus membros, e os conflitos de jurisdição entre os juízes federais ou entre estes e os juízes estaduais; proceder a julgamentos em grau de recurso e em última instância em casos especiais; rever processos criminais em que houvesse sentença condenatória definitiva, e conceder ordem de *habeas-corpus*.

A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 confirmou a composição e a competência do STF.

Após a Revolução de 1930, o governo provisório expediu o Decreto nº 19.656, datado de 3 de fevereiro de 1931, reduzindo para 11 o número de juízes do STF. Até 1931, o tribunal havia funcionado em sessões plenárias. Nesse ano, passaram a funcionar provisoriamente duas turmas de cinco ministros cada uma, que viriam a ser reconhecidas regimentalmente em 1937.

A Constituição de 1934 mudou o nome do STF para Corte Suprema, mas conservou o número de juízes fixado pelo decreto de 1931. Este número de ministros podia contudo ser elevado por lei até 16. Esta situação foi mantida na Constituição de 1937, quando o tribunal recuperou sua antiga denominação, e também na Carta de 1946.

De 1891 a 1940, o presidente e o vice-presidente do STF foram eleitos por seus pares. Com o Decreto-Lei nº 2.770, de 11 de novembro de 1940, passaram a ser nomeados por tempo indeterminado pelo presidente da República. Entretanto, o Decreto-Lei nº 8.561, de 4 de janeiro de 1946, determinou a volta ao sistema anterior.

O Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, promulgado logo após o movimento de 31 de março, suspendeu as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, o que permitiu a aposentadoria ou a demissão dos magistrados. Entretanto, o STF continuou a exercer suas atribuições, concedendo *habeas-corpus* a vários governadores estaduais, como os governadores de Sergipe, Seixas Dória; do Amazonas, Plínio Coelho; de Pernambuco, Miguel Arrais; e de Goiás, Mauro Borges.

O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, elevou para 16 o número de ministros do STF. O presidente do tribunal, ministro Ribeiro da Costa, mostrou-se contrário a essa medida. Segundo Osvaldo Trigueiro do Vale, “essa mudança de composição numérica, pretendendo revitalizar operacionalmente a cúpula judiciária brasileira com a criação de mais de uma turma, tinha no seu bojo a intenção de identificar a linha jurisprudencial do Supremo com os objetivos da Revolução”.

A Constituição de 1967 manteve o número de 16 ministros, dispondo ainda sobre as atribuições do tribunal. Entre outras funções, competia-lhe processar e julgar a declaração de suspensão de direitos políticos daqueles que atentassem contra a “ordem democrática” ou que praticassem “atos de corrupção”.

A promulgação do Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968, significou a suspensão do direito de *habeas-corpus* nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Foi retirada assim do Poder Judiciário a competência para conceder *habeas-corpus* a indivíduos implicados nesses crimes. Foram também definitivamente suspensas as garantias constitucionais ou legais dos magistrados, quebrando-se desse modo o princípio da vitaliciedade da magistratura, consagrado por todas as constituições brasileiras e por força do qual os juízes não podiam perder o cargo a não ser por sentença judicial.

O Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969, reduziu para 11 o número de membros do STF e introduziu novas alterações no quadro de suas atribuições. A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, confirmou esse número de ministros para o STF, além de dispor sobre alterações à Carta de 1967.

Mônica Kornis

FONTE: VALE, O. *Supremo*.

Em abril de 1977, ao ser decretado pelo Executivo o recesso do Congresso Nacional, foi editada Emenda Constitucional nº 7, conhecida como o “pacote de abril”. Tendo por objeto a reformulação do Poder Judiciário nacional em suas diversas instâncias, o “pacote de abril”, na parte relativa ao STF, manteve o mesmo número de membros, bem como o instituto da “avocatória” e, com isso, a possibilidade de o STF, verificado o “imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas”, suspender, mediante requerimento da Procuradoria Geral da República, efeitos de decisões proferidas em quaisquer juízos ou tribunais do país. Institutos surgidos com a emenda constitucional de outubro de 1969, a “avocatória” e a decisão avocada tinham efeito vinculante e aplicabilidade em relação a todos os casos idênticos, sendo, por isso, condenadas por diversos juristas como medidas perturbadoras do direito e da ordem jurídica.

No dia 19 de janeiro de 1979, entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 11, a qual, ao revogar todos os atos institucionais, reafirmou os princípios da Constituição de 1967 no tocante à competência do STF, além de devolver à magistratura suas prerrogativas.

Com o fim do regime militar em 1985, a Emenda Constitucional nº 26 (27/11/1985) convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e marcou o dia 15 de novembro de 1986 para o pleito, além de definir o papel do STF nas cerimônias de instalação da Assembleia. Iniciados os trabalhos da Constituinte em... , membros do STF participaram das discussões e da redação dos capítulos relativos ao Poder Judiciário.

Com a promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988, a ordem jurídica, a estrutura do Poder Judiciário e, em particular, as atribuições do STF viriam a sofrer significativas transformações. Órgão responsável pela “guarda da Constituição”, o STF teve mantida sua competência no âmbito estritamente constitucional. Foi-lhe retirada a função de verificação da observância às leis federais mediante recurso extraordinário, bem como o julgamento dos membros dos tribunais de justiça dos estados e dos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) nos crimes comuns e de responsabilidade, que passou à competência do então criado Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Constituição de 1988 ampliou o número daqueles que poderiam propor a ação direta de inconstitucionalidade das leis e dos atos do Poder Executivo federal e estadual. Anteriormente, só ao procurador da República cabia a propositura daquela ação, cujo exame

era de competência exclusiva do STF. A partir de 1988, o presidente da República, a mesa do Senado, a mesa da Câmara dos Deputados, as mesas das assembleias legislativas dos estados, os governadores, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os partidos com representação no Congresso Nacional e as confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional tiveram permissão para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN).

Essa ampliação contribuiu para a maior atuação política do STF, além de dar à nova Carta feição mais liberal em relação àquelas que a precederam. Abria-se a possibilidade de instâncias sociais (partidos com assento no Congresso e sindicatos com representação nacional) questionarem os atos do Executivo, através do exame da constitucionalidade. Além disso, novos institutos passaram a fazer parte do ordenamento jurídico e das atribuições da corte: o mandado de injunção (obrigando a elaboração de normas complementares, referentes a texto constitucional, para garantia de um direito), a ação declaratória de constitucionalidade ou inconstitucionalidade (para a preservação de direitos ameaçados) e o *habeas data* (garantindo publicidade ampla de arquivos e informações oficiais).

A Emenda Constitucional nº 3/93 tornou mais claro o artigo da Constituição referente à ADIN. Também a partir daquela emenda, decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF, referentes à ação declaratória de constitucionalidade, passaram a ter eficácia sobre casos semelhantes, relativamente aos demais órgãos dos três poderes, agilizando o processo judiciário.

Em dezembro de 2004, depois de 12 anos de tramitação na Câmara e no Senado, a Reforma do Judiciário foi finalmente aprovada. Com ela, instituiu-se o controle externo do Judiciário pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Quanto à súmula vinculante, ficou decidido que juízes e tribunais estariam obrigados a seguir apenas a orientação sumulada pelo plenário do STF, em matéria exclusivamente constitucional, o que, na prática, já acontecia.

Na comemoração dos vinte anos da Constituição de 1988, em outubro de 2008, a mudança no papel do STF ficou evidente. As disposições relativas à ADIN e o princípio do controle concentrado da constitucionalidade das leis e dos atos da administração permitiram ao STF

a participar do jogo político, como um dos atores mais importantes, dado seu poder de veto, em um fenômeno social recente que ficou conhecido como a “judicialização da política”, ou a utilização em larga escala de procedimentos judiciais para a resolução de conflitos de natureza política.

Eduardo Junqueira

FONTES: CAMPANHOLE. *Constituições; Coleção de leis do Brasil; Constituições 1967 e 1988; Folha de São Paulo* (3, 21, 25/2; 8, 11, 27/3; 17, 19, 21, 23, 24, 29/4; 1, 2, 4, 8/5, 10/7/1997. 2, 3, 12, 13, 14, 27/3; 12, 13, 18, 19, 20, 22, 25/6; 2, 3, 11, 18, 24, 25, 28, 29, 30/7/1998. 10, 11, 13/2; 22, 24/3; 1, 2, 7, 20, 22/6; 10, 29, 30/7/2001. 7, 10/3; 31/5; 1, 2, 15/6; 6, 7, 8/7; 12/8; 30/9; 20/10; 5, 17, 17, 18, 19, 22/11/2003. 12, 14, 28/1, 2, 3, 4, 10, 12/2, 19/3, 12/5, 1, 4, 2, 7, 9, 29/7, 17/8, 20/10, 9/12/2004. 5, 6, 7/1, 9, 10, 12/4, 1, 6, 25/5, 16, 17/8; 24, 25/10, 13, 23, 27/11, 2, 7, 14, 29/12/2005. 1, 3, 7, 8, 24/1; 16, 20/2, 1, 2, 3, 4. 10, 28/6, 17, 31/7/2006. 1, 2, 17, 20/4, 5, 7, 26/7, 30/8/2007. 1, 11, 12/4; 1, 11, 15, 28/5, 10, 14, 16/6, 1, 2, 3, 10, 11, 12, 21, 22, 25, 28, 31/7, 20/8, 12, 23, 25, 30/10, 10, 11, 12, 31/12/2008); IMP. OFICIAL; *Jornal do Brasil* (20 - 30/9/1992, 5 - 29/12/1992); OLIVEIRA, V. *Judiciário* (v. 48, n. 3, p. 559-686).

SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

Órgão da Justiça Militar criado em 1º de abril de 1808 na cidade do Rio de Janeiro por alvará do príncipe dom Fernando José de Portugal, ministro-assistente do gabinete do príncipe regente dom João, com o nome de Conselho Supremo Militar e de Justiça. Em 1893 passou a denominar-se Supremo Tribunal Militar e, com a Constituição de 1946, teve seu nome alterado para Superior Tribunal Militar.

IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA

O Conselho Supremo Militar e de Justiça tinha por função julgar crimes de natureza civil e militar, mantendo, além disso, um caráter consultivo, posto que a Coroa portuguesa submetia a seu julgamento diferentes questões administrativas, como o reconhecimento de serviço de guerra, a outorga de condecorações e até mesmo o aumento de soldo de praças e de oficiais.

Após a Independência, o Conselho Supremo Militar e de Justiça não sofreu modificações consideráveis, não chegando sequer a ser mencionado no Título 6º da Constituição de 1824, que tratava do Poder Judicial. Permaneceu, assim, desempenhando as mesmas funções durante todo o Império, sem alteração de estrutura ou mudança de sede.

Proclamada a República, a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 estabeleceu consideráveis modificações na estrutura e na organização do Poder Judiciário, e confirmou o Supremo Tribunal Federal (STF), criado pelo Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, como a corte de mais alta instância do país. Mas somente através do Decreto nº 149, de 18 de julho de 1893, assinado por Floriano Peixoto, foi organizado o Supremo Tribunal Militar, incumbido de “julgar em segunda e última instância todos os crimes militares, como tais capitulados na lei em vigor”, assim como de “estabelecer a forma processual militar enquanto a matéria não for regulada por lei” (art. 5º). O tribunal seria composto de 15 membros vitalícios, sendo oito do Exército, quatro da Marinha e três juízes togados (art. 1º), seria presidido pelo general mais graduado que dele fizesse parte (art. 10), e teria uma secretaria (art. 12). Segundo o artigo 22 do mesmo decreto, seriam “respeitados os direitos adquiridos pelos atuais membros do Conselho Supremo Militar e de Justiça, empregados da

respectiva secretaria, passando todos nos cargos que ocupam para o Supremo Tribunal Militar, mas sem os títulos nobiliárquicos ou de conselho que porventura gozem”.

O Supremo Tribunal Militar, apesar de ter dado continuidade ao antigo Conselho Supremo Militar e de Justiça, mantendo inclusive os mesmos membros, ganhou autonomia, já que até então a presidência do conselho sempre fora exercida pelo chefe da nação: no Império, por dom João VI, seguido de dom Pedro I e dom Pedro II, e nos primeiros anos da República, pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Sendo assim, o primeiro presidente do Supremo Tribunal Militar foi o almirante Delfim Carlos de Carvalho, que deixou para trás o título de barão da Passagem.

APÓS 1930

A partir da Constituição de 16 de julho de 1934, o Supremo Tribunal Militar e os tribunais militares inferiores foram considerados órgãos de justiça especializados. Criava-se, assim, a Justiça Militar da União, a exemplo do que ocorreu nos Estados europeus, sobretudo naqueles que foram palco das ações da guerra de 1914. No Brasil, ainda sob o impacto da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932, e diante do reinício de antigas hostilidades na Europa, a Constituição de 1934 trouxe como novidade o fato de a Justiça Militar, através do STM, passar a ter competência para julgar civis em crimes contra a “segurança externa do país ou contra instituições militares”.

Com a Constituição de 1937, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas a 10 de novembro, a Justiça Militar manteve-se com as mesmas atribuições, e o Supremo Tribunal Militar não sofreu modificações quanto à sua estrutura e sede. Contudo, pelo Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, que instituiu Código da Justiça Militar, a Justiça Militar e seu órgão de mais alta instância foram reestruturados. Em um de seus artigos, o código dispunha sobre a composição e a competência do Supremo Tribunal Militar. O órgão passava a ser integrado por 11 juízes vitalícios, a exemplo do STF, nomeados pelo presidente da República e escolhidos na seguinte proporção: quatro generais efetivos do Exército, três almirantes efetivos da Marinha e quatro civis. Entre outras atribuições, o tribunal deveria, segundo o decreto-lei, “processar e julgar originariamente os ministros do mesmo tribunal, o procurador-geral e os oficiais-generais do Exército e da Armada”; “processar e julgar as petições de *habeas-corpus*, quando a coação ou ameaça emanar de autoridade militar,

administrativa ou judiciária” – o que deu à corte, pela primeira vez, competência para o exame do instituto do *habeas-corpus*; “julgar os conflitos de jurisdição suscitados entre os conselhos de Justiça Militar”; “eleger seu presidente e vice-presidente”; “elaborar seu regimento interno”; e “consultar, com seu parecer, as questões que lhe forem afetas pelo presidente da República sobre economia, disciplina, direitos e deveres das forças de terra e mar e classes anexas”.

A Constituição de 18 de setembro de 1946 não modificou a organização da Justiça Militar. Contudo, os constituintes decidiram alterar o nome da corte, que passou a se chamar Superior Tribunal Militar (STM). Como nas constituições anteriores, competia à Justiça Militar processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes eram assemelhadas. Mais uma vez, esse foro especial podia estender-se aos civis, nos casos em que a lei assim determinasse, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares. Como nas cartas que a precederam, a Constituição de 1946 deixou para o legislador ordinário a tarefa de elaborar as leis que tratavam da organização do tribunal.

A partir do movimento político-militar de abril de 1964, e especificamente do Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, ampliou-se o poder jurisdicional da Justiça Militar. O artigo referente à competência do STM para processar e julgar civis, nos casos determinados pela lei, em crimes contra as instituições militares, tradicionalmente repetido nas constituições republicanas, sofreu uma significativa modificação, pois o tribunal não mais cuidaria do julgamento de crimes contra a “segurança externa”, e de crimes contra a “segurança nacional”, noção mais genérica que englobava a idéia de ameaça interna. Ao STM foi atribuída a competência para o julgamento dos governadores de estado e de seus secretários nesses mesmos crimes, jurisdição que cabia anteriormente aos tribunais de justiça dos estados. O AI-2 dispôs ainda sobre a composição do STM, que passou a ser constituído de 15 membros vitalícios, nomeados pelo presidente da República depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal. Do total de juízes, três deveriam ser escolhidos entre os oficiais gerais da ativa da Marinha, quatro entre os oficiais gerais da ativa do Exército, três entre os oficiais gerais da ativa da Aeronáutica e cinco entre civis. Pela primeira vez, tornava-se obrigatória a presença da Aeronáutica na composição da corte.

A Constituição de 24 de janeiro de 1967 incorporou integralmente o texto do AI-2 no tocante à Justiça Militar, passando assim as regras que determinavam a composição do STM a fazer parte do texto constitucional. Ao retirar tais regras da esfera da legislação ordinária, a Carta de 1967 fez com que somente por emenda constitucional aquela composição pudesse ser alterada. No tocante à questão dos processos e julgamentos de civis, dos governadores de estado e de seus secretários, a Carta de 1967 admitia recurso ordinário ao STF, o que atenuava o caráter discricionário da antiga redação no AI-2.

Apesar do endurecimento do regime, traduzido de forma clara na edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968 – que promoveu radical transformação da ordem jurídica, suprimindo o *habeas-corpus*, introduzindo a possibilidade de se manter em prisão cidadãos sem acusação formal ou processo judicial, e retirando os atos do governo militar de apreciação judicial –, o STM não sofreu modificações na sua estrutura, competência ou organização. Entretanto, o artigo da Carta de 1967 que permitia recurso ordinário ao STF no julgamento de civis foi suprimido pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, e as decisões do STM, no tocante ao julgamento de civis, voltaram a ter caráter definitivo. //

A Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977, que ficou conhecida como “pacote de abril”, editada durante o recesso do Congresso Nacional provocado pelo presidente Ernesto Geisel, não trouxe qualquer mudança na composição ou nas atribuições do STM. Contudo, introduziu a obrigatoriedade constitucional de fazê-lo funcionar dividido em turmas de julgamento e equiparou o vencimento de seus ministros ao vencimento dos ministros do Tribunal Federal de Recursos.

Depois da promulgação da Constituição de 1988, o STM voltou a ter o caráter de corte especializada, visto que lhe foram retiradas as atribuições de coloração política. Desse modo, os governadores e seus secretários voltaram a ser julgados com base nas constituições estaduais e pelos tribunais de justiça dos estados. Desapareceu do texto constitucional um artigo que esteve presente em todas as constituições republicanas: a extensão da competência da Justiça Militar para o julgamento de civis, quer por crime contra a “segurança externa”, quer, como a partir do AI-2, por crime contra a “segurança nacional”. A partir de 1988, a lei ordinária, emanada do Congresso Nacional através do

jogo político-partidário, voltou a ser a responsável pela organização e pela atribuição da competência da Justiça Militar.

Mônica Kornis /Eduardo Junqueira

FONTES: CAMPANHOLE. *Constituições*; CONST. FED. 1988; *Rev. Sup. Trib. Mil.*